



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Diana Dianovsky

FAZER ANTROPOLOGIA AO FABRICAR O ESTADO:
conhecimento especializado e ação estatal na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Brasília
2023

Diana Dianovsky

FAZER ANTROPOLOGIA AO FABRICAR O ESTADO:

conhecimento especializado e ação estatal na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Costa Teixeira

Brasília

2023

Diana Dianovsky

FAZER ANTROPOLOGIA AO FABRICAR O ESTADO:

conhecimento especializado e ação estatal na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora, ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social da
Universidade de Brasília

Aprovada em: 11/09/2023

Prof.^a Dr.^a Carla Costa Teixeira (orientadora)

Instituto de Ciências Sociais - UnB

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Márcia Anita Sprandel

Senado Federal

Prof. Dr. João Miguel Manzollilo Sautchuk

Instituto de Ciências Sociais - UnB

Brasília

2023

DEDICATÓRIA

À D. Lena que, se entre nós estivesse, guardaria este calhamaço
com todo o seu amor no fundo de um armário;
abrindo-o talvez uma única vez
para ler o nome da autora.

AGRADECIMENTOS

Das sortes que tive na vida, a maior foi nascer entre vocês. Agradeço a minha mãe Fernanda por sua coragem e dedicação, meus irmãos Fernando e Sarah, minha tia avó Luzia, meus tios Ana Paula e Camilo, meus primos Vitor e Hugo e àqueles que já se foram, meus avós Lena e Fernando. Espero um dia conseguir retribuir toda a força, amor, cuidado, compreensão e motivação que ofertam. Agradeço até a família que se fez estranha porque é também nas ausências que nos refazemos.

Ainda pensando nas sortes do caminho, as orientações que recebi durante a tese foram ímpares. Em primeiro lugar, agradeço à Carla C. Teixeira, que foi tudo e muito mais do que poderia imaginar de uma orientadora. Criativa, compreensiva, firme, presente e, principalmente, inspiradora; o que há de melhor nessa tese veio de você. A orientação que recebi de Cristina Améscua Chávez, no período sanduíche no México, foi generosa, acolhedora e de muito aprendizado.

O doutorado é a etapa final de uma longa trajetória de formação e, nesse momento, não consigo deixar de lembrar dos professores e colegas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Nacional de Administração Pública. Agradeço em especial aos meus orientadores, Laura Moutinho na iniciação científica e Valter Sinder na graduação e mestrado.

Esse trabalho não existiria sem o apoio dos meus chefes no Iphan, Deyvesson Gusmão, e Hermano F. O. Guanaes e Queiroz. Agradeço também ao Ezequiel Oliveira e Juliana Arnaud, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, por anualmente me recordarem dos motivos para continuar.

Aos funcionários do DAN e PPGAS/UnB, em especial, Jorge Máximo e Rosa Cordeiro pela presteza e auxílio. Agradeço também às professoras do programa com quem pude expandir e consolidar minha formação em antropologia: Andréa Lobo, Juliana Braz Dias, Kelly Silva e Marcela Coelho de Souza. Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Frederico Augusto Barbosa da Silva e Henyo Trindade Barretto Filho, pelas sugestões, comentários e leitura.

Aos membros da banca de defesa, Antonio Carlos de Souza Lima, Márcia Anita Sprandel, João Miguel Sautchuk e Sílvia Guimarães (suplente), pela disponibilidade e interesse em contribuir para o amadurecimento deste trabalho.

Aos amigos e colegas com quem dividi aprendizados na pós-graduação e no Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP), em especial, Aline Miranda, Breno Trindade, Julia Dalla Costa, Mariana Rabelo e a Truyitraleu Tappa.

À equipe do *Archivo de La Palabra*, em especial a Montserrat Rebollo, pela acolhida e generosidade de dividir seu campo comigo.

À equipe do Arquivo Central do Iphan em Brasília e no Rio e à equipe da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas que tão prontamente deram acesso aos fundos arquivísticos para essa pesquisa.

À Manika Braga por me auxiliar na organização de alguns dados de pesquisa.

Aos demais membros do Comitê de Inserção Profissional da Associação Brasileira de Antropologia pelos debates instigantes desde 2021, Darllan Rocha, Eriki Aleixo de Melo, Januaria Mello, Mariana Balen Fernandes, Luis Guilherme Resende de Assis e Renata Curcio Valente.

À Ana Gilka Duarte Carneiro e Layan e à Claudia Varas que me receberam e me auxiliaram no período no México, tornando a estadia lá em algo familiar.

À Paula Fortuna por me ajudar a encontrar as ferramentas que possibilitaram enfrentar esse desafio.

Aos melhores amigos que Brasília poderia me dar, agradeço as palavras de incentivo, as risadas, o ombro e os ouvidos: Alessandra Lima, Deborah Gouthier, Desirée Tozi, Deyvesson Gusmão, Diego Simas, Ivana Cavalcante, Juliana Izete, Maíra T. Corrêa, Marina Lacerda, Michelle Cheibub, Mônia Silvestrin e Pedro Clerot. E também às novas amigadas da Amanda Sucupira, Kátia Michelam, Leidiane Silva e Sabrina Queiroz Silva nessa reta final.

Devo agradecimentos especiais à Deborah que me apresentou novas tecnologias para transcrição de entrevistas. À Desirée que compartilhou comigo a burocracia para a bolsa sanduíche. À Ivy pela companhia durante a licença. À Ju Izete que revisou a tradução do resumo para o inglês. À Ju Silva que dividiu suas indicações para estadia no México. À Marina pelo apoio fiel. À Mônia pelas inúmeras conversas sobre os rumos da pesquisa e pela companhia nas aulas de espanhol. Ao Pedro que me acompanhou em congressos e me deu o mapa para o labirinto do CNRC. Ao Diego, meu irmão, juntos vencendo demandas.

Seguindo as tradições do instituto patrimonial, ao Kleber Mateus, escritor-funcionário, que me ajudou a reencontrar o prazer em escrever e me impediu de sufocar com as palavras, me incentivou desde o início e nunca deixou de acreditar. Obrigada por suportar minhas crises e comemorar os avanços. Sou eternamente grata por todo amor, dedicação e companheirismo.

Agradeço também aos meus guias, babalorixá, ialorixá, pai e mãe pequena e aos irmãos da Casa Espiritualista Caboclo das Sete Encruzilhadas, em especial, à Tálita Vieira.

Não existem palavras para agradecer a todas as pessoas com quem dialoguei durante as entrevistas para a pesquisa, tanto no Brasil quanto no México, e que me cederam seus *insights*, experiências e tempo, presentearam-me com livros e indicação de documentos. Gostaria de poder nomeá-los e dizer o quanto cada conversa e entrevista foi transformadora não só para a pesquisa como também para minha vivência como antropóloga e burocrata.

Aos servidores e colaboradores do Iphan do passado e do presente que fizeram e fazem essa instituição.

Por fim, mas não menos importante, ao Iphan pela licença com vencimentos para desenvolver esse trabalho e por investir na contínua formação e aprimoramento de seu quadro de servidores, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo fomento à pesquisa com a bolsa para o estágio sanduíche no *Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias* da *Universidad Nacional Autónoma de México* (Unam).

Sempre se falou mal de funcionários, inclusive dos que passam a hora do expediente escrevendo literatura. Não sei se esse tipo de burocrata-escritor existe ainda. A racionalização do serviço público, ou o esforço por essa racionalização, trouxe modificações sensíveis ao ambiente de nossas repartições, e é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho. [...]

Sem método, escrevo tais coisas pensando nos poetas, nos contistas, nos ensaístas que a esta hora ainda não sabem que o são, e lentamente se elaboram na Diretoria de Águas, no lapse, na Divisão de Fomento da Produção Vegetal. Há que contar com eles, para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens, as ações que eles praticam, suas dores amorosas e suas aspirações profundas – o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado.

A Rotina e a Quimera (1952)

Carlos Drummond de Andrade

*Chefe da Seção de História do Iphan de 1945 a 1962,
quando se aposentou da sua função de escritor-funcionário*

RESUMO

DIANOVSKY, Diana. *Fazer Antropologia ao Fabricar o Estado: conhecimento especializado e ação estatal na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. 398 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Nesta tese, analiso a relação entre o conhecimento especializado e a prática da antropologia com as ações estatais por meio da atuação de antropólogas e cientistas sociais na administração pública brasileira e, em particular, na construção e implantação das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio desde 1937. O objetivo geral é compreender o processo de institucionalização da prática profissional de antropólogas e cientistas sociais em relação ao processo de institucionalização de ações, discursos e práticas de uma política pública voltada para a valorização da diversidade cultural brasileira. O contexto em foco é o momento no qual a administração pública passa a recrutar antropólogas e cientistas sociais para suas carreiras, o porquê do investimento nesses profissionais e como eles transitam nas esferas decisórias, construindo com isso uma relação entre conhecimento especializado e ação estatal. Desta forma, realizei uma etnografia de instituições e das relações e práticas de poder, considerando o Estado não como uma entidade monolítica e reificada, mas uma construção social heterogênea em permanente (trans)formação e realizada por meio de dimensões performáticas, ações simbólicas e relações de poder que fazem o Estado (CASTILHO, SOUZA LIMA, TEIXEIRA, 2014); e permeada por relações políticas e ideológicas (ABRAMS, 1988). Ademais, busco refletir sobre as estratégias estatais para legibilidade da realidade social (SCOTT, 1998) e a construção de definições fluídas e porosas das fronteiras entre Estado e sociedade (MITCHELL, 1991; 1999). Para tanto, realizei observação participante em reuniões públicas, entrevistas com servidores, análise de documentos e legislações, além de recuperar minha própria memória e trajetória como *Técnica em Antropologia* no Iphan desde 2010, quando ingressei por meio de concurso público.

Palavras-chave: Etnografia das instituições. Patrimônio Cultural Imaterial. Antropologia Aplicada. Estado.

ABSTRACT

DIANOVSKY, Diana. *Doing Anthropology while State-making: specialized knowledge and state action for the safeguarding of intangible cultural heritage*. 398 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

In this thesis, I analyze the relations involving specialized knowledge and anthropological practices in state actions by examining the work of anthropologists and social scientists in the Brazilian public administration, in particular, in the implementation of public policies for safeguarding intangible cultural heritage at the National Institute of Historical and Artistic Heritage (*Iphan*, acronym in Portuguese), a federal public agency responsible for preserving cultural heritage since 1937. Its general objective is to understand the institutionalization process of the professional practices of anthropologists and social scientists in relation to the institutionalization process of actions, discourses and practices of a public policy aimed at valuing Brazilian cultural diversity. In addition, I seek to analyze the context in which the public administration starts to recruit anthropologists and social scientists, the reason for investing in these professionals and how they transit in decision-making spheres, linking specialized knowledge and state action. For this purpose, I carried out an ethnography of institutions and of power relations and practices. Therefore, I conducted an ethnography of institutions and power relations and practices. Considering the State not as a monolithic and reified entity, but a heterogeneous social construction in permanent (trans)formation and carried out through performative dimensions, symbolic actions and power relations that make up the State (CASTILHO, SOUZA LIMA, TEIXEIRA, 2014), and permeated by political and ideological relations (ABRAMS, 1988). Furthermore, I seek to reflect on state strategies for the legibility of social reality (SCOTT, 1998) and the construction of fluid and porous definitions of the boundaries between state and society (MITCHELL, 1991; 1999). It was based on participant observation during public meetings, interviews with civil servants, documents and legislation analysis, in addition to recovering my own memories and paths as a *Technician in Anthropology* at *Iphan* since 2010, when I was hired after passing a public entrance test.

Keywords: Institutional ethnography. Intangible Cultural Heritage. Applied Anthropology. State.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de servidores públicos nos/dos órgãos: IPHAN, IBRAM, INCRA, Funai, FUNASA E MMA (2017)	42
Gráfico 2 - Percentual do quantitativo dos servidores ativos permanentes do INCRA divididos por níveis em 2017	44
Gráfico 3 - Percentual do quantitativo dos servidores ativos permanentes do IPHAN divididos por níveis em 2017	45
Gráfico 4 - Forma de obtenção do emprego atual de antropólogos no México	54
Gráfico 5 - Comparação entre o quadro de pessoal c. 2004 e a quantidade de vagas para formações no cargo de Técnico nos concursos do Iphan	234
Gráfico 6 - Quantitativo de bens tombados por tipologia de bem cultural	391

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de vagas em concurso público por setor de política pública para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar (2004-2018)	35
Tabela 2 - Quantidade de vagas em concurso público por setor de política pública no governo federal para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar (2004-2018)	37
Tabela 3 - Quantidades de vagas em concurso público para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar por poder, ente federativo e tipo de instituição (2004-2018)	39
Tabela 4 - Quantidade de vagas em concurso público para o cargo de antropologia no governo federal por instituição (2004-2018)	41
Tabela 5 - Relação entre o trabalho e o campo da antropologia no México.	52
Tabela 6 - Setor de trabalho em antropologia no México.	53
Tabela 7 - Quantitativo Geral de Vagas Abertas nos Editais para Concursos do Iphan	224
Tabela 8 - Requisitos para investidura nos cargos para Ciências Sociais/Antropologia nos três concursos para o Iphan	242
Tabela 9 - Quadro comparativo das antigas atividades privativas para as novas habilidades e competências nas Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo	381
Tabela 10 - Quadro comparativo dos conteúdos programáticos de conhecimentos específicos para a área de Ciências Sociais e Antropologia nos concursos para o Iphan	383
Tabela 11 - Bens culturais imateriais registrados pelo Iphan até junho de 2023	395

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama das mediações para a produção antropológica	299
Figura 2 - Diagrama das mediações para a produção antropológica na burocracia estatal	300
Figura 3 - Mapa mental da tese	380

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEAS	<i>Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales</i> (México)
CF/88	Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988
CIEPA	<i>Comisión Intergeneracional sobre el Ejercicio Profesional de la Antropología do CEAS</i> (México)
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CONACULTA	<i>Consejo Nacional para la Cultura y las Artes</i> (México)
DPI	Departamento de Patrimônio Imaterial
ENAH	<i>Escuela Nacional de Antropología y Historia</i> (México)
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Funarte	Fundação Nacional de Artes
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icomos	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INAH	<i>Instituto Nacional de Antropología y Historia</i> (México)
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	Lei de acesso à informação
LFMZAAH	<i>Ley Federal sobre Monumentos y Zonas Arqueológicas, Artísticas e Históricas</i> (México)
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONDIACULT	Conferência Mundial de Políticas Culturais
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização não-governamental

PACMYC	<i>Programa de Apoyo a las Culturas Municipales y Comunitarias</i> (México)
PCI	Patrimônio cultural imaterial
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SEP	<i>Secretaría de Educación Pública</i> (México)
Sphan	Serviço ou Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan/ Pró- Memória	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Aplicações da Antropologia	20
Algumas práticas da antropologia no Brasil	30
O contexto mexicano como produtor de alteridade	47
<i>Aplicações da Antropologia no México</i>	48
<i>Antropologia e Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e no México</i>	57
<i>Contribuição da antropologia “versus” atuação profissional de antropólogas</i>	65
<i>Cultura Popular e Patrimônio Imaterial</i>	67
<i>Institucionalidade</i>	68
Estrutura da tese	71
1. ESTAR DENTRO E FORA: EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS NOS ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES	73
1.1. A aproximação com o tema	73
<i>1.1.1. Cercando o terreno</i>	78
1.2. Dentro e Fora	82
<i>1.2.1. Levando a sério o esquema mental de Malinowski</i>	87
<i>1.2.2. O mapa mental em diálogo</i>	96
1.3. As instituições e as pessoas	109
<i>1.3.1. “Vida e obra” ou uma experiência terapêutica</i>	115
<i>1.3.2. “É anônima!”</i>	122
2. BIFURCAÇÕES E ENCRUZILHADAS: CAMINHOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	130
2.1. História das instituições e as fronteiras entre conhecimento especializado e a construção de políticas públicas	131
2.2. A arte patrimonial de Mário de Andrade e a antropologia como assessoria	140

2.3. O rabo do leão de Aloísio Magalhães e a intuição antropológica.....	160
2.3.1. <i>Folclore e Cultura Popular, seus caminhos paralelos.....</i>	<i>176</i>
2.3.2. <i>As experimentações com o Tombamento e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.....</i>	<i>180</i>
2.4. O patrimônio cultural imaterial e a “vingança dos antropólogos”	188
2.5. Bifurcações e encruzilhadas	196
3. VAGAS: O CONCURSO PÚBLICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS.....	199
3.1. Relações vagas: “adiantando hipóteses” sobre a inserção de antropólogas na burocracia	199
3.2. Quando o olhar vagou: um evento em campo desfoçou para focar	203
3.2.1. <i>O Iphan não é apenas uma casa de arquitetos.....</i>	<i>204</i>
3.3. Institucionalização do concurso público	211
3.3.1. <i>Rito processual</i>	<i>215</i>
3.4. Há vagas: sobre toda a luta para realizar um concurso (ou três)	216
3.4.1. <i>Cargos vagos: justificativa para o concurso e o contexto de escassez.....</i>	<i>216</i>
3.4.2. <i>Vagas de oportunidade: distribuição dos cargos como um retrato do momento.....</i>	<i>223</i>
3.5. Institucionalização da prática por meio do concurso	239
3.5.1. <i>A vaga para Técnico em Ciências Sociais ou Antropologia: requisitos e atividades</i>	<i>241</i>
3.5.2. <i>Procura-se (determinadas) antropólogas: seleção, forma e conteúdo</i>	<i>257</i>
4. MEU BARCO É UM PROCESSO ADMINISTRATIVO: PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE ANTROPÓLOGAS E CIENTISTAS SOCIAIS EM UMA REPARTIÇÃO PATRIMONIAL	264
4.1. Práticas e relações.....	265
4.2. “Antropologia do vuco-vuco” e o papel do mediador	276
4.3. Produções e linguagens.....	298
4.3.1. <i>Linguagens e desentendimentos produtivos de uma “antropologia patrimonial”</i>	<i>301</i>
4.3.2. <i>A percepção dos Técnicos sobre a produção de documentos</i>	<i>315</i>

4.3.3. <i>Autoridade, autoria e circulação</i>	327
4.4. Entre antropóloga e servidora pública: a Técnica em Antropologia	340
CONSIDERAÇÕES FINAIS	348
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	355
ANEXO A - MAPA MENTAL DA TESE	380
ANEXO B – QUADRO COMPARATIVO ENTRE ATIVIDADES PRIVATIVAS E HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO	381
ANEXO C – QUADRO COMPARATIVO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ ANTRPOLOGIA NOS CONCURSOS PARA O IPHAN	383
APÊNDICE A - CRONOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO	385
APÊNDICE B – QUANTITATIVO DOS BENS TOMBADOS POR TIPOLOGIA DE BEM CULTURAL	391
APÊNDICE C – DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000	392
APÊNDICE D – BENS CULTURAIS IMATERIAIS REGISTRADOS PELO IPHAN ATÉ JUNHO DE 2023	395

INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa de doutoramento é a relação entre o conhecimento especializado¹ e a prática da antropologia nas ações estatais por meio da atuação de antropólogas² e cientistas sociais³ na administração pública brasileira e, em particular, na construção e implantação das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio desde 1937, ano de sua criação. Nas últimas três décadas, ocorreu uma ampliação no campo de atuação das políticas de patrimônio cultural, principalmente, a partir da inclusão dos chamados “patrimônios culturais imateriais”. São bens culturais relacionados aos modos de viver, saberes, celebrações e expressões artísticas de diferentes comunidades – antes alijadas das narrativas de identidade nacional. Para operar esses novos processos patrimoniais, foram recrutados (nem tão) novos profissionais, em particular, antropólogos e cientistas sociais.

O objetivo da pesquisa é compreender o processo de institucionalização de prática profissional de antropólogas e cientistas sociais em relação ao processo de institucionalização de ações, discursos e práticas de uma política pública voltada para a valorização da diversidade cultural brasileira – a de patrimônio imaterial. Com isso, busco compreender “se” e “como” são acionados por estes antropólogos os conhecimentos acadêmicos adquiridos nos cursos de Antropologia e Ciências Sociais durante a prática cotidiana de formulação, implantação e avaliação das políticas culturais. Ademais, procuro analisar as relações de poder engendradas

¹ Diversas pesquisas sobre “o lugar dos especialistas” e conhecimento especializado na construção de ações estatais já foram realizadas, contudo concentraram-se especialmente na relação entre ciências econômicas e ciências jurídicas e o Estado e o mercado internacional. Destacam-se os trabalhos de Timothy Mitchell (2002), Frank Fischer (2000), Yves Dezaley e Bryant Garth (2002), Dezaley e Sugarman (1995), entre outros.

² Ao longo da tese, a leitora notará que utilizei de modo um tanto indiscriminado os gêneros masculinos e femininos, dando preferência em geral ao segundo a fim de me referir a um grupo de pessoas ou como comunicação neutra porque muitas das interlocutoras eram mulheres e ninguém em campo se identificava como não binário.

³ Optei por referir-me a formação em “Antropologia e Ciências Sociais”, uma vez que o processo de institucionalização da antropologia, no Brasil, ocorreu, principalmente, por meio dos cursos de pós-graduação, restando à graduação até o ano de 2005 apenas os cursos interdisciplinares em Ciências Sociais. Uma vez que grande parte dos concursos públicos são voltados apenas para profissionais com nível superior completo, faço menção às Ciências Sociais e Antropologia. Quanto a isso discuto mais detidamente no terceiro capítulo ao tratar dos requisitos para cargos em concurso público.

por diferentes atores na construção das agendas governamentais a partir do momento em que a administração pública passa a recrutar antropólogas e cientistas sociais para suas carreiras, o porquê do investimento nesses profissionais e como eles transitam nas esferas decisórias, construindo com isso uma relação entre conhecimento especializado e ação estatal.

Com essa pesquisa, pretendo adicionar um novo relevo à compreensão da dinâmica de produção das políticas de patrimônio e da antropologia no contexto contemporâneo. Esses profissionais foram recrutados para operacionalizar ações estatais mais participativas e para tornar inteligível a atuação estatal com determinados grupos sociais. Ao passo que realizam esse movimento, também transformam as relações internas das instâncias estatais ao renegociar práticas institucionais.

Para tanto, realizei uma etnografia de instituições a partir de observação participante em reuniões públicas, entrevistas com servidores, análise de documentos e legislações, além de recuperar minha própria memória e trajetória como *Técnica em Antropologia*⁴ no Iphan desde 2010, quando ingressei por meio de concurso público. O período em campo, em particular, para as entrevistas se estendeu de fins de 2017 até meados de 2019 no Brasil, já a redação da tese ocorreu entre 2020 e 2023, ambos períodos foram marcados de modos distintos por mudanças administrativas e governamentais, além da pandemia mundial de COVID-19. Esses recortes temporais localizam a produção dessa pesquisa a partir de um determinado presente que rememora e olha para o passado recente.

Optei por circunscrever a pesquisa aos profissionais que ingressaram no Iphan por meio de concurso público para o cargo de Técnico em Ciências Sociais ou Antropologia, ainda que pontualmente tenha realizado algumas entrevistas com profissionais de outras áreas ou colaboradores eventuais. A opção por centrar-me entre os servidores de carreira tanto foi baseada na necessidade de estabelecer um recorte possível para a pesquisa de campo, como também por entender que essas inserções profissionais – servidores de carreira, consultores contratados temporariamente ou cargos comissionados – geram engajamentos e identificações distintas entre a pessoa e a instituição.

⁴ Nesta etnografia, optei por seguir o seguinte padrão de notação: (1) itálicos: termos, expressões, conceitos e categorias específicos da linguagem estatal e das políticas de patrimônio cultural; expressões estrangeiras; indicação de ênfase feita por voz durante fala de entrevista; termos em língua estrangeira; (2) “entre aspas”: citações diretas de bibliografias, documentos e entrevistas; expressões suavizadoras; termos do senso comum; (3) [entre colchetes]: inserções da autora para melhor compreensão de citações; estados de ânimo durante entrevista; (4) barra oblíqua / : sinalização de interrupção durante falas de entrevista.

* * *

Nesta introdução, em vez de apresentar o objeto e objetivo da pesquisa, os referenciais teóricos e a metodologia adotada, irei recuperar a discussão sobre as aplicações do conhecimento antropológico de modo amplo. Então, apresentarei um levantamento sobre a inserção profissional das antropólogas e antropólogos e cientistas sociais na administração pública brasileira em geral e nas políticas para preservação e salvaguarda do patrimônio cultural em particular. Como contraste, trarei também na introdução algumas reflexões sobre antropologia aplicada, a inserção profissional de antropólogas nas ações estatais mexicanas e a implantação da política de salvaguarda. Estas questões sobre o contexto mexicano construí a partir do contato que tive durante o período de estágio sanduíche de setembro de 2019 a fevereiro de 2020.⁵ Desta forma, a proposta da introdução é estabelecer o diálogo com discussões que permeiam o objeto da tese, mas extrapolam o seu escopo.

Aplicações da Antropologia

A antropologia, desde sua fundação em fins do século XIX, esteve vinculada a práticas estatais, fossem coloniais ou de formação do Estado-nação,⁶ tendo, inclusive, autores clássicos, como Bronislaw Malinowski (1929), Roger Bastide (2009 [1971]), Evans-Pritchard (2006

⁵ Essa etapa do doutorado foi realizada graças ao fomento da Capes por meio de uma bolsa sanduíche junto ao *Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias* da *Universidad Nacional Autónoma de México* sob coorientação da Prof.^a Dr.^a Cristina Améscua Chávez.

⁶ Philip Abrams (1988) esmiúça o projeto ideológico e político das instituições estatais, reforçando seu caráter de processo e questionando o efeito de mistificação do Estado como algo unívoco e monolítico, que o reificaria até mesmo em estudos sobre os processos estatais. A dificuldade de até mesmo analistas não se envolverem nessa “magia do Estado”, para ele, é o que tornaria trepidante os estudos sobre o Estado. Com isso em mente, uma das formas de abordar esse tema sem reificá-lo poderia ocorrer até mesmo na escrita e, ao não endossar a ideia de um Estado monolítico, usar a letra minúscula (estado) para grafá-lo. Contudo, optei nesse texto por manter a maiúscula por alguns motivos: pela praticidade para distinguir a construção do Estado-nação (caro ao tema do patrimônio e aos contextos brasileiro e mexicano de produção antropológica) do estado, unidade da federação; e, mais importante, a fim mesmo de ressaltar que os processos estatais que estão operando nas políticas patrimoniais são justamente os de construção ideológica do Estado-nação unificado mesmo na sua diversidade. Apenas gostaria de ressaltar que quando me refiro a “o Estado” há de se ter clareza que sob essa fachada constam diversas e diferentes práticas, ações, performances, discursos e projetos ideológicos dissonantes e em constante disputa.

[1951]), George Foster (1969), Sol Tax (1952; 1975), entre outros, debatido a realização de uma “antropologia prática”, “antropologia aplicada”, “antropologia em/da ação” – definição que variava de acordo com os distintos posicionamentos teóricos. Com o passar das décadas a relação da disciplina antropológica com essas práticas foi se transformando, se distanciando e atualmente se reaproximando em processos específicos a partir de cada contexto nacional e em diálogo com construções teóricas mais amplas.

No contexto da antropologia britânica, Talal Asad (1973) aponta que os eventos do pós-guerra e a independência das antigas colônias europeias no continente africano alteraram o alicerce ideológico sobre o qual se estabeleceram as teorias estrutural-funcionalistas e com isso transformaram tanto o objeto de pesquisa, quanto a base organizacional da própria disciplina. Ressaltou, assim, que “a antropologia não apreende tão somente o mundo no qual está localizada, mas o mundo também determina como a antropologia irá apreendê-lo” (ASAD, 1973: 12, tradução livre).⁷ Ao explorar as relações entre colonialismo e o estabelecimento e consolidação da prática antropológica, a coletânea organizada por Asad lança luz sobre as relações de poder que estão imbricadas na atividade de pesquisa, na consolidação disciplinar e em associações científicas, além dos diversos usos e efeitos da produção de conhecimento. Desta maneira, contribuiu para a crítica daquelas etnografias que, ao fornecerem chaves de compreensão sobre “o outro”, colaboraram com a administração colonial e com a sujeição e subordinação dos grupos sociais estudados. Entretanto, o principal ponto da crítica de Asad não é especificamente quanto às práticas e ideologias burguesas e coloniais dos antropólogos do início do século XX, mas sim sobre as relações de poder entre “Ocidente e Terceira Mundo” que permeiam essas atividades. Dessa forma, buscou “examinar as maneiras pelas quais foram dialeticamente vinculadas as condições práticas, hipóteses de trabalho e produto intelectual de todas as disciplinas que representam o entendimento europeu acerca da humanidade não europeia” (ASAD, 1973: 19; tradução livre).⁸ Retomar essa discussão é interessante para matizar as diversas críticas que foram feitas às atividades “mais aplicadas” do conhecimento antropológico, pois o foco de Talal Asad é justamente outro: o da produção de conhecimento *per se* e o das bases ideológicas que orientam os interesses de pesquisa.

⁷ No original: “[...] anthropology does not merely apprehend the world in which it is located, but that the world also determines how anthropology will apprehend it.”

⁸ No original: “[...] to examine the ways in which it has been dialectically linked to the practical conditions, the working assumptions and the intellectual product of all disciplines representing the European understanding of non-European humanity.”

No contexto americano, uma das principais correntes do pensamento antropológico que teve grande influência no mundo para além das esferas acadêmicas dos Estados Unidos (CASTRO, 2015), a escola de cultura e personalidade com expoentes como Margareth Mead e Ruth Benedict, além de outros ex-alunos de Franz Boas, também desenvolveu diversos trabalhos de antropologia aplicada entre as décadas de 1930 e 1950. Frederico Neiburg e Márcio Goldman (1998) debatem as principais questões e problemas das formulações teóricas dos “estudos do caráter nacional” e que estão vinculados a essa produção aplicada. No contexto da II Guerra Mundial, diversos intelectuais americanos, em especial, antropólogas voltaram suas atenções de pesquisa para a ideia de “nação” e das relações internacionais. Seus trabalhos buscavam compreender as nações inimigas e aliadas dos Estados Unidos durante a guerra a fim de subsidiar a atuação governamental no que concerne a sua política exterior. Neiburg e Goldman ressaltam que esses estudos não foram restritos a agências de inteligências ou instituições da política exterior norte-americana, como também circularam no campo acadêmico por meio da publicação de artigos, livros e participação em congressos. Ademais, essas produções não se dedicavam exclusivamente a questões sobre o caráter nacional de países estrangeiros. Houve também trabalhos que tratavam das questões decorrentes de homogeneizações dos Estados-nacionais, como problemas relativos à saúde, trabalho, educação. Portanto, era também uma produção de antropologia aplicada voltada para o contexto “interno” que procurava compreender e dar soluções a problemas sociais, isto é, práticos.

Já no contexto de Portugal e das colônias portuguesas, outro exemplo de aplicações da antropologia foi a instrumentalização da ideia de lusotropicalismo a partir de Gilberto Freyre por políticos e intelectuais portugueses durante a Ditadura Salazarista e no âmbito dos conflitos para emancipação das colônias em África, conforme aponta João Medina (2000). Partindo de uma concepção de Portugal como uma nação “multirracial e pluricontinental”, o governo ditatorial e seus agentes utilizaram as ideias de lusotropicalismo, com apoio e participação de Gilberto Freyre, como um discurso legitimador e um alibi contra as acusações de racismo, e para negarem a descolonização dos territórios africanos. O lusotropicalismo está vinculado ao proposto em Casa Grande & Senzala, de 1933, relativo à “democracia racial” e à “harmonia entre as três raças” que formariam a sociedade brasileira, conceito que foi expandido para legitimar a presença portuguesa em outros territórios coloniais. Nessa perspectiva, os portugueses brancos teriam uma predisposição à “mestiçagem”, adaptando-se e envolvendo-se com a vida nos trópicos e convivendo harmonicamente com outras raças. Não só os estudos de Freyre foram utilizados para a construção do discurso e

prática estatal portuguesas, como o antropólogo realizou viagens e trabalhos pelo governo português aos territórios em África, colaborando ativamente em prol desses discursos.

Trago esses exemplos conhecidos sobre as aplicações da antropologia a fim de destacar que, independentemente do escopo da produção e do objetivo da atividade antropológica – seja a ação estatal ou a produção de conhecimento –, deve-se ter em vista as relações de poder que se produzem e reproduzem nas dinâmicas entre pesquisadores, profissionais ou ativistas e os grupos sociais com quem trabalham.

Atualmente, a discussão em torno de uma certa aplicação dos conhecimentos antropológicos, no cenário mundial, está vinculada às atividades desenvolvimentistas de Estados-nacionais e organismos internacionais ou de uma responsabilidade política do antropólogo frente aos problemas sociais. Assim, uma nova literatura tem sido produzida para refletir acerca da “antropologia do desenvolvimento” (MOSSE, 2005), “antropologia pública” (BECK, MAIDA, 2015; PINK, 2005) e “antropologia engajada” (LASSITER, 2005; 2008), além de adensar o debate sobre antropologia aplicada (HILL, BABA, 2000; 2006).

É claro que essas questões se colocam de diferentes formas a depender da própria organização institucional da antropologia em cada contexto nacional. A institucionalização da “antropologia aplicada” em correntes ideológicas ou até mesmo em associações profissionais específicas está, mais comumente, ligada a uma experiência anglo-saxã e estadunidense. Como Gustavo Lins Ribeiro destacou (2004), quando convidado a debater sobre a “antropologia prática” brasileira, essa relação pode ser entendida em dois períodos distintos: 1) dos anos de 1960 até 1980, durante a Ditadura Militar brasileira, em que, apesar do aumento da institucionalização da antropologia brasileira nas universidades pelo regime autoritário, os acadêmicos mantiveram suas agendas de investigação de forma crítica e engajados no bem-estar de grupos subalternizados e no processo de redemocratização; 2) e a partir de 1988, quando, graças à atuação de antropólogos e antropólogas e da Associação Brasileira de Antropologia, influenciaram na nova constituição federal e passaram a ser chamados a colaborar de maneira mais sistemática com a construção de ações estatais brasileiras para direitos agrários de indígenas e quilombolas, por exemplo. Nesse sentido, a ideia de “antropologia aplicada” de forma geral não ganhou maiores repercussões teóricas, ainda que existisse uma certa militância dos antropólogos e antropólogas engajadas nas lutas políticas dos grupos com quem trabalhavam. Assim, para ele, grande parte da produção brasileira era, num determinado sentido, aplicada porque engajada.

Alfredo Wagner (2017) e Soraya Fleischer (2007) também buscaram revisar a antropologia aplicada no Brasil, e, de forma geral, localizam esse empreendimento como uma ação implícita e que subjazia a atuação política de antropólogos na esfera pública ou ocorria mais explicitamente nas discussões de Roberto Cardoso de Oliveira (2004; 2006). Em outros contextos, como o da antropologia mexicana, o estabelecimento da disciplina já ocorre de forma “aplicada”, uma vez que se instituiu por meio da sua relação com as políticas estatais indigenistas e de preservação do patrimônio e com base na proposta de Manuel Gamio, consolidada em *Forjando Patria* (2010 [1916]).

No caso brasileiro, parece-me que a relação entre academia e administração pública fora, relativamente, bem demarcada e distanciada até o momento em que, nas últimas décadas, se tornou cada vez mais necessário refletir sobre uma aproximação. Todavia, cabe destacar que o envolvimento de antropólogos e antropólogas com o antigo Serviço de Proteção dos Índios era uma constante e talvez a demarcação de distanciamento entre academia e administração pública se construa em oposição a isso. Isto não significa que não houvesse uma atuação política de antropólogos e antropólogas comprometidas com os grupos com quem trabalhavam. Entretanto, com base na pesquisa de André Borges de Mattos (2005; 2007), pensar a trajetória acadêmica e profissional dos contemporâneos Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira permite compreender o lugar e as distinções dentro da própria antropologia entre o “intelectual especializado”, na figura de Cardoso de Oliveira, e o “homem público e político”, na figura de Darcy. Ao primeiro coube um lugar de proeminência na tradição intelectual antropológica brasileira e na institucionalização de programas de pós-graduação, tendo sido recebido como uma forma de “intelectual orgânico” comprometido com problemas sociais em projetos coletivos. Já o segundo, terminou por ocupar uma posição de homem político de ideias que ressaltava o caráter parcial e partidário de sua atuação.

Antonio Carlos de Souza Lima (2015: 31; SOUZA LIMA, CASTRO, 2008: 365-366;) aponta que, no Brasil, a inclusão de antropólogas nas instâncias estatais e a contribuição acadêmica antropológica para a análise das questões políticas começaram a ser mais fortemente empreendidas a partir de fins dos anos 1980 e início de 1990 – antes um objeto analisado pela Sociologia e Ciência Política. Essa guinada foi impulsionada pela participação dessas profissionais em políticas públicas desenvolvidas após a Constituição Federal de 1988 e com a maior disseminação dos trabalhos de Laura Nader (e sugestão de se “estudar *up*”), Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Clifford Geertz e a “virada pós-moderna”. Antes disso, os antropólogos e antropólogas atuaram prioritariamente em organizações não-governamentais e

em consultorias para estudos de impactos socioambientais – além da academia voltada principalmente para questões indígenas, rurais e urbanas.

Do ponto de vistas das pesquisas acadêmicas em antropologia sobre Estado e relações de poder, Teixeira e Souza Lima (2010) empreendem uma importante recuperação do panorama de produção (ou, como chamaram, um *survey* da literatura) sobre “administração” e “governança”.⁹ Identificaram um período de “dispersão” entre os anos de 1960 até 1980 em que as pesquisas com temáticas indígena, camponesa e urbana acabam por etnografar (ainda que de forma pouco intencional e assistemática) os efeitos e impactos positivos e negativos das ações estatais. Um segundo movimento é identificado a partir de fins de 1980 e início de 1990, quando se inicia o “adensamento” teórico e etnográfico a partir de pesquisas com a proposta de etnografar efetivamente os processos jurídicos, administrativos e políticos do Estado. Esse novo momento se relaciona ao que mencionei anteriormente a respeito da mudança do cenário político do país com a “redemocratização”, discussão do novo texto constitucional e participação direta e indireta de antropólogos e antropólogas.

Ainda que essa discussão sobre estudos antropológicos acerca do Estado e a antropologia “prática”, “aplicada”, “em ação”, “do desenvolvimento”, “engajada” ou “pública” sejam um pano de fundo da pesquisa, esse não foi o meu foco. Quanto mais li a respeito dessas proposições, melhor compreendi que as diferentes terminologias não são meros adjetivos, pois, em realidade, representam arcabouços teóricos e ideológicos específicos, construídos em determinadas historicidades e em contextos de produção particulares. Ademais, nenhuma das minhas interlocutoras conhecia essa discussão. Guilherme,¹⁰ por exemplo, cientista social e antropólogo com formação em pós-graduação e servidor público, fez menção à “antropologia aplicada” e na sequência afirmou não saber se seria o termo adequado para denominar a sua atuação no Iphan.

Diana: Aquilo que você falou, “de antropologia aplicada, não sei se é o termo”, você já ouviu falar de antropologia aplicada?

Guilherme: Já ouvi falar desse termo, sim, várias vezes. Mas, sem maiores problematizações e tal. Tipo, se referia a esse trabalho que a gente faz de *expertise* de... é... é... como antropologia aplicada. Mas, nunca tive uma discussão teórica a respeito disso. (Entrevista em 2018)

⁹ Para uma compreensão do escopo abrangente dessas denominações e suas possíveis polissemias, ver TEIXEIRA, SOUZA LIMA, 2010: 54-56.

¹⁰ Utilizo pseudônimos para as interlocutoras e, no primeiro capítulo, discuto melhor a opção pelo anonimato e a sua forma de construção.

Adotara o termo mesmo de maneira reticente porque outros haviam qualificado seu trabalho assim. Rafaela, também cientista social com formação em antropologia na pós-graduação e servidora pública no Iphan, igualmente expressou incerteza quanto ao adjetivo “aplicada”: “Que tipo de antropologia seria esse que a gente faz? Talvez possa chamar de aplicada porque ela é a antropologia do vuco-vuco” (entrevista em 2017). Preferiu, assim, “antropologia do vuco-vuco” para se referir a experiência de estar constantemente em campo, em diálogo com grupos sociais com os quais trabalha – e, vale dizer, um trabalho de grande mediação de conflito. Perguntei, então, se conhecia alguma discussão sobre antropologia aplicada e ela me respondeu que: “Eu não conheço muito, não. Uma ideia que eu faço a respeito... Imagino que tem a ver, entendeu? Mas, eu não sei. Acho que alguma vez eu já vi e não era, na verdade, não era bem o que eu imaginava...” (Entrevista em 2017).

Esses são apenas alguns exemplos de como a discussão mais teórica sobre as aplicações da antropologia não necessariamente reverberam como proposições entre os profissionais que atuam em instâncias da administração pública, tornando-se apenas um termo pelo qual são identificados, um termo utilizado para diferenciação.

Retomando o argumento anteriormente apresentado por Souza Lima, ainda que de forma esquemática, quero destacar uma sobreposição de entendimento sobre qual seria a contribuição da antropologia para as análises das ações estatais. Ele destaca o momento em que a antropologia brasileira investe maior empenho nos estudos acadêmicos sobre política e, ao mesmo tempo, indica a ampliação da atuação de antropólogos nessas políticas. Essa aparente confusão de papéis permite, na verdade, entrever a estreita relação entre especialistas e agentes de política pública numa dinâmica em que se retroalimentam.

Cabe ainda observar que uma definição disseminada, na administração pública federal brasileira, a respeito de “política pública” foi apresentada no livro *Políticas Públicas*, editado pela Escola Nacional de Administração Pública. De acordo com Enrique Saravia, política pública é o:

fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. [...] condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias, visões dos que adotam ou influem na decisão. [...] Como uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2007: 28-29)

Essa definição apresenta limitações, uma vez que não coloca em foco as relações entre os diferentes atores, as relações de poder acionadas, os conflitos e tensões e também suas irracionalidades, expressando a ênfase em um “sistema” que busca equilíbrio social e objetivos racionalmente estabelecidos.

Uma antiga referência citada quando se trata de estudos de antropologia política é o artigo de Laura Nader, *Up with the Anthropologist* (1972). O ponto de partida de Nader, naquele momento, era a pouca produção antropológica sobre as relações políticas, de poder e elites, uma vez que as teorias antropológicas eram produzidas especialmente a partir de “grupos subalternizados” (“*down*”). Contudo, Nader avaliou que pesquisas sobre o mundo corporativo, instituições estatais, entre outras, poderiam contribuir não apenas para o refinamento de teorias antropológicas, como também auxiliariam na compreensão do mundo ocidental. Este artigo provocativo e inaugural desse tipo de pesquisa congrega ainda um conjunto de questões teórico-metodológicas que deveriam ser debatidas ao se deparar com esse objeto, e que por vezes eram assinaladas como obstáculos, como: atitude na pesquisa, acesso ao campo, ética na pesquisa, método e relação público/privado. Assim como na revisão de Souza Lima, o foco da proposta de Nader é a investigação científica sobre esses espaços políticos e administrativos.

Esse quadro se reverte na análise de Susan Wright (1998) – uma antropóloga com pesquisas acerca de corporações e política – sobre o que chamou de “politização da cultura”. Wright percebeu que, especialmente a partir dos anos de 1980, a noção de “cultura em seu sentido antropológico” estava sendo empregada como uma ferramenta política por decisores (no original, “*decision makers*”) e por comentaristas da mídia a fim de legitimar seus discursos. Independentemente de antropólogos estarem ou não diretamente implicados nessas situações, Wright avaliou que a antropologia está sim envolvida na politização do conceito.

Reconhecendo a multiplicidade de conteúdos que o conceito comporta em sua historicidade, Wright empreendeu uma breve revisão do que chamou os sentidos “antigos” e os “novos” de cultura antes de analisar três casos em que foram acionados. Essa revisão é interessante para melhor precisar com o que dialogam os usos desse conceito. Agrupando diversos intelectuais de diferentes correntes de pensamento antropológico – com foco especial na antropologia britânica por meio de Tylor, Malinowski, Heder, Boas, entre outros –, Wright denominou a noção de cultura desenvolvida e trabalhada por antropólogos no início do século XX como “antiga” e a sintetiza da seguinte forma: uma entidade circunscrita e de pequena escala, com características bem definidas (*checklist*), imutável dentro de um equilíbrio balanceado com um sistema de sentidos compartilhados (cultura autêntica) e composta por

indivíduos homogêneos e idênticos. Indica que essa “antiga noção de cultura”, contudo ainda é muito atual e disseminada na esfera pública (WRIGHT, 1998: 8).

Já o que denominou de “novo sentido de cultura” – desenvolvida no contexto pós-colonial por teóricos como Hall, Merry, Asad, Ortner, Comaroff & Comaroff, entre outros – seria pautado na perspectiva de que cultura não é algo fixo e objetificado, mas um processo de negociação para construção de sentidos e significados sobre as relações sociais. Wright indica ainda que esse processo de disputa e negociação de distintos agentes para o estabelecimento de visões de mundo depois se constituiu em uma ideologia que se institucionalizou e passou a operar em diferentes esferas conformando percepções, categorias e valores; posteriormente uma categoria de um domínio da vida que pode deslizar para outros domínios e ganhar novos contornos. Nesse contexto, é a dimensão hegemônica da cultura que aparece como algo coerente e consensuado, contudo cultura é um conceito sempre em negociação e inserido em processos de reificação, contestação e transformação.

Essas duas sínteses de cultura que Wright elabora são importantes para compreender a politização do conceito e seus usos na análise de quatro contextos distintos. O primeiro é o que chamou de “racismo cultural” na experiência dos discursos e práticas do *New Right* britânico dos anos de 1980 para redefinição do que seria “ser inglês”, a anglicidade (no original, *englishness*). O segundo elemento de análise de Susan Wright é a incorporação da noção de cultura nos estudos organizacionais, quando se começou a desenvolver o conceito de “cultura organizacional” e a ideia de que boas empresas eram aquelas que tinham uma “cultura forte”, articulando tanto o novo quanto o velho conceito de cultura. O terceiro caso – e que poderia ser dividido em dois – é dos usos da noção de cultura na construção de políticas para o setor cultural e desenvolvimentista internacional, como no relatório *Nossa Diversidade Criadora* (em inglês, *Our Creative Diversity*) da Unesco (1997) e na mobilização política do Povo Kayapó. Esses dois exemplos usam de forma muito distinta a “antiga noção de cultura” e, no caso do relatório da Unesco, é o único que antropólogos participaram ativamente na politização do conceito.

O relatório da Unesco é a consolidação de anos de debate dessa agência internacional acerca da possibilidade que as culturas locais fossem transformadas em vetores de desenvolvimento. Ainda que Wright não comente isso, cabe observar que foi também o ponto de partida de diversos investimentos na construção de programas internacionais e políticas nacionais para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Segundo a autora, o empenho do relatório está em indicar que o mundo é composto por diferentes culturas locais como pequenas entidades em si. O potencial transformador da cultura, nessa perspectiva, está no fato de que

não se relaciona apenas com um único domínio da vida social, mas sim constitui e constrói todos os seus aspectos. Operando, assim, com dois pressupostos sobre cultura: como diversamente circunscrita e potencialmente transformadora da realidade. Contudo, para Wright (1998: 13), o relatório apresenta uma análise *top-down* da diversidade cultural e, ao passo que afirma a importância de se valorizar a diversidade, realiza juízos de valor ao definir quais culturas seriam objeto de respeito e proteção – algo relacionado com uma questão muito presente no campo patrimonial: a necessidade de seleção empreendida por agências estatais, o que Regina Abreu (2005) denominou de hierarquização de culturas.

Cabe comentar que a coordenadora do relatório *Nossa Diversidade Criadora* foi a antropóloga mexicana Lourdes Arizpe que, recentemente, publicou um livro a partir das suas memórias de trabalho na construção das políticas culturais internacionais intitulado *Culture, International Transactions and the Anthropocene* (ARIZPE, 2019). Nele, Arizpe comenta brevemente o debate que travou com Susan Wright durante o lançamento do relatório na Inglaterra e indica que, entre os presentes, chegou-se à conclusão que

uma proposta para avançar as ideias desenvolvidas no relatório seria, portanto, realizar pesquisas comparativas sobre as formas em que cultura é mobilizada politicamente a fim de analisar como os seus vários sentidos implicam em diferentes formas de governança com diferentes efeitos naqueles que são marginalizados e empobrecidos. (ARIZPE, 2019: 127, tradução livre)¹¹

Essa revisão do artigo de Susan Wright se fez necessária devido à consonância das questões que ela aponta com as possibilidades que esse projeto de pesquisa possui de adensar a compreensão sobre os usos políticos do conhecimento antropológico, principalmente ao levarmos em consideração sua conclusão deveras crítica e provocativa:

É decepcionante que a oportunidade propiciada pelo relatório da Unesco para que os antropólogos causem um impacto nos usos políticos da “cultura” de maneira a beneficiar os desfavorecidos e marginalizados não tenha sido mais efetiva. Se almejamos influenciar processos locais, nacionais e internacionais que empobrecem e destituem as pessoas de poder, devemos refletir a respeito da nossa própria análise antropológica de como políticos, conselheiros e decisores estão utilizando as novas e velhas ideias de “cultura”. Talvez possamos aprender algo com nossas análises das estratégias políticas de outros sobre como intervir nós mesmos mais efetivamente na politização da “cultura”. No contexto das recentes lamúrias sobre a perda de autoridade da antropologia e a diminuição de sua relevância para os estudos contemporâneos de processos culturais (devido, em parte, ao avanço dos estudos

¹¹ No original: “One proposal for advancing the ideas developed in the Report would therefore be comparative research into the ways in which culture is mobilized politically, in order to analyze how its various meanings imply different forms of governance, with different effects on those who are marginalized and impoverished”.

culturais, GDAT 1996), tal reflexão poderá também ajudar a restaurar uma necessária vanguarda crítica à disciplina. (WRIGHT, 1998: 15, tradução livre)¹²

Evidente que esse quadro apresentado por Susan Wright se refere ao cenário a partir do qual elabora, em particular, da antropologia britânica. Em outros contextos disciplinares, como o brasileiro, na década de 1990, a disciplina antropológica se via cada vez mais impelida a incidir sobre a discussão da politização da cultural. Ainda, é interessante que Wright conclua seu breve artigo, em certo sentido, supondo que antropólogos e antropólogas desejam intervir efetivamente na realidade social de grupos subalternizados por meio de ações políticas de agências internacionais ou estatais, quando a própria inserção de antropólogos e antropólogas nas instâncias estatais por vezes é questionada e problematizada.

Algumas práticas da antropologia no Brasil

Antes de adentrar a discussão sobre a relação entre administração e antropologia brasileira no contexto atual, é preciso mencionar que, segundo Mariza Peirano (1981) desde a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil a questão nacional, por meio do processo de construção da nação e integralização dos territórios, foi um dos temas centrais das análises de intelectuais. Ademais, a produção das Ciências Sociais no Brasil, especialmente desde o início do século XX, esteve fortemente vinculada ao contexto específico de construção do Estado-nacional brasileiro e imersa em amplas questões políticas nacionais. Os intelectuais dos anos de 1930 produziram suas análises dentro do arcabouço ideológico da nação que se pretendia construir, entretanto com o passar das décadas Peirano argumenta que os cientistas sociais se afastaram dessa perspectiva, ainda que continuassem refletindo sobre o processo de *nation-*

¹² No original: “It is disappointing that the opportunity provided by the UNESCO report, for anthropologists to make an impact on the political use of ‘culture’ in ways which would benefit the disadvantaged and marginalizes, was not used more effectively. If we aim to influence local, national and international processes by which people are impoverished and disempowered, it behooves us to reflect on our own anthropological analyses of how politicians, policy advisers and decision-makers are deploying old and new ideas of ‘culture’. We might learn from our analyses of the political strategies of others how to intervene more effectively ourselves in the politicization of ‘culture’. In the context of recent laments about anthropology’s loss of authority and diminishing relevance to the study of contemporary cultural processes (due in part to the advance of cultural studies, GDAT 1996), such reflection might also help restore a much-needed critical edge to the discipline”.

building. Se os contextos históricos de produção de conhecimento influenciam os temas de pesquisa, essa situação ganhou novos contornos em fins dos anos de 1980.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o campo das políticas públicas mudanças importantes na forma como o Estado passou a atuar junto aos *povos e comunidades tradicionais*, uma vez que ampliou os direitos sociais de todos os cidadãos e, em particular, desses grupos. A partir deste momento, principalmente, devido às demandas por políticas públicas específicas de educação, saúde e terra para os povos indígenas e quilombolas, cada vez mais os saberes da antropologia têm sido acionados para a construção de ações governamentais e, conseqüentemente, concursos públicos para órgãos do poder executivo e judiciário começaram a exigir também formação em antropologia.¹³

Esse debate chegou à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em fins dos anos 1980 e início de 1990, motivado pela crescente participação de antropólogos na realização de laudos periciais para demarcação de terras indígenas e, posteriormente, quilombolas, além da demanda do recém-criado Ministério Público Federal para laudos judiciais e estudos de impacto sociocultural no licenciamento ambiental. Portanto, a maioria da produção já acumulada versava sobre essas áreas. A proposta para o estabelecimento de convênios apresentada por órgãos públicos para ABA (a exemplo do firmado com a Procuradoria-Geral da República em início da década de 1990), fizeram com que a associação realizasse grandes investimentos para compreender as mudanças no cenário de atuação de antropólogos, chegando até a se indagar sobre seu papel enquanto uma associação acadêmica e a possibilidade de assumir a posição de associação profissional (CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R., 2008: 7).

Em 2002, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) realizou a *Oficina Antropologia Extramuros* a fim de debater as novas responsabilidades sociais e atuação política de antropólogas e antropólogos – e que foi posteriormente publicada (SILVA, G., 2008). Então, entre os anos de 2002 e 2004, a ABA empreendeu uma pesquisa sobre o estado da arte da antropologia no Brasil em que procurou mapear a trajetória acadêmica e profissional dos antropólogos formados em cursos de mestrado e doutorado em antropologia nos dez anos pregressos (1992-2001). Os resultados da pesquisa estão consolidados no livro *O Campo da Antropologia no Brasil* (TRAJANO FILHO, RIBEIRO, 2004). Entre alguns dos pontos de partida para os eixos de pesquisa, quero destacar aquele que se refere às novas inserções no

¹³ No terceiro capítulo da tese parto dessa premissa para então discutir e questionar essa relação causal, apresentando a hipótese de que ocorreu uma relação de *afinidades eletivas* entre cinco distintos processos de institucionalização.

mercado de trabalho. Havia a percepção que a disciplina antropológica reprovava tacitamente a aplicação dos saberes universitários em atividades práticas, privilegiando uma trajetória profissional acadêmica (de “verdadeiros antropólogos”, de “antropologia pura”) e obscurecendo outras possibilidades de atuação – que, segundo os autores, podem ser heterogêneas e não contraditórias a tal “antropologia pura” (TRAJANO FILHO, RIBEIRO, 2004: 24).

Essa pesquisa foi deveras importante para desenhar o amplo cenário do mercado de trabalho e perfil socioeconômico dos antropólogos entre os anos de 1991-2002. Sendo uma pesquisa quantitativa, o retrato que proporcionou se referia a esse período específico. Devido à diversas mudanças conjunturais, como ampliação das instituições de ensino e pesquisa e expansão dos programas de pós-graduação no início do século XXI, a ABA se propôs a atualizá-la e apresentar um novo panorama para um período posterior e, assim, refez a pesquisa para os anos de 2004-2012 a fim de perceber continuidades e mudanças no perfil dos antropólogos e inserções profissionais. (SIMIÃO, FELDMAN-BIANDO, 2018)

A pesquisa de 1991-2002 indicou e a de 2004-2012 confirmou a tendência que a nossa prática antropológica de fato é predominantemente acadêmica – em especial de docência e pesquisa nas instituições públicas e de docência nas instituições privadas – e que os programas de pós-graduação preparam os alunos, especialmente, para essas atividades (FONSECA, C., 2004: 69-70; TEIXEIRA, 2018: 218). Todavia, cada vez mais o mercado de trabalho para antropólogos e antropólogas tem se ampliado e diversos profissionais, especialmente aqueles com formação até o mestrado, atuam em outras instituições que não de ensino superior, como a administração pública, as organizações não-governamentais (ONG) e empresas.¹⁴ Além da ampliação da demanda por saberes antropológicos fora da academia, a pesquisa também identificou que profissionais de outras áreas buscam formação antropológica para enriquecerem suas atividades sem abrir mão das identidades profissionais anteriores.

Ainda que exista uma aparente heterogeneidade entre as diversas ocupações dos antropólogos nas atividades extra acadêmicas, Fonseca notou que, especialmente na

¹⁴ No artigo *Antropólogos para quê?: o campo de atuação profissional na virada do milênio*, de Claudia Fonseca (2004) e *Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia*, de Miriam Pillar Grossi (2004), constam diversas tabelas com o quantitativo dos mestres e doutores e suas ocupações no momento da inscrição na pós-graduação e depois de formado, assim como renda e área de atuação conforme autoclassificação, possibilitando uma interessante leitura do trânsito entre as ocupações profissionais. Para uma atualização desses dados para os anos de 2004-2012, vale a leitura dos artigos de Carla Costa Teixeira (2018) sobre egressos do mestrado, Igor Machado (2018) sobre egressos do doutorado e Sprandel e Barreto Filho (2018) sobre profissionais da antropologia, onde também cotejam os dados atuais com os da pesquisa anterior.

administração pública, os egressos da pós-graduação em antropologia continuam a trabalhar com temas clássicos e caros ao conhecimento antropológico, tais quais, populações tradicionais (indígenas, camponesas, quilombolas), meio ambiente, patrimônio cultural, entre outros (FONSECA, C., 2004: 76; 81-82). Essa percepção também foi confirmada pela nova pesquisa realizada pela ABA (SPRANDEL, BARRETTO FILHO, 2018)

No terceiro capítulo da tese realizo uma análise qualitativa das discussões e ações que estão envolvidas para a construção de editais de concurso público para o Iphan, adensando mais a discussão sobre as expectativas institucionais a respeito dos profissionais que busca recrutar. Antes, porém, gostaria de trazer um sobrevoo mais quantitativo sobre os editais de concurso público para cientistas sociais e antropólogos no conjunto da administração pública brasileira a partir de um levantamento¹⁵ que realizei acerca dos concursos públicos a partir de 2004.¹⁶

Nesse levantamento considerei não apenas os concursos para as instituições da administração pública direta e indireta federal, como também estadual, municipal, empresas públicas e órgãos do judiciário e legislativo. Uma informação interessante levantada pela pesquisa da ABA sobre *O Campo da Antropologia Brasileira...* é que a principal forma de obtenção de emprego pelos egressos entre 2004 e 2012 foram anúncios e/ou editais de concurso público pela internet (TEIXEIRA, 2018) e que a maior absorção desses profissionais pelo mercado de trabalho foi nas instituições públicas: majoritariamente instituições de ensino e em segundo lugar, a administração pública (TEIXEIRA, 2018; MACHADO, I., 2018).

Esses dados indicam a importância de uma análise acurada dos editais de concurso público para a compreensão desse mercado de trabalho e o que se espera dos profissionais na administração pública a partir do ponto de vista do Estado – em complementação à pesquisa da ABA, que se calçou na visão do conjunto de profissionais de uma formação específica, a antropologia. Ademais, como Sprandel e Barretto Filho (2018) indicam, a pesquisa da associação apenas levantou dados acerca dos egressos de mestrado e doutorado, não capturando

¹⁵ Esse levantamento foi realizado a partir do banco de dados de editais e provas do *site* de divulgação de concursos públicos, *PCI Concursos* (www.pciconcursos.com.br). Seu banco de dados se inicia apenas no ano de 2004. Então, fiz a assinatura do jornal *Folha Dirigida* na expectativa de retroagir os dados até os anos de 1990, porém o banco de dados desse jornal era ainda menor.

¹⁶ No levantamento foram excluídas as entradas para seleção de estagiários, seleções simplificadas para vagas temporárias e para formação de cadastro de reserva. Exclui ainda os cargos para Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Antropologia Biológica/Bioarqueologia e para atividade de professor/docente. Cabe ainda ressaltar que essa base de dados não é apropriada para este tipo de pesquisa, sendo apenas um mecanismo de busca simples em um portal de notícias. Então, os dados só retornaram quando tinham "ciências sociais", "antropologia", "antropólogo" ou "cientista social" no *nome do cargo*. Quando notei, no Edital, que havia outros cargos que permitiam ciências sociais ou antropologia na formação, incluí esses cargos na tabela.

um retrato dos profissionais egressos das graduações.¹⁷ Os autores argumentam que esse ponto cego da pesquisa obscurece uma análise mais detalhada da situação laboral para além da academia, uma vez que muitos profissionais com essa inserção não possuem pós-graduação. De fato, no levantamento que realizei poucos são os editais que exigem formação de pós-graduação para ingresso nas carreiras e cargos do serviço público. No caso da maior parte das carreiras do governo federal, essa exigência não está respaldada na legislação, pois o requisito para os cargos, em geral, é apenas de nível superior completo (com exceção das carreiras de ciência e tecnologia e educação).¹⁸ Acredito que a análise dos dados que consegui levantar permite uma visão mais panorâmica e, ao mesmo tempo, detalhada dessa situação específica.

Retomando a questão das áreas em que esses profissionais trabalham, a tabela 1 (abaixo) apresenta um levantamento dos setores de políticas públicas para os quais foram realizados concursos públicos para cargos efetivos que exigiam formação em Antropologia, Ciências sociais ou interdisciplinares.¹⁹ Tendo em vista que esse levantamento se baseou nos editais para concurso público, onde não há a indicação do setor de forma direta e clara, empreendi essa categorização baseando-me primeiramente no nome do cargo da vaga; por exemplo, “Analista de Reforma Agrária – Antropologia” foi categorizado como Desenvolvimento Agrário ou “Técnico em Assuntos Culturais – Antropologia” ficou sob Cultura. Caso o nome do cargo não contemplasse nenhuma indicação do setor, então categorizei a partir da função da instituição; por exemplo, o cargo “Antropólogo” no edital da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas foi categorizado como Cultura. Em algumas situações tanto o nome do cargo quanto o órgão responsável pelo edital não apresentavam indicavam o setor de atividade, então optei por colocá-los sob a classificação de Gestão Pública; por exemplo, “Analista Municipal – Antropologia” da Prefeitura de Boa Vista ou “Antropólogo” da Secretaria de Administração do Estado do Tocantins. Para os nomes dos setores, me baseei na maneira como geralmente se organizam e se denominam em pastas de ministérios e secretarias por serem terminologias conhecidas e, em certo sentido, consolidadas.

¹⁷ Os motivos desse recorte específico para a pesquisa da ABA podem ser compreendidos por meio dos capítulos introdutórios de ambas publicações (TRAJANO FILHO, RIBEIRO, 2004; SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018).

¹⁸ Essa questão foi melhor debatida na tese a luz da crise jurídica com o edital do concurso do Iphan de 2018 para os cargos de antropologia e arqueologia que apresento no terceiro capítulo.

¹⁹ Em interdisciplinar estão as vagas para “Ciências Sociais e Humanas” de forma abrangente ou ainda casos em que o concurso possibilitava a apresentação de outras graduações além de Antropologia ou Ciências Sociais, como “Antropologia ou Pedagogia”.

Tabela 1 - Quantidade de vagas em concurso público por setor de política pública para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar (2004-2018)

Setores separados por Formação	Soma da quantidade de vagas para o cargo
Antropologia	192
Ciência e Tecnologia	1
Cultura	35
Desenvolvimento Agrário	87
Desenvolvimento Social	23
Desenvolvimento Urbano	1
Direitos Indígenas	5
Gestão Pública	15
Infraestrutura	2
Justiça	17
Meio Ambiente	3
Saúde	3
Ciências Sociais	113
Ciência e Tecnologia	10
Cultura	2
Desenvolvimento Agrário	2
Desenvolvimento Rural	1
Direitos Humanos	2
Direitos Indígenas	3
Educação	5
Gestão Pública	13
Justiça	39
Meio Ambiente	26
Pesca	2
Segurança	5
Transporte	3
Interdisciplinar	320
Ciência e Tecnologia	6
Cultura	195
Desenvolvimento Rural	6
Desenvolvimento Social	11
Gestão Pública	11
Meio Ambiente	23
Pesca	1
Saneamento	11
Saúde	56
Total Geral	625²⁰

²⁰ Cabe ainda observar que essa é a soma da quantidade de vagas para o cargo indicada no edital do concurso público. Eventualmente, os órgãos podem ter conseguido autorização para convocação de número maior de vagas (o que de fato aconteceu nos dois concursos do Iphan, por exemplo) ou que os servidores aprovados e

Ainda que, como já tenha mencionado, a sugestão da pesquisa de Claudia Fonseca (2004) que os antropólogos em experiências profissionais “extramuros” continuem trabalhando com os clássicos temas da Antropologia, essa percepção pode ser aprofundada com a leitura desse levantamento. A maior quantidade de vagas para a formação específica em Antropologia é para as áreas do Desenvolvimento Agrário (87), Cultura (35) e Desenvolvimento Social (23). Contudo, chama atenção que Direitos Indígenas (5) e Meio Ambiente (3) não tenham maior quantidade de vagas. No caso dos Direitos Indígenas, deve-se observar que os últimos concursos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apresentaram um desenho abrangente com um cargo principal para nível superior, o de Indigenista Especializado com 202 vagas em 2016 e contemplando profissionais de qualquer formação universitária – com poucas exceções, como engenheiro, contador e engenheiro agrônomo.

Sem dúvida, imagino que muitos profissionais com formação em antropologia foram aprovados nesses concursos. Contudo, meu foco é a instituição estatal e com essa proposta de cargo amplo entendo que a Funai sinaliza que: 1) seus profissionais serão formados internamente no objeto específico de atuação do órgão, tornando indiferente sua formação universitária específica; e 2) que a antropologia, apesar de permear e auxiliar a construção de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, não é a formação universitária exclusiva ou principal para sua execução. Entretanto, talvez seja precipitado concluir isso a partir unicamente do edital do concurso e seria necessária uma investigação mais aprofundada desse caso particular – o que não é o foco dessa pesquisa.

Já quanto ao setor de Meio Ambiente, a maior convocação é para profissionais com formação mais abrangente em Ciências Sociais (26) ou formações interdisciplinares (23), o que indicaria também uma maior interface dessa política com outras áreas do saber e uma formação mais “flexível”. Ciências Sociais, por exemplo, tem como os principais setores, além de Meio Ambiente, o de Justiça (38) – impulsionado por um grande concurso com vagas para o Ministério da Justiça – e Gestão Pública (16). Já as vagas para mais de uma formação (aqui chamada de interdisciplinar) concentram-se também em Cultura (195) e Saúde (56). Chama atenção, no total das vagas, que os órgãos da administração pública, de forma geral, priorizaram

empossados nesses concursos tenham posteriormente pedido exoneração do cargo. Desta maneira, esses números não devem ser lidos como absolutos ou imagens exatas da quantidade de servidores em atividades nas instituições. Contudo, acredito que permitam uma avaliação de tendências e sejam representativos dessa questão.

chamadas para formações mais amplas, uma vez que o recorte Interdisciplinar contemplou 320 postos de trabalho, maior que a soma de Antropologia (192) e Ciências Sociais (113).

Ao excluir as vagas para estados e municípios e concentrar o olhar nas colocações para o governo federal (tabela 2 abaixo), diversas dessas tendências se mantêm, como a maior quantidade de vagas para formações abrangentes ou interdisciplinares (246) em contraposição à Antropologia (142) e Ciências Sociais (32) e os principais setores para formações interdisciplinares. Todavia, algumas mudanças cabem ser assinaladas. Nos concursos para Antropologia, um dos principais setores se torna Justiça (13) no lugar de Desenvolvimento Social, que já não mais aparece na tabela. Já para formação em Ciências Sociais, aparecem apenas as áreas vinculadas às atividades na área da Justiça e Direitos Indígenas.

Tabela 2 - Quantidade de vagas em concurso público por setor de política pública no governo federal para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar (2004-2018)

Setores separado por Formação	Soma de quantidade de vagas para o cargo
Antropologia	142
Ciência e Tecnologia	1
Cultura	33
Desenvolvimento Agrário	84
Direitos Indígenas	5
Infraestrutura	2
Justiça	13
Meio Ambiente	1
Saúde	3
Ciências Sociais	32
Direitos Indígenas	3
Justiça	29
Interdisciplinar	246
Ciência e Tecnologia	6
Cultura	168
Meio Ambiente	16
Saúde	56
Total Geral	420

Do total de 625 vagas distribuídas em 99 cargos/concursos,²¹ para a união são 420 vagas em 44 cargos/concursos, para o estado são 128 vagas para 40 cargos/concursos e para o município são 77 vagas para 15 cargos/concursos. De fato, é no governo federal que se encontra a maior quantidade de postos de trabalho na administração pública para Antropólogos/Cientistas Sociais e profissionais das Ciências Humanas e Sociais, contando com 420 vagas do total de 625, o que representa expressivos 67,2%.

Da mesma forma, ainda que os debates sobre a inserção profissional de antropólogos e antropólogas no Estado brasileiro se concentrem nas instituições do poder executivo da administração pública indireta (como INCRA, Funai, etc.), há vagas para os demais poderes e outras tipologias institucionais,²² como demonstrado na tabela 3.

²¹ A maioria dos editais para concurso contém 1 cargo para Antropologia/Ciências Sociais/Interdisciplinar. Contudo, alguns editais contemplam mais de 1 cargo para alguma dessas áreas ou, ainda, um mesmo cargo teve provimento em 2 ou 3 concursos em anos distintos. Por isso, optei por denominar “cargo/concurso”.

²² Com base no direito administrativo brasileiro, a administração pública se subdivide em direta e indireta. A administração pública direta é composta por instituições diretamente ligadas ao poder executivo, como ministérios a nível federal e secretarias a nível estadual e municipal, por exemplo, não possuem personalidade jurídica própria e executam políticas públicas de Estado. Já a administração pública indireta é composta por instituições descentralizadas da administração direta voltadas para diversas áreas específicas ligadas a diferentes setores da sociedade que geralmente prestam serviços ao cidadão e têm personalidade jurídica própria. Na categorização que estipulei para quantificar as vagas dos concursos decompus a administração indireta em seus diferentes tipos: autarquias/fundações e empresas públicas/sociedades mistas. E ainda dentro de autarquias e fundações destaquei as instituições de pesquisa (como a Fundação Oswaldo Cruz/ Fiocruz, que é fundação, por exemplo). Assim fiz, pois acredito que exista uma grande diferença entre essas instituições: as atividades de fundações voltadas para pesquisa científica se aproximam da atividade universitária, já as empresas públicas são voltadas para atividades econômicas, enquanto as autarquias e fundações acabam desempenhando atividades um pouco mais próximas das da administração direta no sentido de formular e executar políticas públicas de Estado também. As agências reguladoras também fazem parte da administração indireta, contudo não localizei concursos para nenhuma delas dentro do parâmetro deste levantamento.

Tabela 3 - Quantidades de vagas em concurso público para antropologia, ciências sociais e interdisciplinar por poder, ente federativo e tipo de instituição (2004-2018)

	Administração Pública Direta	Autarquias e Fundações	Empresa Pública	Instituição de Pesquisa	Total Geral
Antropologia	41	148	2	1	192
Executivo	28	148	2	1	179
Estado	13	3			16
Município	14	20			34
União	1	125	2	1	129
Judiciário	13				13
União	13				13
Ciências Sociais	89	24	0		113
Executivo	88	24	0		112
Estado	41	21	0		62
Município	19				19
União	28	3			31
Judiciário	1				1
União	1				1
Interdisciplinar	80	217	17	6	320
Executivo	76	217	17	6	316
Estado		33	17		50
Município	14	6			20
União	62	178	0	6	246
Legislativo	4				4
Município	4				4
Total Geral	210	389	19	7	625

De fato, se para a Antropologia a concentração maior de vagas é nas instituições do poder executivo da administração pública indireta (148 vagas) frente a administração direta (41), no caso da formação em Ciências Sociais a situação se inverte e a maior concentração é na administração direta (89 frente a 24 para a indireta). Talvez a possibilidade de diálogo com a Sociologia e Teoria Política na formação abrangente em Ciências Sociais – assuntos que de forma geral constam no conteúdo programático desses concursos – tenha mais aderência com as atividades de execução de ações estatais da administração direta. Já a maior recorrência de vagas para Antropologia nas instituições da administração pública indireta talvez esteja vinculada à natureza dessas atividades estatais, geralmente, de prestação de serviços aos cidadãos associados a políticas públicas mais específicas. Contudo, não é inexpressiva as vagas para a administração direta para antropólogos (41 de 292, o que representa 14,04%). Além

disso, os concursos voltados para Ciências Sociais se concentram principalmente nos estados (62 de 113), diferente daqueles que buscam especificamente a Antropologia, onde a maior quantidade de vagas é na união (129 de 192).

No que tange às vagas interdisciplinares, novamente o maior peso está na administração indireta. O que poderia sugerir que minha hipótese anterior esteja equivocada, contudo, metade do quantitativo de vagas desse conjunto se refere a um único concurso voltado para as instituições vinculadas ao antigo Ministério da Cultura (122 vagas das 217) que, em geral, solicitou formação em Ciências Humanas e Sociais de forma abrangente, mas suas vagas eram desenhadas para atividades bem específicas como restaurador de papel e documentalista (da Fundação Biblioteca Nacional/ FBN) ou técnico em assuntos culturais (da Fundação Nacional de Arte/ Funarte), por exemplo. Se excluir esse concurso, a tendência entre administração direta e indireta se aproxima.

A análise das informações sobre os concursos públicas para essa área possibilitaria ainda diversas outras observações, mas para o momento pretendi apenas nuançar a colocação de profissionais da antropologia nas instituições estatais.

A crescente participação de antropólogos, nesse novo cenário pós-Constituição Federal de 1988, na formulação e implantação de políticas públicas dentro das instituições governamentais – Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além de secretarias estaduais, municipais e do Distrito Federal, etc. – suscitou diversas indagações para o campo da antropologia, como já mencionei. Contudo, é interessante observar que as questões que têm sido levantadas nos encontros científicos e publicações acadêmicas centram-se especialmente nas atividades do Incra, MPF, Funai e os produtos desses trabalhos como os laudos antropológicos para demarcações de terras indígenas e quilombolas, pouco abordando a experiência profissional de antropólogos em outros contextos estatais. Porém, como é possível perceber nas informações supracitadas, não se deve menosprezar os outros setores das políticas públicas e nem a inserção em governos estaduais e municipais, já que a quantidade de vagas para os demais entes federativos, se somados, chegam a pouco menos de 1/3 do total.

Ainda que, de fato, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente sejam áreas de atuação importantes e a maior concentração de vagas seja na administração indireta federal, não é residual a participação em outros setores e nos demais entes federativos. Talvez o maior volume de livros, artigos e discussões em espaços científicos a respeito desses dois setores seja porque

foram essas instituições ou atividades – juntamente com o Ministério Público da União – que mais demandaram apoio da ABA ou requisitaram trabalhos e consultorias de professores universitários. Entretanto, o quadro amplo de participação de antropólogos e da antropologia na formulação, implantação e execução de políticas públicas é mais variado e precisa ainda ser adensado.

Outro ponto que é importante ressaltar é a inserção desses antropólogos e antropólogas dentro dos órgãos que atuam. No fim do primeiro semestre de 2017, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), solicitei dados a respeito do quadro geral de servidores aos órgãos da administração pública federal que realizaram concursos para antropólogos (e também os de maior quantidade de vagas, 139 vagas): Incra, Funai, Iphan, Ibram, Funasa e MMA. Na tabela 4, consta a soma da quantidade de vagas para os cargos de Antropologia nos concursos públicos dessas instituições.

Tabela 4 - Quantidade de vagas em concurso público para o cargo de antropologia no governo federal por instituição (2004-2018)

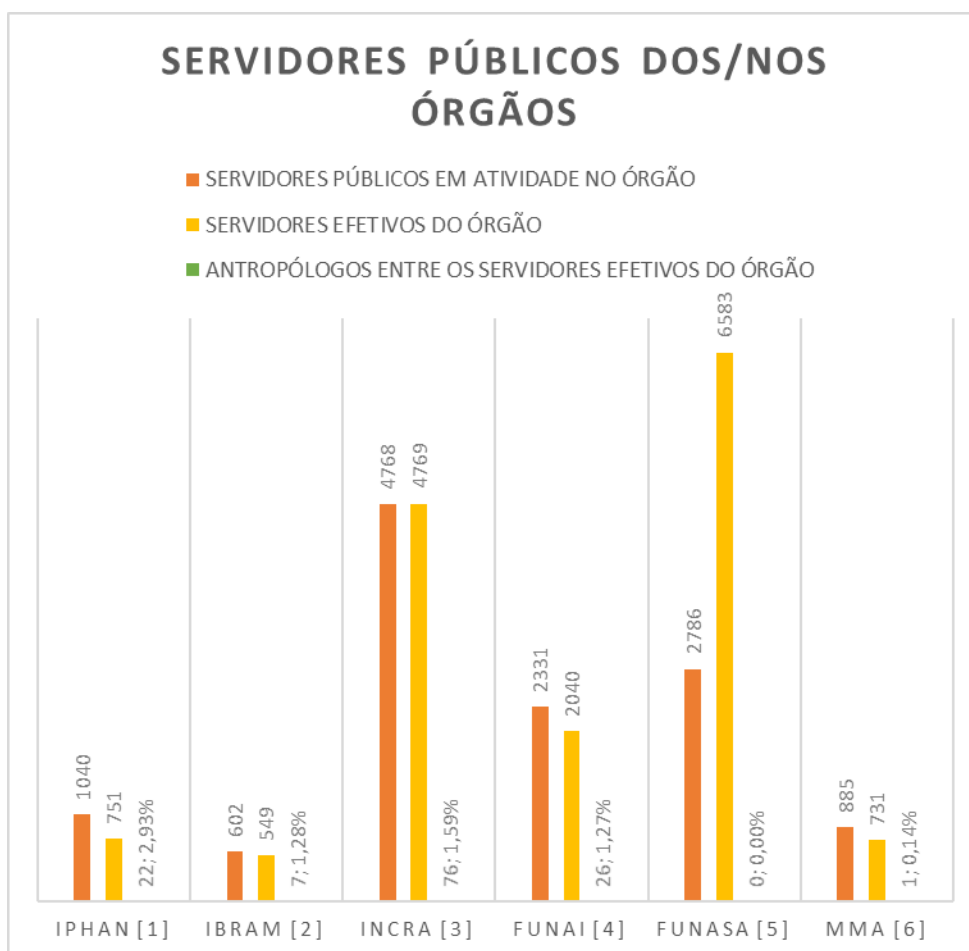
Instituições federais	Soma de Quantidade de vagas para o cargo		
	Administração Pública Direta	Administração Pública Indireta	Total Geral
Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas		5	5
Funasa - Fundação Nacional de Saúde ²³		3	3
Ibram - Instituto Brasileiro de Museus		8	8
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		84	84
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ²⁴		25	25
MMA - Ministério do Meio Ambiente	1		1
MPU - Ministério Público da União	13		13
Total Geral	14	125	139

²³ Até 2010 a Funasa era a responsável pelas ações estatais para saúde e saneamento indígenas. A partir dessa data, a responsabilidade por coordenadas e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas passou para a Secretaria de Saúde Indígena no Ministério da Saúde. Em 2023, a Funasa foi extinta e seus servidores redistribuídos.

²⁴ Cabe observar que o primeiro concurso do Iphan foi contabilizado como “Interdisciplinar” e não consta, portanto, no recorte desta tabela. As 17 vagas para “Técnico em Ciências Sociais” pediam formação em qualquer curso de nível superior, ainda que seu conteúdo programático fosse exclusivamente de Antropologia – não cabe nesse projeto de pesquisa esmiuçar essa questão que deverá ser debatida na tese. Os concursos posteriores foram para Técnico em Antropologia solicitando graduação em Ciências Sociais ou Antropologia. Contudo, os conteúdos programáticos das provas foram muito semelhantes, se não idênticos, ao da primeira prova (ver anexo C).

Esses números, ainda que possam parecer expressivos para o campo da antropologia, quando colocados em perspectiva com a quantidade de servidores em atividade nas instituições estatais ganham diferentes proporções.

Gráfico 1 - Quantidade de servidores públicos nos/dos órgãos: IPHAN, IBRAM, INCRA, Funai, FUNASA E MMA (2017)



A diferença dos números entre as vagas no concurso (tabela 4) e a de servidores ativos (gráfico 1) se deve, provavelmente, à evasão.²⁵ Ainda que a perspectiva da tese não seja a de uma pesquisa quantitativa, acredito que olhar para esses dados como tendências ou como

²⁵ No caso da Funai, especificamente, a diferença se deve, provavelmente, à concursos anteriores que não foram localizados no levantamento que realizei com a base do *PCI Concursos* e nem na *Folha Dirigida*.

representativos de um retrato mais amplo (e não como números absolutos) permitam uma percepção relativa da inserção profissionais dos antropólogos e antropólogas no Estado.

No gráfico 1, consta o quantitativo dos servidores do quadro efetivo dos órgãos (contabilizando aqueles servidores que estão cedidos no momento para atividade em outras instituições) e também os servidores que não são do seu quadro efetivo, mas atuam nele (como cargos comissionados e exercício de carreira descentralizada). Em comparação a esses números destaquei a quantidade de antropólogos do quadro efetivo, ou seja, que ingressaram para o órgão por meio de concurso público para essa área, excluindo assim aqueles que possuem formação em antropologia, mas ingressaram para outros cargos ou por meio de outras formas que não concurso (cargos comissionados, redistribuição, etc.).

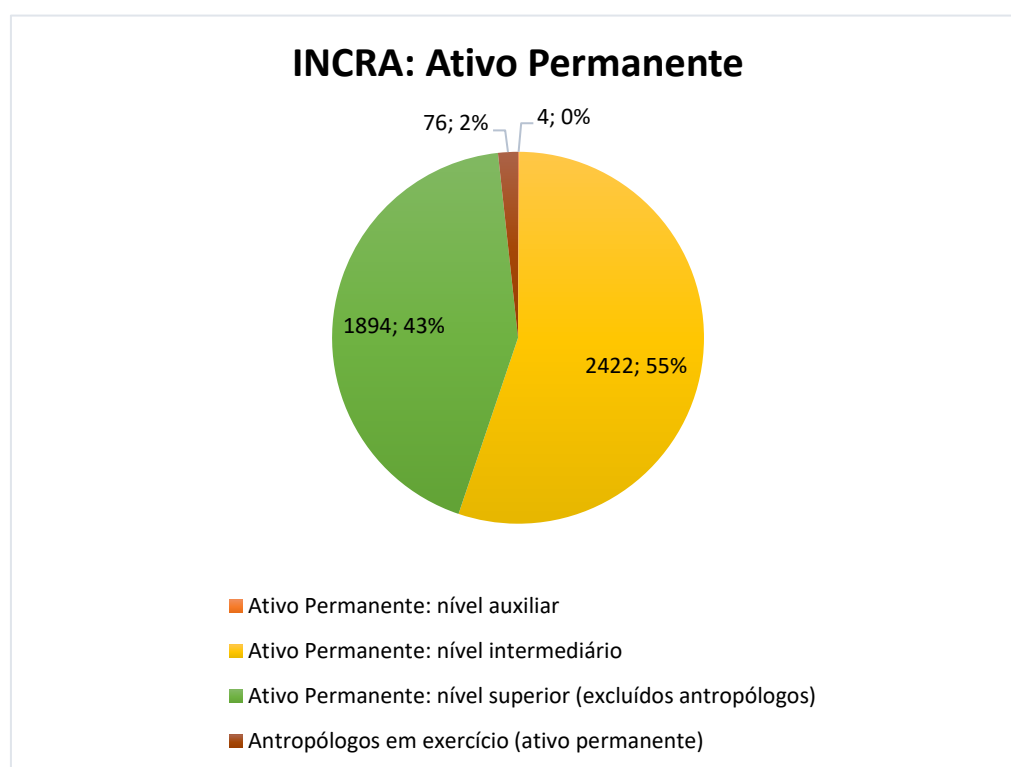
À primeira vista, algo que salta aos olhos é a aparente baixa representatividade dessas formações no conjunto da força de trabalho das instituições. Números que parecem expressivos (76 antropólogos, 26, 22, etc.) representam algo em torno de 1,5% a 3% do total de servidores em meados de 2017. Outro ponto que gostaria de ressaltar com o gráfico 1 é que, se o INCRA possui a maior quantidade de antropólogos em números absolutos (76; 1,59%), o Iphan tem a maior representatividade em números relativos (22; 2,93%), o que reforça a justificativa para se realizar essa pesquisa sobre a relação entre o fazer estatal e a prática antropológica nas políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Agora, entretanto, desejo ressaltar o grande universo de relações e atividades que essas instituições comportam e nas quais estão inseridos esses servidores. Os servidores aprovados em concurso para Antropologia e Ciências Sociais do Iphan, por exemplo, não trabalham de maneira isolada, mas estão em constante contato com um grande número dos 1040 servidores em atividade no órgão em 2017, que vão de procuradores da união aos gestores em posições de decisão (coordenadores, chefes de divisão, diretores, etc.), administradores e economistas que atuam nas áreas-meio e os demais profissionais de outras áreas-fim, todos trabalhando para colocar em movimento as diversas ações estatais necessárias para a implantação da “missão” do instituto.

Empenhando um recorte ainda menor – a partir do Incra, uma das instituições que atualmente mais mobiliza estudos e debates sobre antropólogos em atividade no Estado, e com o Iphan, objeto dessa pesquisa – outros comentários podem ser realizados. Esses servidores que ingressaram por meio de concurso para Antropologia são categorizados nos setores de gestão de pessoas dos órgãos como “ativos permanentes”, em contraposição aos inativos/aposentados,

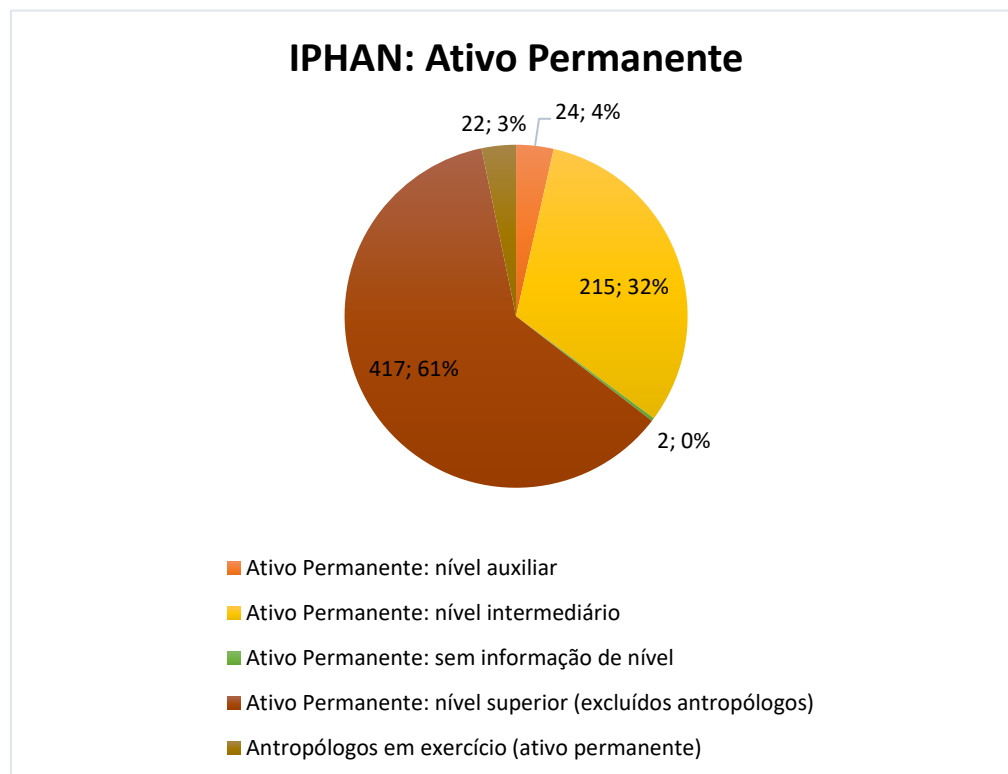
demais servidores não permanentes e ainda aqueles com enquadramento funcional variado a partir das diferentes reformas no início dos anos 1990, como anistiados, etc.

Gráfico 2 - Percentual do quantitativo dos servidores ativos permanentes do INCRA divididos por níveis em 2017



Olhando para o quadro de ativos permanentes do INCRA (gráfico 2 acima) chama atenção a quantidade majoritária de servidores de nível intermediário (em cargos que exigem formação escolar de nível médio completo) em relação ao de nível superior (em funções com exigência de formação universitária). Pouco mais da metade desses servidores estão em funções que não necessitam de formação especializada (55%), o que pode indicar que a instituição avalia que atividades “intermediárias” para a execução de suas políticas demandam mais ou igual servidores que as de formação superior (45%). Já no IPHAN (gráfico 3 abaixo), aparentemente pela leitura desses dados, há maior valorização dos cargos de nível superior e com maior especialidade, portanto, no desempenho das atividades, pois representam 64% do total, enquanto o nível intermediário compõe 32% e o nível auxiliar, 4%. Entre o universo de ativos permanente do nível superior, os antropólogos no INCRA representam 2% do total. Já no IPHAN, representam 3%.

Gráfico 3 - Percentual do quantitativo dos servidores ativos permanentes do IPHAN divididos por níveis em 2017



Tão somente números, os gráficos 1, 2 e 3 possibilitam ressaltar que as instituições são colocadas em ação no mundo por meio de pessoas que se relacionam entre si e com um conjunto de outras instituições.

Ainda que esse breve panorama sobre a inserção de antropólogos e antropólogas nas instituições estatais possa suscitar diversas perguntas, as reflexões que essa prática tem ocasionado ainda se circunscrevem na sua relação com a “antropologia acadêmica” – e não olham para a relação desses profissionais e desse saber dentro do próprio Estado. Essas reflexões vão desde a própria investigação sobre o que significa o “fazer etnográfico” e a possibilidade de “aplicação”, de pôr “em ação” ou de intervenção na realidade a partir desse saber até a identidade profissional da antropóloga quando exercendo atividades não estritamente acadêmicas, as questões éticas e morais do exercício da profissão e o tipo de produção técnica que dela se origina, e, inclusive, a formação oferecida aos estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação.

Mesmo que ainda reste essa lacuna para formação dos discentes nos cursos, muitos foram os investimentos realizados pela ABA nos últimos 15 anos em seminários e mesas-redondas para debater a questão (Cf. BARRETTO FILHO, 2017; ABA, 2015), além da

pesquisa anteriormente citada. A Associação criou também o Grupo de Trabalho Ofício do Antropólogo (BARRETTO FILHO, 2017) entre 2006 e 2008. Posteriormente, a partir da Gestão 2015-2016, estruturou Comitê de Inserção Profissional do/a Antropólogo/a, para discutir aspectos do fazer antropológico para além da prática de docência e pesquisa, assim como a inclusão desses profissionais entre os associados da ABA e a possibilidade de regulamentação da profissão.

Inaugurando esse debate, a ABA promoveu um seminário que resultou numa das primeiras publicações sobre o tema (SILVA, G., 2008). Esses investimentos se traduziram em inúmeras publicações que tocam o assunto de forma direta ou indireta a partir das seguintes questões: *ética* (FLEISCHER, 2010; SARTHI, DUARTE, 2013; VICTORIA, OLIVEN, MACIEL, 2004) *regulamentação e prática profissional* (SILVA, G., 2008; FRANCH, ANDRADE, AMORIM, 20015, FELDMAN-BIANCO, 2013), *laudos e perícias* (LEITE, 2005; OLIVEIRA, MURA, SILVA, 2015; ABA, 2015; O'DWYER, 2010, 2012; SILVA, LUZ, HELM, 1994), *ensino da antropologia* (TAVARES, GUEDES, CAROSO, 2010; GROSSI, TASSINARI, RIAL, 2006) e *o campo da antropologia* (TRAJANO FILHO, RIBEIRO, 2004; SIMIÃO, FELDMAN-BIANCO, 2018) e sua interface com *a esfera pública* (SOUZA LIMA, BELTRÃO, LOBO, et al., 2018). Esse acúmulo de debate é central para a compreensão dos fatores e perspectivas que envolvem o fazer antropológico no fazer do Estado. A produção em geral se concentra no difícil lugar do antropólogo “cientista/ativista” na equação com os povos tradicionais para a garantia de direitos e construção de políticas públicas frente a uma visão dominante de desenvolvimento econômico (FRANCHI, ANDRADE, AMORIM, 2015: 9).

Ainda que por vezes a divisão entre academia e Estado pareça ser reificada – inclusive no instrumento de pesquisa que desenvolvi²⁶ – percebo que essa divisão é mais conceitual do que operacional. As relações entre ambos campos se entrelaçam em diferentes momentos e se imbricam, seja na atuação de “antropólogos acadêmicos” em conselhos ou em atividades de consultorias para instituições estatais, seja na participação dos profissionais da antropologia em congressos científicos ou programas de pós-graduação. Ou ainda na forma como esses campos se retroalimentam: políticas públicas ensejam pesquisas acadêmicas e teorias antropológicas subsidiam intervenções estatais. Carla Costa Teixeira (20018: 224-227) apresenta dados interessantes sobre essa correlação com base no levantamento da ABA para *o Campo da Antropologia...* entre 2004-2012. Teixeira indica que grande parte dos egressos do mestrado continuaram realizando ou participando em projetos de pesquisa, além de apresentar trabalhos

²⁶ Ver primeiro capítulo e anexo A.

em eventos científicos na mesma frequência que durante o curso de pós-graduação. Desta forma, avalio que é preciso ir além da reflexão sobre o binômio atividade acadêmica e atividade “extramuros”, uma vez que estão em constante diálogo para então investigar especificamente o fazer Estatal na sua relação com o fazer antropológico.

O contexto mexicano como produtor de alteridade

Como comentarei no primeiro capítulo da tese, tracei alguns exercícios de distanciamento do objeto da tese a fim de desenvolver a pesquisa etnográfica. Entre eles, estava o distanciamento geográfico com uma parcela da pesquisa comparativa com o contexto mexicano. Essa perspectiva se justificava pela distinta trajetória com antropologia aplicada e pela longa experiência das instituições mexicanas com ações de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, que guardam alguns paralelismos com o Brasil. No contexto da América Latina, é inegável que são os dois países de maior influência regional e acúmulo conceitual e prático. Ambos estruturaram suas políticas federais para preservação do patrimônio em períodos históricos próximos – entre 1910 e 1930 – a partir da construção ideológica estatal de uma narrativa a respeito da identidade nacional. Entretanto, suas institucionalidades, o conteúdo dessa narrativa e a forma de atuação diferem e guardam especificidades com seus contextos particulares.

Estive no México primeiro, em 2017, para um congresso a fim de iniciar o contato com a discussão sobre patrimônio cultural imaterial mexicano e depois entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020 desenvolvi a pesquisa a partir principalmente de entrevistas com vinte atores que desempenhavam ou desempenharam papéis na construção e implementação das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no México.

Esse campo foi muito importante para a tese de doutorado na medida em que me auxiliou na produção de alteridade com o Brasil e, de fato, me levou a um maior distanciamento sobre as questões dadas no contexto que me era tão familiar. Todavia, trago agora uma discussão sobre o México não como fonte de pesquisa para uma construção de análise comparativa, e sim como uma experiência de aproximação que foi fundamental para apurar o desenho da tese e a perceber alguns “pontos cegos” do meu olhar sobre o contexto brasileiro.

Aplicações da Antropologia no México

Enquanto, no Brasil, falar de antropologia aplicada requer um exercício de pensar o que significou a atuação militante dos antropólogos que se encontravam na academia, conforme Gustavo Lins Ribeiro (2004), no México, segundo Nahmad (1997), falar sobre antropologia aplicada é algo corriqueiro, pois a antropologia se estabeleceu no início do século XX já na relação entre produção científica e ação política apoiada pelo Estado, o que não significa que tenha sido uma relação fácil ou sem crítica. Ainda segundo Nahmad, no México, a antropologia aplicada esteve associada a três grandes modelos teóricos: primeiramente, a teoria da aculturação, depois nos anos de 1960 e 1970 à teoria sobre classes sociais e de dependência e posteriormente ao evolucionismo multilinear. Já a sua teoria antropológica de forma geral teve forte influência anglo-saxã até os anos de 1970 e posteriormente iniciou uma aproximação com outras teorias da América Latina numa relação sul-sul a fim de construir aportes próprios para os contextos sociais que estudavam (ESCAMILLA, SALMERÓN, VALLADRES, 2007).

Marisol Pérez (2007) defende, a partir de sua própria experiência e de Ángel Palerm e Marieta Baba, que a antropologia aplicada é, ao mesmo tempo, prática e acadêmica, pois se baseia na teoria antropológica e a emprega visando a mudança social e cultural e, durante a atividade prática, possibilita construir novas metodologias de trabalho, *insights* e novos conhecimentos que retroalimentam a teoria. Ademais, de maneira geral, cada contexto social de produção de conhecimento o afeta e o transforma. Assim, não apenas as antropologias nacionais diferem umas das outras, como irão se distinguir em si mesmas ao longo do tempo. Se essa relação entre teoria e prática tem um longo histórico no México associado às práticas estatais e às teorias supracitadas, atualmente a questão mais premente é ocasionado pelos efeitos da globalização e da expansão de um sistema econômico e político neoliberal nos grupos sociais e também no mercado de trabalho para os antropólogos. O mercado de trabalho se encontra flexibilizado, fragmentado e composto por outros contratantes além do Estado. Do mesmo modo que no Brasil, também há outras possibilidades de trabalho, como consultorias para estudos de impacto ambiental de grandes empreendimentos, organizações não-governamentais (ONGs), etc.

Antes de mencionar as mudanças no contexto mexicano, cabe brevemente historiar a trajetória da antropologia aplicada, especialmente, na sua relação com o Estado. Escamilla, Salmerón e Valladares (2007) apresentam de forma abrangente o campo profissional,

institucional e acadêmico da antropologia no México. Ainda que desde 1906 já houvesse aulas de história, arqueologia e etnologia em algumas instituições, foi em 1938 que se estabeleceu o primeiro Departamento de Antropologia com um programa específico para essa formação no *Instituto Politécnico Nacional* e a institucionalização da disciplina se consolidando em 1942 com a criação do *Instituto Nacional de Antropología y Historia* (INAH) – como é possível perceber adiante, a criação do INAH também surge como um marco nas políticas patrimoniais. No contexto do INAH foi também criada a *Escuela Nacional de Antropología y Historia* (ENAH), ainda hoje uma das mais importante instituição de formação na área para graduação e pós-graduação.

Desde seu estabelecimento como uma disciplina institucionalizada, a antropologia no México, se considerou como uma profissão destinada à orientação e execução da ação pública e da preservação e proteção do patrimônio cultural e arqueológico. Como afirma Virginia Molina (s.d.), a antropologia social era uma ciência que proporcionava aos seus praticantes as ferramentas analíticas para atuarem como agentes ou consultores das agências governamentais encarregadas da mudança social planejada. De fato, não se fazia distinção no currículo e nem na orientação entre antropologia social e antropologia aplicada (ESCAMILLA, SALMERÓN, VALLADARES, 2007: 394, tradução livre).²⁷

Já a perspectiva de uma formação específica em antropologia aplicada por meio de cursos se deu como consequência da criação, em 1951, dessa especialidade no Instituto Nacional Indigenista (INI), o que demonstra a intrínseca relação entre academia e Estado.

Os autores comentam os caminhos da antropologia aplicada – do indigenismo, da antropologia comprometida e da antropologia dialógica-crítica colaborativa – por meio de dois grandes antropólogos mexicanos: Gonzalo Aguirre Beltrán e Ángel Palerm (ESCAMILLA, SALMERÓN, VALLADARES, 2007: 395-398). Argumentam que para Aguirre Beltrán – um dos antropólogos aplicados mais conhecidos, tendo atuado no INI e na Secretaría de Educación Pública (SEP), entre outros – a ideia de uma divisão entre academia e prática seria “aristocrática”, uma vez que a teoria advém da prática, não havendo assim distinção entre antropologia social e aplicada. Seguindo os passos de Manuel Gamio, Aguirre Beltrán afirmava que a produção mexicana se fazia justamente pela prática (especialmente indigenista) e a partir dela construía o arcabouço teórico para conduzir tanto a aplicação quanto a pesquisa. Defende,

²⁷ No original: “Desde su establecimiento como una disciplina institucionalizada, la antropología en México se consideró una profesión destinada a la orientación y ejecución de la acción pública y del cuidado y resguardo del patrimonio cultural y arqueológico. Como afirma Virginia Molina (s. f.), la antropología social era una ciencia que proporcionaba a sus practicantes herramientas analíticas para desempeñarse como agentes o consultores de las agencias gubernamentales encargadas del cambio social planificado. De hecho, no se hacía distinción en el currículo ni en la orientación entre antropología social y antropología aplicada.”

assim, que a antropologia deva preparar os seus profissionais para prática e reflexão crítica sobre a prática.

Por outro lado, e a partir das críticas ao modelo indigenista, Ángel Palerm entendia que apesar da importância da prática, essa era diferente da ciência e da promoção do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nunca haveria uma antropologia “pura”, pois seu nascimento no colonialismo e a vocação de aplicação que os conhecimentos produzidos possuem tornam até a produção mais teórica em “impura”. O antropólogo, para ele, deveria estar comprometido com a justiça social e a mudança estrutural, o que poderia ser dificultado na relação com funcionários estatais envolvidos num projeto particular.

Atualmente, a terceira corrente seria influenciada pela virada pós-moderna que, assumindo que nenhuma pesquisa jamais possuiria objetividade plena, uma vez que as realidades que analisam são construções sociais, incorpora a perspectiva de produção de conhecimento a partir das diversidades de olhares sobre dada realidade e na relação que se estabelece entre pesquisadores e sujeitos no processo de pesquisa e de ação. Desta forma, a partir das teorias acadêmicas – e diferentemente do indigenismo de Gamio – enfatiza a importância de se trabalhar os grupos sociais e sujeitos de forma compartilhada.

Dentro deste cenário histórico, é possível melhor compreender a expansão de universidades e programas de formação que ocorreu de forma mais intensa a partir especialmente dos anos de 1970 e 1980 em que a maioria fora fortemente influenciada em seus programas pela ENAH. Segundo os autores, no início do século XXI, havia 25 escolas e faculdade com cursos de antropologia, sendo 21 públicas e quatro privadas com boa distribuição geográfica pelo país, ainda que haja concentração na Cidade do México e no estado do México. Escamilla, Salmerón e Valladares (2007: 391-394) destacam que a partir de dados da *Secretaría del Trabajo y Previsión Social* e do *Observatorio Laboral*, entre 1997 e 2006, em torno de 500 pessoas se formavam em “antropologia, etnologia e arqueologia” por ciclo letivo, o que daria em torno de 4500 profissionais no total. Em 1999, haviam 6800 antropólogos trabalhando na área e, em 2000, os números haviam reduzido para 5500. Entre as pessoas que declararam ser formadas em “antropologia, etnologia e arqueologia”, suas ocupações principais em 2007 foram: 21,1% profissional de ciências sociais, 16,6% professores universitários, 16,4% professores escolares, 4,6% chefes de departamento, coordenadores, etc., e 39,3% declararam não trabalhar na área.

É possível cotejar esses dados com uma pesquisa quantitativa realizada pelo *Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales (CEAS)*²⁸ em 2016. Segundo a “*Propuesta de la Comisión Intergeneracional sobre el Ejercicio Profesional de la Antropología (CIEPA) para la realización de un diagnóstico sobre el ejercicio profesional de la antropología en México en el siglo XXI*”,²⁹ essa pesquisa foi motivada pelas alterações e precarizações no contexto profissional, quando o CEAS fora instado por seus sócios a atuar mais proativamente junto às questões de laborais. Tiveram ainda como uma de suas inspirações para essa pesquisa justamente a análise sobre *O Campo da Antropologia no Brasil* realizada pela ABA e comentada anteriormente.

Os dados reunidos por esse *survey* estão mais centrados na perspectiva de trajetória acadêmica, impressões sobre a situação atual do trabalho (valorização, retorno financeiro, etc.) e recomendações de atuação futura do CEAS, sendo pouco elucidativos sobre os distintos contextos profissionais – o que talvez demonstre que essas distinções não são grandes questões para o conjunto de antropólogos no México.³⁰ Essa pesquisa foi respondida por 615 antropólogos de modo aleatório a partir de uma chamada pelos canais do CEAS e seus associados. Deste conjunto, 485 realizaram graduação (licenciatura) em antropologia e 130 em outras disciplinas para posteriormente realizarem pós-graduação (mestrado ou doutorado) em antropologia. Dos 485 que ingressaram no curso de graduação em antropologia, 388 (80%) se titularam; dos 420 ingressos no curso de mestrado em antropologia, 354 (85%) se titularam, e dos 252 matriculados no doutorado em antropologia, 168 (66,6%) concluíram. Destes dados também é possível depreender que existe uma grande ênfase na formação antropológica no curso de mestrado.

²⁸ Os *colegios* profissionais no México são associações sem fins lucrativos formadas pelo conjunto de profissionais formado numa mesma área. Ao serem autorizadas e registradas pela *Secretaría de Educación Pública*, funcionam como um misto de associação científica e conselho profissional, pois não apenas tem como função a divulgação científica e fomento da disciplina, mas também acumulam algumas funções mais operacionais como trabalhar para o benefício social desse coletivo e análise de mercado de trabalho.

²⁹ Essa proposta foi apresentada ao CEAS em 2015 na assembleia geral e depois publicada na seção documentos da revista *EntreDiversidades* (n. especial, fev. 2016) juntamente com uma tradução do texto *Antropólogos para quê?*, de Cláudia Fonseca (2004), o que ressalta que o interesse na pesquisa sobre o Campo da Antropologia no Brasil estava especialmente centrado na inserção profissional fora dos contextos acadêmicos.

³⁰ A síntese do relatório dos dados dessa pesquisa encontra-se publicado no site do CEAS. Disponível em: <<https://ceasmexico.wordpress.com/2016/10/13/sintesis-de-resultados-encuesta-sobre-la-practica-profesional-y-las-condiciones-de-trabajo-de-los-antropolog-os-en-mexico/>>. Acesso em: dez. 2018.

Do total de 615 entrevistados, 63,6% responderam que atualmente trabalham em postos que se relacionam com o campo da antropologia (tabela 5), o que está de acordo com o outro levantamento anteriormente mencionado.

Tabela 5- Relação entre o trabalho e o campo da antropologia no México.

<i>Relación entre el trabajo y la antropología</i>	Sí	%	No	%	Un poco	%	Suma
al egresar de la licenciatura	339	55.1	169	27.5	167	17.4	615
al egresar del posgrado	282	67.1	80	19.0	58	13.8	420
el trabajo actual	391	63.6	121	19.7	103	16.7	615

Fonte: CEAS, 2016

É interessante perceber que há uma razoável absorção no mercado de trabalho de profissionais recém-formados, uma vez que 55,1% conseguiram postos de trabalho na área apenas com essa formação e 17,4% lograram empregos que possuem alguma interface com antropologia. Contudo, de fato, a maior absorção ocorre após a formação em pós-graduação (67,1%).

A pesquisa também traz dados interessantes sobre o setor em que trabalham esses antropólogos e antropólogas (tabela 6). Ainda que, atualmente, o setor mais expressivo seja o acadêmico (41,1%), salta aos olhos que, na verdade, a maioria dos profissionais (quase 60%) trabalha de forma dispersa em outras áreas de atividade, sendo o segundo mais expressivo o setor público (26,1%). Outro fato que chama atenção é que o setor privado compõe de forma mais considerável a contratação logo após o fim da graduação (19,8%) em comparação com a absorção neste setor após a conclusão da pós-graduação (8,3%), o que pode ser tanto por uma falta de interesse na formação mais especializada pelo setor privado ou porque os profissionais com melhor formação buscam outros postos de trabalho. O inverso ocorre com o setor acadêmico que contrata mais após o fim da pós-graduação (45% em comparação com 33,5% após a graduação). Os demais setores (público, ONG, negócios próprios, trabalho independente e organismos internacionais) se mantêm estáveis, sem expressivas variações.

Tabela 6 - Setor de trabalho em antropologia no México.

¿En qué sector se encuentra (o encontraba) el trabajo?	Al egresar de la licenciatura?		Al concluir el posgrado?		En la actualidad?	
	Total	%	Total	%	Total	%
Respuestas						
Sector privado	122	19.8	35	8.3	78	12.6
Sector público	190	30.8	128	30.4	161	26.1
Sector académico	206	33.5	189	45.0	253	41.1
Organización de la sociedad civil	47	7.6	34	8.1	37	6.0
Negocio propio	12	1.9	9	2.1	26	4.2
Trabajo independiente (o <i>freelance</i>)	35	5.6	22	5.2	59	9.5
Organismo o cooperación internacional	3	0.4	3	0.7	1	0.1

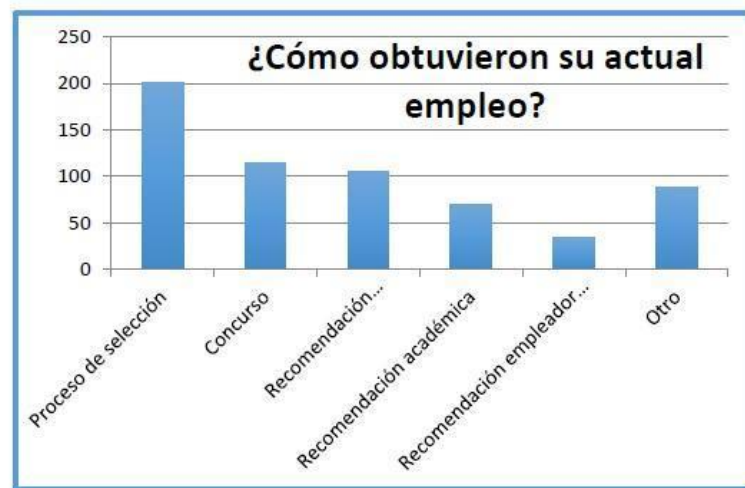
Fonte: CEAS, 2016.

Essa pesquisa não contempla um mapa das instituições estatais que empregam profissionais da antropologia nem em qual área da política pública atuam. Contudo, o artigo de Escamilla, Salmerón e Valladares (2007: 398-400) traz um conjunto relativamente detalhado. Esses autores destacam que nos últimos anos, devido a reformas e políticas neoliberais do Estado mexicano que direcionou as ações aos grupos étnicos para uma perspectiva de atuação contra a pobreza e a extrema pobreza, houve a diminuição da oferta de postos de trabalho nas instituições estatais indigenistas (tradicionalmente um espaço de grande absorção). Ademais, as vagas de trabalho na academia se mantiveram estáveis. Por outro lado, outras possibilidades na administração estatal foram ampliadas graças à guinada nos anos de 1990 do discurso do governo de respeito à pluralidade política e sociocultural que levou ao estabelecimento de “políticas de identidade” (consequência da ampliação do acesso a novos direitos por grupos sociais) e “políticas afirmativas” de atenção à grupos vulneráveis. O mapa que apresentam das instituições, secretarias e direções é amplo. Sua leitura permite depreender que os setores que atualmente empregam antropólogos nas instituições estatais são: direitos indígenas, educação, cultura e patrimônio, desenvolvimento social, meio ambiente e justiça. Além disso, há também postos de trabalho junto: a “*empresas paraestatales*” (semelhantes às empresas públicas e mistas brasileiras) na área de energia devido aos estudos de impacto social e ambiental de grandes empreendimentos; organismos de cooperação internacionais como Organizações das Nações Unidas, UNESCO, Organização Internacional do Trabalho, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial; empresas privadas voltadas para comércio justo ou provisão de condições de igualdade social; e organizações não-governamentais e movimentos

sociais. Esse rol de possibilidades é semelhante ao que atualmente encontrei no contexto brasileiro, mencionado anteriormente.

Retomando a pesquisa do CEAS, outro ponto que gostaria de ressaltar é a forma de ingressos nos empregos. No México (figura 4 abaixo), se somarmos as recomendações/indicações, estas se comparam em número com as entradas no mercado de trabalho por meio de processo seletivo e concurso. Demonstrando, assim, tanto maior flexibilidade nas formas de contratação quanto maior centralidade nas formações de redes de relações entre os profissionais com vistas a sua inserção no mercado de trabalho. Os dados que apresentam também sobre os empregos atuais, indicam que a grande maioria de profissionais obtiveram seus postos atuais por meio de indicação de amigos e conhecidos (CEAS, 2016: 14)³¹.

Gráfico 4 - Forma de obtenção do emprego atual de antropólogos no México



Fonte: CEAS, 2016.

Os resultados dessa pesquisa do CEAS ressaltam que o número crescente de egressos nos últimos 30 anos devido à ampliação das instituições de formação em antropologia não foi acompanhado por uma maior demanda por trabalho de profissionais de antropologia com remuneração considerada adequada. A maioria dos profissionais avaliaram que seus trabalhos estão de acordo com sua formação atual (62%). Contudo, um número expressivo avalia que

³¹ Não está evidenciada, no relatório do CEAS representado no Gráfico 4, a diferença entre processo de seleção e concurso. Aparentemente, concurso é também um tipo de processo de seleção. De todo modo, nesses dados chama atenção o fato do somatório de processos de seleção e concursos equipara-se ao de recomendações por redes de relações.

ocupa trabalhos aquém das suas formações. Para a situação, os entrevistados indicaram como recomendações mais frequentes: difusão maior das possibilidades de práticas dos antropólogos, incentivar que os setores públicos e privados que envolvem questões antropológicas ampliem as vagas para esses profissionais, propor e desenvolver projetos que possibilitem empregos a jovens antropólogos, realizar diagnósticos e estudos sobre as áreas que poderiam empregar antropólogos, e criar uma rede de divulgação de postos de trabalho (como a LinkedIn). (CEAS, 2016: 17)

Deve-se levar em consideração também as capacidades e habilidades profissionais exigidas nesses novos contextos. Escamilla, Salmerón e Valladares (2007: 407-409) ressaltam que esses profissionais da antropologia são muito procurados pelo mercado profissional (sic), uma vez que a conjuntura atual de intervenção social valoriza os aportes trazidos a partir da visão do “outro”, do “público-alvo” da ação. Legarreta, Litona e Hernandez (2016) comentam que, no contexto de algumas contratações, são chamados de “campeiros”, o que entendo que significa um reconhecimento do trabalho de campo como uma habilidade forjada na formação antropológica. Ao contratar os profissionais da antropologia, os empregadores esperam que eles possam se aproximar dos grupos sociais, resgatar suas vozes e visões de mundo, respeitando-os e tornando-os compreensíveis para essas instituições. Assim, os autores ressaltam que o profissional deve ainda adquirir novas capacidades profissionais que não estão no currículo de formação na antropologia mexicana (e nem brasileira), como administração de tempo, organização e periodização adequada do trabalho, delimitação precisa do problema de análise e intervenção e cumprimento da atividade dentro dos limites precisos e reduzidos que se esperam dos resultados.

Esse cenário coloca novos desafios para atuação de antropólogos no México, assim como no Brasil, que dizem respeito à conduta ética em contextos profissionais em que a relação entre o grupo social não apenas se resume a eles e aos antropólogos-pesquisadores, uma vez que há um terceiro ator na relação: a instituição empregadora e seus interesses na atuação. Legarreta, Litona e Hernandez (2016) realizam uma interessante análise do Código de Ética do CEAS (aprovado em 2016) a luz da situação atual de trabalho dos antropólogos mexicanos. No México, o contexto é de mudanças devido à integração política e econômica com os Estados Unidos, à “fragmentação e flexibilização” dos contratos de trabalho em que há grande contratação de profissionais, inclusive subcontratação de professores e pesquisadores acadêmicos, para realização de projetos e consultorias em agências estatais, empresas multinacionais, etc., mas sem compor efetivamente os quadros dessas instituições. Soma-se

também as reformas estruturais na política mexicana para educação e bens comuns. Um quadro, de certa maneira, semelhante ao do Brasil.

Por outro lado, esses autores argumentam que a antropologia mexicana, antes engajada na execução e intervenção do projeto nacionalista estatal, atualmente poderia ser caracterizada como cosmopolita e distanciada de debates políticos e dos processos sociais que estuda. O resultado disso é que os debates sobre ética na academia e nas associações profissionais têm tratado o tema do ponto de vista teórico ou da perspectiva do pesquisador e não problematizam os diferentes circuitos de atuação profissional do contexto nacional mexicano num mercado globalizado. Trazem ainda diversos exemplos de situações reais de antropólogos subcontratados para pesquisa e construção de análises para uso de inteligência e intervenção militar em contextos de crise e violência, ajustes de produtos e serviços ao mercado consumidor ou público-alvo de políticas estatais.

Legarreta, Litona e Hernandez (2016) apontam que o problema do código de ética do CEAS (muito baseado no código de ética da *American Anthropological Association*) se encontra no seu caráter normativo, apolítico e discursivo centrado no sujeito que empreende o trabalho.³² Desta forma, sem consideração do âmbito político da inserção profissional e da ética em diferentes contextos, o código fica reduzido a um guia de comportamento que depende das decisões pessoais e particulares. Uma vez que o “tipo ideal” do código de ética é o pesquisador, vários dos itens ali incluídos não se adequam aos diferentes contextos de trabalho – o mesmo ocorre no Código de Ética da ABA. Como já mencionado, a inclusão de um terceiro ator na relação (o empregador do antropólogo) dificultaria, por exemplo, a ampla divulgação dos resultados do trabalho (que são de propriedade privada do contratador), a ampla clareza dos

³² A regulamentação de profissões no México e no Brasil ocorre de forma distinta. Ainda que se possa dizer que, no México, a antropologia é uma profissão reconhecida, isso não significa que está sujeita ao controle e certificação obrigatória – como seria o caso no Brasil se fosse regulamentada. No México, fica implícito na Constituição Federal que será atribuição dos estados promulgarem leis que regulamentem e exijam certificações para exercício profissional de algumas profissões em suas respectivas circunscrições. Contudo, essa disposição faz com que haja sobreposições e exigências exacerbadas por parte de diferentes legisladores (DÍAZ, 2013). No caso do *Distrito y Territorios Federales*, a profissão de antropólogo (entre outras) está reconhecida desde 1974 e com base nela o CEAS atua. Contudo, não é obrigatório que profissionais participem dos *colegios* para exercício de suas atividades laborais. Talvez por isso esteja em debate no México desde 2014 um projeto de lei federal para regulamentação das profissões que obrigue certificação e participação nos *colegios*. Rodrigo Llanes Salazar (2016) faz um importante debate sobre a “*Ley General del Ejercicio Profesional Sujeto a Colegiación y Certificación Obligatorias*” e seu possível impacto para a antropologia social e o papel dos *colegios profesionistas*, no caso da antropologia ser uma das profissões com certificação obrigatória. De forma geral, essa iniciativa foi muito debatida e aparentemente rechaçada pela desqualificação que geraria dos cursos universitários (atualmente a única exigência para exercício profissional), perigo de corporativismo e incremento de poder dos *colegios* e o provável negócio que adviria disto. Não consegui localizar informações sobre a aprovação dessa iniciativa de lei geral, o que me leva a supor que até o momento não ocorreu.

objetivos do trabalho e a devolutiva dos seus resultados. Os autores entendem que a questão da ética na antropologia não se resolve no indivíduo, mas que deveria ser uma discussão política geral do conjunto de profissionais sobre a militarização da disciplina e o estreitamento das relações do México com os Estados Unidos e com isso um posicionamento mais assertivo sobre a situação atual dos usos da antropologia nesses contextos.

Pelo exposto, existem diversas aproximações possíveis entre o campo da antropologia no Brasil e no México, entre elas: áreas de atuação, possibilidades de inserção, capacidade necessárias para desempenhar o trabalho, entre outras. Contudo, a experiência mexicana no que se refere à atuação estatal e em outras atividades já acumula um vasto material de análise e crítica, levando o debate para questões mais particulares e práticas e menos teóricas que no Brasil, como na discussão sobre ética. Além disso, a atual situação de fragmentação de contratação e flexibilização das formas de trabalho ainda não parece uma realidade plenamente estabelecida no Brasil – ainda que já seja possível vislumbrá-la. Por outro lado, no atual contexto político brasileiro, há uma crescente tentativa de descrédito da antropologia enquanto ciência e da atuação do antropólogo, taxada de ideológica, (MACHADO, MOTTA, FACCHINI, 2018) que coloca outros desafios – e não se apresenta no México.

Antropologia e Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil e no México

Quando eu cheguei ao México interessada em estudar a interconexão entre o conhecimento antropológico, os profissionais formados em antropologia e o processo de institucionalização das políticas públicas para salvaguarda do patrimônio imaterial, esse tema de pesquisa não reverberou. Primeiro, não era uma questão premente, como parecia ser no Brasil. Em uma entrevista em campo, um *promotor cultural* mexicano me disse que essa questão já fora “resolvida” por Rodolfo Stavenhagen e me sugeriu a leitura de um de seus artigos. Nesse texto, Stavenhagen assinala que “o cordão umbilical de nossa antropologia conduz ao Estado mexicano, que a mantém bem sujeita ao ventre materno, provedor e controlador” (STAVENHAGEN, 2015: 88, tradução livre)³³ e que este “estreito vínculo entre

³³ No original: “el cordón umbilical de nuestra antropología conduce al Estado mexicano, que la mantiene bien sujeta al vientre materno proveedor y controlador”.

a antropologia e a administração pública deixou sua marca nos planos de estudo, nos projetos de pesquisa, na orientação teórica e nas obras publicadas pelo INAH e pela ENAH” (STAVENHAGEN, 2015: 89, tradução livre),³⁴ em particular na primeira metade do século XX. Além disso, nos órgãos de atuação mais operacional com as ações e medidas para a salvaguarda do patrimônio cultural, como a *Dirección General de Culturas Populares, Indígenas y Urbanas* da *Secretaría de Cultura* havia apenas uma (01) antropóloga de formação trabalhando.

Por outro lado, as entrevistas e conversas que realizei com os gestores, funcionários e professores universitários que atuam na área de patrimônio imaterial, todas, matizaram as tensões e impasses referentes à institucionalização da política de salvaguarda do patrimônio imaterial no México. Assim, ainda que os elementos etnográficos que consegui reunir sejam interessantes e tenham me auxiliado a colocar em perspectiva a experiência brasileira, acabaram por tomar um rumo diferente daquele do campo brasileiro. Portanto, trago aqui alguns dos elementos que me ajudaram a descentrar meu olhar sobre o Brasil.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão descentralizado do governo federal brasileiro, tem como missão a preservação do patrimônio cultural nacional, seja ele material ou imaterial em todos os cortes temporais. Uma importante diferença entre México e Brasil a se levar em consideração na organização das políticas públicas para patrimônio é que no Brasil as áreas de atuação com patrimônio não são divididas primordialmente por disciplina (arqueológico, arquitetônico, antropológico) e nem por corte temporal (seja pré-colombiano, colonial, moderno ou contemporâneo). Toda a gestão desses patrimônios está centralizada, em âmbito federal, no Iphan. Assim como, internamente, as equipes de trabalho se dividem, atualmente, por processos (inventários, registro e apoio e fomento) de acordo com a tipologia de patrimônio (imaterial ou material, sendo este último subdividido em arqueológico, bens móveis ou bens imóveis). É claro que a composição dessas equipes está fortemente vinculada com as áreas do saber que melhor informam a atuação com determinados patrimônios (sejam arquitetos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, historiadores da arte, entre outros).

Ainda que a questão disciplinar subjaza ao trabalho, ela não é tão evidente quanto na organização administrativa mexicana. Nesta, o *Instituto Nacional de Antropología e Historia* (INAH) é responsável pela gestão do patrimônio histórico e arqueológico (material) até o século

³⁴ No original: “estrecho vínculo entre la antropología y la administración público dejó su marca en los planes de estudio, los proyectos de investigación, la orientación teórica y las obras publicadas por el INAH y la ENAH”.

XIX e de investigação em questões arqueológicas, antropológicas e históricas; e o *Instituto Nacional de Bellas Artes* do patrimônio artístico (material) a partir do século XX. Enquanto a gestão do patrimônio antropológico (imaterial), mesmo sem regulamentação própria, está em um arranjo de coordenação de múltiplas instituições: com o reconhecimento internacional no INAH, ações de salvaguarda com a *Dirección-General de Culturas Populares, Indígenas y Urbanas* e as investigações etnográficas junto ao INAH e outras universidades.

O adjetivo usado junto ao termo “patrimônio cultural”, grosso modo, como material/imaterial ou arqueológico/histórico/artístico/antropológico, é também uma forma de classificar, diferenciar e destacar. Seja diferenciá-los pelas características em que a ação estatal ou investigativa irá incidir (material ou imaterial) ou destacar a área do saber que detém a principal expertise para atuar. Funciona também como a nomeação da fronteira entre essas subáreas do patrimônio cultural para uma intervenção sobre o mundo social. Essas diferenças se veem expressas também nas diversas possibilidades de estruturas administrativas estatais para atuação.

Essas formas de classificar são oriundas dos diferentes contextos específicos de conformação do campo do patrimônio cultural e da antropologia em cada um desses Estados nacionais. É quase um clichê antropológico dizer que tendemos a naturalizar construções sociais coletivas ao ponto de entendê-las como as únicas formas de classificação possíveis; e, assim, o trabalho de um antropólogo é estranhar o familiar (Cf. VELHO, 1992) e compreender as diferentes visões de mundo. De todo modo, trabalhando com patrimônio cultural no Brasil, me via naturalizando a abordagem mais enfocada na característica do patrimônio cultural e que colocava em segundo plano as implicações dessa atuação para as diferentes áreas do saber.

Para entender a atual estrutura administrativa mexicana para essa área, é interessante retroceder e compreender como se institucionalizou as ações estatais para o patrimônio cultural no México. A ação estatal no setor da cultura, no México, remonta aos primeiros anos após a Revolução mexicana de 1910, quando o Estado começou a legislar sobre patrimônio, cultura popular e povos indígenas com base no projeto ideológico de construção de uma nação unificada. Enquanto, no Brasil, as políticas públicas voltadas para essas três áreas caminharam de forma relativamente apartadas até o fim do século XX, no México, esses caminhos se inter cruzaram de diferentes formas.

Segundo Enrique Florescano (2003: 33-36), a noção de patrimônio nacional é constituída a partir de quatro processos complexos: 1) uma contínua seleção do presente sobre os valores do passado; 2) esta seleção é realizada com base nos valores particulares de grupos

dominantes e, portanto, a narrativa nacional construída é distinta da realidade nacional e serve aos interesses do Estado; 3) nesse processo diferencia-se o particular do universal de forma que o projeto político-ideológico estatal seleciona símbolos nacionais e conforma identidades que são excludentes e borram diferenciações internas e contradições; e 4) o próprio patrimônio nacional construído e negociado se transforma continuamente no jogo de interesses sociais e políticos de todos os grupos sociais e os usos dessa narrativa são transformados e determinados por diferentes setores.

A compreensão desse processo é especialmente interessante para pensar como, no contexto da Revolução mexicana de 1910, um dos grandes feitos do Estado foi, ainda segundo Florescano, criar uma identidade nacional unificada e com grande êxito induzir sua aceitação generalizada com base na narrativa de um passado de valor autenticamente nacional que ligava o passado pré-hispânico e as tradições rurais e de classes populares. “Pode-se dizer, então, que a viabilidade do país como Estado nacional se assentou no reconhecimento da sua identidade própria” (FLORESCANO, 2003: 35, tradução livre).³⁵ Desta forma, o México foi um dos primeiros, senão o primeiro, países da antiga América Espanhola a desenvolver uma política pública voltada à cultura e patrimônio a partir dessa construção de identidade nacional. Para isso, criou instituições, leis e formou especialistas na área.

Ainda na década de 1920 o Estado mexicano começou a construir algumas políticas culturais no contexto da recém-criada Secretaria de Educação Pública, que contava com José Vasconcelos a frente (SONCINI, 2012). Essas ações e as subsequentes estavam tanto institucionalmente quanto conceitualmente atreladas a um projeto educacional que visava “levar cultura” ao povo por meio da educação, que deveria ser civilizado e educado pelo Estado. Essa ideia de povo foi tanto legitimadora da proposta política do governo revolucionário quanto objeto de suas ações.³⁶

Segundo Carlos Villaseñor (2017), essa perspectiva para as políticas culturais colocadas por Vasconcelos, de educação como “aculturação” e integração do campesino e indígena com vistas ao trabalho, ainda hoje pode influenciar a ação estatal. Concorreu e ainda concorre com

³⁵ No original: “Podría decirse entonces que la viabilidad del país como Estado nacional se asentó en el reconocimiento de la identidad propia”.

³⁶ Neste contexto, a ideia de *mestizo* foi positivada como uma “raça cósmica” de unificação mestiço-americana e a miscigenação vista como o eixo de integração de toda a América Latina. O *mestizo* seria assim o ícone da unidade nacional. Já os povos indígenas seriam vistos como “atrasados” e que para não impedirem a modernidade nacional deveriam ser integrados ao resto da sociedade. Essa foi a perspectiva que orientou o início das ações do movimento indigenista no México. (SONCINI, 2012)

ela a perspectiva do mesmo período de Manuel Gamio que, também com um certo tom integracionista, acreditava que era necessário conhecer os modos de vida das populações rurais e indígenas para fomentar seu progresso. Seriam as diferentes línguas, culturas e raça que impediriam a sua incorporação na vida nacional. Ainda que contenha algo de integracionista, essa proposta é mais horizontal que a de Vasconcelos. Gamio, como já mencionado, teve forte participação na estrutura estatal mexicana e foi precursor de uma antropologia aplicada que depois influenciaria a antropologia comprometida dos anos de 1960. Com isso, pretende-se destacar que se hoje as políticas públicas para a área da cultura se voltaram para valorização da diversidade cultural e o diálogo intercultural, nesse momento histórico a perspectiva era outra – um movimento semelhante ocorreu também no Brasil a partir da era Vargas.

Em 1937, é promulgada a *Ley de Protección y Conservación de Monumentos Historicos* e, em 1939, criado o *Instituto Nacional de Historia y Antropología* (INAH). Contudo, nos primeiros anos de criação, o INAH esteve especialmente voltado para ações de pesquisa sem contemplar ações práticas mais efetivas com o patrimônio. Tanto que em 1951 foi fundada, no contexto do INAH, a *Escuela Nacional de Historia y Antropología* (Enah) para formação acadêmica de especialistas voltados para projetos desenvolvimentistas. Seria apenas em 1986 que as atribuições práticas do INAH seriam ampliadas, ainda que desde de 1972 com uma nova lei de patrimônio, a *Ley Federal sobre Monumentos y Zonas Arqueológicas, Artísticas e Históricas* (LFMZAAH), o INAH – juntamente com o *Instituto Nacional de Bellas Artes* (Inba) teria sido fortalecido para atuar contra saques arqueológicos. (VILLASEÑOR, 2017)³⁷

Os anos de 1960 e 1970, no México, marcam uma guinada nas políticas culturais. Ao mesmo tempo que em 1964 amplia-se a atuação cultural por meio da criação de diversos museus, além da adesão às Normas de Quito e à Carta de Veneza,³⁸ no âmbito do patrimônio, a crise política no México e o crescente descontentamento com as questões nacionais propicia a crise de legitimidade do governo. Por meio de mobilização de amplas camadas populares de organizações camponesas, indígenas, sindicais e estudantis inicia-se a denúncia do

³⁷ Sobre a trajetória de atuação do INAH, há uma interessante entrevista com Bolfy Cotton que discute o tema no Rádio INAH – projeto de história oral do instituto – intitulada *INAH, su historia y su importancia*. Disponível em: <http://mediateca.inah.gob.mx/islandora_74/islandora/object/entrevista%3A122>. Acesso em: dez. 2018. Assim como uma mesa redonda comemorativa dos 78 anos do instituto, em 2017, disponível no canal INAH TV no YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-qXECwiKLyM>>. Acesso em: dez. 2018.

³⁸ Elas fazem parte das chamadas “cartas patrimoniais”, um conjunto de documentos tanto normativos quanto de diretrizes e conceitos internacionais acerca da preservação do patrimônio. A Norma de Quito, de 1967, trata da conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico e a Carta de Veneza, de 1964, versa sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. No *site* do Iphan encontram-se compiladas e traduzidas todas as cartas patrimoniais que o Brasil aderiu. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso: jan. 2019.

nacionalismo populista, a crítica ao integracionismo e ao modelo desenvolvimentista do regime revolucionário, inicia-se a possibilidade de construção de políticas mais plurais e de reconhecimento de direitos e identidade de cada grupo. (SONCINI, 2012) Já em fins dos anos de 1970 o plano nacional reconhece o México como um Estado pluricultural e as ações estatais fortalecem a noção de cultura popular no governo (ITURRIAGA, 2004). Neste momento, as políticas voltadas para o patrimônio – antes voltadas a objetos arqueológicos e monumentos históricos e arquitetônicos – começam a se aproximar de expressões e manifestações artístico-culturais que hoje em dia seriam reconhecidas como patrimônio cultural imaterial. (SONCINI, 2012: 75)

Os antropólogos mexicanos envolvidos no que chamaram de antropologia comprometida tiveram grande participação nesse processo. Desde fins dos anos de 1960, criticaram fortemente o viés colonialista das políticas mexicanas e propuseram uma atuação voltada para transformações do sistema de explorações desde suas bases materiais e que permitisse uma noção de desenvolvimento mais horizontal na relação com as comunidades afetadas em que elas ainda pudessem manter o controle sobre os elementos de sua cultura.³⁹ Diversos antropólogos atuaram na construção das novas leis e práticas culturais no México.⁴⁰ Já na década de 1970 é criado o *Fondo Nacional para Fomento de las Artesanías* e o *Instituto de las Culturas Populares*, que iniciam uma maior atuação estatal junto aos produtores culturais. Em 1976, é redigida a *Carta de México em Defensa del Patrimonio Cultural*, onde se reconhece a importância não só do patrimônio edificado, mas das expressões culturais de diversos povos e comunidades para o desenvolvimento dos países. (VILLASEÑOR, 2017)

Em 1982, ocorreu na Cidade do México a reunião da Comissão Mundial sobre Políticas Culturais, o MONDIACULT, com a participação de 144 Estados-parte da Unesco.⁴¹ A intenção

³⁹ Nesse aspecto tem forte influência a teoria de controle cultural elaborada por Guillermo Bonfil Batalla (1988). Bonfil foi diretor do INAH e o primeiro diretor do Museo de Culturas Populares, tendo grande atuação acadêmica assim como prática nas instituições estatais mexicanas da área de cultura.

⁴⁰ Por exemplo, a lei de 1972, a LFMZAAH, citada anteriormente, foi construída com a participação de Julio Cesar Olivé.

⁴¹ Nos documentos do MONDIACULT (Unesco, 1982), verifica-se a participação de uma delegação brasileira formada por diplomatas e políticos da então Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e ainda que um de seus membros compôs o grupo que minutou a Declaração do México sobre Políticas Culturais (essa declaração consta entre as cartas patrimoniais traduzidas e reunidas pelo Iphan, ver nota 29). Nessa época, foi publicado, no Boletim SPHAN (n 21, 1982), a tradução do artigo “A Conferência do México sobre Políticas Culturais: a propósito de indústrias culturais e de identidade nacional”, de Alfredo Torre Murzi, e desta forma se dava notícia internamente sobre a discussão do MONDIACULT. Contudo, é pouco claro para mim qual o real impacto desse evento nas discussões sobre a construção das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. No Relatório Final do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial– grupo que desenhou o Decreto n.

do evento era discutir novos desenhos para as políticas culturais para o próximo decênio. Dessa reunião foi firmada a Declaração do México de Políticas Culturais onde se indica a relação entre desenvolvimento e cultura e a necessidade de ampliar o conceito de patrimônio de forma a abarcar as manifestações culturais de povos e comunidades tradicionais e reforça-se a importância de valorizar a diversidade cultural. A grande crítica que se desenvolve a partir desse momento, nas políticas culturais, é a hierarquização entre cultura erudita e de belas artes, protegida pela Convenção da Unesco de 1972, voltada apenas para o patrimônio edificado e monumental, e cultura local das expressões culturais de povos indígenas, comunidades rurais, entre outras. De 1988 a 1997, no âmbito internacional, inicia-se o Decênio Mundial de Desenvolvimento Cultural que resulta no Relatório da Unesco *Nossa Diversidade Criadora*, além de estabelecer as bases para a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e as Convenções para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, de 2003, e a para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. (VILLASEÑOR, 2017)

Na esfera institucional e administrativa mexicana, também na década de 1980 a *Secretaria de Educación Pública* cria um órgão descentralizado para tratar especificamente das políticas culturais, o *Consejo Nacional para la Cultura y las Artes* (CONACULTA) e desenvolve programas de financiamento, como o *Programa de Apoyo a las Culturas Municipales y Comunitarias* (PACMYC). Esse arranjo se mantém até que em 2015, sem discussão prévia com os diversos setores da sociedade mexicana, o governo cria a *Secretaria de Cultura*, substituindo o CONACULTA.

Na esfera legal, em 2005 o México ratifica a Convenção da Unesco de 2003 e esse tratado internacional é o único respaldo legal para atuação na área do patrimônio imaterial. Em 2009, a reforma constitucional empreendida inclui um artigo que garante os direitos culturais da população e, em 2011, os direitos humanos passam a ser reconhecidos na constituição, assim como os tratados internacionais a esse respeito. Ainda que a partir de meados da primeira década do século XXI o México comece efetivamente a atuar com patrimônio imaterial – antes atuando mais fortemente na chave conceitual da cultura popular – não há clareza jurídico-administrativa sobre quem, como e para quem essas ações serão desenvolvidas. (VILLASEÑOR, 2017)

3551/00 e estabeleceu os primeiros contornos das ações – há uma menção evasiva sobre pressões junto à Unesco da América Latina.

Essa situação de pouca coordenação da política de patrimônio do governo federal mexicano também se reflete nos governos estaduais. Segundo Irene Vasquez Valle (2006), no início do século XXI apenas quatro estados mexicanos possuíam leis para reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial, ainda que outros estados tivessem leis para conservação e promoção da cultura indígena – esta pode estar contida nas ações de patrimônio imaterial, mas não as contém em toda sua abrangência. Há ainda outras tantas leis ou constituições estaduais que mencionam o setor cultural. Contudo, possuem um caráter mais declarativo e discursivo sobre cultura e patrimônio, porém sem desenhar ações específicas para a área e ainda reificando a hierarquização entre belas artes e cultura popular. Vasquez conclui que apontar a importância do patrimônio imaterial por meio de breves menções em leis gerais não é equivalente a perceber com clareza a necessidade de atuação e legislar especificamente para esse setor.

Sem legislação específica e sem estrutura administrativa clara, as ações para a área têm sido especialmente voltadas para a construção de candidaturas às Listas da Convenção de 2003 da Unesco e a construção do inventário nacional do patrimônio cultural imaterial do México.⁴² Enquanto a política brasileira tem duas instâncias de atuação – o inventário para produção de conhecimento sobre bens culturais imaterial e o registro, instrumento legal de reconhecimento e proteção de alguns bens culturais imateriais selecionados – a política mexicana se restringe ao inventário. Desta forma, as ações de apoio e fomento aos bens culturais imateriais está mais restrita àqueles bens reconhecidos internacionalmente na Lista Representativa da Convenção de 2003 (atualmente oito bens reconhecidos). Enquanto no Brasil, os mais de 40 bens registrados são alvo dessas ações.

Segundo o Relatório Periódico⁴³ de 2017 do governo do México, produzido pela *Secretaria de Cultura*, o arranjo institucional do governo federal atualmente está pautado na reestruturação de um conselho de gestão do patrimônio cultural imaterial mexicano que possui caráter normativo, deliberativo e de coordenação de ações para área. Esse conselho havia sido paralisado e recentemente foi retomado pela Secretaria de Cultura. Sua estrutura está dividida em conselho consultivo, secretaria técnica, comitê de especialistas e é vinculado à *Subsecretaria de Diversidad Cultural y Fomento a la Cultura*. São indicadas como instituições

⁴²Inventario del patrimonio cultural inmaterial. Disponível em: <<https://sic.cultura.gob.mx/index.php?table=frpintangible>>. Acesso em jan. 2019.

⁴³ Todos os países que ratificaram a Convenção de 2003 devem de tempos em tempos encaminhar para a Unesco um relatório onde indicam as principais ações desenvolvidas para implantação da Convenção. Todos os relatórios estão acessíveis no site da Unesco.

que atuam para salvaguarda de bens imateriais: *Secretaria de Cultura* por meio da *Dirección-General de Culturas Populares, Indígenas y Urbanas*, o INAH, o *Instituto Nacional de Lenguas Indígenas* (INALI) e o *Archivo de la Palabra*. Entre as ações em prol da salvaguarda do patrimônio imaterial, nos últimos anos, estão a instalação da comissão supracitada e, em 2017, o *Forum de Patrimonio Cultural Inmaterial: Derechos Colectivos* para discussão sobre legislação referente aos direitos autorais e propriedade intelectual de conhecimentos tradicionais.

Tanto a leitura ainda no Brasil dos antecedentes históricos e do arcabouço jurídico-administrativo das ações estatais para salvaguarda do patrimônio cultural mexicano, quanto a experiência de diálogo com os atores no México, no segundo semestre de 2019, me ajudaram a colocar em perspectiva o caso brasileiro especialmente em três aspectos: (1) a relação entre contribuição da antropologia *versus* atuação profissional de antropólogos; (2) a relação entre cultura popular e patrimônio cultural imaterial; e (3) os efeitos semelhantes de diferentes institucionalidades.

Contribuição da antropologia “versus” atuação profissional de antropólogos

Lendo a respeito da contribuição da antropologia mexicana para a formação ideológica do Estado nacional, sua relação direta com construção de políticas públicas, além de todo o acúmulo de discussão sobre questões práticas e teóricas de “antropologia aplicada”, imaginava que encontraria diversos antropólogos atuando, na estrutura administrativa do governo federal, com ações de inventário, reconhecimento e apoio e fomento ao patrimônio cultural imaterial. Entretanto, a realidade que eu encontrei foi outra.

Naquele momento, na *Dirección-General de Culturas Populares, Indígenas y Urbanas* (DGCP) havia apenas uma (01) antropóloga de formação relativamente envolvida com as ações de patrimônio imaterial, os demais profissionais eram latinamericanistas, historiadores ou da carreira de gestão intercultural ou ainda promotores culturais; e os que atuaram no passado eram de comunicação ou arqueologia. Já no INAH, no *Departamento de Patrimonio Mundial*, a formação é em Relações Internacionais; e os antropólogos que atuam com patrimônio imaterial não desenvolvem atividades de apoio e fomento de patrimônio imaterial, e sim exclusivamente

de pesquisa. Praticamente não encontrei antropólogos atuando na parte mais operativa das políticas públicas federal de patrimônio imaterial.

Entretanto, a grande maioria dos entrevistados se mostraram confortáveis com minha aproximação entre o patrimônio imaterial e a antropologia. Não questionando o aporte dessa área do saber para esse tipo de atuação estatal, e, ao contrário, reforçando esse vínculo. Esse cenário, as leituras e as entrevistas me indicaram que, apesar da antropologia influenciar as diretrizes gerais das ações com patrimônio imaterial, a atuação profissional de antropólogos ocorreu nas primeiras equipes que formaram o DGCP, nos anos de 1970 e 1980, por exemplo, e principalmente em postos de *alto escalão* – como por exemplo, Lourdes Arizpe, Guillermo Bonfil, Rodolfo Stavenhagen que foram diretores do DGCP.

De todo modo, houve um grande investimento, especialmente em DGCP, em uma formação em antropologia por meio de *diplomados*⁴⁴ e conferências para os seus funcionários até início da década de 2010. Segundo uma das interlocutoras, este investimento atualmente não ocorre mais e, em sua leitura, os atuais servidores do DGCP já não possuem uma compreensão exata da história e tradição de atuação do órgão, estruturado por antropólogos em fins dos anos de 1970.

Em outra entrevista, um interlocutor me chamou atenção de que seriam questões distintas: uma, a contribuição da teoria antropológica para a construção de uma política pública; e outra, a atuação profissional de antropólogos nessa política. É claro que eu já considerava essa diferença. Porém, em certo sentido, entendia que estas questões caminhariam juntas. Isto porque, no contexto brasileiro, a “antropologização do conceito de patrimônio”, que ocorreu por meio da associação entre patrimônio e cultura, ocasionou a contratação de diversos antropólogos em diferentes atividades do patrimônio. Apenas no Iphan, a partir de 2019, são um pouco mais de quarenta antropólogos trabalhando, como funcionários públicos aprovados em concurso, em todo o país com ações de inventário, reconhecimento e apoio e fomento de patrimônio imaterial – fora consultores, pesquisadores acadêmicos e antropólogos em associações civis contratados para projetos específicos.

Alguns interlocutores mexicanos sugeriram que ausência de antropólogos nas políticas mais operativas, como no DGCP, se deva às formas de contratação de pessoal e atuação de

⁴⁴ *Diplomados* são cursos de média duração (em geral de 4 a 12 meses) sobre um tema específico que profissionais buscam para aprimorar ou adquirir determinados conhecimentos. Não conferem titulação *lato sensu*, mas são valorizados no mercado de trabalho, segundo uma interlocutora.

sindicatos, que diminuiu a autonomia da administração pública para construção de perfil mais adequado ao objeto de trabalho.

De todo modo, as estratégias de formação básica em antropologia por meio de *diplomados* sugerem a possibilidade de atuação de políticas culturais por uma variedade maior de profissionais, não gerando uma relação causal necessária entre políticas públicas informadas por práticas antropológicas e a contratação de profissionais com formação universitária em antropologia.

Cultura Popular e Patrimônio Imaterial

Outra questão que me chamou a atenção, foi a forma de construção da política de salvaguarda do patrimônio imaterial no México. No caso brasileiro, toda a institucionalidade da política de patrimônio, em âmbito federal, está no mesmo órgão, o Iphan. O próprio tema do patrimônio imaterial partiu de um debate interno ao Iphan entre seus servidores sobre os limites e mudanças referentes à proteção do patrimônio a partir da discussão sobre a diversidade, os sentidos dos monumentos históricos, centros urbanos e demais bens materiais protegidos. Em fins de 1970 e início de 1980, um grupo de funcionários, liderados pelo então presidente do instituto, começaram a defender que se preservasse o patrimônio a partir do sentido dado pelos moradores de sítios protegidos e que se valorizasse a “vida cotidiana” e as “referências culturais” dos grupos formadores da sociedade brasileira. Realizaram diversos projetos pioneiros de inventários patrimoniais sobre os modos de saber e fazer (como de artesanatos indígenas e tecelagem) a partir de metodologias de trabalho e de um arcabouço conceitual do campo das políticas de patrimônio. Essa crítica à forma de atuação do Iphan até aquele momento e também aos objetos que eram privilegiados para patrimonialização – que em geral remontavam ao passado colonial, branco, católico e de influência portuguesa – levou à inclusão do conceito de patrimônio imaterial na Constituição de 1988 e à construção nos anos de 1990 e início de 2000 de um Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que abarcava diferentes estratégias de ação.

De forma semelhante, no âmbito internacional, a discussão sobre patrimônio imaterial parte de uma crítica de alguns países latinos, como a Bolívia, à Convenção de 1972 (voltada

para a preservação do patrimônio arquitetônico, arqueológico e natural) e à ausência de instrumentos legais de proteção ao “folclore e cultura popular”. Isto gerou diversos debates e construção de recomendação, programas de ação até que culminou em 2003 na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

O México percorreu um outro caminho e a discussão sobre patrimônio imaterial é uma decorrência da construção de ações voltadas para culturas populares, também em fins de 1970, para valorização de expressões artísticas e culturais de comunidades rurais e indígenas. Intelectuais mexicanos, como Lourdes Arizpe, atuaram fortemente junto à Unesco para fomentar a discussão sobre o chamado patrimônio imaterial no cenário internacional desde a realização, no México, da reunião MONDIACULT na década de 1980. Juntamente com intelectuais de diversos países, inclusive do Brasil, aportaram debate e compartilharam experiências que possibilitaram a redação da Convenção da Unesco de 2003. Contudo, no contexto estatal mexicano, a questão se dava na chave das culturas populares e não a partir de uma discussão interna do campo do patrimônio, que se manteve, em certo sentido, alheio a esse debate até a ratificação pelo Estado mexicano em 2005. Foi a partir dessa obrigação jurídica-legal que o *Departamento de Patrimônio Mundial* do INAH, que representa o Estado mexicano junto à Unesco, se viu na posição de incorporar a discussão sobre patrimônio imaterial.

Esses dois caminhos distintos do Brasil e do México talvez auxiliem a compreender porque, no caso brasileiro, tão logo a discussão sobre patrimônio imaterial começou a ser gestada o tema se manteve sob implantação do Iphan. Enquanto, no caso mexicano, até o momento não há uma definição clara e definitiva sobre qual órgão seria responsável por ações de salvaguarda e exista uma disputa de protagonismo entre INAH e DGCP. Ainda que no mais recente Regimento Interno do DGCP (publicado após a criação da Secretaria de Cultura em 2017) esteja estabelecido que um dos seus objetos de atuação é a salvaguarda do patrimônio imaterial, não há indicação de qual área específica dentro da *Dirección-General*, ações ou programas de trabalho, etc.

Institucionalidade

Isto me leva ao terceiro e último ponto que gostaria de destacar: a institucionalidade das políticas de patrimônio imaterial. Ainda que a partir de meados da primeira década do século

XXI o México comece efetivamente a atuar com patrimônio imaterial, segundo Carlos Villaseñor (2017), não há clareza jurídico-administrativa sobre quem, como e para quem essas ações serão desenvolvidas. Sem legislação específica e sem estrutura administrativa clara, as ações para a área de PCI, no México, têm sido especialmente voltadas para a construção de candidaturas às Listas da Convenção de 2003 da Unesco. O inventário nacional do patrimônio cultural imaterial do México, construído por meio de uma parceria entre INAH e DGCP teve seu momento de maior atividade durante os anos de 2011 a 2013, quando havia uma Comissão Nacional de Patrimônio Cultural Imaterial com a participação de diversas instituições e pesquisadores e algumas associações civis. Contudo, com a descontinuidades da Comissão nos anos seguintes, o inventário também sofreu impactos; e não há reconhecimento (*declaratoria*) em nível federal, apenas estadual. Desta forma, as ações de apoio e fomento aos bens culturais imateriais estão mais centradas naqueles bens reconhecidos internacionalmente na Lista Representativa da Convenção de 2003 (atualmente dez bens reconhecidos),⁴⁵ além de algumas ações pontuais (como para culturas alimentares, por exemplo) ou por meio de ações já consolidadas do âmbito das culturas populares (como o PACMYC).

Ainda que ao menos 1 dos 20 entrevistados tenha apontado essa pouca centralização em um único órgão como algo positivo, pois possibilitaria mais liberdade de atuação e diferentes fontes de recurso, entre a maioria dos entrevistados há a indicação de que enfrentam grandes dificuldades de atuação devido à ausência de legislação além da ratificação da Convenção e de uma estrutura mais clara de fluxos e ações. Cada entrevistado apresentou uma ideia diferente sobre qual seria o melhor desenho institucional para gerir o patrimônio cultural imaterial no México. Alguns defendem o fortalecimento da *Comisión Nacional de Patrimonio Cultural* com a participação de um grande número de atores institucionais, acadêmicos e da sociedade civil. Outros defendem a criação de um instituto para o patrimônio imaterial, um órgão *desconcentrado* – em português, descentralizado como uma autarquia – da *Secretaria de Cultura*. Outros acreditam que bastaria a publicação de um *Programa Nacional de Patrimonio*

⁴⁵ Os bens culturais imateriais inscritos na Lista Representativa da Convenção de 2003 pelo Estado mexicano são: 1) *Artisanal talavera of Puebla and Tlaxcala (Mexico) and ceramics of Talavera de la Reina and El Puente del Arzobispo (Spain) making process* em 2019, candidatura binacional com Espanha; 2) *La Romería (the pilgrimage): ritual cycle of 'La llevada' (the carrying) of the Virgin of Zapopan* em 2018; 3) *Charrería, equestrian tradition in Mexico* em 2016; 4) *Mariachi, string music, song and trumpet* em 2011; 5) *Parachicos in the traditional January feast of Chiapa de Corzo* em 2010; 6) *Pirekua, traditional song of the P'urhépecha* em 2010; 7) *Traditional Mexican cuisine - ancestral, ongoing community culture, the Michoacán paradigm* em 2010; 8) *Places of memory and living traditions of the Otomí-Chichimecas people of Tolimán: the Peña de Bernal, guardian of a sacred territory* em 2009; 9) *Ritual ceremony of the Voladores* em 2009; 10) *Indigenous festivity dedicated to the dead* em 2008. Para maiores informações sobre a Convenção de 2003, assim como os documentos das inscrições, ver UNESCO. *Safeguarding our living heritage*. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

Inmaterial com indicação de tipos de ação e vinculação com as instituições já existentes. Ouvi também de uma pesquisadora e professora universitária que avaliava que o Estado mexicano tampouco deveria atuar diretamente com patrimônio imaterial devido ao impacto negativo gerado pelo mercado turístico nas comunidades.

Fica patente o grande ruído e a falta de consenso entre os atores mais vinculados à atuação institucional no México, o que permitiria maior liberdade de decisão e atuação a partir da visão particular de cada gestor. Para uma das interlocutoras, “no México não há política de patrimônio imaterial, mas politização do assunto”, se referindo à projeção profissional de gestores a partir de determinadas ações com patrimônio imaterial, mas que não geram práticas estatais continuadas.

Essa é justamente outra questão muito assinalada: que haveria descontinuidade das práticas com as mudanças em gestão e equipe a cada sexênio. As formas de contrato no México afetam profundamente a construção das políticas públicas. Como já defendi anteriormente (DIANOVSKY, 2013), a construção da política de PCI brasileira foi levada à cabo por servidores de carreira que acreditavam na necessidade de construção de instrumentos de preservação que abarcassem a vivência cotidiana dos grupos sociais. Em contrapartida, no México, devido às formas de contratação para o serviço público, muitas por meio de contratos temporários renováveis a cada 3 meses, e às mudanças em cargos de confiança existe uma grande descontinuidade nas ações. Desta forma, concluem que uma atuação mais forte nas políticas de PCI, especialmente no DGCP, seria, em grande medida, decorrência do interesse e perfil dos gestores de *alto escalão* e na capacidade de articulação de gestores de *médio escalão*, apontando um certo personalismo no desenho de políticas públicas.

As reclamações de grande parte dos interlocutores de falta de responsabilidade institucional e das funções de cada órgão no arranjo da política de patrimônio por vezes me soava mais como um anseio pela “racionalidade burocrática” weberiana do que uma real ausência de ações. É quase uma fé na racionalidade burocrática, como se a mera existência de legislação e estrutura administrativa definida faria com que a política de patrimônio se desenvolvesse com menos conflito.

Contrastado com o caso brasileiro, de centralização federal, legislação consolidada, fluxos de processos e trabalhos bem definidos, posso afirmar que, ainda que houvesse uma institucionalidade mais consolidada, continuariam a existir as reclamações de falta de clareza sobre a política, baixa participação social, impactos negativos nas comunidades detentoras, impasses burocráticos e contexto de conflito e disputa política entre todos os atores envolvidos

na patrimonialização. Isto porque são as mesmas questões sublinhadas como desafios a serem enfrentados para ações no Brasil.

Para finalizar queria destacar que, nos dois cenários, México e Brasil, tanto os conhecimentos da antropologia quanto os da administração pública são tecnologias de governo (Cf. FOUCAULT, 1979). No contexto brasileiro de grande presença de profissionais da antropologia e forte institucionalidade, a solução vista para os problemas e conflitos referentes ao PCI é justamente mais diálogo e mediação com os grupos e flexibilização das regras e das legislações para facilitar o acesso. No contexto mexicano, de construção mais sólida das bases antropológicas nas diretrizes da política, porém de baixa institucionalidade e pouca presença de profissionais da antropologia, a solução apontada seria fortalecimento de instrumentos burocráticos para garantir continuidade de ações.

Nos dois casos a importância (negativa ou positiva) dada aos instrumentos de gestão pública é mais destacada que a contribuição da visão antropológica para atuação com cultura, com patrimônio cultural imaterial. Nessa relação entre Estado e Antropologia, a força da máquina estatal é quem parece definir e redefinir essas fronteiras e conexões.

Essas três questões que destaquei sobre a experiência mexicana, em certo sentido, permitiram aprimorar meu olhar sobre o contexto brasileiro ao produzirem alteridade e se fazem ecoar na análise que realizei sobre o Brasil.

Estrutura da tese

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No *primeiro capítulo*, apresento os caminhos teórico-metodológicos que tomei para construir a etnografia desde a inquietação inicial com o tema, as lapidações em torno da pergunta de pesquisa até as escolhas para conduzir o campo e as entrevistas. Discuto ainda os conceitos de instituições e de processos de institucionalização, assim como a relação entre pessoas e instituições a partir da experiência das entrevistas. Com este capítulo, procuro estabelecer o horizonte etnográfico com o qual trabalhei para construir os demais capítulos.

No *segundo capítulo*, rediscuto a história institucional do Iphan buscando traçar os pontos de conexão e afastamento entre essa trajetória institucional, as instituições da antropologia e a área de folclore e cultura popular. Ademais, recupero como determinadas ideias e conceitos como “diversidade cultural” e “sentidos atribuídos pelo cidadão” se aproximam de estratégias da antropologia. Nesse sentido, busco entender como a adoção de novas práticas institucionais alteraram o conceito de patrimônio e abriram caminho para a construção de novas metodologias de trabalho com o patrimônio imaterial. Assim, a colaboração da antropologia e do conhecimento antropológico, nas políticas de preservação do patrimônio, realizaram a passagem de um lugar de assessoria para um lugar de protagonismo.

No *terceiro capítulo*, analiso detidamente os três concursos para o Iphan a partir da perspectiva dos atores envolvidos na negociação para aprovação do provimento das vagas e na construção dos seus editais. Busco, assim, identificar qual o perfil que almejavam recrutar para as vagas de *Técnico em Antropologia e Ciências Sociais* e as mudanças na priorização da distribuição das vagas. Também analiso a correlação entre os processos de institucionalização (1) dos concursos públicos a partir de 1988 (2) e implementação das políticas para salvaguarda do patrimônio imaterial potencializam, alteram e fortalecem a (3) institucionalização de uma prática profissional para antropólogos e cientistas sociais.

No *quarto capítulo*, descrevo a prática profissional de antropólogos e cientistas sociais na rotina das ações para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Para isso, discuto as relações e redes institucionais, estratégias de (inter)mediação e o lugar da viagem e do campo na construção dessa prática. Analiso ainda as linguagens utilizadas e a percepção dos *técnicos* a respeito de suas produções, destacando o gerenciamento do tempo e os elementos de autoria e autoridade, além de sua circulação. Por fim, debato a construção da identidade profissional construída na interseção entre servidora pública e antropóloga ou cientista sociais.

1. ESTAR DENTRO E FORA: EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS NOS ESTUDOS DE INSTITUIÇÕES

Com as linhas que se seguem pretendo debater as experimentações etnográficas que empreendi durante o trabalho de campo para o desenvolvimento desta tese de doutorado. Mais do que simplesmente indicar para as leitoras os caminhos que percorri para reunir os elementos etnográficos, irei refletir sobre as dificuldades e soluções que encontrei na tentativa de, em alguma medida, contribuir para o adensamento do debate sobre etnografias das instituições.

Denomino esses caminhos como experimentações. A ideia de experimento não é alheia às atividades científicas, especialmente as físicas e biomédicas, sendo inclusive dicionarizada, como uma “análise ou trabalho científico que tem por objetivo comprovar um fenômeno físico” (EXPERIMENTO, 2022). Todavia, o que eu busco exprimir com o termo se relaciona a sua outra definição: ao ato de experimentar, de se “submeter à experiência; ensaiar, testar” (EXPERIMENTAR, 2022).

Isso me leva também a uma breve passagem de Louis Dumont que, ao comentar a sociologia maussiana, sublinha o quanto a experimentação é um processo que une experiência com conceituação, uma vez que “em antropologia, a experiência não decide somente em face de uma hipótese, mas reage sobre os próprios conceitos (...). Resulta da identificação do observador com o observado que a experiência se apossa do próprio observador” (DUMONT, 1985: 197). Esse trabalho etnográfico foi deveras a construção dos meus conceitos a partir de uma visão ampla para então ser englobada pelos conceitos dos meus interlocutores. Os meus conceitos, categorias e hipóteses iniciais partiram tanto da vivência pessoal quanto de leitura sobre o tema para, enfim, serem engolidos pela experiência de diálogo com as interlocutoras.

1.1. A aproximação com o tema

A pergunta de pesquisa original se iniciou exatamente assim: uma pergunta direta que me fizeram. Eu era servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2010 e, um certo tempo depois do meu ingresso, uma das minhas chefes, também

antropóloga, de repente se aproximou da minha mesa e sem introdução simplesmente me interpelou: “você acha que faz antropologia no Iphan?”. Fui pega de surpresa e respondi sem titubear que sim, afinal, o concurso ao qual me submeti fora para *Técnico em Antropologia* e eu achava que minha formação na área era necessária para o trabalho que desempenhava. Ela não parecia muito convencida. Havia recebido um convite para participar de uma atividade durante uma Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) acerca da prática da antropologia fora da academia. O intuito dos organizadores da atividade⁴⁶ era debater o que qualificaram como um novo e crescente fenômeno – antes ocasional e pontual – pois, avaliavam que essa ampliação de experiências e a troca com outros saberes tanto estimulavam novas questões de pesquisa quanto alargavam o horizonte da disciplina. Todavia, minha então chefe ainda estava em dúvida se iria participar, pois na ocasião não acreditava que era possível “fazer antropologia” fora de um contexto de pesquisa científica. Por fim, eu soube depois que ela participou da atividade, e que considerou que sua atividade profissional era um “tipo” de antropologia, mas continuava reticente sobre a potencialidade dessas experiências.

Por algum motivo essa provocação reverberou em mim e despertou o interesse no tema. Comecei a ler de maneira assistemática as produções sobre essas práticas antropológicas e a refletir. As primeiras anotações esparsas sobre o objeto de análise da tese se encontram num caderno de 2013, isto é, 4 anos antes de ingressar formalmente no doutorado, e onde anotava os dados e informações de uma outra pesquisa que então desenvolvia.⁴⁷ Em uma página escrevi na diagonal “(pausa na pesquisa sobre GTPI na COPEDOC)”, assim mesmo, entre parênteses. No topo da página ao lado, coloquei e circulei “ofício do antropólogo” com algumas informações e ideias abaixo:

⁴⁶ Essa descrição está baseada no resumo da atividade nos anais da RBA, mas omito detalhes como tipo, título, ano e local, tampouco faço citação direta.

⁴⁷ Pesquisa empreendida para a escrita da monografia de especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em que analisei o acervo documental do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI) sob guarda da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC) do Iphan a fim de compreender as relações entre mercado e bens culturais imateriais no momento de formulação dessa política; Cf. DIANOVSKY, Diana, 2013.

- verificar editais/provas p/:
- antropólogo/antropologia
- cientista social/ciências sociais
- entrevistar antrop. no Iphan e:
- consultores?
- outros órgãos?
- acadêmicos? (presi ABA, etc)
- verificar nas associações de antropologia de outros países como a questão é tratada
- * * *
- (lugar do) Antropólogo fora da academia⁴⁸
- mov. social
- Estado
- iniciativa privada (licenciamento aqui)
- (lugar do) Antropólogo no Estado
- (lugar do) antrop. no Iphan
- Estado
- Iphan
- Incra
- MPU
- Funai
- SECULT's?

Quais outros?

Eu estava tentando capturar uma inquietação que me vinha fugidia de tempos em tempos, desenhando as possíveis estradas que ajudassem a visualizar um panorama que me aparecia desfocado. Algo que me inquietava na maior parte da bibliografia sobre as experiências profissionais de antropólogos era justamente sua abrangência.

Como mencionado na introdução da tese, o cenário das possibilidades de atuação desses profissionais é de fato amplo e contempla diversas políticas públicas na área da administração pública, além das outras inserções. Frente a um contexto de aparente expansão do mercado de trabalho, muitos foram os investimentos realizados pela Associação Brasileira de Antropologia para debater a questão, nas primeiras décadas do século XXI, em seminários e mesas-redondas (Cf. BARRETO FILHO, 2011; ABA, 2015). A associação criou o Grupo de Trabalho Ofício do Antropólogo (BARRETO FILHO, 2011) entre 2006 e 2008 e atualmente conta com o Comitê de Regulamentação da Profissão do Antropólogo, ambos para discutir aspectos do fazer antropológico “extramuros”. Em 2015, foi realizado o evento *ABA+ 60: os antropólogos e a antropologia na esfera pública, cenários contemporâneos e políticas para o futuro*, que resultou na publicação de um importante documento normativo: o *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos* (ABA, 2015). Esse investimento no debate não cessou e, em 2018, o

⁴⁸ Já uma referência ao livro *Antropologia Extramuros*, organizado por Glaucia Silva (2008), uma das primeiras literaturas sobre o assunto e que cunhou a expressão “extramuros”; foi também uma das primeiras que tive contato, junto com os artigos de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2007), Claudia Fonseca (2004) e Izabela Tamasso (2006), para citar alguns.

tema da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia foi justamente “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.⁴⁹ Entre outras atividades de pesquisa e publicações já mencionadas na introdução.

Evidente que o acúmulo de debate é central para a compreensão dos fatores e perspectivas que envolvem o fazer antropológico. São coletâneas de artigos propositivos, indagadores e críticos, mas que não apresentam uma pesquisa de vulto sobre o tema que articule todas essas facetas e poucas pesquisas de mestrado ou doutorado (Cf. BRONZ, 2011; REGO, 2007) dedicaram uma análise aprofundada direta ou indiretamente sobre o tema. A produção, em geral, ainda se concentra no difícil lugar do antropólogo “cientista/ativista” na equação com os povos tradicionais para a garantia de direitos e construção de políticas públicas frente a uma visão dominante de desenvolvimento econômico (FRANCHI, ANDRADE, AMORIM, 2015: 9).

Se o investimento da associação e dos seus associados na compreensão do fenômeno de novas práticas antropológicas é amplo, o de professores engajados em apresentar o cenário do mercado de trabalho para as novas gerações também o é. Podem verificar. Seja na ementa da disciplina sobre *Antropologia e Mercado de Trabalho*, ofertada na Universidade de Brasília,⁵⁰ no sumário de livros, como o *Antropologia Extramuros* (SILVA, Glaucia, 2008), ou na programação de eventos voltados para a graduação como a Semana Universitária da UnB em 2016 e 2018, para citar alguns exemplos, todos procuravam dar uma perspectiva ampla das diferentes inserções profissionais. Elencam organismos internacionais, instituições estatais da administração pública direta ou indireta de diferentes setores do executivo, judiciário e legislativo em todos os entes federativos, organizações não-governamentais e movimentos sociais, entre outros – como eu mesma fiz no meu caderno em 2013. E mesmo dentro de cada um desses nichos, é possível encontrar ainda uma grande variedade de possibilidades de exercício profissional. Como uma apresentação para jovens estudantes de graduação a respeito das diversas formas de inserções no mercado de trabalho, esse conjunto é interessante e válido.

Esse cenário, como um desenho real de investigação acerca do tema, não era factível tanto pela extensão do universo a ser pesquisado, quanto pela impossibilidade de reunir e

⁴⁹ Uma clara referência aos trabalhos de Sol Tax (1952; 1975) e Roberto Cardoso de Oliveira (2004) que debatiam a antropologia da/ em ação.

⁵⁰ DAN/UNB. Programa da disciplina “Antropologia e mercado de trabalho”, ministrada pela profa. Soraya Fleischer no semestre 2020/1. Disponível em: < http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2020/2020.1_AntropologiaMercadodeTrabalho_Soraya_Fleischer.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

contrapor experiências tão diversificadas e específicas. O trabalho de um consultor num organismo internacional com um programa de avaliação de uma política pública é diferente do exercício profissional de um servidor público concursado em uma instituição da administração pública direta ou indireta – até mesmo daquele que executa essa mesma política –, e ambos são diferentes daquele que está numa organização não-governamental. São posições diferentes numa rede de relações que por vezes se encontram, trabalham juntos, mas em outras nem isso. Ademais, esses lugares acarretam atividades, subjetivações e produções também diferentes, ainda que aparentemente semelhantes. Todos são fazeres da antropologia, mas cada um tem sua particularidade relacionada aos seus locais, vínculos institucionais, redes e temas.

Na maioria das vezes, o que as aproxima é o fato de *não* serem ensino e pesquisa. Portanto, são experiências reunidas e qualificadas pela negação e em oposição à prática profissional hegemônica. Era por isso que eu anotava no caderno o panorama desenhado pela bibliografia, começava a pensar possibilidades de investigação, como levantamento de concursos públicos (e que efetivamente realizei na pesquisa), mas o cenário continuava desfocado. Eu tinha um tema, mas ainda não tinha um problema de pesquisa.

Na virada do século XXI (CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R., 2007), algo ocorrera que movimentava um certo debate na comunidade antropológica e que suscitara esse incômodo em mim. Talvez para quem me lê hoje essa questão, o meu incômodo, pareça de menor importância, algo já resolvido. Nos últimos 10 anos, houve uma mudança no modo de olhar para essas outras práticas tanto pelos profissionais da minha geração em diante, que encontraram uma grande oferta de postos de trabalho nessas instituições, quanto também pelos profissionais de gerações anteriores, que reagiram em conjunto por meio da Associação Brasileira de Antropologia à CPI Funai/INCRA – que, ao questionar a validade das peças técnicas produzidas para demarcação de terras, acabaram colocando em cheque toda a produção científica da antropologia (DALLACOSTA, Julia, 2019; MACHADO, MOTTA, FACCHINI, 2018). Por outro lado, se não causa estranheza pensar a prática da antropologia fora de contextos de investigação e ensino, a qualificação do que é esse fazer não me parece clara, especialmente, em contextos de intervenção social por meio da administração pública.

1.1.1. Cercando o terreno

Já, em 2017, quando ingressei no doutorado, havia delimitado o universo de investigação à experiência profissional dos antropólogos e cientistas sociais que ingressaram, como servidores públicos permanentes, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia então vinculada ao Ministério da Cultura (MinC),⁵¹ e que implementam a política pública federal de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Essa escolha partiu de alguns fatores, um deles é que naquele momento eu já havia acumulado 7 anos de experiência profissional como servidora pública no Iphan, após ingresso por concurso público para o cargo de *Técnico* em uma das vagas que exigiam formação em antropologia – como comentado anteriormente. Além do meu acesso ao campo e contato prévio com boa parte dos potenciais interlocutores, eu intuía, principalmente, que precisava de um recorte mais circunscrito para dar conta das especificidades de uma prática que pode ser tão heterogênea. Nesse sentido, essas duas dimensões articuladas surgiram como um caminho promissor para o desenvolvimento da pesquisa.

A proposta de dialogar especialmente com os servidores permanentes se deve à minha avaliação que a prática cotidiana, a subjetivação, a construção identitária dos sujeitos e seu lugar nas redes de relações de poder mudam de acordo com o seu vínculo institucional: se é um servidor público permanente ou alguém que ocupa um cargo comissionado no órgão ou ainda um consultor de organismo internacional (muitas vezes professores universitários) e até mesmo se é um pesquisador contratado por uma empresa licitada para oferecer um serviço. Este último, muitas vezes, nem se entende como um agente estatal e tem uma relação de distância com a instituição.⁵² Os outros dois, consultor e cargo comissionado, têm um vínculo mais próximo com a instituição, mas por ocuparem uma posição temporária, também manejam suas adesões

⁵¹ Durante meu período de pesquisa ocorreram diversas reformas administrativas no governo federal que levaram o Iphan de autarquia do antigo MinC para então autarquia do Ministério da Cidadania com a transformação do ministério em Secretaria Especial da Cultura para atualmente estar vinculado ao Ministério do Turismo juntamente com a Secretaria Especial de Cultura. Atualmente, em 2023, o Ministério da Cultura foi novamente recriado e o Iphan, assim como as demais autarquias do setor cultural, regressaram a essa estrutura. Antes da criação do MinC, em 1985, o Iphan foi autarquia vinculada primeiramente ao Ministério de Educação e Saúde e depois ao Ministério de Educação e Cultura.

⁵² Algo semelhante foi analisado por Deborah Bronz (2015) no contexto das contratações de empresa para realização de licenciamento ambiental; processo que o Iphan participa como um dos órgãos na avaliação do componente socioeconômico de impacto por um possível empreendimento.

e constroem suas identidades profissionais com mais flexibilidade que um servidor com estabilidade. Acredito que isso se deva a construção das fronteiras fluídas entre Estado e sociedade (MITCHELL, 1999) a partir da qual alguns atores se posicionam em diferentes lugares desses espaços.

Também é importante sublinhar que essa tese não é uma autoetnografia (Cf. GAMA, 2020), apesar da minha inserção nesse campo em particular e ainda que guarde algumas aproximações. A inquietação que me mobilizou partiu de um lugar pessoal, mas a pesquisa não foi elaborada com base em uma vivência exclusivamente individual. Quanto mais refletia sobre a prática antropológica na administração pública federal brasileira, em especial, no Iphan, melhor percebia sua mediação por estruturas sociais, códigos culturais, campos científico e político e, aqui resta a principal diferença para a autoetnografia, percebia a necessidade de ampliar o diálogo a partir das experiências dos demais colegas de trabalho.

Outro elemento que me levou a circunscrever meu universo de investigação aos antropólogos e cientistas sociais que atuam como *Técnicos* no Iphan se deve ao objeto específico de nosso trabalho: o patrimônio cultural, uma área do setor das políticas de cultura. O caso dos antropólogos e cientistas sociais do patrimônio cultural me parecia um recorte especialmente fértil para adensar esse debate, pois trata de uma política pública comumente procurada pelas comunidades tradicionais como forma de valorização e reconhecimento das suas práticas culturais pelo Estado a fim de abrir o diálogo com outras instâncias governamentais que executam políticas transversais nas áreas da educação, saúde, desenvolvimento agrário, justiça, meio ambiente, entre outras; além da questão da hierarquização de “expressões culturais símbolos” da diversidade cultural brasileira. Neste sentido, as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial não são um terreno de enfrentamento direto entre setores da sociedade civil e o Estado brasileiro, como nos casos das políticas fundiárias ou nos projetos desenvolvimentistas liberados por licenciamento ambiental. A área cultural, muitas vezes vista como um setor de política *soft*, acaba se tornando um espaço de maior diálogo e negociação entre os atores envolvidos, além de uma porta de entrada para outras políticas – contrapondo, assim, na prática ainda que não no discurso a crítica de Susan Wright (1998) à politização da cultura.⁵³

⁵³ Susan Wright (1998) discute a politização da cultura, especialmente a partir dos anos de 1980, pelos tomadores de decisão (no original, *decision makers*) e a grande mídia em que a noção de cultura é esvaziada do seu sentido antropológico e tomada de maneira instrumental para justificar e legitimar determinadas práticas.

Como sugeriu Antonio Carlos de Souza Lima, em uma palestra durante o *18th IUAES World Congress* em 2018, o campo das políticas culturais é um lugar especialmente frutífero para pensar o lugar do antropólogo na relação com as ações estatais, uma vez que são políticas baseadas em identidades sociais e culturais (*identity based policies*). Sobre isso, Souza Lima e Castro já haviam indicado que:

No caso das políticas culturais, além disso, é particularmente clara a significação do trabalho antropológico, especialistas nas culturas, atores desse ‘fazer-se Estado’: nós mesmos, quando atuando no campo das ações sobre as culturas (mas não só, de fato), fazemos, e nos fazemos, Estado, seja como produtores de conhecimentos e/ou ideologias, seja no exercício executivo de processos de intervenção. É preciso refletir também sobre a natureza e historicidade desse vínculo em cada espaço social de articulação de ações de governo e ações de seus supostos destinatários, as formas pelas quais estes as reconfiguram, a elas resistem ou aderem. Neste terreno, nós nunca deixaremos de ser ‘antropólogos aplicados’, já que nossa produção pode ser muitas vezes imediatamente consumida. (SOUZA LIMA; CASTRO, 2015: 40)

As políticas culturais e dentro desse conjunto, especificamente, as políticas patrimoniais tomam como seu objeto de intervenção social justamente a noção de “cultura” em toda a sua multiplicidade desde o sentido do “salão de ópera” até os modos de viver de diferentes grupos sociais. Ademais, como aponta Florescano (2003), a narrativa patrimonial está vinculada ao projeto político-ideológico de construção do Estado nacional e de uma identidade nacional a partir da valorização e seleção de símbolos. Sendo a noção de cultura tão cara à teoria antropológica e seu uso político no campo patrimonial para construção de uma narrativa nacional, pode ser especialmente frutífero e desafiador analisar a forma como antropólogos de formação a manejam e a instrumentalizam para essas ações estatais.

O debate na ABA, em fins dos anos 1980 e início de 1990, que comentei anteriormente, foi motivado pela crescente participação de antropólogos na realização de laudos periciais para demarcação de terras indígenas e, posteriormente, quilombolas, além da demanda do recém-criado Ministério Público Federal para laudos judiciais e estudos de impacto sociocultural no licenciamento ambiental. Portanto, a maioria da produção já acumulada versava sobre essas áreas, sem muito tocar a questão do patrimônio cultural.

A literatura que localizei sobre o trabalho da “antropologia extramuros” – para usar a expressão de Glaucia Silva (2008) – no campo do patrimônio cultural era, relativamente, escassa e mais indicava pontos de reflexão do que debatia e analisava o cenário. Para destacar apenas as principais contribuições, Regina Abreu (2005), por exemplo, em seu breve ensaio, se dedica a discorrer sobre a contribuição de pesquisas antropológicas sobre o patrimônio e conclui com observações indagadoras sobre o delicado processo de “colecionamento” empreendido

pelo IPHAN, ou seja, de seleção de alguns bens em detrimentos de outros e, no limite, de hierarquização de culturas, o que representaria impasses ao fazer antropológico.

O artigo de Izabela Tamaso (2006) apresenta críticas e perguntas instigantes a diversos aspectos da atividade do “antropólogo-inventariante” – termo cunhado pela autora – principalmente em relação a cinco pontos: a necessidade de relativizar não só as “categorias nativas” dos bens imateriais, mas também as próprias categorias da política de salvaguarda do patrimônio imaterial; não apenas traduzir o bem imaterial para o Estado, mas também traduzir o patrimônio cultural para a comunidade detentora; a postura ética e responsável que o antropólogo deve manter com o grupo com o qual trabalha; a permanência constante em campo do antropólogo-inventariante para mediar e impedir rupturas que a divulgação de um patrimônio pode gerar; e, por último, a necessidade de representatividade e participação social das comunidades detentoras do saber.

Ao contrário de Tamaso, que vê o trabalho do antropólogo do IPHAN “de fora”, Rívia R. B. Alencar, antropóloga do Iphan, em sua tese de doutorado (2010), diferencia o “antropólogo-inventariante” do “antropólogo-técnico”. Alencar sublinha que o antropólogo é o profissional mais indicado para atuar na salvaguarda do patrimônio imaterial, uma vez que é quem melhor consegue estabelecer a ponte entre o mundo do Estado e o mundo das comunidades-alvo da política, ao mesmo tempo, que deve conciliar os interesses de ambos. De forma geral, essas eram as principais questões colocadas para o antropólogo profissional do patrimônio cultural.

Durante a pesquisa, de fato, identifiquei a constante presença de antropólogos, cientistas sociais e de instituições da antropologia na construção das políticas patrimoniais. Desde a fundação do Iphan, em 1937, no Conselho Consultivo do órgão (instância de avaliação dos processos de patrimonialização), o/a diretor/a do Museu Nacional sempre teve assento, por exemplo. Mesmo a renovação e ampliação do conceito de patrimônio, indo do histórico para o cultural, que se iniciou nos anos de 1970, se deve a uma “antropologização” do patrimônio. Até certas “categorias nativas” do campo das políticas patrimoniais, como “comunidade”, “identidade”, são por vezes categorias de análise antropológicas reapropriadas e ressignificadas no contexto estatal. Então, o que ocorreu de diferente nos últimos vinte anos que suscitou tantos debates nas associações e encontros de antropologia?

Avalio que houve um deslocamento do lugar que a antropologia ocupava na construção de determinadas políticas no Brasil e, em especial, do patrimônio cultural. Se antes a participação se dava por meio de consultores, conselheiros ou como uma área do saber

complementar, agora é por meio da efetiva atuação desses profissionais compondo os quadros das carreiras estatais e como uma área do saber central para a estruturação de algumas políticas, como as de bens culturais imateriais. De um lugar temporário, auxiliar e de assistência para um lugar mais perene e central na construção das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Assim, meu problema de investigação foi sendo depurado, já não mais me interessava pensar apenas que “tipo de antropologia” se faz no Estado, mas também que “tipo de Estado” é construído por esses antropólogos e cientistas sociais.

1.2. Dentro e Fora

Conforme meu tema, problema e universo de pesquisa foram se desenhando me restava ainda definir as estratégias possíveis de pesquisa de campo que permitiriam reunir elementos para reflexão. De maneira geral, em instituições como a administração pública não é possível para o pesquisador realizar o roteiro clássico de etnografia. Não necessariamente requer um deslocamento espacial para geografias distantes e desconhecidas. Comumente, não é preciso adquirir novas capacidades linguísticas como de línguas estrangeiras, contudo é importante adquirir um novo vocabulário e adensar a compreensão de termos aparentemente comuns que, nos contextos estudados, ganham contorno específicos. Desejo ressaltar que, apesar dessas diferenças, não significa que não seja uma imersão no sentido de uma experiência vivenciada e de uma postura reflexiva em que se aproxima ao passo que se distancia continuamente. Procura-se compreender diferentes sentidos e significados atribuídos a palavras conhecidas, identificar relações por vezes aparentemente banais, compreender práticas discursivas etc. Uma postura em que se “leve a sério o ponto de vista nativo”. Mas, seria o caminho que eu adotaria? Precisava de mais direção do que os clássicos da antropologia indicavam.

Desde fins de 1960 e início de 1970, quando começaram a surgir análises antropológicas sobre elites e instituições estatais em sociedades chamadas de complexas, diversos antropólogos têm não só chamado atenção para os benefícios teóricos da empreitada, que adensam a discussão sobre relações e práticas de poder, como também matizado as possíveis estratégias metodológicas frente ao desenho clássico de etnografias a partir de observação participante. Laura Nader (1972) elenca alguns dos obstáculos geralmente destacados ao pesquisar os “de cima”, que seriam: acesso dificultado às elites e seus espaços; a atitude e

predisposição dos antropólogos para estudar aqueles com quem se identificam, em geral, grupos subalternizados (“*underdogs*”); limites éticos na análise de sociedades e contextos nos quais o antropólogo está inserido e suas relações público-privado; e adequações no método de investigação.

É importante frisar que todos esses pontos são obstáculos e decisões que antropólogos em contextos de pesquisa “clássicos” da antropologia também enfrentam. Nesta seção irei me ater à discussão sobre acesso e adequações no desenho geral da estratégia de campo. Nas seções subsequentes, irei debater a proposta dialógica que adotei para construção de elementos etnográficos e implicações éticas dessa pesquisa. O artigo supracitado de Nader, um dos primeiros publicados sobre a temática, ainda ressoa nas publicações antropológicas sobre instituições e mantém uma atualidade ímpar. Todavia, se antes eram pontos para instigar o debate, agora já se encontra uma grande densidade de situações empíricas que tematizam esses pontos. E, é claro, o acesso (ou a dificuldade de) aos contextos a serem estudados é o primeiro deles.

Na coletânea *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações* (CASTILHO, SOUZA LIMA, TEIXEIRA, 2014), encontra-se um variado conjunto de situações deveras particulares que levaram a negociações e arranjos específicos. Entretanto, ousou reuni-los em duas grandes situações. A primeira, sujeitos-pesquisadores que não estavam inseridos anteriormente no campo que desejavam estudar e se viram instados a atuar diretamente nele durante suas investigações, tornando-se de alguma maneira um agente ativo daquele processo (por exemplo, AGUIÃO, 2014; CASTILHO, 2014; FERREIRA, 2014, BARROSO, 2014). Os motivos e os caminhos foram variados: teve casos em que participar foi a única maneira de conseguir acesso ao campo; ou que a presença como observador-participante levou a convites para um envolvimento na ação e isso ampliou o acesso; ou ainda situações em que o pesquisador se encontrava na fronteira fluída entre a universidade e a gestão governamental por meio de um projeto de extensão/cooperação técnica. A segunda situação é de agentes de uma determinada instituição que, graças ao acúmulo de experiências e vivências de trabalho, são instigados a refletir sobre essa prática, sobre um contexto que lhes é tão familiar (BRONZ, 2014; SILVA, M., 2014). Nestes casos, ao contrário, procuram estratégias que lhes permitam demarcar seu novo lugar de sujeito-pesquisador.

Nessa leitura de conjunto, o que me salta aos olhos é que, de uma maneira ou de outra, a relação entre ação e reflexão aparece de maneira indissociável em contextos etnográficos distintos, ainda que os arranjos e negociações dessa relação se particularizem nos casos. Veja

bem, não estou dizendo que isso também não ocorra em trabalhos de campo fora de instituições e organizações de sociedades urbanas e ocidentais. A chamada de Malinowski para que os antropólogos saíssem da varanda e fossem viver junto aos grupos estudados está profundamente relacionada à importância de participar além de observar para compreender os sentidos, práticas, discursos, valores e visões do grupo.

Relacionando isso ao que Nader (1972) apontou a respeito da relação público-privado, em estudos com elites e instituições, a aproximação e convivência com os interlocutores se dá em ambientes que não são de uma vida social em que o coletivo e o privado estão próximos ou que grande parte da vida social ocorra em ambientes públicos ou compartilhados. Ocorre, ao contrário, em escritórios, gabinetes e salas de reunião em que a presença de um ator está associada a uma atividade produtiva específica e as interações se dão em torno dessa produção laboral. Grande parte dos contatos não ocorre de maneira face a face e sim por meio de novas tecnologias, como computadores, telefones, sistemas operacionais de transmissão e armazenamento de dados e são mediados por textos e documentos (SMITH, 2005). É, inclusive, um contexto aparentemente monótono em que nada acontece. Isto requer do pesquisador mais do que participar, exige o seu envolvimento na ação específica que está em curso.

É uma situação que exige um exercício maior do que simplesmente o binômio “estranhar o familiar e se familiarizar com o exótico” (VELHO, 1978). Estudar instituições muitas vezes requer que o pesquisador se posicione, ao mesmo tempo, dentro e fora do campo. Quando eu iniciei o doutorado, minha principal preocupação era me retirar do campo. Sair do meu lugar de *técnica em antropologia* no Iphan para assumir a posição de *pesquisadora* sobre uma instituição estatal. Para isso, adotei 2 estratégias de distanciamento: funcional e temporal. Por um lado, eu precisava encontrar caminhos que me descentrassem da minha própria experiência pessoal e profissional. Por outro lado, acreditava que era importante demarcar para meus interlocutores que agora estaria realizando uma pesquisa acerca do trabalho como antropólogo na operacionalização da política pública que, em alguma medida, ajudei a construir.

A primeira ação que tomei foi solicitar uma *licença capacitação* para cursar a pós-graduação, como me permite a Lei 8.112/90, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais. Junto com o pedido de licença solicitei também exoneração do cargo comissionado que então ocupava na coordenação dos processos de reconhecimento do patrimônio cultural imaterial. À princípio a solicitação era para uma licença integral, mas devido à chegada de um novo diretor ao departamento ao qual eu estava vinculada, assim como a licença capacitação de outras 2 servidoras (que não eram da mesma coordenação que eu),

negocieei com minhas chefias a possibilidade de uma licença parcial com a possibilidade de depois ampliar para integral. Após o primeiro semestre de doutorado renegocieei a licença de parcial para integral e me concederam.

Assim me coloquei, relativamente, fora do meu campo. Digo relativamente, pois sem dúvida minha inserção prévia nunca foi apagada. Ao me dirigir aos meus interlocutores, a grande maioria já havia tido contato profissional comigo, com alguns tinha relações de amizade fora do contexto de trabalho e com outros até desentendimentos profissionais. Evidente que esses afetos e desafetos construídos anteriormente contribuíram para o andamento da pesquisa. Dois declinaram do convite para entrevista, alguns talvez tenham se sentido mais compelidos a aceitar e outros se sentiam muito à vontade para dialogarmos. Contudo, todos sabiam que me encontrava de licença e qual era o tema da minha pesquisa, e isso, para mim, era importante para construir uma conduta ética.

Do ponto de vista institucional, me posicionar mais fora do que dentro trouxe repercussões que não esperava. Ainda que estivesse de licença integral, meu trabalho de campo estava vinculado às atividades da instituição, então necessitava ir ao Iphan para fazer levantamento de documentos, acompanhar atividades, em sua maioria, públicas, como as reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e Câmara do Patrimônio Imaterial, e encontrar meus interlocutores para conduzir entrevistas (em sua maioria realizadas nas dependências do Iphan). Para todas essas atividades, solicitei formalmente e por escrito permissão às chefias. Em muitas atividades, colaborei fazendo atas de reunião, compartilhando pontos de vista e opiniões sobre os trabalhos, redigindo trechos de *termos de referência*. Contudo, por vezes, minha presença enquanto pesquisadora no local de trabalho para o qual havia solicitado permissão para me afastar causava estranhamento. Se eu possuía disponibilidade para estar presente na instituição, por que então não estava trabalhando? Chegou um momento que uma das chefias me solicitou um cronograma detalhado das atividades que iria desenvolver e demonstrou grande descontentamento com minha presença. Tive então que renegociar minha estada no campo e me colocar à disposição para realizar alguns trabalhos maiores de maneira *ad hoc* para que continuassem a permitir minhas idas ao Iphan.

Essa situação reforçou a ideia que estava implícita nas etnografias que mencionei anteriormente, a de que estudos em instituições, comumente, convocam o pesquisador à ação.⁵⁴

⁵⁴ Na etnografia desenvolvida sobre o Ipea pelo Laboratório de Estudos de Instituições e Práticas de Poder (Teixeira; Castilho, 2020) essa chamada à atuação mais direta não ocorreu. Entretanto, sou da opinião que isso se deve à maneira como a pesquisa se iniciou: por meio de uma chamada pública realizada pelo próprio Ipea para o

A contrapartida ao acesso, à possibilidade de observação é o envolvimento nas atividades produtivas, uma participação que resulta em produtos concretos que colaborem para o trabalho institucional. Enquanto em grande parte das etnografias (sejam elas institucionais ou não) o desafio é justamente a entrada no campo, o meu foi o de me reposicionar nele: fora do meu antigo lugar institucional, mas sem sair do campo, mantendo-me dentro.

O segundo distanciamento que exercitei para me deslocar de mim mesma nessa análise foi o temporal. Ainda que minha perspectiva fosse a de compreender a prática atual e contemporânea, imaginava que necessitaria retroceder no tempo e historicizar os acontecimentos e ideias que levaram à ampliação do lugar do antropólogo e do conhecimento antropológico no campo do patrimônio cultural. E as próprias interações com os interlocutores me exigiram isso. Não raro durante as entrevistas fui indagada diretamente acerca da temporalidade da pesquisa: “E você fez um recorte temporal desse processo? Ou pelo menos você está trabalhando em torno de que período?” (entrevista realizada com Jorge em 2017).⁵⁵ Sim, havia delimitado meu foco principal nos profissionais contratados pelos 3 concursos realizados pelo Iphan, em 2005, 2009 e 2018, contudo avaliava a necessidade de mapear a participação de antropólogos em períodos anteriores.

Como já mencionei anteriormente, a presença de antropólogos e de instituições da antropologia na construção das políticas patrimoniais sempre foram uma constante. Mas quão afastada no tempo precisava ir? A Constituição Federal de 1988 aparece nas publicações institucionais e na literatura da área como um marco paradigmático importante e de mudanças nas políticas patrimoniais (Cf. FONSECA, M. C. L., 2017; SILVA, F. A. B.; ELLERY,; MIDDLEJ, 2009). Entretanto, a profundidade temporal também me foi fornecida pelos interlocutores.

Ainda que alguns poucos citassem, por exemplo, a participação de Edson Carneiro nos estudos de folclore nos anos de 1940, a maioria das entrevistas que matizaram a temporalidade desse processo apontaram para fins de 1970 e principalmente para a década de 1980 com a figura de Aloísio Magalhães a frente do Centro Nacional de Referências Culturais e depois na Secretaria de Cultura e na Fundação Pró-Memória. No campo das políticas patrimoniais, “nos anos 80 [ocorreram] duas pequenas revoluções conceituais na própria prática do patrimônio:

desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, o convite para uma participação já estava dado de entrada e o produto que colaborasse para o trabalho institucional também, isto é, a etnografia sobre o Ipea e seu *ethos* profissional.

⁵⁵ Todos os nomes utilizados são pseudônimos a fim de resguardar o anonimato dos interlocutores, o que comentarei adiante.

antropólogos e sociólogos em torno do Aloísio no sentido do imaterial e arquitetos e historiadores questionando a noção de valor histórico e vendo a cidade de outra maneira”, me sinalizou Luciana (entrevista realizada em 2019). Já no campo dos estudos do folclore, os interlocutores descreveram a chamada *virada antropológica*, nos anos de 1980, que tirou o foco da ação estatal dos objetos para valorizar os contextos de produção e os artistas.

A indicação dessa história compartilhada é também um dos indicadores da realização bem-sucedida de um processo de institucionalização, seja de um campo do conhecimento ou também de uma política pública. Assim, ainda que haja diferenças na estrutura estatal e nas ideias e práticas desses diferentes períodos históricos – o que dificulta comparações temporais –, considerarei importante seguir essa indicação a fim de entender as transformações e consolidações pelas quais passou essa institucionalização.

Desta maneira, realizei a investigação me equilibrando numa delicada corda bamba. Sem dúvida alguma o meu caminho por esse campo não segue à risca aquela divisão dos momentos do trabalho antropológico de: leitura como aproximação ao objeto, ingresso no campo para uma imersão, que por vezes se parece com uma conversão, para então se retirar do campo e no gabinete produzir uma compreensão que conecta dois mundos (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 2006; DA MATTA, 1978; SEEGER, 1980; MALINOWSKI, 1984, e tantos outros). Porém, se meus caminhos não percorreram um roteiro conhecido, os obstáculos e as potencialidades – acesso, ética, público-privado, método, atitude – se assemelham aos demais trabalhos etnográficos, em especial, os de estudos de instituições.

1.2.1. *Levando a sério o esquema mental de Malinowski*

Até esse ponto busquei explorar como nasceu o incômodo que iniciou a pesquisa e os caminhos que percorri para compreender o tema e delimitar o problema, o universo a ser pesquisado e as estratégias de inserção em campo. Agora gostaria de compartilhar uma visão de conjunto acerca dos elementos etnográficos que reuni e a maneira pela qual os construí.

Do segundo semestre de 2017 até fevereiro de 2020, com momentos de maior ou menor intensidade,⁵⁶ reuni os elementos etnográficos da tese. É um conjunto amplo de materiais:

⁵⁶ As atividades de campo se concentraram nos meses de: outubro a dezembro de 2017, de julho a dezembro de 2018, de março a junho de 2019.

processos administrativos correntes, documentos de arquivo permanente, como os do CNRC e Pró-Memória,⁵⁷ levantamento documental de ações de gestão de pessoas, legislações e normativas oficiais, editais de concurso público, publicações institucionais, reportagens publicadas na imprensa, acompanhamento de reuniões – em sua maioria públicas – e de oficinas de capacitação de pessoal, os meus próprios cadernos de trabalho que datam de 2010 a 2017, e, principalmente, entrevistas com interlocutores.

Nas etnografias das instituições, a análise de documentos ocupa uma importância maior, talvez, que em outras etnografias. Para usar a expressão de Annelise Riles (2009), documentos são artefatos do conhecimento da modernidade que comportam um grande conjunto de informações. Possuem a capacidade de apagar suas historicidades e contextos de produção para se apresentarem como dados, como fontes de “informação bruta”; “fontes primárias” diriam os historiadores. Mas a leitura antropológica de documentos como artefatos, que Riles sugere, coloca em evidência os documentos como construtos sociais, culturais e simbólicos. A potencialidade da análise dos documentos está para além de sua representação e engloba também a leitura de diversas conexões como a relação entre forma e conteúdo, autoria e agência, entre outros.

Já Matthew S. Hull (2012) destaca que os papéis na administração pública possuem um importante papel de mediadores das relações entre pessoas, coisas, lugares e objetivos. Mais do que apenas um meio para comunicação de informações, são artefatos gráficos emaranhados em práticas mundanas que mobilizam e encenam a burocracia. Os documentos, como mediadores eles mesmos, moldam o sentido do que está inscrito, pois não são apenas produtos do trabalho, mas também produzem relações entre pessoas e coisas. Desta forma, são também formas de socialidade. Com isso, Hull complexifica a centralidade da escrita na burocracia – que, na literatura clássica, foi mais explorada como uma forma de controle do Estado.

Sendo o contexto da administração pública nas sociedades modernas e ocidentais especialmente marcado pela produção de documentos, é central levar em consideração essa apreensão sobre os documentos e procurar olhar para suas lacunas e ausências não como falhas, mas como potenciais pontos para análise. Adriana Vianna (2014) explorou justamente isso e pôde evidenciar as lacunas que indicavam as negociações e mediações que ocorreram no mundo

⁵⁷ A arquivologia divide as fases da documentação entre “corrente” para os documentos atualmente em uso, “intermediário” para documentos que já não são consultados pela instituição produtora/acumulado, mas ainda não tiveram sua destinação final definida, e “permanentes” para documentos avaliados como de valor histórico e/ou probatório e depositados em instituições de guarda. (PAES, 2004)

face a face e que foram ocultadas dos documentos. Documentos, para ela, fixam na escrita visões de mundo e sedimentam uma realidade; seus conteúdos são elaborados na relação com sua forma e terminam por expressar os valores daquele mundo.

Essa discussão sobre documentos não é só pertinente na medida em que fiz uso deles para a pesquisa, mas também porque, no limite, o próprio registro etnográfico é um documento, um artefato de conhecimento moderno (RILES, 2009). E o que aconteceria se pudéssemos debater nossos documentos com os interlocutores durante o curso da investigação? Não digo apresentar o projeto de pesquisa – o problema geral ou a intenção inicial –, mas sim o arcabouço das nossas ideias e hipóteses que serviram como provocadoras de questões de pesquisa e servirão como base para a escrita do argumento final. Poderia, assim, colocar em discussão meus próprios valores e visões e abrir-me para escrutínio e análise dos interlocutores ao passo em que amadurecia a reflexão.

Foi o que aconteceu. Por um acaso, um bom acaso, iniciei o trabalho de campo pelas entrevistas e elas ganharam uma importância na investigação. Em fins de 2017 – meu primeiro ano no doutorado – fui surpreendida com uma oportunidade ímpar. Soube que um número significativo de servidores do Iphan que trabalhavam com as políticas de patrimônio imaterial viria a Brasília para um curso de capacitação que duraria uma semana para cada uma das duas turmas e, entre eles, estava grande parte dos *técnicos em antropologia ou ciências sociais*. Ainda estava reticente em iniciar as entrevistas tão cedo na pesquisa e pensava que deveria primeiro realizar o levantamento documental. Todavia, naquela época os recursos financeiros para encontros, cursos e eventos já estavam sofrendo grandes cortes pelo governo federal e de outra maneira não sabia como e nem quando teria acesso aos servidores que se encontram espalhados por todo o território nacional.

Em 2017, havia 28 antropólogos em atividade no Iphan (contando comigo) que ingressaram no serviço público por meio de concurso para cargos permanentes para essa área especificamente. Além daqueles que ingressaram nos concursos de 2005 e 2009 no Iphan, havia também servidores que ingressaram antes da CF/88, servidores que foram removidos para o Iphan de outras instituições do antigo *sistema MinC*⁵⁸ (como da Funarte ou do MinC em concurso para a área de ciências humanas) e servidores de carreiras transversais que estavam lotados no Iphan (como Especialista em Gestão Governamental e Política Pública). Quando escrevo a tese esse número já se transformou, especialmente, devido ao ingresso por meio do

⁵⁸ Era chamado de *sistema MinC* o próprio Ministério da Cultura somadas as suas instituições vinculadas: Funarte, Iphan, Ibram, Cinemateca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Biblioteca Nacional.

novo concurso, que ocorreu, em 2018, e que abriu 21 vagas novas para *técnicos em antropologia*, e também à saída por conta de pedidos de exoneração ou aposentadoria.⁵⁹

Além de dialogar com os profissionais que operam as políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial também busquei os antigos ou atuais gestores que ocupam/ocuparam cargos de maior hierarquia para tomada de decisão dessas políticas (como coordenadores, diretores e presidentes das instituições), além de profissionais já aposentados ou exonerados que colaboraram na construção das ações de salvaguarda do patrimônio imaterial.⁶⁰ Ao todo, realizei entrevistas com 40 profissionais no Brasil, que totalizaram cerca de 100h de gravação. As entrevistas ocorreram, em sua maioria, em Brasília, com algumas também realizadas no Rio de Janeiro e Florianópolis.⁶¹ Para me preparar para as entrevistas, minha orientadora me fez uma sugestão ao mesmo tempo ousada e criativa: em vez de um roteiro de entrevistas semiestruturado, poderia usar o mapa mental da tese – que detalharei melhor adiante.

As experiências acumuladas pelo *Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder* (LEIPP/UnB), em suas atividades recentes, já tinham apontado para os desafios de se conduzir entrevistas em contextos etnográficos politicamente tensionados e com sujeitos que são também pesquisadores. Estas experiências aproximam-se mais de um ‘pesquisar entre’, nem *up* nem *down*, como sugerem Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014: 11) usando os termos de Laura Nader (1972). Esse ‘entre’ não apenas se refere ao exercício profissional de muitos pesquisadores de instituições (como era o meu caso), mas principalmente à prática de negociar suas inserções, a forma de obter informações, o compartilhamento de interpretações e análises com os interlocutores, assim como os engajamentos políticos. Como uma estratégia, por exemplo, Bruner Titonelli Nunes (2014: 25-26) descreve a apresentação do seu projeto de pesquisa de doutoramento em um seminário para o conjunto de seus interlocutores no Ipea, estratégia que adotou, entre outros motivos, porque se tratava de uma pesquisa com um grupo de pesquisadores que poderiam debater e compreender sua proposta de dentro.

Nunes destaca que uma de suas inspirações foi a estratégia empregada por Maria Macedo Barroso (2014) e que ela denominou de “sinceridade metodológica”. Da mesma

⁵⁹ No capítulo 3 e 4 da tese irei apresentar uma visão mais detalhada dos profissionais que se encontravam em atuação no Iphan.

⁶⁰ No jargão da administração pública, *exoneração* se refere à solicitação de saída de um servidor do órgão.

⁶¹ Utilizei o aplicativo para navegador *WebCaptioner* para as transcrições automáticas e o *oTranscribe* para decupar e revisar as transcrições das entrevistas.

maneira, Barroso apresentou seu projeto de pesquisa na íntegra a todos os seus interlocutores no decurso de sua pesquisa sobre o campo da cooperação internacional para projetos indigenistas. Entretanto, Barroso avalia que essa atitude teve um efeito mais performático ao sinalizar para seus “outros” que se colocava no mesmo nível simbólico que eles e que reconhecia esses encontros como espaços de diálogo. Esses são alguns caminhos para a construção de pesquisas mais dialógicas e também para o refinamento de uma postura ética em campo.

Deste modo, a sugestão de construir o mapa mental da tese para a condução das entrevistas estava pautada na ideia de “antecipar as hipóteses da pesquisa”. Essa perspectiva se difere – e vai além – do procedimento ético já consolidado nas pesquisas antropológicas de retornar os resultados aos interlocutores, uma vez que busca construir em diálogo e com maior simetria a pesquisa desde seu momento inicial.

Entretanto, a maneira de apresenta-las partia também de uma outra inspiração. A introdução d’*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski (1984), se tornou um dos textos canônicos que estabelece as bases da moderna pesquisa antropológica de tal modo que já é quase letra batida retomar a sua defesa da observação participante e da centralidade da “carne e do sangue” na descrição do contexto etnográfico. Mas, e se levássemos a sério um outro ponto da introdução: o que o autor discute a construção de métodos de “coleta” e sua interrelação com a análise dos dados (MALINOWSKI, 1984: 24-26)?

Malinowski coloca que a busca do antropólogo em campo, na sua perspectiva funcionalista e totalizante do início do século XX, seria o estabelecimento de regularidades e leis que regem o funcionamento de uma sociedade. Para tanto, Malinowski entende que “o treinamento científico tem por finalidade fornecer ao pesquisador um ‘esquema mental’ que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o roteiro a seguir em seu trabalho” (MALINOWSKI, 1985: 25). Seria, justamente, na constante revisão entre dados etnográficos e análise teórica que o pesquisador perceberia lacunas e a necessidade de adensar sua pesquisa e, conseqüentemente, complementar a sua análise. Desta forma, Malinowski ainda defende que “sempre que o material da pesquisa o permitir, esse ‘esquema mental’ deve, todavia, transformar-se num ‘esquema real’ – ou seja, materializar-se na forma de diagramas, planos de estudo e pesquisa e quadros sinóticos completos” (MALINOWSKI, 1985: 26).

Quero destacar um ponto que nessa proposta segue sendo atual. Todo pesquisador se dirige à campo já com um ‘esquema mental’ esboçado a partir de suas leituras e, por mais disponível que esteja ao encontro etnográfico – seja ele de afetação (FAVRET-SAADA, 2005),

de experimentação (DUMONT, 1985), entre outros –, a construção do conhecimento antropológico se dá na mediação entre as experiências e as teorias: as já existentes, as de seus interlocutores e as que serão formuladas. Minha intenção foi, então, levar a sério e ao limite a proposta de Malinowski e transformar o esquema mental que havia reunido por meio de leituras e da vivência particular em um esquema real que apresentaria durante as entrevistas.

Malinowski coloca ainda que o valor dos esquemas mentais e reais “como instrumento de pesquisa reside no fato de que ela [genealogia, quadro sinótico, entre outros] permite formular questões que o pesquisador levanta a si mesmo *in abstracto*, mas faz ao nativo de maneira concreta” (MALINOWSKI, 1985: 26). Uma vez que, para o autor, seria improdutivo indagar o “nativo” a respeito dessas questões de uma maneira abstrata e teórica, restaria, por fim, o exercício indutivo de reunir a maior quantidade possível de dados concretos a partir de situações imaginadas ou reais que permitiriam o pesquisador analisá-los à luz do conjunto de teorias antropológicas.

Mesmo discordando dessa perspectiva em qualquer contexto de pesquisa e defendendo uma maior simetria na produção de conhecimento, isto se torna ainda mais impraticável numa situação em que os interlocutores eram, em sua maioria, eles próprios pesquisadores e/ou antropólogos e cientistas sociais de formação. A minha decisão foi, portanto, formular essas questões *in abstracto* aos meus interlocutores e deixar que despertassem conexões, impressões e reações que nos levassem juntos à vida concreta. Não só adiantaria as hipóteses da tese, mas me abriria para sua construção compartilhada, expondo também as estratégias escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa. Após apresentar o mapa mental, no início de uma entrevista, Jorge, *ex-gestor de alto escalão* do Iphan, me disse: “eu acho muito interessante como proposta metodológica você trabalhar com mapa mental porque as hipóteses elas acabam vindo depois de um mapa mental bem estruturado, né. Quer dizer, no momento em que você vai fechando algumas questões e pode formular hipóteses” (entrevista em 2017). Essa conversa franca sobre as hipóteses e a metodologia que adotei foi deveras facilitada pelo prévio treinamento científico de meus interlocutores.

Parte mesmo do trabalho em campo é justamente negociar tanto a entrada e permanência – como procurei descrever na seção anterior – quanto o próprio conteúdo da tese e as conclusões a que chegamos. Uma estratégia ética para lidar com expectativas do pesquisador e dos interlocutores, me parece, é precisamente colocar a pesquisa em debate o mais amplamente possível. Desta maneira, abre-se espaço para que o interlocutor questione impressões; constrói pontos para verificação entre o que está sendo dito e o que está sendo compreendido. Construir

um mapa mental para a tese que me ajudasse a conduzir as entrevistas foi um exercício criativo para encontrar novos caminhos que tornassem esse diálogo possível.

Essa discussão não é nova. Os caminhos para uma construção compartilhada do conhecimento advindo do encontro estão em debate, na antropologia, pelo menos desde os anos de 1980 em que se questionava o caráter colonial da autoridade etnográfica ancorada na experiência e na interpretação. Este novo paradigma antropológico pautado na construção discursiva dialógica ou polifônica buscava ressaltar a negociação e a intersubjetividade da produção do conhecimento realizada por sujeitos (pesquisador e pesquisado) localizados (CLIFFORD, James, 2002).

MaryCarol Hopkins (1993: 128), ao refletir sobre os novos contextos de produção etnográfica em ambientes urbanos localizados social, cultural e geograficamente mais próximos ao pesquisador e sobre os limites do anonimato neste tipo de pesquisa, se questiona sobre quão genuinamente colaborativa pode ser a investigação quando o interlocutor não compreende com profundidade a proposta de observação participante ou as possíveis consequências dos resultados da pesquisa para os grupos estudados. Já para Elizabeth A. Sheehan (1993), que realizou pesquisa junto à elite intelectual irlandesa, sua preocupação era distinta. Ela pondera, entre outras coisas, sobre o desafio de construir um texto etnográfico a partir de falas de um grupo que possui poder pelo valor social e político das suas ideias e, conseqüentemente, possui uma grande preocupação com a propriedade intelectual e autoridade de ideias. Reflete então acerca da relação e dos limites entre a atuação desses intelectuais na esfera pública e a privacidade de suas informações e ideias; além da sua inserção como pesquisadora dentro de uma rede de relações hierárquicas em que se via numa posição de menor autoridade. Esses são dois exemplos distintos dos desafios da postura ética e da produção de conhecimento, em alguma medida, compartilhada em “pesquisas *up*”. Entretanto, a preocupação com a recepção das etnografias (Cf. BRETTELL, 1993) e o cuidado com a descrição de situações e interlocutores estão presentes em grande parte dos trabalhos etnográficos, sejam eles com elite ou grupos subalternizados.

James Ferguson (2011) propõe uma reflexão interessante sobre qual seria a novidade metodológica de pesquisas etnográficas em contextos transnacionais. Um ponto central para entender a problematização de Ferguson é sua crítica à noção de novidade. Imagina-se que comumente algo novo irá substituir objetos e procedimentos antigos, contudo essa ética consumista de descarte e substituição não ocorre dessa maneira nem nas vidas cotidianas e nem na maneira de conduzir pesquisas. O autor entende que a novidade é introduzida e acrescentada

ao mundo e à prática, coexistindo com o antigo. Da mesma maneira, ainda que tenham havido algumas mudanças de processos sociais e culturais com um mundo mais globalizado, antigas questões ainda se manteriam. Então, a novidade, numa realidade social transnacional, que implicaria outras abordagens metodológicas seriam: as relações sociais alargadas em espaços transnacionais; ampliação do alcance territorial e político de instituições; uma aceleração temporal de diversos processos sociais, econômicos e políticos; e a recorrência cada vez maior de investigações entre interlocutores que detém educação formal semelhante à do investigador.

Isto teria levado à necessidade de lançar mão de diferentes estratégias metodológicas – para além da observação participante, tais quais, pesquisas em arquivos e bibliotecas, em jornais, dados estatísticos, etc. – que deveriam ser pensadas com a mesma profundidade e zelo. Ferguson acredita ainda que essas novas abordagens poderiam descentralizar o campo na constituição da prática e da identidade da disciplina. Para ele, a distinção da antropologia para outras ciências humanas não se restringe exclusivamente ao trabalho de campo, ainda que esteja muitas vezes a ele relacionada. Deriva sim da sensibilidade antropológica que tanto parte de tradições intelectuais oriundas do campo (como atenção a práticas corporificadas, valorização de escuta e diálogo, etc.), quanto não vinculadas a ele (como atenção a categorias de pensamento, reflexividade, etc.).

A inclusão desses novos objetos de estudo e de novas abordagens de pesquisa, segundo Ferguson, ajudaria a melhor indicar que a produção de conhecimento etnográfico deve ter seu foco nas relações sociais, semióticas e discursivas que constituem os objetos (sejam elas processos transnacionais ou locais) e no contexto em que estão inseridos os elementos etnográficos. Ademais, é preciso compreender objetos como um conjunto de práticas e para isso é necessário decompor uma pergunta abstrata em um conjunto de práticas analisáveis. Com o mapa mental, em certo sentido, me propus a construir maneiras novas e criativas de conduzir uma pesquisa etnográfica sem descartar antigas ideias. Recuperei a sugestão do “esquema mental” de Malinowski e nele esbocei possíveis relações entre ideias, instigando os interlocutores a refletirem sobre elas a partir de suas práticas no contexto institucional das políticas de patrimônio imaterial.

O mapa mental não foi um fim em si mesmo, apenas um meio para pensar sobre a pesquisa e compartilhá-la, que acabou extrapolando seu uso nas entrevistas e me auxiliou também no tratamento final dos demais elementos etnográficos, como cadernos de trabalho, documentos oficiais, entre outros. Ele foi importante para me movimentar durante a pesquisa como as raias dispostas em uma piscina olímpica auxiliam uma nadadora inexperiente a

dimensionar o espaço que poderá ocupar. Conseguir nadar em linha reta é um aprendizado que, em seu decurso, levará a encontrões da pessoa com a raia e deixará até alguns arranhões na pele. Para aprender a nadar sem raia, é preciso primeiro adaptar-se à água, ganhar consciência de determinados movimentos do corpo e identificar os pontos de referência espacial na piscina: os desenhos nos azulejos, as bordas laterais ou a estrutura da cobertura. Pode-se nadar de costas, *crawl*, borboleta ou peito; pode cruzar a piscina submersa, em *eggbeater* ou até mesmo dando cambalhotas e plantando bananeira. Porém, uma vez adquirida essa “técnica corporal” (MAUSS, 1974a), a atleta nadará como queira e sem raia com a segurança de que, ao alcançar a borda oposta e emergir a cabeça da água, talvez esteja algumas dezenas de centímetros à esquerda ou à direita, mas não estará perdida num ponto inimaginado da piscina.

Como já comentei anteriormente, a bibliografia sobre a atividade profissional de antropólogos era extensa e tocava em distintas dimensões dos diferentes fazeres “extramuros”. Mesmo definindo meu contexto de pesquisa – atuação com as políticas de patrimônio imaterial – e seus sujeitos – preferencialmente servidores e gestores – o conjunto de possibilidades de análise e temas continuava amplo. O mapa, em muitos momentos, me ajudou a ajustar o olhar para perceber conexões entre processos e práticas. Carla C. Teixeira e Sergio Castilho (2020: 24) a partir de Gellner & Hirsch tocam exatamente nessa questão: como refrear o impulso de uma abordagem holística que visa dar conta de uma totalidade cultural frente a importância de dar conta dos valores e conceitos dos sujeitos das organizações. Usam, então, a metáfora da “visão vesga” em que um olho mantém seu foco no desenho inicial da pesquisa e o outro flana pelas demais possibilidades abertas ao longo do trabalho, levando em consideração as relações de poder, desigualdades, outras vozes, contextos em que se realizam os eventos etnográficos, a inserção do pesquisador e o universo da pesquisa.

Vaguei pelos caminhos indicados pelos interlocutores durante as entrevistas. Busquei documentos, referências bibliográficas e outros atores a partir dessas conversas. Até a densidade histórica para os processos que analisava me foram sugeridas por eles ao retrocederem suas falas até pelo menos os anos de 1970 e a atuação do CNRC. O mapa foi, assim, o meio para iniciar uma conversa mais dialógica e também as raias na minha piscina ou os óculos para meu olhar vesgo.

1.2.2. O mapa mental em diálogo

Segundo Ana Lúcia C. Souza e Mariana C. F. Ventura (2017), mapa mental é uma ferramenta de sistematização de ideias e conceitos desenvolvido e popularizado nos anos de 1970 por Tony Buzan e guarda semelhanças com a estratégia criada, em 1950, de leitura dinâmica e pensamento radial de Evelyn Wood. De forma geral, mapas mentais são utilizados, em atividades acadêmicas, como um meio para organizar informações adquiridas em leituras; um tipo de fichamento mais enxuto e visual apenas com palavras-chave. Além disso, mapas mentais ainda podem ser usados para organizar palestras, estruturar redações de textos, facilitar processos de memorização, etc. Trocando em miúdos, é uma estratégia para organizar e expressar o pensamento de maneira clara e sucinta. Assim, mapas mentais representam com liberdade criativa as relações não lineares e fluídas entre conceitos e ideias, indicando os vínculos e associação entre si. De forma geral, coloca-se uma ideia ao centro de onde partem outras categorias, que novamente podem apresentar subcategorias.⁶² Sugere-se ainda o uso de diferentes cores e formas na indicação dos vínculos.

Apresento agora o mapa mental da tese.⁶³ Em geral, mapas mentais tem 1 (uma) ideia central, contudo, para melhor indicar as relações e interconexões entre práticas estatais e conhecimento especializado, desenhei o mapa articulando 2 (duas) ideias centrais: antropologia e estado dispostas lado a lado. A partir delas procurei destacar as especificidades de cada uma e também seus pontos de interseção.

Para a antropologia destaquei: 1) “mercado de trabalho” com as subáreas de atuação no setor público, privado, instituições de ensino e pesquisa, ONG, organismos internacionais e consultorias; 2) “campo disciplinar da antropologia”, que congrega associações e definições de áreas, como antropologia aplicada; patrimônio cultural, etc; 3) “formação”, como graduação, pós-graduação, etc.

Para o estado, destaquei: 1) “formas de ingresso”, que seriam concurso, contrato temporário, cargos comissionados, terceirização e servem como um contraponto ao mercado de

⁶² Para exemplos de mapas mentais, ver Ana Lúcia C. Souza e Mariana C. F. Ventura, 2017: 118.

⁶³ O desenho do mapa mental da tese foi feito com a versão gratuita do programa *XMind*. Para melhor visualização e leitura devido às suas dimensões não incorporei o mapa no seu desenho original no corpo da tese; para isto, ver anexo A.

trabalho; 2) “capacitação”, relacionado à formação, indica a necessidade de aquisição de novas e específicas competências para atuação no Estado, que ocorrem por meio de cursos, vivência cotidiana no trabalho e tem um forte conteúdo interdisciplinar; 3) “tipos de Estado”, democracia participativa, democracia representativa, regimes autoritários, direitos e deveres; 4) “processos estatais”, que congrega políticas públicas com o ciclo de políticas públicas, coordenação de políticas e intersetorialidade; a burocracia estatal com a estrutura estatal, perfil dos burocratas, entre outras; e tecnologias de governo; 5) além disso, haveria também a questão da “nação”, uma discussão importante no campo patrimonial e que congregaria direitos culturais, narrativa patrimonial, hierarquização de cultural e diversidade cultural, etc. Um dos interlocutores sugeriu que eu devesse incluir aqui um subitem sobre “cultura organizacional” que se vinculasse às dinâmicas específicas da organização e do *ethos* do Iphan.

Entre a antropologia e o estado, estabeleci uma relação de fronteira e/ou conexão representada visualmente por meio de uma linha pontilhada. Permeando todas essas questões, inseri a ideia de “instituição” e um outro interlocutor sugeriu acrescentar “sociedade”.

Além disso, indiquei 4 áreas, na parte inferior do mapa, que considerei comuns a ambos os campos. São elas: 1) “redes e relações” entre pessoas, entre instituições e entre materialidades e objetos; 2) “reconhecimento profissional” com identidade, carreira e desenvolvimento profissional, lugar de especialista, regulamentação da profissão; 3) o “ofício” propriamente com suas práticas (de tempo e mediação), pesquisa, produção textual, oral, imagética e formas de circulação da produção, e autoria e agencialidade; 4) por último, “ética”, que incorpora os diferentes códigos de ética, posturas éticas entre profissionais, com os interlocutores e com as instituições, a responsabilização ética e sua esfera moral e política.

Nos mapas mentais, a indicação de relações e vínculos entre conceitos e ideias pode soar como uma estrutura de hierarquização. Há quem defina mapa mental como “essencialmente um diagrama hierarquizado de informações, no qual podemos facilmente identificar as relações e os vínculos entre as informações” (HERMANN, BOVO *apud* SOUZA, Ana Lucia, VENTURA, Mariana, 2017: 113). Contudo, entendo que, nas relações hierárquicas, se representam vínculos lineares verticais e horizontais de primazia ou equivalência em uma dinâmica de relações de força, como nos organogramas de organizações. Já nos mapas mentais percebo o estabelecimento de relações não lineares que mais se assemelham a uma perspectiva de ‘conjuntos da matemática’ com elementos que estabelecem relações de ‘contido’ e ‘não contido’ sem indicar necessariamente maior preeminência. Ou, ainda, a representação de ideias que vão do mais geral para o mais particular.

Chamo atenção para essa diferença a fim de esclarecer algumas questões. Uma outra estratégia que utilizei durante a pesquisa foi a de apresentar o mapa mental da tese e algumas hipóteses preliminares em diferentes atividades de divulgação científica, como congressos e seminários,⁶⁴ a fim de perceber a reação dos meus pares, para além dos interlocutores. Entre as críticas e sugestões que recebi, houve a que:

o mapa muito é estruturado a partir dessa estrutura do próprio organograma das instituições. Não completamente, mas também faz uso disso, não só disso, mas faz uso disso. E eu fiquei pensando um pouco naquilo que é o informal, a carta, o bilhete, a conversinha, o cafezinho. E quem está em instituição fazendo etnografia tem condição de alcançar os meandros e eu acho que é isso que vai trazer, digamos, o novo. Não o novo, mas o contextual, o etnográfico, o que traz elementos que particularizam cada situação. (comentário durante o debate de um GT em congresso)

De fato, um mapa mental pode aparentar semelhanças com organogramas principalmente por ser um desenho de vínculos. Porém, enquanto o primeiro busca representar as relações entre ideias e conceitos, o segundo é um instrumento da administração que representa a estrutura de organizações, indicando unidades que desempenham determinadas atividades e funções e suas relações hierárquicas em diferentes níveis. Existem diferentes tipos de organograma, sendo o mais comum o verticalizado no qual quanto mais no topo estiver a unidade administrativa, maior sua autoridade e abrangência de função. Já as unidades que estiverem na mesma linha horizontal possuem a mesma autoridade e abrangência de função, diferindo apenas o objeto específico de atividades e não de relação de poder de decisão ou atuação. Além de representações gráficas de organizações, Teixeira e Castilho (2020: 116-119) analisaram os diferentes organogramas do Ipea e identificaram variações na forma de apresentação. Os autores apontam que organogramas também exprimem valores e visões institucionais, variando no tempo e de acordo com a audiência que pretendem atingir.

⁶⁴ Da mesma maneira que optei por manter o anonimato dos interlocutores que entrevistei, também irei estender esse anonimato aos pares com quem dialoguei em eventos de divulgação científica, uma vez que a incorporação desses comentários na tese não foi negociada de forma explícita e também para não criar assimetrias no corpo texto em que algumas falas são diluídas e anônimas e outras marcadas pela nomeação dos atores. As provocações e críticas que ora comento se referem exclusivamente a questões de método, enquanto outras de cunho mais analítico serão endereçadas ao longo da tese, ainda que não diretamente citadas, como profundidade temporal, a relação entre historiadores e antropólogos no Iphan, uma divisão aparentemente rígida entre academia e Estado, entre outras. Durante os anos de pesquisa participei de diversos congressos e seminários, destaco aqui aqueles em que apresentei algumas hipóteses preliminares da tese e/ou o mapa mental: V Conversas da Kata (2017); Semana Universitária da UnB (2018); 18th IUAES World Congress (2018); 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (2018); VII Conversas da Kata (2019); VII Encontro Graduados Ciências Sociais para Transformar da UnB (2019); 32a. Reunião Brasileira de Antropologia (2020) e Seminario 2020 "Frontera(s)" del Programa de Investigación "Cultura, Política y Diversidad" (2020), entre outros.

Organogramas são representações gráficas de uma “organização” específica. Ainda que minha proposta seja fazer uma etnografia de instituição e o contexto de investigação seja em uma instituição formal, o Iphan, isso não significa que o mapa mental retrate a organização nem que uma etnografia de instituição seja exclusivamente sobre uma organização. Carla Costa Teixeira e Sergio Castilho (2020), ao fazerem um breve balanço sobre o estado da arte dos estudos de instituições nos cenários mundial e brasileiro, chamam atenção para a diferença entre ‘processos de institucionalização’ e ‘organizações’. Principalmente na tradição antropológica anglo-saxã, estudos institucionais se iniciaram em organizações e muitas vezes foi o objeto que reuniu essas pesquisas. A partir de Gellner & Hirsch os autores indicam que organizações, em geral, são unidades formais que constroem regras explícitas, possuem divisão de trabalho e visam incidir e/ou transformar uma realidade. Por esta razão, a produção sobre organizações tem focado as relações de trabalho, de produtividade e eficiência.

Da mesma maneira, Susana Durão e Daniel Seabra Lopes (2011) fazem uma observação interessante sobre o uso semântico do termo “instituição” e “instituições” ao perceberem que, comumente, seu uso no singular denotaria algo como norma, convenção ou regra, enquanto no plural indicaria uma entidade legalmente instituída, burocraticamente organizada e hierarquizada. Durão e Lopes defendem que tanto instituições quanto processos de institucionalização, ainda que por vezes sejam perspectivas distintas, deveriam ser tratados de uma maneira mais integrada.

Com isso quero destacar que os estudos sobre instituições não se restringem às organizações. Mary Douglas (1998), por exemplo, toma instituições como o conjunto de processos cognitivos e morais que, por meio de analogias, ossificam e naturalizam o sistema de pensamento de grupos sociais. Neste sentido, não se trata de instituições ‘encarnadas’, mas sim de processos de pensamento e atribuição de valores que ordenam o mundo social a partir de bases compartilhadas de conhecimento e padrões morais. Isto está próximo aos processos de institucionalização que Teixeira e Castilho (2020: 30-31) abordam. As fronteiras e formas de acesso entre as instituições e os processos institucionais não está dado a priori, uma vez que variam de acordo com o campo específico, a pergunta de pesquisa e com as configurações de espaço, tempo, redes de atores e suas afinidades e conflitos.

Ao construir o mapa mental, mais do que representar uma organização propriamente, busquei identificar os conceitos e valores que indicassem alguns elementos do processo de institucionalização de uma prática profissional que está relacionado ao processo de institucionalização de uma política pública – que é desenvolvida numa instituição específica.

Esses elementos partiram, inicialmente, de leituras e da minha experiência profissional progressiva. Entretanto, como bem observou, Vânia, arquiteta de formação e *gestora de médio escalão*,⁶⁵ durante uma entrevista, o mapa mental “pode ser replicado para várias outras [áreas], né... Se você trocar antropologia aqui, você vai ter esse mercado de trabalho para várias outras áreas” (entrevista em 2019).

Esse comentário aponta para o aspecto compartilhado desses processos institucionais. Da mesma maneira que a princípio, no mapa, as ideias vinculadas à antropologia não são específicas da disciplina, não há nada que singularize a política de patrimônio imaterial no mapa. As questões mais particulares do contexto de pesquisa surgiram a partir das contribuições dos interlocutores, dos documentos consultados, das reuniões que acompanhei. Foi Rafaela, *Técnica em Antropologia e gestora de médio escalão*, quem buscou espontaneamente me indicar no mapa mental onde ela entendia encontrar a política de patrimônio imaterial: na linha pontilhada que eu desenhei unindo *antropologia e estado* e que chamei de *fronteira e/ou conexão*. Para ela, seria a política de salvaguarda do patrimônio imaterial que estabelece essa relação. Essa contribuição foi de fato importante para o decorrer da pesquisa, pois ressaltou de forma direta um elemento-chave para a compreensão do problema de investigação: na execução dessa política pública específica que se elabora, desenha e redesenha as fronteiras internas e externas (MITCHELL, 1991; 1999) do Estado e da academia.

Isto me leva ao segundo ponto do comentário supracitado e que se refere a um determinado paradigma de produção antropológica que delimita “o contextual, o etnográfico” como sendo “o informal, (...) o cafezinho, a conversinha”. Entendo que este comentário está fortemente pautado na primazia do local, de uma perspectiva micro e das interações face a face para construção do conhecimento etnográfico e que, em grande medida, decorre da centralidade do trabalho de campo e da descrição, como apontei anteriormente a partir de James Ferguson (2011). Ademais, como discuti na subseção *Estar dentro e fora*, as pesquisas em instituições não necessariamente permitem acesso ao cafezinho, aos bastidores e são permeadas por intensos processos de negociação por acesso que podem mudar em instantes. Ademais, Teixeira, Cruvinel e Fernandes (2020) argumentam que embates ou concordâncias que são

⁶⁵ Uso ao longo da tese a terminologia médio e alto escalão para me referir a gestores ocupantes de cargos comissionados de livre nomeação na estrutura do Iphan. Com base na pesquisa de Cavalcante e Lotta (2015), burocracia de alto escalão se refere àqueles que ocupam altos cargos na estrutura estatal e a burocracia de nível de rua são os burocratas que atuam diretamente com os beneficiários das políticas públicas. Nesse contexto o médio escalão é aquele que ocupa cargos comissionados, mas que não se encontra na alta cúpula. Para a pesquisa sobre o perfil dos burocratas de médio escalão, os autores delimitaram todos aqueles que ocupavam cargos comissionados até o nível DAS 5, o que seria atualmente FCE/CCE 15 (CAVALCANTE, LOTTA, 2015: 15-16). Considerando que o instituto é uma autarquia, desci um patamar para essa classificação.

colocadas em cena também possibilitam um bom material para análise, especialmente, em etnografias das relações de poder, uma vez que essas arenas públicas também compõe um importante espaço de interação entre os atores.

Vejo que usar o mapa mental como um catalizador para as entrevistas me possibilitou explicitar e debater as possíveis relações entre ideias, pessoas e práticas, enraizando-as no contexto específico a partir das situações trazidas pelos interlocutores e desta maneira construir parte dos elementos etnográficos. Somados aos demais elementos oriundos de reuniões públicas, documentos, normas e minha experiência pregressa, acredito ter sido possível perceber o contextual das relações sociais e políticas em foco.

A terceira crítica que gostaria de endereçar se refere à própria ideia de representação. Uma provocação comum quando se pensa em mapas (sejam eles mentais ou cartográficos) se vale do conto de Jorge Luís Borges, intitulado *Sobre o rigor da ciência* (1982). Descreve Borges, em um parágrafo, um Império que tinha a prática científica da cartografia em tão alta conta que buscava nela a perfeição e produziu um mapa imperial, rico em detalhes, do tamanho do próprio império que, então, se esvaziou de utilidade e sentido, terminando em ruínas abandonado. Com seu título e o sarcasmo da imagem evocada, o escritor argentino visa enfatizar que as produções científicas perdem seu efeito quando possuem pretensões totalizantes, pois nada mais são que representações de algo. Por outro lado, Benedict Anderson (2008), quando refletiu sobre o nacionalismo e a construção de identidades nacionais como instrumento de legitimação dos Estados-nação, chamou atenção para o papel que alguns instrumentos de governo – no caso, censos, mapas e museus – desempenharam para a produção de narrativas e de categorias. Mapas também eram usados como logotipos que delimitavam e reduziam os espaços políticos e a própria nação. A partir deles o Estado colonial fabricava realidades visíveis e enumeráveis e assim controlava coisas e pessoas.

De maneiras opostas e complementares, essas provocações, que me apresentaram em congressos e seminários, apontavam para a apreensão de mapas como representação-síntese e representação-criadora. Com isso, buscavam problematizar a própria ideia de mapa e os possíveis impactos e limites da sua utilização como ferramenta de pesquisa. Essas dimensões em momento algum se perderam de vista. Quando o mapa mental foi um meio pelo qual me orientei no campo – como as raias da piscina que mencionei –, assumiu, em alguma medida, suas características de representação-criadora. Quando o usei como uma forma de expor com clareza e rapidez os contornos do meu interesse de investigação para os interlocutores, ele operou principalmente como uma representação-síntese.

Uma quarta crítica metodológica a mim direcionada, durante apresentações do trabalho em congressos e seminários, foi a possível ocorrência de um “*bias*” – para usar o termo da debatedora – por utilizar o mapa mental e apresentar de entrada a minha perspectiva, que seria influenciada pela própria instituição, já que sou servidora do Iphan. O argumento era que talvez isto levaria os demais *técnicos*, *gestores* e pesquisadores a aderirem ao mapa como um conjunto de categorias estabelecidas e não se oporiam às relações e conexões desenhadas nem, tampouco, teriam espaço para formular questões diferentes das minhas. Quanto a isso, reforço a proposta de “adiantar as hipóteses” de trabalho como uma estratégia de trabalho compartilhado. Como argumentei a partir de Malinowski, todo pesquisador constrói hipóteses iniciais a partir de leituras e de uma primeira entrada no campo. Então, apontar explicitamente qual era a minha perspectiva tornava o diálogo sobre concordâncias e discordâncias mais franco e direto e assim desconstruindo um possível viés. De todo modo, avalio que a melhor maneira de responder a essa crítica é explicitando como se deu o diálogo.

As entrevistas, em geral, ocorreram em salas de reunião nas dependências do Iphan ao fim do expediente. Além dessas situações mais comuns, algumas foram realizadas na residência dos entrevistados ou em restaurantes e cafés de suas escolhas de acordo com a preferência de cada pessoa. Imprimi o mapa mental em uma folha de 55,5cm de comprimento por 25,5cm de largura e iniciava as entrevistas abrindo-o numa mesa ou no colo e apresentando-o aos interlocutores. Não raro, antes mesmo de começar esta apresentação, o interlocutor já me interpelava perguntando exatamente qual era o tema da tese, como Jorge, que me disse tão logo sentamos, “Conta um pouquinho da sua tese para eu poder me situar” (entrevista em 2017), ainda que já houvesse explicado o trabalho em linhas gerais no convite enviado por *e-mail*. Desta forma, o mapa mental já era uma maneira de responder ao interlocutor e começar a introduzir as questões que gostaria que elaborassem. Em várias ocasiões, não chegava a terminar a exposição, pois o interlocutor já reagia a algum ponto que despertara seu interesse e eu apenas retomava a apresentação do mapa quando terminasse aquele assunto.

Procurei conduzir as entrevistas como uma conversa, da maneira mais espontânea possível, deixando-os livres para reagirem ao ponto que quisessem do mapa porque, afinal, como sublinhou Jorge “É... Um mapa amplo, né. Bastante amplo” (entrevista em 2017). Além disso, era muito claro para mim e para os interlocutores que o mapa mental era uma representação gráfica das minhas questões de pesquisa, como salientou Valter, após indagar sobre o que eu esperava da entrevista: “Da forma mais livre possível? Porque muitas delas eu jamais pensei, e eu jamais pensei de forma estruturada assim. Essa é a *sua* forma de pensar

[ênfase na fala]” (entrevista em 2018). Ao que respondi que sabia disso e que gostaria de ouvir sobre a forma como ele pensava o tema geral da tese, Valter me respondeu: “Não... Eu me submeto muito bem. Acho que vou escapar algumas vezes, mas a princípio me submeto” (entrevista em 2018).

Essa breve interação elucida a clareza com que os interlocutores compreenderam o instrumento de pesquisa e também que sabiam maneiras de evadir de pontos que não queriam abordar para se concentrar em outros que lhes mobilizassem. Dizer que se “submeteria”, parece corroborar a ideia de que o mapa poderia gerar um “*bias*”. Entretanto, a sequência dessa fala de Valter – que irei explorar apenas duas páginas a frente – foi uma grande crítica a todo o mapa, que terminava com uma pergunta provocativa. Ouvindo novamente e refletindo sobre a expressão “se submeter”, entendi que ele estava sinalizando que concordava em dialogar comigo a respeito das questões postas ali. Ele não estava se subordinando, até porque também “escaparia”.

Desta forma, as entrevistas não seguiram uma ordem fixa e se desenrolaram cada uma a partir de diferentes conexões. Algumas se focaram mais na questão do mercado de trabalho, outras nos pontos relativos ao ofício e às redes e relações ou o que chamei de processos estatais. Não ter um roteiro semiestruturado para as entrevistas pode, por um lado, dificultar algumas comparações entre as respostas, mas, por outro lado, ressalta o seu caráter etnográfico ao dar mais espaço aos entendimentos e cruzamentos considerados importantes pelo interlocutor. Ademais, evita o vício de tratar quantitativamente aquilo que é qualitativo. Entretanto, no conjunto dos temas abordados e das entrevistas realizadas, consegui percorrer todo o mapa mental e também outras relações e conexões que não havia originalmente incorporado.

Além da política de patrimônio imaterial como o espaço de fronteira e/ou conexão, que comentei anteriormente, há diversos outros exemplos de momentos que indicaram esses outros arranjos:

Jorge: Assim, uma primeira reação, né. Eu vejo que... eu não vi [no mapa mental], com exceção aqui [aponta para processos estatais e mercado de trabalho], de... desses acordos internacionais. Eu não vi a dimensão jurídica desse processo.

Diana: É verdade... Não tem.

Jorge: Porque a dimensão jurídica é importante.

(Entrevista em 2017)

A dimensão jurídica e, principalmente, a linguagem do direito e as relações das *áreas técnicas* com a procuradoria federal apareceram em várias outras entrevistas a partir de experiências relatadas, mas talvez tivesse demorado a me atentar para sua relevância no campo

e para o meu próprio ponto cego se a entrevista não tivesse sido iniciada com essa observação. De fato, o subitem “legislação” estava um tanto escondido no canto inferior direito do mapa, talvez sem o devido destaque.

Uma outra observação sobre o mapa mental pode ser que ele é muito “abstrato” ao apenas indicar conceitos e ideias. Já afirmei que durante a entrevista procurávamos assentar essas relações em situações concretas, contudo, os próprios interlocutores muitas vezes assim elaboravam as experiências. Em outro ponto de uma entrevista, ao comentar a relação entre técnicos da área do patrimônio imaterial e do material, assim me foi colocada a questão:

Jorge: Eu acho que é uma questão estrutural, ela não é pessoal. Estrutural e da cultura institucional. A cultura institucional ela também foi se moldando dessa forma. Então, esse ponto eu também não vi muito no seu mapa: a cultura institucional. E esse é um aspecto importante... (Entrevista em 2017)

Esse ponto já fora antecipado no mapa mental, mas não havia expressado em termos de “cultura institucional”. Ainda que seja um conceito utilizado em alguns trabalhos de antropologia das organizações e incorporado nos estudos organizacionais pela administração e outras disciplinas (WRIGHT, 1994), não pensava em trabalhar a partir dessa perspectiva teórica. Outras sugestões foram na linha de uma sociologia do trabalho ou de *ethos* profissional (GEERTZ, 2013). Compreendi que, ao pesquisar entre outros antropólogos, muitas vezes as “categorias nativas” são as categorias analíticas construídas na produção acadêmica e acionadas pelos interlocutores para explicar também suas vidas pessoais e profissionais. Assim, Jorge trouxe a noção de cultura institucional não apenas como referência a um conjunto de leituras que eu deveria dominar, mas porque essa categoria lhe ajudou a navegar no Iphan⁶⁶ e a compreender algumas relações e tensões profissionais que viveu.⁶⁷

Logo percebi que “pesquisar entre”, como chamou Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014), especialmente entre outros pesquisadores requer dialogar não só com os interlocutores, mas também com suas referências e leituras e toda a gama de percursos que um mesmo tema poderia suscitar. Procurei separar possíveis expectativas dos interlocutores com a pesquisa daquilo que eu efetivamente estava fazendo, ainda que me mantendo aberta às suas sugestões.

⁶⁶ Sobre a cultura institucional, ela será matizada no segundo capítulo, ao apresentar o processo de institucionalização do conceito de patrimônio imaterial e do próprio Iphan, e no quarto capítulo, ao discutir o cotidiano de trabalho.

⁶⁷ Algo semelhante também ocorre na construção da política de patrimônio imaterial em que categorias analíticas, especialmente da história e da antropologia, são tomadas por empréstimo no discurso institucional que orienta algumas ações e, nesse novo contexto, se reelaboram as categorias e se tornam “nativas”.

Foram muitos autores e livros colocados despreziosamente entre reflexões pessoais sobre seus trabalhos e suas vivências. Como Luís me disse: "Hannah Arendt... que o problema da burocracia é que você não tem quem culpar" (entrevista em 2018), um nome e uma ideia entremeando sua reflexão sobre uma situação particular para explicar seu desconforto. Da mesma maneira, Guilherme me compartilhou sua percepção de que "o estado brasileiro não foi pensado para esses grupos que são os clientes da nossa política. E não estou falando novidade, Gramsci e os marxistas já falaram isso" (entrevista em 2018).

Enquanto nesses exemplos os interlocutores estavam buscando suas referências para respaldar alguma opinião, em outros momentos, as referências eram apontadas a fim de me ajudar a compreender algum processo ou a elucidar algum ponto que avaliavam que seria interessante para a minha pesquisa. Fosse sobre o trabalho engajado do antropólogo como me indicou Valter: "um texto que seria legal para você porque tem essa fala do Gilberto [Velho] sobre um duplo compromisso" (entrevista em 2018). Fosse um livro que ajudou Maria a entender as instituições no Brasil:

Agora, você leu a Lilia Schwarcz? Ela escreveu muito sobre instituições e não sei se vc... [...] Era um livro sobre instituições públicas e não públicas, eu acho. Eu não me lembro, faz tempo, mas eu lembro que quando li foi uma coisa muito... me elucidou muito. Me ajudou a olhar pro Iphan de uma outra maneira, sabe (entrevista em 2019).

A princípio me senti sobrecarregada com todas as sugestões espontâneas de leitura – fossem casuais ou diretas – imaginando que teria que abarcar as diferentes perspectivas teóricas que me apontavam. Com o tempo comecei a perceber que diziam mais sobre os interlocutores, seus percursos de formação e a maneira que encontraram para elaborar suas experiências do que sobre a minha pesquisa. Evidentemente, incorporei várias sugestões, mas passei a olhar para essas informações pelo que diziam sobre os entrevistados. De forma geral, as entrevistas foram espaços de diálogo, ainda que em algumas tenha me sentido numa reunião de orientação e, em raras ocasiões, no exame de qualificação da tese. Saí de várias entrevistas não só com indicações de bibliografia, mas também com livros que me foram presenteados. Em algumas entrevistas eu não só entrevistara como também fui entrevistada em certo sentido, uma vez que algumas interlocutoras compartilhavam interesses de investigação próximos.

Mesmo nas que pareciam conversas houve diversos momentos em que o interlocutor questionou conceitos que estava utilizando para compreender o universo de pesquisa e discordou abertamente das minhas hipóteses ou do arranjo do mapa. Valter, logo após dizer que se submeteria muito bem à entrevista e ao mapa, compartilhou sua reação: Minha primeira observação sobre tudo: eu acho que ficou muito duro, muito dura a relação (...) o antropólogo

acadêmico e o antropólogo atuante... Na realidade não sei se ocorrem tão separadas assim. Pelo menos minha prática não é tão separada” E continuou com sua provocação: “Darcy Ribeiro fica onde nessa divisão entre estado e academia?” (Entrevista em 2018).

Ainda que eu tenha tentado colocar as duas ideias centrais – estado e antropologia – equiparadas e conectadas no mapa mental, de fato poderia dar a impressão de existir uma divisão e a linha de conexão e/ou fronteira desaparecia. Por vezes, sumia até da minha fala. Posteriormente, refletindo sobre isso e ouvindo as entrevistas, percebo um lado positivo: acabava por tensionar ambos a partir de uma aparente distância, ainda que meu incômodo original tenha sido gerado pela percepção de uma ligação. Com isso pude perceber os pontos nos quais os interlocutores reforçavam as aproximações ou incorporavam as distâncias.

Na verdade, todo o mapa gira em torno da relação entre o conhecimento especializado da antropologia e a prática profissional e as ações estatais para a execução das políticas de patrimônio imaterial de maneira que essa conexão poderia ser estabelecida em diferentes pontos e, inclusive, alguns que eu não previra:

Luís: Patrimônio cultural como subárea da antropologia... Você adota isso?

Diana: Você não adotaria?

L: Não. [risos]

D: [risos] Por quê?

L: Não... Eu não sei. Eu tenho um problema para pensar o patrimônio cultural como uma subárea de um campo científico. Não sei... Eu tenho problema para aceitar o patrimônio cultural como categoria de análise, por exemplo.

D: Qual seu incômodo com isso?

L: Porque eu acho que é mais um campo de política pública do que uma área, digamos, científica. A ciência ela está dentro da construção dessa política pública e da execução dessa política pública; ela contribui. Não que está dentro, assim, que a ciência esteja dentro inteiramente. Mas ela contribui para a construção, para a execução da política pública a partir do momento em que você adota critérios técnicos, enfim, a execução técnica de coisas, mas, como categoria de análise, eu não sei... Eu não consigo aceitar isso, assim, de boa.

(Entrevista em 2018)

Ele estava reagindo ao subitem do mapa mental “antropologia / disciplina / subáreas / patrimônio cultural”. Assim estabeleci porque na árvore de áreas e subáreas de Ciências Humanas da plataforma *Lattes* consta: “Grande Área: Ciências Humanas / Área: Antropologia / Subárea: Patrimônio e memória”. Somado a isso, a ABA tem em sua estrutura um comitê específico para “Patrimônios e Museus”. Ademais, na literatura antropológica sobre patrimônio cultural, não é incomum ser usado como categoria de análise, principalmente, a partir dos artigos de José Reginaldo Gonçalves que tratam de patrimônio como uma categoria de

pensamento das sociedades modernas (GONÇALVES, 2003) e de processos de patrimonialização por sujeitos para além da ação estatal (GONÇALVES, 2005). Então, compreendi que, na perspectiva das instituições científicas, patrimônio era apontado como uma subárea tanto por ser um “objeto” que delimita e reúne um conjunto de estudos de abordagens teóricas variadas, quanto por ser uma categoria utilizada para articular relações sociais e discursivas.

Luís também sabia disso, pois trabalha como *técnico em antropologia/ciências sociais* no campo do patrimônio cultural há muitos anos e, visivelmente, já havia refletido sobre essa questão. A provocação era endereçada a mim – “você adota isso?” – por ter incorporado, no mapa mental, uma conexão com a qual ele não concordava. Luís entendia o patrimônio cultural como objeto de construção e de ação de uma prática estatal, como foi na consolidação do campo ainda no século XIX. O seu comentário foi uma oportunidade de conversarmos e refletirmos juntos sobre as fronteiras entre produção científica e ação estatal. Ademais, ao reagir a um subitem do mapa mental para antropologia, Luís fazia à sua maneira um cruzamento com o subitem “ciência/técnica/política” que coloquei abaixo de “processos estatais > burocracia estatal” na parte de Estado. Um cruzamento que não havia me ocorrido.

Tudo no mapa mental poderia ocasionar um diálogo e os percursos foram os mais variados. No topo da folha, logo acima do mapa, estava o título, então, provisório da tese em caixa alta: “FAZER ANTROPOLOGIA AO FABRICAR O ESTADO”. Luís, ao ler isso, me disse num tom como quem pensa alto:

Luís: Interessante... fazer e fabricar.

D: Por que você destacou os verbos?

L: Não... Gostei! [risos]

[insisti perguntando o que havia gostado nos verbos]

L: Fabricar leva ao labor, a laborizar, àquela coisa que é construída; e o fazer é, enfim, é o fazer.

(Entrevista em 2018)

Ainda que não veja o organograma do Iphan no mapa mental, não questiono que de fato há, no meu olhar sobre esse tema, diversas influências da minha experiência profissional e trajetória acadêmica; assim como também há nas falas dos interlocutores que refletem sobre as suas atividades profissionais a partir do lugar que ocupam no mundo social e com a bagagem de suas experiências – além de seus marcadores sociais de gênero, raça, classe.

A partir das estratégias de distanciamento (funcional e temporal), que comentei anteriormente, a construção dos elementos etnográficos por meio do diálogo foi o que me

possibilitou reunir tantos “*biases*” que diluíssem e contrastassem os meus, revelando-me aspectos novos e inesperados. Sem qualquer falsa pretensão de imparcialidade na produção do conhecimento, procurei ser objetiva e explícita acerca das hipóteses e premissas para desta maneira objetivar esses processos de institucionalização. A postura de “sinceridade metodológica” e a estratégia de “antecipar as hipóteses” – que comentei anteriormente – possibilitaram uma ampla abertura ao diálogo com os interlocutores e, dessa forma, a incorporação compreensiva de todas essas reflexões, as deles e as minhas:

Jorge: Mas muito bom, muito boa essa conversa. Achei ótima a entrevista, foi muito bem conduzida e gostei da ideia do mapa mental. Eu acho que aí a gente pode conversar a respeito, né.

D: É. Foi... A proposta era essa. Do tipo: você não vai entrevistar; você vai conversar com as pessoas.

J: Exato. A gente vai pensando junto, né. Muito bom. Excelente.

(Entrevista em 2017)

Descrevo o percurso das entrevistas e do trabalho de campo a fim de iniciar a exploração desse imbricamento entre fato etnográfico e ordenação analítica com a clareza de que “(...) entrevistas, genealogias, mapas, gráficos, observações em campo que podem ser de grande valia, mas não resumem o empreendimento etnográfico — são apenas, se tanto, algumas técnicas de investigação que, embora direcionadas, não necessariamente levam à compreensão antropológica” (PEIRANO, 2016: 238). Afinal, o que leva à compreensão antropológica é justamente a sua dimensão de “formulações teórico-etnográficas” nas quais a empiria confronta e aprimora os arcabouços teóricos sem estabelecerem entre si uma relação de oposição, como indica Mariza Peirano (2014; 2016). Sendo a etnografia a produção de conhecimento realizada por meio do diálogo entre pesquisadores e sujeitos, nossas teorias nunca são exclusivamente nossas e hoje vejo que o mapa mental, como uma nova técnica de investigação, me levou a explorar o elemento dialógico por uma via em que “a gente vai pensando junto, né”.

Como argumentam Carla Costa Teixeira e Andréa de Souza Lobo (2018), a etnografia das instituições se constrói na relação entre relevâncias empíricas e teóricas, quando o pesquisador reconhece o potencial de verdade nas explicações dos sujeitos sobre suas práticas, visões de mundo, valores e, ao mesmo tempo, as problematiza a partir das compreensões do pesquisador com sua bagagem intelectual, teórica e de vida e nesse movimento o pesquisador questiona também suas próprias compreensões teóricas. Como busquei demonstrar ao longo desse capítulo, comecei essa etnografia conversando no ambiente de trabalho com minha então

coordenadora, depois com a bibliografia já produzida para então passar todo o período de trabalho de campo dialogando com os demais atores e suas bagagens profissionais, pessoais e acadêmicas. Levei as primeiras conclusões e provocações para eventos de divulgação científica a fim de ampliar o diálogo com possíveis leitoras e agora, ao escrever, retorno a todos esses diálogos.

1.3. As instituições e as pessoas

As escolhas metodológicas feitas em campo acabam por evidenciar determinadas dimensões dos processos e relações sociais. Em um primeiro momento, se poderia imaginar que me ateria às questões mais estruturais ou a uma visão muito abstrata da prática estatal pelo uso do mapa mental. Entretanto, o enfoque que dispensei às entrevistas me sinalizou para uma relação por vezes tomada como dicotômica: aquela entre pessoas e instituições. Ainda que o mapa mental apontasse para os vínculos entre ideias, valores e conceitos em processos de institucionalização de prática profissional e de política pública, ou seja, a questão mais estrutural, discutir esses pontos com os sujeitos que efetivamente desempenham papéis nesses processos acabava por conduzir a conversa para uma elaboração também no âmbito mais individual.

Luís, *técnico* do Iphan há mais de dez anos, ao olhar o mapa, dividiu comigo, num tom contemplativo, suas inquietações sobre sua contribuição profissional:

Caramba! E de certa forma você vai tratar de cada coisa dessas, dessas relações, inclusive, na sua tese. Você tem muito... poxa! (...) é um tema que é muito rico. É muito rico isso. A gente fica... Eu fico tanto assim: pô, qual é a minha contribuição no Iphan? Qual a contribuição do Iphan para o Estado, para a sociedade? Mas aí você enxergando essa teia, essa rede aí, nossa! Quantos aspectos você pode, né... estão imbricados direta e indiretamente na sua, na nossa prática profissional, no nosso dia a dia. (Entrevista em 2018)

Na sua fala está colocada justamente suas indagações pessoais sobre qual lugar as pessoas ocupam com suas trajetórias nas instituições. No desenho desses processos institucionais, Luís pôde ver a si, a mim e aos nossos colegas imersos numa rede de relações que extrapola nossas contribuições individuais, mas que também são postas em movimento por

elas. Luís coloca ainda essas questões numa escala que vai do individual para o institucional e que poderia impactar na construção do Estado e da sociedade.

A dificuldade de estudar o Estado, como apontou Philip Abrams (1988), está na ilusão do Estado, isto é, sua capacidade de, por meio de reificações, ser tomado como algo concreto, quando não é. O seu segredo é que não existe como tal. Naturaliza-se o Estado enquanto uma instituição – para usar Mary Douglas (1998) – que organiza e classifica, controla e gere atividades humanas coletivas e individuais. Neste sentido, o Estado existe enquanto ideia e como um sistema e feixe de relações de poder colocadas em ação por processos político-ideológicos. Retomando a inquietação de Luís, essa ilusão do Estado ocasiona não só a dificuldade de o estudar, mas também de situar-se nele.

As instituições – tanto no sentido organizacional quanto processual – são feitas por pessoas que, cotidianamente, reelaboram discursos, desempenham funções administrativas e/ou sociais, agem, performam e se relacionam em redes pessoais e institucionais de trabalho e de afetos. As pessoas também são feitas e se fazem por meio das instituições ao incorporarem práticas, naturalizarem ideias e valores, aderirem ou se oporem às ideologias institucionais.

No limite, pontuar a relação entre pessoas e instituições é acenar para a antiga questão das teorias sociais sobre estrutura e indivíduo. De diferentes maneiras, a partir dos elementos etnográficos e orientações teóricas, essa relação foi colocada nos estudos institucionais. Susana Durão e Daniel Lopes (2011) fazem uma interessante revisão desse ponto, para sugerirem uma abordagem que busque recuperar a agência dos sujeitos. A partir da proposição maussiana, que entende instituição como “uma norma pública de ação e pensamento” (Mauss e Hubert *apud* Durão e Lopes, 2011: 363, tradução livre),⁶⁸ eles tomam norma como um princípio organizador; o público como algo compartilhado por uma coletividade; a ação como prática; e o pensamento como os modos de conceber e classificar situações. Desta maneira, refletem sobre os processos de institucionalização levando em consideração as instituições, as técnicas e as pessoas, recuperando a relevância dos sujeitos e de suas agencialidade nesses processos. Propõem para isso pensar no “ambiente” onde essas relações de poder ocorrem que, para eles, engloba tanto as pessoas com suas emoções e capacidades quanto o contexto organizacional.

Uma outra proposta de etnografia das instituições que recupera a importância dos sujeitos é a da socióloga Dorothy Smith (2005). Ela sugere que se tome o “ponto de vista das pessoas” não como um conhecimento construído e dado, mas como a base de experiências a

⁶⁸ No original: “a public rule of action and thought”.

partir da qual é possível perceber o social no real e assim produzir conhecimento (SMITH, 2005: 8). Ao propor sua ontologia e método para etnografar as instituições, pretende estabelecer uma sociologia que não objetifique formas de conhecimento na medida em que se leve a sério o ponto de vista “das pessoas”. Assim, instiga o pesquisador a olhar para sua própria experiência e refletir sociologicamente a partir do lugar em que está inserido (SMITH, 2005: 11).⁶⁹ Ao experimentar olhar para sua vida profissional a partir de uma subjetividade localizada e encarnada, Smith passou a perceber também as relações de poder e processos de institucionalização que desencarnam as relações particulares (SMITH, 2005: 13). Portanto, os sujeitos não são objeto, nem o foco da pesquisa, mas sim o ponto de partida para compreender as relações e processos institucionais nos quais estão implicados.

É importante pontuar que Smith trata instituições como complexos funcionais (sistema escolar, sistema de saúde, etc.) e busca, então, compreender como estes se conectam à vida cotidiana das pessoas que acessam serviços ou são por eles governados. Assim, recupera o conceito de relações reguladas (no original, *ruled relations*) não como um modo de dominação, mas sim uma nova e específica forma de organizar a sociedade que, nesse sentido, implica em formas de poder singulares e, em certa medida, distanciadas da experiência da vida cotidiana. São relações textualmente mediadas que conectam pessoas em diferentes territorialidades e tempos; objetificam consciências; diferenciam e especializam as relações sociais específicas. A linguagem dos textos e das instituições está distante da vida cotidiana e, segundo Smith, busca ocultar as pessoas dos documentos e das instituições para com isso se colocar na ordem da realidade social fora dos seres humanos, de suas decisões e negociações em um processo de naturalização das instituições. Embora Smith procure refletir sobre agência mais do que sobre estrutura, suas proposições ainda não conseguem conciliar esses dois enfoques na mesma medida principalmente pelo seu uso do conceito de complexos funcionais que transcendem experiências particulares.

Enquanto Durão e Lopes (2011) pontuam o imbricamento de sujeitos, técnicas e instituições a ser apreendido a partir da ideia de ambiente, Dorothy Smith (2005) parte, etnograficamente, dos sujeitos a fim de mapear as instituições como índice de locais de experiências pessoais que tornam claras as relações econômicas e de poder e translocais e extemporâneas com suas interseções. Trago essas perspectivas para o diálogo sem a pretensão

⁶⁹ O foco da análise de Dorothy Smith está especialmente no ponto de vista “de mulheres” que ela depois extrapola para “de pessoas”, pois seus argumentos partiram da sua experiência prévia com pesquisas sobre gênero e feminismo.

de adesão teórica, e sim porque acredito que auxiliem a iluminar alguns aspectos da questão entre pessoas e instituições que surgiram em campo e que estão presentes ao longo da análise.

O comentário de Luís sobre a teia de relações imbricada no cotidiano profissional e sua inquietação sobre qual seria sua contribuição individual ao Iphan e deste ao Estado e à sociedade me remeteu ao que Durão e Lopes (2011) pontuam acerca de ambiente e sobre a ilusão do Estado de Philip Abrams (1988). Durante o decurso de atividades de trabalho rotineiras e diárias para a execução de ações estatais os sujeitos ali implicados também são enredados pela construção ideológica do Estado de tal maneira que não percebem as nuances desse processo. Neste contexto encontra-se um amaranhado de expectativas, vontades e projeções pessoais e institucionais que se constroem mutuamente. Porém, há um outro lado dessa agência que não é estritamente individual porque, como pontua Dorothy Smith, “(...) nós somos governados por pessoas que estão trabalhando em corporações, no governo (...). Embora sejam, evidentemente, indivíduos, suas capacidades de ação derivam das organizações e relações sociais que eles produzem e que os reproduzem.” (SMITH, 2005, p. 18, tradução livre)⁷⁰

Foi em um outro diálogo que esse aspecto surgiu. Rafaela, *técnica e gestora*, me relatava sobre suas atividades de negociação e mediação com *detentores* de um bem cultural Registrado para a finalização de uma publicação quando disse: “Personalizam muito. Eu sei que as instituições são feitas por pessoas, mas eles [os *detentores*] têm que entender que, se eu sair, eles têm que ir ao Iphan e cobrar”. Nessa reclamação de que “personalizam muito”, Rafaela sinalizava duas facetas dessa questão: a primeira, a justaposição entre agência individual e institucional; e a segunda, a permanência e mudança nas instituições.

Ainda que sua atuação para a execução dessa ação específica comportasse elementos de agência individual, tais como a forma de conduzir a ação, a criatividade no uso dos instrumentos de gestão, os caminhos escolhidos, suas experiências anteriores, as palavras utilizadas, o modo específico de se relacionar com *detentores* e outros *gestores*, todos esses elementos partiam de sua idiossincrasia e, nesse sentido, a instituição é feita por Rafaela e por outras pessoas. Entretanto, essa agência só era possível devido à posição que ocupava como agente estatal, às obrigações legais de atuação do Iphan e à prática institucional que ela aprendera com outros *técnicos*. Desta forma, a agência dos sujeitos nestes contextos é uma composição entre sua

⁷⁰ No original: “(...) we are ruled by people who are at work in corporations, government (...). Though they are, of course, individuals, their capacities to act derives from the organization and social relations that they both produce and are reproduced by.”

esfera individual e a coletiva/ institucional, e esta última tanto o precede quanto se prolonga para além dele.

Ademais, “personalizam muito” porque, uma vez que o Estado não existe como coisa, mas sim como um feixe de relações de poder, os *cidadãos* se relacionam com ele por meio de pessoas e documentos. O Iphan é um conjunto de vozes no telefone, de rostos em salas de reuniões, de nomes pessoais, como o de Rafaela, e institucionais, como o da unidade na qual ela estava lotada. É também um conjunto de fachadas de prédios, geralmente, históricos onde se localiza suas sedes; é a placa presa ao tapume na frente da Igreja durante uma obra de restauro ou o logotipo na contracapa do folheto que Rafaela tentava publicar. Neste ponto, discordo, em certa medida, de Dorothy Smith (2005) quando ela diz que são relações mediadas textualmente. Sem dúvida os documentos ocupam um espaço importante na maneira de se relacionar com as instituições, especialmente, as estatais, mas não se deve perder de vista as interações interpessoais. Até mesmo o mais simples preenchimento de um formulário é realizado com apoio e orientação de um agente estatal que assim media documentos que, por sua vez, mediam pessoas.

A segunda questão implícita na frase de Rafaela se refere às mudanças e permanências nas instituições, especialmente, ao dizer: “(...) se eu sair, eles têm que ir ao Iphan e cobrar”. Com isso se refere à ideia de que, ainda que as instituições sejam feitas por pessoas, elas se prolongam no tempo para além dos indivíduos. Rafaela cogita a possibilidade de sair do Iphan, mas não questiona se a instituição permanecerá em seus dois sentidos: tanto a entidade legal quanto à prática de preservação do patrimônio. Isto porque um processo de institucionalização forte – como é o da preservação do patrimônio no Brasil – não se deixa ser desafiado facilmente, afinal o que define a prática está baseado em noções e valores amplamente naturalizados – como o direito à memória (Teixeira, Castilho, 2020; Douglas, 1998). A projeção de uma imagem de estabilidade é empreendida, por exemplo, com a construção de uma narrativa histórica que expresse antiguidade – como a existência do Iphan desde 1937 e da preservação de monumentos históricos desde fins do século XIX. Para Durão e Lopes (2011), o processo de institucionalização é uma atividade constante e a sua aparente permanência advém desses índices físicos e históricos que estabelecem um senso de continuidade. Já as mudanças não são ontológicas, mas relativas e contextuais às relações de poder em curso e para serem percebidas é necessária uma análise de maior profundidade histórica. Os autores chamam essa característica das instituições de instabilidade estável.

Sendo os processos institucionais da ordem da naturalização e não da reflexividade das instituições, poderia se supor que são ideias, valores, práticas e visões de mundo consensuados pelos sujeitos. Entretanto, não se deve perder de vista que esses processos são baseados em relações de poder. Desta maneira, deve-se considerar essas ideias, valores, práticas e visões de mundo como compartilhados, o que é diferente de consensuado, senão corre-se o risco de incorporar na análise a cultura ideológica da organização. Em certo sentido, os *técnicos* do Iphan mantêm uma atividade de indagação sobre o trabalho e sobre a própria instituição. É uma aposta reflexiva relativamente intensa a depender do momento e do contexto social, político e histórico. Todavia, as ideias, valores, práticas e visões de mundo compartilhados acabam por enquadrar essas críticas. Resta refletir melhor sobre quais seriam esses valores, mas lanço aqui alguns que me chamam a atenção: preservação do patrimônio como missão pessoal, além de institucional, autonomia técnica e necessidade de rigor nos procedimentos, metodologias e instrumentos de trabalho. Frisar esse caráter compartilhado e não necessariamente consensuado também responde à provocação, que comentei anteriormente, de que haveria um “*bias*” no mapa mental que eu teria incorporado por ser servidora do Iphan. As reflexões individuais sobre processos institucionais não se equivalem ao discurso da organização e são compostas por trajetórias pessoais, profissionais, acadêmicas e forjadas em contextos de intensa negociação e tensão.

Uma estratégia interessante para ressaltar a conexão entre instituições e pessoas foi desenvolvida etnograficamente por Carla Costa Teixeira e Sérgio Castilho (2020) que, a fim de compreender uma instituição específica – o Ipea – e suas redes de relações, partiram de pessoas para alcançar seus documentos e depois dos documentos para retornar às pessoas. Na análise que lhes apresento, foi por meio de um amplo e franco diálogo com diversas pessoas que construí essa etnografia. Se, por um lado, desenvolvi o mapa mental como um exercício para representar graficamente elementos e relações de processos de institucionalização, o diálogo que estabeleci com os interlocutores era pautado em suas experiências individuais: como percebiam esses processos, elaboravam sobre suas trajetórias e reagiam às minhas experiências e análises. Os documentos que busquei foram indicados por eles ou por minha própria experiência na instituição. Desta forma, parti de pessoas para compreender instituições.

1.3.1. “Vida e obra” ou uma experiência terapêutica

Alguns minutos depois de já ter encerrado a entrevista com Jorge, caminhávamos juntos para almoçar em um restaurante próximo à sede do Iphan, em Brasília, quando perguntei sobre o que achara da entrevista. Ele fez uma pequena pausa e após um suspiro apenas disse: “vida e obra”. Fiquei tão desconcertada pela resposta inusitada que não aproveitei a oportunidade para pedir que elaborasse melhor o que isso significava para ele. Depois de alguns segundos em silêncio a conversa seguiu outros rumos. Agora, tanto tempo depois, me vejo revisitando aquele momento e me perguntando os sentidos por trás dessa expressão.

A mim “vida e obra” remete aos folhetos, assim intitulados, que acompanhavam a coleção *Obras Primas: Grandes Autores*, editada pela Nova Cultural e vendida em jornaleiro a preços acessíveis, onde introduziam o escritor do volume da semana. Não sei se Jorge e eu compartilhamos essa memória afetiva de adolescência até porque não somos da mesma geração. Certamente compartilhamos a referência já da vida adulta ao livro de Clifford Geertz, *Obras e Vidas: antropólogo como autor* (2009), no qual analisa a produção de expoentes intelectuais a fim de refletir sobre a prática da antropologia também como um exercício de escrita e linguagem, fundante de discursividades que conferem autoridade à voz que narra. Aproximando os discursos antropológicos ao literário mais do que o científico, Geertz assinala a ambiguidade que subjaz à produção de textos analíticos a partir de experiências, em grande medida, biográficas. Assim, tensionam, ao longo das monografias, as estratégias de assinatura e de “estar lá” com o apagamento da presença do etnógrafo em algumas descrições e o distanciamento de “estar aqui” (GEERTZ, 2009: 22-29).

O termo “vida e obra” foi utilizado tanto no folheto da Nova Cultural quanto por Geertz (e em tantos outros materiais) por ser uma expressão comum para designar textos biográficos de escritores e intelectuais que marcaram ou fundaram tradições de pensamento e de narrativa onde se apresentam as trajetórias pessoais justapostas a análises de seus trabalhos. Desta maneira, é possível supor que Jorge se referia ao exercício de refletir sobre escolhas pessoais que informam relações profissionais. Vida e obra como o imbricamento entre o pessoal e o institucional.

Esta imagem foi expressa apenas por Jorge, um antropólogo com uma carreira consolidada e reconhecida, entretanto, guarda aproximações com outra metáfora, essa sim, muito acionada pelos interlocutores: a entrevista como uma terapia. Já com o gravador

desligado e a entrevista formalmente encerrada, diversas interlocutoras falaram que havia sido uma experiência terapêutica. Nunca me ocorrera que uma entrevista para pesquisa se assemelhasse a uma sessão de terapia e a recorrência dessa metáfora me levou a tentar entendê-la.

Seguir a metáfora é uma das estratégias de investigação que George Marcus (1995) sugere para o que denominou de pesquisas multi-situadas. Desde os anos de 1980 a emergência de trabalhos antropológicos que correlacionam contextos locais com processos globais, a multiplicidade de trabalhos interdisciplinares e, principalmente, as transformações nos espaços de produção sociocultural levaram ao desenvolvimento de novos modos de investigação que permitam seguir os fios dos processos sociais e culturais. Não se trata de buscar apreender o sistema global, como afirma Marcus (1995: 97), a partir de um enquadramento holístico que contextualizaria eventos locais e observáveis, e sim buscar caminhos que possibilitem apreender conexões, associações e relações que integram objetos de estudos dispersos espacialmente. Entre os fios a seguir, como objetos, pessoas, alegorias, Marcus (1995: 108-109) aponta também o uso das metáforas quando a questão a ser analisada estiver calcada em discursos e formas de pensamento. Ele propõe refletir sobre as correlações e as associações que surgem por meio da linguagem falada ou visual e desta maneira costurar espaços de produção de sentidos que não estariam claramente vinculados.

Neste sentido, busco entender o que estaria por trás da aproximação entre entrevistas e uma experiência terapêutica. É recorrente encontrar em relatos de campo a associação da imagem do antropólogo, com seu caderninho e gravador, a de um jornalista ou escritor especialmente em locais em que não é tão usual a presença de pesquisadores (Cf. HOPKINS, 1993). Na minha pesquisa, a maioria dos interlocutores era antropólogo/cientista social ou profissional de áreas afins, como história, arquitetura, direito. Portanto, têm familiaridade com a atividade de pesquisa e compreendem os objetivos, as implicações, as consequências e os resultados daqueles encontros. Ao menos em duas ocasiões, a interlocutora comentou a respeito de outra entrevista que concedera para alguma pesquisa sobre as políticas de patrimônio cultural imaterial, desta forma não só teria experiência em realizar entrevistas como também em ser entrevistada. Ainda assim, foi recorrente essa comparação com uma sessão de terapia.

Não é possível inferir se boa parte das interlocutoras passaram por tratamentos psicoterapêuticos, principalmente porque, segundo dados de uma pesquisa da *Market Analysis* de 2016, apenas 2% da população adulta dos grandes centros urbanos fazia terapia e 11% já

havia feito – números semelhantes a uma pesquisa anterior de 2002.⁷¹ Contudo, em torno de 30% dos entrevistados teria alto interesse em buscar a terapia para resolução de problemas pessoais. Essa mesma pesquisa de opinião percebeu uma mudança na compreensão da população sobre os benefícios de se realizar terapia. Se, em 2002, 46% da população acreditava que apenas quem passasse por situações críticas e problemas graves deveria buscar terapia, em 2016, em torno de 75% entende que fazer terapia resulta em um melhor conhecimento sobre si e melhor relacionamento com os outros.

Trago esse panorama de uma pesquisa de opinião para ressaltar que nos últimos anos a percepção sobre psicoterapia tem mudado, sendo cada vez mais disseminada a ideia de ser um instrumento para autocuidado e autoconhecimento. Como destacado por André Biernath, em uma reportagem de 2019 para a *Veja Saúde*, diversas personalidades, como Michelle Obama, têm mobilizado o debate público contra a estigmatização da saúde mental e defendido os benefícios da psicoterapia. Também por meio da mídia é possível perceber qual seria a opinião pública a respeito de processos psicoterapêuticos:

Por mais que a psicoterapia esteja *ancorada no diálogo e na troca verbal de informações*, ela está longe de ser o mesmo que ficar de papo para o ar com um conhecido qualquer. Os profissionais que conduzem as sessões possuem (ou deveriam possuir) extensa formação na área, que dá a eles ferramentas para *conduzir a conversa conforme o perfil de cada um*. A missão é auxiliar o paciente a refletir e *identificar as origens de um sofrimento* para, a partir daí, estabelecer as maneiras de vencê-lo. (BIERNATH, 2019, grifo meu)

Desse parágrafo depreende-se a ideia disseminada que a sessão de terapia se utiliza do diálogo para a compreensão de um evento e que sua condução é personalizada e direcionada pelas experiências de vida e demandas do paciente. No senso comum, terapia é o falar, é o desabafo. Mas, não para um amigo e sim para um profissional capacitado a auxiliar o paciente. As entrevistas da maneira como foram realizadas destoavam da sua prática comum em que há um conjunto de perguntas mais evidente e diretamente focadas nos objetivos do entrevistador. Tampouco eram uma conversa informal, seja de pesquisa ou entre conhecidos, pois havia um instrumento que as guiava, o mapa mental. Neste ponto, acredito residir um dos efeitos do uso do mapa nas entrevistas e da consequente condução fluída sem um roteiro semiestruturado a

⁷¹ MARKET ANALYSIS. *Psicoterapia é escolha de 2% dos brasileiros para resolver problemas pessoais*. (Release de divulgação de pesquisa de opinião e mercado). Disponível em: http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Release_-Psicoterapia.pdf. Acesso em: abr. 2021.

partir das reações específicas das interlocutoras – como busquei ressaltar nas subseções anteriores.

Além disso, há um outro ponto sobre sessão de terapia presente na citação da reportagem da *Veja Saúde* e também nas suas representações midiáticas, como filmes e programas de televisão: a terapia como meio para a identificação e resolução de um problema, de um mal-estar. *Grosso modo*, terapia é uma forma de tratamento, baseado em técnicas específicas, para sanar doenças e/ou problemas, podendo ser estendida a diversos campos médicos e vinculada à saúde, mas que está especialmente associada à psicologia. A ideia da terapia associada a um movimento de resolução e tratamento por meio da palavra, da elaboração de ideias e do acionamento de memórias e experiências vividas pode auxiliar a compreender a metáfora acionada por algumas interlocutoras. Como mencionei brevemente antes e que explorarei mais no quarto capítulo, o processo reflexivo a respeito do trabalho, nesses contextos, está muito vinculado a uma reflexividade institucional com menor espaço para uma reflexividade sobre si e que considere as participações e vivências individuais. Assim, as entrevistas foram espaços para um diálogo centrado nas interlocutoras sobre essas experiências pessoais. Traziam também um caráter rememorativo a partir de informações, histórias e situações pregressas que foram sendo reelaboradas durante outros momentos da trajetória profissional, como também ao longo da entrevista. Como uma terapia da palavra e da memória para tratar o “problema de pesquisa” que os apresentava.

Na entrevista com Valter, logo após apresentar o mapa mental e ouvir que reagiria da forma mais livre possível – como comentei anteriormente – ele me explicou: “Porque muitas delas [das questões do mapa mental] eu jamais pensei, e eu jamais pensei de forma estruturada assim”. Além de ser uma referência à maneira como eu pensava e havia organizado os conceitos no mapa mental, existe aqui também um elemento que ajuda a compreender a metáfora da terapia. Um dos comentários recorrentes que ouvi durante as entrevistas era que nunca havia pensando detidamente sobre aquelas questões. Houve, sim, interlocutoras que já haviam refletido e até mesmo publicado suas reflexões sobre a prática antropológica e sua relação com políticas públicas e ações estatais. De forma geral, todos pareciam já ter se questionado sobre isso em algum momento. Entretanto, o conjunto de conexões e tensões que eu apresentava por vezes tocava em pontos naturalizados.

Desta forma, as perguntas mobilizavam as interlocutoras e os interlocutores não só a respondê-las a partir de seus discursos já construídos, mas também a resgatar memórias, eventos, sentimentos e elaborar sobre eles a partir de um novo ângulo, o do meu problema de

pesquisa. Valter, que iniciou a entrevista criticando o mapa mental por achar a divisão entre academia e estado muito dura, uma vez que sua experiência particular foi de trânsito entre as duas, ao contar-me sobre seus trabalhos no início da carreira, disse:

V: É engraçado... Você me fez perceber esse negócio. (...) Agora eu me lembro que tinha um certo incômodo no início, sim. Tinha um certo incômodo desse papel nosso de acadêmicos ou atores de uma transformação, agentes sociais. (Entrevista em 2018)

Em outro momento, novamente repetiu: "Às vezes eu me pegava... Lembrei disso agora... Eu me perguntava: eu sou antropólogo ou produtor cultural?". Antes de Valter não havia me ocorrido o paralelo entre o trabalho na execução de determinadas políticas públicas de cultura com a atividade de produtor cultural.

Essa era a memória dele, as conexões que fez a partir de suas experiências e repertórios. É o tom do desabafo, do resgate do passado por meio de recordações e sua reelaboração no presente. Ponderar sobre o exercício memorial – como a expressão de Valter “lembrei disso agora” tão bem demonstra – é central para a compreensão das entrevistas, da minha própria experiência de trabalho e pesquisa e da metáfora da terapia.

Maurice Halbwachs (2006) sugere que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, já que todas as lembranças são constituídas em interação em grupos sociais ou através de códigos elaborados em sociedade. Halbwachs ressalta também a seletividade da memória e o processo de negociação (para ele, harmônico) que concilia a memória individual e a coletiva. Michael Pollak (1989), ao contrário, ressalta o caráter destruidor e violento do processo de negociação para construção de uma memória oficial ao elaborar o conceito de memórias subterrâneas (memórias esquecidas ou silenciadas e oprimidas pela memória oficial). Ainda que a preocupação de Pollak seja com a construção de memórias oficiais e de narrativas nacionais, é interessante retomar três pontos que ele enfatiza: (1) memória é disputa e conflito; (2) é construída a partir das preocupações do presente; e (3) passa por um processo de enquadramento – trabalhadas e retrabalhadas para fornecer um quadro de pontos de referência para o grupo – em que são selecionadas e negociadas. Assim, pode-se então dizer que a memória é construída em função das preocupações políticas do momento em que se rememora. Dessa forma, resalto a importância de considerar o contexto de produção e construção das memórias – assim como dos documentos oficiais e discursos políticos.

Sally McBeth (1993), ao debater o processo intersubjetivo, colaborativo e etnográfico na construção de uma história de vida (que amplio aqui também para trajetórias profissionais), destaca a importância dessa abordagem para o conhecimento antropológico e sugere que sua

força “reside em seu potencial de demonstrar o que indivíduos consideram importante nas suas próprias experiências e como as pensam e sentem. Estudos de história de vida enfatizam as experiências das pessoas como membros de uma cultura e como lidam com a sociedade” (MCBETH, 1993: 150). McBeth reconhece a existência de subjetividade, imprecisão e romantização das memórias, mas, não as percebe como limitações dessa abordagem, pois são também os elementos que a tornam dinâmica e possibilitam compreender os valores e parâmetros que orientam a romantização da narrativa como parte da configuração maior em que o sujeito se insere. Para a autora, a construção de trajetórias por meio de memória é uma atividade retrospectiva e reflexiva, de construção e criação, portanto, ‘instrumentos de descoberta’, de representação, autorrepresentação e interpretação.

Em certa medida, isso se aproxima ao que Pierre Bourdieu (2006) chamou de “ilusão biográfica”. Uma estratégia narrativa comum em biografias que as toma de maneira teleológica, reorganizando os acontecimentos a partir do fim em seu duplo sentido: de finalidade e de término. Bourdieu sugere o uso de trajetórias em vez de biografias para evitar essa armadilha. Com trajetórias ele busca destacar que os episódios de vida se dão ao acaso, esparsos e de maneira aleatória e não em uma sucessão causal necessária que leve o indivíduo ao propósito de sua vida. Além disso, coloca que as decisões e escolhas tomadas pelos sujeitos se dão pela sua posição nas relações de força e poder em determinado campo e a partir de *habitus*. A despeito do uso ou não dos conceitos de Bourdieu para se pensar trajetórias de vida, é importante levar em consideração esse alerta sobre a “ilusão biográfica”.

Essas observações a respeito dos processos de construção de memórias e suas possibilidades de análise ressalta que os elementos etnográficos que irei explorar não são unicamente individuais e pessoais justamente devido à construção negociada de memórias com um conjunto simbólico e político mais amplo que os indivíduos compartilham. Assim, é possível partir de lembranças pessoais e extrapolar para visões e relações mais abrangentes. Cabe observar ainda que são seleções de eventos que, num olhar retrospectivo, possibilitam novas descobertas a partir de um contexto social e político específico. Além disso, trabalhar a partir de memórias, relatos e narrativas biográficas possibilita tanto uma reflexão sobre o passado em que aqueles eventos ocorreram quanto sobre o presente em que se relata. Quanto a isso, Adriana Vianna indica que “podemos pensar que os depoimentos – para entrevistadores, mas também para investigadores dos mais variados tipos – produzem experiências de reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o conjunto de valores sociais que os sujeitos supõem que orientam as suas ações e as do mundo ao seu redor” (VIANNA, 2014: 60, nota 9).

Conforme comentei em subseções anteriores, especialmente a partir de Mary Douglas (1998), os processos de institucionalização, em geral, são processos de naturalização. O dia a dia em ambientes de trabalho são os períodos da rotina, do cotidiano, do não dito tanto para as pessoas quanto para as instituições. Para estas, as atividades como reuniões para planejamento, estabelecimento de metas, gerenciamento de crises ou comemorações de efemérides mobilizam os atores a refletir sobre si, sobre o passado e o futuro e, assim, suscitam momentos de reflexividade institucional (TEIXEIRA, CASTILHO, 2020).

Resta saber para as pessoas que fazem e são feitas por essas instituições quais e quando seriam seus momentos de reflexividade. Como Luís que se perguntava, sozinho, em seus momentos de dúvida pessoal, qual seria o sentido do seu trabalho e sua contribuição individual para o Iphan. Ou Soraya que possuía críticas à atuação do INAH e como isso refletiria nela, mas não encontrava ouvidos ou espaços para expressá-las. Ou ainda Valter se perguntando: “*eu sou antropólogo ou produtor cultural?*” (grifo meu). Como sugere Adriana Vianna (2014) e pelo que pude perceber em campo, as entrevistas proporcionaram esses momentos de reflexão sobre si, sobre o outro e sobre um conjunto de valores sociais.

Por meio das suas memórias e experiências falavam das instituições que participam e de si. Além disso, percebi que os processos de institucionalização que buscava analisar tocavam também em modos de subjetivação, no sentido foucaultiano, em que os interlocutores e as interlocutoras se constituíam como sujeitos por meio de práticas de sujeição e, concomitantemente, de busca por autonomia e liberdade (Cf. FERREIRA NETO, 2017). Por um lado, se viam diante de regras, discursos, práticas e normas sociais e cultural imersas em relações de poder que conformam suas práticas sejam estatais ou antropológicas e, por outro lado, diante das brechas, dúvidas, *insights* e escolhas individuais que compõem essas trajetórias e possibilitam autonomia de agência. Como bem sugeriu Rafaella ao reclamar que os *detentores* personalizavam demais a ação institucional sem levar em consideração que ela poderia sair. Na subseção anterior trouxe essa fala para destacar a relação entre agência institucional e individual e a questão de permanência e mudança nas instituições. Refletindo agora sobre a metáfora da terapia e processos de subjetivação entendo uma outra nuance da sua sentença, “se eu sair”, como a sinalização da sua autonomia individual.

Desta forma, perseguir a metáfora da terapia e da entrevista como um relato biográfico de “vida e obra” me levou a ponderar sobre os limites e potencialidades dos instrumentos metodológicos que utilizei, isto é, os efeitos do mapa mental na forma de condução das entrevistas, as posturas, diálogos e dinâmicas estabelecidas que guardariam semelhanças com

uma sessão terapêutica. Levou-me além e creio ter conseguido perceber conexões com meu próprio objeto de pesquisa, com os processos de institucionalização de uma prática antropológica e da política pública de salvaguarda do patrimônio imaterial. Quando as interlocutoras e os interlocutores me diziam que haviam adorado a experiência da entrevista e que parecera terapia, estavam me mostrando que esses processos institucionais são naturalizados, que havia pouco espaço para reflexividade e especialmente que mobilizavam também processos de subjetivação e construção de si. Assim, adensando as conexões entre pessoas e instituições por meio de uma experimentação etnográfica.

1.3.2. “É anônima!”

As entrevistas foram anônimas, como já adiantei no início deste capítulo. Tomei essa decisão desde o princípio do doutorado devido, especialmente, às leituras da coletânea *When they read what we write* (BRETTELL, 1993) e ao contato com os demais trabalhos do LEIPP, como a tese de Bruner Titonelli Nunes (2017). Conforme a pesquisa foi avançando e o trabalho de campo se desenvolvendo notei cada vez mais a necessidade de refletir sobre o anonimato nesses tipos de etnografia, especialmente, por conta das conexões entre pessoas e instituições. Por este motivo, irei discorrer sobre algumas contribuições bibliográficas para esse debate e explorar certas facetas da negociação do anonimato no decurso das entrevistas.

No artigo anteriormente mencionado de MaryCarol Hopkins (1993), além de ponderar sobre o compartilhamento dos elementos etnográficos com os interlocutores, a autora debate especialmente a construção do anonimato no texto antropológico. Inspirando-se na discussão da “virada poética” na pós-modernidade, Hopkins descreve uma situação de campo rica em detalhes que imerge a leitora na cena para, apenas ao fim, indicar que era uma situação construída narrativamente a partir de diferentes fragmentos presenciados e registrados em seu caderno. Havia decidido relatar as experiências etnográficas desta maneira para proteger seus interlocutores de constrangimentos e para construir um anonimato efetivo, uma vez que, em um grupo pequeno, seria fácil identificar os atores se tão somente trocasse seus nomes.

Uma estratégia semelhante foi utilizada por Deborah Bronz (2011; 2014) em sua tese de doutorado sobre práticas empresariais nas ações de licenciamento ambiental. Bronz acompanhou de perto essas práticas e discursos, que transcendem situações pontuais para serem

formas de ação social, pois foi colaboradora dessas empresas por diversos anos. Ao lançar mão de elementos etnográficos reunidos no decurso de suas atividades profissionais, Bronz se deparou com dilemas éticos e inseguranças legais. Entre o primeiro: sua preocupação com a recepção da tese por colegas de trabalho, consultores e empresários e a ausência de um consentimento amplamente informado durante suas atividades de campo que eram atividades profissionais; entre o segundo: sanções decorrentes de quebra de sigilo profissional, uso da tese como “prova” em processos de denúncia contra empreendimentos; acusação de falta de ética profissional por descrever situações restritas às equipes das empresas, entre outros. (BRONZ, 2014: 233; 236) Nesse caso, o anonimato foi construído também para resguardar a própria antropóloga e ela o fez criando dois cenários de empreendimentos hipotéticos em territórios fictícios, mas que reconstituíam diversas situações concretas vivenciadas em cinco empreendimentos diferentes. O resultado é bastante interessante e de maneira alguma, durante a leitura dessa etnografia, a narrativa ficcional atrapalha ou obscurece a compreensão dos fenômenos sociais que visa analisar.

Elizabeth Sheehan (1993), assim como Bronz, pondera sobre a recepção da sua etnografia entre intelectuais da academia irlandesa e sobre os limites do anonimato, como Hopkins. Sheehan pondera sobre seu próprio lugar como uma antropóloga americana em início de carreira estudando intelectuais irlandeses estabelecidos, as severas críticas anteriores aos trabalhos de pesquisadores estrangeiros na esfera pública da Irlanda e como essas questões impactaram a construção do anonimato na etnografia. Em seu caso, os interlocutores eram figuras públicas e quaisquer informações que os posicionassem em determinadas redes de relações e os *insights* advindos de suas posições específicas em um campo acabariam por revelar as identidades. Além disso, a composição da narrativa etnográfica, nesse caso, mesclaria fatos de conhecimento público veiculados na imprensa com documentos, comentários de outros interlocutores, além de suas próprias interpretações, e todos esses elementos novamente dificultavam a construção do anonimato. Sheehan (1993: 82-86) relata, então, que sua estratégia foi fragmentar um mesmo personagem em vários e assim espalhar as informações no texto. Da mesma maneira que “multiplicou as personalidades” de seus interlocutores, ela também se viu às voltas com sua própria “personalidade multifacetada”. Avaliava que seus marcadores de idade, gênero e nacionalidade afetaram a sua entrada no campo e também poderiam afetar a recepção de sua pesquisa.

Bruner Titonelli Nunes (2017: 25) pondera que, em sua tese, iniciou a escrita reunindo sob o mesmo anonimato algumas pessoas que compartilhassem os mesmos posicionamentos

institucionais para depois ponderar que anuviava demasiadamente a leitura. Além disso, era pouco efetivo, pois junto às entrevistas também analisava documentos públicos, seminários, notícias de jornal, que revelavam os autores, e no limite poderia incorrer em plágio. Portanto, optou por uma narrativa que mescla o anonimato sob o uso da sigla do cargo dos interlocutores nos relatos das entrevistas com a nomeação dos autores para situações públicas.

Lia esses relatos sobre estratégias para construção de anonimato, ponderações sobre a importância de proteger a privacidade dos interlocutores e receios com a recepção dos trabalhos e críticas éticas a fim de me antecipar a situações que poderia viver em campo. Buscava também conhecer diferentes recursos narrativos que me auxiliassem na escrita. Contudo, nada me prepararia de fato para a negociação do anonimato com as interlocutoras e interlocutores. A princípio imaginava optar por um caminho semelhante ao de Nunes com o uso de siglas ou numerações para as entrevistas com os interlocutores e as interlocutoras; chegando mesmo a dizer isto para eles. Quando comentei com Maria que a entrevista seria anônima ela logo perguntou:

Maria: Mas você não vai citar ninguém?

Diana: Vou citar, mas vocês vão ser numerados /

M: Ah! Não vai ter o nome e nem atrás a lista das pessoas que você entrevistou, isso?
(Entrevista em 2019)

Ela me perguntou detalhes sobre o anonimato com um certo tom de dúvida e espanto. Eu, então, argumentei que não havia uma exigência em se revelar os nomes e que, em outros estudos que não são com elites também há o anonimato para proteger a intimidade das pessoas que colaboraram com a pesquisa. Ela então me interrompe encerrando o assunto: “É... É uma estratégia, né. É uma decisão, é uma decisão de política de pesquisa. Tá bom. Eu acho que tá certo” (Entrevista com Maria em 2019). Colocado, assim, “uma decisão de política de pesquisa” parecia tão pragmático e simples.

Mas, conforme os trabalhos iam avançando e a metáfora da sessão terapêutica surgia recorrentemente, a solução de usar números ou siglas para os interlocutores me deixava desconfortável. Mesmo que nesse momento ainda não tivesse clareza do que estava implicado na imagem da terapia, não parecia ser coerente com a maneira com que conduzimos nossas conversas. Além disso, eu acabaria reificando a relação hierárquica que se coloca entre as pessoas e as instituições em que estas se sobrepõem àquelas. Não há como esconder o nome das instituições, entidades legais e físicas, em que pesquisei, pois é o órgão federal que atua na preservação do patrimônio cultural imaterial – o que talvez seja viável em trabalhos em

hospitais ou escolas, por exemplo. Desta maneira, seguiríamos eu e as publicações oficiais não nomeando os *técnicos*, *gestores* e colaboradores que trabalharam para aquelas ações serem desenvolvidas; apagando suas contribuições e presença. Ainda hoje isto me incomoda.

Por outro lado, também fui percebendo outras nuances do anonimato que reforçam sua importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade em realizá-lo plenamente. Em duas apresentações diferentes em seminários e congressos vi a identidade ser sugerida por comentadores. Em um caso, estava na plateia uma outra interlocutora que, ao fim, veio em minha direção rindo e me perguntando, em particular, se determinada frase que citei era de fulana porque era “a cara” da fulana dizer aquilo. Sorri amarelo e não respondi. Em outra ocasião, revelei um dado biográfico importante para a compreensão do que eu relatava e um comentador, em sua fala, complementou a informação sem dizer o nome, mas implicitamente sugerindo que sabia de quem se tratava.

É um grupo relativamente pequeno de pessoas que trabalham nessa área e todos de alguma maneira se conhecem. Muitos inclusive sabiam, na ocasião das entrevistas, quem já as havia concedido, me perguntavam com quem eu havia conversado e comentavam entre si. Não raro ouvi de algum interlocutor que aceitara participar porque ouviu uma outra pessoa falando que havia sido uma ótima experiência (terapêutica?). Portanto, qualquer dado biográfico mais específico revelaria a identidade. Se na escrita eu indicasse, por exemplo, um cargo comissionado ou um grupo social, uma localidade ou bem cultural imaterial específicos, o anonimato cairia por terra porque poucos trabalharam no mesmo tema ou ocuparam determinados cargos. Expus esse impasse sobre a construção narrativa do anonimato em diversas entrevistas e informava que ainda não sabia como narraria os elementos etnográficos. Para os que ocuparam cargos do *alto escalão* deixei claro que talvez não alcançasse um anonimato real no texto, ainda que omitisse seus nomes. Entretanto, um elemento importante no anonimato eu, ingenuamente, ainda não havia identificado.

Diana: [...] até como eu vou construir o anonimato no texto eu não sei. Porque se eu falo: "quando eu trabalhei com [cito o nome de uma localidade e/ou grupo específico]", pronto. Todo mundo sabe.

Valter: Tá identificado ali.

D: Tá identificado. Então eu vou ter que omitir essas questões também na transcrição das entrevistas. Não vou poder /

V: Você tem necessidade de omitir essas coisas? Como é que tá isso hoje?

D: Eu tenho pensado que sim porque /

V: É! Não é bom criar mal-estar, mal-estar entre as pessoas, né?

D: É. Exato...

V: É. Eu acho que tem comprometimentos, sim. Mas se você puser: "quando eu trabalhei... Não precisa citar [nome de uma localidade e/ou grupo específico]"

D: "quando eu trabalhei nessa... cidade"

V: É. Tira o [nome de uma localidade e/ou grupo específico]. Não precisa dizer [nome de uma localidade e/ou grupo específico].

(Entrevista em 2018)

O “mal-estar entre as pessoas” era um ponto central para os interlocutores, mais do que a preservação da intimidade. São pessoas que trabalham juntas há muitos anos e que ainda irão trabalhar por muitos mais. Suas relações institucionais e pessoais são também tematizadas nas entrevistas, por vezes, expondo rivalidades, descontentamentos e tensões, que talvez trouxessem consequências para suas redes e ações futuras. Por duas ocasiões recebi um telefonema no dia seguinte da entrevista para confirmar que seria de fato anônima e solicitando explicitamente que não citasse uma determinada situação de conflito e acusação. Entretanto, a maioria das vezes que percebi um silêncio e dúvida para me relatar determinado evento foram mais sutis. Estava entrevistando Luís, quando indaguei sua opinião sobre um [documento/normativa/legislação] que havia sido publicado recentemente, e a sua resposta foi na verdade uma pergunta:

Luís: Você vai botar na tese?

Diana: É anônimo...

L: É... [hesitação]

D: Se você não se sentir confortável, eu não cito, mas talvez você pode me ajudar a pensar... E tudo bem, eu não cito.

L: Certo, certo... Eu acho que é [começa a elaborar sobre o documento/normativa/legislação]

Depois de conversarmos por alguns minutos sobre suas impressões, ele pausa e me diz que permite a citação na tese, mas deveria suprimir um adjetivo específico com o qual iniciou sua avaliação do documento/normativa/legislação. Era um adjetivo impactante e acredito que alguns poderiam achar pesado, outros não. Percebi ali que não só eu me preocupava com uma possível recepção da tese, mas meus interlocutores também. Suas declarações, mesmo anônimas, poderiam estremecer relações e não são apenas relações sociais, interpessoais e de trabalho. São relações de poder e estão a todo momento sendo movimentadas e tensionadas por diferentes atores e grupos; a depender de onde se posicionam e com quem dialogam puxam “a corda do poder” para um lado ou para o outro. Até mesmo anos depois a corda ainda pode voltar ricocheteando. Vania fez um longo silêncio e uma expressão reticente ao começar a descrever um antigo conflito e eu lhe disse:

D: É anônimo.

V: Não cita nomes, mas...

D: Fica tranquila que eu vou tentar fazer um filtro. Pode deixar.

V: É... Porque foi uma coisa tensa e tinha um conflito interno, e a gente ficou na verdade numa condição muito frágil...

(Entrevista em 2019)

Uma “condição frágil” que de alguma maneira conseguiram reverter e a entrevista poderia não só causar um novo “mal-estar” como reviver alguns antigos. Em uma entrevista, a interlocutora entrou na sala sorrindo e me falando com descontração que algumas coisas que me contaria só poderiam ser publicadas daqui a 50 anos. Essa é uma diferença central para etnografias de instituições de caráter mais histórico, como a empreendida por Luís Rodolfo Vilhena (1997) sobre o movimento folclorista. Vilhena sem ter acesso aos interlocutores em carne viva, buscou em correspondências e gravações, além de documentos oficiais, as redes de relações entre os atores daquele campo, nomeando-os. São cartas e depoimentos de cunho pessoal e profissional depositadas em instituições de guarda, como arquivos e bibliotecas. Na pesquisa que iniciei ainda na monografia de graduação e continuei desenvolvendo na dissertação de mestrado, analisei um arquivo pessoal, o do Arthur Ramos sob guarda da Fundação Biblioteca Nacional. Qualquer papel, inclusive cartas particulares que possuem um grande apelo íntimo, não devem ser tomadas como um acesso direto à realidade ou aos sentimentos das personagens. Passaram por um longo processo de seleção, omissão e descarte desde o momento de sua produção pelo autor, passando depois sua guarda em um gabinete privado e posteriormente para o depósito em uma instituição. São deslocamentos que levam um objeto do privado ao público, que o consagram e alteram os seus sentidos e sua recepção. Os documentos em arquivos históricos são também selecionados, organizados, destacados e silenciados por diversos atores: os familiares, os arquivistas, os pesquisadores, os documentalistas, os bibliotecários. Todos imprimem novos significados e reorganizam as relações (Cf. DIANOVSKY, 2011; HEYMANN, 1997). Contudo, quando chegam aos seus destinos finais estão disponíveis sem restrições.

Faço essas observações sobre arquivos históricos a fim de destacar que não são apenas os meus interlocutores – coetâneos a você, leitora, e a mim – que se preocupam com a recepção de suas declarações e o impacto que teriam em suas relações sociais e de poder. Quando essas relações ainda estão em curso, a preocupação é mais latente e os crivos ainda estão sendo estabelecidos. Desta forma, não é apenas a antropóloga-escritora que pondera sobre a

responsabilidade e os efeitos posteriores da tese, como bem matizaram Sheehan (1993) e Bronz (2011), acrescentaria também as personagens retratadas nas etnografias, como Valter me disse:

Valter: Isso eu nem sei se assino embaixo.

Diana: Desculpa. Eu esqueci de avisar. A entrevista é anônima.

V: Bom, isso me dá mais liberdade. Se tiver necessidade de dar autoria, a gente conversa e eu posso liberar, mas uma questão dessa, que diz respeito ao outro e não a mim, eu acho mais delicada de estar assinando. Eu assino as que forem da minha experiência.

(Entrevista em 2018)

Anonimato como liberdade e autoria como responsabilidade. O problema em alguém que se sentisse à vontade sem o anonimato era terminar por expor alguma outra pessoa sobre quem ela falava e prejudicar um anonimato negociado anteriormente. A experiência de um acaba tocando o outro e nenhum agente em qualquer campo estará se relacionando sozinho. Desta forma, mesmo que eu explicitasse a autoria de um documento público e assinado ou de atores em reuniões públicas correria o risco de identificar alguma entrevista. Por exemplo, abri este capítulo relatando uma atividade que uma interlocutora participou durante uma reunião científica. Se descrevesse o evento com o ano e o local, iria expor tanto a interlocutora quanto as pessoas e as situações que ela comenta. Entretanto, para os fins da análise, considere importante indicar que era um evento da antropologia. Assim, decidi tratar tudo sob anonimato, revelando apenas informações importantes para a compreensão do argumento, mesmo sabendo que documentos e reuniões públicas poderiam ser identificadas.

Desta maneira, fui negociando os elementos etnográficos e o anonimato em campo. Todavia, ainda não tinha clareza como iria construí-los, se iria criar cenários fictícios como Bronz (2011) e Hopkins (1993) ou dividir um mesmo relato em vários como Sheehan (1993); apenas sabia que, no meu contexto de pesquisa, não me sentia confortável com o anonimato misto e sob uma sigla como fez Nunes (2017). Recentemente, com a leitura da *Fabricação do Direito*, de Bruno Latour (2020) encontrei um caminho que guarda semelhanças com os que comentei anteriormente. Latour, assim como eu, escreve sua etnografia preservando o anonimato, inclusive para reuniões e documentos públicos e assinados, e na nota 25 do segundo capítulo informa que “para evitar que o leitor seja bombardeado por muitos nomes e contraia o sintoma dos romances russos, mantive os mesmos pseudônimos para personagens que correspondem, de fato, a muitas pessoas”. A princípio ponderei que o efeito reverso dessa estratégia poderia ser “o sintoma de *Cem anos de solidão*” em que os mesmos nomes se repetem

ao longo do livro de tal maneira que o tempo cessa de existir e todas as gerações da família *Buendía* parecem se entrecruzar na história.

Refletindo sobre trajetórias que se repetem, personagens que se cruzam no tempo e os seus efeitos na leitura, decidi reunir sob um mesmo nome fictício algumas interlocutoras e interlocutores que tivessem trajetórias biográficas semelhantes mesmo que não compartilhassem das mesmas ideias e experiências. Usaria nomes para destacar o papel das pessoas na construção das instituições e das instituições em suas subjetividades, honrando a experiência terapêutica e sem prejuízo na compreensão dos eventos, uma vez que a memória e as trajetórias são construídas contextualmente e até em uma mesma entrevista há contradições e opiniões aparentemente discordantes.

Entre as primeiras histórias que se conectam estão a de antigos funcionários e figuras centrais para a institucionalização das políticas de patrimônio cultural – na época histórico e artístico – que foram posteriormente recuperados na construção da narrativa institucional de legitimação da atuação a partir de uma concepção mais ampla de patrimônio e, depois, com o patrimônio cultural imaterial.

2. BIFURCAÇÕES E ENCRUZILHADAS: CAMINHOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

A atuação de profissionais formados em Antropologia e Ciências Sociais nas estruturas da administração pública ocorreu no contexto específico da execução de determinadas políticas públicas, como mencionado na introdução, entre elas: direitos territoriais, direitos indígenas, direitos culturais, etc. A princípio, quando iniciei a pesquisa sobre a tese, pensava na construção e implementação dessas políticas públicas como um pano de fundo para discutir a atividade profissional. Quanto mais lia sobre o tema e dialogava com as interlocutoras, comecei a perceber que a contribuição da antropologia na construção dessas políticas recuava temporalmente de uma maneira mais difusa.

Se a contratação de antropólogas e cientistas sociais para compor os quadros efetivos das carreiras estatais da administração pública direta e indireta, no Brasil, começa a ser mais fortemente percebida pela comunidade antropológica a partir dos anos de 1990, isso não significava que não havia antes uma atuação ou uma contribuição. Como mencionei no primeiro capítulo, passei a trabalhar com a ideia de que houve um deslocamento do lugar que a antropologia ocupava no campo das políticas para o patrimônio cultural: de um lugar de assessoria e aconselhamento para um lugar de maior centralidade no desenho e execução dessas ações estatais.

Nesse sentido, percorrerei, nas próximas páginas, a construção das políticas para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil procurando identificar as ideias e premissas que articularam esse debate, assim como a influência do conhecimento antropológico e a incidência de profissionais da antropologia. Para isso, utilizarei as entrevistas que realizei na medida em que me apontaram alguns marcos históricos que as interlocutoras consideraram relevantes e, principalmente, as publicações oficiais das instituições executoras dessas políticas.

2.1. História das instituições e as fronteiras entre conhecimento especializado e a construção de políticas públicas

Conforme avancei na pesquisa, comecei a perceber que havia uma distinção entre o aporte dos conhecimentos antropológicos para construção de políticas e ações estatais e a atuação efetiva de profissionais da antropologia e das ciências sociais na operacionalização de políticas públicas e ações estatais. Ademais, como mencionei no primeiro capítulo, algumas reações ao mapa mental e seu desenho suscitaram debates interessantes sobre a relação entre “antropologia” e “estado”. Valter me disse que não percebia uma separação estanque, uma vez que transitava entre os dois ambientes. Já Rafaela, ao ver o mapa mental elaborado para orientar as entrevistas, me sugeriu que a “fronteira ou conexão” entre Estado e Antropologia – que estava ali desenhada em linhas pontilhadas – era precisamente as políticas de salvaguarda de patrimônio cultural imaterial, uma vez que é por meio delas que ocorrem os processos de produção de conhecimento, práticas e discursos que “fazem Estado” com base no saber antropológico e onde atuam os profissionais com essa formação. Do mesmo modo, são nas políticas de patrimônio, entre outras, que antropólogas e cientistas sociais incidem.

Rafaela: [aponta para o mapa mental] Aí, aqui, pensando nisso tudo e será que não seria...? Não sei, não sei, o que não sei, mas... Também ter a política do patrimônio cultural talvez como sendo essa intercessão aí entre antropologia e o estado? Porque aí o debate não é só em relação a antropologia e os antropólogos, mas onde está a visão antropológica na política do patrimônio.

D: É por aí que eu quero ir, mas realmente não está representado.

R: Porque aí tem um peso muito forte. Porque aí com isso... a própria questão que eu coloquei do antropólogo transformar o Estado e que Estado é esse? Você já tinha percepção que é em relação a uma determinada política, que não é o Iphan, né? Não é o Iphan, é na política de patrimônio cultural. Aí eu não sei se isso aqui é uma categoria, se é um conceito, se é uma teoria [aponta para o título da tese no topo do mapa mental] porque... Assim, não é só a antropologia fabricando o estado, mas também essa política muito bem definida aqui no meio. E é esse aqui o seu, não é nem a sua abordagem, né? A abordagem é essa: é a política de patrimônio. Mas, é o estado fazendo política e fazendo antropologia e a antropologia fazendo política e fazendo estado. (Entrevista em 2018)

A partir dessas provocações comecei a pensar mais detidamente sobre a ideia de fronteiras entre Estado e Antropologia. Entendo a fronteira na sua possibilidade de estabelecer distinções; nesse caso, entre duas esferas de organização e atuação do mundo social: estado e ciência. As fronteiras aqui são entendidas para além de delimitações geopolíticas e tomadas como linhas imaginárias e, em muitas vezes, arbitrárias, que têm como função selecionar,

aglutinar, dividir, classificar e definir sujeitos e objetos. Dessa forma, não operam apenas como divisão, pois são também e, principalmente, um ponto de contato e conexão, poroso e fluído.

Timothy Mitchell (1991; 1999) analisa o que chamou de “efeito de Estado” (no original, *State effect*) ao criticar a forma como, em meados e fins do século XX, as teorias políticas analisavam o Estado. Especificamente discutindo os limites entre Estado e sociedade, Mitchell (1991) critica tanto os analistas que descartaram completamente o conceito de Estado para trabalhar com o de sistemas políticos, como aqueles que pensavam o Estado exclusivamente como um sistema de tomadas de decisão. Argumenta que ambas abordagens teóricas eram elusivas quanto à fronteira entre Estado e sociedade. A dificuldade em precisar essa distinção não estava no conceito de Estado e se originava na característica do fenômeno social. Mitchell (1991: 90) entende que não se trata de uma separação entre duas entidades separadas e opostas. Para o autor, a fronteira entre Estado e sociedade é construída internamente, como uma linha divisória, na rede de mecanismos institucionais pela qual a ordem social e política é mantida. Essa característica elusiva da fronteira ocorre porque é uma operação de construção interna, mas que aparenta ser externa.

Nesse sentido, o Estado (ou o sistema político) não deve ser entendido como algo apartado da sociedade, mas que a sua distinção da sociedade deve ser considerada como uma característica da ordem política moderna ocidental. Mitchell (1991) argumenta que se deve pensar, então, sobre o “efeito de Estado” como um processo extensivo de organização espacial, temporal com funções específicas e de vigilância que criam a aparência de um mundo dividido entre sociedade e Estado, que, todavia, se inter-relacionam.

Esses processos criam o efeito de estado não apenas como uma entidade apartada da sociedade, mas como uma dimensão distinta de estrutura, ordenamento, codificação, planejamento e intencionalidade. O estado aparece como uma abstração em relação à concretude da vida social e como um ideal subjetivo em relação com a objetividade do mundo material. As distinções entre abstrato e concreto, ideal e material, subjetivo e objetivo, nas quais a maior parte das teorizações políticas são construídas, são eles mesmos parcialmente construídos nestes processos sociais mundanos que reconhecemos e nomeamos como o estado. (MITCHELL, 1991: 95, tradução livre)⁷²

A proposta de Timothy Mitchell, assim como os comentários de minhas interlocutoras, me auxiliou a refletir sobre a aparente separação e, ao mesmo tempo, inter-relação entre espaços

⁷² No original: These processes create the effect of the state not only as an entity set apart from society, but as a distinct dimension of structure, framework, codification, planning, and intentionality. The state appears as an abstraction in relation to the concreteness of the social, and as a subjective ideality in relation to the objectness of the material world. The distinctions between abstract and concrete, ideal and material, and subjective and objective, which most political theorizing is built upon, are themselves partly constructed in those mundane social processes we recognize and name as the state.

de produção de conhecimento, como as universidades, e espaços de intervenção social, como as instituições estatais para preservação do patrimônio. Evidentemente, essas distinções que utilizei expressam o foco principal da atuação, o que não significa que não ocorre intervenção social nas universidades, como em projetos e programas de extensão, apenas para citar um exemplo, ou que não haja produção de conhecimento em instituições estatais, seja na produção e contratação de pesquisas aplicadas ou até mesmo por meio da implantação de programas de mestrado profissional, como existe no Iphan. Ademais, é preciso considerar também que grande parte da produção de conhecimento antropológico brasileira é realizada em universidades públicas federais e estaduais. Todavia, a constituição desses espaços com autonomia de cátedra e autonomia administrativa os coloca em uma posição distinta daquelas instituições encarregadas da execução de ações estatais diretas e voltadas para intervenção. Pensar essas diferenças como as fronteiras entre estado e sociedade nos termos de Mitchell talvez permita melhor entender esse processo.

Dessa forma, é interessante perseguir a sugestão de Rafaela: é na construção das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial que se estabelece a fronteira, que se produz e reproduz essa distinção entre conhecimento especializado e ação estatal. Na esfera federal no Brasil, as políticas e ações para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural estão sob a responsabilidade do Iphan. Criado em 1937, ao longo das décadas, seguiu ampliando suas áreas de atuação a partir de novas concepções de patrimônio, como o patrimônio imaterial. Atualmente, de acordo com o Decreto n. 11.178/2022 (BRASIL, 2022), que aprova a sua estrutura regimental, o instituto tem a *missão* de:

Art. 2º O IPHAN tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

§ 1º É finalidade do IPHAN preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição Federal. (BRASIL, 2022, art. 2o. do Anexo 1)

O patrimônio cultural, nos termos da Constituição Federal de 1988, é apresentado no *site* do Iphan da seguinte maneira:

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas,⁷³ artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-

⁷³ A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, cita as criações científicas juntamente com as artísticas e tecnológicas como um dos elementos que fazem parte do patrimônio cultural nacional, entretanto o Iphan não possui nenhuma linha de trabalho específica para isso.

culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. (IPHAN, 2020.)

Como se vê, pelos textos institucionais e normativos, patrimônio é definido por alguns elementos e características, unindo definições substantivas – como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver – com indicações concretas – como objetos, documentos, edificações. O patrimônio material em que se valoriza o objeto resultado da ação humana e o patrimônio imaterial em que o foco é no processo de produção e reprodução sócio-cultural. Dentro disso se subdividem por tipologias, como bens imóveis, móveis e integrados, sítios urbanos, celebrações, formas de expressão, entre outros.

A menção explícita a alguma divisão disciplinar ocorre quando se menciona a *valorização*, que pode ser histórica, artística, paisagística, e assim por diante. É claro que a composição das equipes que trabalham nas ações de gestão dos patrimônios protegidos está fortemente vinculada com as áreas do saber que informam a atuação com determinados patrimônios, sejam arquitetos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, historiadores da arte, entre outros – o que comentarei mais detidamente no terceiro capítulo. Além disso, uma outra fronteira se estabelece na adjetivação do patrimônio que consta no próprio nome do instituto: Instituto do Patrimônio *Histórico e Artístico* Nacional. Essas terminologias e construções se relacionam com diferentes elementos da constituição das políticas de preservação em cada território nacional e em cada tempo histórico.

Escolhi a definição de *missão* do Iphan para adentrar a discussão sobre as contribuições disciplinares no campo do patrimônio porque é um instrumento da administração muito difundido mundialmente tanto em instituições privadas como públicas. O estabelecimento de *missão, visão e valores* organizacionais é uma estratégia do chamado *planejamento estratégico*. É interessante perceber como “manuais empresariais” e material de apoio a pequenos empreendedores apresentam o que seria *missão* a fim de perceber o que há de mais generalizante nessa abordagem da administração. Assim, em um *folder* do Movimento Empreenda do Sebrae a *missão* é apresentada como “o propósito de a empresa existir. É sua razão de ser” (SEBRAE, s.d.: 1). Esse mesmo material ressalta que a *missão* deve servir tanto como orientação para a estratégia de atuação da empresa como também para comunicar ao público-alvo o benefício que gera. Sugere que deve ser redigido com sentenças curtas de modo a informar com clareza o objetivo de atuação da organização, além de ser uma afirmação inspiradora e desafiadora a

fim de engajar seus colaboradores. Deve ser “lembrada, vivenciada e transmitida por todos os envolvidos com o negócio. No fundo, deve servir como um mantra, uma crença que orienta a existência da organização” (SEBRAE, s.d.: 1).

Fabio Scorsolini-Comin (2012), ao analisar os discursos das organizações de trabalho, destaca que a construção da *missão* institucional é perpassada também por discursos externos à instituição e oriundos de diferentes contextos da sociedade, como de responsabilidade socioambiental no caso do estudo do autor. Assim, esses instrumentos – criados pelo *planejamento estratégico* e voltados para a *qualidade* de produção – operam também uma uniformização de discursos que restringem sentidos atribuídos a essas organizações, priorizando uma identidade organizacional única. Ainda segundo Scorsolini-Comin, a *missão, visão e valores* das organizações “pode não refletir ou expressar o que o trabalhador sente (ou algo próximo a isso) necessariamente, mas o que deve expressar por meio do seu trabalho e da sua identidade de trabalhador”. (SCORSOLINI-COMIN, 2012: 332)

Na *missão* do Iphan é destacado o fortalecimento da *identidade e memória nacional*; há ainda a menção ao *desenvolvimento socioeconômico* do país. As ações realizadas para isso são as de “preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar”. A *missão* da maneira como se apresenta hoje é resultado de um longo processo de institucionalização – de consolidação, mudanças e resistências – das ações de preservação do patrimônio cultural brasileira.

Carla Costa Teixeira e Sergio Castilho (2020: 30-31) sugerem algumas possibilidades para a investigação etnográfica dos processos de institucionalização por meio das análises de: 1) mitos racionalizados e uma versão compartilhada da história institucional; 2) elementos, como normas, valores, relações, que indiquem uma forma compartilhada de definir e organizar o mundo social que seja entendida como a própria realidade; 3) uma relação assentada entre eficácia simbólica e eficiência técnica; e 4) a resiliência do processo de institucionalização frente a desafios e questionamentos.

A ideia de refletir sobre o mito racionalizado de instituições me pareceu, especialmente, produtiva, pois o Iphan não apenas produz a narrativa sobre a memória nacional, como também é muito prolixo na produção de sua própria narrativa e memória institucional, como ressaltou Silvana Rubino (1991). Refletir sobre as ações de preservação é de tal forma central nas atividades do órgão que, entre as atribuições do cargo originalmente pensadas para *Técnico em*

História no concurso de 2005, consta a de estudos sobre a história da preservação (IPHAN, 2005a).⁷⁴

Na etnografia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Teixeira e Castilho (2020: 227-272) realizaram a análise do “mito de origem” do Ipea a partir de dois atores centrais para a criação do instituto. Recuperaram ainda suas biografias individuais, seus discursos e as redes de relações pessoais e institucionais com outras organizações da época a fim de compreender quais ideias e valores estavam sendo acionados para legitimar e representar a fundação do Ipea. A análise da história institucional a partir dessa perspectiva possibilitou aos autores ir além de dados, datas e grandes marcos. Assim, debateram como a criação do Ipea auxiliou a legitimar e, ao mesmo tempo, foi legitimada por uma racionalidade organizacional e discursiva que deu estabilidade a organizações e procedimentos pautados na ideia de planejamento econômico e social para atuação estatal no Brasil.

Teixeira e Castilho (2020) sugerem, então, que a análise de documentos, como livros de memória institucional, discursos oficiais, relatórios, páginas de internet oficiais, normas, organogramas, etc., são centrais para acessar a linguagem institucional, além de observação participante, conversas informais e entrevistas. Os documentos não são apenas uma das principais formas de comunicação e mediação nas instituições (Cf. SMITH, 2005), como também produzem realidades ao agirem no mundo social (Cf. VIANNA, 2014).⁷⁵ Portanto, ressaltam a centralidade da análise de documentos nessas etnografias não apenas como fonte de dados, mas também como canal de diálogo entre pesquisadores e as produções de conhecimento e sentido realizadas pelos atores institucionais. Além disso, compreender suas formas de produção e circulação permite vislumbrar as redes de relações engendradas por meio dos documentos e que localizam a ação desses atores (Cf. HULL, 2012).

Nesse sentido, os autores afirmaram ainda que as análises de documentos “foram especialmente rentáveis não apenas como registros utilizados pelos ipeanos para materializar seu ofício, mas também como um aspecto fundamental na constituição de si, seja individual (dos TPs), seja institucional (do próprio Ipea)” (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020: 99). Essa perspectiva dialoga com a discussão que travei no primeiro capítulo sobre trajetória biográfica e memória (Cf. BOURIDEU, 2006; HALBWACHS, 2006; POLLAK, 1989). Retomando,

⁷⁴ No terceiro capítulo da tese, discuto brevemente as atribuições de diferentes cargos, entre eles, o de Técnico em História.

⁷⁵ Aqui apenas retomo as principais ideias; para uma discussão maior sobre uso de documentos e registros escritos em etnografias de instituição, ver o capítulo 1.

brevemente, é preciso considerar que o relato memorial mesmo que individual é construído a partir de um arcabouço de valores e códigos sociais compartilhados e, dessa forma, o passado é reconstituído a partir do presente e tendo em vista o futuro. Com isso, destaca-se o caráter relacional da memória.

Para recuperar a construção da política de patrimônio cultural imaterial, me vali de algumas publicações institucionais. Somado a isso, diversos marcos temporais que perpassam a presente análise – como as ações do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e a gestão de Gilberto Gil à frente do MinC no Brasil, por exemplo – me foram indicados pelas interlocutoras. Cabe observar que algumas delas efetivamente atuaram nesses períodos ou tiveram contato próximo com pessoas que ali estiveram. Portanto, não apenas a discussão sobre memória e trajetórias deve ser considerada para a compreensão da história institucional, como também cabe debater brevemente a construção dessas narrativas.

Uma outra inspiração para a forma de pensar a história e a narrativa das ações estatais partiu da avaliação do programa Mais Cultura e do Sistema Nacional de Cultura realizada por uma equipe do Ipea e coordenada por Frederico A. Barbosa da Silva e Luiz Eduardo Abreu. Em *As Políticas Públicas e suas Narrativas* (2011), os pesquisadores se apoiam no conceito de narrativa e de intriga do filósofo hermenêutico Paul Ricoeur para construir um quadro de análise do programa a partir principalmente de entrevistas com atores da época e documentos oficiais.

Em *Acerca de la Interpretación*, no livro *Del Texto a la Acción*, Ricoeur (2002 [1986]) analisa a função narrativa do ato de relatar, destacando a relação entre narrativa e temporalidade. Toda narrativa se desenvolve no tempo e parte da seleção, ordenação e articulação de eventos que ocorrem no tempo. Ricoeur (2002) utiliza a ideia de “intriga”, de “colocar em intriga”, como a chave para a compreensão da composição narrativa. Aqui, intriga tem a conotação de enredo, de trama e se refere a uma operação relacional entre os eventos narrados. Assim, “a intriga é a mediadora entre o acontecimento e a história, o que significa que não há acontecimento que não contribua para a progressão [da história]”. (RICOEUR, 2002: 18; tradução livre)⁷⁶ É, portanto, o processo de estruturar a história, de selecionar e combinar as ações e acontecimentos em uma narrativa com início, meio e fim.

Levando a discussão de Ricoeur para o contexto das políticas públicas e ações estatais do setor da cultura, Silva e Abreu (2011: 20) observam que as informações, eventos e as ideias apresentadas pelos atores dessas políticas são narrativas. São também ações na medida em que

⁷⁶ Na tradução em espanhol: La intriga es la mediadora entre el acontecimiento y la historia, lo cual significa que no hay acontecimiento que no contribuya a la progresión. (RICOEUR, 2002: 18)

relatam eventos pretéritos em um determinado contexto atual, o que pode ter um ou diversos usos. No caso de análise das falas de atores, há de se levar em consideração também que aqueles que narram tiveram ou têm alguma participação direta nesses eventos. Portanto, são, ao mesmo tempo, personagens da história e seus autores. Concluem que é preciso, então, considerar o contexto da narrativa e a relação entre o narrador e os fatos narrados.

Disso, Abreu e Silva retiram dois desdobramentos. Primeiro, narrativas são elementos importantes das ações dos atores ao possibilitarem determinados usos e efeitos – estabelecer protagonismos, dar ênfase a situações, a sujeitos, reelaborar sentidos, etc. Ao contar uma história, esses atores/autores/personagens estão, implicitamente, reivindicando validação e um estatuto de verdade à história narrada. Dessa forma, conforme os usos mudam, as narrativas também são alteradas, o que pode demonstrar algo de ruptura. Entretanto, o segundo ponto é que as narrativas podem ser perenes e assim se prolongam no tempo, o que demonstra algo de continuidade. Um evento que ocorreu em um contexto anterior permanece porque contém elementos que continuam a fazer sentido mesmo com alguma transformação. Assim, os autores sugerem enfatizar dois aspectos da narrativa: os seus contextos e o sentido que se perpetua.

Além de Ricoeur (2002), Abreu e Silva (2011: 20) associam o conceito de narrativas ao de referencial para focar as ideias que as informam. Indicam que “o conceito de referencial sugere um conjunto significativo, um sistema de representações que permite delimitar os sentidos das políticas” (ABREU; SILVA, 2011: 21). O referencial é uma forma de representar e organizar a relação que se estabelece entre os atores da política por meio de três operações. A primeira é a dimensão cognitiva que consiste no estabelecimento de relações causais que explicam de forma simplificada a realidade. A segunda é a dimensão normativa na qual são mobilizados valores da cultura política que auxiliam a legitimar as ações dos atores. A terceira é a dimensão instrumental na qual as explicações da realidade e os valores que legitimam a ação se consolidam em orientações, institucionalizam-se e se tornam instrumentos de ação. Dessa forma, buscam relacionar as diversas narrativas entre si com base em um contexto mais amplo.

Essas propostas de leituras e análises que apresentei acima, me auxiliaram a buscar entender a trajetória de construção das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial e a sua relação com o conhecimento antropológico. Quando estava revisando os textos institucionais sobre a política de patrimônio imaterial no Brasil, algo me saltou aos olhos: uma cronologia que se encontra no início do livro *Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil* (IPHAN, 2006a; 2010).

Tive contato com a primeira edição desse livro tão logo ingressei no Iphan, ainda no meu primeiro dia de trabalho em setembro de 2010. Ele, juntamente com um livreto denominado *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais* (BRAYNER, 2009) e o livro *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial* (IPHAN, 2006b) – informalmente chamado de “o livro amarelo do registro” – compunham uma espécie de *kit* de boas-vindas aos novos colaboradores e servidores do Departamento de Patrimônio Imaterial na sede em Brasília. Nossa primeira atividade laboral era lê-los. Nos últimos anos, vi outras publicações serem incluídas nesse conjunto; vi também não distribuírem publicações institucionais; isso tem variado. Entretanto, naquele momento em que ainda havia no Departamento muitas servidoras que trabalharam na formulação da política, essa socialização inicial era comum.

Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, teve duas edições (IPHAN, 2006a; 2010).⁷⁷ A primeira, em 2006, foi publicada apenas seis anos depois da promulgação do Decreto 3.551/2000 (BRASIL, 2000a),⁷⁸ que instituiu o registro do patrimônio cultural imaterial e inaugurou a prática estatal de salvaguarda desse tipo de patrimônio; quatro anos depois do primeiro *bem cultural imaterial* registrado como *Patrimônio Cultural do Brasil*; e três anos depois da criação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). A segunda edição, de 2010, é uma versão ampliada e foi publicada apenas quatro anos depois da primeira e escrita alguns meses antes da aposentadoria da então diretora do Departamento e uma das principais agentes da formulação dessa política específica.

A apresentação do então presidente do Iphan de ambas edições do livro *Os Sambas, as rodas...* (IPHAN, 2006a; 2010) estabelece que o objetivo da publicação é divulgar os fundamentos e os princípios da nova política pública implementada pelo Iphan, assim como publicizar suas realizações e desafios. Nesse sentido, é uma publicação que visa atingir um público mais amplo, consolidar redes de parceiros e, como diz na apresentação, compartilhar uma frente de ação “monumental”. Além disso, a primeira edição foi publicada também em duas versões bilíngues, uma em português-inglês e outra em português-espanhol, o que demonstra que se intencionava alcançar um público internacional com o qual o Iphan se

⁷⁷ Doravante denominado apenas *Os Sambas, as rodas...*

⁷⁸ Uma vez que esse decreto foi um marco na consolidação da prática institucional de salvaguarda do patrimônio imaterial, inaugurando um período de ações sistemáticas, o incluí na tese, ver apêndice C.

relacionava ao representar o Brasil na Convenção da Unesco para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.

Os livros do “*kit básico*” para colaboradores e servidores do DPI, além de referências bibliográficas consideradas clássicas e algumas entrevistas, são o fio condutor para compreender como se construiu a narrativa sobre a política para o patrimônio cultural imaterial no Brasil.

Dividi essa discussão em três subitens referentes aos anos de 1930-40, de 1970-1980 e de 1990-2000. A escolha por esse recorte temporal se baseou nos marcos acionados no texto introdutório d’*Os Sambas, as Rodas...*, intitulado *Na Pancada do Ganzá: breve história da reflexão sobre o tema no Brasil*. Com algumas revisões e ampliações nos textos, essa introdução estabelece os trabalhos de Mário de Andrade como ponto inicial de debate; faz breve menção às atividades de folcloristas a frente da Campanha de Defesa do Folclore; indica então os trabalhos de Aloísio Magalhães à frente do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e da Fundação Pró-Memória (FPM) e culmina com o *Seminário de Fortaleza* e a discussão do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI).

Essa divisão cronológica coincide também com cortes temporais estabelecidos na história institucional e fixados em diversos textos oficiais e também em estudos e teses sobre a história da preservação. Entre os quais destaco o de Maria Cecília Londres Fonseca (2017) que divide sua análise em “fase heroica”, de 1930 a 1960, e “fase moderna”, de 1970 em diante, chegando ao início dos anos de 1990. Com isso quero frisar que a narrativa oficial que se construiu sobre a discussão para o tema das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial buscou vincular-se aos grandes marcos estabelecidos no campo da preservação e reelaborá-los.

2.2. A arte patrimonial de Mário de Andrade e a antropologia como assessoria

A cronologia d’*Os Sambas, as Rodas...* (IPHAN 2006a; 2010) que me chamou atenção, em verdade, são cronologias no plural.⁷⁹ Existe uma revisão e alteração de eventos e datas nas

⁷⁹ Ver apêndice A para um comparativo entre as cronologias.

duas edições, entre subtração e inclusões em que a maioria se refere aos marcos de atuação estatal com folclore e cultural popular.

Já na capa da primeira edição é indicado que o balanço sobre o patrimônio imaterial vai de 1936 até 2006. Na segunda edição, mais modesta, de 2003 a 2010; sendo 1936 o ano de redação do anteprojeto de Mário de Andrade para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Span) e 2003 o ano de criação do DPI .

Nessa primeira edição, a linha do tempo se inicia um pouco antes com a Semana de Arte Moderna de 1922: “primeira manifestação das ideias de Mário de Andrade a respeito do tema Patrimônio Cultural Imaterial, primeiro contato com o assunto até então ‘desconhecido’” (IPHAN, 2006a: 06). Esse foi o único evento subtraído da cronologia da edição de 2010, que passou a ser iniciada em 1936 com o anteprojeto de Mário de Andrade – as demais alterações foram acréscimos.

Aventurar-se nas publicações institucionais requer uma leitura atenta sobre essas “ideias inspiradoras”, pois sugerem que a construção, em fins da década de 1990, da política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial foi uma das consequências direta do anteprojeto de Mário de Andrade para o serviço de preservação do patrimônio. Na verdade, se colocam sob a bênção de Mário:

Se por acaso, a reflexão e conseqüente ação sobre o patrimônio cultural imaterial do Brasil tivessem um santo padroeiro – esse santo padroeiro seria Mário de Andrade. Escritor, musicólogo e polemista de ótima cepa, ele foi um dos cérebros da Semana de Arte Moderna de 1922 e um dos mais importantes nomes da cultura brasileira do século passado. Já nos anos 20 e 30, enveredava pelos mais distintos rincões do país em busca de registros culturais que marcassem o jeito de ser, de agir e de se comportar do povo brasileiro.

Ou ainda: se sambistas cariocas ou paulistas resolvessem dedicar o enredo de alguma escola de samba ao patrimônio cultural imaterial brasileiro (*Esplendor e Glória dos Bens Imateriais do Brasil*, poderia ser o tema proposto), novamente Mário de Andrade mereceria lugar de destaque. (IPHAN, 2006a: 9, grifo no original)

Enquanto uma operação narrativa, a seleção da Semana de Arte Moderna como marco inicial da discussão sobre o patrimônio cultural imaterial sugere uma precedência desse tema à própria criação do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span), que ocorreu em caráter temporário em 1936 e definitivo em 1937.

De modo geral, Mário de Andrade é uma figura muito evocada, no campo das políticas de cultura, por diversos grupos e em tempos distintos. Edson Carneiro e outros integrantes do movimento folclórico brasileiro dos anos de 1940 a 1960 indicaram os aportes de Mário, juntamente com os de Amadeu Amaral e Sílvio Romero, como centrais para constituição dessas

ações, revisão de conceitos e inspirações para agendas de trabalho (VILHENA, 1997). Entretanto, Mário de Andrade não se via como um folclorista e muito menos como cientista, ainda que tenha escrito ensaios importantes para o que hoje se entende como etnomusicologia:

Já afirmei que não sou folclorista. O folclore hoje é uma ciência, dizem... Me interessa pela ciência, porém não tenho capacidade para ser cientista. Minha intenção é fornecer documentação para músicos e não passar vinte anos escrevendo três volumes sobre a expressão fisionômica do lagarto... (ANDRADE, M. *apud* VILHENA, 1997: 131)

Ainda que fosse, como ele dizia, “um amador em folclore” interessado em coleta de documentação, em particular, de músicas populares, era identificado como um folclorista não só pelos principais atores desse movimento, como também por alguns de seus críticos, como Florestan Fernandes.

Isso tampouco significa que Mário de Andrade não documentasse as manifestações folclóricas com rigor e método. Elizabeth Travassos (2002) aponta que Mário era crítico aos folcloristas que selecionavam documentos a partir de critérios de gosto pessoal ou peças “pitorescas”. Logo, defendia que a documentação deveria ser extensiva e exaustiva a partir do que era apresentado pelo “povo” e a despeito das expectativas estéticas e morais de quem a documentava.

Outro fato comumente destacado na atuação de Mário de Andrade foi sua liderança no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo como uma das ações pioneiras no estabelecimento de políticas para cultura. É possível ainda encontrar referências que nomeiam as atividades de documentação de Mário como etnografia. Para citar apenas um exemplo, Abreu e Silva (2011) destacam, na recapitulação sobre as políticas culturais anteriores à Constituição Federal de 1988, a atuação de Mário de Andrade. Nesse momento:

A etnografia, por meio das “missões etnográficas” realizadas já na década de 1920, era o instrumento que permitia o reconhecimento do Brasil profundo e respondia aos desejos intensos de definição da nacionalidade. Na verdade, a antropofagia e a antropologia se associaram para conhecer o Brasil, estendendo a reflexão do estético para o ideológico, definindo a nacionalidade pela cultura popular. (ABREU; SILVA, 2011: 25)

São inegáveis as possíveis aproximações entre a prática etnográfica e as atividades de documentação de Mário de Andrade. Fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore em 1937. No seu período à frente do Departamento de Cultura, realizou um curso ministrado por Dina Lévi-Strauss sobre metodologia e trabalho de campo para construção de dados etnográficos voltados para o folclore; e ainda instituiu a seção de Arquivos Etnográficos na *Revista do Arquivo Municipal*. Como Travassos (2002) destaca, existe uma grande atenção, em seus

estudos sobre folclore e cultura popular, para elementos de processos mentais, o que o aproximou de leituras sobre pensamento pré-lógico e mentalidade primitiva desenvolvidos pelo antropólogo evolucionista francês Lévy-Bruhl, além de James Frazer e Edward Tylor. Já Silvana Rubino (2002) indica, em um momento posterior de sua produção, uma aproximação com o culturalismo americano.

Em que pese sua erudição e proficiências múltiplas, Mário de Andrade não era um antropólogo no sentido estrito do termo, tampouco se via como cientista. Entretanto, se estendermos para ele o mesmo critério que Mariza Corrêa (2013) utilizou em sua pesquisa sobre a história da antropologia entre os anos de 1930 e 1960, Mário se aproxima da antropologia – ou etnografia, como, imagino eu, se sentiria mais cômodo.

Sem ser preciso invocar regalias para o papel institucional, parecia-nos que antropólogos eram aqueles que tinham contribuído para a construção do “nicho antropológico” – em museus, universidades, agências financiadoras, centros de pesquisa, ainda que depois, por razões acadêmicas ou políticas, tenham passado a denominar-se, ou a serem denominados, sociólogos (passagem mais comum), educadores ou administradores. Se essa é uma questão que parece quase irrelevante hoje, quando as definições institucionais são mais marcadas, as coisas se complicam quando se trata de antepassados mais ou menos distantes: às vezes eles são reclamados por um, às vezes remetidos a outro territórios. (CORRÊA, 2013: 20-21)

A produção de Mário se desenvolveu num período ainda inicial de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Nesse contexto, contribuiu para o pensamento social brasileiro sob a égide da literatura, quando os ensaios sobre a sociedade e a nacionalidade eram o principal meio de produção de conhecimento. Antonio Candido (2000) aponta que, até as primeiras décadas do século XX, houve um desenvolvimento mais intenso das letras e do direito do que das ciências humanas e naturais e “ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento” (CANDIDO, 2000: 120).

Dessas considerações percebe-se que Mário de Andrade contribuiu para a construção de diferentes discursos que se estabeleciam, se relacionavam e disputavam entre si no processo de *nation-building* brasileiro. Tanto a área do folclore (Cf. VILHENA, 1997), quanto o patrimônio (Cf. FONSECA, M. C. L., 2017; CHUVA, 2017), quanto as ciências sociais institucionalizadas a partir de 1930 (Cf. PEIRANO, 1981) se preocuparam com a questão nacional e contribuíram para a construção da ideia de Estado-nação brasileiro.

É preciso também qualificar a relação de Mário com o patrimônio e situá-la no contexto dos anos 1920 a 1940. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2005: 25) indica que a preocupação de Mário de Andrade com o tema do patrimônio surgiu durante as chamadas “viagens de

descoberta do Brasil” e que resultaram no projeto de brasilidade idealizado pelos modernistas. Essas viagens produziram diversos retratos e imagens literárias e pictóricas sobre o país que os modernistas espalharam no imaginário nacional. Foi durante suas viagens a Minas Gerais em 1919 e, principalmente, em 1924 que Mário de Andrade consolidou sua preocupação em conservar os registros do passado brasileiro.

Assim, “o projeto modernizador passou a figurar na agenda dos modernistas, sempre aliado à questão da brasilidade” (NOGUEIRA, 2005: 62). Como Antonio Candido (2000) indica, o modernismo se constituiu na dialética entre o universal e o particular visando a construção do Brasil. Para Mário de Andrade, a busca pelo universal passava pelas particularidades dos elementos populares do Brasil; e, em oposição à arte acadêmica, se apresentava moderno e brasileiro. Essas viagens legitimaram seu processo de apreensão da realidade brasileira (NOGUEIRA, 2005: 65-66).

A partir de 1924, houve uma inversão de foco no projeto modernista de uma perspectiva estética para uma proposta ideológica em que se pensava a cultura nacional de forma mais ampla. Estiveram presentes um grupo maior de artistas modernistas, como Oswald de Andrade e seu filho Noné, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado, René Thiollier, Godofredo da Silva Teles e Blaise Cendrars. Nesse momento, ser moderno passava pela atualização artística em articulação com o passado colonial e mineiro, o que os diferenciava da arte europeia. (NOGUEIRA, 2005: 71-91)

Minas Gerais foi lida pelo grupo como o berço da nação por sua ancestralidade e o barroco mineiro como uma escola artística brasileira. Assim, “o sentido de patrimônio enquanto herança cultural, legitimadora de uma memória nacional [...] começa a se configurar” (NOGUEIRA, 2005: 79). O grande abandono dos edifícios, monumentos e obras de arte de Ouro Preto e outras cidades incitaram no grupo a premência em conservar esse passado materializado em Igrejas e outros elementos.

Após o retorno da viagem de 1924, os modernistas começaram a se organizar para debater a fundação da Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil. Essa ideia – que incluía proteção ao folclore brasileiro e fora proposta por Cendras e não Mário – nunca saiu do papel, mas ressalta a impressão que os monumentos mineiros causaram no grupo e o sentido dado à preservação do patrimônio (NOGUEIRA, 2005: 94-97). Silvana Rubino (1991: 41-42) indica que a dispersão desse grupo após a Revolução de 1924 foi um dos motivos para a proposta da Sociedade não se concretizar.

Mário ampliaria essas excursões e empreenderia ainda as chamadas “viagens etnográficas”. Primeiro, para o Norte do país, em 1927, que resultou no livro *O Turista Aprendiz: viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega* (2015). E, nos dois anos seguintes, e pelo Nordeste, que foram publicadas como crônicas de jornal. Sua intenção era futuramente publicar uma análise das documentações que reuniu nessas viagens em um livro de ensaios intitulado *Na Pancada do Ganzá*; o que é destacado na abertura da introdução de mesmo nome do livro *Os Sambas, As Rodas...* (IPHAN, 2006a; 2010).

Suas experiências de viagem foram ressaltadas já nos primeiros parágrafos dessa pequena introdução a partir de uma citação de Telê Ancona Lopez, que comenta o farto material de pesquisa sobre danças dramáticas, melodias do boi, religiosidade popular, poesia popular, entre outras. Seguindo o texto introdutório, é feita ainda uma longa citação de uma entrada de seu diário de viagem sobre os festejos no dia dos Santos Reis em Natal. Na passagem, Mário comenta também os diferentes calendários e localidades das festas em que o boi é personagem central. E relata sua indignação quanto ao tratamento dado pela política aos brincantes do Boi de Alecrim, que necessitavam pagar por uma licença para saírem pelas ruas.

Os coitados estão inteiramente às nossas ordens só porque Luís da Câmara Cascudo, e eu de embrulho, conseguimos que pudessem dançar na rua sem pagar a licença na polícia. Infelizmente é assim, sim. Civilização brasileira consiste em impecillar as tradições vivas que possuímos de mais nossas. Que a polícia obrigue os blocos a tirarem licença muito que bem, pra controlar as bagunças e os chinfrins, mas que faça essa gente pobríssima, além dos sacrifícios que já faz pra encenar a dança, pagar licença, não entendo. *Seria justo mais é que protegessem os blocos, Prefeitura, Estado: construíssem palanques especiais nas praças públicas centrais, instituíssem prêmios em dinheiro dados em concurso.* (ANDRADE, M. *apud* IPHAN, 2006a: 10; grifo meu)

O texto segue afirmando que “[Mário de Andrade tinha um] notável poder de *antever o futuro*, o que o tornou pioneiro na reflexão sobre a importância do patrimônio cultural imaterial para a cultura de um povo” (IPHAN, 2006a: 10; grifo meu). Dessa maneira, reforçam uma impressão de plenitude, destino, fim e objetivo que muitas vezes narrativas biográficas imprimem. Com isso, omitem as discontinuidades, as opções variáveis que incidem sobre a realidade e as relações travadas em momentos muito específicos. Contém até um certo anacronismo ao indicar a existência de uma discussão sobre “patrimônio cultural imaterial” já nos anos de 1922, haja visto que o termo começou a ser utilizado de forma mais ampla e disseminada a partir da reunião do Mondiacult no México em 1985 (VILLASEÑOR, 2017).

Os três elementos que evocam de Mário são, portanto, suas atividades com documentação etnográfica de manifestações culturais, sua visão sobre o papel do Estado no

apoio e valorização dessas manifestações e, por fim, sua contribuição para a organização e proposição de um serviço de proteção ao patrimônio artístico (e histórico) nacional.

Artista e intelectual polivalente, Mário de Andrade desempenhou papel fundamental em diversas frentes que hoje formam alguns dos setores das políticas públicas de cultura. Sua imagem legitimadora é acionada em diferentes momentos. No campo do patrimônio, essa evocação que o Iphan realizou no livro *Os Sambas, as Rodas...* não foi a primeira, nem a segunda e nem será a última. Mário de Andrade não é só o mito de origem das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial; é o mito de origem do Iphan.

Em 1935, Gustavo Capanema, então Ministro de Educação e Saúde do Governo Vargas, solicitou verbalmente a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, que apresentasse uma sugestão para a “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, M.: 2002: 271). Esse pedido partiu de Capanema, pois já há algumas décadas discutia-se a questão do patrimônio, havendo algumas ações pontuais, mas sem a devida organização. Mário deu cabo do pedido e entregou um memorial de dezoito páginas que possuía uma redação semelhante a um projeto de lei, mas também abarcava comentários gerais, conceitos, estrutura administrativa e uma proposta de programa de ação para o serviço nos primeiros 5 anos. Esse memorial ficou conhecido, na história institucional, como o “anteprojeto” de Mário para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.

Com a sugestão de Mário em mãos, Capanema solicitou ao jurista mineiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que a avaliasse e reelaborasse. Em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) foi criado temporariamente com Rodrigo à sua frente. Segundo Judith Martins, uma das primeiras colaboradoras do então Sphan, em entrevista concedida para o projeto *Memórias do Patrimônio*,⁸⁰ “primeiro, [Dr. Rodrigo] começou a movimentar amigos, juristas e literatos – gente que entendesse do assunto, que era praticamente novo, aqui no Brasil, para estudarem o projeto do Mário de Andrade. Era um projeto vasto, muito grande. A ideia era reduzi-lo” (MARTINS, J. *apud* THOMPSON, 2010: 31). Então, em 1937, após debate e revisão, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25/1937, que circunscreveu a atuação do então Sphan na preservação do atualmente chamado ‘patrimônio material’, o conjunto de bens móveis e imóveis, como praças, edifícios, altares, centros históricos, entre outros, que tivessem “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu

⁸⁰ Esse projeto consistiu no primeiro programa de história oral desenvolvido pelo Iphan nos anos de 1980 com foco em profissionais que colaboraram com o instituto e com a área da preservação brasileira.

excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). *Grosso modo*, esse é o mito de origem do órgão.

Silvana Rubino (1991) identificou que essa história é levemente alterada de acordo com o interlocutor e a situação em que se relata, mas, em geral, a narrativa remonta ao modernismo e a Mário de Andrade. Para a autora, Mário de Andrade se tornou, ao mesmo tempo, o mito e a meta das ações preservacionistas no Sphan/Iphan. Apoiando-se em Antonio Candido e Max Weber, descreve um processo de rotinização, nos anos de 1930 e principalmente a partir da Revolução de 1930, que retomou certas ideias dos anos de 1920. Ela avalia que:

O movimento moderno da década de 20 acumula as características que o sociólogo alemão [Max Weber] atribuiu à dominação carismática: dentro de sua esfera específica de atuação, o carisma subverte o passado, e é nesse sentido revolucionário. O extraordinário é a marca do carisma, a legitimidade de seu portador é pessoal, e em sua desvinculação com o cotidiano, o carisma é uma força antieconômica. O processo de rotinização suprime esse caráter de alheamento econômico, e mais do que isso: vincula sua legitimidade a uma tradição. Nesse processo de adaptação ao cotidiano, o carisma aproxima-se da burocracia. No caso dos modernistas, esse processo de rotinização tem uma conotação positiva [...]. A política cultural dos anos 30 acontece no rastro do brilho fugaz que modernos *enfant-terribles* provocaram dez anos antes. [...] *O Sphan busca sua legitimidade em Mário, um líder carismático originário do movimento moderno e através de Rodrigo [Melo Franco de Andrade, presidente do então Sphan desde sua criação até 1959], um sucessor, se racionaliza, legaliza e tradicionaliza. Sua ação cotidiana se dá por meios técnicos, mas sua legitimidade é buscada no herói carismático.* (RUBINO, 1991: 53-54, grifo meu)

Rubino (1991: 64) segue destacando que o Sphan surge discursivamente como uma ruptura que se estabelece a partir do nada e o seu mito de origem remonta à imagem de Mário de Andrade com o seu anteprojetado modernista.

Diversas pesquisas exploram os antecedentes à criação do Sphan (Cf. CHUVA, 2017; FONSECA, M. C. L., 2017; RUBINO, 1991). Desde fins do século XIX existiram algumas ações pontuais que visavam a proteção aos monumentos históricos. Essas ações e propostas se intensificaram, na década de 1920 e 1930, quando foram elaborados alguns projetos de lei e até mesmo a criação da Inspeção de Monumentos dentro do Museu Histórico Nacional. Eram debates entre tradicionalistas (como Gustavo Barroso) e modernistas em torno da visão sobre a preservação e proteção do patrimônio; e entre nacionalistas e regionalistas (como Gilberto Freyre).⁸¹ Ademais, existiam instituições estabelecidas que dialogavam com a proteção ao patrimônio, como os museus nacionais e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁸¹ Para as principais ideias dos chamados tradicionalistas que disputavam a visão de patrimônio e de políticas de preservação, ver a introdução de Lauro Cavalcanti (2000). Já Emanuel Braga (2019) faz um apanhado das propostas de Gilberto Freyre e outros regionalistas para a proteção do patrimônio no início do século XX.

Entretanto, essas atuações institucionais voltavam-se mais à pesquisa e colecionamentos do que à proteção de imóveis e bens particulares.

Em especial, Silvana Rubino (1991) mapeia um amplo conjunto de antecedentes às ações do Estado em relação à preservação do patrimônio. Esses projetos pioneiros para criação de um órgão preservacionista, em particular na década de 1920, não tiveram grandes consequências, mas possibilitaram a construção do objeto que se desejava preservar, seja por meio de conceitos e disciplinas, como arte, arqueologia e história, ou por um recorte territorial. Possuíam também um tema recorrente: o patrimônio público e a propriedade privada, ou seja, a definição sobre a quem pertence o bem patrimonial, se ao proprietário, ao Estado ou a uma comunidade imaginada – retomando o conceito de Benedict Anderson. Ademais, outra reincidência era a disputa institucional sobre a quem compete a definição sobre o que se deve preservar, quem tem legitimidade para propor a preservação.

Analisando essas diferentes propostas, Rubino (1991: 42) destaca que o projeto de lei escrito pelo mineiro Jair Lins foi o que mais contribuiu para estabelecer a rede de relações entre intelectuais modernistas mineiros e paulistas e o governo federal, o que resultaria na política de preservação do patrimônio. Rodrigo Mello Franco de Andrade afirmou que foi no texto de Jair Lins – e não no de Mário de Andrade – que se basearam as principais questões depois consolidadas no Decreto-lei n. 25/1937. A proposta de Jair Lins colocava a relação entre patrimônio e propriedade em outros termos: estabelece que a sociedade, representada pelo Estado, está acima dos interesses dos indivíduos e assim justifica as restrições ao uso da propriedade; com isso apresentava uma solução para o principal impasse jurídico. Essa autonomia do Estado sobre alguns setores da sociedade só foi possível a partir dos novos arranjos políticos dos anos de 1930, em especial, com a constituição de 1934 em que há um abrandamento do direito irrestrito à propriedade e se estabelece a proteção ao patrimônio como princípio constitucional.

Do anteprojeto de Mário de Andrade, se manteve, em especial, o nome do instrumento legal de preservação – tombamento – e o desenho cartorial de declaração de patrimônios por meio da sua inscrição em um dos quatro Livros do Tombo: o de Belas Artes; o Histórico; o Arqueológico e Etnográfico (que, no Decreto-lei 25/1937, foi acrescido o elemento Paisagístico); e o de Artes Aplicadas. Também consta no anteprojeto a existência do Conselho Consultivo do Patrimônio e a criação de uma Revista do Patrimônio. A proposta de Mário era antes de tudo um projeto, um modelo que teve que ser retrabalhado para se tornar uma lei. A

partir do Decreto-Lei 25/1937 se inicia o que os próprios funcionários da época, como Luís Saia, denominaram de fase heroica.

Nesse sentido, a caracterização de Mário e seu anteprojeto como mito e como meta é interessante. Como mito, se refere obviamente ao mito de origem. Como meta, Silvana Rubino (1991) se refere àquilo que de seu anteprojeto não se fixou na legislação aprovada e nem na prática institucional decorrente, mas que deveria ser almejado. É claro que a autora escreve isso no início dos anos de 1990, quando já havia discursos reelaborados, no instituto, sobre o anteprojeto. Ele já tinha se tornado uma meta.

Os entendimentos que se fazem também dessa parte “descartada” do anteprojeto serão revistos e alterados a partir do interlocutor. Na seção seguinte, irei discutir as releituras do anteprojeto realizadas por Aloísio Magalhães nos anos de 1970. Nos anos de 1990, como já indiquei, foi a ideia de um santo padroeiro e visionário que nos anos de 1930 indicava a necessidade de atuação do Estado para a preservação do patrimônio imaterial. Entretanto, essas são também reinterpretações.

Como já comentei, o anteprojeto (ANDRADE, 2002) possui um grande esforço de classificação e definição do que seria o patrimônio nacional. Para Mário de Andrade:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares e estrangeiros, residentes no Brasil (ANDRADE, 2002: 272)

Ademais, são obras de arte patrimonial:

todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente nos quatro livros de tombamento [belas artes; histórico; arqueológico e etnográfico; artes aplicadas]. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes: 1) arte arqueológica; 2) arte ameríndia; 3) arte popular; 4) arte histórica; 5) arte erudita nacional; 6) arte erudita estrangeira; 7) artes aplicadas nacionais; 8) artes aplicadas estrangeiras (ANDRADE, 2002: 273-274)

Em uma seção dedicada a possíveis discussões sobre suas categorias, Mário esclarece o que entende por *arte*, nesse contexto: “arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (ANDRADE, M., 2002: 278).

Mário segue, em sua proposta, descrevendo, minuciosamente, as obras de arte patrimoniais que deveriam ser consideradas em cada uma dessas oito categorias e associando-as aos livros. Dessa forma, no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, ficariam as obras de arte arqueológica, ameríndia e popular. No Histórico, a arte histórica. No de Belas Artes, a arte erudita nacional e estrangeira. Por fim, no de Arte Aplicada, as artes aplicadas nacionais e

estrangeiras, isto é, obras produzidas visando uma função utilitária e que possuam valor artístico, como pontes, mobiliários, artes decorativas, etc. Para cada um dos quatro Livros de Tombo seriam criados museus específicos. Enquanto os Livros serviriam como um instrumento cartorial para inscrição do nome das obras, seus autores e proprietários, os museus equivalentes deveriam expor peças colecionadas pelo governo federal para enriquecimento cultural da população.

As categorias de arte patrimonial são deveras detalhadas. Em sua descrição, Mário reúne artes arqueológica e ameríndia como aquelas de interesse à arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndia. Já a arte popular se refere a elementos de arte pura ou aplicada que forem de interesse à etnografia, excluindo a ameríndia. Essas três categorias possuem as mesmas subcategorias: objetos, monumentos, paisagens e folclore; e para cada subcategoria reúne um conjunto de itens exemplificativos. Assim, em objetos, para arte arqueológica e ameríndia, indica os fetiches, instrumentos de caça, de pesca, de agricultura, veículo, indumentárias. Para os objetos de arte popular, apresenta fetiches, cerâmica em geral, indumentária. Para o que denominou de folclore ameríndio, indica os vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndia, entre outros. Para a subcategoria de folclore de arte popular, apresenta música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas, provérbios, ditos, danças dramáticas, entre outros.

Enquanto as artes ameríndia, arqueológica e popular são extremamente descritivas e tipificadas, as demais não são. A arte histórica também é subdividida em categorias, como iconografia, monumentos e brasileira, mas seu conteúdo é mais amplo e se estabelece como critério um corte temporal e vínculo com grandes eventos da história oficial. Já para as artes eruditas e aplicadas, não estabelece qualquer subcategoria e indica como critério para inclusão o reconhecido mérito da obra ou do artista por meio de prêmios ou seleção para exposições.

Dessa descrição, destaco duas questões que concernem à relação entre patrimônio e o conhecimento antropológico. Primeiro, Mário de Andrade faz uma clara distinção entre arte ameríndia e arte popular e que folclore é um elemento dentro dessas artes. Elizabeth Travassos (2002) afirma que Mário de Andrade entendia por folclore elementos vinculados especificamente às tradições orais, como mitos e cantos, e apenas posteriormente incluiria questões relativas à morfologia social e cultura material dentro da categoria folclore. Ademais, separa folclore ameríndio de folclore popular, em que este se refere às manifestações culturais de “estratos inferiores numa sociedade de classes, sociedade na qual a cultura participa dos mecanismos de dominação” (TRAVASSOS, 2002: 97).

A outra questão é o seu foco na cultura material. Ao tratar do que considera arte patrimonial, inclusive as artes ameríndias e artes populares, Mário se refere à proteção por meio do tombamento e à guarda em museus de itens como documentação de contos, lendas, peças de cerâmica, entre outros. São objetos portanto.

O Decreto-Lei n. 25/1937 apresenta uma diferença significativa na definição do que se entende por patrimônio, sendo mais amplo e menos descritivo.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937)

Os valores que motivariam a inscrição de um objeto foram indicados já na definição de patrimônio no artigo 1º de modo abrangente e sem vinculação necessária a Livros específicos, ainda que isso fique implícito na leitura completa da legislação. Diferente do anteprojeto que contempla também pequenos objetos de usos cotidiano, como cerâmicas e indumentárias, aqui se estabelece a excepcionalidade como o principal valor para a seleção de bens que seria inscritos como patrimônio.

A definição dos Livros do Tombo não apresenta um detalhamento extensivo de quais seriam os objetos passíveis de inscrição, indicando apenas que:

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei. (BRASIL, 1937)

De fato, o Decreto-Lei 25/29137 afirma que as definições para as categorias de artes serão posteriormente estabelecidas em regramentos infralegais. Ao fim, foram estabelecidas por meio de estudos, artigos na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e, principalmente, pela prática institucional, como discutirei adiante.

A legislação aprovada para a proteção do patrimônio manteve o foco na cultura material, em objetos, como Mário sugeriu. Também conservou a existência do Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, assim como fez menção às categorias de *artes ameríndias* e *populares*, e apenas explicitou a categoria Paisagístico. Dessa forma, os bens de valor etnográfico não foram retirados do texto promulgado. Talvez ainda fosse possível proteger e patrimonializar danças dramáticas como as do Boi de Alecrim, citada na introdução d'*Os Sambas, as rodas...* (IPHAN, 2006a; 2010) – o que não ocorreu.

A partir da leitura da bibliografia sobre esse período, é possível identificar ao menos dois eventos que afastaram o Sphan de uma atuação mais sistemática com as *artes populares e artes ameríndias*, como propôs Mário de Andrade. Primeiro, uma disputa com as demais agências que tratavam do tema; e segundo, a aproximação da prática institucional com a arquitetura.

Como mencionei anteriormente, Rodrigo Melo Franco de Andrade teve como uma de suas primeiras atividades a revisão do anteprojeto. Para tanto, enviou a proposta de Mário de Andrade para diversos intelectuais e atores de instituições afeitas ao tema do patrimônio, como Edmundo Lins e Prudente de Moraes Neto. Segundo Judith Martins, colaboradora de Rodrigo na época:

Foi uma luta tremenda reduzir o projeto do Mário de Andrade a esse Decreto-lei. O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Tinha umas coisas, outras providências... Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar e resumir, reduzir todos os pareceres e reduzi-los à essência. (MARTINS, J. *apud* THOMPSON, 2010: 49)

Se, no campo jurídico, o anteprojeto não apresentava uma solução adequada para a questão da propriedade; no campo das relações institucionais, criou ruídos com instituições consolidadas que atuavam com guarda de acervo e objetos devido à proposta de criação de museus para cada um dos Livros de Tombo. A mais contundente oposição ao anteprojeto de

Mário de Andrade partiu da então vice-diretora do Museu Nacional,⁸² Heloísa Alberto Torres (CHUVA, 2017; FONSECA, M. C. L., 2017; GOMES; LOPES, 2018).

O Serviço de Patrimônio se instaurava em meio a instituições já consolidadas e que colaboravam para a construção da questão nacional. Eram agências que de uma maneira ou de outra lidavam com “o patrimônio antes do *patrimônio*”, como frasearam Ana Lúcia Abreu Gomes e Maria Margaret Lopes (2018: 87, grifo no original). As autoras destacam que esse era um campo que as fronteiras ainda estavam sendo delineadas e, a meu ver, em um processo de institucionalização ainda inicial. A proposta de Mário implicaria na retirada de peças dos museus nacionais para serem realocadas nos novos museus, subordinando-os ao Span/Sphan.

Segundo Gomes e Lopes (2018), D. Heloísa – como ficou conhecida – temia que as coleções de Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional saíssem do domínio de uma instituição de ciência e fossem levadas para uma instituição de *artes patrimoniais*. Isso se mostra claro na carta de Heloísa Alberto Torres endereçada a Rodrigo Melo Franco de Andrade em que comenta o anteprojeto de Mário.

Posso assegurar que, ao estudar o projeto, só tive em mente o desenvolvimento dos estudos etnográficos e o maior benefício que, das nossas organizações culturais, possa advir para o público. Nada aconselha, na situação atual dos estudos etnográficos entre nós, – situação que provavelmente se prolongará por muitos anos ainda – o afastamento dos laboratórios de etnografia dos de qualquer ramo de estudo da história natural. [...] Por tal forma está a pesquisa etnográfica ligada às ciências naturais que a sua instalação em laboratórios distantes só lhe poderia ser prejudicial. [...] Bem sei que os estudos etnográficos precisam ser intensificados com urgência a fim de que se recolha a documentação que os restos das nossas populações indígenas, em via rápida de desaparecimento, ainda nos podem proporcionar. (TORRES, Heloísa Alberto *apud* ANDRADE, R., 1987: 150)

Em outro trecho de sua carta, Heloísa Alberto Torres estabelece claramente que entendia que os acervos etnográficos deveriam ocupar um crescente espaço de produção de conhecimento:

Não se pode atribuir ao nosso museu etnográfico a função do museu-arquivo que o projeto parece recomendar. Em todo ele apenas uma palavra faz crer que a pesquisa também é admitida; é quando emprega, na enumeração das funções do serviço, o termo *enriquecer* o patrimônio. [...] O que os estudos da etnografia e a pesquisa científica em geral clamam que lhes seja concedido é uma organização administrativa que não constitua peia à sua marcha. Do ponto de vista traçado de programa de trabalhos, o projeto não abre novas possibilidades aos estudos antropológicos; na

⁸² O Museu Nacional foi criado na segunda década do século XIX para a guarda e pesquisa de objetos e coleções de ciências naturais e desta forma se estabelece com uma vocação científica. No clássico trabalho sobre *As ciências no Brasil*, Fernando Azevedo (1994 [1955]) indica que, no último quartel desse século, iniciou-se o interesse no desenvolvimento de pesquisas de antropologia física, quando foi criado, em 1877, o primeiro curso de antropologia no Brasil com a realização de diversas pesquisas, especialmente, sobre povos ameríndios.

administração, interpõe uma nova diretoria entre eles e o ministro a quem estão hoje diretamente subordinadas as normas que o regulamentam. Mais embaraços. Se, por um lado, a separação da Seção de Etnografia das outras seções do Museu não é aconselhável e acarretaria desvantagens, por outro o seu divórcio dos estudos antropológicos propriamente ditos (antropologia física, psicologia racial, etc.) não encontraria justificativa de modo algum. (TORRES, Heloísa Alberto *apud* ANDRADE, R., 1987: 150, grifos no original)

Além dos argumentos em defesa da indissociabilidade da coleção etnográfica da pesquisa científica, Heloísa Alberto Torres acrescenta também a defesa do próprio Museu Nacional:

Admitamos que se pudesse remediar a todos esses inconvenientes criando o Serviço do Patrimônio Artístico, Histórico e *Antropológico* Nacional, e instalado em edifício anexo ao/ou próximo do Museu de História Natural, ainda surgem considerações muito ponderáveis. Uma, de natureza tradicionalística, não pode deixar de ser tomada em conta no momento em que se pretende organizar a defesa do patrimônio histórico do Brasil: é o golpe desferido a uma instituição de 118 anos de existência [...]. A organização desses trabalhos de defesa não pode ser iniciada pela mutilação de um instituto centenário e glorioso, quando um dos primeiros monumentos nacionais a serem tombados pelo Serviço projetado deveria ser certamente o Museu Nacional. (TORRES, Heloísa Alberto *apud* ANDRADE, R., 1987: 150, grifos no original)

Curioso notar o acréscimo de D. Heloísa ao nome do novo serviço – a qualificação “antropológico” –, indicando não querer subsumir os bens etnográficos ao artístico ou histórico. Isso fica novamente explícito em outro trecho:

O projeto, que indica tantas medidas de valor no tocante à história e à arte, parece quase que só ter tomado em consideração este aspecto da vida dos nossos selvícolas [sic]; não consultou absolutamente o interesse das ciências antropológicas, e é a favor delas que eu pugno. (TORRES, Heloísa Alberto *apud* ANDRADE, R., 1987: 151)

D. Heloísa termina sua carta sugerindo uma estreita colaboração entre o Sphan e a Seção de Etnografia do Museu Nacional, disponibilizando materiais etnográficos e arqueológicos para tombamentos e oferecendo a participação de funcionários do Museu no Conselho Consultivo do Patrimônio, que comentarei adiante.

As alterações no anteprojeto não distanciaram Mário de Andrade do Sphan e nem de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em suas cartas a Rodrigo (ANDRADE, M., 1981), transparece compreender as alterações estabelecidas e seus únicos comentários são relativos às críticas de D. Heloísa.

Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto. O caso por exemplo do museu etnográfico é típico. Dou toda a razão a d. Heloísa... em última instância. O que fiz foi teoria e acho bom como teoria. Sustentarei minha *tese* em qualquer tempo. Um Museu Etnográfico deve estar separado dum museu de história natural. [...] Concordo pois inteiramente com as razões técnicas que

ela dá como início da carta. Com o resto da carta não posso de forma alguma concordar. Imaginar mesmo em ponto de dúvida que eu penso que um museu é apenas colecionar objetos, só não é ofensa porque não tenho vontade de ficar ofendido. Achar que o SPAN é sentimental, para se defender de não querer *reorganizar* o Museu Nacional, não pode provir da verdadeira Heloísa Alberto Torres. O SPAN é um organismo de todo em todo cultural com forte base econômica. [...] Mais outro argumento curioso: D. Heloísa ao entender Etnografia, pelas suas próprias especializações, só pensa em “etnografia *ameríndia*”, ao passo que eu, pelas minhas especializações, entendo principalmente “etnografia *popular*”. Se não me engano, no meu trabalho mostrei que a etnografia ameríndia, podia estar ajuntada à arqueologia. E tudo isso não fará um desgraçado mal que fique no Museu de História Natural que é o M. Nacional. Mas a Etnografia do *nosso* povo brasileiro, tem creio que só uma sala no M. Nacional, e essa é a parte para mim mais importante, Ameríndios pertencendo principalmente à ciência pura, e o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil. [...] Minha divisão de Expansão Cultural está com um curso prático de etnografia, ensinando como se colhe documentos. E assim é. E cansei. Um abraço do Mário (ANDRADE, M. 1981: 60-61, grifos no original)

Essa disputa entre Mário e D. Heloísa se relaciona, dessa maneira, às fronteiras entre ação estatal direta e o conhecimento especializado da antropologia (e arqueologia) para além das questões entre os museus e o Sphan.⁸³

Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu a essa carta de Mário de Andrade:

Achei procedente tudo quanto Você me escreveu a respeito da carta de dona Heloísa. Sucedeu até que alguns dos seus argumentos já tinham sido invocados por mim, quando discuti com ela a questão. Mas eu estava muito incapaz naquele dia e oprimido por uma dificuldade de expressão maior ainda que a do costume. Fui seduzido com facilidade, embora [tivesse] saído ainda convencido das vantagens que resultariam da adoção do ponto de vista que Você sustentara. Como, porém, me pareceu impraticável organizar um museu de arqueologia, etnografia e arte popular com a oposição intransigente de todo o pessoal do Museu Nacional, tive de me conformar com a inclusão de um dispositivo no projeto prevendo para o futuro a realização do empreendimento, a fim de contar assim com a cooperação de dona Heloísa, quer para o tombamento do material reunido na Quinta da Boa Vista, quer para o tombamento geral. De resto, confesso a Você que fiquei intimidado diante da responsabilidade de desmembrar do museu existente as coleções que nos interessavam. Aquilo, tal como está organizado, tem sempre produzido alguma coisa de apreciável. É uma instituição centenária que merece ser tratada com uma consideração especial. Se a gente insistisse em reformá-la agora de acordo com seu projeto, seria tido por dona Heloísa e pelos especialistas mais capazes de lá, como inimigo. (ANDRADE, R., 1987: 120)

Para Rodrigo, as questões concernentes à pesquisa antropológica eram de difícil elaboração e atuação. Nessa triangulação que realiza entre Mário de Andrade e Heloísa Alberto Torres, o fundador do Sphan preocupou-se com as relações entre a nascente instituição e as

⁸³ Cabe observar que a relação da teoria antropológica com os espaços museais possui sua trajetória própria de aproximações até os anos de 1930/1940 e posterior afastamento. José Reginaldo Gonçalves (2007) apresenta uma revisão dessa questão no seu livro *Antropologia dos Objetos*, em particular, no primeiro e segundo capítulo.

demais instituições consolidadas na área; e a “oposição intransigente de todo o pessoal do Museu Nacional”.

Gomes e Lopes (2018) observam que Heloísa Alberto Torres defendia com sua carta um lugar, no território das ciências, para os acervos etnográficos como patrimônio científico a fim de fortalecer de forma integrada as pesquisas antropológicas. Dessa maneira, argumenta que a prioridade do museu deveria ser a pesquisa das ciências “puras”, ainda que ela considerasse sua possibilidade de contribuição a respeito de questões sociais. As autoras comentam ainda que esse posicionamento era mais político do que uma defesa da neutralidade científica, já que, no caso da relação do Museu Nacional com o Ministério da Agricultura por exemplo, a opção do museu foi atuar com “atividades de pesquisa científica e educação, [e que] cabia ao museu continuar prestando serviços e consultoria” (GOMES; LOPES, 2018: 94). O mesmo ocorreu com o Serviço do Patrimônio, pode-se dizer, por sugestão da própria Heloísa Alberto Torres, como já comentei.

Isto não significa que o Museu Nacional, assim como os demais museus, não atuasse na preservação do patrimônio. Walter Lowande (2015) busca ressaltar a atividade de outras agências de preservação para além do Iphan e com isso debate a contribuição dos antropólogos do Museu Nacional para a preservação da cultura indígena. Argumenta que essa atuação junto ao Sphan no Conselho Consultivo, na revista do patrimônio ou contribuindo com determinados estudos era entendido “como parte de um esforço mais amplo [junto a diversas instituições] de proteção daquilo que, para esses intelectuais, era o principal patrimônio cultural do país: as culturas ainda intocadas pela civilização ocidental e que habitavam o território nacional” (LOWANDE, 2015: 178). Nesse sentido, tiveram uma atuação e buscaram incidir junto a diferentes instituições a fim de atuar na preservação da cultura indígena especificamente.

Como mencionado, entre essas atuações esteve a participação no Conselho Consultivo do Sphan. Mário de Andrade (2002) propôs em seu anteprojeto a criação de um Conselho Consultivo do Patrimônio que seria a instância última de avaliação dos processos de tombamento. O Conselho de Mário seria composto pelo presidente do serviço e os diretores dos quatro museus referentes aos Livros do Tombo, acrescidos de vinte membros móveis que ele distinguiu por formação e atuações deveras amplas: dois historiadores, dois etnógrafos, dois músicos, dois pintores, dois escultores, dois arquitetos, dois arqueólogos, dois gravadores, dois artesãos, dois escritores. Ademais, esses membros móveis deveriam ter diferenças de idades (metade maior de 40 anos e metade menor de quarenta anos) a fim de representarem “ideias acadêmicas” e “ideias inovadoras”.

O Conselho Consultivo implementado pelo Sphan de Rodrigo Melo Franco de Andrade não possuía essa distinção geracional entre seus membros. Entretanto, continha uma grande diversidade de especializações tanto entre os membros selecionados como de “notório saber” – professores e/ou pesquisadores – quanto os membros cativos estabelecidos na legislação por sua posição institucional – os diretores dos museus nacionais (CHUVA, 2017). Assim, no lugar de diretores dos museus dos Livros do Tombo, Rodrigo Melo Franco de Andrade acomodou a participação dos museus, no novo serviço de proteção ao patrimônio, no espaço do Conselho Consultivo. Marcia Chuva argumenta que essa composição do Conselho possuía também uma função legitimadora ao novo serviço de tutela dos patrimônios nacionais, uma vez que estabelecia e fortalecia uma rede de relações com personagens de destaque e posições estratégicas no campo intelectual e político brasileiro.

Heloísa Alberto Torres e Roquette-Pinto foram membros do Conselho Consultivo por décadas. Ela esteve no Conselho de 1938 a 1955 e ele, de 1938 a 1954. Junto a eles, esteve também Raimundo Lopes do Museu Nacional. Depois deles, foram membros do Conselho Consultivo *todos* os diretores do Museu até o início dos anos 2000. É nesse sentido que me refiro ao “conhecimento antropológico como assessoria” (ou consultoria) no título dessa seção, e que nesse caso inclui também a arqueologia.⁸⁴ Esse foi um lugar ativamente escolhido para ser ocupado por uma das principais personagens da disciplina antropológica no período.

Cabe observar que esse lugar de assessoria não era percebido como menor, e sim o mais adequado para o fortalecimento da produção científica antropológica. Já no primeiro volume da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de 1937, constam contribuições de Heloísa Alberto Torres e de Raimundo Lopes, além de Gilberto Freyre. Boa parte dos tombamentos de sítios e peças arqueológicas foram realizadas a partir de estudos do Museu Nacional.

Quando entrevistei Celso, ele me chamou atenção para isso. Celso era um *alto gestor* no Iphan e, apesar de não ser antropólogo ou cientista social, procurei conversar com ele interessada numa visão sobre as ações do instituto a partir de outros lugares e outros objetos. Celso é também um intelectual que se debruça sobre a história da preservação. Comentou que entre os primeiros conselheiros tinham diversos antropólogos e arqueólogos do Museu Nacional e que também os primeiros tombamentos de sítios ou coleções arqueológicas foram realizados a partir de estudos do Museu. E complementou:

⁸⁴ Para a institucionalização da prática de preservação do patrimônio arqueológico e sua relação com o Museu Nacional, ver STANCHI, 2017.

C: Quando fala da contribuição dos antropólogos, a gente não pode ser fiel à historiografia oficial que o Iphan mesmo conta dele porque é uma história que é linear, é bonitinha e tem seus altos e baixos, seus heróis, mas ela é muito, assim... Ela apagou, ela abriu mão de contribuições importantes. "Ah, mas [Celso], isso não gerou acautelamento, naquele momento só tinha uma forma que era o tombamento". Sim. Mas, ela gerou uma quantidade de artigos publicados na própria Revista [do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], né. Ela tem olhares específicos e que eles [estavam] contribuindo. (Entrevista em 2019)

No quadro de conselheiros apresentado por Márcia Chuva (2017: 231) para o período de 1938 e 1946 constam historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, advogados, escritores, artistas, arquitetos, além dos antropólogos citados. No levantamento que realizei,⁸⁵ essas formações se mantêm – e serão também as mesmas que décadas mais tarde se veria entre os servidores do Iphan⁸⁶ – e ainda foram acrescidas, eventualmente, de sociólogos, museólogos, cineastas, entre outros com menor recorrência.

A diversidade disciplinar encontrada no Conselho Consultivo desde sua instalação, não se verifica no quadro de servidores dos primeiros anos do Sphan. Mário de Andrade (2002) havia proposto de maneira minuciosa uma estrutura administrativa para o novo serviço que chegava ao detalhamento do perfil de seus funcionários. Além do Conselho Consultivo, sugere o estabelecimento de uma Diretoria com uma Seção de Museu e outra de Publicidade e um Conselho Fiscal. Ademais, funcionaria também a Chefia de Tombamento, uma instância “organizadora e catalogadora” do patrimônio nacional, que seria assistida por comissões regionais de acordo com divisões geopolíticas do território brasileiro. Tanto a chefia quanto as comissões deveriam ser compostas por um arqueólogo, um etnógrafo, um historiador e um historiador da arte e observa ainda que em certas capitais por não existirem determinadas formações, como arqueólogos ou historiadores da arte, poderiam ser substituídos por pintores, literatos, músicos, etc. Márcia Chuva (2017: 166) entende que esse detalhamento do anteprojeto estabelecia uma premissa de competência técnica-profissional que legitimaria o Span.

Todavia, nem o Decreto-Lei n. 25/1937 e nem as legislações que estruturaram o órgão adentraram na composição do seu quadro de pessoal; isso ocorreu na prática institucional. A composição de profissionais do Sphan em seus primeiros vinte anos de funcionamento – e arrisco estender isso até os anos de 1970 – era majoritariamente de arquitetos. Marcia Chuva (2017) traz os dados dos profissionais e traça um paralelo entre a institucionalização do então

⁸⁵ Agradeço a inestimável ajuda de Manika Braga na compilação exaustiva dos conselheiros a partir da leitura das atas das reuniões do Conselho Consultivo disponíveis no *site* do Iphan.

⁸⁶ Ver o capítulo 3 para um panorama das formações mais recorrentes entre os servidores do Iphan.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a institucionalização da carreira de arquitetos e a criação dos cursos universitários de arquitetura – separando-se das formações em engenharias. Segundo a historiadora, essa composição profissional mais restrita tinha correlação com os objetivos traçados para a atuação do órgão no Decreto-lei n. 25/1937 e

o arquiteto passou a ter uma participação no Sphan jamais imaginada por um intelectual como Mário de Andrade, imbuído de premissas universalizantes. [...] O Sphan engendrou, em sua prática, a legitimidade de tais procedimentos previstos em lei [referentes aos “efeitos do tombamento” como controle de comércio de antiguidades, saída de obra de arte do país, restrições ao direito de propriedade de bens arquitetônicos, função social da propriedade, etc.], naturalizando a exclusividade de seus agentes nessas tarefas. (CHUVA, 2017: 174)

Chuva (2017) argumenta que essa vinculação naturalizada entre o profissional da arquitetura e o Sphan – que ficaria conhecido como uma “casa de arquitetos” – ocorre de maneira retroalimentar. Por um lado, as questões jurídicas relativas ao direito de propriedade aproximam a atuação do órgão aos arquitetos; por outro, a intervenção desses agentes na realidade social é enquadrada por suas formações acadêmicas, ocasionando uma predileção, no processo de seleção dos patrimônios nacionais, dos bens arquitetônicos.

Entretanto, cabe aqui retomar a provocação de Heloísa Alberto Torres sobre as medidas para os valores artísticos e históricos. O patrimônio era artístico e depois também histórico, e não antropológico. Até mesmo no anteprojeto de Mário de Andrade, os bens artísticos e históricos tinham critérios mais definidos e, ao mesmo tempo, mais amplos, enquanto a arte popular ou ameríndia era composta por uma lista exemplificativa.

Já nos primeiros anos de funcionamento do Sphan estabeleceram uma rotinização de procedimentos e a hegemonização de uma prática de seleção que perduraria por décadas. Chuva (2017) aponta uma massiva concentração de tombamentos de bens arquitetônicos, enquanto os demais bens representam menos de 7% do total de tombamentos. Ademais, esses bens estavam em estados específicos: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Valorizou-se bens arquitetônicos do período colonial – resgatado na narrativa nacional pelos modernistas – e também português e católico. Além disso, a grande inscrição de bens tombados em determinados Livros do Tombo gerou uma hierarquização entre eles. A maioria fora inscrito no Livro de Belas Artes, seguido do Livro Histórico. Foram residuais as inscrições nos Livros de Artes Aplicadas e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Aponta também que outras pesquisas com um corte temporal mais abrangente indicam o mesmo resultado do processo de seleção de patrimônios nacional, como as da Silvana Rubino (1991) e da Maria Cecília Londres

Fonseca (2017). Para Chuva, foi um “projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impedir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação” (CHUVA, 2017: 212).

Nesse contexto, o folclore também seguiu um outro caminho. A pesquisa de Luís Rodolfo Vilhena (1997) sobre o movimento folclórico discute exatamente as disputas em torno da institucionalização do movimento folclórico no Brasil entre os anos de 1940 e 1960 e suas reivindicações para o estabelecimento de um campo de pesquisa autônomo e específico fora dos contextos universitários. Ainda que reconhecendo uma grande proximidade com os estudos antropológicos – seja de método, seja parcialmente de objeto –, os folcloristas da época, liderados por Renato Almeida e Edson Carneiro, entre outros, buscavam distinguir-se a partir de uma conceituação própria do seu objeto de pesquisa, o folclore, e afastando-se também de teorias folcloristas americanas ou europeias.

Essa busca pela consolidação do folclore como uma ciência autônoma e específica enfrentou diversas oposições, em especial, devido ao processo de institucionalização dos cursos universitários no período. O caminho percorrido pelo movimento folclórico foi a constituição de instituições públicas a partir de 1958 com a Campanha Nacional de Defesa do Folclore e suas campanhas estaduais. Por fim, a Campanha foi incorporada, em 1976, à estrutura da então Fundação Nacional de Arte (Funarte), transformando-se no Instituto Nacional do Folclore e depois, em 1997, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Uma instituição, primordialmente, de guarda de acervo, promoção, difusão, documentação e pesquisa sobre cultural popular e folclore.

Na década de 1930, os caminhos da institucionalização das ciências antropológicas, do patrimônio nacional e do folclore encontraram-se em um cenário de tensões, disputas e aproximações na construção de um projeto de nação. O anteprojeto de Mário de Andrade é a materialização de uma possibilidade de junção, que não se concretizou. Seguiram-se, assim, três caminhos em paralelo.

2.3. O rabo do leão de Aloísio Magalhães e a intuição antropológica

A entrada de Mário de Andrade na narrativa institucional como esse grande mito de origem foi resultado dos esforços – principalmente entre 1979 e 1982 – de um grupo de

funcionários sob a liderança de Aloísio Magalhães e inspirados nos conceitos e ideias de *bem cultural, referências culturais e patrimônio não consagrado*. Durante a década de 1980, a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória) publicaram as cartas trocadas entre Mário e Rodrigo, além de cartas e discursos de Rodrigo, que utilizei na seção anterior. Em uma edição do *Boletim Sphan/Pró-Memória* anunciaram que, em homenagem a Mário de Andrade, seriam publicadas essas correspondências inéditas: “onde se *patenteia* o alcance da ação de *ambos* para que se tenha formado e consolidado entre os brasileiros uma política abrangente de conceituação, preservação e apoio ao desenvolvimento das *manifestações de cultura*” (SPHAN, 1980: 14, grifos meus).

Quando eu entrevistei Celso, um *alto gestor* do Iphan, ele me apontou essa recuperação da figura de Mário a partir daquele ponto de inflexão das políticas patrimoniais na virada das décadas de 1970 e 1980:

O primeiro discurso do Aloísio no Conselho Consultivo, aí ele diz que tem que mudar. E, é muito gozado, que é um momento de... O Aloísio que resgata o Mário. Não tenho dúvidas. Você vai pegar os textos de antes, antes do Aloísio, [o Mário] quase não é comentado. E eu achei uma entrevista, [... no Boletim Sphan/Pró-Memória ...] com a mais antiga museóloga daqui, e ela diz assim: "essa coisa do Mário não existia, é desse pessoal novo" [risos], "não, o Mário nunca teve importância para nós". De fato, ele não era tão marcante. (Entrevista em 2019)

“Quem é Aloísio; o que ocorreu nos anos de 1970/1980 e por que Mário de Andrade foi recuperado?”: são as perguntas que você, leitora, deve estar se fazendo. Esse salto temporal com poucas explicações também é realizado naquela introdução do livro *Os Sambas, as Rodas...* (IPHAN, 2006a, 2010) da seguinte maneira:

Mário de Andrade deu o pontapé inicial, e passou a bola para seus sucessores, que, nos anos 50, se mobilizaram em torno da Campanha de defesa do Folclore Brasileiro, criado em 1947, no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Esse movimento originou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje incorporado ao Iphan. Nas décadas de 70 e 80, o assunto voltaria a ecoar e reverberar fortemente, graças às experiências desenvolvidas no Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), sob a liderança de Aloísio Magalhães. Outro nome, aliás, fundamental naquele hipotético samba-enredo sobre bens culturais imateriais (IPHAN, 2006a: 11)

A introdução segue elencando mais de dez ações e projetos realizados nesse período para então chegar à Constituição Federal de 1988. A narrativa sobre o patrimônio cultural imaterial apresentada na introdução não faz nenhuma menção aos primeiros quarenta anos do órgão. Quando Aloísio assumiu a Direção-Geral do Iphan, em 1979, a instituição já tinha

consolidado sua legitimidade e autoridade no trato das questões relativas ao patrimônio histórico e artístico a partir de uma forte orientação técnica-administrativa, como comentei anteriormente.

Mariza Veloso, no livro *O Tecido do Tempo* (2018), qualificou a instituição como “academia Sphan”. A autora retoma Lúcio Costa – esse sim personagem de importância para a narrativa de antigos funcionários da “fase heroica” – que dizia: “Com Rodrigo, o clima no Patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía os colaboradores mais qualificados, [...] acolhia a todos, era o *Reitor* – e essa irradiação estendia-se a todo o país” (COSTA *apud* VELOSO, 2018: 146, grifo no original). Veloso entende que ocorreu um processo de institucionalização de um lugar de fala autorizado, construindo um discurso específico que organizou as ações estatais voltadas para a preservação do patrimônio a partir de categorias como passado, estético, exemplar, nacional, entre outras. Essa formação discursiva era universalizante e legitimadora e “cada vez mais complexificada e sofisticada [...], quer por intermédio de um ordenamento cada vez mais diferenciado em critérios, [e] de um conjunto de procedimento”, entre eles o tombamento” (VELOSO, 2018: 147).

Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do Iphan até se aposentar em 1969; e, ao sair, indicou seu sucessor, Renato Soeiro, um arquiteto do quadro, que permaneceu até a chegada de Aloísio Magalhães. Como comentei, o Serviço foi criado no período do Estado Novo e se beneficiou da proteção de Gustavo Capanema – que foi ministro até 1945 –, das boas relações interpessoais de Rodrigo Melo Franco, de seu alinhamento com o projeto nacional do período e do empenho de Vargas na construção de um aparelho estatal e administrativo centralizador e burocrático.

Maria Cecília Londres Fonseca (2017: 84-90; 126-133) recupera esse contexto histórico para situar o Sphan. Aponta que a instituição gozava de uma grande autonomia justificada a partir da alta especialização de suas atividades. Para ela, o interesse do governo de Getúlio Vargas em um órgão como esse era tanto o de cooptar intelectuais de projeção que incidiam na esfera pública – além de Mário de Andrade e Lúcio Costa, também colaboraram com o Sphan, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, entre outros – como também o de construir um projeto nacional coeso e civilizador.

Essa autonomia, entretanto, não existia sem conflitos e são famosos os artigos em jornais, pareceres e discursos de Rodrigo com forte tom de embate pela defesa de tombamentos de bens arquitetônicos que friccionavam com interesses de expansão urbana, por exemplo. Fonseca (2017), então, afirma que nesse processo o Iphan terminou isolando-se mesmo dentro

da burocracia estatal e, com o passar das décadas, afastando-se também da intelectualidade e da própria sociedade brasileira. Diferentemente de Rodrigo, Renato Soeiro não possuía uma extensa rede de relações ou uma presença carismática, agravando ainda mais esse isolamento.

Em 1979, Aloísio Magalhães se deparou com esse cenário e, em uma entrevista da época, é diretamente perguntado sobre como pretendia alterar essa situação, já que “em muitos setores do governo e da intelectualidade, o Iphan é considerado um pouco assim como um elefante branco, uma instituição pouco ágil, talvez até um reflexo desse patrimônio imóvel ao qual ela esteve voltada durante tanto tempo” (MAGALHÃES, 2017: 218). Aloísio defendeu os esforços de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a necessidade de uma postura centralizadora a fim de institucionalizar o serviço e a prática de preservação a partir de critério rigorosos. E complementou:

[...] porque o advogado, o escritor e o intelectual [Rodrigo Melo Franco de Andrade]; porque o arquiteto [Renato Soeiro] e porque o desenhista industrial [ele próprio, Aloísio]. Então, você poderia ver que o advogado foi o grande arquiteto do conceito legal da instituição. O nível que ele levantou e que ele institucionalizou. O arquiteto foi o elemento necessário àquela ação que se apresentava prioritária [...]. E o terceiro posicionamento é de que, na verdade, a polivalência ou a diversidade de situação que são utilizadas no diálogo entre comunidades e tecnologia, ou seja, entre desejo e aspiração coletiva [...]. Ele [o designer], como esse intermediário, vivencia, toca, se alerta e enfrenta uma gama muito grande de situações diversificadas. [...] Cada vez fico mais convencido de que há uma lógica em todo esse desenrolar de trajetória. (MAGALHÃES, 2017: 219-220)⁸⁷

Aloísio Magalhães, assim, se coloca como uma renovação coerente com a trajetória do Iphan e não como ruptura. Sem rechaçar as contribuições de Rodrigo e Renato Soeiro, reinsere a figura de Mário de Andrade na narrativa institucional para legitimar, no passado e na história do instituto, as transformações que pretendia realizar, destacando a “diversidade”, desenvolvimento (“tecnologias”), “diálogo entre comunidades”, “vivência”, “intermediação”, multidisciplinariedade (“polivalência”).

Para entender essa proposta e o que qualificou Aloísio para implantar uma mudança no Iphan, é preciso retroceder quatro anos até a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) entre 1975 e 1976.

O CNRC foi um projeto desenvolvido por meio de um convênio entre diversas instituições. Em 1975, se estabeleceu um convênio entre o Ministério de Indústria, Tecnologia

⁸⁷ Em 1985, três anos após o falecimento de Aloísio Magalhães, foi publicado o livro *E Triunfo?*, uma coletânea de suas entrevistas e discursos. Em 2017, foi editado um novo livro, denominado *Bens Culturais do Brasil*, com entrevistas e discursos revisados e alguns acréscimos; baseio-me nessa última edição para construir essa seção, além de outros livros e documentos.

e Comércio e o Governo do Distrito Federal para realizarem estudos sobre a viabilidade do CNRC e a Fundação Universidade de Brasília cedeu um espaço no campus para o projeto. Esse primeiro ano tinha como objetivo realizar estudos de viabilidade e construir um desenho de atuação para o Centro. Em 1976, com os resultados do primeiro ano, foi assinado um convênio para efetivamente iniciarem as atividades do CNRC. Contou com o apoio técnico e financeiro em que se somam a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Em 1978, quando o convênio foi aditivado por mais um ano, conseguiram também o aporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Banco do Brasil (MAGALHÃES, 2017).

Toda essa estrutura de apoios estatais foi construída a partir do diálogo entre Aloísio Magalhães, Severo Gomes, então Ministro de Indústria, Tecnologia e Comércio, e Wladimir Murtinho, então Secretário de Educação do Distrito Federal. As reflexões e conversas que dão corpo à proposta do CNRC partem da preocupação desses atores a respeito do “produto nacional”:

Existe um ponto que deflagrou a criação do Centro. Foi uma pergunta que o ministro Severo Gomes me fez a respeito do produto brasileiro. “Por que não se reconhece o produto brasileiro?” “Por que ele não tem uma fisionomia própria?” Minha resposta mais imediata foi que, para se criar uma fisionomia própria de uma cultura, é preciso antes conhecer a realidade desta cultura em seus diversos momentos. [...] Uma de nossas tarefas é fazê-la. Não somos ainda uma instituição, e evitamos sê-lo. Somos um projeto elástico, mas espalhando-se pelo Brasil inteiro, documentando e elucubrando sobre as nossas realidades. (MAGALHÃES, 2017: 134)

Portanto, não são questões relativas ao patrimônio histórico e artístico que aproximam o designer a essa área de atuação estatal – esse foi um caminho tomado posteriormente. Em princípio, o objetivo de atuação do CNRC era voltado ao desenvolvimento de produtos nacionais por meio da construção de um grande centro de documento e de um banco de referências sobre a cultura brasileira que qualificassem os tais produtos nacionais. Aloísio Magalhães (2017), em diversas entrevistas e discursos, aponta para uma preocupação de “perda da identidade nacional” devido aos processos de industrialização. Nesse sentido, o foco do CNRC era justamente “estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se” (MAGALHÃES, 2017: 135).

Havia no discurso e nos objetivos do CNRC um forte caráter desenvolvimentista, que, aparentemente, se encontrava alinhado com o projeto de governo da Ditadura Militar (1964-

1985). Maria Cecília Londres Fonseca (2017) argumenta que após o Golpe Militar houve um período de forte repressão, principalmente, aos grupos de mobilização popular. As produções artísticas e culturais que despontaram nesse momento se colocaram na vanguarda de discussões com um conteúdo discursivo ambíguo, usando de paródias e alegorias para criticarem a ideologia nacional-popular das produções culturais de artistas e intelectuais do segundo período do modernismo. Foi um momento também que as políticas e projetos estatais voltados para a cultura se desestruturaram (CALABRE, 2005).

Após o Ato Institucional n. 5, em 1968, a repressão e censura se intensificaram e atingiram, especialmente, esses artistas e intelectuais. Também no governo Médici (1969-1974) houve uma grande intensificação de uma política desenvolvimentista, impulsionada pelo “milagre econômico”. Nesse período, Abreu e Silva (2011: 27) destacam a consolidação da indústria cultural brasileira e um grande redesenho das políticas culturais federais. Os autores afirmam que “a primeira metade da década de 1970 caracterizou-se pela elaboração de propostas programáticas abrangentes, porém com efeitos bem escassos. O período subsequente viu a diversificação e a redefinição dos temas relevantes sob uma ótica mais operacional e política” (ABREU; SILVA, 2011: 27).

O CNRC inicia suas atividades durante o governo Geisel (1974-1979), quando a cultura passou a figurar entre as metas de desenvolvimento social do governo federal. Foi também na gestão do Geisel, segundo Lia Calabre (2005: 14), que a “produção cultural brasileira se tornou uma preocupação mais geral no governo, extrapolando os limites do Ministério de Educação e Cultura”. A autora, então, cita como exemplo o CNRC, um projeto desenvolvido primeiramente pelo Ministério de Indústria e Comércio.

Entretanto, para Fonseca (2017), o CNRC trabalhava em dialética com as propostas desenvolvimentistas do período. A autora ressalta que:

Para o CNRC, o objetivo era buscar um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatível com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos de contato com as concepções então elaboradas pela Unesco sobre desenvolvimento, entrava em confronto com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. (FONSECA, M. C. L., 2017: 158)

Aloísio Magalhães desenvolveu o conceito de *bem cultural* e um olhar para a cultura por meio da construção de *referências*. O termo *bem cultural* não é novo. Já aparece na Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e seus Protocolos, da Unesco de 1954. Entretanto, Aloísio o utiliza para exprimir algo mais amplo do que “bem móvel ou imóvel” de valor histórico e artístico. Em 1978, no texto *Bens Culturais: instrumento*

para um desenvolvimento harmonioso, Aloísio afirma que existem três tipos de bens culturais. Os bens móveis e imóveis de valor histórico; os bens culturais oriundos de expressão individual da produção artística de músicos, escritores, pintores, etc.; e os bens do “fazer popular”. Estes últimos “inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação de políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial [...] e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade”. (MAGALHÃES, 2017: 156)

Acreditava em uma possibilidade de “desenvolvimento harmonioso e autônomo” para o Brasil ao inserir os bens culturais nas políticas econômicas e tecnológicas. Sua proposta passava pela modernização da ideia de cultura brasileira por meio da valorização do nacional, do popular e da diversidade cultural. Dessa forma, a cultura brasileira daria sentido, características próprias e conteúdo a um desenvolvimento econômico específico. Portanto, as referências culturais desenvolvidas pelo Centro poderiam auxiliar no planejamento econômico e social.

Renato Ortiz (2012) realiza uma análise marxista das políticas culturais durante a Ditadura Militar. O autor indica que, em fins da década de 1970, a Secretaria de Assuntos Culturais do MEC passa a valorizar a dimensão do consumo e distribuição de bens culturais, dando menos ênfase, em sua ideologia, à preservação do patrimônio. Construindo um discurso que articula cultura e desenvolvimento, o setor estatal começa a criticar a produção cultural, caracterizando-a como elitista. Nesse sentido, a participação de toda a população no acesso e consumo de bens culturais passa a definir a política cultural, associando-a também à ideia de democracia. Ortiz (2012: 118) indica que, discursivamente, destaca-se, nesse período, a construção de ações estatais voltadas para o “interesse comunitário” das populações de baixa renda, como por exemplo o artesanato popular. Entretanto, para o autor, esse discurso tem uma qualidade ideológica: a “cultura da pobreza”, “cultura de subsistência”.

Devido à crise econômica de 1979, o Estado reduziu investimentos prioritários nas áreas das políticas sociais, como cultura, saúde e educação. Dessa forma, Ortiz entende que esse discurso ideológico é mais político do que econômico e conclui que a ênfase dada às populações de baixa renda serviria para incidir sobre organizações de base comunitária, como comunidades eclesiais e associações de bairro, que faziam frente ao regime autoritário e despolitizá-las. A partir desse quadro de leitura, “Aloísio Magalhães é uma figura típica deste empreendimento atual; empresário, dinâmico, ele procura se ocupar do que existe de mais tradicional na história das ideias: a memória do homem brasileiro” (ORTIZ, 2012: 124).

Entre as principais atividades e projetos do CNRC estiveram aqueles voltados justamente para o artesanato brasileiro, como a tecelagem, cerâmica, utilização de pneus para fabricação de lixeiras, artesanato indígena, documentação histórica sobre o Brasil, entre outros. Maria Cecília Londres Fonseca (2017: 157) destaca que o trabalho com o artesanato representou uma demonstração da forma “típica” de trabalhar no Centro. Essa metodologia de trabalho ocorria por meio de três atividades: *identificação, indexação e devolução*.

Primeiro, identifica-se um fenômeno de interesse e por meio de atividades interdisciplinares constrói conhecimento sobre aquela realidade tanto no momento atual, quanto ao longo do tempo; e a registra. Depois, realizava a indexação dos resultados a fim de construir uma memória sobre fenômeno. Então, era feita a *devolução* às comunidades afetadas por meio de ações que eram consideradas adequadas para cada caso específico. Ademais, realizava essas atividades por meio de participação direta dos grupos sociais afetados para propor ações diferenciadas que estivessem em consonância com os significados dados pelos grupos sociais. (MAGALHÃES, 2017: 160).

Aloísio afirma que o CNRC “nasceu de uma intuição”:

Procurando nos inserir na realidade brasileira, podemos identificar situações que se caracterizam por serem peculiares à nossa cultura. Na verdade, essas situações não foram procuradas em razão de formulações apriorísticas, mas emergiram naturalmente no curso de um processo quase fenomenológico de interação entre a realidade e os que buscavam conhecê-la (MAGALHÃES, 2017: 159-160)

Essa metodologia de trabalho foi aproximada, por alguns analistas (FONSECA, M. C. L., 2017; GONÇALVES, 2002; ANASTASSAKIS, 2007), às atividades etnográficas devido a sua preocupação com o “ponto de vista nativo” e com os sentidos atribuídos por seus produtores e consumidores. José Reginaldo Gonçalves (2002: 50) destaca que, apesar de Aloísio não ser antropólogo, a política cultural que desenhou orientava-se por ideias e valores que informam também a moderna teoria antropológica. Já Fonseca ressalta que essa inspiração antropológica “não era, no entanto, explicitada na condução das pesquisas, [e] que buscavam inspirar-se, ‘espontaneisticamente’, apenas no contato com a ‘realidade’” (FONSECA, M. C. L., 2017: 157).

Essa politização do conceito de cultura experimentada pela CNRC não é exclusiva do Brasil, sendo uma tendência percebida em diferentes contextos nacionais. Susan Wright (1998) aponta isso no cenário mundial e britânico principalmente na década de 1980. Miceli (1981) indica na França dos anos de 1970 uma antropologização do conceito de patrimônio, que passa a abarcar todas as experiências sociais.

Zoy Anastassakis (2007) destaca o uso político e ideológico do conceito de cultura para operacionalizar ações potencialmente de intervenção social. Anastassakis qualifica as atividades do CNRC como uma “antropologia por não-antropólogos” devido a essa inspiração na noção antropológica de cultura e uma suposta ausência de profissionais da antropologia/ciências sociais em seu quadro. Entretanto, aponta também para outros caminhos de inspiração para essa concepção ampla de cultura:

O que essas afirmações parecem sugerir é que, naquele momento, no meio dos anos 1970, uma ‘inspiração antropológica’ atingia tanto as instituições internacionais (Unesco) quanto os intelectuais brasileiros (pelo menos aqueles que fizeram parte do CNRC), como algo que estava ‘há muito tempo no ar’ (Brito, 2002). A Antropologia de que falam esses autores parece definir-se em função de uma ‘visão projetiva’, ‘ampla’, ‘plural’, que considera o ‘ponto de vista nativo’ etc. Trata-se de uma ‘antropologia espontânea’? Os designers João de Souza Leite e Joaquim Redig de Campos acreditam que Aloísio Magalhães teria elaborado essa ‘nova concepção’ de cultura a partir de sua prática no campo do design. (ANASTASSAKIS, 2007: 40)

Nem tanto uma “antropologia por não-antropólogos”, nem tampouco uma “antropologia espontânea”. Talvez uma “intuição antropológica”, como denominei no título dessa seção.

Aloísio Magalhães era um designer, mas era também artista plástico, advogado de formação e um intelectual. Não estava completamente alheio às discussões travadas por antropólogos. No seu discurso intitulado *Instrumentos para a Preservação de Bens Culturais*⁸⁸ citou diretamente o projeto desenvolvido por Margaret Mead, na década de 1960, para desenvolvimento de linguagens visuais universalizáveis por meio de “glifos” (MAGALHÃES, 2017: 346-355). Aloísio recuperou esse trabalho de Mead para discutir os efeitos, possivelmente, reducionistas dos *inventários*⁸⁹ de *bens culturais*.

A proposta de Margaret Mead, que a meu ver interessa ao nosso caso, foi a de que fosse estimulado, ao nível das mais diversas culturas e das mais diversas funções e usos, o aparecimento de linguagens específicas, regionais, por grupos, por entidades, por associações, e que, justamente a partir dessa fermentação, emergissem sinais comuns às várias experiências. Em outras palavras, a vivência e o uso de uma linha de ação, de experimentação ao longo do tempo, para uma filtragem de componentes verdadeiramente, então, universais. (MAGALHÃES, 2017: 348)

⁸⁸ Esse título está atribuído no livro *Bens Culturais do Brasil* (MAGALHÃES, 2017), onde se indica a possível data de 1981 devido ao conteúdo. Entretanto, localizei esse mesmo discurso também no acervo do Centro Nacional de Referências Culturais, sob a guarda do Arquivo Central do Iphan em Brasília. O documento original no arquivo não possui nenhum título e nem datação. Encontra-se na série da área “Administrativa”, subárea “Administração Geral”, “0100.0000 – Política, Organização e Funcionamento”, caixa 01. Optei por usar como referência o livro publicado a fim de facilitar o acesso ao documento.

⁸⁹ Inventários são instrumentos de sistematização de informação e de conhecimento que possibilitam a seleção de bens culturais e a organização das atividades de intervenção. Esses instrumentos são constitutivos do campo do patrimônio desde os séculos XVIII e XIX. Também são utilizados em museus e arquivos, guardadas as devidas diferenças. Para uma definição de inventário, ver MOTTA; RESENDE, [s.d.].

O ponto que Aloísio Magalhães buscou enfatizar nessa aproximação era a necessidade de dar tempo para que codificações universalizantes emergissem em um contexto cultural muito diverso como o do Brasil. Temia que o estabelecimento de critérios rígidos e modelos estruturados nos inventários simplificassem sobremaneira as descrições dos bens culturais inventariados. Afirmou que a proposta de Mead poderia ser usada “em outras áreas do conhecimento [...], deixar que uma fermentação propicie, ao longo do tempo, a emergência de componentes enriquecedores, em vez de adotar, fria e sistematicamente, um modelo que certamente seria empobrecedor” (MAGALHÃES, 2017: 352).

Trago aqui essa breve citação para melhor situar a patente inspiração antropológica nas ações e discursos de Aloísio Magalhães, que se apropriava de conceitos e ideias diversas para construir seu pensamento sobre as políticas de cultura.

O CNRC era visto como um projeto inovador mesmo em sua época e possuía um forte caráter experimental que atraiu o interesse de jovens pesquisadores. Luciana, uma antiga funcionária do CNRC – e que depois ingressou no Iphan –, desistiu do seu projeto de pesquisa na pós-graduação para participar da construção do Centro.

Luciana: Graças a Deus! Era pegar ou largar. Eu fiquei tão fascinada, fascinada com Aloísio, fascinada com a proposta que eu, na mesma hora, eu não tive dúvidas [de me afastar dos seus estudos na pós-graduação]. Claro, a gente sempre fica um pouco assim até porque... Mas não dava para conciliar porque eram duas coisas muito diferentes e não dá. Eu chegando em Brasília e tudo. E também aquela atração... Por mais que eu adorasse o [tema da pesquisa na pós-graduação], ia ser mais um livrinho sobre [tema da pesquisa na pós-graduação] para ser dirigido àquele grupo pequeno que se interessa... entendeu? Enquanto que no CNRC a gente tinha a possibilidade, a gente já enxergava isso, de ser uma ação única, inovadora, transformadora, sabe. Uma pessoa fantástica como Aloísio que qualquer encontro com ele era uma iluminação. Só se eu fosse maluca q eu [não] ia... (Entrevista em 2019)

Com uma proposta inovadora e um grande carisma, Aloísio Magalhães arregimentou diversos pesquisadores em torno do CNRC. Busquei por dois meses, no arquivo do CNRC, documentos sobre os funcionários do Centro a fim de aferir essa “antropologia por não antropólogos”, o que logo se mostrou pouco produtivo.

O CNRC⁹⁰ estava dividido em quatro áreas: ciências exatas; ciências sociais; documentação; artes e literaturas. Cada uma dessas áreas construía diferentes projetos dentro de um conjunto de programas: mapeamento do artesanato brasileiro; levantamentos

⁹⁰ Para a relação das linhas dos programas no CNRC, ver FONSECA, 2017: 155-157 e CLEROT, 2019.

socioculturais; história das ciências e da tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. Devido à forma de organização do Centro, os funcionários eram contratados para projetos específicos e os documentos das equipes estão dispersos nas dezenas de caixas-arquivo dos projetos. Ainda que não tenha chegado a números exatos, encontrei referências a alguns antropólogos, especialmente nos projetos voltados a artesanatos, em geral, e aos indígenas, em particular. Assim, é possível afirmar que existiam, sim, antropólogos entre seus colaboradores. A começar por George Zarur, que foi coordenador da área de ciências sociais do CNRC, acompanhou diversos projetos, entre eles o relativo à instalação do Porto de SUAPE e tensões com comunidades pesqueiras da localidade. Nesse contexto, produziu um documento intitulado *Aplicações da Antropologia: o caso de SUAPE em Pernambuco*, que publicou no Relatório Técnico nº 20 do CNRC, de 1977, por exemplo.⁹¹

Entretanto, segundo Fonseca (2017), Aloísio privilegiava, no CNRC, a construção de uma equipe multidisciplinar com pessoas de formações variadas, desde matemáticos e físicos até educadores, cientistas sociais, bibliotecários, críticos literários, entre outros – diferente do Iphan, majoritariamente composto por arquitetos. Ademais, valorizava-se pessoas com interesses em mais de uma área de saber, pois a especialização em demasia era considerada um empecilho para o conhecimento que se almejava desenvolver. Assim, “procuravam, através de uma perspectiva interdisciplinar, apreender a dinâmica específica de cada processo cultural estudado, formulando, *a posteriori*, tipologias e modelos” (FONSECA, M. C. L., 2017: 154).

Ainda que houvesse uma aproximação entre Aloísio Magalhães e algumas ideias e conceitos de clara inspiração antropológica, além da colaboração de alguns antropólogos em sua equipe, não havia uma colaboração institucionalizada entre o CNRC e organismos voltadas para a pesquisa antropológica – como ocorreu entre o Iphan e o Museu Nacional.

Jorge, em sua entrevista, recordou-se de um encontro com Aloísio Magalhães durante um congresso de antropologia:

Jorge: Quando Aloísio Magalhães foi ao Congresso de Antropologia em [nome de cidade] foi muito mal visto. Ele era... "Quem é esse cara?", "Quem ele se pensa?". [risos] Ele veio conversar conosco. Ele era muito sedutor, muito, assim, então foi tudo bem. Mas tinha, assim, uma "Esse cara do governo vem falar aqui...". Era um momento que ser do governo era ser da ditadura e ter relações com os militares. Então ele era um misto de curiosidade e rejeição. [...] Foi em [nome de cidade], foi. Não me lembro o que ele falou, mas me lembro da sessão que ele chegou – e seria interessante ver nas coisas dele, deve ter. (Entrevista em 2017)

⁹¹ CNRC. *Relatório Técnico nº 20: Aplicações da Antropologia: o caso de SUAPE em Pernambuco*, de George Zarur. 1977 Arquivo Central do IPHAN em Brasília. Serie 100.0029. Caixa 2.

Não tem. Ao menos, não localizei nos discursos de Aloísio no arquivo do CNRC nenhuma menção a essa reunião. Encontrei, em banco de dados de revistas científicas, uma versão resumida da programação desse congresso, mas tampouco havia qualquer menção à participação de Aloísio Magalhães. Por outro lado, essa recordação de Jorge indica uma tentativa de aproximação de Aloísio com a Associação Brasileira de Antropologia. Indica também uma reação de suspeição que esse movimento causava naquele contexto político.

Em alguns trabalhos sobre o CNRC, como o de Fonseca (2017), Aloísio Magalhães e sua atuação na política cultural são situados num período de “distensão” da Ditadura Militar. Entretanto, essa fala de Jorge e um comentário de Celso durante a nossa entrevista, recolocam essa relação:

C: [...] também acho que a história deu uma aliviada para o lado do Aloísio. Aloísio era genial, eu não tenho dúvidas, genial nesse sentido das proposições e da criatividade própria de uma pessoa que não era o padrãozinho do patrimônio. [...] ele propõe um novo discurso para o patrimônio em função do desgaste de 40 e tantos anos de patrimônio, trabalhando daquele jeitinho. Mas, mais do que isso, ele propõe... Eu acho que ele ocupa um vácuo [de poucas políticas para cultura e de engessamento do Iphan] – e isso é super polêmico o que eu vou dizer – num período de ditadura. Sempre dizem: “Ah, mas Aloísio já era período de abertura”. Não era período de abertura. Era um período muito difícil. (Entrevista em 2019)

Foi por meio das suas boas relações com os militares do governo que Aloísio conseguiu institucionalizar o CNRC, quando se aproximava o fim do convênio. Em *Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso*, Aloísio Magalhães (2017: 151-163) apresenta suas ideias para a área da cultura, os resultados do trabalho do CNRC e possíveis caminhos para a continuidade do seu projeto de intervenção social a partir da cultura. e o encaminha, ainda em 1978, para o General Golbery do Couto e Silva, então Chefe da Casa Civil da Presidência da República do governo Geisel, e, posteriormente, a Eduardo Portella, Ministro de Educação e Cultura do governo Figueiredo (1979-1985). Nesse documento, indica dois caminhos de institucionalização das ações para *bens culturais*. O primeiro na estrutura do Iphan e o segundo como um programa de governo envolvendo diversas secretarias e ministérios, que chamaríamos hoje de intersetorial e que Aloísio chamou de “interdisciplinar e, portanto, multi-institucional” (MAGALHÃES, 2017: 157).

Para justificar a incorporação do CNRC pelo Iphan, Aloísio recuperou a seu modo a história de criação do Iphan chamando para a cena Mário de Andrade, juntamente com Rodrigo Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema. Destacou as contribuições do instituto para a preservação e restauração de monumentos históricos, a ampliação da atuação com os sítios e conjuntos arquitetônicos e a consolidação de conhecimentos e metodologias especializadas.

Contudo, o Iphan permanecia voltado para o passado, para os bens móveis e imóveis de valor histórico.

A possibilidade de ampliar e revitalizar esse órgão é viável e lógica. Assim, não haveria a criação de nova instituição e sim dinamização de uma já existente, que passaria a cobrir maior espectro de bens culturais: do universo cultural de um produto brasileiro, como o caju, aos monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho; das indústrias domésticas dos emigrantes de Orleans, em Santa Catarina, às cerâmicas de Tracunhaém em Pernambuco; da tecelagem manual do Triângulo Mineiro [...], ao estudo do artesanato indígena do Centro-Oeste. (MAGALHÃES, 2017: 157-158)

É difícil saber ao certo por que Aloísio Magalhães mirou no Iphan para levar seu projeto de desenvolvimento nacional por meio da cultura.

Pedro Clerot (2019) destaca que o CNRC havia trabalhado com o Iphan no projeto *Documentação do Patrimônio Cultural Brasileiro* em 1977. Esse projeto visava realizar um levantamento de acervos de museus e outros organismos que registrassem bens, além de gerar subsídios para a definição de bens culturais no Brasil. Clerot destaca que nesse projeto já eram utilizados os termos “patrimônio cultural” e “bem cultural”, diferentemente do habitual “patrimônio histórico e artístico” e “bem móvel e imóvel”. Além disso, menciona ainda que um dos objetivos do projeto era a geração de subsídios para a redefinição do objeto da política de preservação do patrimônio. Com isso, Clerot (2019) sugere que talvez seja no decurso desse projeto que a equipe do CNRC começou a perceber o Iphan como um possível vetor para a renovação das políticas culturais a partir de um conceito ampliado de bem cultural.

Acrescento de minha parte que essa aproximação com o Iphan possa ter sido impulsionada também pelas relações interpessoais e profissionais de Aloísio Magalhães, uma vez que uma de suas principais colaboradoras no CNRC era a Clara Alvim, filha de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1979, Aloísio Magalhães assumiu a Direção-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com um discurso de mudança, como mencionei ao início da seção.

Em várias entrevistas da época de sua nomeação, Aloísio recontou a história do Iphan a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, ressaltando também a importância de Rodrigo. Entretanto, na sequência, comentou a inexorável e inerente mudança que levaria ao Iphan, citando um verso de Camões que disse, em outra entrevista, ter aprendido com Lúcio Costa e que utilizou em seu discurso de posse:

Uma instituição se insere no tempo e no processo histórico através de sua continuidade. A continuidade, entretanto, não significa imobilismo, mas renovação, realimentação. O próprio processo exige. [...]

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
 Muda-se o ser, muda-se a confiança;
 Todo o mundo é composto de mudança,
 Tomando sempre novas qualidades”
 (MAGALHÃES, 2017: 251)

Assim, apoiando-se em grandes personagens do patrimônio, Aloísio se inseriu na paisagem institucional. Primeiro, para atores do governo por meio do seu texto sobre os resultados do CNRC e as suas possibilidades de continuidade; depois, para a opinião pública em entrevistas; e, por último, para os funcionários do Iphan no cotidiano do serviço e por meio de publicações que reescreveram a história institucional.

Na trilha da modernização do Iphan também foi incorporado ao instituto o Programa de Cidades Históricas (PCH). Esse programa foi desenvolvido na década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e visava à recuperação e preservação de cidades históricas do Nordeste. Era uma proposta de descentralização das ações de preservação de sítios urbanos e conjuntos arquitetônicos por meio de aporte de recursos financeiros para execução pelos estados (CORREA, [s.d.]).

Alguns interlocutores comentaram sobre esse período do CNRC, tanto porque trabalharam no projeto ou porque refletiram sobre a história institucional. Sobre essas fusões Celso ponderou que:

Celso: essas articulações [entre Sphan e Museu Nacional por exemplo] que o Rodrigo conseguiu fazer lá no começo não foram feitas [depois]. Na verdade, veio tudo para dentro do Iphan. É a tal coisa, que até hoje, o Iphan desconfia de todo mundo, ele que tem que fazer tudo. Ele tem dificuldade de fazer com o outro. Embora o nosso discurso seja esse, articular, articular... “Ah não. Ah, mas com a prefeitura não porque o prefeito muda, o plano diretor, porque a câmara de vereadores é...”. A gente tem um discurso, mas na prática a gente traz e só quem sabe fazer somos nós. Então, acho que faltou um pouco isso. Ou seja, o CNRC veio para dentro do Iphan. O [Programa] das Cidades Históricas veio para dentro do Iphan. Tudo tem que vir para dentro do Iphan. A princípio o Iphan podia ter feito como fez com o Museu Nacional, uma super articulação com a UnB [parceira do convênio com o CNRC cedendo sua infraestrutura] e a UnB teria continuado a trabalhar com a sua capacidade instalada, de técnicos, antropólogos. Naquele tempo a questão da computação era o *must*. (Entrevista em 2019)

Assim, Celso faz uma crítica a respeito de uma postura centralizadora do Iphan. Ao mesmo tempo, ao avaliar que bastariam as articulações institucionais para colaborações pontuais, retoma a ideia de que outras contribuições poderiam se manter como “assessoria” – para retomar o termo da seção anterior. Entretanto, não era apenas Aloísio Magalhães que buscava institucionalizar o CNRC e viu no Iphan uma possibilidade.

O então governo de Figueiredo (1979-1985) tinha a intenção de intervir no Iphan e nas políticas culturais de modo geral, e encontrou essa oportunidade em Aloísio e seu projeto. Como já mencionei, o Iphan foi descrito como um “elefante branco” por um entrevistador. Em outra passagem dessa mesma entrevista de 1979, o entrevistador indaga Aloísio sobre trechos do discurso do então ministro Eduardo Portella em sua posse. Diz que Portella mencionou “a necessidade de se optar ‘radicalmente por uma política cultural’” e que “além de tombar, seria tarefa do patrimônio destombar” (MAGALHÃES, 2017: 208).

Aloísio Magalhães respondeu que a expressão tombar/destombar era uma metáfora que buscava exprimir a importância de não congelar o objeto. Se o tombamento garante a “permanência legal” de um bem cultural, isso não deveria ser entendido como uma imobilidade e nem restringir seus usos. Defendeu, então, a necessidade de pensar a vocação do bem (imóvel) tombado. Em sua resposta ainda invoca a legitimidade da figura de Rodrigo ao comentar que mesmo um bem tombado, após ações de restauração, acabaria se deteriorando novamente caso não possuísse uma destinação de uso. Na continuidade da entrevista, comenta uma possível exploração turística dos bens tombados. Aloísio ressaltou que essa proposta já tinha sido implantada pelo Programa de Cidades Históricas, que indicou que a dinamização do turismo local seria ampliada se os imóveis tombados estivessem restaurados. Portanto, era em diálogo com essa perspectiva governamental e desenvolvimentista que Aloísio buscava transformar a prática preservacionista.

A indicação de Aloísio Magalhães para a direção do Iphan com suas propostas de mudança causou desconfiança e surpresa na época. É perceptível em diversos trechos de suas entrevistas: “Até agora, o Iphan tem mantido uma preocupação mais arquitetônica [...]. Que razões levam o governo a escolher, agora, um designer?”; e também “Causou-lhe surpresa a sua nomeação para diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?”; ou ainda “Que tipo de resistência existia ou existe dentro do próprio Iphan – de seus setores mais conservadores – quanto à necessidade de uma maior dinamização?”. Até na chamada de abertura de outra entrevista se encontra: “Saiu nos jornais que sua posse provocou, no Iphan, um clima de expectativa e tensão [...] Hoje, os que desconfiam de Aloísio se esquecem de que ele está fazendo nada mais do que Mário e Rodrigo imaginaram”; (MAGALHÃES, 2017: 204, 253, 220, 246). Um jornalista pergunta, afinal, qual era o espírito da proposta de Mário de Andrade, e Aloísio responde: “era o de que os bens culturais num país como o Brasil devem ser tomados como toda a gama de objetos feitos pelo homem brasileiro” (MAGALHÃES, 2017: 205).

Aloísio assumiu a diretoria do Iphan em março de 1979 e, em menos de um ano, elaborou e aprovou uma proposta de reestruturação da área da cultura. Transformou o Iphan em uma secretaria do MEC, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e criou a Fundação Nacional Pró-Memória:

Assim a partir do final de 1979 a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro passou para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios e os recursos que permitiam agilizar a Secretaria (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980: 28-29).

Um desenho institucional novo para viabilizar o “dinamismo” que buscava em termos de captação de recursos financeiros, execução de projetos e contratação de funcionários. Aloísio, então, se tornou secretário e presidente de ambas instituições em janeiro de 1980. Depois de onze meses, em dezembro de 1980, passa a ser também Secretário de Assuntos Culturais do MEC com a incumbência de fundir as secretarias de patrimônio e assuntos culturais.

Já nessa época, em torno de 1980/1981, começou um debate sobre a criação do Ministério da Cultura. Aqueles que eram favoráveis à criação do ministério advogavam principalmente por maior autonomia e fortalecimento do setor. Aloísio Magalhães era contrário à criação do Ministério da Cultura, pois acreditava que não havia ainda “conteúdo” para construir um programa forte, o que acarretaria em poucos recursos orçamentários. “Famosa a paráfrase atribuída a Aloísio por seus conhecidos: ‘Mais vale ser o rabo de um leão do que a cabeça de um rato’. Bem, o rato seria um possível Ministério da Cultura. O leão, o existente Ministério da Educação.” (PORTELLA, 2005: 51)

Aloísio Magalhães faleceu em junho de 1982 em uma viagem a trabalho na Itália. Entretanto, sua proposta para as ações de preservação do patrimônio cultural e a cultura em geral seguiu ecoando ao longo de toda a década de 1980 e 1990 por meio de seus colaboradores, que foram integrados ao quadro de funcionários das instituições culturais.

2.3.1. *Folclore e Cultura Popular, seus caminhos paralelos*

Como mencionei anteriormente, Aloísio Magalhães chegou a Secretário de Assuntos Culturais do MEC e a partir dessa nova posição também transformou algumas outras instituições. O então Instituto Nacional de Folclore (INF), herdeiro do Movimento Folclórico e das Campanhas de Defesa do Folclore, era vinculado à Funarte. Aloísio Magalhães nomeou como sua diretora a antropóloga Lélia Coelho Frota, que na época usava o nome de Lélia Gontijo Soares. Ela era uma antropóloga com grande atuação com arte popular, curadoria e museus – e chegou a ser presidente do Iphan em 1990. Ao ingressar no INF provocou também uma grande mudança nas formas de trabalho e entendimento do objeto de atuação.

Quando conversei com algumas servidoras do atual Centro Nacional de Folclore e Cultura e Popular (antigo INF), elas me relataram:

Vitória: É! Quer dizer, esse é o grande balão de ensaio que resulta também na Sala do Artista [Popular] porque essas coisas estavam conjugadas com a chegada da Lélia, que faz uma grande revolução aqui do conceito de antropologia, mexendo com a questão do folclore, então vamos rediscutir tudo isso.

[...]

Maria: O que ela fez foi a virada antropológica, que era muito *folclórico* [ênfase na fala] isso aqui. Então ela montou exposição, criou a Sala do Artista [Popular]. Ela trouxe à baila a questão da antropologia para lidar com esse campo de conhecimento. (Entrevista em 2017)

A proposta da Sala do Artista Popular era “ir a campo” e “atuar” junto aos artistas populares e artesãos. Dessa forma, não era apenas construir documentação folclórica ou comprar peças de arte popular para vender na loja da Funarte ou para compor o acervo do Museu Edson Carneiro. A Sala do Artista Popular conjugava pesquisa etnográfica e produção de catálogo sobre as técnicas artesanais e o contexto cultural e social de produção para qualificar as peças como arte popular. Após essa etapa de pesquisa e seleção de peças, os materiais faziam parte de uma exposição museográfica e, posteriormente, ficavam à venda com essas informações. A Sala do Artista Popular é um programa de 1983 que perdura até hoje.

Segundo Fonseca (2017), Aloísio Magalhães desde o CNRC criticava a maneira de pensar e trabalhar com o artesanato que empreendiam os folcloristas e os programas de incentivo. Considerava que a atuação dos folcloristas era pautada em uma “visão romântica” e a dos programas de incentivo era “paternalista”. Fonseca (2017) afirma que Aloísio acreditava que toda intervenção nessa área deveria ser pautada em um conhecimento específico e prévio

sobre a situação em que se encontrava aquele “saber-fazer”, sua trajetória histórica e o contexto atual. Portanto, as atividades de intervenção “deveria[m] ser necessariamente diferenciadas, adequadas a cada caso e momento, e envolver a participação da comunidade que produz e consome aqueles bens, o que descartava, por princípio, o recurso a ‘receitas’ para lidar com a questão do artesanato.” (FONSECA, M. C. L., 2017: 157).

Durante a entrevista que mencionei, as interlocutoras me apontaram para o documento do *Encontro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural* (INF/FUNARTE, 1983) como aquele que marca essa “virada antropológica” e, gentilmente, o compartilharam comigo. Posteriormente, pesquisando sobre esse período, localizei no número 19 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* uma versão levemente resumida do documento sob o mesmo título e com autoria de Lélia Gontijo Soares (1984).

Esse documento (INF/FUNARTE, 1983) fora produzido como resultado de um seminário que reuniu diversos órgãos que atuam com a temática da cultura popular, como Fundação Pró-Memória, Fundação Joaquim Nabuco, Mobral, Fundação Casa de Rui Barbosa, Embrafilme, entre outros. Em uma nota de abertura, é informado que o artesanato tem sido objeto das maiores discussões dentro da área da cultura popular, suscitando debates não apenas sobre o produto como arte e atividades para sua preservação, mas também recolocando a questão do produtor, seu fazer e sua subsistência. Dessa forma, mesmo dentro da própria ação estatal, ocasionam ações contraditórias. Nesse sentido, segue a nota, o seminário buscou construir posições de consenso a fim de orientar a ação dos órgãos do MEC.

Na seção que introduz o documento, intitulada *Identidade Cultural*, é apresentado um breve histórico do Instituto Nacional de Folclore, buscando situar e justificar seu protagonismo para o debate sobre o artesanato. Cita também alguns outros documentos de referência que auxiliam no debate que pretendiam travar. Entre eles, o *Bases para um Trabalho sobre o Artesanato Brasileiro Hoje*, do Centro Nacional de Referências Culturais; e as *Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural* do MEC (1981); ambos documentos produzidos sob a liderança de Aloísio Magalhães.⁹²

Esses documentos institucionais tinham como objetivo consolidar um conjunto de ideias normativas para atuação estatal. No primeiro, destacou-se a inter-relação entre produção e contexto social e cultural para o artesanato, sendo a cultura como o elemento que atribui significado ao produto artesanal e o processo de produção estão inseridos. Já as *Diretrizes para*

⁹² Esses documentos compõem o arquivo do CNRC sob guarda do Arquivo Central do Iphan na sede em Brasília.

Operacionalização..., retoma as principais ideias de Aloísio Magalhães, que comentei anteriormente. Apresenta sua proposta de desenvolvimento nacional por meio das referências à cultura brasileira, sua preocupação com a perda da identidade cultural e o conceito de bem cultural, assim como a metodologia de trabalho que conta com devolutivas e participação social. Dessa forma, as diretrizes focam propostas para se pensar a produção e a permanência dos bens culturais por meio de atividades para descentralização das ações envolvendo não só as comunidades produtoras de cultura, como também os demais entes federativos em ações articuladas entre diversas instituições e com uma perspectiva multidisciplinar. Ademais, propõe pensar o processo cultural brasileira a partir do estímulo às potencialidades do fazer comunitário inserido no cotidiano da vida (como o artesanato e os *patrimônios não consagrados*, ou seja, não selecionados pelo Iphan para preservação), de criações individuais (como à produção artística) e à proteção do patrimônio dentro do contexto cultural brasileiro.

No contexto desse documento, Aloísio Magalhães (que o assina), indica que:

Desta forma, poderíamos chegar a tantos conceitos de bem cultural quantas fossem as situações específicas geradoras de cultura. Cultura entendida aqui como o processo global que não separa as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, que não privilegia o produto - habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra - em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido. Dessa forma, cultura e educação evidenciam também a sua indissolubilidade, uma vez que a formação erudita do profissional que projeta a casa, a escola, a igreja, a cidade, tem o seu equivalente na aprendizagem só aparentemente informal do artífice popular, que desde a infância absorve dos mestres locais a elaborada tecnologia ligada à atividade da agricultura, da pesca, e da produção de olaria, de trançado, de tecelagem. (MAGALHÃES, 1981: 13)

É, portanto, com o impulso das propostas dessas diretrizes e essa perspectiva de cultura, que o Instituto Nacional de Folclore mobiliza a discussão em torno do artesanato para repensar sua atuação na área, em particular a ênfase no “fazer cultural comunitário” e no “fazer popular”. Destaca quatro princípios do documento da Secretaria de Cultura do MEC: o da descentralização; da pluralidade cultural brasileira; da valorização dos bens culturais não consagrados; e da proteção do produto cultural brasileiro.

A leitura do *Encontro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural* (INF/FUNARTE, 1983) destacou, para mim, a significativa diferença entre uma proposta estatal de “intuição antropológica” daquela produzida de fato por uma antropóloga. O texto, em diferentes momentos, aproxima teoria antropológica da ação estatal, seja usando a terminologia explícita da antropologia, como o uso recorrente do termo “etnográfico/etnografia”, seja por usar conceitos e ideias da antropologia para justificar uma determinada forma de atuação. Cita explicitamente Marcel Mauss ao argumentar que as artes populares e os artesanatos são fatos

sociais totais e, portanto, elementos da vida social que comportam aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, o documento estabelece que a proposta para atuação com os artesanatos não deve nem supervalorizar o cultural em detrimento do econômico a partir de uma “visão ‘culturalista’ ou ‘folclorizante’, que ignoraria o valor dos fatores socioeconômicos na avaliação de qualquer manifestação da cultura do povo. Por outro lado, não podemos aceitar uma visão que absolutize os fatores econômicos, minimizando e desconhecendo o conteúdo cultural das manifestações” (INF, 1983: 15). Cabe ainda observar que a utilização de uma linguagem que incorpora conceitos de teorias antropológicas poderia operar também como uma estratégia de legitimação dessas propostas e discursos tanto junto ao campo acadêmico como também na estrutura da administração ao incorporar conhecimentos técnico-científicos.

Para citar apenas alguns outros exemplos dessa conexão entre um conhecimento antropológico que informa a ação estatal, insere a produção artesanal em um contexto social e cultural, uma vez que “não interessa ao INF a compreensão da cultura sem história, cultura vista como um mero produto, sem o trabalho científico da pesquisa que afira os modos de vida, os valores e as perspectivas dos grupos sociais que a geram” (INF, 1983: 9). E ainda afirma que: “A etnografia do INF também não se faz, hoje, em torno do ‘exótico’ ou do ‘pitoresco’, que podia assinalar [...] um caráter de espetáculo, de manifestações isoladas. Hoje, o INF procura relacionar as manifestações culturais com a sociedade e suas instituições”. (INF, 1983: 9) Apresenta também uma perspectiva antropológica hermenêutica ao indicar que “os universos culturais devem ser entendidos como *sistemas*, um todo coerente, possuidores de *códigos* carregados de *significados* próprios” (INF, 1983: 10; grifos no original).

O documento do *Encontro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural* (INF, 1983) estabelece assim uma nova abordagem para a produção artesanal de modo amplo e para o Instituto Nacional de Folclore, particularmente. Levanta uma série de questões para discussão sobre a atuação estatal voltada para o artesanato e também um conjunto de benefícios para o artesão que um trabalho com essa orientação trariam. Por fim, reforça que para a área de cultura do MEC “interessa identificar *quem* produz o artesanato, *como* o produz, *para quem* é produzido, *em que momento* histórico isto se dá e *em que situação* se encontra o produtor” (INF, 1983: 16).

Como decorrência dessas propostas, o então Instituto Nacional de Folclore se lançou em ações de apoio direto aos artistas populares e artesãos, investindo em pesquisa etnográfica e contato direto com os produtores de arte popular e artesanato, como a já mencionada Sala do

Artista Popular. Além disso, desenvolveram também projetos como o Programa de Apoio à Comunidade Artesã (PACA), contribui para a ação de Artesanato Solidário na década de 1990 com a então primeira-dama Ruth Cardoso e depois no início do século XXI com o Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural.⁹³

Assim, em um caminho paralelo, o folclore (e a cultura popular) acompanhou a guinada “antropológica” que também ocorreu no campo patrimônio por meio da influência de Aloísio Magalhães a frente da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.

2.3.2. *As experimentações com o Tombamento e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*

A Sphan/ Pró-Memória, mesmo após o falecimento de Aloísio Magalhães, seguiu seu caminho de experimentações e transformações das ações de preservação do patrimônio.

Pedro Clerot (2019) fez uma arqueologia da expressão referência cultural, que perdurou no léxico do Iphan nomeando setores, como a Coordenadoria de Referências Culturais, instrumentos de trabalho, como o Inventário Nacional de Referências culturais de fins da década de 1990, e pessoas até pelo menos os anos de 1990. Nessa recuperação dos significados atribuídos e das instrumentalizações das referências culturais, Clerot se deparou com a disputa interna no Iphan entre o pessoal da “pedra e cal”, os antigos funcionários do Iphan, e a galera das “referências culturais”. Os primeiros concentravam-se na sede da agora Sphan/Pró-Memória no Rio de Janeiro e estavam também espalhados pelo Brasil nas diversas Superintendências Regionais do Iphan, já os segundos, na sede em Brasília. Esse conflito, essa divisão em duas partes do instituto, perdurou ao longo de toda a década de 1980 e 1990 principalmente.

Maria trabalhou em um dos projetos do Centro Nacional de Referências Culturais tão logo se formou na graduação, foi também incorporada à Fundação Pró-Memória e colaborou na construção da política para o patrimônio cultural imaterial na virada do século XXI. Sobre essas disputas internas me contou que:

⁹³ A respeito do Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural e dessa trajetória de atuação direta na promoção do artesanato, ver DIANOVSKY, 2021.

Maria: Quando juntou a Sphan com CNRC, a verdade, o pessoal da Sphan tinha uma tensão ali forte, sabe? E o pessoal, que eram os arquitetos, engenheiros e tal, tinham uma reação, tiveram uma reação muito ruim com essa junção que o Aloísio fez. Eu achei que foi um exercício fantástico do Aloísio né. Uma visão que ele teve assim de perceber como política de estado isso, mas ainda era muito limitada a possibilidade de você trazer essa da forma como a gente trouxe depois no imaterial, quando da criação do departamento. Mas a gente ficava resistindo ali né, e tentando. [...] Eles não conseguiam perceber o patrimônio como uma coisa mais ampliada. O Aloísio falou: “não, a gente tem que olhar o patrimônio, não só o edifício, a edificação, mas os usuários dessa...”. Foi uma entrada, o início. Porque se você olhar, [...] os primeiros momentos da Pró-Memória, se você olhar a produção, os documentos, as fotos, não tinha, não tinha ser humano. Eram os prédios, eram as coisas, as coisas eram... não aparecia a gente. [...] Foi em Pernambuco que começaram... Porque o Aloísio era de Pernambuco e a Superintendência de Pernambuco era uma das maiores, mais importantes depois da Bahia né, com aquelas coisas barrocas, coloniais [risos]. E eles começaram a se preocupar um pouco mais com isso né. E isso, e isso foi... foi assim... Sabe quando uma coisa é muito fechada que você vai abrindo, assim? Vai criando aberturas e vai entrando uma luzinha assim; e a luzinha vai aumentando, aumentando. Até que... Quando foi para a Pró-Memória que juntou o CNRC, essa coisa foi... foi uma luz contra as paredes da edificação né [risos]. E eles achavam nós éramos muito assim: "tudo bem, tudo bom, tudo legal" [fazendo o sinal paz e amor com as mãos]. (Entrevista em 2019)

Nessa relação que Maria estabelece, de um lado se encontra o foco no objeto material e do outro lado a ênfase nos sentidos atribuídos pelas pessoas que conviviam e davam sentido aos objetos protegidos.

É interessante perceber também, na fala de Maria, a recorrência da estratégia de legitimação de Aloísio Magalhães ao mirar sempre espaços e personagens centrais na trajetória do Iphan a fim de recontar ou redesenhar essa trajetória. A imagem do bodoque (atiradeira ou estilingue) – que por tantas vezes Aloísio acionou para destacar a importância dos bens culturais de valor histórico para formular as políticas culturais no cenário do desenvolvimento nacional (MAGALHÃES, 2017) – é também usada para transformar as próprias práticas preservacionistas. O bodoque, esse brinquedo de criança, projeta mais adiante o objeto arremessado quanto mais longo for o repuxe do elástico. Assim, quanto maior fosse o conhecimento e a densidade do passado, mais adiante conseguiria projetar-se para o futuro. Fossem os bens culturais e o Brasil; fosse a sua proposta e atuação para a área de cultura. Nesse caso, a Superintendência em Pernambuco, que também abarcava, na época, as ações na Paraíba e foi onde ele colocou em prática suas ideias sobre o *Estudo Multidisciplinar do Caju*, um projeto do CNRC.

Uma de suas primeiras propostas para dinamizar a Sphan/Pró-Memória foi o tombamento da Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva em João Pessoa.⁹⁴ A proposta de

⁹⁴ IPHAN. Processo 1054-T-82. Assunto: Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva. Serie: Tombamento.

tombamento era valorizar as formas de trabalho familiar da fábrica, seu pioneirismo industrial, a qualidade e reconhecimento de seus produtos, as relações sociais, os valores atribuídos por seus funcionários àquele espaço e destacar a centralidade do caju como um componente da cultura brasileira. Não lhe importava a edificação da fábrica. Não era o objeto o foco da preservação. Para viabilizar essa forma de preservação, em 1983, a Fundação Pró-Memória procurou estabelecer uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba. A fábrica seria desapropriada, acordos relativos ao uso da marca foram estabelecidos e todo o parque fabril seria cedido em comodato para a universidade a fim de ser transformada em uma “escola-empresa”, o que possibilitaria a preservação desse “patrimônio tecnológico”.⁹⁵ Essa desapropriação foi um caminho encontrado pela Fundação Nacional Pró-Memória para que o parque fabril não fosse penhorado devido às dívidas da fábrica e, assim, as atividades de produção pudessem ser mantidas.

Poucos meses depois dessa tentativa de solução para a preservação da fábrica Tito Silva, o secretário executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão da Universidade Federal da Paraíba encaminhou à Fundação Pró-Memória suas considerações sobre a impossibilidade de se realizar a ação. Reconta todo o histórico de dificuldades empresariais da pequena fábrica familiar, que se iniciariam ainda na década de 1950, com as novas políticas industriais do país; e as tentativas malogradas de manutenção da sua atividade. Afirma de forma contundente que:

Em que pese os esforços da Fundação Nacional Pró-Memória, em transferir os recursos que possibilitaram ao Estado desapropriar o imóvel, tudo o mais que se conseguiu foi prolongar os dias de vida e a agonia do enfermo. Na verdade o país não está preocupado e muito menos preparado para preservar a cultura nacional, a não ser nos discursos. Não existe uma política nacional que assegure os meios necessários e que catalize a integração entre os diversos setores de atividades correlatas com vistas a atingir esse desiderato. [...] O que existe são pessoas isoladas que, pressentindo a destruição iminente do que há de mais rico na memória nacional, lutam desesperadamente por alguns objetivos, mas, na maioria dos casos, acabam envolvidos em verdadeiras aventuras quixotescas.⁹⁶

Apresenta um estudo econômico de investimento de capital para continuidade da produção fabril do vinho de caju e termina por apresentar a necessidade de maior articulação institucional para viabilizar o projeto de continuidade dessa produção.

Pouco tempo depois a fábrica fechou. Seu uso, aquilo que deveria ser preservado, cessou de ocorrer. Os funcionários do Sphan aplicaram a uma proposta de preservação subversiva os

⁹⁵ Comunicado interno n. 086 da Coordenação das Atividades de Informática da SEC para a Coordenação do Subprograma Interação entre Cultura e Desenvolvimento, de 10 de novembro de 1983.

⁹⁶ IPHAN. Processo 1054-T-82. Assunto: Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva. Serie: Tombamento.

modelos e metodologias de atuação já consolidados – o tombamento – e não lograram fortalecer práticas e relações sociais. O prédio permaneceu. Atualmente, seu maior valor, a meu ver, é ser o testemunho de um tempo institucional. Não diria de “aventuras quixotescas”, mas da tentativa de novas abordagens e desenhos para velhos instrumentos de tutela estatal e intervenção social.

Luciana, que trabalhou na Fundação Pró-Memória, denominou essa nova apreensão do tombamento realizada por Aloísio como uma leitura antropológica do instrumento.

O tombamento da Fábrica Tito Silva está elencado lá naquela introdução do livro *Os Sambas, as Rodas...*, entre onze ações destacadas que Aloísio Magalhães promoveu no anos de 1980 (IPHAN, 2006a: 11). Todavia, aparece tímida na lista. Em destaque, em um parágrafo, marca-se o tombamento da Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizou os quilombos de Zumbi, e o tombamento do Terreiro da Casa Branca na Bahia (IPHAN, 2006a: 12).

Até a década de 1980, o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico possuía poucos tombamentos inscritos e, em sua maioria, eram de sítios arqueológicos. Foi necessária uma nova concepção sobre os objetos passíveis de tombamento para que esse Livro começasse a ser preenchido. Foi também Luciana, ex-funcionária da Fundação Pró-Memória, que me apontou essa guinada de entendimento sobre o tombamento, que ela denominou de antropológica e atribuiu essa leitura ao Aloísio, recuperando Mário de Andrade.

Luciana: Porque inclusive só tinha o tombamento. E, inclusive é uma coisa que pode ser interessante para você, nesse momento se constrói dentro da Pró-Memória uma interpretação antropológica do tombamento, que está rigorosamente expressa no parecer do Gilberto Velho do tombamento da Casa Branca que está aí para quem quiser... E na própria instrução daquele tombamento e tá aí no Arquivo Central do Rio, você tem essa documentação toda. [...] O Aloísio na realidade com esse tombamento. Na verdade, essa é uma proposta do Aloísio. É originalmente, pelo menos até onde eu sei, o Aloísio é quem propõe interpretar o tombamento antropológicamente, como o Mário tinha proposto, em 1936, quando ele faz aquele [ante]projeto. [...] E aí na realidade a gente vê todo um processo de consolidação da ideia de tombamento [nos anos de 1940 a 1980] desvinculada dessa ideia original. Mas, aí vem o Aloísio, no final dos anos 70, [...] chega retomando essa interpretação do patrimônio e do instrumento voltado para a sua proteção. e traz de volta, inclusive trazendo a figura do Mário de volta mesmo. (Entrevista em 2018)

Gilberto Velho, um reconhecido antropólogo brasileiro e professor do Museu Nacional, foi conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de 1983 a 1993, tendo sido relator de cinco processos de tombamento, entre eles, o mais famoso, do Terreiro da Casa Branca em 1984. Esse embate que Luciana comenta não está só expresso no processo de tombamento,⁹⁷ mas também foi analisado pelo próprio relator em um artigo, denominado

⁹⁷ IPHAN. Processo 1067-T-82. Assunto: Terreiro da Casa Branca. Arquivo Rio. Serie: Tombamento.

Patrimônio, negociação e conflito (VELHO, 2006), uma vez que denota um período de transformação do conceito de patrimônio.

Gilberto Velho qualifica a proposta de tombamento como inédita e desafiante, uma vez que, para os filhos da casa, o valor do terreiro estava na sua sacralidade, além de ser representativo do imaginário e das simbologias das religiões de matriz-africana, em especial, do candomblé na Bahia. Entretanto, do ponto de vista da cultura material presente no terreiro, estava deveras distante da suntuosidade portuguesa, católica, barroca e colonial de outros exemplares de espaços religiosos tombados pela então Sphan. Velho destaca que “vários de seus membros [do Conselho Consultivo] consideravam despropositual e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa (VELHO, 2006: 237).

Quanto às oposições a esse tombamento, Luciana também comenta que:

Luciana: O tombamento até então ele era aplicado de uma maneira muito, para usar a terminologia atual, muito material; sem consideração por nenhum processo cultural, visando muito a coisa, a coisa física mesmo, e as suas características físicas sem relação com nada e um olhar muito estético. [...]. Mas aí vem o Aloísio e diz: não, o tombamento serve para outras coisas também, não serve só para isso. E isso é uma briga porque os de cá [da pedra e cal] diziam que não, que só servia para isso mesmo. Inclusive se você ler o processo da Casa Branca você vai ver que toda a alegação contrária era porque se dizia que aquele objeto, o Terreiro da Casa Branca, era dinâmico demais para caber no tombamento. (Entrevista em 2018)

Então, para relatar esse processo, que tensionou as concepções de patrimônio nacional e do tombamento, foi designado Gilberto Velho devido justamente à sua “condição de antropólogo, naquela época chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e que acabara de encerrar o meu mandato de presidente da Associação Brasileira de Antropologia” (VELHO, 2006: 238).

No artigo, Velho destaca os argumentos que utilizou para justificar o tombamento que, em geral, giravam em torno da centralidade das contribuições de manifestações culturais e religiosas de grupos afro-brasileiros para a constituição da nação. Ademais, destacou a centralidade dos terreiros para a sociabilidade de diversos grupos sociais. Por fim, ao recomendar o tombamento, Velho frisou que “a sacralidade, no entanto, não era sinônimo de imutabilidade e que a SPHAN não abriria mão da seriedade de suas normas, mas deveria ‘procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança’.” (VELHO, 2006: 238).

A aprovação desse tombamento pelo Conselho Consultivo não foi fácil e ocorreu a partir de uma intensa mobilização da opinião pública, de intelectuais e artistas e atuação decisiva dos

gestores do *alto escalão* da Sphan na época. Velho comenta em seu artigo que sete membros do Conselho Consultivo não foram a reunião. Dos que estiveram presentes, houve apenas três votos favoráveis; um voto pelo adiamento da decisão, duas abstenções e um voto contra.

Quando comentei com Celso que alguns interlocutores – entre eles, Luciana e Maria – me sugeriram retomar os tombamentos dos anos de 1980, em especial, do Terreiro da Casa Branca e da Fábrica de Caju Tito Silva para entender a contribuição do conhecimento antropológico para o campo do patrimônio, ele foi provocativo.

Celso: Diz que foi uma vitória [o tombamento do Terreiro da Casa Branca]. Uma vitória estranha porque três votaram [a favor] e os outros se abstiveram. Acho que faltou uma articulação naquele momento. E aí sim uma chegada de antropólogos mais em massa, mais... uma contribuição maior. De qualquer forma, é um momento de inflexão e alguém sugeriu que [voltasse até lá] e eu não tenho dúvidas, só que eu vou mais longe ainda... e por que eu digo que é a vingança dos antropólogos? É exatamente porque, porque aí é o patrimônio que está mudando. É a noção de patrimônio que está sendo alargada. (Entrevista em 2019)

Do tombamento do Terreiro da Casa Branca para uma chegada mais massiva de antropólogos às carreiras do Iphan foi-se mais de vinte anos. Esse ponto de inflexão, no início da década de 1980, não foi uma mudança drástica, mas o início de um longo processo de transformação dos conceitos, práticas e procedimentos do instituto.

Essa disputa interna que dizia respeito justamente ao conceito de patrimônio cultural, às metodologias e instrumentos de trabalho também foi mobilizada pelos funcionários que trabalhavam os objetos mais consagrados pela Sphan. Luciana ressaltou isso.

Luciana: E não só esse movimento. Uma revisão grande que acontece na mesma época da concepção de história dentro do Iphan porque não é só... tem os historiadores. Veja bem, nesse mesmo momento você tem os antropólogos e os historiadores fazendo uma pequena revolução. Só que os historiadores estão lá no Rio, não estão vinculados a esse grupo de antropólogos e sociólogos que estão aqui em Brasília, trazidos pelo Aloísio. Esses historiadores estão trabalhando com a velha guarda do Iphan, entrando em conflito com ela lá no Rio em torno do patrimônio material mesmo. Mas, de uma outra visão de história relacionada a esse patrimônio material mesmo, consagrado e usual. [...] Tem dois exemplares processos dessa outra discussão, na minha maneira de ver, que já tem a ver com os historiadores e com os arquitetos que fizeram pós-graduação em história, que é o caso do [nome de um servidor], que é o líder dessa revoluçãozinha histórica lá no Rio. É o tombamento de Laguna (SC), da cidade de Laguna, que é de 80 e tal. É tudo anos 80 isso. E a rerratificação do tombamento de Ouro Preto, que é também exemplar. Quando o [nome de um servidor] com base numa visão de história mais ampla e numa visão da cidade como documento histórico diz que aquela cidade não é só um documento urbanístico e arquitetônico; ela é um documento arqueológico, é um documento etnográfico e por aí vai. E quando faz a rerratificação do tombamento sugere a inscrição de Ouro Preto também [ênfase na fala], mantém lá Belas Artes onde estava, mas faz a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e a partir daí praticamente todas as áreas urbanas vão nessa direção. (Entrevista em 2018)

Acredito que essa forte marcação disciplinar na fala de Luciana também se deva ao recorte da minha pesquisa de doutorado, falando comigo com o mapa mental aberto sobre a mesa. As equipes em Brasília eram multidisciplinares. Entretanto, sentir-se à vontade com essa associação entre as transformações no conceito de patrimônio e a antropologia e a sociologia (e a história) denota, para mim, mais o aporte conceitual que intuitivamente utilizavam do que de fato uma divisão por formações – ainda que, ressaltasse nominalmente a presença de alguns antropólogos na Pró-Memória.

Essa incorporação, que Luciana mencionou, de um valor etnográfico também aos sítios urbanos foi consolidada na *Informação* n. 135/86, que estabelece a transcrição dos centros históricos inscritos nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes e para o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, encaminhada para o Setor de Tombamento da Sphan em setembro de 1986. Essa tipologia documental, “*informação*”, é algo que já não existe no serviço público atualmente. Pela sua leitura, posso aproximá-la a um *parecer* em que consta uma argumentação técnica-científica de caráter conclusivo a respeito de um determinado assunto com a finalidade de fundamentar uma ação. Esse documento, que localizei no arquivo da Fundação Pró-Memória, é recheado de referências a teóricos da história, como Braudel, Febvre e Marc Bloch, e busca recolocar as cidades como documentos para compreensão de processos históricos. Argumenta que essa mudança de perspectiva se deve à inconclusividade da produção de conhecimento, que irá se modificar e expandir de acordo com novos aportes teóricos e de perspectiva. Por fim, sugere a transposição em bloco de todos os centros históricos para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico para:

Preservar os vestígios dos sistemas mais vastos que resultam da interação entre processos naturais e processo sociais, dos quais os centros históricos, já preservados, são somente os fulcros. Esses vestígios constituem o fio da meada do intercâmbio que continua sendo, apesar das aparências, entre trabalho humano e a natureza – nossa própria e do ambiente. (*Informação* n. 135/86, p. 15)

Todas mudanças conceituais impulsionadas por Aloísio Magalhães ficaram marcadas no texto constitucional. O artigo 216 da Constituição Federal Brasileira consolida essa nova perspectiva institucional como princípio constitucional para atuação com o patrimônio. Diz no seu artigo 216 que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Tem-se aqui a participação social; a noção de referência; os elementos “imateriais” do patrimônio por meio dos “modos de criar, fazer e viver” dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. É, justamente, a concepção de patrimônio que ainda se encontrava em disputa acirrada dentro da instituição.

Uma vez, conversando com uma antiga funcionária da Pró-Memória, perguntei justamente isso. Se ainda era um momento de intenso embate interno sobre o conceito alargado de patrimônio, como então o texto constitucional carregou essa perspectiva. A resposta que ela me apresentou é tão simples que chega a ser desconcertante. O pessoal “das referências culturais” estava em Brasília, onde se realizava a Assembleia Constituinte e se fizeram presente nas reuniões da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, enquanto os funcionários mais refratários a essas novas perspectiva estavam dispersos pelo Brasil e no Rio de Janeiro. Ela, então, me mostrou diversos textos e documentos que produziram para apresentar à Subcomissão. Yussef Campos (2022) analisou a discussão sobre patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte e também relatou a presença de funcionários da Sphan/Pró-Memória buscando incidir sobre esse artigo da CF/1988.

A explicação que a interlocutora me apresentou é uma resposta a minha pergunta sobre as tensões e relações internas entre diferentes grupos de servidores do instituto. Ela coloca em evidência um elemento prático e pragmático para atuação e incidência política, que nesse caso era a facilidade de acesso. Por outro lado, eu considero que não é a única explicação possível, pois não basta possuir acesso para apresentar propostas e ideias, era preciso também que estas encontrassem ressonância e aderência às discussões, valores e ideias que estavam sendo colocados no contexto de construção da nova constituição na assembleia constituinte. Na transição do período ditatorial para o novo horizonte democrático, ideias como maior participação social, ênfase nos direitos do cidadão e na cidadania e valorização de esferas da vida popular reverberavam e possuíam afinidade com a noção de referência cultural e um conceito de patrimônio cultural mais amplo e diverso.

Talvez alguma leitora possa avaliar ser excessivo o recuo histórico até o anteprojeto de Mário de Andrade e também para o CNRC e a Sphan/Pró-Memória, uma vez que a estrutura administrativa do Estado brasileiro e as ideias que fundamentaram essas ações eram muito distintas daquelas acionadas na virada do século XXI para a formulação e implantação da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e que levou à contratação de antropólogos e cientistas sociais pelo Iphan. Entretanto, tantas interlocutoras me apontavam esses momentos como pontos de influência na trajetória do órgão que era impossível não retroceder para tentar compreender o que queriam sinalizar.

Luciana explicitamente afirma que não eram os mesmos procedimentos ou ideias, mas que havia uma influência:

Luciana: Eu acho que para explicar porque a gente decide adotar determinados procedimentos ou formas de organizar a política, essa agora [do patrimônio imaterial], eu acho que para entender completamente tem que revisitar o CNRC e a Pró-Memória principalmente. Porque... Não é que é igual, não foi uma mera reprodução daquilo, de jeito nenhum, mas a fonte, a fonte mesmo, acho que foi essa. (Entrevista em 2018)

Essa fonte partia inclusive da contribuição de pessoas que trabalharam na década de 1980 com as referências culturais: “Até mobilizando pessoas que foram daquela política, como [cita o nome de várias servidoras e servidores que trabalharam na Pró-Memória]. [...] Então, na hora que se está organizando a atual política de salvaguarda, muito das metodologias, da maneira de fazer, é desse período que vem, entende?” (Entrevista com Luciana em 2018).

2.4. O patrimônio cultural imaterial e a “vingança dos antropólogos”

O Ministério da Cultura (MinC) foi criado em 1985, e segundo Lia Calabre (2005: 15), sua criação veio acompanhada também com um conjunto de problemas para arranjo das políticas culturais, como superposição de atribuição e poder, disputa de cargos etc. Nesse período houve também a diminuição dos recursos investidos na área da cultura. O início dos anos de 1990 foi um momento difícil para os órgãos federais da cultura. Ainda de acordo com Calabre (2005: 16), durante o governo Collor houve uma grande reestruturação do campo da cultura. Extinguiu de uma só vez diversos órgãos da administração federal: o Ministério da

Cultura, Fundação Nacional de Artes, Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Pró-Leitura, entre outros.

Outros foram reorganizados, como a Sphan, que se tornou Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) de 1990 a 1994, quando se reestabeleceu o nome Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Clerot (2019) também retoma as disputas em torno do nome IBPC e Iphan em sua dissertação. Diversos servidores do órgão e intelectuais com presença no espaço público apresentaram grande resistência à mudança do nome para “patrimônio cultural”. A justificativa apresentada pelos seus detratores era de que se perderia uma “marca forte”, um nome deveras conhecido e consolidado no vocabulário dos brasileiros. Ademais, dissociaria o instituto da sua trajetória. Acredito que esse novo embate em torno do nome do instituto demonstra que a concepção ampliada de patrimônio – cultural e não apenas histórico e artístico – é um indício de que os antigos embates do início da década de 1980 ainda não estavam superados.

Em 1992, o presidente Itamar Franco recriou o Ministério da Cultura e, em 1994, criou novamente algumas das instituições extintas durante o governo Collor. Durante toda a década de 1990 as principais ações do governo federal na área da cultura estiveram relacionadas ao financiamento indireto por meio de leis de incentivo, havendo pouco espaço para outras ações culturais.

Foi no contexto posterior a essa grande estruturação/ desestruturação/ reestruturação que se retomou o debate sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural para abarcar os *bens culturais imateriais*. Em outra ocasião, analisei o processo de formulação do Decreto n. 3.551/2000, que instituiu o registro dos bens culturais imateriais como Patrimônio Cultural do Brasil (DIANOVSKY, 2013).

Em fins de 1997, os antigos funcionários do CNRC e da Pró-Memória, lotados principalmente no então Departamento de Identificação e Documentação do Iphan, decidiram retomar a discussão sobre as adequações necessárias ao tombamento ou a criação de um novo instrumento de preservação para dar conta dos bens culturais vinculados à vida cotidiana dos grupos sociais formadores da sociedade brasileira e vinculados aos seus modos de viver, saber e fazer.

A introdução do livro *Os Sambas, as Rodas...* (IPHAN, 2006a; 2010) dá um salto temporal da Constituição Federal de 1988 até o Seminário de Fortaleza em novembro de 1997 sem qualquer explicação sobre o motivo desse hiato. O Seminário fora proposto para apresentar e debater as experiências nacionais e internacionais de atuação com o patrimônio imaterial e

discutir estratégias para sua proteção. Ao fim do seminário, elaborou-se uma carta, conhecida como a Carta de Fortaleza na qual era sugerido o aprofundamento desse debate e a viabilização de estudos para criação de um novo instrumento de proteção ao patrimônio, o “registro” – em oposição ao tombamento.

Luciana participou dessa construção e indica que a opção por um novo instrumento, em certo sentido, rompeu com a proposta de Aloísio Magalhães, mas foi o caminho possível frente à cultura institucional do Iphan e os resultados negativos da imposição do tombamento para preservação de práticas sociais e culturais:

Luciana: A gente de certa forma ali, ao decidir que criaríamos outro instrumento, a gente rompeu um pouco com a ideia do Aloísio porque a defesa do Aloísio era que o tombamento servia para tudo, material e imaterial. Agora, quando você pega o Decreto-Lei 25, que é o que rege até hoje o tombamento, fica difícil. [...] Então diante disso e diante até dos resultados desvirtuados que ações como a do [tombamento da Fábrica Tito Silva de] vinho de caju tomaram, decidimos que o melhor... Até porque seria difícil romper com essa cultura de 40 anos. (Entrevista em 2018)

Um novo e distinto instrumento de proteção possibilitaria uma atuação com os bens culturais imateriais sem desgastes internos frente aos procedimentos institucionalizados em torno do tombamento e suas estratégias de proteção preservação.

Luciana: Tinha que conter um instrumento adaptado a esses bens para sair dessa loucura da institucionalização do tombamento de uma outra maneira, para romper com essa legislação, então, inventar outra que trouxesse de volta a ideia que era do Mário, mas já sem essa carga de 40 anos de aplicação que dificultava, você ficava batendo nessa cultura [institucional] o tempo todo e tendo muito desgaste. E aí surge esse nome, registro, entendeu? Justamente para sinalizar que era, era... era uma visão de salvaguarda, não se usava esse termo ainda, diferente daquela do tombamento. Não só de salvaguarda, mas de reconhecimento também, um processo de reconhecimento distinto daquilo que fizeram com o tombamento e no que ele se tornou. (Entrevista em 2018)

A partir da Carta de Fortaleza, foi instaurada uma Comissão no Ministério da Cultura e um Grupo de Trabalho no Iphan para construir esse novo instrumento de proteção e reconhecimento. Foram dois anos de trabalho em que se analisou diversas iniciativas nacionais e internacionais, discutiu-se com diversos especialistas (em sua maioria esmagadora antropólogos e alguns juristas) e de outras instituições federais. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP, antigo INF) foi das instituições que mais colaborou com a construção do novo instrumento, participando ativamente do Seminário e do GT. O relatório final desse grupo de trabalho se tornou uma publicação institucional do Iphan de enorme tiragem (2006b): o tal “livro amarelo do registro”, que comentei, no início do capítulo, compor

o *kit* entregue para leitura de novos servidores e colaboradores do Departamento de Patrimônio Imaterial.

O resultado do Grupo de Trabalho e da Comissão foi a promulgação do Decreto n. 3.551/2000, que não possui definição do que são os bens culturais imateriais, apenas dos seus Livros de Registro – uma clara inspiração nos Livros do Tombo.

Art. 1º. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º. A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º. Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo. (BRASIL, 2000)

Esses Livros de Registro, assim como os Livros do Tombo, são formas de classificação do mundo social a partir de uma lógica fixada pelo Estado para seleção de objetos e manifestações culturais a serem alçadas a símbolos nacionais. As definições dos Livros de Registro de fins de 1990 se distanciam do foco em cultura material presente no anteprojeto do Mário de Andrade e no Decreto-lei n. 25/1937 dos anos de 1930. Também se distanciam da proposta de valorização dos produtos nacionais de fins dos anos de 1970.

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, expedida pela Unesco em 2003 – e com a qual o Brasil colaborou ativamente – apresenta uma definição para patrimônio cultural em seu segundo artigo:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. [...] (UNESCO, 2003)

Agora, no início do século XXI, o foco da ação institucional era efetivamente processos sociais e culturais e não mais objetos etnográficos. Como Fonseca (2004) aponta, foi necessário um deslocamento que distingue “bens que, uma vez produzidos, passam a apresentar um relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção [os bens materiais], e aquelas manifestações [imateriais] que precisam ser constantemente atualizadas [...], o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos”. Já, em uma cartilha de divulgação denominada *Patrimônio Cultural: para saber mais*, essa relação é colocada da seguinte maneira: “na preservação deste tipo de bem cultural importa cuidar dos processos e práticas, importa valorizar os saberes e os conhecimentos das pessoas.” (BRAYNER, 2009: 16)

O termo salvaguarda ainda não era utilizado amplamente, como Luciana apontou, e nessa citação da cartilha ainda se utiliza “preservação”. É patente que ainda estavam construindo arcabouços teóricos e procedimentos. A expressão salvaguarda foi acionada pela Unesco a partir de 2003, quando desenvolveu a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade – três anos depois da promulgação da legislação brasileira. Manuela Carneiro da Cunha (2005: 15), escreveu após a consolidação da política de salvaguarda e traça um breve paralelo entre “proteção” e “salvaguarda”. Para ela, no caso das ações da cultura vinculadas aos saberes e fazeres enraizados na vida cotidiana, o termo consagrado pela Unesco e adotado pelo IPHAN, “salvaguarda”, denota outros tipos de ação, muito mais vinculados a incentivos à continuidade das práticas culturais, associado a garantias de direito. Dessa forma, no vocabulário institucional, passou-se a diferenciar as ações junto aos bens culturais imateriais como “salvaguarda” – que comporta processos de mudança cultural – , enquanto a preservação – que poderia remeter à uma ideia de “congelamento” – era destinada aos agora chamados de “patrimônio material”.

Em início dos anos 2000, toda a política pública voltada para os bens culturais imateriais ainda estava sendo criada. Esse trabalho não se encerrou com o Decreto n. 3.551/2000. Em 2002, vieram os primeiros bens registrados: o Ofício de Paneleiras de Goiabeiras no Livro dos Saberes e a Arte Kusiwa: arte gráfica do Povo Wajãpi no Livro das Formas de Expressão.⁹⁸ O

⁹⁸ Para a lista completa dos bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, ver apêndice D. Os principais documentos que compõem os processos de Registro, assim como *link* para acesso ao processo eletrônico com toda a sua tramitação estão disponíveis no *Repositório Digital de Bens Culturais Registrados*. (IPHAN. *Repositório Digital de Bens Culturais Registrados*. Disponível em: <<http://bcr.iphan.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2023). Além disso, até 2017 os processos administrativos tramitavam em meio físico e estão sob a guarda do Arquivo Central do Iphan em Brasília.

primeiro se beneficiou de trabalhos já realizados pelo próprio Sphan/Pró-Memória e o segundo de etnografias produzidas por uma professora da Universidade de São Paulo.

Em paralelo a construção do novo instrumento de proteção, o então Departamento de Identificação e Documentação contratou uma empresa de consultoria para desenvolver uma metodologia de inventário voltado para todo o patrimônio cultural: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Essa ação foi desenvolvida por uma equipe multidisciplinar e coordenada por um antropólogo. Esse novo instrumento de pesquisa e produção de conhecimento aplicado ao patrimônio foi fortemente incorporado às ações voltadas para o patrimônio imaterial (CLEROT, 2019).

Então, em 2003, o Iphan passa por um processo de reestruturação administrativa e transforma os antigos Departamentos de Identificação e Documentação e de Proteção e Fiscalização nos novos Departamentos de Patrimônio Imaterial (DPI) e de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam). Essa mudança fora impulsionada pelos servidores da casa que acreditavam que era necessária uma estrutura específica para lidar com esses bens culturais e, ainda, fortalecer a nova prática institucional. Para a efetiva institucionalização da nova lida patrimonial foram necessários 20 anos de gestação e depois ainda uns tantos anos de organização administrativa interna para consolidar a prática com o patrimônio imaterial.

Para Maria, apenas naquele momento foi possível a convergência necessária para a institucionalização dessa política:

Maria: Tudo, tudo na minha trajetória no Iphan me mostrou, nas várias coisas que eu aprendi nessa escola, que é isso: são momentos. O momento de implementação da política de patrimônio imaterial foi aquele momento. Se tivesse sido um pouco depois ou um pouco antes, não teria sido do jeito que foi. (Entrevista em 2019)

Quando perguntei o que aquele momento possuiu de diferente, Maria apontou a convergência entre governo e Estado. Entre as discussões sobre patrimônio imaterial no Iphan e a proposta do governo Lula (2003-2010) e do seu ministro da Cultura, Gilberto Gil, para as ações culturais. Ainda que o Decreto seja do final do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), as ações com patrimônio cultural imaterial apenas começaram a ganhar tração e investimento a partir de 2003/2004.

Nesse momento, o Ministério da Cultura (MinC) também passava por sua “virada antropológica” ou, como dizia o ministro Gilberto Gil, o “*do-in*”⁹⁹ antropológico”. Com essa

⁹⁹ *Do-in* é uma forma de automassagem baseada na medicina tradicional chinesa por meio da qual se estimulam os pontos dos meridianos energéticos no corpo a fim de curar e prevenir doenças.

metáfora, o então ministro Gil buscava enfatizar uma nova concepção para as áreas de atuação. A partir do início do século XXI, o MinC expandiu seu escopo para além das linguagens artísticas – como teatro, música, artes plásticas etc. – e incluiu também ações estatais de incentivo e promoção a práticas culturais de diversos grupos sociais brasileiros, como povos indígenas, povos quilombolas e expressões da cultura popular. Além disso, houve um esforço político do ministério rumo a uma maior descentralização das ações junto a estados, municípios e sociedade civil organizada, assim como incentivo à produção cultural geograficamente diversificada, espalhando-se para além do Sudeste, e que tivesse um impacto na sociedade brasileira. O horizonte conceitual para esse novo enquadramento é a perspectiva a partir de fins de 1980 da cultura como um direito universal dos cidadãos brasileiros, e não apenas como ação de incentivo e repasse de recursos para produções culturais.

Caio Gonçalves Dias (2014; 2021) argumenta, em particular, que essa perspectiva foi o esteio para uma nova construção narrativa e intelectual sobre as políticas culturais que, posteriormente, justificaram a elaboração e execução de determinadas ações como sendo estratégicas para o governo e deslocando-as agora para a ideia de “políticas públicas de cultura”. Nesse contexto, o autor entende que houve um processo de governamentalização das políticas culturais, o que permite pensá-las e lê-las como tecnologias de governo. Lançando mão de técnicas de elaboração conceitual, mensuração por meio de dados e indicadores, normatização com leis e regramentos infralegais e planejamentos a partir de projetos, planos e programas, os agentes intelectuais, políticos e burocráticos produziram de maneira concomitante o escopo conceitual, a justificativa para as ações, os meios para atuação e, assim, as formas para a produção e reprodução da área de atuação, dos agentes e da política. Em certo sentido, entendo que Dias (2014; 2021) apresenta esse processo como a grande guinada do período 2002-2016, enquanto o “do-in antropológico” é apenas um dos elementos que permitiu a elaboração conceitual e o horizonte narrativo para a governamentalização das políticas culturais.

De todo modo, essa proposição para a área da cultura fortaleceu, entre outras áreas, justamente a atuação do Iphan com os bens imateriais e possibilitou a criação de condições efetivas para sua implantação. Para Maria, esse foi um momento de efervescência:

Maria: E o Lula com aquela... foi uma explosão de energia nesse país, foi uma explosão! Foi uma coisa de uma efervescência, de uma vontade de fazer as coisas: a criação, o ministério da cultura, o [Gilberto] Gil. O Gil chamava [nome de uma servidora] e a mim de "as meninas do patrimônio", "Fale com as meninas". [...] A gente tinha dinheiro! A gente tinha carta branca, né! A gente tinha recurso! E era o [Antônio Augusto] Arantes que chegou também: "Como é que nós vamos tratar isso agora? Como? Como que a gente vai implementar essa poli...?". Porque estava tudo... estava só o decreto. Do ponto de vista da implementação da política não tinha nada! E nada anterior tinha sido feito. A experiência do CNRC só foi inspiradora, mas não

dava mais para ser aplicada naquele momento histórico, naquelas condições objetivamente falando. E foi assim. Foi por isso que eu te disse que foi uma convergência e um momento de muita fertilidade. É como se eu tivesse... ali naquele... Hoje, olhando para trás, eu penso assim: como se os anos anteriores da minha experiência no serviço, no Iphan, tivessem sido uma preparação para aquele momento que chegaria, entendeu? Só que eu não sabia que aquele momento ia chegar e ia chegar daquele jeito né. Hoje olhando para trás... porque eu fui me construindo de uma certa forma para aquele momento. E eu acho que todos nós que participávamos daquele momento era um pouco isso, [nome de algumas servidoras], foi aquele momento, aquela convergência, aquela conjuntura política que permitiu. Eu acho que, no Brasil, as coisas acontecem assim: são conjunturas em determinados momentos históricos, condições objetivas de produção e de implementação de políticas ou de outras coisas, que você... se você tá ali naquele momento e está preparada, você faz; se não, você não faz. (Entrevista em 2019)

Essa fala de Maria é interessante por destacar a relação entre pessoas e instituições que comentei no primeiro capítulo. Além disso, ela indica também como a implantação das ações com o patrimônio imaterial possibilitou uma renovação mais ampla do Iphan:

Maria: E esse campo não teria se expandido, não teria se firmado como se firmou. E não teria trazido para o Iphan os méritos que trouxe porque as políticas de patrimônio de preservação do patrimônio edificado estavam destinadas a morrerem porque tá muito fora de, fora... e também inclusive fora das visões e das cartas que a própria Unesco fazia né. (Entrevista em 2019)

Celso também trouxe essa perspectiva de reconstrução das ações do Iphan a partir do patrimônio imaterial e foi o que denominou com cores fortes de “vingança dos antropólogos”.

Celso: E por que eu chamo de vingança dos antropólogos? Porque aí a gente vai cair depois em um outro acontecimento importante do ponto de vista histórico do Iphan. Acho que teve um momento de pico novamente na Constituição, que é isso: o quanto que o Iphan foi importante para que exista o artigo 216 hoje. Mas, a gente vem para um governo Collor de Melo que acaba com o Iphan, e aí as coisas se desmancham todas de novo. E isto dura muito tempo até reconstruir e até reforçar. E ele se reforça e se reconstrói através do olhar dos antropólogos, aí sim!

D: Você acha que ele se reconstrói através do olhar dos antropólogos...?

C: Eu acho que sim porque não tem mais ações fundamentais do ponto de vista do material. Que que fez o material, assim, que mudou?

Chamar de “vingança dos antropólogos” ou dizer que não há mais ações fundamentais relativas ao patrimônio material são frases de efeito. O tombamento e as ações de preservação do patrimônio material seguem fortes e presentes na atuação institucional, gerando também novos programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas).

Além disso, esse “olhar dos antropólogos” é algo amplo que inclui, para Celso, a colaboração desses profissionais como consultores ou como conselheiros e não apenas como

servidores; inclui também o conhecimento antropológico de maneira abrangente, e que informa a maneira de trabalhar a salvaguarda do patrimônio imaterial. Trouxe essa fala porque sugere a consolidação da “passagem” – como fraseou Jorge em uma citação adiante – para esse novo lugar do conhecimento antropológico como um dos aportes protagonistas da ação institucional.

2.5. Bifurcações e encruzilhadas

O último parágrafo da introdução d’*Os Sambas, as rodas...* informa que:

Quatro anos depois [do Decreto n. 3.551/2000], em 7 de abril de 2004, já na gestão de Gilberto Gil frente ao Ministério da Cultura, o Decreto n. 5.040 criou o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI), ao qual se integrou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. (IPHAN, 2010: 15)

A primeira edição, de 2006, fraseava um pouco diferente e terminava dizendo: “ao qual se subordinou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), em funcionamento desde 1958” (IPHAN, 2006a: 14).

Antes o CNFCP fora vinculado, em ordem decrescente, à Fundação Nacional de Artes (Funarte), ao Ministério de Educação e Cultura e ao Ministério de Relações Exteriores. Não é incomum, no governo federal, que instituições e funções sejam reorganizadas em diferentes posições do organograma geral da estrutura administrativa. Essas mudanças podem ser ocasionadas por diversos motivos, entre eles, perda da centralidade dessa função na perspectiva de ação estratégica de governo. Um exemplo disso consta na etnografia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que, como Carla Costa Teixeira e Andrea Lobo (2018) comentam, as trocas de lugares ocasionaram uma percepção, nos servidores, de que houve perda de prestígio e centralidade da instituição nos processos governamentais, assim como da noção de planejamento, além de um descompasso entre o seu lugar formal e o seu papel. No caso do CNFCP, me parece que as trocas de posições ao longo das décadas estiveram associadas— inclusive cronologicamente – às transformações no conceito de folclore, cultura popular e patrimônio cultural imaterial (Cf. ROCHA, 2009; CAVALCANTI, 2001; FONSECA, M. C. L., 2003, 2006; SANT’ANNA, 2003).

Foi assim que, em 2004, as trajetórias das ações estatais para folclore e cultura popular, definitivamente, se atrelaram às ações patrimoniais. Em um decreto de reestruturação administrativa. Em conversa com Vitória, *gestora* do CNFCP, perguntei como ocorreu essa alteração e ela tampouco sabia me explicar. Sua hipótese é que algum servidor do Ministério da Cultura ou do então Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao analisar o novo desenho institucional do Iphan, que destacava as ações com patrimônio imaterial em um departamento específico, decidira transferir o CNFCP para o Iphan sem diálogo prévio com os órgãos.

Servidores do CNFCP de fato colaboraram com a construção da política de patrimônio imaterial e compartilhavam com o Iphan outros pontos de convergência, como já explicitados ao longo do capítulo. Além disso, no início dos anos 2000, desenvolveram o projeto de pesquisa *Celebrações e Saberes da Cultura Popular* com a finalidade de ser uma experiência piloto para a implantação dos instrumentos então recém-criados para a salvaguarda do patrimônio imaterial: a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o registro de bens culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil. Todavia, atuavam na perspectiva de colaborar com uma política institucional da área da cultura que tinha grandes correlações com seu objeto de trabalho, não esperavam ser incorporados ao campo do patrimônio.

Já no que tange à uma colaboração mais institucionalizada da disciplina antropológica, essa também sofreu alterações a partir da constituição das ações do patrimônio imaterial. Desde 2004, o Museu Nacional não possui mais assento no Conselho Consultivo, o que pode parecer uma perda de espaço, mas na verdade representou uma mudança de posição. Nessa época, a então presidência do Iphan optou por convidar para compor o Conselho, em seu lugar, um antropólogo, garantindo assim, essa especialidade no Conselho, uma vez que diversos diretores do Museu Nacional não eram antropólogos ou arqueólogos, mas botânicos ou entomologistas. Posteriormente, em 2012, durante uma reestruturação do Conselho Consultivo e da composição de seus membros, o Iphan destinou um assento fixo à Associação Brasileira de Antropologia e à Sociedade de Arqueologia Brasileira. A partir desse momento, a relação do Iphan com as instituições da Antropologia já não mais perpassava questões sobre o “patrimônio científico” e guarda de “coleções museais”.

Jorge, em nossa conversa, denominou esses momentos, que discuti ao longo desse capítulo, como uma passagem:

Jorge: É interessante essa passagem, quer dizer, você tem uma fase em que a antropologia ela entra em relação aos objetos etnográficos [inscritos no Livro do

Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico], então aí é o, digamos, o rebatimento da dimensão material em relação a populações tradicionalmente estudadas por antropólogos: indígenas, afrodescendente, acho que não tem nada lá no Livro Etnográfico. [...] Então seria interessante também nesse percurso histórico essa transposição, quer dizer, o antropólogo como um especialista, né, na instrução dos processos de tombamento de acervos de interesse etnográfico e os antropólogos que participam dos processos de patrimônio imaterial. (Entrevista em 2017)

Essa transposição levou, como eu disse, mais de vinte anos, se tomarmos como um marco inicial o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1984, e, como ponto de chegada, o primeiro concurso do Iphan em 2005/2006 com o ingresso expressivo de cientistas sociais e antropólogas no quadro de servidores do órgão. Uma passagem do conhecimento antropológico e da atuação de antropólogas e cientistas sociais de um lugar de assessoria para um lugar de protagonismo nas ações de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural.

3. VAGAS: O CONCURSO PÚBLICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

O objetivo deste capítulo é debater a conexão entre o concurso público e a institucionalização de novas práticas profissionais para antropólogas no campo do patrimônio cultural, uma vez que é por meio dele que se dá o a forma de ingresso de profissionais formados em Antropologia e/ou Ciências Sociais na carreira no Iphan. Para tanto, analisei, entre outros documentos, os processos administrativos de contratação das bancas examinadoras dos três concursos públicos ocorridos para o Iphan (2005, 2009 e 2018),¹⁰⁰ realizei entrevistas com antigos gestores e integrantes das comissões de concurso e até encontrei perdido, no meio dos meus documentos pessoais, o caderno de prova do concurso de 2009. Analiso também uma cena pública durante o Conselho Consultivo acerca de uma disputa entre áreas de conhecimento atreladas ao campo do patrimônio cultural.

3.1. Relações vagas: “adiantando hipóteses” sobre a inserção de antropólogas na burocracia

Antes de adentrar na análise etnográfica sobre os concursos públicos para o Iphan, quero adiantar para você, leitora, minhas hipóteses, agora conclusões, assim como fiz com as interlocutoras.

Em boa parte da bibliografia sobre “novas inserções profissionais”, encontra-se uma explicação causal para este novo cenário. Partindo da Constituição Federal de 1988, que alargou o conceito de patrimônio cultural e também ampliou diversos direitos, como direitos indígenas, quilombolas, sociais, territoriais, aponta-se que a sua consequência direta foi a necessidade de

¹⁰⁰ Apenas tive acesso aos membros da comissão e ao processo administrativo para contratação da banca examinadora do concurso de 2018 após a plena finalização do certame, já que, durante o seu andamento, o processo e a comissão ficam sob termo de sigilo absoluto. Após a sua conclusão, o processo se torna público e pode ser acessado por meio da lei de acesso à informação ou pesquisa pública no Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Os processos referentes aos concursos de 2005 e 2009 acessei presencialmente nas instalações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Iphan por meio de uma solicitação formal.

atuação de antropólogas em determinadas ações estatais vinculadas aos “temas clássicos” da Antropologia e voltadas para *povos e comunidades tradicionais*.¹⁰¹

Essa relação de causa e consequência aparece, por exemplo, de maneira mais direta:

É importante notar que esse progressivo reconhecimento e a institucionalização da profissão observada além do ambiente acadêmico e a demanda crescente pela expertise antropológica em diferentes instâncias, estão vinculados ao reconhecimento de direitos coletivos e difusos. (BARRETTO FILHO, 2017: 18-19)

Considerando: 1) a ampliação dos espaços de exercício profissional do ofício antropológico; 2) a apropriação de princípios antropológicos nos dispositivos constitucionais e legais que reconhecem direitos étnicos e à diferença; 3) a generalização das políticas de reconhecimento pelo Estado brasileiro e a consequente generalização do recurso a “antropólogo(a)s” na elaboração e execução de políticas públicas (Moção aprovada na Assembleia Geral da 26ª RBA, realizada em Porto Seguro, BA, em junho de 2008 *apud* BARRETTO FILHO, 2017: 29)

Ou de modo mais subentendido:

[...] nos últimos 20 anos [1988-2008] houve enorme expansão do mercado de trabalho fora da academia [...]. Além da ampliação desta atuação em órgãos públicos diversos, com destaque para o Ministério Público Federal e para o Ministério da Reforma Agrária que têm feito concursos públicos nesta área, antropólogos têm sido requisitados para atuar nos mais diversos domínios das políticas públicas [...]. Embora as chamadas minorias étnicas e sociais venham sendo alvo privilegiado do trabalho antropológico também fora da academia, tudo indica um processo de ampliação dos segmentos populacionais, assim como do universo de problemas e de situações sociais sobre os quais os antropólogos deverão ser cada vez mais chamados a colaborar no campo das políticas públicas. (CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R., 2008: 9)

Mudanças expressivas instalaram-se no período de meados dos anos 80 a inícios dos anos 90, abrindo muitas portas novas de entrada e saída na disciplina. [...] Em suma, uma configuração temática que orbita o problema do surgimento e da manutenção da forma política e do conceito de Estado nacional. Some-se a isto a crescente necessidade de reflexão sistemática gerada pelo progressivo aumento dos espaços de profissionalização extrauniversitários, seja na administração pública de Estados nacionais, em agências de cooperação técnica internacional – fenômeno que ganhou novos matizes no mesmo período – seja em organizações não-governamentais, sobretudo nos desdobramentos dos ‘processos de democratização’ pós-regimes autoritários coetâneos e sobreviventes ao ‘mundo da guerra fria’ em países latino-americanos, africanos e asiáticos. (SOUZA LIMA; CASTRO, 2008: 365-366)

Pelas citações é possível perceber que é uma relação aceita e consolidada. À qual eu também aderiria. Entretanto, quanto mais tempo em campo passava, mais percebia que a simples relação entre ampliação e reconhecimento de direitos e, ato contínuo, a ocupação por antropólogas nas carreiras estatais, em particular, no Iphan, possuía outras nuances que não estão aqui claramente expressas.

¹⁰¹ Uso aqui o termo nativo da administração pública consolidado pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

No lugar de uma relação de causa e consequência, acredito haver uma relação de afinidades eletivas que envolvem também outros processos de institucionalização. Marx Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004), utiliza o conceito de afinidade eletiva para expressar uma relação de convergência e de influências recíprocas entre fenômenos independentes que, destarte, se afetam e se potencializam em determinada direção; afastando-se assim de uma relação de causalidade.

Um segundo processo de institucionalização que alguma leitora poderia indicar é a expansão do ensino superior com a ampliação dos programas de pós-graduação e das universidades federais e institutos de ensino tecnológico. Na etnografia sobre o Ipea, Carla C. Teixeira e Sérgio Castilho sugerem que:

O crescimento do sistema universitário como um todo, tanto das graduações como das pós-graduações, em especial em antropologia e ciências sociais, teve como consequência a formação de um número de antropólogos e cientistas sociais maior do que aquele absorvido pela universidade. Esses antropólogos e cientistas sociais começaram a ocupar outras posições no mercado de trabalho: em diversos órgãos do governo, em institutos de pesquisa de opinião pública, como especialistas em marketing ou consultoria política, como fundadores, membros ou ativistas de organizações não governamentais (ONG) etc. (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020: 35-36)

Maria, uma de minhas interlocutoras, servidora do Iphan desde os anos de 1980, também acrescentou esse fator na equação:

Isso aí é uma coisa importante que é uma coisa que eu já me perguntei também. Quando eu comecei a estudar para antropologia era muito comum e fazia parte quase necessária a atuação dos antropólogos na Funai. Essa coisa indígena... Era tempo da ditadura essa coisa indígena tava pegando, né? Os antropólogos foram... eram os mediadores, eram os que traziam informações de campo atualizadas para Funai. [...] E essa era uma tradição na antropologia no Brasil [o compromisso na atuação junto aos povos indígenas]. O conhecimento que a gente produzia na academia era mesmo... a Funai e a academia eram coisas que a gente só transferia daqui para lá e de cá voltava, entendeu? Eu não lembro que tinha uma divisão tão marcada entre a atuação do órgão indigenista do estado e a atuação na academia. [...] Eu não sei em que momento; talvez foi depois da Constituição de 88 que isso começou a ficar mais marcado. E eu acho que tem a ver com o mercado de trabalho. As universidades estavam produzindo mais antropólogos do que poderiam absorver nos seus quadros. Ao longo do tempo várias universidades foram sendo criadas; várias universidades foram sendo criadas e dentro dessas universidades, os cursos de Ciências Sociais em antropologia, mas mesmo assim se produzia, eu acho, mais antropólogos do que a capacidade das universidades de absorvê-los como professores e pesquisadores. Então tinha uma reserva aí, uma reserva de trabalho enorme, uma reserva que tinha que ser absorvida. Então, Funai, Iphan enfim essas instituições mais voltadas para um determinado público começam a absorver antropólogos. Eu acho que o mercado de trabalho foi se especializando de alguma maneira e se dissociando dessa forma. (Entrevista em 2019)

É claro que essa distinção demarcada, nos dias de hoje, entre espaços acadêmicos e espaços de atuação burocrática é mais analítica que real. Diversos pesquisadores com posições

nas universidades, ONGs e empresas colaboraram ao longo do século XX e colaboram até hoje de modo recorrente com diferentes ações estatais. Entretanto, o que chama atenção é o progressivo aumento de demanda por profissionais da Antropologia e Ciências Sociais nas carreiras da burocracia após 1988. Maria iniciou sua vida profissional em um momento de maior fluidez entre esses espaços – “a Funai e a academia eram coisas que a gente só transferia daqui para lá e de cá voltava, entendeu?” – e na qual a mediação era realizada principalmente por pesquisadores e não necessariamente por servidores de carreira.

Algo aconteceu após 1988. Entretanto, ainda que a expansão do ensino superior possa ser um fator nesse cenário, me parece pouco crível que instituições públicas, como o Iphan, passem a absorver profissionais da Antropologia e Ciências Sociais porque havia grande oferta. Mas, sim, é plausível que, com a ampliação de postos de trabalho voltados para essas áreas,¹⁰² profissionais que ainda buscavam uma colocação no mercado começaram a olhar para as carreiras burocráticas como uma possibilidade alternativa às carreiras de ensino e pesquisa. Como uma oportunidade de emprego estável.

Há ainda um outro efeito da Constituição Federal de 1988, além da ampliação dos direitos: a consolidação do concurso público de provas e títulos como único meio de ingresso em cargo federal do quadro efetivo e estável. O concurso público não é uma novidade da CF/88 e possui um longo processo de institucionalização que se inicia ainda no Governo Vargas (Cf. SILVA, B. M., 2019). Entretanto, as décadas que precederam a constituinte também foram marcadas por um período de flexibilização das estratégias de seleção e contratação de agentes públicos decorrentes de outras maneiras de organizar o Estado brasileiro e sua burocracia. Como, por exemplo, a própria Fundação Pró-Memória em que diversos funcionários eram contratados para projetos por CLT. Evidentemente, ainda hoje, existem outras formas de colaboração para ações estatais, como contratos de consultoria por meio de agências internacionais ou terceirização dos serviços, por exemplo. Entretanto, após 1988 ocorreu uma progressiva diminuição das demais estratégias, cada vez mais pontuais, e o fortalecimento do concurso público e da estabilidade.

O quarto fator me parece ser o crescente processo de institucionalização de determinadas políticas públicas, como a de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Não basta haver uma diretriz na Constituição. Não basta a promulgação de um Decreto. É preciso que ocorra a progressiva implementação e consolidação de ações estatais que requerem profissionais, pessoas, para executá-las de maneira contínua no órgão. Assim, quanto maior a

¹⁰² Para um panorama sobre o mercado de trabalho atual para antropólogas, ver FLEISCHER, 2018.

institucionalização de uma determinação política pública, maior a demanda por ações permanentes e, conseqüentemente, maior a necessidade de profissionais com determinado perfil, no quadro, para cumprir essa função. Então, na oportunidade de realização de um concurso público, haverá a solicitação por esse profissional e que será entendida como prioritária.

Em 1988, a nova Constituição Federal instaurou as bases para um novo funcionamento da burocracia estatal – ainda que sofra alterações, fortalecimentos ou arrefecimentos a depender da linha de atuação dos governos. Foi, nesse momento, que foram impulsionados processos de institucionalização (1) de direitos sociais e culturais mais amplos; (2) de expansão do ensino superior; (3) da forma de ingresso e de organização das carreiras estatais se somaram a (4) implementação de determinadas políticas públicas voltadas para garantias de direitos universais. A confluência desses processos afetou o processo de institucionalização (5) de “novas” (velhas) práticas profissionais para antropólogas e cientistas sociais. Essa conclusão a que cheguei traz, assim, novos elementos para a compreensão do fenômeno do aumento da participação de profissionais da antropologia e das ciências sociais na execução de políticas públicas. A configuração de afinidades eletivas entre esses cinco processos de institucionalização não contrapõe as hipóteses anteriormente levantadas pelos autores citados e, sim, complexifica o cenário.

Neste capítulo, percorro alguns elementos dos processos administrativos para realização de três concursos públicos do quadro efetivo do Iphan que me permitiram complexificar a relação de causa e consequência e a perceber essas demais conexões entre *Fazer Estado ao Fabricar a Antropologia*.

3.2. Quando o olhar vagou: um evento em campo desfocou para focar

Uma situação em campo me fez olhar mais detidamente para os processos de ingresso nas carreiras estatais. Chamou-me a atenção uma disputa pública em torno de reserva de mercado para profissionais do patrimônio durante uma reunião do Conselho Consultivo sobre quais seriam os perfis profissionais e formações necessárias para atuar no campo do patrimônio. Isto me fez questionar a relação causal entre políticas de reconhecimento voltadas para direitos

culturais e a atuação direta de profissionais da Antropologia e Ciências Sociais na execução dessas políticas públicas, além de refletir sobre o perfil do *Técnico* do Iphan.

3.2.1. *O Iphan não é apenas uma casa de arquitetos*

Em maio de 2018, me dirigi ao Iphan para acompanhar uma reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural¹⁰³ que ocorria na sede do instituto em Brasília em uma ampla sala de reunião, formalmente decorada com tecido vinho cobrindo algumas de suas paredes, no quinto e último andar do edifício, ao lado da Procuradoria Federal no Iphan e do Gabinete da Presidência. Tendo trabalhado nos processos de reconhecimento do patrimônio imaterial no Iphan desde meu ingresso, em 2010, já acompanhara essas reuniões um sem número de vezes. Era uma sensação familiar.

Nessa reunião em particular, entretanto, ia como pesquisadora interessada em acompanhar a análise de dois processos de reconhecimento, um de Registro e outro de tombamento, que incidiam sobre um mesmo território e eram anunciados pelos gestores do alto escalão do instituto como uma das primeiras iniciativas de análise articulada de *bens culturais imaterial e material*. Interessava-me perceber como mobilizariam os conceitos e apresentariam as questões de áreas distintas. Mas, fui pega de surpresa com algo que fez meu “olhar vesgo” vagar (GELLNER; HIRSCH *apud* TEIXEIRA, CASTILHO, 2020: 5).

Antes de adentrar na pauta do dia, a presidência do Conselho, que também é presidente do Iphan, abriu espaço para uma discussão de vinte minutos a pedido de um dos conselheiros, o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), e com a presença do então presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Nos meses que precederam essa reunião, havia sido levantado um debate em torno de uma resolução interna do CAU, a Resolução n. 51/2013 (CAU, 2013), na qual se estabelecem as áreas privativas de exercício profissional de arquitetos e urbanistas.¹⁰⁴ A tensão se deu

¹⁰³ Para uma descrição sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ver o capítulo 2.

¹⁰⁴ Segundo a nota das entidades (ABA; ABD; ADP; et. al., 2018: 3), o CAU é “único conselho que possui a atribuição de regular as atividades privativas de seus profissionais” (BRASIL, 2010, parágrafo 1º do art. 3º) por meio de normativas infralegais e Constituição Federal de 1988 estabelece que essas restrições ao livre exercício profissional só deverão ser estabelecidas por meio de lei.

primeiro entre o CAU e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). A disputa chegara à Câmara dos Deputados, onde um parlamentar apresentou o Projeto de Lei (PL) n. 9818/2018 (que tinha como objetivo revogar alguns artigos da lei que regulamenta a profissão de arquitetos e urbanistas a fim de acabar com a prerrogativa do CAU de definir a área de atuação privativa e as áreas de atuação não privativas) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) n. 901/2018 para sustar os efeitos da referida Resolução. Esse movimento chamou atenção de outras entidades científicas e de classe que entendiam haver um sobreamento entre suas áreas de atuação e aquelas que o CAU reservava para arquitetos e urbanistas, entre essas uma parte sobre patrimônio cultural. Entidades emitiram uma nota apoiando o PL e o PDL (ABA; ABD; ADP; et. al., 2018). Entre as instituições que assinaram a nota estavam a ABA, a Sociedade Brasileira de Arqueologia (Sab), Associação Nacional de História (ANPUH) e o Conselho Federal de Museologia (COFEM).

O CAU, por sua vez, emitiu duas notas esclarecendo a situação para seus associados e para as entidades implicadas. Nessas duas manifestações – que foram distribuídas durante a reunião do Conselho Consultivo – defendia-se não haver sobreamento das demais áreas que atuam em colaboração com arquitetos e urbanistas em determinadas atividades. Sobre patrimônio cultural, por exemplo, dizia que a resolução se referia exclusivamente a questões sobre patrimônio edificado (CAU, 2018a; 2018b), reafirmando, inclusive, "**seu COMPROMISSO COM A MULTIDISCIPLINARIEDADE** que caracteriza a prática profissional de arquitetos e urbanistas dos diferentes campos de nossa atuação" (CAU, 2018a: 2; grifo e caixa alta no original). Todo esse contexto apenas consegui apreender depois da reunião, lendo as cartas emitidas, o conteúdo do PL e PDL e as notícias sobre o assunto nas mídias sociais do CAU.

É preciso observar ainda que a reunião do Conselho Consultivo é um momento de disputa e negociação entre diversos atores do campo do patrimônio cultural em torno da valoração de bens culturais que, permeados por elementos simbólicos, entrarão no rol do patrimônio nacional. Gilberto Velho (2006) descreveu esse processo ao refletir sobre a reunião que tratou da proposta de tombamento do Terreiro de Casa Branca, e para o qual fora designado Conselheiro-relator. Velho analisou os debates desta reunião sob a lente da teoria do drama social, de Victor Turner (2008), a partir da qual identificou dois grupos antagônicos disputando a definição do que poderia ser elegível como representativo da identidade nacional brasileira. Quiçá a sugestão de Velho de pensar essas disputas sob a lente do drama social me ajude a entender o que presenciei.

Turner entende que as relações sociais também são mobilizadas processualmente por meio de conflitos, tensões e disputas e, neste sentido, possibilitam desvelar elementos estruturais da vida social. Desta forma, Turner focaliza a ação social e simbólica, a “unidade de processos anarmônicos ou desarmônicos que surgem em situações de conflito” (TURNER, 2008: 33). São ações públicas e observáveis que se desenrolam em quatro fases típicas e escalonadas: 1) de ruptura; 2) de crise crescente; 3) de ações corretivas; e 4) de reintegração do grupo ou reconhecimento do dano causado pelo conflito.

Para Turner, na primeira fase, ocorre a ruptura das relações sociais formais entre sujeitos ou grupos sociais que atuam dentro de um campo de interação social devido a situações de transgressão a uma norma. Pensando sobre esta querela das áreas privativas de atuação de arquitetos e urbanistas, a Resolução CAU n. 51/2013, em certo sentido, realizou essa ruptura. Ainda que tenha sido aprovada em 2013 e a situação só tenha reverberado cinco anos depois, em 2018, os demais grupos profissionais que atuam em áreas afins, como no campo do patrimônio, identificaram ali uma ação que infringiria o princípio do livre exercício profissional.

A segunda fase, de crise crescente, se desenrolou com a troca de cartas e com um debate levantado algumas semanas antes da reunião do Conselho, durante o Simpósio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), uma entidade multidisciplinar. Ainda que me seja alheio o conteúdo da discussão neste evento, parece-me que a situação não encontrou solução, sendo então levada para exposição na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 15 de maio de 2018. O conselheiro representante do IAB, que solicitou o espaço para esse debate, assim introduziu o assunto:

tem havido uma polêmica muito grande, inclusive no campo do patrimônio cultural, sobre a Resolução 51 [...]. É uma polêmica que surge agora. Existe um projeto de lei em discussão no Congresso e, por uma compreensão equivocada [...] está causando uma celeuma desnecessária. Então, conversando com o Presidente [do CAU], na semana passada, achamos que era interessante *aproveitar a oportunidade de termos aqui personalidades de diversas instituições da área do patrimônio, além do próprio Iphan, indiscutivelmente*. O próprio [nome de um gestor do alto escalão do Iphan], recentemente, no simpósio do Icomos, em Belo Horizonte, se manifestou sobre a resolução. [...] achamos que era uma oportunidade importante para esclarecer que a Resolução 51, e *nenhuma outra resolução ou norma do CAU, interfere obviamente na atuação dos outros profissionais, que é fundamental esse trabalho em parceria*. (fala do conselheiro representante do IAB na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em maio de 2018; grifo meu)

Entendo que a cena pública de debate se encontra na terceira fase do drama social. Turner aponta que nesse momento são realizadas ações corretivas em que mecanismos de ajuste são acionados por lideranças ou representantes de determinado campo social a fim de arbitram

sobre a questão em disputa. Esses mecanismos variam de complexidade e tipo, abarcando desde conselhos pessoais, mediação, arbitragem informal até mecanismos legais e jurídicos. Ainda que mecanismos legais e jurídicos já estivessem em curso desde o início da questão por meio do PL e PDC, tanto o presidente do CAU quanto o representante do IAB levam a questão para “explicação” entre os membros do Conselho Consultivo, buscando um apaziguamento sobre o ponto em disputa por meio da mediação do próprio Iphan, “indiscutivelmente”, com as demais “personalidades de diversas instituições da área do patrimônio”.

Como se pode depreender da fala do conselheiro do IAB, a expectativa que tinham era de trazer esclarecimentos para a reunião e encerrar uma “celeuma desnecessária”. O presidente do CAU iniciou sua intervenção em defesa da Resolução afirmando que se tratava da delimitação da atuação de arquitetos com base em sua especialidade acadêmica, “baseado na formação, coisas que outras profissões não têm”. Desta forma associava o exercício profissional a diretrizes curriculares de graduação. Entretanto, também oferecia espaço para a “harmonização entre as profissões” a partir do diálogo e do “respeito que têm umas profissões que, de uma forma ou de outra, agregam trabalhos, agregam informações, agregam conceitos, para que possamos desenvolver a arquitetura e o urbanismo” (fala do presente do CAU durante a reunião do Conselho, maio de 2018).

Essa intervenção, ao invés de apaziguar a situação, levou a um posicionamento mais enfático em defesa da multidisciplinariedade nas atividades relacionadas ao patrimônio cultural por parte dos demais. Além da presidente do Conselho e do representante do IAB, houve falas do representante da sociedade civil – professor universitário de arquitetura – e dos representantes da SAB e do Ibram.

Um conselheiro da sociedade civil contemporizou afirmando que a resolução se referia especificamente ao patrimônio edificado, mas solicitou que o CAU revisasse sua manifestação para reforçar esse ponto, pois, de outra forma, estaria perdendo, no debate público, seus “aliados naturais”, que seriam os profissionais que atuam em outras áreas afeitas ao patrimônio cultural. Já o conselheiro da SAB reforçou que pelo menos dez entidades leram atentamente a resolução e chegaram à conclusão de que haveria, sim, sobreposição.

As intervenções realizadas durante a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de maio de 2018 não se distanciaram muito do que já estava apresentado nas cartas, manifestações e notas de esclarecimento que circularam algumas semanas antes.

Mas, qual a relação dessa disputa por mercado de trabalho no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural com os concursos públicos do Iphan, você, leitora, deve estar se

perguntando. Eu também me fiz pergunta semelhante quando o debate deu essa guinada. Dias antes da reunião o Iphan havia conseguido, enfim, a autorização do então Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para realização do terceiro concurso do órgão (IPHAN, 2018a). A presidente do Iphan externou, assim, sua preocupação com uma possível interferência do CAU no iminente concurso do órgão.

Eu queria colocar para você, como presidente do Conselho, e para os conselheiros que, nesses 81 anos, o Iphan teve três concursos. Eu estou no Iphan e sou historiadora há 38 anos. *Tem-se a ideia que o Iphan é uma casa de arquitetos, porque, no início da trajetória do Iphan, essa coisa muito forte da arquitetura.* Eu falei, antes de você chegar, que hoje essa reunião do Conselho Consultivo é uma reunião histórica, porque estamos trabalhando com o conceito de território e um olhar absolutamente multidisciplinar, porque *o Iphan hoje é multidisciplinar.* Então, *nós consideramos o técnico do Iphan um técnico da área de preservação.* (fala da presidente do Conselho e do Iphan na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em maio de 2018; grifo meu)

Foi esse comentário sobre o concurso para a não mais “casa de arquitetos” que me chamou atenção para o que estava sendo discutido. Turner (2008) sublinha que a terceira fase dos dramas sociais é especialmente reveladora em estudos de mudança social pela maneira com que os atores são capazes ou não de contornar conflitos e crises, já que neste momento tanto “as técnicas pragmáticas quanto a ação simbólica alcançam sua mais plena expressão”, posto que os atores sociais se apresentam com clareza de pensamento. (TURNER, 2008: 36).

É interessante observar que essa fala reforça que em algum momento no tempo a arquitetura fora, sim, considerada a principal área de atuação no campo do patrimônio cultural no Brasil e que respaldava a atuação estatal.¹⁰⁵ Entretanto, agora, havia uma outra configuração de forças e hierarquias em relação aos conhecimentos multidisciplinares voltados para as políticas de preservação do patrimônio cultural. Não só “o Iphan *hoje é multidisciplinar*” [grifo meu], como seu profissional é um técnico da área de preservação, não sendo caracterizado exclusivamente por uma formação específica, mas sim pelas atividades atreladas à missão institucional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Depois de definir essa forma de atuação profissional contemporânea e, para contornar a crise, a presidente do Conselho e do Iphan acrescenta uma crise ainda maior:

Eu queria pedir a você, como presidente, que lutamos muito num momento muito difícil para conseguir esse concurso. Eu coloquei aqui, ano passado, e os conselheiros mais antigos acompanharam, *a luta* que foi o Iphan com 626 funcionários, sendo que

¹⁰⁵ Para uma apreciação sobre a relação entre o processo de institucionalização da profissão de arquiteto e a institucionalização das políticas de patrimônio, ver CHUVA, 2017.

480 estão em abono de permanência,¹⁰⁶ e vamos chegar em 2019, com uns [inaudível] servidores. Praticamente o órgão fecharia as portas. Então, vocês podem imaginar *o que foi conseguir, no Congresso Nacional, depois da lei do teto, colocar o concurso do Iphan*, porque a lei do teto proíbe a criação de novas vagas. [...] *Eu gostaria de pedir, por favor, ao CAU que não colocasse óbice para o concurso do Iphan porque já há um questionamento da quantidade de vagas de arquitetos*, e o concurso tem vagas para arquitetos, para arqueólogos, para historiadores, para museólogos, para geógrafos, para economistas, para administradores, para historiadores, enfim, *o Iphan é multidisciplinar. Não é apenas uma casa de arquitetos*. Então, fica aqui, por favor, o pedido da presidência porque, se houver qualquer problema com esse concurso, o Iphan fecha as portas. (fala da presidente do Conselho e do Iphan na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em maio de 2018; grifo meu)

Sua preocupação era, portanto, com um “óbice”. Uma judicialização, suponho, do concurso do Iphan a partir de uma demanda do CAU por mais vagas para arquitetos e urbanistas baseado na atribuição de atividades privativas. Tanto que pontua repetidamente em sua fala que o Iphan é multidisciplinar e “não é apenas uma casa de arquitetos”.

A essa preocupação pela garantia de transcorrência do concurso do Iphan se somou a fala do Conselheiro representante do IBRAM:

Em primeiro lugar, acho que a questão essencial, é o cumprimento à [nome da presidente] e ao Iphan, por essa vitória. E eu, como [qualifica sua posição institucional] acompanhei essa *luta hercúlea* que foi, quero registrar a importância que isso significa, do ponto de vista da administração pública federal e do impacto que isso tem. Porque, *foi uma das raríssimas organizações que conseguiu essa vitória*, o que isso significa e que, realmente, acho que nesse momento é absolutamente fundamental que essa vitória seja preservada, que esse concurso seja garantido e, portanto, *esse apelo* ao CAU e, novamente, a todas as outras entidades de classe, no sentido de *que se respeite e se reconheça esse concurso do Iphan como uma vitória para toda a área do patrimônio, para toda a área da cultura*. (fala do Conselheiro representante do IBRAM na reunião do Conselho de maio de 2018; grifo meu)

Uma “luta” que poucas instituições do governo federal conseguiram travar naquele período, em especial, devido à Emenda Constitucional que limitava o teto de gastos e incidia sobre a folha de pagamento do governo federal. As restrições orçamentárias, pressões políticas e prioridades das agendas governamentais são elementos que desempenham papéis nas relações de poder colocadas em ação para lograr a autorização para abertura de concurso público junto ao Ministério da Economia (então MPOG). As imagens simbólicas comumente evocadas durante essa reunião, como “luta hercúlea”, “conquista” e “vitória”, dão o tom do que representa a negociação pela recomposição do quadro funcional para a manutenção e continuidade da atividade de órgão público.

¹⁰⁶ Abono de permanência é o termo utilizado na administração pública para as situações em que o servidor já possui tempo e idade mínimas exigidas para se aposentar, mas opta por continuar no quadro da ativa. Entretanto, a qualquer momento, pode entrar com o pedido de aposentadoria.

A discussão durou vinte minutos e se encerrou por meio da condução da presidente do Conselho, que junto com os demais conselheiros, demarcaram que aquele era o início de um diálogo que continuaria em outro momento.

Quanto à quarta fase do drama social, o CAU reconheceu as sobreposições que a Resolução gerava. Passou os anos seguintes realizando audiências públicas e debatendo a Resolução n. 51/2013 (CAU, 2019a; 2019b; 2021a; 2021b; 2021c), até que, em 2021, a revogou definitivamente e emitiu uma nova, a Resolução CAU n. 210/2021. A principal mudança foi a exclusão dos termos “atividades privativas” e/ou “exclusivas” e sua substituição pela expressão “habilidades e competências”, que associaram diretamente às grades curriculares dos cursos de graduação. No que se refere especificamente ao campo do patrimônio cultural, alteraram o glossário e a descrição das atividades para contemplar tão somente o “patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico”. Excluíram ainda duas atividades privativas que constavam na Resolução anterior e se assemelhavam sobremaneira à descrição do cargo de “Técnico” presente nos editais dos concursos do Iphan. Creio, portanto, que aqui residia a preocupação da presidente do Conselho.¹⁰⁷

Saí daquela reunião decidida a analisar os processos de contratação das bancas examinadoras para os certames do Iphan. Mesmo naquela breve cena pública foi possível vislumbrar a miríade de conexões que se estabelecem a partir do concurso público. Relaciona-se, obviamente, com mercado de trabalho e formação universitária. Todavia, as falas da então presidente do Iphan permitem entrever que a concepção de um concurso demanda reflexões sobre o perfil profissional com o qual se almeja compor o quadro do órgão em prol do desempenho das suas funções estatais. Possibilita vislumbrar também “a luta”, isto é, as relações e práticas de poder engendradas no seu desenvolvimento a partir de negociações entre instituições estatais, expandindo o olhar para além dos limites físicos do Iphan. Ademais, revela uma correlação entre a diversidade de atuações na lida com o patrimônio cultural e a sua relação com campos de formação profissional.

Essa disputa durante o Conselho Consultivo me levou a pensar sobre o concurso público não apenas como uma fonte de informações sobre mercado de trabalho ou um mero procedimento para acesso às carreiras estatais. Concurso público é uma tecnologia de governo (Cf. FOUCAULT, 1979) específica voltada para seleção de profissionais que decorre de arranjos estatais e políticos específicos. Nesse sentido, antes de me aprofundar na construção

¹⁰⁷ Para uma comparação entre a redação da Resolução CAU n. 51/2013 e da Resolução CAU n. 210/2021, ver anexo B.

dos três concursos para o Iphan é necessário situar como o concurso público veio a ser a estratégia legítima de seleção de profissionais para as carreiras estatais.

3.3. Institucionalização do concurso público

No levantamento que realizei, localizei poucos trabalhos das Ciências Sociais sobre os concursos públicos. Encontrei reflexões na perspectiva do direito administrativo (SOUSA, 2011) e constitucional (SILVA, R., 2013; SILVA, P., 1988) ou análises na área da administração pública que enfocam no concurso como estratégia de seleção de pessoal e no papel do servidor público (SIQUEIRA, 1950). Há trabalhos da psicologia social que refletem sobre a eficácia e adequação do concurso público como estratégia de seleção de pessoal (Cf. MACÊDO; et al., 2016) ou sobre as motivações profissionais e pessoais na escolha por carreiras públicas (Cf. ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011). No campo da linguística, existem análises de discurso acerca dos editais de concurso público (Cf. BATISTA, 2011; MARTINO, 2008; DESCARDECI, 1992). Outros buscam compreender os efeitos dos concursos públicos na profissionalização de determinada categoria, como docentes de história (Cf. SANTOS, 2009). Fontainha, et al. (2015) buscou analisar os editais para além do que dizem, e compreender as ideologias que os fundamentam e aquela que eles constroem. Na antropologia, localizei a tese de Boris Maia e Silva (2019) na qual analisa o processo de aprendizagem e as tradições de conhecimento desenvolvidos nos cursos preparatórios para concursos, e que acarretam a construção de sujeitos de Estado. Ele chega a comentar que “apesar da magnitude que o fenômeno do concurso público alcançou no Brasil, as Ciências Sociais têm dedicado quase nenhuma atenção à sua investigação” (SILVA, B. M., 2019: 18).

Maia e Silva (2019: 40-81) historiciza a institucionalização do concurso público articulando-o com os contínuos processos de formação do Estado brasileiro. Essa revisão é interessante para desnaturalizar esse modelo de seleção que, ao longo de um processo de longa duração, tornou-se “um mecanismo básico de produção simbólica da centralidade estatal no Brasil” (SILVA, B. M., 2019: 40) e que se relaciona também com um modelo de servidor público, o técnico generalista.

Foi a partir das reformas administrativas do início do século XX, que o concurso público surgiu como uma resposta ancorada na racionalização burocrática às críticas ao patrimonialismo e clientelismo que orientavam a seleção dos funcionários públicos desde a administração colonial até a Primeira República. As reformas administrativas do governo de Getúlio Vargas, voltadas para um redesenho da estrutura político-institucional do Estado brasileiro, ocasionaram maior centralização e concentração de poder no governo central frente às oligarquias regionais. Foi nesse contexto que o concurso público e a estabilidade dos funcionários públicos surgiram como meio para a construção de um quadro de funcionários, nas instituições estatais, que estivessem desvinculados das antigas relações com as elites oligárquicas.

No Estado Novo, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp)¹⁰⁸ a fim organizar e padronizar o serviço público brasileiro. Foi também a instituição responsável pela implantação do concurso público como uma política de Estado. A ideia de *mérito* foi basilar para a construção da legitimidade das ações do Dasp (SILVA, B M., 2019). Nesse sentido, passou a exigir e a expandir a prática do concurso público como forma de seleção dos funcionários estatais e de substituição dos funcionários não concursados na esfera federal e a incentivar a prática também nas demais unidades da federação. Silva ressalta ainda que os processos seletivos elaborados pelo Dasp exigiam um conteúdo extenso e exaustivo, por isso ficaram conhecidos pelo rigor e exigência elevada.

Nesse contexto, o concurso público é construído como uma política estatal que representa a racionalidade burocrática e a modernização do aparato estatal que possibilita o bom funcionamento das instituições burocráticas por meio da competência técnica e eficiência. Esse modelo daspiano foi inspirado nos princípios da escola de administração científica (*scientific management*) estadunidense, mas que ganhou contorno próprios no contexto brasileiro como estratégia de controle do funcionalismo pelo governo central (SILVA, B M., 2019). O concurso público passa, então, a articular um conjunto valorizado de símbolos, como a ideia do mérito, competência técnica, democracia, racionalidade, que legitimam a ação estatal, o servidor público e as instituições burocráticas

Com o fim do governo Vargas o Dasp perde espaço por ser associado ao regime autoritário do Estado Novo. Junto com ele, o concurso público foi progressivamente sendo reduzido desde 1946 até o regime militar – com a exceção entre 1951 e 1955, no novo governo

¹⁰⁸ Sobre a atuação do Dasp de forma abrangente, ver BRASIL, CÊPEDA, MEDEIROS, 2014; RABELLO, 2011; 2012.

Vargas e Café Filho, quando foram fortalecidos. Ainda que o concurso público tenha sido utilizado de maneira mais restrita, ele ainda gozava de legitimidade entre alguns grupos da sociedade. As justificativas contrárias à sua realização se pautavam em custos e morosidade. Os governos posteriores buscaram então estratégias de contratação de servidores que consideraram mais ágeis e flexíveis.

No Governo Dutra, por exemplo, funcionários nomeados sem concurso alcançariam a estabilidade após cinco anos de exercício. B. M. Silva (2019: 58-59) destaca que a Constituição de 1967, promulgada durante a ditadura militar (1964-1984), permitiu a contratação de servidores públicos por meio da legislação trabalhista da iniciativa privada – Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em vez do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Outras legislações durante os anos de 1970 aprofundaram essa tendência celetista: a ascensão funcional por meio de processos seletivos internos para ocupação de novo cargo público dentro da instituição de origem; e o estabelecimento da regra, em 1974, que todos servidores seriam regidos pela CLT, à exceção das áreas não delegáveis do Estado, como segurança pública, diplomacia, previdência, entre outros. Esse era o contexto de seleção para cargos públicos que a minha interlocutora, Maria, vivenciou no início da sua trajetória universitária e profissional entre a Funai e a academia – e também o CNRC e a Fundação Pró-Memória, onde ela também trabalhou – em que se ia dali para lá, lembrando suas palavras.

Esse contexto de flexibilidade nas formas de contratação para o serviço público de modo geral foi transformado pela Constituição Federal de 1988. A nova constituição estabeleceu a obrigatoriedade do concurso público no Brasil para ingresso em todo e qualquer cargo público e criou o Regime Jurídico Único. É nesse novo contexto do período da redemocratização, em fins dos anos de 1990 e especialmente no início dos anos de 2000, que começam a surgir “novos” postos de trabalho para profissionais com formação em Ciências Sociais e Antropologia nas carreiras da administração pública.

Outra contribuição que acredito pertinente para a análise que desenvolvo foi a de Fontainha et al. (2015). Os autores sugerem haver no Brasil contemporâneo uma “ideologia *concurseira*”. Utilizam o conceito de ideologia para se referirem aos valores, ideias e atributos que são acionados para a elaboração de um concurso público e afetam os diferentes atores envolvidos nesse processo de seleção, as expectativas, obrigações, estratégias e discursos de legitimação.

Para construir esse conceito, articulam cinco ideologias que orientam esse processo de seleção de servidores públicos, operando como um tipo ideal weberiano. Partem da ideologia

republicana, em que se buscou menor arbitrariedade nas nomeações anteriormente aristocráticas de funcionários públicos, e a essa somam a ideologia burocrática, que visava maior racionalização de processos estatais, e a meritocracia construída nas democracias para legitimar um sistema de seleção de elites estatais por meio de concursos públicos. Os autores argumentam ainda que a seleção de profissionais por meio de concursos públicos se coloca numa posição de interconexão entre a ideologia acadêmica, ao buscar os melhores egressos do sistema de ensino, e a ideologia profissional, que visa captar os jovens profissionais que já possuam as habilidades e aptidões necessárias para o exercício das atividades. Para os autores, é a partir deste conjunto de ideais que se consolida a perspectiva do concurso público como estratégia adequada para seleção dos servidores públicos.

Analisa os editais de concurso como uma construção social e política para selecionar os servidores de instituições estatais. Entendem os editais como “projetos das instituições” que, ao mesmo tempo, organizam as etapas jurídicas da seleção e desvelam os discursos institucionais, suas finalidades políticas e a ideologia que orienta o recrutamento de novos servidores. Neste sentido, os editais expressam a ideologia que legitima o processo e o funcionalismo público, organiza o certame e orienta as estratégias dos candidatos. Os autores também ressaltam que refletir sobre os editais enquanto construções de uma ideologia específica “alça a reflexão sobre eles como uma parte integrante dos múltiplos projetos institucionais, ou seja, como desejamos construir e orientar as instituições do Estado” (FONTAINHA et al., 2015: 684).

A partir da análise de um conjunto de editais lançados entre 2001 e 2010, identificam uma característica autorreferencial do concurso público. Fontainha et al. (2015: 698) entendem que o certame “afere apenas o que ele próprio constrói como legítimo e relevante, excluindo de seu universo avaliativo critérios importantes para o desenvolvimento das atividades exteriores a ele”, como experiência profissional, formação em pós-graduação ou aptidão prática. Nesse sentido, não atenderia ao projeto institucional mais amplo, uma vez que os certames logram selecionar os candidatos que aprendem a realizar esse tipo de prova no lugar dos mais aptos, mais experientes ou mais qualificados para o desempenho das ações institucionais.

Essa breve revisão sobre a institucionalização do concurso público no Brasil e suas características coetâneas mais gerais apresentam o panorama onde se constrói concursos como o do Iphan. Entretanto, nas linhas que se seguem, busco olhar não apenas para o que o edital expressa, mas principalmente como ele é pensado e construído pelos gestores da instituição.

3.3.1. Rito processual

Como comenta Alice Ribeiro de Sousa (2011), na sua dissertação em direito administrativo, o processo de construção de um edital de concurso não tem regulamentação legal específica. Portanto, segue os princípios gerais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 para administração pública (eficiência, isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, motivação, entre outros) e as regras gerais dos processos administrativos segundo a Lei n. 9.784/1999. Desta maneira, se desenrola como um processo administrativo comum.

Apesar de não ter uma regulamentação própria, Sousa identifica duas fases do seu rito procedimental. A fase interna, que envolve diversas atividades para a autorização e construção do concurso. E a fase externa, que se inicia com a publicação do edital e contempla as diversas etapas da seleção a serem cumpridas para se chegar ao provimento e nomeação dos candidatos selecionados. Na fase interna e do ponto de vista jurídico, Sousa (2011: 78-90) aponta um conjunto de atividades e elementos a serem observados antes mesmo da autorização para o concurso, que decorrem do controle de despesas públicas e de admissão de pessoal. A primeira seria a identificação das dificuldades ocasionadas por falta de pessoal, o que justificaria a realização do certame. Depois, a verificação da existência de cargos vagos na instituição. Então, deve-se ainda observar as restrições legais que incidem sobre sua realização, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei das Eleições, e compatibilidade do gasto com despesa de pessoal na Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Aponta que a próxima etapa da fase interna é a constituição de uma comissão organizadora que irá se encarregar de organizar o concurso, acompanhar todos os atos administrativos do processo e zelar pela regularidade e legalidade das ações.¹⁰⁹ A autora observa ainda que a constituição e as atividades da comissão organizadora são um tema pouco explorado nos estudos do direito, mas que, segundo Rita Tourinho, sua implementação é necessária por ser uma atividade fora de rotina da administração (SOUSA, 2011: 84-85).

¹⁰⁹ No caso do Iphan, nos três concursos já realizados, a comissão foi instituída por meio de portaria publicada no *Boletim Administrativo Eletrônico*. O *Boletim Administrativo Eletrônico* do Iphan (BAE) é um periódico no qual são publicados os procedimentos internos, como portarias, veiculado por meio de correspondência eletrônica interna e na intranet do órgão e editado com periodicidade semanal e eventuais edições extras. Nos três processos analisados (IPHAN, 2004; 2008b; 2018b) constam cópias das portarias publicadas no BAE em que são nomeados os integrantes das comissões de acompanhamento do concurso.

A última etapa da fase interna do rito procedimental do concurso é a possibilidade e pertinência de contratação de terceiros para realização do concurso público, a chamada banca examinadora. Essa contratação também envolve um conjunto de procedimentos administrativos ancorados na legislação de licitações, uma vez que “concurso” é uma modalidade de licitação (BRASIL, 1993).¹¹⁰ Espera-se da banca examinadora que organize toda a logística para a realização do certame: faça a gestão das inscrições de candidatos; contrate, obviamente sob sigilo, a elaboração e correção das provas, e também a sua aplicação; preste apoio legal e orientação ao órgão contratante, entre outras atividades.

A segunda fase do concurso, segundo Sousa (2011), é sua interface externa, iniciada com a publicação do edital. Boa parte da literatura que localizei sobre concursos públicos concentra-se em analisar a fase externa do procedimento, tomando o edital como ponto de partida. Entretanto, para se chegar nesse ponto, os gestores de um órgão público desenvolvem várias atividades de *negociação, gestão e mapeamento da situação e das necessidades*. São nesses aspectos da fase interna que irei me deter.

3.4. Há vagas: sobre toda a luta para realizar um concurso (ou três)

3.4.1. Cargos vagos: justificativa para o concurso e o contexto de escassez

As diretrizes legais e os procedimentos administrativos estabelecem os contornos das ações necessárias para dar início ao concurso público. Todavia, não permitem entrever os contextos em que se desencadeiam ações e se estabelecem muitas relações para lograr a autorização emitida pelo Ministério da Economia (antigo MPOG). Afirmar que é necessária uma justificativa para a demanda de pessoal não transparece o trabalho necessário de negociação política e persuasão por meio de instrumentos administrativos.

¹¹⁰ Recentemente, a legislação de licitação foi alterada, mas os concursos aqui analisados foram realizadas ainda sob a vigência da Lei 8.666/1993.

Durante a cena no Conselho Consultivo, em especial na fala da presidente do Iphan e do conselheiro representante do IBRAM, estão presentes três elementos que foram recorrentes em todos os três concursos para o órgão: as limitações legais e orçamentárias – como a chamada lei do teto –; a situação de evasão do quadro de servidores devido, em especial, às aposentadorias; e a negociação política com instituições como Congresso Nacional, o então MPOG, além do ministério ou secretaria à qual a autarquia está vinculada e com a Casa Civil. A partir desse cenário é possível compreender melhor a imagem da “luta” a que tanto se referiram durante a reunião do Conselho Consultivo.

Aquela “luta” não parece ser apenas consequência do contexto vivido em 2018. Jorge ocupava um cargo de alto escalão do Iphan na época do primeiro concurso em 2005. Estávamos conversando sobre as relações e o diálogo entre as áreas de patrimônio imaterial e material do Iphan, quando ele levou essa conversa para o contexto de sua experiência na negociação para o primeiro concurso do órgão.

É isso. Era um pouco essa ideia da cereja do bolo [com a política do patrimônio imaterial]. Põe uns enfeites, umas coisas em volta, que ele [a política de patrimônio cultural de modo geral] fica mais bonito, fica mais completo, mas não foi esse o espírito do concurso. No concurso foi uma... A discussão sobre o concurso foi terrível. Porque a verba era pouca. Primeira ideia de concurso ele foi assim, era... "Ah! Concurso." E o concurso eles justificaram muito pelas aposentadorias pelo que eu vi. Agora nessa nova cerimônia do [Theatro] Municipal [do Rio de Janeiro]¹¹¹ parece que também está num momento que um número grande de técnicos mais experientes está para se aposentar, né. Então diante daquela falta de pessoal, etc., as soluções que seriam mais e que vinham sendo adotadas até aquele momento eram contratos de empresa terceirizada, terceirização, assim, era horrível porque não é possível. Não há órgão de Estado que, não há instituição que permaneça com pessoal rotativo a não ser que seja de serviços totalmente sem qualificação, que não exijam qualificação profissional e continuidade no trato com o objeto. Então, eu consegui convencer o ministro naquela época de que precisamos fazer um concurso. E depois não só o Ministro da Cultura como o do Planejamento nessa integração, a Casa Civil... Foi uma loucura. E conseguimos um certo número de cargos. Foram uns 200 cargos, 200 e pouco cargos. (Entrevista com Jorge, 2017)

Um quadro de funcionários aquém das necessidades e a luta também aparecem nesse relato. Nos termos dele, foi “uma loucura”, uma discussão “terrível”, isto é, um processo de convencimento, desgaste e negociação. Aqui, novamente, o concurso é retratado como uma das principais soluções para a continuidade das atividades da instituição com uma atuação qualificada.

¹¹¹ No ano de comemoração dos 80 anos do Iphan, em 2017, foi realizada uma grande cerimônia no Theatro Municipal no Rio de Janeiro em que já se comentava a necessidade de realização de um novo e terceiro concurso para o Iphan devido ao volume de possíveis aposentadorias.

Entre 2004 e 2005, poucos anos após o fim das duas gestões do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda ecoavam os efeitos das suas reformas administrativas e a visão de Estado mínimo (BRESSER-PEREIRA, 1998), quando foram abertos relativamente poucos concursos públicos devido a ajustes fiscais e à perspectiva de terceirização de diversos serviços estatais, além da construção de carreiras centrais e transversais que atuavam na gestão mais macro das políticas federais. Em uma tabela comparativa entre admissão por contratações temporárias e por meio de concurso público para os anos de 1995-2002, que Silva (2019: 63-64) apresenta, é possível visualizar, quantitativamente, a perda da força dos concursos públicos nos governos FHC. Silva destaca ainda que o concurso público voltou a ganhar força no período dos governos Lula (2003-2010), quando foi triplicado o número de ingresso de servidores públicos frente aos números do governo anterior – o mesmo período dos dois primeiros concursos para o Iphan. Tanto em 2008, durante o governo Lula, quanto em 2011 no governo Dilma Rousseff (2011-2016) e em 2016 no governo de Michel Temer (2016-2018) houve suspensão de concurso público devido a ajustes fiscais, como ocorrera no governo FHC. Silva argumenta que, na prática, a suspensão representa uma diminuição dos concursos que pode variar em intensidade. Em 2018, na ocasião do terceiro concurso do Iphan, poucos concursos foram abertos no governo federal, como destacou o conselheiro representante do Ibram na reunião do Conselho Consultivo.

Carla C. Teixeira, Lucas Cruvinel e Renato Fernandes (2020), ao estudarem as opacidades nos estudos da vida política, destacam as possibilidades analíticas apresentadas por documentos e por debates na esfera pública – que julgo semelhantes à cena no Conselho Consultivo – para a compreensão de acordos e costuras políticas que ocorrem em espaços inacessíveis ao pesquisador e à observação participante. Em sua análise, os autores lançam mão de documentos processuais, sessões públicas do Congresso Nacional e notícias em jornais, a fim de perceber as conexões estabelecidas, os argumentos e contra-argumentos, analogias e ênfases que permitem compreender os interesses em disputa. Assim, com essas leituras, os pesquisadores transpõem as barreiras de acesso a ambientes restritos e a espaços de negociação e constroem um conhecimento localizado que colabora para o entendimento dessas distintas visões de mundo. Eles fazem isso por entenderem que “é impossível fazer uma etnografia das agências administrativas e políticas do Estado sem se atolar nos muitos e volumosos registros escritos, ‘documentos’, que contêm minutas, relatórios, memorandos, notas técnicas, ordens, decretos, projetos de lei, entre outros” e defendem que esses elementos etnográficos são,

portanto, um conjunto central para esse tipo de análise. (TEIXEIRA, CRUVINEL, FERNANDES, 2020: 3; tradução livre)¹¹²

Então, vamos, a leitora e eu, nos atolar em documentos.

Nos autos do processo do concurso de 2005 (IPHAN, 2005a: 02-03)¹¹³ a justificativa apresentada no *projeto básico*¹¹⁴ para contratação da banca examinadora apenas faz menção ao cumprimento da *missão institucional* e apresenta a autorização já publicada para o provimento dos cargos sem esmiuçar a situação funcional. No processo de 2018 (IPHAN, 2018b), a justificativa apresentada no *projeto básico* centra-se no reduzido número de servidores ativos do quadro efetivo com base em um diagnóstico da área de gestão de pessoas:

A necessidade de recomposição do atual quadro de servidores do IPHAN faz-se premente diante da redução do número de técnicos, analistas e auxiliares e do largo tempo transcorrido desde a realização do último concurso para servidores efetivos no Instituto. Conforme apontado no diagnóstico da área de gestão de pessoas que integra o processo 01450.005678/2017-08, a previsão de aposentadorias para os próximos anos associada ao encerramento iminente dos contratos de trabalhadores temporários colocam o IPHAN em situação de grande fragilidade institucional. O último concurso para servidores efetivos foi realizado em 2009 e, mesmo à época, sequer preencheu todos os cargos vagos na instituição, que atualmente superam o número de servidores efetivos em atividade. (IPHAN, 2018: documento SEI 0487609).

Cabe observar que, no caso dos concursos do Iphan, não ocorreu a abertura de novos cargos e, em 2018, havia mais cargos vagos que ocupados. As autorizações para provimento

¹¹² No original: “[...] it is impossible to do an ethnography of state political and administrative agencies without getting bogged down in the many and voluminous written records, ‘documents’ containing such things as minutes, reports, memorandums, technical memoirs, ordinances, decrees, draft bills, and so on.”

¹¹³ A numeração de página apresentada dos processos administrativos se refere às folhas numeradas no canto superior direito do processo ainda em papel. Em um carimbo circular, consta o espaço para incluir a numeração da folha à mão e abaixo a rubrica do colaborador que fez a juntada dos documentos. Entretanto, a partir de 2017, o Iphan – assim como diversos outros órgãos do governo federal – passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), um ambiente informatizado para produção, tramitação e acumulação de documentos e processos. A juntada de documentos, sua organização sequencial, assinaturas e numeração já não demonstram mais fisicamente a presença das mãos das pessoas que os fizeram. A numeração também já não segue a sequência de folhas do processo. Agora um número específico e automático é atribuído a cada documento produzido e/ou acumulado. Desta forma, para os processos e documentos posteriores a 2017 a numeração utilizada é a do “documento SEI”.

¹¹⁴ Segundo o inciso IX do art. 6º da Lei n. 8.666/1993, Projeto Básico é o documento que estabelece um “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...)” (BRASIL, 1993). Se o concurso público em si é um processo administrativo comum, como discuti na seção anterior, a contratação de banca examinadora ocorre por meio de uma das modalidades do processo licitatório. É curioso notar que uma atividade tão especializada como contratação para elaboração de provas para concurso público ocorre com base na mesma legislação que se contrata obras comuns, por exemplo.

são dadas apenas para cargos que se encontram vagos por aposentadoria ou por pedido de exoneração. Em uma instituição como o Iphan com mais de 80 anos de existência cujo quadro de servidores possui diversos profissionais em estágios mais avançados na carreira, a saída de pessoal é mais constante e volumosa do que o ingresso. Principalmente porque, diferente também de órgãos que têm concursos anuais ou muito frequentes, como o Ministério das Relações Exteriores, Tribunais de Contas, entre outros, muitas instituições da administração federal, em especial, da indireta, não têm concursos regulares, dessa forma operam continuamente com a força de trabalho aquém do que potencialmente deveriam com base no quadro de cargos. Essa é a situação de “fragilidade institucional”, pois sem pessoas não há ação institucional. Essa também é a “luta” e a “vitória” para que o Iphan não feche as portas, como disse a então presidente em 2018 e o conselheiro representante do IBRAM.

No processo de 2009, surge um elemento a mais na justificativa da necessidade do concurso – a crescente demanda da sociedade por atuação do Iphan em novas frentes – e a inclusão de um outro ator nessa rede de relações – o Tribunal de Contas da União (TCU). Já nas primeiras páginas do processo administrativo de contratação da banca examinadora do concurso daquele ano (IPHAN, 2008b), consta que a proposta se apresenta como um atendimento ao Acórdão do TCU n. 1892/2007 e como uma solução para as novas atividades da instituição ocasionadas pelo encargo de custódia do acervo do patrimônio ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal (RRFSA), reestruturação de cargos gerenciais e Programa Monumenta.¹¹⁵

Segundo Alden Manguiera de Oliveira (2015), o Acórdão nº 1892/2007-TCU em questão é resultado de um processo de auditoria que visava avaliar a gestão e a legalidade das ações governamentais relacionadas à preservação do patrimônio. Uma auditoria considerada um marco nas ações do TCU, uma vez que foi a primeira em que se acrescentou “às auditorias de natureza operacional procedimentos que visassem avaliar a capacidade gerencial das unidades fiscalizadas, utilizando-se, por exemplo, de parâmetros de modelos de governança conhecidos” (OLIVEIRA, A, 2015: 111). Além de questões acerca de articulação com entes federativos, normatização de atos e priorização de alocação de recurso, um dos pontos destacados, na auditoria, foi o que chamou de “disfunções” do quadro de pessoal que

¹¹⁵ O Monumenta foi um programa de preservação, restauração e conservação de edifícios e núcleos urbanos tombados, gerido pelo então Ministério da Cultura e depois pelo Iphan. Um programa inspirado no Programa Cidade Históricas (PCH) dos anos de 1970 e que foi também embrionário do que depois veio a ser o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, o PAC Cidades Históricas.

impactavam no adequado funcionamento do órgão, gerando prejuízo nas ações de preservação e baixa efetividade da fiscalização do patrimônio protegido. Entre as determinações e recomendações deste Acórdão para correção de “distorções e falhas”, consta a necessidade de concurso público para recomposição do quadro funcional. (OLIVEIRA, A., 2015: 60-61; 111).

Desta maneira, ainda que se considerasse a necessidade de outros ajustes na estrutura e atividades administrativas do Iphan, a contratação de pessoal era um elemento central para responder às críticas apresentadas pelo tribunal. Foi esse acórdão do TCU que possibilitou o início das negociações junto ao então Ministério do Planejamento para a realização do concurso de 2009. Consta, nos autos do processo, o Memorando¹¹⁶ n. 774/2007 GAB/DPA, de 18 de novembro de 2007. Enviado ao presidente do Iphan pela então diretora do Departamento de Planejamento e Administração, esclarece que o Acórdão do TCU n. 1892/2007 fora encaminhado por e-mail para o então ministro do MPOG junto com uma documentação em que se relatava a “situação do órgão” (IPHAN, 2008b: 02). Esta documentação contempla 4 questões: concurso público; reestruturação administrativa do órgão com ampliação de unidades e cargos de confiança, custódia do acervo edificado da RFFSA e o Programa Monumenta.

Especificamente sobre a necessidade de concurso público, tornam a afirmar o que a essa altura do capítulo já podemos imaginar: “o IPHAN, atualmente, não dispõe de força de trabalho suficiente” (IPHAN, 2008b: 03). Em 2007, dois anos depois do primeiro concurso para o Iphan, havia “400 cargos vagos no órgão”. Tanto porque a quantidade de vagas do concurso anterior não supriu a necessidade, quanto também porque houve “evasão dos concursados do certame de 2005, pois houve evasão de 107 servidores dos 222 nomeados”. Isto sem contabilizar as iminentes aposentadorias: “em 2007, previa-se que até 2012 haveria 163 pedidos e até 2017 seriam 795”. Segundo os gestores que escreveram esse documento, o Iphan possuía um reduzido quadro de pessoal frente à “crescente demanda da sociedade” por ações de preservação. (IPHAN, 2008b: 3) Respaldados no Acórdão do TCU, o documento apresenta, como solução para essa situação, a realização de concurso para provimento de 415 cargos vagos e a criação de 884 novos cargos. A autorização concedida, em 2009, quase dois anos depois, foi para o provimento de 187 vagas, menos da metade dos cargos vagos.

¹¹⁶ *Memorando* é o nome de um tipo de documento institucional que se assemelha, em sua estrutura e finalidade, a uma carta, entretanto possui um estilo narrativo mais formal e institucional. Era emitido por um servidor público imbuído do seu cargo e produzido no decorrer de suas funções e atividades. Endereçava-se para as demais unidades administrativas do mesmo órgão de origem; e essa era a única diferença para o *ofício*, que se endereçava às demais instituições ou pessoas de fora do órgão. Na última edição do Manual de Redação da Presidência da República, de 2018, o *memorando* foi extinto e agora há apenas o *ofício* tanto para comunicações internas quanto externas. *Memorando* e *ofícios* encaminham outros documentos, comunicam decisões, solicitam informações ou ações. São, portanto, o meio de comunicação formal de uma instituição pública.

O próximo documento do processo de contratação da banca examinadora do concurso de 2009 é a Nota Técnica n. 03/2008 GAB/DPA, 02 de setembro de 2008 (IPHAN, 2008b: 10-14), da mesma diretora do Departamento de Planejamento e Administração, onde aborda exclusivamente a justificativa para o novo concurso. Levando em consideração a leitura jurídica sobre esse tipo de processo (Cf. SOUSA, 2011), entendo ser esta a peça administrativa que busca atender à exigência legal de motivação. Os argumentos apresentados nessa *nota técnica*¹¹⁷ repetem aqueles já mencionados anteriormente. Ademais, associa as atividades de preservação desempenhadas pelo Iphan a um conjunto de legislações e apresenta o órgão como instituição de referência e excelência no campo internacional do patrimônio graças à contribuição de servidores “altamente capacitados”:

A excelência dos serviços prestados pelo IPHAN à sociedade está intrinsecamente ligada à quantidade e qualidade de seus servidores. As disposições legais incluídas no Decreto-Lei 25, que cria o instituto do tombamento, na Lei de Arqueologia n. 3.924/6, nas atribuições contidas na Constituição Federal – art. 215 e 216, no Decreto 3.551/2000, sobre os registros de bens culturais de natureza imaterial, obrigam esta Instituição a atuar com servidores ocupantes de cargos efetivos. Portanto, para o cumprimento da missão institucional e ampliação de sua visão de futuro é fator importante e primordial a captação de profissionais que abarquem, de forma efetiva, as causas do patrimônio cultural nacional, e atuem de forma competente e alinhados com os anseios da sociedade. (Nota Técnica n. 03/2008 GAB/DPA In: IPHAN, 2008b: 12)

Neste sentido, não apenas era central a recomposição do quadro de servidores como os profissionais absorvidos deveriam abarcar “as causas do patrimônio” e estarem alinhados com os anseios da sociedade. Reforçam ainda a importância de serem servidores do quadro efetivo – da mesma maneira que colocado na fala de Jorge, anteriormente citada.¹¹⁸ Neste contexto, a figura do servidor público de carreira do Iphan surge como elemento central para a efetiva realização da missão institucional de preservação do patrimônio e da memória nacional e garantia de acesso aos direitos culturais do cidadão. Pois, é ele quem executa as ações estatais,

¹¹⁷ Diferentemente dos *ofícios e memorandos*, a *nota técnica, informação técnica, parecer técnico* ou *s[o] parecer* não possuem estrutura de redação normalizada pelo Manual de Redação da Presidência da República. As *notas, informações e pareceres* guardam semelhanças entre si em seu estilo narrativa e estrutura. São textos mais longos, muitas vezes sem um destinatário e tem um estilo narrativo dissertativo-argumentativo. Apresentam informações e opiniões de caráter técnico-administrativo e são produzidas com a intenção de fornecer informações sobre um tema e subsídios para a tomada de decisão por gestores. Revestem-se assim de um misto de neutralidade burocrática e embasamento científico ou jurídico. Em geral, é possível diferenciar um parecer de uma nota técnica no tom e intenção. O parecer tem uma narrativa mais conclusiva e termina por indicar uma posição; já a nota técnica, comumente, é mais opinativa e expõe questões e apresenta sugestões. Essa “definição” e diferenciação construí a partir de minha experiência na leitura e manuseio desses documentos.

¹¹⁸ Cabe observar que em 2013 e em 2015 o Iphan realizou seleções para vagas temporárias voltadas especificamente para logística, arqueologia, arquitetura e engenharia devido às atividades dos Programas Monumenta e PAC Cidades Históricas.

garante a continuidade da política e sem o qual “o Iphan fecha as portas”. Ainda que seja senso comum afirmar que as instituições são feitas por pessoas, os processos institucionais e a reificação do Estado obliteram as pessoas que ali estão ou para lá irão.

Na sequência, consta o Ofício n. 417/08 PRESI/IPHAN, de 15 de setembro de 2008, do então presidente do Iphan para o Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento (IPHAN, 2008b: 20). Neste *ofício*, menciona uma reunião que ocorreu em 03 de setembro e afirma que, conforme acordado em reunião, estava solicitando a autorização para realização do concurso. Portanto, dez meses após enviar o acórdão do TCU ao MPOG o Iphan conseguiu negociar a possibilidade de apresentar formalmente o pedido de autorização para o concurso. Mesmo com a recomendação de um órgão de controle, as negociações para essa autorização se estenderam de novembro de 2007 até sua publicação em março de 2009 (MPOG, 2009).

Ainda que não seja possível acompanhar os momentos exatos de negociação, todos os elementos reunidos e comentados anteriormente – os documentos levantados, as breves menções a reuniões nos ofícios, as cenas públicas de embate e resolução – apontam para processos que extrapolam uma simples justificativa, como o rito processual do direito administrativo faz parecer. É necessário, principalmente, negociar e persuadir. Os argumentos são também muito mais elaborados que um quadro numérico de cargos ocupados *versus* cargos vagos. Lançam mão de legislações, de anseios da sociedade e do prestígio nacional e internacional do órgão. É interessante notar a combinação de argumentos de caráter técnico-administrativo – dados numéricos, indicação de estrutura administrativa, levantamentos de informações – com argumentos de apelo cívico – como os anseios da sociedade brasileira. Essa junção parece buscar despolitizar a demanda e apresentá-la de maneira neutra. Dessa forma, é construída, pelos documentos oficiais, uma narrativa de extrema escassez de pessoal para atuação do instituto e um cenário de perene existência de cargos vagos, de postos não ocupados.

3.4.2. *Vagas de oportunidade: distribuição dos cargos como um retrato do momento*

Pela narrativa de escassez é possível imaginar que mesmo a disponibilidade de 01 (uma) vaga para uma área específica pode se tornar alvo de possível disputa entre diferentes grupos que compõem o campo das políticas para o patrimônio cultural. Esse cenário complexifica a

questão do aumento de vagas para antropólogos/cientistas sociais na administração pública de modo geral e no Iphan em particular.

As autorizações emitidas pelo Ministério da Economia (então MPOG) se referem à quantidade total de vagas por cargo (MPOG, 2004; 2009; 2018). Já nos Editais dos concursos esses cargos muitas vezes estão separados por áreas de atuação/formação (IPHAN, 2005b; 2009;). Abaixo está o panorama das vagas por cargos para os três concursos do Iphan.

Tabela 7- Quantitativo Geral de Vagas Abertas nos Editais para Concursos do Iphan

CONCURSOS	Total de vagas para o cargo de Técnico em Antropologia ou Ciências Sociais	Total de vagas para Nível Superior por cargo		Total de vagas para Nível Superior	Total de vagas para Nível Médio	Total de vagas para o concurso
		Técnico	Analista		Auxiliar Administrativo	
2005	17	128	20	148	0	148
2009	3	60	57	117	70	187
2018	22	176	104	280	131	411

Fonte: compilado pela autora a partir do conteúdo dos Editais (IPHAN, 2005b; 2009; 2018c)

As vagas para profissionais com conhecimento em Antropologia ou Ciências Sociais são uma parcela dos cargos de Técnico. Os cargos para a área fim – atividades vinculadas à finalidade do órgão – são os Técnicos e os cargos para atividades meio – de apoio à atividade principal – são os Analistas. No processo do concurso de 2005, isso aparece no Ofício n. 014/2005 da então Coordenadora de Recursos Humanos do Iphan, durante a *pesquisa de mercado*,¹¹⁹ no qual informa que o concurso terá os “cargos básicos ‘Técnico’, profissional que atuará na área fim e ‘Analista’, que exercerá suas funções na área meio” (IPHAN, 2005a: 147; grifo no original). A distinção entre Técnico e Analista, os dois cargos de nível superior, é uma construção naturalizada na administração pública e baseada nas organizações empresariais,¹²⁰ mas que não encontra respaldo na legislação atual que organiza os cargos do Iphan. A Lei n. 11.233/2005 apenas nomeia os cargos e indica seu nível (superior, médio, etc.), sem descrever

¹¹⁹ *Pesquisa de mercado* é uma expressão para denominar as atividades de cotação dos custos de uma contratação por meio da legislação de licitação. Nesse momento, um resumo do *projeto básico* da contratação é enviado para, no mínimo, três empresas a fim de se avaliar o valor de mercado. Uma vez que a contratação de banca examinadora para concurso público é uma modalidade de licitação, essa atividade é realizada.

¹²⁰ Para uma discussão crítica sobre a distinção entre atividade-fim e meio e o problema de definições rígidas especialmente no contexto de terceirizações, ver PEREIRA; SOUZA, 2014

suas finalidades ou atividades (BRASIL, 2005). Tendo em vista que as vagas para antropólogos e cientistas sociais são parte do cargo de Técnico, centrarei as discussões exclusivamente nele.

Se na seção anterior concentrei-me nas relações estabelecidas entre o Iphan e outras instituições estatais para autorizar a realização do concurso, nesta irei explorar como é decidido e negociado, internamente, a divisão dos cargos pelas diferentes áreas (de atuação do Iphan, de formação, etc.). Esses momentos, em verdade, ocorrem em paralelo, pois para construir a justificativa e apresentar informações de persuasão para a autorização do concurso, os gestores da instituição acionam suas unidades, solicitando dados sobre força de trabalho atual e ideal.

Encontrei as evidências desses trabalhos para levantamento e diagnóstico sobre os recursos humanos do Iphan em arquivos intermediários e fora dos processos de contratação do edital do concurso.¹²¹ No arquivo de uma coordenação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), onde trabalhei desde meu ingresso no Iphan, encontrei há muitos anos, enquanto procurava por outros documentos no cotidiano laboral, uma pasta suspensa intitulada “concurso” e que guarda diversas folhas soltas, manuscritas e impressas. Reconheço a caligrafia em alguns desses papéis, são de antigas coordenadoras e gestoras da área.

Entre esses documentos soltos, está um grande calhamaço grampeado em que na primeira folha tem-se o título “*Levantamento do Quadro de Pessoal*”, seguido de tabelas separadas por unidades do Iphan em que constam os nomes dos servidores do quadro permanente, cargo, nível do cargo (fundamental, médio ou superior), formação em graduação e se possui pós-graduação. Não consta a data em que foi produzido, mas pelo nome dos servidores e pelas unidades me é possível identificar o período. Apresenta a relação dos servidores lotados no DPI, que fora criado em 2003 após uma mudança na estrutura administrativa do Iphan (THOMPSON, 2015), mas sem menção àqueles que ingressaram no concurso de 2005. Portanto, esse levantamento foi realizado antes do primeiro concurso para o

¹²¹ Uso aqui a distinção entre tipos de acervo com base em suas temporalidades a partir da teoria arquivística. Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005), os arquivos correntes são compostos por documentos que ainda estão em tramitação e/ou uso pela administração, sendo cotidianamente consultados que, portanto, devem ser armazenados próximos a unidade de produção/acumulação. Arquivos históricos ou permanentes são aqueles que detém valor histórico ou comprobatório e por este motivo devem ser preservados em caráter definitivo, geralmente depositados em instituição de guarda para consultas futuras. Já os arquivos intermediários são aqueles documentos que originalmente foram arquivos correntes, mas não estão mais sob consultas frequentes e restam ainda armazenados na unidade de produção/acumulação, aguardando as atividades de avaliação para a seleção final de guarda ou descarte. Ao indicar que os documentos que irei analisar são “arquivos intermediários” busco ressaltar justamente essa característica dos documentos. Foram levantamentos desenvolvidos para uma função específica – a construção e negociação de um edital de concurso –, mas os gestores envolvidos não os acostaram aos autos dos processos de contratação, deixando-os nos arquivos das unidades. Isto denota que os documentos eram entendidos apenas como um suporte para aquela atividade.

Iphan. Provavelmente foi produzido para o concurso de 2005, uma vez que se encontra nessa pasta suspensa.

Além do “*Levantamento do Quadro de Pessoal*”, há também um “*Levantamento de Necessidades de Pessoal*” com cabeçalho da então Coordenação de Recursos Humanos do Departamento de Administração e Planejamento do Iphan. A informação de que é “VERSÃO 07/04/05” sugere o contínuo exercício de reflexão sobre as necessidades de pessoal. É uma tabela dividida em colunas: (a) número de ordem/prioridade; (b) formação; (c) escolaridade; (d) quantitativo; (e) atividades a serem desempenhadas; (f) habilidades específicas; e (g) experiências necessárias. O levantamento de necessidades apresentado pelo DPI, nesta ocasião, indicava a necessidade de 25 servidores de nível superior e 4 servidores de nível médio. Em ordem de prioridade: Ciências Sociais (Antropologia), seguidos na sequência por História; Administração ou Economia; Arquivologia; Secretariado; Pedagogia; Geografia ou Ecologia ou Biologia; Tecnologia da Informação; Museologia; Economia; Artes Plásticas; Comunicação; e as vagas de nível médio. Também pela leitura do descritivo das atividades é possível perceber que principalmente os profissionais de Ciências Sociais (Antropologia) e seguidos dos de História foram pensados para serem os que desempenhariam as atividades finalísticas da política de patrimônio imaterial junto ao Departamento e os demais atuariam em questões específicas de apoio ou transversais.

Esses documentos evidenciam o esforço interno da equipe das unidades da área central do Iphan em refletir previamente ao concurso de 2005 sobre a força de trabalho ideal para a execução das ações públicas. Da mesma forma, denota a discrepância entre o que se avaliou necessário e o que foi efetivamente realizado dentro das possibilidades dadas pela autorização para provimento. No fim, no concurso de 2005, o Departamento de Patrimônio Imaterial recebeu por volta de 06 servidores de nível superior: 03 *Técnicos em Ciências Sociais* e 03 *Técnicos em História*.

Também nos concursos de 2009 e 2018 foram realizados levantamentos semelhantes sobre a demanda de profissionais junto às unidades do Iphan.

Para o concurso de 2009, nesta mesma pasta suspensa, encontrei tão somente a solicitação por informações que auxiliariam no dimensionamento de pessoal e na negociação com o MPOG. É o Memorando-Circular n. 10/2007 GAB/DPA enviado pela Diretora do Departamento de Planejamento e Administração (DPA) a todos os dirigentes do Iphan. Neste *memorando*, a diretora informa que a presidência do Iphan estava pautando a necessidade de realização de um novo concurso junto ao então Ministério da Cultura, uma vez que a falta de

pessoal era “um dos obstáculos ao alcance pleno de suas metas”. Para isso, afirma ser necessário apresentar um *quadro ideal* de pessoal consubstanciado e criterioso.

Portanto, solicita aos diretores e superintendentes do Iphan que encaminhem um conjunto de informações dividido em 06 blocos que, em linhas gerais, contenha: 1) análise inicial das atribuições sob responsabilidade da unidade e esboço da qualificação necessária, das habilidades, responsabilidades, conhecimento, autoridade e inter-relacionamento envolvidos em cada função; 2) quadro atual de pessoal discriminado por vínculo institucional, situação quanto à aposentadoria, capacitação e formação; 3) demanda de trabalho: tempo médio gasto por servidor para realização das atividades, número de processos demandados/realizados com a observação de que se deve considerar as especialidades ocupacionais, habilidades e características pessoais; 4) atendimento à demanda de trabalho com indicação das atividades não realizadas ou realizadas em condições inadequadas por falta de servidores; 5) relação entre as atividades e a função do Iphan com fundamento legal das atividades e previsão no Plano de Planejamento Plurianual (PPA);¹²² e, por último, 6) o quadro ideal.

Este *memorando* foi enviado em 11 de abril de 2007, estava previsto, de acordo com o cronograma anexo, que as informações seriam consolidadas até 04 de maio. Em menos de um mês esperava-se construir uma proposta do *quadro ideal* de servidores para embasar as discussões e negociações junto às demais instâncias da administração pública. A diretora esclarece, no quinto parágrafo do Memorando-circular n. 10/2007 GAB/DPA, que “o prazo oferecido para o desenvolvimento de todo o trabalho é muito curto, de maneira a possibilitar a autorização do concurso, ainda este ano”. Como mencionei anteriormente, as negociações para esse concurso se estenderam de 2007 até 2009 (MPOG, 2009).

Em 2018, no *projeto básico* para contratação da banca examinadora – citado na seção anterior –, consta a informação de que a área de gestão de pessoas do Iphan havia realizado um diagnóstico da força de trabalho com a previsão de aposentadorias e o encerramento de contratos temporários de trabalho (IPHAN, 2018b: documento SEI 0487609). Entretanto, não localizei o processo desse diagnóstico no SEI. De todo modo, evidencia-se que seguiram os passos dos concursos anteriores em que mensuraram a situação atual a fim de justificar a nova contratação de pessoal.

¹²² Instituído pela CF/88, o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo que busca definir as principais diretrizes, objetivos e metas para investimento do governo federal no período de quatro anos.

Todos esses trabalhos de mensuração, os *levantamentos e diagnósticos*, fazem parte de técnicas de governo. James C. Scott, em *Cities, People, and Language* (1998), discute como determinados conhecimentos científicos foram usados para tornar inteligível a realidade, simplificando, classificando, tipificando, de modo a possibilitar a intervenção estatal em um contexto antes opaco. Ele analisa como determinados conhecimentos científicos, que visavam generalizações e objetividades, foram empregados para construir e comunicar experiências cotidianas a despeito do conhecimento local e prático. Recordo-me das análises de Scott ao me deparar com esses documentos sobre quadro de pessoal e quadro ideal – ainda que em um contexto etnográfico deveras distinto do de Scott. Como discuti na seção anterior, não bastava apresentar uma justificativa pautada em informações numéricas sobre cargos vagos, era preciso negociar e persuadir. Os documentos usados para mediar essas relações são instrumentos de *legibilidade* – para usar o conceito de Scott (1998) – que buscam tornar uma realidade vivida, a de carência de recursos humanos, em “dados objetivos”. Em suma, é o Iphan, uma instituição da burocracia estatal, lançando mão das estratégias de legibilidade da própria burocracia como meio de persuasão, gestão e controle.

Esses documentos, além de me indicarem como os agentes da burocracia usam os próprios instrumentos da burocracia para gerir a si mesmos, também me informavam como se iniciava o processo de reflexão sobre expectativas. Entretanto, continuava sem visualizar como se selecionava o perfil profissional e o quantitativo de vagas para cada área. Foi especialmente a partir das entrevistas com antigos membros das comissões do concurso e da *alta gestão* do Iphan que consegui perceber melhor como ocorria a negociação interna no órgão para distribuição de pessoal.

Para o concurso de 2005, Jorge me relatou que a decisão foi tomada pela *alta gestão* do Iphan em Brasília:

Então como nós vamos agora montar o concurso, como é que a gente vai dividir esses cargos em áreas? E aí foi muito interessante a discussão porque... Talvez fosse no Iphan tradicional, talvez fosse metade arquitetos, sei lá, 30% historiadores, 10% sociólogos, antropólogos, uma coisa... Mas não. Eu consegui fazer uma distribuição igual. Acho que foram 10 vagas, 11, vagas, não me lembro. Não! 20 vagas! [...] Eram 20 vagas em 10 áreas. Porque, assim, tinha engenharia, arquitetura, tinha museologia, antropologia. Acho que eram umas 10 especialidades. E numa divisão numérica equitativa. (Entrevista em 2017)

Uma “divisão numérica equitativa” que talvez não ocorresse no “Iphan tradicional”, isto é, na *casa de arquitetos*. Jorge sinalizava, assim, que as mudanças que ocorreram nas concepções e políticas de patrimônio desde fins dos anos de 1970, que influenciaram a redação

dos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 e se consolidaram especialmente em fins dos anos de 1990 com a promulgação do Decreto 3.551/2000 (Cf. FONSECA, 2003) impactaram a decisão final do desenho do perfil dos técnicos do Iphan no concurso de 2005. São os servidores e gestores do órgão que realizam os diagnósticos e levantamentos e indicam os perfis necessários para atuação em determinada política pública. A decisão final é tomada pela diretoria do Iphan, o *alto escalão*, a partir de uma avaliação do que se considera premente naquele momento específico. Em 2005, ainda no início da implantação dessa política, entre as “lutas” para fazer esse concurso, a *alta gestão* priorizou a distribuição de vagas mais simétrica entre as diferentes áreas do Iphan. E este é um ponto importante para entender as afinidades eletivas entre os diferentes processos de institucionalização que impulsionam a institucionalização da prática antropológica na burocracia.

Em 2009, a preocupação dos gestores não era uma divisão equânime entre as áreas de atuação do Iphan, que se refletem nas áreas de formação dos cargos. Em 2009, a prioridade do momento era uma distribuição geográfica das vagas em diálogo com as Superintendências do Iphan nos estados. Quando Vânia começou a trabalhar na Comissão do Concurso, o quadro de vagas já estava definido.

Vânia: As superintendências que fizeram; acho que uma demanda. Tem sim, Diana, um quadro consolidado com a demanda de todas as superintendências, até o número de vagas foi redistribuído. Não deve estar no processo, mas tem nos arquivos lá da [nome de uma unidade do Iphan sede]. Tenho certeza! Agora me veio, assim, as tabelas à cabeça porque a [nome da diretora do DPA] trabalhava muito com essas tabelas porque acho que ela que consolidou. Ela que fazia a interlocução com os nossos digníssimos superintendentes né, que eram quase que Deuses. E era uma briga danada para você pactuar um número pequeno de vagas para todo país. Sem contar que a gente tinha que suprir as novas superintendências, que acho que foram três ou quatro que foram criadas com a reestruturação do Iphan né? Então, assim, teve essa pactuação com a distribuição de vagas e aí eu não me recordo como a gente chegou /

Diana: Mas essa pactuação já foi com a [nome da diretora do DPA]?

V: Com superintendentes, é. Foi um... meio que um... um debate né que ela abriu entre as superintendências. E aí foi feito um filtro, [nome da diretora do DPA], eu acho que o [nome do Chefe de Gabinete da Presidência do Iphan]. Enfim, quando eu recebi já tava tudo, quando eu cheguei lá já tava pronto. Aí quando a gente começou a desenhar o edital ainda fizemos alguns ajustes né, alguma distribuição, tira um daqui, coloca um ali, tira um do Rio, vai pro Amapá. E assim né para deixar um... ter um ponto um mínimo de equilíbrio na distribuição das vagas. Não dava para suprir o país todo porque era um número pequeno. Era o segundo concurso da história do órgão com uma evasão grande no primeiro concurso, então né... A gente teve que fazer quase que uma espécie de mágica para poder suprir *um pouco* [ênfase na fala] da carência que o órgão tinha, que era enorme. Eu não lembro em termos de números de quanto foi pedido para esse concurso... Acho que eram... Não eram 120 vaga... Acho que eram 180 né? (Entrevista com Vânia, 2019)

A “luta” para construção do concurso era externa, mas também era interna e nesse momento foi encabeçada pela diretora do DPA e pelo chefe de gabinete em diálogo com os superintendentes e demais gestores. Também em 2009, foi publicado o Decreto n. 6.844 (THOMPSON, 2015) para reestruturação do Iphan. Seu maior impacto foi a criação de quatro Superintendências estaduais: Acre, Amapá, Tocantins e Rio Grande do Norte. Com isso, o Iphan passou a contar com uma superintendência em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Com a criação dessas novas Superintendências era necessário “suprir”, como Vania coloca, toda a demanda de pessoal das unidades, além de estruturação física com o estabelecimento de sede, material de escritório, mobiliário, etc.

Não basta haver uma indicação de necessidade de pessoal de determinada formação para atuação em uma área específica porque essas decisões são baseadas em uma visão específica sobre prioridade de um momento no tempo. Em 2005, era distribuição mais equânime entre as diferentes áreas. Em 2009, uma distribuição geográfica para formar uma equipe mínima.

Estava conversando com uma gestora de *médio escalão* do Iphan, na época do concurso de 2005 e 2009, sobre essas escolhas até que ela me interpelou:

Diana: [...] esses antropólogos estavam ali, né, então em algum momento o Estado contratou antropólogos. No meu caso, né, que o concurso era para antropólogos. Então reconhecem que esse *know how* era importante /

[Gestora e técnica]:¹²³ Sim. Esses concursos fomos nós que... [nome de uma alta gestora], eu que sentamos e dissemos para o planejamento quais eram... entendeu?

D: Quais são as formações...?

[Gestora e técnica]: Eu, inclusive, naquele momento eu era, eu vinha do [instância da administração direta na área de meio ambiente], eu tinha estado lá, tinha saído... aí! Isso foi outra... Eu tinha saído do Iphan e fui trabalhar na construção da [instância da administração direta na área de meio ambiente], que também tava sendo criado ali [...]. Então, quando eu voltei para o Iphan eu tava imbuída. A medida provisória que criava... o texto dessa Medida Provisória era muito claro nessa coisa do patrimônio cultural desses conhecimentos tradicionais. E eu falei: “[nome de alta gestora], vamos botar biólogos aí também porque a gente vai ter que começar a trabalhar com esses conhecimentos tradicionais vinculados a essas questões do patrimônio genético e já tá na lei lá”. Então, a gente vai ter que ter biólogo aqui, vai ter que ter essa competência aqui para poder ajudar a gente a pensar essas políticas. O biólogo a gente nunca conseguiu levar para frente. (Entrevista com uma gestora do Iphan, 2019)

¹²³ Aqui omito o pseudônimo que adotei para ela, uma vez que é imprescindível informar a política ambiental de interface com patrimônio cultural com a qual ela trabalhou.

É curioso perceber que a sua reação à minha afirmação genérica e amorfa de que “o Estado contratou antropólogos” foi me apontar quem era esse tal “Estado”. Eram pessoas, eram servidores em posições de decisão ou, ao menos, de aconselhamento que poderiam incidir sobre determinadas questões. Dentro dos limites dos processos estatais nos quais ela estava inserida, conseguia visualizar quem e como se fazia esse Estado. Por outro lado, quando minha interlocutora se refere às demais instâncias de decisão ou espaços de negociação aos quais não tinha acesso, o agente da ação se torna uma entidade, “o Planejamento”, o Estado reificado, monolítico. Como apontou Philip Abrams (1988: 82), “o estado não é a realidade que está por trás da máscara da prática política. É ele próprio a máscara que nos impede de ver as práticas políticas como são”.¹²⁴ É interessante perceber como agentes estatais, minha interlocutora e eu, reproduzimos, em certa medida, a ilusão do Estado (ABRAMS, 1988), separando-o, momentaneamente, de suas dimensões sociais e políticas, ao passo que apontamos também as práticas, dispositivos e os processos que fazem parte do “sistema de estado” e da “ideia de estado” (no original, *state system* e *state idea*).

Uma servidora, em uma posição de gestão e que estava a par da interface entre o patrimônio cultural e uma nova legislação ambiental, conseguia projetar uma possível futura demanda de atuação. Antecipa-se e sugere a inclusão de uma vaga para algum profissional com conhecimento na área de ciências biológicas. De fato, no *Levantamento de Necessidades de Pessoal* para o DPI de c. 2004, que acabo de mencionar, constam 02 vagas para “Geografia, Ecologia ou Biologia” e a atividade a ser desempenhada é descrita da seguinte maneira: “prestar assessoria técnica relativa a questões ambientais relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro, mais especificamente sobre gestão territorial e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (...)”.

Entretanto, mesmo havendo interrelação entre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial com a conservação e proteção do patrimônio genético, essa indicação não encontrou ressonância no contexto de escassez de pessoal, de dificuldade para autorização de provimento para os cargos vagos e de prevalência da visão de alguns gestores sobre o que era necessário para o desempenho das ações do Iphan. Como ela disse, “o biólogo a gente nunca conseguiu levar para frente”. Em 2018, teve uma vaga de Técnico com formação em Ciências Biológicas para atuar especificamente no Sítio Burle Marx, unidade do Iphan, e não necessariamente com a interface entre patrimônio cultural imaterial e a Medida Provisória a que ela se refere. Neste

¹²⁴ No original: “The state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practices as it is”.

sentido, não basta a pertinência em incorporar um profissional de uma determinada área de formação, é necessário que seja percebido pelos gestores como prioritário e necessário no momento presente da indicação da vaga. No caso das vagas no Departamento de Patrimônio Imaterial para o concurso de 2005, de todas as diversas áreas elencadas no *Levantamento de Necessidades de Pessoal* restaram apenas aquelas para Ciências Sociais/Antropologia e História.

Em 2018, essas decisões também estiveram a cargo da *alta gestão*. Segundo Bernardo, um membro da Comissão do Concurso, nessa ocasião, a orientação era buscar uma recomposição dos servidores que estavam em vias de se aposentar:

Eles queriam suprir as pessoas porque eu acho que uma das diretrizes da [nome da Presidente] quando ela pediu isso [a tabela com indicação das vagas para as superintendências], se eu entendi bem, era: “pensem nas pessoas que estão se aposentando e como você vai substituir essas pessoas... Tem que substituir essa mão de obra”. (Entrevista com Bernardo em 2019)

Entretanto, o retorno das superintendências sobre as necessidades de vagas não me parece ter seguido estritamente essa orientação. Ainda que não tenha localizado os materiais e documentos que solicitaram e/ou apresentaram as demandas das unidades, tomarei como base o quadro de distribuição de vagas presente nos editais de 2005, 2009 e 2018 e o *Levantamento do Quadro de Pessoal*, de c. 2004. A maioria dos cargos que vagariam a partir das aposentadorias, em 2017 e 2018, é de servidores contratados antes da Constituição de 1988, pois já apresentariam tempo de serviço e idade para tanto. Entretanto, a distribuição de vagas para Técnico por especialidade – conforme demonstrarei em quadro adiante – tinha uma quantidade significativa de arqueólogos e antropólogos, distante do quadro de servidores do Iphan que estava prestes a se aposentar.

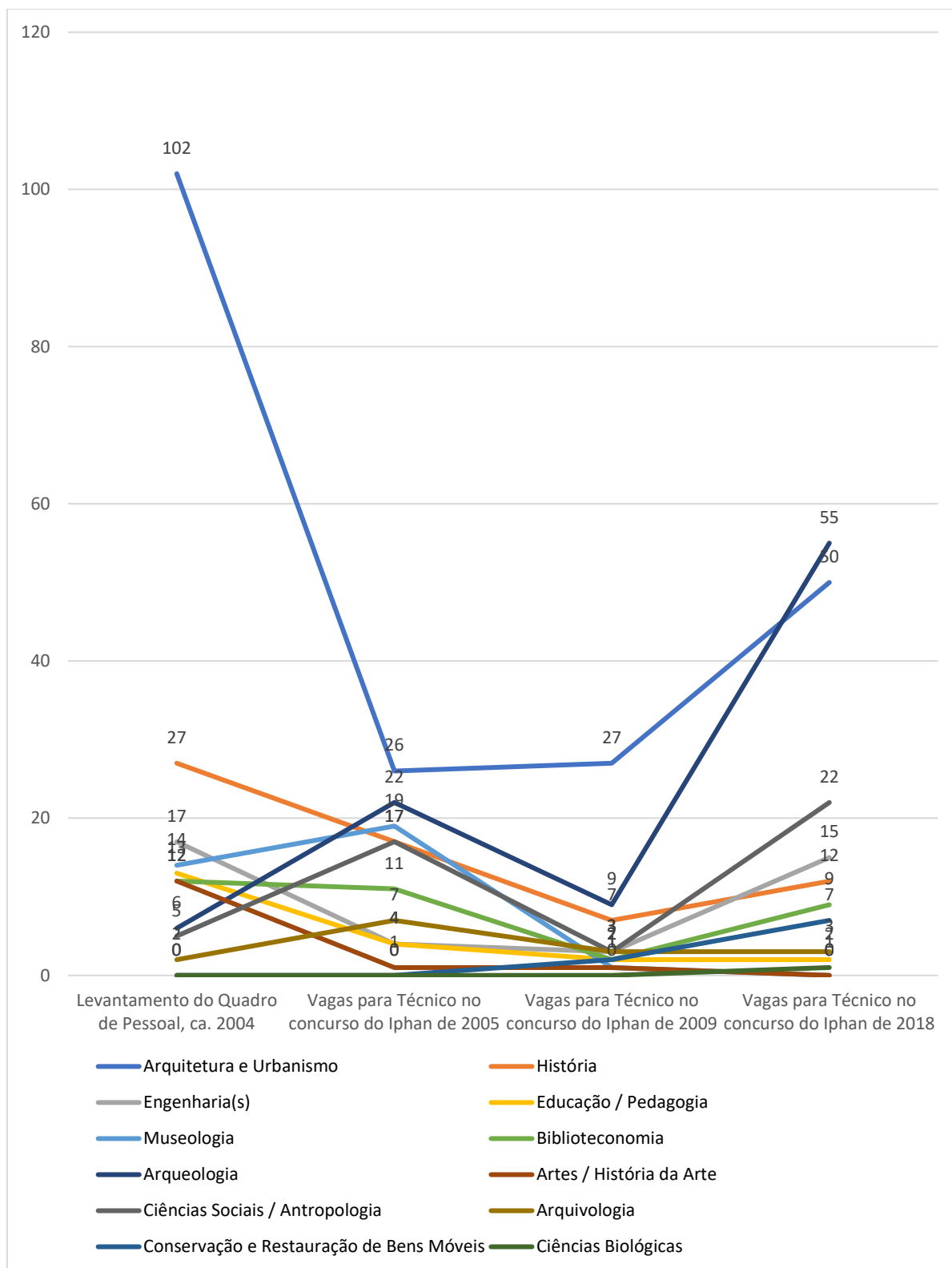
A partir do *Levantamento do Quadro de Pessoal*, de cerca de 2004, que localizei no arquivo do DPI e produzido para o concurso de 2005, pude construir um panorama sobre a formação dos servidores do quadro permanente do Iphan antes dos concursos. A listagem original inclui Técnicos e Analistas sem distinção, apenas com a indicação da formação superior, pós-graduação e nível do cargo (se superior, médio ou intermediário). Na ocasião, havia um total de 355 servidores do quadro efetivo, sendo 303 com nível superior e destes, 210 possuíam formações equivalentes às vagas dos três concursos.

As informações do levantamento me parecem ter sido auto declaratórias e, portanto, não há normalização de nomenclatura. Procurei, então, organizar as informações¹²⁵ de modo que pudessem ser comparadas, em um gráfico, com as vagas para o cargo de Técnico nos três concursos do Iphan. Para melhor comparar com a distribuição de vagas nos editais dos concursos, extraí desses dados aqueles que se referem às formações referentes às vagas de “Técnico” dos concursos, pois, como já foi mencionado, é o cargo destinado à atuação na área finalística da instituição e onde se encontram as vagas para profissionais de antropologia. É importante ressaltar também que estou comparando um retrato dos profissionais em cargos efetivos no Iphan em cerca de 2004 com uma expectativa de expansão. Todavia, vejo que essa comparação auxilia a visualizar o que me foi compartilhado durante as entrevistas.

Uma última observação sobre os dados, optei por trabalhar com os números de vagas inicialmente abertas no lançamento do edital, excluindo o quantitativo adicional de vagas eventualmente autorizados para provimento ao longo da validade do concurso, por dois motivos. Primeiro, tanto o concurso de 2005 quanto o de 2009 tiveram abertura de novas vagas no decorrer da sua validade de 04 anos, entretanto, não ocorreu no de 2018 – que ainda está válido e pode vir a ter mais vagas. Segundo, houve uma alteração na regra de abertura de novas vagas. Até 2009 era possível expandir o quantitativo de vagas de um concurso para até 50% do que foi originalmente disposto no edital (BRASIL, 2002, 2009b) e a partir de 2019 esse quantitativo diminuiu para até 25% do total de vagas (BRASIL, 2019c). Ademais, por vezes é difícil rastrear todas as novas convocações e precisar a distribuição das vagas dentro do cargo, já que a portaria de autorização para abertura de novas vagas apenas estabelece o quantitativo de vagas por cargos (técnicos, analistas, etc.).

¹²⁵ Havia diferentes denominações para a mesma formação ou pequenas diferenças de nomenclatura. Portanto, para normalizar a apresentação dos dados do levantamento, reuni Agronomia (1 servidor) em Ciências Agrônomas; Ciências Econômicas (1) em Economia; Jornalismo (1) e Relações Públicas (1) em Comunicação Social; Belas Artes (2) e Desenho e Plástica (1) em Artes Plásticas; Sociologia (1) e Ciências Sociais/Antropologia (1) em Ciências Sociais; Geografia/Estudos Sociais (1) com Geografia; Engenharia Civil (5), Engenharia Agrônoma (2) e Engenharia Elétrica (1) em Engenharia(s). Depois retrabalhei as categorias da seguinte maneira: uni Artes Cênicas (1) e Educação Artística (5) com Artes Plásticas e denominei de Artes, ainda que entendendo que são áreas distintas, pois em geral essas formações trabalham com processos e objetos semelhantes no Iphan; ademais, aquelas pessoas que declaram 2 formações (por exemplo, Arquitetura/ Desenho Industrial) foram incorporadas nos números da primeira formação declarada (no exemplo, foi inserido em Arquitetura). Depois, na tabela comparativa com as vagas do concurso, comparei, por exemplo, “Artes” a “História da Arte”, que foi a formação exigida nos concursos. Nos concursos de 2005 e 2009 só houve vaga para Engenharia Civil, enquanto no concurso de 2018 houve também 1 vaga para Engenharia Agrônoma, então, reuni estas na categoria Engenharia(s).

Gráfico 5 - Comparação entre o quadro de pessoal c. 2004 e a quantidade de vagas para formações no cargo de Técnico nos concursos do Iphan



A linha laranja traduz o que Jorge relatou a respeito do primeiro concurso se a compararmos à linha azul: uma distribuição de vagas mais equânime entre as formações,

distanciando-se o “Iphan tradicional”, retratado no *Levantamento...* de c. 2004, que nas suas palavras “talvez fosse metade arquitetos, sei lá, 30% historiadores, 10% sociólogos, antropólogos, uma coisa...”. Essa proporção é consideravelmente próxima do *Levantamento de Pessoal*, de c. 2004, nos cargos da área finalística, onde havia um total de 48,6% de arquitetos (102 do total de 210 servidores), 12,9% de historiadores (27 servidores) e 2,4% de cientistas sociais (5 servidores) – ainda que Jorge tenha superdimensionado os dois últimos. O concurso de 2005 representou um aumento significativo no conjunto de Técnicos com conhecimentos, especialmente, de Ciências Sociais, de 2,4% do efetivo em c. 2004 para abertura de 17 vagas que representam 13,3% do total de 128 e Arqueologia, de 2,9% (6 servidores) para 17,2% (22 vagas) e outros com uma diminuição significativa, como Arquitetura que representava 48,6% dos servidores e foram abertas 26 vagas (20,3%).

Muitos fatores podem ter incidido para essa distribuição mais equânime. Alguma leitora pode argumentar que se deu, hipoteticamente, porque havia carência nessas formações e não nas demais. Mas, é preciso lembrar o contexto de escassez: há carência de pessoal no Iphan em todas as suas atividades. Em 2005, a *alta gestão* privilegiou aumentar o quantitativo de pessoal em outras áreas de atuação da política de patrimônio para além do chamado “patrimônio material edificado”. O comparativo de vagas para o concurso de 2009 indica que essa decisão gerencial não representou uma guinada consistente na composição de servidores do Iphan.

Em 2009, a distribuição proporcional das vagas é deveras semelhante ao Iphan de c. 2004. Arquitetura representou 45% do quantitativo de vagas (27 de 60 no total) e para Antropologia abriram 3 vagas, o que significou 5% do total. A exceção mais expressiva foi o quantitativo para Arqueologia que se manteve mais alto com 9 vagas, representando 15% do total. Lembrando do que me relatou Vânia e das negociações para este concurso, em 2009, a maior preocupação da *alta gestão* era com a distribuição geográfica das vagas devido à expansão das unidades do Iphan pelo território nacional; com as recomendações do TCU para a questão da fiscalização dos patrimônios edificados; e com a implantação do programa Monumenta e da custódia da RFFSA. Todos esses elementos permitem compreender esse retorno ao “Iphan tradicional”, à “casa de arquitetos”, que era priorizado pela gestão daquele momento. Demonstrem ainda que não estava ainda consolidada a institucionalização de práticas mais diversas de preservação do patrimônio cultural.

Já em 2018, a orientação da *alta gestão* era construir o levantamento de necessidade levando em consideração as aposentadorias que se projetavam a fim de substituir esses quadros para a manutenção das atividades do Iphan, como mencionei anteriormente. Entretanto, o

quadro de distribuição de vagas para esse concurso não reproduz o cenário daquele Iphan de c. 2004 – e que representaria o perfil dos profissionais com tempo para aposentadoria.

Em 2018, Arqueologia foi a área de formação com maior demanda com 55 vagas, o que representa 55% do total de 176, seguida de Arquitetura com 50 vagas (28,4%) e depois, Antropologia com 22 (12,5% do total). Uma diferença foi a demanda por Técnicos com formação em Ciências Biológicas (1 vaga) e Engenharia Agrônoma (1 vaga), se somando à Engenharia Civil no conjunto de Engenharias. Outra diferença foi a não abertura de uma vaga específica para Museologia no conjunto dos Técnicos. Em 2009, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus, uma nova autarquia responsável pela gestão da política para museus e dos museus federais. Até então, essa gestão era realizada por uma diretoria do Iphan. Acredito que a criação do IBRAM e a diminuição das responsabilidades diretas do Iphan no trato com os museus tenha acarretado menor demanda por esse perfil.

Esse novo perfil mais multidisciplinar para o Iphan encontra ressonância com a descrição da missão institucional do Iphan e na justificativa para o certame apresentados no *Projeto Básico* para contratação da banca examinadora de 2018, já que o Iphan:

[...] veio incorporando às suas tradicionais atribuições novas frentes de atuação. O quadro técnico do IPHAN – distribuído entre a sede em Brasília, 27 superintendências estaduais, 37 escritórios técnicos, incluindo os Parques Históricos Nacionais e seis unidades especiais – é responsável pela execução da política de patrimônio cultural no Brasil, amparada por dispositivos constitucionais e legais voltados para a identificação, reconhecimento, salvaguarda, preservação, fiscalização e fomento do Patrimônio Cultural Brasileiro e que resultam em ações, tais como: a proteção dos sítios arqueológicos e reservas técnicas; preservação de acervos documentais e bibliográficos; identificação da diversidade linguística; participação na gestão dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético; execução de projetos e obras de intervenção em bens e conjuntos tombados; gerenciamento dos programas *PAC das Cidades Históricas e Agora é Avançar*; avaliação e fiscalização de Convênios e projetos no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura; ações educativas e de mobilização social; assistência técnica e monitoramento do reconhecimento internacional de bens culturais brasileiros; análises referentes ao Licenciamento Ambiental, em articulação com a Casa Civil e com os Ministérios do Meio Ambiente, Planejamento, Minas e Energia, Transportes e Cidades. (IPHAN, 20182018b: documento SEI 0487609)

Este era o conjunto de ações consideradas centrais para a execução das atividades do órgão e que estabelecem conexões com as áreas de saber especificamente requisitadas no concurso. Então, ainda resta entender como se deu o progressivo aumento de vagas proporcionais para Arqueologia e Ciências Sociais/ Antropologia.

No que tange à Arqueologia, ainda que a legislação do campo seja dos anos de 1960, o Iphan nos últimos anos mudou a sua forma de gestão – antes baseada em delegação para outras instituições (Cf. STANCHI, 2017). Além disso, viu a demanda por análises de licenciamentos

ambientais crescer expressivamente. Ainda que isto impacte todas as áreas do Iphan, apresenta uma demanda mais expressiva relacionada ao patrimônio arqueológico. Como indicado no *Relatório de Atividades: 2011-2014* que:

Quase todos os locais emblemáticos do nosso patrimônio estão passando por algum tipo de transformação, seja material seja social, envolvendo tipos ou intensidades de uso do solo ou de apropriação pela população. Indicador desse fenômeno são as quantidades inéditas de pesquisas arqueológicas que vêm sendo financiadas pelos empreendedores das obras em processo de licenciamento. (IPHAN, [2014]: 7)

Atualmente, 94% das pesquisas realizadas no Brasil são motivadas pela avaliação de impactos ambientais e culturais no âmbito do Licenciamento Ambiental, ou seja, a chamada Arqueologia Preventiva ou de Contrato. (IPHAN, [2014]: 14)

O IPHAN participa diretamente do Licenciamento Ambiental, não apenas daquele a cargo do IBAMA, mas de todos os órgãos ambientais estaduais ou municipais, o que faz desta atividade uma das mais demandantes, volumosas e desafiadoras do Instituto (IPHAN, [2014]: 36)

No que tange à Antropologia, sua vinculação com a execução das políticas referentes ao chamado “patrimônio imaterial” é um caminho para explicar o aumento. Entretanto, a análise das vagas dos três concurso indica que não bastava a existência da política, formulada em 2000 e implementada desde 2002. O que acredito ter colaborado foi o progressivo aumento da institucionalização desta prática dentro do órgão nesses 18 anos de existência do Decreto n. 3.551/2000. Até por volta do ano de 2012, a execução dessa política esteve muito centralizada na área sede do Iphan. Tanto que das três vagas para antropólogo no concurso de 2009, duas eram para o DPI – e uma das quais ocupei ao ser aprovada nesse concurso.

Além disso, entre os anos de 2012 a 2014 acompanhei, como Técnica, o esforço da direção do Departamento de Patrimônio Imaterial junto à presidência do Iphan em realizar uma progressiva descentralização de processos e ações referentes ao patrimônio imaterial para as demais unidades do Iphan. Isto foi ressaltado, inclusive, no *Relatório de Atividades: 2011-2014*, na seção sobre *Identificação e Reconhecimento*:

O IPHAN investe há várias décadas em metodologias e na construção desses instrumentos. No entanto, algumas características particularizaram o período 2011/2014 no que se refere aos bens imateriais: a descentralização e o compartilhamento da produção desses mecanismos, a cooperação internacional envolvendo inventários transnacionais, assim como maior objetividade com vistas a utilizá-los como subsídio às decisões de proteção. (IPHAN, [2014]: 11)

Já no item sobre *Preservação e Salvaguarda*, subitem *Planos e Ações de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Registrado*, é apontado que:

A principal característica do período 2011/2014 foi o esforço de descentralização e compartilhamento da gestão do patrimônio imaterial acautelado internamente ao

próprio IPHAN, ou seja, extrapolando a área central e envolvendo crescentemente as Superintendências. (IPHAN, [2014]: 37)

Foram por esses caminhos que cheguei à ideia de que há uma relação de *afinidades eletivas* entre (1) a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho para antropólogas nas instituições da administração pública; (2) o aumento de profissionais formadas em Antropologia e Ciências Sociais com a expansão do acesso ao ensino superior tanto de graduação quanto pós-graduação; (3) ampliação de garantias de direitos constitucionais; e (4) com o aumento da implantação de ações estatais para determinadas áreas. Não bastava apenas a diretriz constitucional de ampliação do patrimônio cultural ou realização de ações esporádicas e pontuais. Foi a partir da gradativa institucionalização da política pública de patrimônio imaterial ao longo dos últimos vinte anos, com maior descentralização e com o aumento da demanda por ações que, então, houve um aumento na quantidade de vagas para profissionais das Ciências Sociais/ Antropologia.

Todos esses instrumentos de mensuração e previsão de pessoal analisados relacionam a quantidade de servidores às demandas de atuação do órgão, atividades com obrigações legais, metas futuras relacionadas à planos de governo (como o PPA). Foram os caminhos encontrados para traduzir em uma linguagem administrativa e legal algo que era sentido e percebido no cotidiano de trabalho: a necessidade premente de aumento do quadro de pessoal para atender às demandas por ações e as políticas em curso no órgão.

O contexto de escassez de pessoal, que justifica a constante necessidade de ampliação de vagas ocupadas no Iphan, aqui se soma também às disputas internas no órgão entre setores das políticas de patrimônio (se material, imaterial, arqueológico, entre outros) e entre as unidades. Seja buscando uma distribuição mais equânime entre as áreas de formação que se associam a esses setores, como no concurso de 2005, ou buscando uma mínimo de equilíbrio na distribuição das vagas entre as unidades dispersas em todo o território nacional, como no concurso de 2009. Entretanto, não bastavam novos servidores com qualquer área de formação ou experiências para o cargo de Técnico. Nos documentos supracitados aparecem especificamente quais são as formações e qualificações adicionais necessárias para essa atuação.

3.5. Institucionalização da prática por meio do concurso

Bernardo, Técnico do Iphan e um dos integrantes da comissão do concurso de 2018, me disse que o trabalho para “o concurso é você definir o que a instituição precisa” (Entrevista em 2019). Pelas linhas anteriores é possível perceber que o debate interno para construção do edital de um concurso público levou os gestores e demais agentes do Iphan a refletir sobre a instituição, sobre essas necessidades e as prioridades em um dado momento da implementação das ações estatais referentes à preservação do patrimônio.

Pelo conjunto de graduações elencadas nos três concursos para o Iphan vejo que a “multidisciplinariedade” – apontada como central para atuação do instituto na fala de alguns participantes da reunião do Conselho Consultivo em 2018 – não é aberta a qualquer formação profissional. Ainda que as vagas para o cargo de Analista fossem mais abrangentes, as vagas para Técnico não. A instituição entende precisar de servidores com determinadas formações. Alguma leitora pode dizer que isso é autoexplicativo, uma vez que, por exemplo, para atuar na preservação de patrimônios edificados, é necessária formação em arquitetura e urbanismo devido às características do objeto de intervenção e também devido à atuação privativa de arquitetos.

À exceção das carreiras que são regulamentadas por lei, existe, na administração pública, dois entendimentos distintos a respeito da exigência de diplomas específicos de graduação para cargos públicos. Por um lado, há quem defenda que isto limitaria oportunidades e os concursos públicos visam, por diretriz constitucional, a ampla concorrência. Nesse sentido, bastaria qualquer graduação de nível superior para ingresso em determinadas carreiras – como ocorreu nos últimos concursos da Funai para o cargo de Indigenista Especializado e nos concursos para o Ministério da Cultura, por exemplo. Por outro lado, há quem entenda que, independentemente de regulamentação profissional, determinadas atividades de uma instituição pública requerem um conhecimento especializado e, desta forma, levariam à exigência de graduações específicas. Vânia, que participou da comissão do concurso de 2009, acredita que isto é especialmente importante em autarquias e fundações como o Iphan, que são órgãos da administração indireta justamente por desenvolverem ações específicas.

Qualquer formação não resolve o problema. Eu, por conhecer o órgão, fiquei [alguns anos] lá e foi uma imersão, eu acho que é um órgão que precisa de formações específicas sim. Não é qualquer formação... Como é que você vai fazer um licenciamento ambiental se eu sou um administrador? Como é que eu vou fazer uma

fiscalização numa edificação se eu sou uma professora formada em letras? Não tem. Eu acho que é um órgão que precisa dessa especificidade, desse rol de conhecimento para que consiga de fato desenvolver suas atividades. Eu acho que... porque hoje as pessoas pensam em termos de administração pública de forma muito genérica, de carreiras transversais onde você pode transitar em qualquer área. [...] Autarquias e Fundações elas trabalham com a parte específica do Estado, né? No caso, o Iphan é uma autarquia que trabalha com a questão do patrimônio. (Entrevista com Vânia, 2019)

Além de avaliar que existe a necessidade de especificar as formações para esse tipo de trabalho estatal mais especializado, vinculando o perfil dos profissionais às características administrativas e legais da instituição, Vânia também ressalta que há outros benefícios:

Pois é... Eu não sei qual é o melhor desenho, mas eu acho que quando você traz pessoas já com um nível de conhecimento você consegue num prazo mais curto atender de forma qualificada aquele nicho do Estado. Porque até você fazer um concurso, dar posse e exercício, capacitar servidor para trabalhar numa área muito específica da qual ele não tem nenhum conhecimento, eu acho que o Estado perde muito né. Quando você já parte de um ponto de conhecimento e você qualifica mais ainda aquele conhecimento que você já trouxe para dentro do Estado, acho que em termos de resultados é bem melhor. Eu acho que o Estado ganha. A instituição ganha porque você vai agregando conhecimentos. A pessoa já traz um e você qualifica aquele conhecimento e, em termos de entregas para a sociedade, é muito mais rápido. Eu acho que é um ciclo que funciona melhor. Você exigir um conhecimento, um conhecimento genérico que você faz dos concursos, que você conhece um pouco direito constitucional, direito administrativo, Ciência Política, eu acho que atende para quem vai trabalhar mais voltado com políticas públicas amplas do que com políticas públicas é... locais... locais não... específicas né, no caso de patrimônio. (Entrevista com Vânia, 2019)

Esse é um ponto em constante debate, mas não existe vedação legal à exigência de formação específica para ingresso nas carreiras do serviço público federal desde que tenha correlação com as atividades específicas desenvolvidas pela instituição. Conforme a Portaria n. 450/2002 do MPOG:

a reposição da força de trabalho, mediante a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de cargo efetivo deve adequar-se, quantitativa e qualitativamente, à natureza e complexidade das atividades, aos objetivos e às metas institucionais da Administração Pública Federal (art. 3º). Além disto, poderão ser invocados o perfil necessário aos candidatos, a descrição do processo de trabalho a ser desenvolvido pela força de trabalho pleiteada e o impacto dessa força no desempenho das atividades finalísticas desta Instituição, aspectos que, provavelmente, foram declarados por este Instituto quando formulou o pedido de autorização para realização do concurso (art. 6º, a e b). (IPHAN, 2005a: 34-35, grifo no original)

Essa citação aparece em um trecho do Parecer nº 005/05 – GAB/PROFER/IPHAN (IPHAN, 2005a: 32- 35), emitido pela Procuradoria Federal no Iphan na ocasião do concurso

de 2005, quando a equipe de servidores à frente da contratação da banca examinadora refletia sobre o melhor desenho para o perfil das vagas no edital.

A progressiva institucionalização da prática antropológica na administração pública ocorre no imbricamento entre essa área do saber específica, a forma de acesso e organização das carreiras estatais e as atividades finalísticas da instituição. Enquanto a *alta gestão* do instituto esteve à frente de negociar a autorização para o concurso e definir a distribuição das vagas, foram as comissões dos concursos, compostas por servidores federais estáveis, que trabalharam na construção e detalhamento dos elementos centrais dos editais para concurso público. Nas linhas finais desse capítulo, irei analisar a construção de três itens que constam em qualquer edital para concurso público e que permitem visualizar como essas relações se estabelecem: o requisito para investidura do cargo, a descrição das atividades e o conteúdo programático da prova específica.

3.5.1. A vaga para Técnico em Ciências Sociais ou Antropologia: requisitos e atividades

Nos três concursos para o Iphan, os requisitos para investidura no cargo de Técnico em Ciências Sociais (2005) ou Técnico em Antropologia (2009 e 2018) foram diferentes entre si, mas bastante representativos do que consta no conjunto dos editais para concurso público com vagas para Antropologia e/ou Ciências Sociais (IPHAN, 2005b, 2009, 2018c).

Tabela 8 - Requisitos para investidura nos cargos para Ciências Sociais/Antropologia nos três concursos para o Iphan

Requisito para o cargo Técnico – Ciências Sociais do concurso do Iphan em 2005	Requisito para o cargo Técnico – Antropologia do concurso do Iphan em 2009	Requisito para o cargo Técnico – Antropologia do concurso do Iphan em 2018
Curso de graduação concluído em qualquer área de formação	Diploma de conclusão de curso de graduação concluído em Ciências Sociais ou pós-graduação stricto sensu em Antropologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais ou Antropologia, ou em qualquer área de formação, acrescido de pós-graduação strictu sensu em Antropologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p> <p>RETIFICADO PARA: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais ou Antropologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.</p>

Fonte: compilado pela autora a partir do conteúdo dos Editais (IPHAN, 2005b; 2009; 2018c)

O edital do concurso público comunica aos candidatos quais são as regras do certame. Comunica também “o que a instituição precisa” – para usar os termos de Bernardo. Quais são os conhecimentos e habilidades mínimas necessárias para o desempenho de determinadas atividades que o candidato, uma vez aprovado e empossado, terá que apresentar e realizar.

Rafaela foi aprovada no primeiro concurso para o Iphan. Quando a entrevistei, treze anos depois, ela, de entrada, me perguntou o que eu entendia por “antropólogo”, por “estado”, por “máquina estatal” para então começarmos a dialogar porque:

Rafaela: Primeiro, que antropólogo é esse, né? Porque, tenho várias questões relacionadas. As pessoas que passaram no concurso para Técnico em Ciências Sociais, que é o meu cargo, por exemplo, nem sempre são antropólogos. Algumas pessoas tem graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia e no Brasil isso não é reconhecido como o antropólogo, né? Você minimamente tem que ter o mestrado para se tornar antropólogo e muitas vezes a pessoa não é graduada em Ciências Sociais, tem mestrado e doutorado em Antropologia, ela é considerada antropólogo. Então tem esse recorte. No concurso posterior já o cargo tem um outro nome. É diferente.

D: É... É Técnico em Antropologia

R: É. Exatamente. No meu caso, não. No meu caso eu sou Técnica em Ciências Sociais. Eu sou antropóloga por motivos acadêmicos. Não em relação ao Iphan. (Entrevista em 2018)

Na letra fria da lei, nem eu sou Técnica em Antropologia e nem Rafaela é Técnica em Ciências Sociais. Somos Técnicas. Os cargos do Iphan fazem parte do Plano Especial dos Cargos para Cultura (BRASIL, 2005) e nos seus artigos apenas mencionam os nomes dos cargos (Técnico, Analista e Auxiliar Administrativo) e os respectivos níveis de escolaridade (no caso do cargo de Técnico, nível superior completo). A divisão por áreas de conhecimento é uma opção feita pelo órgão para o concurso público a partir da discussão sobre os conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades finalísticas, que comentei anteriormente. Essa distinção delimita o conteúdo da prova específica e, opcionalmente, os requisitos para investidura no cargo. Para todos os demais efeitos administrativos de gestão de pessoas, é um único cargo, Técnico, para mim, para ela e para nossos colegas arqueólogos, historiadores, arquivistas, etc.

Os efeitos dessas decisões afetam as identidades profissionais dos candidatos aprovados. Rafaela não foi a única servidora com ingresso em 2005 que faz essa distinção entre ser antropóloga ou cientista social no Iphan. Muitos assinam documentos como “Técnico em Ciências Sociais” ou “Técnico em Antropologia” a depender do concurso em que ingressaram. Diversos interlocutores que, diferente dela, apenas possuíam graduação em Ciências Sociais não se sentiam à vontade para se afirmar antropólogos durante as entrevistas. Tanto porque o concurso era para “Técnico em Ciências Sociais” como também pela forma como o campo científico da Antropologia se organizou e se institucionalizou no Brasil por meio da pós-graduação.

Os efeitos dessas decisões afetam também o campo científico da Antropologia. Henry Trindade Barretto Filho (2017) faz um histórico do debate sobre a profissionalização de antropólogos em “processos tecnopolíticos”, como produção de laudos, e das perspectivas de uma possível regulamentação da profissão nos últimos anos. Neste artigo, ao rememorar os trabalhos e resultados do Grupo de Trabalho¹²⁶ da ABA (2006-2008), aponta que a contratação de graduados em Ciências Sociais para esses postos de trabalho – uma vez que na época ainda não havia egressos dos cursos de graduação em Antropologia – apresentou demandas de

¹²⁶ O Grupo de Trabalho aqui referido foi formado pela ABA durante o período da gestão entre 2006-2008 para debater a questão da regularização profissional. Posteriormente, a associação criou, na sua estrutura administrativa de comissões e comitês, um comitê permanente voltado para a questão da “inserção profissional do/a Antropólogo/a” e do qual participo desde 2021.

ampliação e mudança nos critérios e formas de filiação à ABA. Assim, “premiam a ABA a contemplar, tanto profissionais nessas novas inserções profissionais e técnicas, quanto antropólogos/as em formação e o – então – emergente cenário dos cursos de graduação em Antropologia” (BARRETTO FILHO, 2017: 20). O autor ressalta ainda que o Estatuto da ABA foi alterado para então permitir a associação de “profissionais” na categoria de sócio efetivo (ABA, 2018, art. 7º) e os objetivos da associação foram ampliados para congregar também “outros/as profissionais que contribuem para o desenvolvimento da Antropologia”, para além da comunidade científica (ABA, 2018, art. 1º). Essas mudanças geraram o que Barretto Filho chamou de “regulamentação informal”, já que a ABA não é um conselho de classe, e sim uma associação científica (BARRETTO FILHO, 2017: 24-25).

Chama atenção também para os efeitos que os processos de recrutamento, entre eles, os dos concursos públicos como os do Iphan, colocam para a ABA a partir de demandas de diferentes pesquisadores e profissionais (BARRETTO FILHO, 2017: 25-26). Entre outras questões, os profissionais com trajetórias heterodoxas, i. e., graduações em áreas afins com pós-graduação em Antropologia – como muitos pesquisadores e professores das primeiras turmas de pós-graduação em Antropologia no Brasil –, *grosso modo*, buscam a associação para se ampararem legalmente quando questionados sobre suas credenciais para exercício laboral. Já os que chamou de pesquisadores e profissionais com trajetórias ortodoxas, i. e., formação linear em Ciências Sociais/ Antropologia, buscam a associação para encontrar apoio no questionamento a editais de seleção em que o requisito não restringe a participação a candidatos com formação na área.

Pela leitura da tabela que inicia esta seção, é possível ver que o primeiro concurso era aberto a qualquer curso de graduação. O segundo concurso apresenta um requisito próximo ao que a comunidade científica da antropologia reconhece como as possibilidades de formação de um antropólogo. No terceiro concurso, o edital foi lançado com a mesma descrição do anterior para depois ser retificado, delimitando o requisito apenas à graduação em Ciências Sociais ou Antropologia.

Mas, como são construídas as decisões sobre os *requisitos para ingresso* nos editais para concurso público do Iphan e também a *descrição de atividades*? Refletir sobre isso talvez auxilie a compreender os seus efeitos e imbricamentos. Os concursos de 2005 e 2018 são especialmente elucidativos.

No concurso de 2005, o primeiro realizado pelo Iphan após a Constituição de 1988, os servidores da comissão do concurso ainda estavam compreendendo esse processo e construindo

as bases para um concurso para o Iphan. Digo isto baseada, principalmente, em um memorando que a então Coordenação de Recursos Humanos enviou à Procuradoria Federal (PF) no Iphan a fim de esclarecer a maneira mais adequada para descrever os cargos do concurso no *Projeto Básico* (PB) que fosse aderente às exigências legais e às necessidades do instituto. No Memorando n. 074/2005 GAB/CRH/DPA/IPHAN (IPHAN, 2005a: 249-252), solicitaram especificamente que fosse verificada a possibilidade de “especificar a formação acadêmica dos profissionais que irão disputar o certame”, ou seja, o requisito para investidura dos cargos (IPHAN, 2005a: 250). Então, apresentaram o primeiro desenho para a descrição das atividades e exigência de requisitos para os cargos de Analista e Técnico separados por áreas de atividade do Iphan. Além desse memorando, consta também uma minuta do *projeto básico* (IPHAN, 2005a: 214-227).

Nesses documentos, apresentam as vagas para o cargo de Técnico divididas por áreas de atuação do Iphan e não por áreas de conhecimento, como ficou na versão final do Edital (IPHAN, 2005b). constam 09 “áreas de conhecimento”:¹²⁷ Preservação Arquitetônica; Preservação Arqueológica; Preservação de Bens Móveis; Preservação do Patrimônio Imaterial; Museus e Centros Culturais; Promoção do Patrimônio Cultural; Gestão Bibliográfica; Gestão Documentos; Pesquisa e Referência. Assim, para as vagas de Técnico na área de “Preservação do Patrimônio Imaterial”, a equipe de Recursos Humanos propôs como requisito: “profissional de nível superior, com curso de graduação, reconhecido pelo MEC, em Antropologia e profissional de nível superior, com curso de graduação, reconhecido pelo MEC, em Sociologia”.¹²⁸ Já as vagas para historiador, por exemplo, eram pensadas para a área de “Pesquisa e Referência”, que tinha como requisito: “profissional de nível superior, com curso de graduação, reconhecido pelo MEC, em História” (IPHAN, 2005a: 251-252).

¹²⁷ Os documentos possuem pequenas diferenças de nomenclatura para as 09 áreas de conhecimento. Na primeira minuta do PB aparece “área de Bens Imateriais” e no memorando consta “Preservação do Patrimônio Imaterial”, por exemplo. Isto reforça a percepção de que eram visões ainda em construção pelos servidores a frente desse trabalho. Para a descrição que se segue utilizei a nomenclatura presente no *memorando* para a PF.

¹²⁸ É possível perceber aqui também um desconhecimento sobre a organização do campo da antropologia e da sociologia por parte dos servidores encarregados do desenho do edital. Com base no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro, em 2005, ainda não havia egressos de graduação em Antropologia, já que o primeiro curso teve início apenas em 2005 na Universidade Federal do Amazonas. Os próximos a serem abertos foram, ambos em 2007, na Universidade Federal da Paraíba e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – este último atualmente extinto. Em 2022, existiam, em funcionamento, 13 cursos de graduação em Antropologia frente a 218 cursos de Ciências Sociais, conforme dados da pesquisa pública do Cadastro e-MEC. (MEC, s.d.)

Essa divisão por área de atuação do Iphan tem relação com a forma como a antiga Fundação Pró-Memória organizava suas carreiras na década de 1980. Os cargos vagos disponíveis no Iphan fizeram parte, originalmente, deste Plano de Cargos e Salários, onde eram separados e descritos pelas áreas específicas de atuação no órgão. Entretanto, em 2005, já haviam passado por algumas *racionalizações*.¹²⁹ No *Manual de Descrição e Especificação de Cargos de Nível Superior do Plano de Cargos e Salários da Fundação Pró-Memória* (de 1987),¹³⁰ é possível visualizar o complexo desenho de cargos da antiga fundação e seu detalhamento minucioso. Os cargos eram divididos em treze “grupos ocupacionais”: Preservação Arqueológica; Preservação e Restauração de Bens Imóveis; Pesquisa e Projetos em Referência da Dinâmica Cultural; Dinâmica Educativa e Cultural, por exemplo. Cada grupo possuía cargos com nomenclatura específica, separados por nível e dispostos em linha de progressão, todos descritos extensamente. A progressão nos níveis da carreira aumentava tanto a complexidade e responsabilidade de suas atividades, como também exigia um maior tempo de experiência e formação. Em nenhum cargo da antiga Fundação Pró-Memória há menção a alguma formação de nível superior específica.

Como já comentei, os cargos atuais do Iphan de nível superior são apenas dois, Técnico e Analista (Cf. BRASIL, 2005), sem distinção de atividades, formações ou área de atuação. A exigência para ingresso é tão somente nível superior completo e a única descrição das atividades é aquela que consta no edital do concurso. São regramentos legais muito distintos, oriundos de momentos em que as carreiras no governo federal eram organizadas por uma outra lógica. Todavia, o *Manual do Plano de Cargos e Salários da Fundação Pró-Memória* ainda era, em 2005, um documento de consulta e de alguma maneira de orientação sobre as atividades funcionais dos servidores no órgão, e é mencionado no memorando da Coordenação de Recursos Humanos.

¹²⁹ Racionalização de cargos, segundo esse relatório do um Grupo de Trabalho interinstitucional para racionalizar os cargos do Plano Especial de Cargos da Cultura, é “o agrupamento de cargos já existentes em um novo cargo desde que haja similitude de atribuições, mesmos requisitos para ingresso, nível de escolaridade e remuneração” (MPOG, 2008: [s.f.]

¹³⁰ Agradeço a uma interlocutora que, espontaneamente, compartilhou comigo uma cópia deste documento e do processo de Proposta de Racionalização de cargos do Plano Especial de Cargos da Cultura (MPOG, 2008). Essa interlocutora fazia parte da Comissão do Concurso de 2018, o que demonstra que também no terceiro concurso do órgão esses materiais ainda eram usados como referência para pensar os cargos no Iphan. Entre eles se encontra um relatório sobre a racionalização dos cargos elaborados por um Grupo de Trabalho interinstitucional designado para realizar a proposta. Este relatório abarca não apenas a nova proposta como traz um histórico das alterações institucionais dos cargos atuais do Iphan (além das demais instituições federais vinculadas ao setor da cultura).

O Parecer nº 005/05 – GAB/PROFER/IPHAN (IPHAN, 2005a: 32- 35) da Procuradoria desaconselhou a separação das vagas do concurso por meio de “grupos operacionais” (áreas de atuação) do Iphan, uma vez que já não vigorava a forma de organização da Fundação Pró-Memória de cargos específicos.

Quanto aos requisitos para investidura nos cargos, a procuradora levantou os argumentos favoráveis e desfavoráveis para a especificação de formações de determinadas vagas, uma vez que a legislação que organiza os cargos do Iphan (BRASIL, 2005) apenas menciona os respectivos níveis de escolaridades. Todavia, ponderou que

não se pode perder de vista que o quadro de pessoal de um órgão deve ser formado de tal modo que as atribuições institucionais possam ser plena e satisfatoriamente exercidas e cumpridas. E, nesta linha, a Autarquia tem determinadas competências, obrigações e responsabilidades que exigem pessoas graduadas em certos cursos por serem os únicos possibilitam o exercício regular de algumas profissões. (IPHAN, 2005a: 33)

Seguiu seu argumento citando expressamente e a título de exemplo as carreiras de arquiteto, engenheiro e bibliotecário que possuem leis para a regulamentação de profissão. A procuradora sugeriu que o Iphan poderia, então, indicar as áreas de conhecimento para os cargos de Técnico e Analista da seguinte maneira: “exigindo a graduação superior naqueles cursos que são privativos para o exercício de determinadas profissões, e recomendando a graduação superior em outros cursos que possam propiciar conhecimentos dirigidos às áreas de conhecimento indicadas e necessárias.” (IPHAN, 2005a: 33, grifo no original). A procuradora ressaltou ainda que era possível haver questionamentos legais relativos à exigência de graduação específica que restringisse a participação de candidatos com qualquer formação de nível superior. Entretanto, se optassem por exigir graduação específica, a procuradora indicou que a instituição encontraria amparo e justificativa na sua própria finalidade estabelecida em decreto regimental, conforme possibilitava a Portaria n. 450/2002 do MPOG – citando o trecho que utilizei na abertura dessa seção.

Este parecer jurídico subsome os impasses enfrentados nos três editais para delimitação de formação e que está calcado nas questões que coloquei no início da seção. Por um lado, instituições, em especial, da administração indireta possuem um conjunto de ações e processos específicos para cumprimento de suas atividades finalísticas que se relacionam a determinadas áreas de saber. Por outro lado, existe o princípio da ampla concorrência nos concursos públicos, respaldado ainda pela legislação que organiza cargos e carreiras que apenas estabelece o nome do cargo e o nível de escolaridade. Nesse cenário, ainda que exista uma portaria do MPOG que

correlaciona a reposição da força de trabalho ao tipo de atividade desenvolvida pelo órgão público, é possível haver questionamentos e judicialização. A exceção são as carreiras que possuem leis de regulamentação profissional.

Em 2005, frente a essas colocações, a equipe que trabalhou no edital do concurso optou pela exigência de diploma de graduação específica apenas para os cargos que possuíam regulamentação profissional – na época: arquitetura e urbanismo, engenharia, museologia e biblioteconomia. O caminho encontrado para “recomendar” a graduação para os demais perfis, como sugerido pela procuradora, foi delimitar o conteúdo programático da prova específica no rol de conhecimentos adquiridos nas graduações que almejavam incorporar ao quadro de servidores. Também para solucionar a divisão por “grupos operacionais” / áreas de atividade do Iphan, a equipe passou a dividir as vagas dos cargos de Técnico por “áreas do saber”: Ciências Sociais; História; Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo, etc. Dessa maneira, ainda que o requisito fosse aberto a qualquer graduação, o conteúdo programático delimitava um conjunto de saberes e o grupo das vagas sinalizava essa intenção de modo mais direto.

Das 17 vagas para Técnico da área de Ciências Sociais abertas no edital de 2005, apenas 05 candidatos – aprovados, convocados e ainda em exercício no Iphan – não possuíam graduação em Ciências Sociais: 04 tinham formação de nível superior em História e 01 em Comunicação Social. Destes, 03 possuíam mestrado em Antropologia ou Ciências Sociais e os outros 02, apesar de não ter formação específica, haviam tido contato com teoria antropológica no decorrer de suas formações acadêmicas. Em entrevista, um dos candidatos aprovados que não possuía diploma de graduação nem pós-graduação em Antropologia, me relatou que, ao comparar o conteúdo programático de História – sua área de formação original – e Ciências Sociais, se sentiu mais confiante no seu domínio do conteúdo desta, pois desde que fizera Introdução à Antropologia, no primeiro período da faculdade, se interessou pela área e cursou diversas disciplinas eletivas nas Ciências Sociais.

Pelo perfil dos candidatos empossados, a solução encontrada pela então Coordenação de Recursos Humanos, alcançou, em parte, seu objetivo: nas vagas de Ciências Sociais, conseguiram recrutar profissionais com formação em Ciências Sociais/ Antropologia. Entretanto, esse desenho não garante que os candidatos aprovados dominarão os conhecimentos necessários para a atuação profissional efetiva para além de um bom desempenho em uma prova de múltipla escolha. Diversas outras variáveis possibilitam a aprovação de candidatos pouco preparados para esse exercício profissional de fato. O exemplo acima demonstra que candidatos com algum acúmulo de leitura sobre os temas de Ciências Sociais/ Antropologia poderiam

estudar especificamente para essa prova e lograrem aprovação, principalmente a depender do nível de dificuldade da prova e da relação de concorrência candidato-vaga. Um outro fator que colabora para isso é o caráter autorreferencial dos concursos, como desenvolveram Fontainha et al. (2015), em que as regras e as formas de organização dos certames levam à aprovação de candidatos que aprenderam a fazer esse tipo de prova e não necessariamente os mais aptos para o exercício profissional.

Pelos relatos que ouvi ao longo dos anos no Iphan, foi o que aconteceu com a maioria das vagas para Arqueologia no concurso de 2005, quando ingressaram diversos profissionais com um conhecimento superficial na área e sem o devido preparo para o trabalho. A partir da experiência pregressa, a equipe que desenhou o edital para o concurso de 2009 optou por estabelecer cursos de graduação específicos como requisito ao cargo, além de delimitar o conteúdo programático da prova. Vânia me relatou que buscaram diversas entidades de classe e/ou associações científicas a fim de esclarecer como poderiam desenhar os requisitos para os cargos e assim construir um perfil adequado.

Diana: Na época, quando eu perguntei da definição do cargo você falou que consultou a ABA...

Vânia: A ABA foi. Assim como eu liguei e também entrei em contato com a Associação... não sei se é Associação dos Conservadores e Restauradores que fica lá no Rio, o diretor de Escola da Arte do Rio. A gente procurou profissionais qualificados para a gente não errar, entendeu? Porque me parece que no concurso anterior [de 2005] teve alguns erros e que a gente acabou trazendo pessoas que não era o perfil necessário. E a gente também contou com o corpo técnico do Iphan, né, quem trabalha, quem trabalha na arqueologia sentou com a gente, a gente tinha vários [inaudível] na arqueologia que ajudaram a gente a desenhar. A mesma coisa com a antropologia, o pessoal lá do DPI. Então a gente ouviu o pessoal da casa que além do conhecimento tinha a experiência profissional requerida para a gente afinar aquele perfil que a gente estava desenhando. Mas a gente realmente, nós ouvimos as associações. Como é que a gente poderia de chamá-las? Tem um nome bem detalhado...

D: É... as associações científicas?

V: Científicas, que realmente estão qualificadas para opinar. E todas foram muito favoráveis ao desenho do nosso edital, dando essa especificidade correta para cada área de atuação. Então todo mundo se sentiu muito contemplado. Quem trabalha com patrimônio, quem tinha o sonho do Iphan. Para quem é dessa área sempre foi o sonho de entrar... (Entrevista com Vânia, 2019)

Foi, assim, buscando informações junto às associações científicas e aos profissionais de cada área que a comissão do concurso de 2009 conseguiu construir um requisito que representasse da maneira considerada mais adequada a gama de possibilidades de formação

para cada campo de conhecimento, em especial, aqueles que não possuíam regulamentação profissional. Como é possível ver na tabela 8, para Antropologia (não mais Ciências Sociais), solicitaram graduação em Ciências Sociais ou Antropologia ou graduação em qualquer área com pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia – a maneira como a ABA entende *grosso modo* a formação necessária para o reconhecimento entre os pares.

Ademais, Vânia ressaltou o árduo trabalho que fizeram para construir um edital com apoio da banca examinadora e que tivesse respaldo institucional, jurídico, além de reconhecimento de outras instituições que realizaram concursos para áreas correlatas.

Enfim, foi um processo de construção muito rico, Diana. Eu achei assim *fantástico* [ênfase na fala] porque o nosso edital ele foi retificado, assim, pouquíssimas vezes, e não nessa parte central que a gente especificou as áreas de atuação. Eu lembro que o desenho para a área de arqueologia foi elogiado pelo Ministério Público, que também faz concursos para arqueologia e eles copiaram a nossa especificação do cargo para o edital deles. Eu lembro que o pessoal entrou em contato comigo, falou que tinha gostado muito do nosso edital e tal. Eu acho que foi uma seleção, assim, que foi realizada de forma muito séria. A gente teve muita sorte em escolher [a banca examinadora] porque tudo que foi pedido eles atenderam a gente. A gente não participou da elaboração das provas, para isso que a gente contrata uma organizadora, né? A gente não teve acesso nenhum. Mas, em termos de edital, foi construído junto com a equipe da [banca examinadora] com apoio da Procuradoria Federal, que foi *fantástico* [ênfase na fala]. Eu lembro que para a gente fechar o desenho final a gente saiu do Iphan 1 hora da manhã: [menciona o nome de diversos gestores de alto escalão e servidores, entre eles dois procuradores federais lotados no Iphan]. [...] Porque dada a especificidade do órgão eu acho que tem que ser assim. Você não pode entregar simplesmente a uma organizadora para trabalhar com temas tão... Você tem que entrar na minúcia ali do órgão né. E como desenhar esse perfil em termos de formação. (Entrevista com Vânia, 2019)

É possível ouvir na voz de Vânia sua satisfação com o trabalho para a construção do edital de 2009 do Iphan, principalmente, quando menciona o esforço colaborativo. Como ela diz, o edital de um concurso reflete a “minúcia” do órgão, o que reforça a importância de se olhar para os editais de concurso para além de um mero instrumento de seleção de profissionais e passar a refletir sobre o que informam a respeito das instituições e os seus efeitos.

Se o edital do concurso do Iphan de 2009 sofreu poucas retificações no seu conteúdo principal, como Vânia relatou com orgulho, o mesmo não ocorreu com o edital de 2018, que teve os requisitos retificados duas vezes. Como é possível ver na tabela 8, a primeira redação para o requisito de Técnico da área de Antropologia era idêntico ao do concurso de 2009, sendo posteriormente retificado para exigir tão somente graduação em Ciências Sociais ou Antropologia. A segunda retificação de requisito foi exclusiva à Arqueologia. Isto porque o Iphan foi questionado ao restringir os requisitos, como alertara a procuradora federal em 2005.

O edital do concurso de 2018 foi publicado no dia 12 de junho de 2018. Dez dias depois a Comissão do Concurso emitiu um *ofício* à banca examinadora solicitando a retificação dos requisitos das seguintes áreas do cargo de Técnico: Antropologia, Arqueologia, História, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Educação. No documento afirmam que o pedido partia da “orientação jurídica repassada pela equipe do CEBRASPE à Comissão na manhã de 21/06/2018” (IPHAN, 2018b: SEI 0549366). Outras solicitações para alteração de requisitos foram realizadas nos cargos de Analista e Auxiliar Administrativo, mas irei me ater ao de Técnico pelos motivos já expressados. Todas essas áreas acima mencionadas tinham, no edital original, um desenho de requisito semelhante ao de Antropologia para o concurso de 2009: graduação na área específica ou graduação em qualquer área acrescida de formação de pós-graduação *stricto sensu* na área específica. As retificações retiraram comprovação de formação na área por meio de diploma de pós-graduação.

Poucos dias após o lançamento do edital começaram a haver questionamentos, ainda informais, a respeito do desenho para os requisitos. A comissão do concurso entendia que permitir profissionais graduados em qualquer área com pós-graduação na área específica não só ia ao encontro da maneira como essas comunidades profissionais e científicas se organizam, como também ampliava a possibilidade de concorrência. Além disso, tinha sido o desenho adotado pelo concurso do Iphan de 2009, que transcorreria sem judicialização nesse quesito.

Bernardo: o que eu estava tentando explicar: "você não entende que isso [eliminar diplomação por pós-graduação] vai restringir a concorrência e não aumentar", eu falei, "porque nesses campos que eu tô te explicando a pessoa é entendida como antropólogo se ela for mestre ou doutora em antropologia. Não importa se ela é graduada em medicina, se ela fez mestrado e doutorado em antropologia, ela é entendida como antropóloga. Na realidade eu tô incluindo mais gente". "Não, mas é ilegal. Isso é perigoso, é ilegal, é ilegal". (Entrevista em 2019)

O entendimento de que seria uma “ilegalidade” vinha da leitura reta da legislação dos cargos do Iphan (BRASIL, 2005), que estabelece que os Técnicos deverão possuir tão somente nível superior completo.

Bernardo: É... "É uma ilegalidade séria. Vocês estão falando... todos esses aqui que vocês estão falando que a pessoa pode ter mestrado, isso é ilegal porque o cargo de vocês diz aqui que você só pode pedir a graduação. Isso é uma coisa grave. Eu não acho... [...] É perigoso... isso aqui pode dar questionamento". (Entrevista em 2019)

A princípio a comissão do concurso de 2018 estava segura de que o requisito original era o mais adequado e se sentiam amparados pelo princípio da ampla concorrência.

Vânia: Mas aí a gente fechou: não; ela acha isso, mas a gente acha que assim aumenta a concorrência e o que importa é aumentar a concorrência; a gente tá partindo do pressuposto que nos ampara que é o da maior concorrência possível, abrir o máximo possível. Só que aí logo depois... (Entrevista em 2019)

Até que, em uma reunião desgastante com a equipe jurídica da banca examinadora, a comissão recuou dessa decisão pelo receio de que isso fragilizasse o edital do concurso, levando à judicialização do certame.

Bernardo: Ela falou: "Olha, é uma decisão de vocês. Se disserem que vocês querem assim, a gente não se responsabiliza. Eu vou defender vocês, mas eu tô dizendo que eu não consigo defender vocês se alguém questionar isso". [...] "Agora eu consigo defender vocês se vocês disserem que o arqueólogo tem que ser arqueólogo [ter graduação em Arqueologia]". E ela tinha ainda uma interpretação para dar segurança, e como nosso princípio número um da comissão era "nada podia dar errado", era a máxima segurança para que o concurso não fosse derrubado, não atrasasse. [...] A gente falou: se você está dizendo que essa é a forma juridicamente mais segura, eu discordo, mas vamos com vocês; vocês são a área jurídica. Assim foi... (Entrevista em 2019)

Assim foi. O edital foi retificado nos itens do requisito para os cargos de Técnico – além de ajustes em outros pontos e nos requisitos de cargos para Analista. O que não evitou os questionamentos e nem a judicialização. Os questionamentos formais foram apresentados pela Sociedade Brasileira de Urbanismo, pelo Conselho Federal de Museologia, pela Escola de Museologia e pela Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (IPHAN, 2018d). Os conservadores solicitavam que o requisito para o cargo retornasse ao desenho original do Edital porque era consonante com o reconhecimento estabelecido entre pares, e que excluísse dos requisitos a graduação em Museologia. Já as entidades da Museologia solicitavam que se incluísse essa graduação como requisito em diversos cargos e contestavam não haver vagas específicas para museólogos. A resposta produzida pela banca examinadora foi que o disposto no item de requisito estava em pleno acordo com a legislação e atendia às necessidades de pessoal do órgão e, portanto, não seria alterado a partir de demandas individuais ou corporativas. (IPHAN, 2018d: SEI 0622420)

O edital foi também judicializado. Em abril de 2018, poucos meses antes do seu lançamento, fora promulgada a lei que regulamenta a profissão de arqueólogo¹³¹ e, no inciso III do art. 2º, estabelece que são arqueólogos também aqueles profissionais “pós-graduados por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, com área de

¹³¹ Para um panorama e um histórico sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo, ver COSTA; ALMEIDA, 2020.

concentração em Arqueologia [...]” (BRASIL, 2018). Foi então aberta uma Ação Civil Pública (processo nº 5047703-97.2018.4.04.7100/RS) pela 4ª Vara Federal de Porto Alegre/RS que requisitou a suspensão do certame para o cargo de Técnico da área de Arqueologia. Em suma, a ação exigia que o requisito para investidura desse cargo estivesse de acordo com a regulamentação profissional da Arqueologia. O Edital foi retificado novamente, as inscrições para esse cargo específico foram reabertas e as provas ocorreram em data posterior às demais.

Todo esse debate, para além de disputas corporativas de entidades de classe e campos científicos, ressalta como o processo de institucionalização dos concursos públicos afeta a institucionalização de práticas profissionais. Se a ampliação de postos de trabalhos ocorre a partir de crescente demanda por ação institucional contínua – como debati na seção anterior –, novas práticas profissionais são forjadas na relação com tecnologias de governo como os concursos públicos. As regras do certame, os diferentes entendimentos a respeito das legislações que o cercam, os seus procedimentos administrativos e o contexto de elaboração também influenciam uma possível reorganização de campos profissionais e científicos. Estabelece novas práticas e tensiona os limites sobre quais são os profissionais aceitos como antropólogos, levando ao reconhecimento daqueles apenas graduados (e com produção profissional comprovada na área).

Relações semelhantes ocorrem também em outros processos de profissionalização. Lívia Freitas dos Santos analisa, em sua dissertação, dois concursos públicos para professores de História da rede municipal de São Paulo a fim de compreender a correlação entre o concurso e a profissionalização docente. A autora entende os concursos públicos de modo weberiano como um exercício da organização racional da administração pública moderna que, ao estabelecer os saberes e atribuições necessárias, acarreta uma determinada profissionalização legitimada pelo Estado. Retomando outras pesquisas sobre a profissionalização de professores, Santos (2009: 59-60) indica que a emissão de licenças para docente em fins do século XVIII representou um momento decisivo para a profissionalização da docência, que delimitou a área de atuação profissional, suas atribuições e um exercício legítimo e exclusivo. Conclui que, por meio desse instrumento, o Estado não apenas legitima esse exercício, como também consolida um saber e uma atuação.

Até aqui explorei como se delimitam os saberes entendidos como necessários à atuação do Iphan. Resta ainda compreender quais são as atividades esperadas para desempenho pelo profissional das Ciências Sociais/ Antropologia.

Nos editais publicados para os concursos de 2005, 2009 e 2018, a *descrição sumária das atividades* se refere ao cargo de Técnico sem fazer distinção por áreas. Inclusive, para os editais de 2005 e 2009 foi utilizado o mesmo texto sem alteração (IPHAN, 2005b; 2009):

Atividades de Nível Superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos; desenvolvimento de ações de inventário, identificação, documentação, referenciamento, conservação, proteção e promoção; elaboração de pareceres técnicos, fiscalização e demais atividades inerentes à preservação do patrimônio cultural brasileiro de natureza material ou imaterial, nas áreas de atuação do IPHAN. (IPHAN, 2009)

Já no edital do concurso de 2018, houve um maior detalhamento das atividades. Foi elencada a produção de uma maior variedade de tipos documentais: além de pareceres técnicos, indica-se notas, relatórios, estudos, termos de referências, projetos e editais, entre outros. Foram destacados trabalhos relacionados à análise de impacto nos projetos de licenciamento ambiental; atividades de articulação e mobilização social; representação institucional em comissões e conselhos e atuação em políticas intersetoriais e atividades transversais, além de atividades de gestão administrativa de projetos e ações, como elaboração e análise de orçamento, fiscalização de serviços, entre outros:

TÉCNICO I - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: desenvolver atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, que compreendam elaborar estudos, análises, pareceres, laudos, notas, relatórios e avaliações técnicas para instrução e acompanhamento de processos relativos à salvaguarda e à preservação do patrimônio cultural; avaliar o impacto ao patrimônio cultural em projetos e empreendimentos, inclusive no âmbito do licenciamento ambiental; realizar vistorias, levantamentos e avaliações de campo; acompanhar e se manifestar em processos relacionados a políticas intersetoriais e temáticas transversais ao patrimônio cultural; desenvolver e participar das atividades de articulação e mobilização social necessárias às ações institucionais; integrar conselhos representativos, comissões, grupos e equipes de trabalho de interesse da administração; elaborar e analisar orçamentos; acompanhar e fiscalizar intervenções e(ou) serviços; realizar intervenções conservativas e(ou) restaurativas de bens culturais e acervos sob a gestão do Iphan; elaborar termos de referência, projetos e editais; fiscalizar contratos, convênios e instrumentos congêneres e outras atividades compatíveis com as atribuições profissionais e competências institucionais. (IPHAN, 2018c)

Essas alterações parecem querer comunicar de maneira mais direta o trabalho da instituição – ao menos, os mais recorrentes e que a comissão do concurso valorizou no momento de redação do edital. Essas descrições amplas e gerais para todas as vagas do cargo de Técnico sinalizam também que esses servidores do Iphan são “técnicos da preservação do patrimônio” sem distinção, como fraseou a presidente do Iphan durante a reunião do Conselho Consultivo de 2018.

Alguma leitora pode, então, estar questionando porquê até o momento tenho tratado o aprofundamento da institucionalização das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial como um dos principais fatores para o aumento das vagas para profissionais das Ciências Sociais/ Antropologia no Iphan; associando de maneira direta o campo da antropologia com o patrimônio imaterial. Inclusive porque no *Levantamento de Necessidade de Pessoal*, de c. 2004, elencam um conjunto abrangente de formações e, entre eles, historiadores, por exemplo. De fato, diversos historiadores estão presentes nas unidades do Iphan que executam as ações do patrimônio imaterial, além de historiadores da arte, arquitetos, educadores, entre outros, e colaboram nessas ações. Afinal, “o Iphan hoje é multidisciplinar”, como também disse a presidente do Iphan na reunião do Conselho de 2018.

Entretanto, cabe observar que trato essa vinculação entre antropólogos e as ações do patrimônio imaterial como um protagonismo e não como exclusividade ou atividade privativa. Essa associação aparece assim nos documentos que pesquisei. No *Levantamento...* supracitado, Ciências Sociais/ Antropologia é a primeira formação elencada na lista de prioridades. Além disso, também aparece essa associação para as “áreas de conhecimento” originalmente pensadas para o concurso de 2005. Como mencionei, os documentos iniciais estabeleciam que o requisito para “Patrimônio Imaterial” era graduação em Antropologia e Sociologia. A graduação em História era requisito para a área de “Pesquisa e Referência”.

O *projeto básico* para a contratação da banca examinadora de 2005 é ainda mais elucidativo sobre essa relação (IPHAN, 2005a: 01-23). Nele as descrições de atividade ainda estavam separadas por áreas para os cargos de Técnico. Para o cargo de Técnico da área de Ciências Sociais indica:

atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo a elaboração, acompanhamento, execução e coordenação de *pesquisas no campo das Ciências Sociais* visando a produção de conhecimento acerca da *cultura* e do patrimônio cultural brasileiro. Planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de programas e ações de *salvaguarda e fomento das condições de preservação e sustentabilidade da diversidade e dos bens culturais*; elaboração de pareceres e estudos técnicos visando ações de *identificação, documentação, registro e salvaguarda de bens culturais*; e demais atividades inerentes à função. (IPHAN, 2005a: 10, grifo meu)

Já para a “área” de História indica:

atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo ações de elaboração, acompanhamento, execução, gestão e coordenação de pesquisas sobre *bens culturais e a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil*; participação em projetos de *conservação, intervenção, gestão e salvaguarda de bens culturais*; elaboração de pareceres e estudos técnicos

que subsidiem ações de proteção, *fiscalização e salvaguarda* do patrimônio cultural brasileiro, e demais atividades inerentes à função. (IPHAN, 2005a: 13, grifo meu)

Para os Técnicos em História, a expectativa era que atuassem de maneira transversal com os diferentes processos e ações do Iphan¹³² e assim indicam ao utilizar expressões e termos comuns do patrimônio material – como, conservação, intervenção, fiscalização – e do imaterial – como, salvaguarda. Ademais, quando indicaram originalmente que o “grupo operacional”, a área de atuação institucional, para profissionais formados em História era a de “Pesquisa e Referência” estavam fazendo menção a atividades então desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC), unidade do Iphan, que a principal atividade é pesquisar a própria história do Iphan e da preservação do patrimônio cultural do Brasil.

Já as vagas para a área de Ciências Sociais, no concurso de 2005, foram planejadas para atuar especificamente na salvaguarda do patrimônio imaterial, o que demonstram ao utilizar termos comuns a essa área como: salvaguarda; sustentabilidade; diversidade cultural; e, principalmente, registro – nome do instrumento legal que reconhece bens culturais imateriais, instituído pelo Decreto n. 3551/2000. Assim, mesmo considerando a multidisciplinariedade das equipes do Iphan que reúne profissionais de diversas formações, os Técnico com conhecimentos em Ciências Sociais deveriam trabalhar, principalmente, com as políticas de patrimônio imaterial.

Fontainha et al. (2015) ressaltam que os editais para concurso apenas descrevem as atividades do cargo sem contemplar as aptidões e habilidades necessárias para os candidatos desempenharem as atividades institucionais, tampouco estabelecem provas práticas para aferir essas questões. Na visão dos autores essa ausência prejudica a seleção dos candidatos mais adequados. Todavia, pelo relato dos integrantes das comissões de concurso do Iphan, é na construção do conteúdo programático da prova que a instituição procura delimitar o perfil do profissional esperado.

¹³² Essa atuação mais transversal de historiadores e sua ampla contribuição para todas as áreas de atuação do Iphan são debatidas, criticadas e reivindicadas por diversos técnicos. Ivana Cavalcante (2016) chega a qualificá-la como um “não lugar” devido à sua opacidade e assistência às áreas do patrimônio material e imaterial. Para compreender melhor essa questão, ver também a *Carta da Pesquisa Histórica no Iphan* (IPHAN, 2008b) e a introdução de Márcia Chuva (2011) ao dossiê História e Patrimônio da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

3.5.2. *Procura-se (determinadas) antropólogas: seleção, forma e conteúdo*

As provas dos concursos do Iphan, assim como na grande maioria dos concursos públicos federais, foram compostas por três etapas: prova objetiva de conhecimentos gerais e específicos; prova discursiva de conhecimentos específicos; prova de títulos, que pontua diplomas de pós-graduação e experiência profissional. As duas primeiras etapas são eliminatórias e a última é exclusivamente classificatória.

Os conhecimentos básicos das provas objetivas são aqueles cobrados para todos os cargos e os conhecimentos específicos variam de acordo com as áreas de conhecimento de cada cargo. No concurso de 2018 (IPHAN, 2018c: item 15.2.2.), os conhecimentos básicos eram referentes à português; fundamentos da preservação do patrimônio cultural; noções de gestão e administração pública; e atualidades. No concurso de 2009 (IPHAN, 2009: anexo I, item 2.2), além desses, havia também língua inglesa; raciocínio lógico; e o item sobre noções de gestão e administração pública também contemplava fundamentos do direito administrativo e constitucional. Uma diferença que chama atenção na leitura comparativa entre 2018 e 2009 é que, em 2018, houve uma diminuição considerável no conteúdo sobre administração pública, especialmente direito administrativo e constitucional, e uma ampliação do conteúdo sobre patrimônio cultural. Já no concurso de 2005 (IPHAN, 2005b: anexo VI), era tão somente língua portuguesa e conhecimento básicos sobre preservação do patrimônio e o único item sobre administração pública se referia à legislação de licitações e contratos (BRASIL, 1993).

O conteúdo dos conhecimentos básicos por si já aponta o perfil geral dos servidores que se buscava em cada concurso. Em 2005, um foco maior no conhecimento advindo das formações universitárias. Em 2009, aumenta a busca por um perfil que possua conhecimentos sobre administração pública, mas a partir de um conteúdo muito generalista, comum aos concursos públicos desde a época de Vargas e do Dasp, com raciocínio lógico e direito constitucional e administrativo (SILVA, B. M., 2019). Já no concurso de 2018, o desenho geral e a quantidade de legislações específicas do campo do patrimônio apontam para um conhecimento básico de administração pública que seja voltado especificamente para o campo do patrimônio. Quando conversei com membros da comissão de 2018, comentei que havia notado essa diferença no conteúdo sobre administração pública, e eles me contaram que “limaram” esses conteúdos do “pacote do concurso” de forma intencional para evitar selecionar o “perfil concurseiro”.

Bernardo: Por que o que era a ideia? Em algum momento a gente finalmente entendeu o que que faz uma prova se tornar a prova para concurseiros.

Diana: O que é?

Vânia: O padrão! Repete o padrão. Você mexe no padrão, você [perde?]...

B: É você fazer um padrãozinho: constitucional, administrativo, raciocínio lógico... essas coisas do pacote do concurso. [...] E outra... A gente resolveu invadir a prova de conhecimento básico com patrimônio. A gente falou: vamos fazer o seguinte? Vamos levar então os conhecimentos que todo mundo tem que ter para prova de conhecimento básico. Esse é o conhecimento que...[...] Sabe essa ideia que você tem de senso comum: conhecimentos básicos de concurso é o que? Ah! Todas essas coisas que não são específicas de nada: português, matemática... Por quê? Não! Qual é o conhecimento básico do Iphan? (Entrevista em 2019)

Essas estratégias foram pensadas para tentar selecionar um perfil mais próximo e afeito ao campo do patrimônio, afastando-se do “perfil concurseiro” porque, na visão dos interlocutores, esse candidato não se compromete à causa do patrimônio e o órgão não consegue retê-lo.

Vânia: é aquele que não fica, é aquele que está na perspectiva de uma carreira melhor. A carreira do Iphan, para quem é concurseiro, ela não segura. O cara passa aqui para continuar estudando para o outro. Porque quem de fato é concurseiro ele quer *um bom salário* [ênfase na fala], uma boa carreira. [...] E a ideia era justamente essa... A oportunidade de ter um concurso para tentar manter as pessoas que de fato têm interesse pelo tema e não pelo concurso... Tanto faz se é aqui ou em qualquer lugar, eu quero é passar no concurso para depois alçar o próximo. Acaba sendo uma coisa de passagem... Nesse sentido, entendeu? Uma dificuldade de permanecer.

Boris Maia Silva (2019) identificou essa estratégia, chamada de *escada* ou *trampolim*, em estudantes de cursinho preparatório para carreiras tributárias no Rio de Janeiro. A preocupação expressa para o concurso 2018, em selecionar candidatos que possuíssem interesse pelo tema do patrimônio, também aparece na justificativa para o concurso de 2009, quando, na *Nota Técnica* da diretora do Departamento de Planejamento e Administração, foi ressaltado que:

para o cumprimento da missão institucional e ampliação de sua visão de futuro é fator importante e primordial a *captação de profissionais que abarquem, de forma efetiva, as causas do patrimônio cultural nacional*, e atuem de forma competente e alinhados com os anseios da sociedade. (Nota Técnica n. 03/2008 GAB/DPA In: IPHAN, 2008b: 12; grifo meu)

O perfil geral que se buscava, então, era de um profissional com formação específica em determinadas áreas do conhecimento e que tivesse interesse no tema do patrimônio. A maneira de comunicar isso era por meio do desenho do conteúdo programático tanto para o estudante, quanto também para o profissional contratado pela banca para elaborar a prova:

Vânia: O conteúdo programático era onde a gente... Era a parte onde a gente mais próximo chegava do perfil do técnico que se desejava. E aquilo ia entrar para [a banca examinadora] produzir as provas. Então também tinham que ser conteúdos que quem fosse construir as provas, que a gente não sabia quem era, a gente só se relacionava com uma pessoa [da banca], que fosse capaz de ler aqueles conteúdos. Com aqueles conteúdos você tem que orientar quem vai estudar e tem que orientar quem vai fazer a prova. (Entrevista em 2019)

Até porque os limites da seleção dos servidores do Iphan são estabelecidos pelos contornos do concurso público e da banca examinadora:

Vânia: Mas aí a prova é diferente do conteúdo programático porque a gente fazia aquela lista toda e o peso dos temas aí era [a banca examinadora]. (Entrevista em 2019)

O conteúdo programático dos conhecimentos específicos dos concursos de 2005 e 2009 para os cargos de Técnico em Ciências Sociais e de Técnico em Antropologia são idênticos (IPHAN, 2005b; 2009). Nesse conteúdo programático:¹³³ *grosso modo*, a parte sobre antropologia brasileira tinha um recorte claro em conteúdos vinculados aos estudos de cultura popular, folclore, estudos afro-brasileiros e etnológicos, narrativas nacionais e pensamento social brasileiro; já a parte sobre teoria antropológica era mais voltada para teorias hermenêuticas, estrutural-funcionalismo, ritos e performance, cosmologia e identidade social; havia também um item sobre métodos e técnicas de pesquisa; e políticas de cultura, com conteúdo sobre patrimônio, antropologia aplicada e direitos culturais e sociais.

Já no concurso de 2018, o conteúdo de Antropologia foi deveras expandido, abarcando um maior espectro teórico e temático, ainda que excluindo o conteúdo de métodos e técnicas de pesquisa antropológica. Dividido apenas entre Antropologia no Brasil, Teoria Antropológica Clássica e Contemporânea e Antropologia e Patrimônio Cultural, os referenciais teóricos incluídos no conteúdo de 2018 são mais atuais e contemplam, por exemplo, antropologia simétrica, teoria ator-rede, pós-estruturalismo, teorias relacionadas a políticas públicas e

¹³³ Para um quadro comparativo do conteúdo programático para a prova de antropologia/ ciências sociais, ver anexo C.

relações de poder. Apresentou também itens voltados para garantias de direitos de diferentes grupos sociais.

Indaguei Bernardo e Vânia, membros da comissão, sobre essa mudança também no conteúdo dos conhecimentos específicos. Eles comentaram que revisaram todos os cargos, partindo do que fora cobrado nos concursos anteriores, atualizando-o com base em uma pesquisa nos editais de concurso para outros órgãos com cargos semelhantes e buscando um equilíbrio geral na carga de estudo entre todos os cargos para o certame do Iphan. Sobre o conteúdo para antropologia Bernardo compartilhou que:

Bernardo: Eu tenho lá um cardápio de coisas que um antropólogo pode estudar ao longo da sua vida; tem coisas que todo antropólogo tem que estudar; tem coisas que todo mundo que se forma em ciências sociais, antropologia; e tem coisas que alguns antropólogos estudam; tem coisas que muitos antropólogos estudam. Eu vou checar dali, vou favorecer um tipo de antropólogo que interessa mais ao Iphan. Um tipo de arquiteto que interessa mais ao Iphan. Não interessa o arquiteto que faz projeto de casa de madame, de interiores; interessa mais o arquiteto que é mais urbanístico, que olha o todo, que olha a cidade, ou que olha a história da arquitetura. [...]

D: E quem era o antropólogo que vocês queriam?

B: O antropólogo que interessa ao Iphan, por exemplo, eu... Se eu tivesse na Funai eu podia, por exemplo, pesar a mão em indigenismo brasileiro, sei que... eu poderia cobrar com força porque eu sei que tem material para o antropólogo estudar isso. Eu sei que tem muito antropólogo que se dedica a isso. Se eu tô no Iphan, aí a gente tinha um dilema porque a antropologia, principalmente na [nome de uma universidade federal] que é de onde eu venho, mas eu sei que em poucos lugares a formação em Ciências Sociais olha para patrimônio cultural. Olha às vezes... [...] Mas a antropologia não forma gente de patrimônio como a arquitetura tradicionalmente forma. Mas a gente forma, tem lá, cultura brasileira, folclore, etc... Aí a gente foi desenhando em cima de coisas do universo da antropologia que dialogam melhor com o universo do patrimônio de forma que eu tenha uma pessoa com sensibilidades e com leituras, não sei o quê que vão favorecer a minha... Eu vou ter uma matéria-prima melhor para trabalhar aqui dentro e capacitá-lo com o patrimônio cultural, que eu não espero que ele chegue sabendo de patrimônio cultural. Posso me surpreender. Ter uma ótima surpresa de chegar uma pessoa que já foi... que era de um órgão de patrimônio de estado, que já manja dos paranauê. (Entrevista em 2019)

Lívia Freitas Santos (2009), ao analisar os conteúdos programáticos para as provas de docentes de História da prefeitura de São Paulo, percebe que, naquele contexto, a mudança nos conhecimentos cobrados entre dois certames se relacionava às diferentes visões políticas dos governos municipais. No conteúdo programático dos concursos do Iphan não me parece pertinente essa aproximação. Pelo diálogo com os membros da comissão e pela análise do conteúdo, parece-me ter havido uma busca mais ativa por antropólogos graduados que não só tivessem interesse pelo tema do patrimônio, como principalmente possuíssem leituras e

reflexões sobre Estado, política e garantia de direitos. Diferente do perfil anterior mais próximo do pesquisador sobre patrimônio cultural e identidades nacionais.

Bernardo: Assim, aí eu olhei para a prova de antropólogo com olhar já da política porque a gente tava olhando também com essa demanda de pensar pessoas mais sensíveis à gestão e não uma pessoa com perfil acadêmico, teórico porque isso interessava menos do que uma pessoa, que apesar do domínio teórico... E a gente considerou que uma pessoa que se graduou e tirou o diploma em antropologia, eu já entendi que ela tem o conhecimento teórico suficiente para começar a trabalhar com patrimônio. (Entrevista em 2019)

Todo esse esforço reflexivo sobre a instituição e seu profissional foi dedicado a construir um edital que possibilitasse a seleção do perfil almejado: um profissional de antropologia com interesse em patrimônio e um perfil de gestão mais do que acadêmico.

A impressão de que existe um fazer e um saber que é específico ao antropólogo no contexto da administração pública, em geral, e no Iphan em particular é também compartilhada por Vânia – que não é antropóloga:

Vânia: A parte de conhecimento de vocês [do patrimônio imaterial] é muito específico, né, o DPI [Departamento de Patrimônio Imaterial]. Você não encontra na academia... até encontra na academia, mas da forma como se desenvolvem ali é muito particular, né.

Diana: Por que você acha que é particular? O que que você acha que...

V: É dada à natureza do trabalho desenvolvido porque a área de patrimônio eu acho que... Assim, eu me surpreendi muito quando eu cheguei no Iphan e vi o nível da qualidade técnica dos servidores, né? Todo mundo com uma formação muito sólida e voltada para área de atuação do órgão. (Entrevista em 2019; grifo meu)

No decorrer da pesquisa, eu encontrei, nos meus documentos pessoais, o caderno de prova do concurso de 2009 com os meus rabiscos do dia do exame e depois, por cima, uma caneta vermelha com a correção a partir do gabarito. Folheando-o encontrei algo que já nem me lembrava mais tantos anos depois: a minha resposta para a primeira questão da prova dissertativa. O comando da questão solicitava um texto de até 30 linhas a respeito das:

contribuições que o exercício das funções na área de atuação **Antropologia** podem oferecer no sentido de se fazerem realizar as ações próprias do IPHAN, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos: (a) as ações que são específicas dessa área de atuação para a execução das operações do IPHAN; (b) os principais compromissos do servidor do IPHAN para com o patrimônio histórico; (c) a relação entre formação para a cidadania e o patrimônio histórico-cultural brasileiro. (IPHAN; FUNDAÇÃO UNIVERSA, 2009: 16)

Não publicaram o gabarito das provas discursivas, tudo que tenho para inferir o que se esperava como resposta é a minha própria redação que, apesar da minha autocrítica, alcançou uma boa pontuação nos critérios de correção:¹³⁴

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde a década de 1930, visa à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, nas décadas do século passado, a própria concepção do que é patrimônio – e suas formas de preservação – foi alargada. Da “política de pedra e cal” passa-se para, entre outras, a preocupação com os bens imateriais, e o antropólogo contribui decisivamente neste trabalho. O antropólogo, que antes atuava principalmente com grupos indígenas [emenda original: no Iphan], agora se vê envolvido também com os registros de bens imateriais ou intangíveis – inclusive dos povos indígenas, como registros de desenhos corporais, por exemplo. Especificamente, os conhecimentos teóricos e metodológicos da antropologia auxiliam na [rasura] elaboração de propostas de [rasura] registros, [rasura] na análise de projetos [rasura e emenda no original] e relatórios sobre intervenção nas áreas em que se encontram bens protegidos e também na construção de critérios para preservação do patrimônio cultural, particularmente o chamado intangível. Como funcionário do IPHAN, o antropólogo tem o [rasura] compromisso ético de [rasura] desenvolver seu trabalho com bens imateriais da forma menos etnocêntrica e mais relativista possível. O resultado de tombamentos e registros, entre outros, é uma colaboração para o fortalecimento da cidadania no país, uma vez que a preservação e divulgação do patrimônio nacional fortalece uma sensação de pertencimento [rasura] entre os indivíduos.

Essa redação contempla um conjunto de temas que apontam para a trajetória de construção das políticas patrimoniais, como a ampliação do conceito de patrimônio cultural e o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, e ao mesmo tempo indica fazeres e práticas relacionados à atuação estatal como os produtos técnicos e de gestão na menção a projetos e relatórios de intervenção, propostas de registro, critérios de preservação. Soma a isso a perspectiva do compromisso ético e de uma atuação política que vise o fortalecimento da cidadania por meio da narrativa nacional e de laços de pertencimento.

Boris Maia Silva (2019) argumenta que os cursos preparatórios para concursos públicos iniciam um processo de formação de sujeitos de Estado entre os alunos-candidatos a partir da ênfase no ensino da administração e economia do tempo; uma tendência à generalidade e a objetividade da aplicação do conhecimento. Esses elementos também estão presentes nas provas do Iphan de alguma maneira, mas não há um processo de socialização anterior e institucionalizado como nos cursinhos com turmas permanentes para as carreiras que possuem concursos regulares e de grande procura. Tampouco há, no Iphan, um curso de formação e capacitação estruturado após ingresso na carreira como o dos novos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores. Na análise de Cristina Patriota de Moura (2007), esse curso de

¹³⁴ tema/texto: 2,0 de 2,5; argumentação: 2,5 de 2,5; coerência argumentativa: 2,5 de 2,5; elaboração crítica: 2,0 de 2,5; conhecimento técnico: 9,5 de 10; número de erros de língua portuguesa: 0; total de linhas: 29 de 30.

formação era um espaço de socialização do *ethos* dos diplomatas e de construção de identidade profissional baseada numa visão de mundo compartilhada.

Nesse contexto, a prova e o conteúdo programático não representam apenas a estratégia institucional, resultado de um longo processo de reflexividade dos gestores, para seleção dos candidatos com o perfil almejado. Eles estabelecem também o início do processo de *fazer-se Estado* dos futuros servidores a partir da leitura do edital, dos estudos dentro do período de inscrições e da realização da prova. Entretanto, é no cotidiano laboral que se *faz Antropologia no Iphan*.

4. MEU BARCO É UM PROCESSO ADMINISTRATIVO: PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE ANTROPÓLOGAS E CIENTISTAS SOCIAIS EM UMA REPARTIÇÃO PATRIMONIAL

Imagine-se a leitora sozinha, rodeada apenas de seu equipamento, computador, telefone, mesa e muitos papéis, numa sala empresarial próxima ao centro da cidade, vendo o funcionário do setor de recursos humanos que a trouxe afastar-se pelos corredores até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para sentar na repartição de algum órgão público – ministério ou autarquia – você nada tem a fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico e burocrático. Suponhamos, além disso, que você seja apenas uma principiante, sem nenhuma experiência, sem manual e sem ninguém que a possa auxiliar – pois sua chefia imediata está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação no trabalho com a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, no planalto central do Brasil.

O mito de origem da pesquisa antropológica está fortemente associado à imagem construída na introdução d’*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski (1984:19).¹³⁵ A vinculação dessa produção científica com a experiência de trabalho de campo, de observação participante e imersão em diferentes contextos socioculturais encontra, ali, seus contornos: isolamento, deslocamento, desconhecimento, meios precários e uma etapa rumo a um outro lugar. Todavia, esse trabalho de campo não ocorre em qualquer contexto e, em geral, está associado a territórios mais circunscritos e a travessias de grandes distâncias tanto terrestres quanto socioculturais em relação ao pesquisador.

Dessa forma, comumente, encontram-se justificativas e discussões datadas de algumas décadas atrás sobre a pertinência da pesquisa antropológica em espaços urbanos em sociedades ocidentais, por exemplo, ou em escalas mais globais, como aquelas discutidas por George Marcus (1995) e que apresentei no primeiro capítulo. Ainda que já estejam bem consolidadas,

¹³⁵ “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné.” (MALINOWSKI, 1984: 19)

na área de estudos antropológicos, as possibilidades e potencialidades de atividades nesses “novos” contextos, outro elemento dessa imagem persiste: o antropólogo como um pesquisador.

Esse arcabouço ortodoxo da prática antropológica, construído por décadas de literatura e transmitida por gerações nas formações universitárias, é tão consolidado que, ao se buscar um termo que defina outras práticas profissionais, essas são qualificadas pelo seu negativo, por aquilo que não são ou onde não estão – “não acadêmica”, “extramuros”, etc. – ou adjetivadas – “aplicada”, “prática”, etc. –, abarcando sob um mesmo guarda-chuva exercícios e inserções profissionais distintas, o que muitas vezes gera dúvidas sobre a adequação dos termos.

Nas páginas que se seguem procurarei, então, dar os contornos do que pode ser essa atuação profissional a partir da experiência específica de profissionais com formação em Ciências Sociais e Antropologia durante a execução de ações e projetos voltados para a política pública federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Dessa forma, o objetivo desse capítulo é discutir esse fazer Antropologia e fazer Estado percorrendo (1) suas práticas e relações institucionais e interpessoais; (2) estratégias de mediação; (3) linguagens e produções; e (4) a construção de identidades profissionais multifacetadas. Para tanto, lançarei mão das entrevistas com os interlocutores, da minha própria experiência nessas atividades a partir de cadernos de trabalho e anotações que reuni ao longo dos anos, além de alguns documentos.

4.1. Práticas e relações

Guilherme, um dos meus interlocutores nessa pesquisa, começou sua trajetória profissional ainda na graduação em Ciências Sociais/Antropologia atuando em projetos de interface com políticas públicas. Primeiro, com quilombolas, indígenas, populações tradicionais para produção de relatórios para demarcação de terra e depois em inventários de patrimônio imaterial, até que foi aprovado em concurso público para o Iphan. Portanto, chegou ao instituto já familiarizado de alguma maneira com os objetivos do trabalho e ainda assim avaliou que faltara algo em sua formação:

Guilherme: Tem outra coisa que... em algum lugar aqui [no mapa mental] você deve ter a informação aqui em relação a isso: de que a nossa formação não nos forma para esse mercado de trabalho aqui.

Diana: Não, né? Também acho...

G: Não nos forma mesmo. Talvez forme a gente para pesquisa, mais ou menos aí e tal, ensino e pesquisa. A gente tem uma formação de ensino e pesquisa. A gente não tem uma formação para trabalho no setor privado ou no setor público... para essa antropologia... não sei se seria aplicada. Não sei se seria o termo, mas, enfim, não somos preparados para isso e acho que deveríamos ser, sabe?

D: Por quê?

G: Porque é um campo de atuação do profissional, é um campo de atuação nossa. Então, se a perspectiva de uma graduação, de uma pós-graduação é preparar você para atuar naquela profissão que você escolheu por que a gente não tem uma formação de entender a estrutura burocrática, sabe assim, mínima do Estado? A gente não tem esse... Eu pelo menos não tive. [...] Eu acho que não contempla a nossa formação e você se depara com um campo, assim, que você não domina, que é esse campo da burocracia estatal, dos procedimentos internos, memorando, ofício, despacho, desde isso até... [...] e depois você vai se familiarizando com a coisa, mas eu acho que a gente deveria sim... uma disciplinazinha assim, sei lá, para você ter contato ali com alguma coisa. (Entrevista em 2018)

A aptidão formativa e os conhecimentos adquiridos na graduação ou pós-graduação em ciências sociais e antropologia não bastam para a realização das atividades em instituições da administração pública, pois é recorrente o relato sobre a necessidade de aquisição de novas capacidades. Essa impressão não é só do Guilherme e minha. A pesquisa mais recente sobre *O Campo da Antropologia Brasileiro...*, em especial, nos artigos de Teixeira (2018) e Sprandel e Barretto Filho (2018), foi ressaltado que os egressos da pós-graduação “avaliaram que a contribuição da formação para a vida profissional foi pouca ou nenhuma, a principal razão alegada foi a necessidade de ‘melhor formação para lidar com políticas públicas’ e/ou com ‘programas sociais’ (82 egressos)” (SPRANDEL, BARRETTO FILHO, 2018: 275).

Instigado pelos recentes debates sobre a prática da antropologia fora da academia, Luís R. Cardoso de Oliveira (2007) refletiu acerca do ofício do antropólogo. Para ele, essa é uma prática centrada em desvendar evidências simbólicas, singularizando-o em relação às demais Ciências Sociais. Isso significa realizar a mediação cultural e a tradução de códigos simbólicos a partir de uma postura reflexiva que capte o ponto de vista dos sujeitos. Concluiu que, assim como na pesquisa acadêmica, os antropólogos em outras inserções profissionais também adotam essa postura interpretativa que visa compreender as representações e visões de mundo do “outro”, sendo, portanto, uma atividade antropológica.

Todavia, essa atividade antropológica está permeada por outras práticas, premissas e conceitos, como os do direito administrativo e constitucional, da administração pública, da ciência política, da economia. Como Cláudia Fonseca (2004: 86), esses antropólogos “trouxeram a antropologia para dentro da instituição, mas só fizeram com iniciativas e talentos organizacionais que extrapolavam em muito o saber antropológico”.

Particpei, em fins de 2010, de reuniões para construção do Plano Plurianual 2011-2015 e o vocabulário e conceitos do planejamento e administração financeira apenas me mostraram que ainda estava longe de realmente entender o que fazia ali. Planejar de fato é uma ideia central na burocracia atual e especialmente importante para a compreensão do fazer do antropólogo no Estado, uma vez que ocorre na interseção entre os conhecimentos antropológicos e os da administração pública. Tudo era cheio de regras, normas, procedimentos consolidados e discussões teórica-conceituais e históricas que desconhecia. As atividades que eram simplesmente solicitadas e que eu deveria ‘aprender fazendo’.

A discussão sobre planejamento público de ações estatais é extensa e está especialmente centrada em planejamento orçamentário e financeiro (GIACOMONI; PAGNUSSAT, 2006). Segundo Ariel Pares e Beatrice Valle (2006), o Brasil possui uma longa tradição de planejamento orçamentário desde os anos de 1940. Contudo, na década de 1980 por diversos fatores a importância do planejamento decresceu, sendo posteriormente retomado na década de 1990 com vistas ao desenvolvimento do país. O atual modelo de planejamento do governo federal brasileiro, instituído na Constituição Federal (BRASIL, 1988), une o planejamento plurianual de políticas públicas com a execução orçamentária anual, reforçando a perspectiva econômica da prática de planejamento.

Ainda que um dos principais papéis das Técnicas ali fosse a mediação com as *comunidades detentoras*, no cotidiano de trabalho, diversas atividades se imbricavam, se misturavam e todos os servidores das mais variadas formações lidam tanto com os processos administrativos de diferentes finalidades quanto dialogam com muitos atores, em especial os sujeitos do patrimônio. Nos primeiros meses de trabalho ficava, em meio a móveis de madeira antigos misturados com mobiliário mais moderno, lendo os processos administrativos de Registro de bens culturais imateriais, minutando ofícios e memorandos, estudando as publicações institucionais sobre o patrimônio imaterial, participando de reuniões de trabalho nas quais anotava tudo que falavam na tentativa de entender qualquer coisa, especialmente a sopa de letrinhas da sequência interminável de siglas. No aparente marasmo e na rotina repetitiva da sala de trabalho, estava aprendendo a ser burocrata, pois, como observou Weeden (2010), parece que “nunca nada está acontecendo”.

A descrição do que seria o trabalho de uma *Técnica em Antropologia ou Ciências Sociais* no Iphan se aproxima do trabalho de qualquer outro servidor público. Todos os dias úteis chegam ao edifício em horário comercial e saem no final do expediente. Sentam-se em mesas individuais, divididas por baias. Respondem e-mails. Atendem telefonemas. Dialogam

com suas chefias e colegas sobre o encaminhamento de algum processo administrativo. Escrevem projetos básicos ou termos de referências. Atendem ao cidadão que busca o órgão atrás de alguma informação. Fiscalizam contratos. Leem relatórios e materiais contratados sobre os quais deverão emitir um parecer de cumprimento do objeto contratado ou solicitar complementação/ adequação. Escrevem ofícios. Estudam legislações. Elaboram planilha de custos para uma contratação. Organizam encontros ou reuniões. Leem parecer da área jurídica para ajustar o plano de trabalho ou projeto básico. Saem para almoçar com os colegas ou em casa com a família. Preenchem formulários para emissão de diárias e passagem com vistas a realizar o acompanhamento de alguma ação. Revisam documentos ou produtos que deverão distribuir. Reúnem-se com seus colegas para definição de alguma atividade. Atendem à alguma solicitação de instituições do estado, município ou do poder legislativo. Tomam um café e conversam miúdo com algum colega. Nas diferentes ações, o objeto de discussão é distinto: ora sobre o inventário do bem cultural imaterial tal, ora sobre a oficina de transmissão de saber para o outro bem cultural imaterial. Nessa ordem desordenada em que uma vasta gama de atividades ocorre simultaneamente.

Guilherme me relatou um momento em que um professor universitário buscou fazer com seus alunos aquilo que ele comentara que sentiu falta em sua graduação: uma apresentação sobre outras inserções profissionais e habilidades para o mercado de trabalho. E ele descreveu assim:

Guilherme: Eu acho legal que teve uma vez um professor lá da [universidade] que procurou a gente querendo levar uma turma de alunos dele das Ciências Sociais para conhecer o cotidiano do Iphan. [...] Eu recebi eles lá e tal. A gente começou a fazer umas explicações sobre política pública e tal e não sei o quê. Aí ele, o professor, pediu: “mas como é o dia a dia? O que que vocês fazem? Eu queria que vocês abordassem isso também, como é a burocracia aqui e tal?”. [...] E caramba! Fui pego de surpresa, assim. “Não, gente, para que isso tudo que eu tô falando para vocês seja realizado, seja efetivado, tem um *longo* [ênfase na fala] caminho burocrático. Vou pegar só um exemplo e tal.” E fui dar um exemplo de criação e inserção de plano de ação [PAs] até se chegar à execução de um determinado projeto, para mostrar para os caras. “Olha, gente, no ano abriu uma determinada temporada dos PAs e tal. Você insere o plano de ação, o valor da ação que você quer fazer. Ela é aprovada ou não, parcialmente ou completamente e tal. E a partir daí você vai fazer a contratação. Você já pensou o esquema de um projeto básico, um termo de referência e tal, orçamento, pá pá pá... Manda através de memorando para a sua [unidade hierárquica superior], que manda para não sei onde, que vai para a jurídica e tal. Aí fui explicando o processinho, [risos] meu passo a passo para a galera, assim.

D: E eles?

G: A galera ficou meio surpresa assim e tal, não sei o que: “Cara, você é antropólogo e tá fazendo isso aqui?” É que eu acho também que tem meio que o lado romântico do antropólogo Indiana Jones, né? Que a galera pensa que tá o tempo inteiro tentando falar com indígena, né. [risos] E não, não é só isso... E a gente é formado para se pensar assim, eu acho, sabe? Para pensar que você é o Indiana Jones, sabe? Depois você vai se deparar com as outras realidades, e não é bem isso, não. Aquela coisa

bucólica do, do... que a gente vê na descrição do Malinowski lá chegando e vendo o barco ir embora e tal, não sei o que. Parece que aquilo ali é a essência da antropologia dentro dessa formação que a gente tem. E às vezes não, não é o barquinho indo embora não, cara, é a droga do memorando que você tem que fazer logo para... tramitar logo esse processo, sabe? Caraca! Sabe? Tá aí: meu barquinho é tramitar logo o processo. [risos]

[...] É por aí, sabe, às vezes a mediação com o nativo, o nativo tá ali na cidade velha do centro histórico de [cidade], cobrando que o prédio caiu e o Iphan não fez nada. É... Então, assim, você nessa atuação, o que senti mais foi que se, nesse mundinho acadêmico, você já acha que é vasta para caramba a antropologia, as possibilidades da antropologia, quando você chega aqui, cara, pronto [faz som de explosão com a boca]. Tá o mundo inteiro. sabe? Então a perspectiva do que é o campo, do que é o nativo entre aspas, do que é o *métier*, o fazer antropológico ganha uma outra dimensão, tá ligado? Vá! Não é só o barquinho indo embora... (Entrevista em 2018)

Essa descrição é interessante porque Guilherme começa apresentando a finalidade das ações estatais que desenvolve para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Quando solicitado a descrever as atividades cotidianas, seu relato então se centra nos procedimentos administrativos e burocráticos que precisa realizar para chegar naquelas ações. O procedimento administrativo que escolheu para descrever foi o de execução orçamentária para um projeto específico desde o planejamento e solicitação de recursos até a contratação, apresentando assim as atividades rotineiras que preenchem grande parte dos dias, meses e anos. Essas são o meio necessário para realizar a finalidade da política de salvaguarda. São aos barcos.

Grande parte das atividades laborais nas sociedades contemporâneas especialmente em contextos urbanos é permeada por burocracias, por procedimentos, formulários, legislações e outras tecnologias que buscam racionalizar e normalizar atividades. No trabalho em uma repartição, o tempo dedicado a essas atividades burocráticas é grande e, por outro lado, uma atividade que deveria ser, como Guilherme colocou, um meio para realizar o objetivo final da ação institucional, todavia tem a aparência de ser quase um fim em si mesmo.

Giovana ressalta que uma grande parte do seu tempo e energia, no trabalho, era gasto em “fazer essa máquina funcionar”. A máquina a que ela se refere não é apenas a produção de parecer, mas sim os procedimentos necessários para a execução orçamentária. É um trabalho de administrador de recursos financeiros que por serem públicos envolvem um conjunto extenso de regramento e a participação de diferentes unidades. Ademais, algumas contratações que se realiza para atividades tão específicas quanto a salvaguarda e preservação do patrimônio não envolvem contratos de serviços comuns, já que mesmo uma obra a ser contratada será de restauração ou conservação, o que envolve profissionais e detalhamentos muito particulares. Ou ainda a contratação de uma pesquisa para inventário ou registro envolve produtos e a composição de equipes em localidades que talvez não possuam empresas especializadas e o

caminho de execução mais adequado seja uma Termo de Execução Descentralizada em que se repassa recursos orçamentários e financeiros de uma instituição pública federal para outra, do Iphan para uma universidade pública federal. Giovana destaca que:

Giovana: Você precisa dar um parecer, você precisa se embasar e seu chefe assinar. Então a gente ficava, assim, a gente gastava... Tinha esses recursos, eram às vezes grandes, né? Assim, e a gente ficava numa... por exemplo, [...] aí você leva e você quer fazer um [termo de colaboração/ convênio/ licitação/ termo de execução descentralizada], aí você tinha que explicar porque a especificidade e conversar com as pessoas do Iphan dessa área [de contratação]. Então, tinha um convencimento muito grande para fazer a máquina funcionar. Assim, eu lembro que a gente gastava muita energia com isso, assim, de fazer essa máquina funcionar, né? Aí nisso eu acho que a antropologia ela é muito importante, assim, para argumentar, para escrever, além de negociar também as demandas das comunidades. (Entrevista em 2018)

Se a antropologia prepara esse profissional para a produção de documento e para a negociação e mediação tanto interna no instituto entre as diferentes áreas, quanto externa com o público-alvo dessa política, como já mencionado, esses novos servidores ingressam sem conhecimentos práticos e consolidados sobre administração; sem compreender a estrutura para tramitação de documentos e processos.

É claro que é preciso considerar que um jovem profissional ingressando no mercado de trabalho ou mesmo um profissional mais experiente ao começar a atuar em um setor distinto terá que adquirir novas competências e conhecimentos. Ainda que a formação universitária em Antropologia ou Ciências Sociais tenha um foco maior no preparo para as atividades científicas, tampouco um jovem pesquisador estará plenamente apto a entender os editais de fomento à pesquisa e outras formas de obtenção de recursos, manejar os diferentes estilos de escrita, relatórios, nem de compreender a estrutura administrativa e burocráticas das instâncias da universidade, como comissões e conselhos. Esses aprendizados são adquiridos durante a prática profissional.

Assim, é preciso matizar melhor os comentários das interlocutoras sobre a sensação de que não foram preparadas para uma determinada atuação. Entretanto, ao reforçarem esse ponto, indicam a expectativa de que fossem ao menos introduzidas outras possibilidades de atuação e apresentação de novas áreas de trabalho. A leitora talvez esteja se perguntando como, então, seria possível construir um curso de formação universitária que atendesse às expectativas bastante instrumentais apresentadas pelas interlocutoras, como capacidades e conhecimentos para operacionalizar legislações e procedimentos administrativos. Entendo que um curso de graduação e mesmo de pós-graduação não encerra um processo de aprendizado, mas estabelece as bases teóricas e experiências práticas introdutórias para o desenvolvimento de aptidões

profissionais. Nesse sentido, não acredito que a expectativa fora de fato aprender a construir *notas técnicas* ou *projetos básicos*, mas conseguir visualizar essa inserção profissional como uma possibilidade real e com alguns contornos mais concretos, como algumas seminários e disciplinas sobre outras atuações, programas de estágio, etc. Experiências que nos últimos anos têm surgido em diversas universidades, como é possível perceber na própria fala de Guilherme, que recebeu um professor com sua turma de alunos de graduação para conhecer a atuação de um antropólogo no Iphan.

Além disso, as dificuldades e problemas enfrentados não se restringem a percepção de ausências em suas formações e se referem também às estruturas e dinâmicas das diferentes unidades e setores institucionais. Bianca destaca que se sentia sozinha em sua unidade de lotação sem ter com quem dialogar e dividir as atividades ou servidores mais antigos que a auxiliassem a compreender os procedimentos que deveria adotar.

Bianca: Eu me sinto burra, tô ficando burra aqui no Iphan. Você não tinha tempo para nada. E acho que até dependia de onde você tá lotado, da situação daquela unidade, se tem muita demanda, se não tem, se é só você, se não é. E lá tinha muita demanda e tava eu sozinha. E aí você é jogado [...] Mas: “Oh! Te vira aí, faz ofício. Tá aí o memorando, faz isso aí”. Não tem uma orientação, não tem nada. E você perde tempo aprendendo essas coisas, né? (Entrevista em 2018)

O desconhecimento dos procedimentos gera insegurança e, ainda que existam diversos cursos para capacitações em normativas e procedimentos para os diferentes instrumentos de execução orçamentária, isso requer tempo, como Bianca colocou, o que a impõe a necessidade de dividir o tempo com afazeres mais administrativos, diminuindo o tempo disponível para outros estudos e aperfeiçoamentos necessários para o desenvolvimento das atividades fim. Ademais, as legislações amplas e abrangentes para todo o território nacional podem funcionar razoavelmente bem em contextos urbanos de grandes e médias cidades, mas apresentam desafios específicos para as ações em localidades e territórios de maior dificuldade de acesso e que envolvam povos e comunidades tradicionais. Guilherme comentou justamente as dificuldades para logística dessas ações.

Guilherme: A gente lá tem muita dificuldade na parte logística de realizar as coisas [na unidade]. Tem coisas que a gente vem tratando há anos e não se dá uma solução clara e definitiva. Mesmo que tenha e exista. Eu fico pensando: “não é possível que não exista uma solução porque faz muitos anos que as pessoas reclamam disso. E nunca ninguém pensou em dar uma solução para isso?” Então, acho que ela existe e não é divulgada. Por exemplo, a gente precisa fazer eventos que às vezes envolvem [povos e comunidades tradicionais que residem em áreas de difícil acesso e longas distâncias dos centros urbanos] e tal. E daí você vai fazer, por exemplo, uma licitação para contratar os serviços para realizar isso. Um evento que traga essas comunidades e tal. E você vai precisar montar o orçamento dos serviços para servirem como base para licitação. Quais são as possibilidades de você elaborar o orçamento de referência?

É através de pesquisa de mercado ou com base em licitações anteriores e tal. Tem serviço do tipo, para eu trazer uma [detentora de um bem registrado de uma localidade de difícil acesso no interior para a capital do estado], ela vai ter que sair da casinha dela da comunidade, vai ter que pegar [um meio de transporte específico].

Começa a descrever todo o trajeto que está rememorando, que comporta diversos meios de transporte e que são afetados por horários e condições sazonais. E conclui: “A gente não tem como licitar. [...] Cara, já deve ter...”. Para a construção de estratégias viáveis para realização de algumas dessas atividades, os Técnicos e as Técnicas precisam recorrer aos demais servidores, em especial, administradores, que, por sua vez, também devem conhecer as diferentes possibilidades de execução para encontrar, dentro do arcabouço legal, as soluções viáveis para a realização das ações. A preocupação com a legalidade e o uso adequado dos recursos disponíveis é uma constante que requer atenção para os servidores envolvidos, evidentemente.

Guilherme: Algumas coisas o [nome do servidor da área administrativa] sabe, algumas coisas o [nome do servidor da área administrativa] consegue desenrolar. “- Aqui a gente faz assim, assim, assado. - Meu irmão, tá certo? - Tá. - Tá dentro da legislação? - Tá, tá, tá aqui. - Me mostra essa legislação. Então vai lá e faz, não me vai fazer loucura”. Algumas coisas desenrolam, mas eu acho que a gente ainda tem muita coisa a implodir. Muita coisa a implodir. A gente conseguiu alguns avanços... (Entrevista em 2018)

Posteriormente, com a assinatura dos contratos, os Técnicos e as Técnicas se envolvem nas atividades de fiscalização e acompanhamento das ações. Como Bianca fraseou, se tornam “babá de contrato”. Gerindo e gestando as atividades, supervisionando seu andamento e resultados.

Bianca: Tem muita coisa prática. Tem q fazer memo, pensar nos prazos. E ainda era assim: “vai acabar o contrato”. O contrato acaba 30 de julho, então quando for 30 de junho você tem que dizer: “olha, 30 de julho acaba o contrato, tem que pedir prorrogação”. E por que eu tenho que avisar se eles sabem? Porque senão eles não fazem isso. Então você tem que ficar de babá de contrato. E aí depois eu fui aprendendo. Então, se eles forem pedir prazo, tem que ficar tudo documentado porque se for pedir de novo, tem que ficar bem explicadinho. Aí ficava estressada com essas coisas, pagamento. E o povo ficava ligando: “cadê meu pagamento?”. (Entrevista em 2018)

Uma outra interlocução interna que se estabelece, além dessa com as equipes mais administrativas da chamada “área meio”, é com a área jurídica. Rafaela, no momento de nossa entrevista, lembrou uma situação que outra Técnica havia relatado sobre sugestões da área jurídica que transformaria um contrato grande em sete contratos menores. Ela ressalta então as dificuldades que visualizou sobre a execução desse desenho que envolveria maior volume de

trabalho, de produção de documentos para gestão de tantos contratos em paralelo. Então, descreveu uma estratégia que tinha passado a utilizar para sensibilizar e esclarecer os servidores da área administrativa sobre as ações que estava contratando: convidá-los a acompanhá-la nas ações de acompanhamento e fiscalização.

Rafaela: E aí as nossas frustrações cotidianas, né? Que daí tem a ver também com hierarquias dentro do próprio Estado que já estão estabelecidas aí há muito tempo. Por exemplo, o jurídico. Caramba, que que é aquilo? Entendeu? Não tem diálogo, é difícil. É muito difícil porque o cara tá lá e não tá. O cara tá no Iphan, mas ele não é do Iphan. Ele só tá lá para que o Iphan não se estrepe. E daí ele vai estar sempre pensando no [então?], na forma que não vai se estrepar. Tudo bem, tem sua importância, né? Não tô falando que não tem, mas é difícil porque eles não consideram a quantidade de técnicos. O trabalho que dá essas sugestões que eles dão, entendeu? A [nome de uma técnica] tava me falando que as sugestões lá do [jurídico]... Não! De transformar um negócio que eles tinham proposto para fazer uma contratação em uma mega contratação para sete e dividirem em 7 [contratações]. E não... Cada sete tinha que dividir em mais três. Eu falei: “gente, pelo amor de deus, como que a gente faz?” [...] E a gente fica de fiscal de sei lá quantos contratos para gerir 1 (uma) ação. E aí você fica na pista, né? Daí você vai lá... No dia eu tenho chamado a galera inteira lá. Então vai ter [fiscalização de contrato]. Quem quer? E aí o bom é que o pessoal do administrativo tem se envolvido, assim, de ir, de me ajudar nos dias [de fiscalização]. Eles ajudam muito, assim, no processo todo de você fazer o PB [projeto básico], o TR [termo de referência]. Eles acompanham tudo. Isso aí também, né, vão tirando dúvida porque eles vão fazer a minuta do edital, a minutos dos contratos, etc., e aí quando eles vão eu acho que eles têm uma outra... Sabe? Ganha uma outra visão do porquê que a gente faz aquilo. Porque eu, sinceramente, quando eu me meto a fazer essas coisas. Caraca, para quê que eu resolvi fazer isso? Menina! Ninguém tava me cobrando fazer isso, eu fui e fiz. Que droga porquê... Aí eu chego, aí chega na reunião [com os detentores] e falo: “ah, lembrei”, sabe? Porque são nesses momentos que você vê que, pô, vale a pena. Aquilo é bom para aquelas pessoas. [...] Aí acho legal que eles [equipe do administrativo] também se envolvam para ver. Agora tem outras partes que são mais difíceis, que são aí “Os Intocáveis” da estrutura. (Entrevista em 2017)

Dessa forma, é o acompanhamento da execução da ação que encarna e dá sentido para toda a odisseia burocrática e administrativa.

É claro que esse relato sobre as dificuldades de diálogo e compreensão ocorre entre todos os setores e profissionais envolvidos, não apenas com a área jurídica ou administrativa, e também entre as áreas de ação técnica e finalística da instituição. Ao mesmo tempo, também existem espaços de colaboração e compreensão entre a área jurídica, administrativa e técnica.

Luís, ao comentar sobre o que acha interessante em seu trabalho, destacou a possibilidade de atuação em equipes multidisciplinares.

Luís: O trabalho do Iphan é um trabalho interessante. Eu não me vejo como antropólogo atuando hoje em nenhum outro lugar. O trabalho do Iphan para mim é interessante demais, o campo. É um campo que a gente sempre tá construindo, sempre tá revisando. Do jeito que dá, mas, enfim, às vezes sem muita sistematização, mas a gente tá sempre refletindo sobre. E é multidisciplinar. Eu lido com historiadores, eu lido, na ponta, com arqueólogos, arquitetos... já fiz parecer mesmo com arquitetos, já fiz parecer com arqueólogos... (Entrevista em 2018)

Bianca, apesar do desgaste com os procedimentos administrativos e burocráticos, valorizava a relação com as comunidades detentoras e até mesmo o trabalho de produção prática dos projetos.

Bianca: Eu gostava... Vamos fazer ação de salvaguarda do [bem cultural imaterial]? Vamos, vamos lá e fazia. E tem a coisa da produção! São quantos? Aí vê carro, vai ver dinheiro, como paga, não sei o quê. Aí quando acontecia era massa, o encontro, a discussão, não sei o quê. Aí filmou. Enfim, depois tem que dar andamento. Aí depois tem que ler os relatórios, que eram muito grandes, mandando mudar, perguntando as coisas. Aí o povo reclamava porque já te entregou e queria receber o dinheiro. Mas a coisa de fazer os encontros, fazer [inscrição?], era o que eu mais gostava.

A importância sociológica dada aos instrumentos de gestão pública, seja ela negativa ou positiva, se sobrepõe à contribuição da visão antropológica para a atuação com o patrimônio cultural imaterial em uma relação em que é a máquina estatal quem define as fronteiras e conexões com os conhecimentos da antropologia.

Diversos Técnicos e Técnicas tinham expectativa de realizar as pesquisas e documentações de inventários ou para registros que havia tido algum contato antes de ingressar no Iphan por meio de concurso público.

Luís: Eu achei que a gente, que o nosso trabalho fosse, cara... [...] campo todo dia, de segunda a sábado e achava que o trabalho fosse isso. [...] Pô, o cara jovem, eu com [vinte e poucos] anos, cara eu vou ganhar R\$ [0.000,00]... [risos] Depois eu descobri que era o menor salário que tinha na administração pública [risos]. Mas, eu achava que... cara, eu vou ganhar R\$ [0.000,00] para ficar pesquisando todo dia que massa [risos]. [...] Quando eu entrei no Iphan meu primeiro trabalho foi analisar um papel, uma papelada de inventário para fazer um parecer que justificasse o pedido de um recurso de tantos mil reais para uma ação de complementação.

Giovana: Quando entrei no Iphan assim uma coisa que me mexeu muito [...] a gente não podia fazer as pesquisas. A gente tinha que contratar, mas lá tava dizendo que a gente não era área meio, né? A gente foi contratado para estar... Não sei os termos, assim, como era... Mas eu lembro que a gente, que nós fomos contratados como Técnica em [Ciências Sociais ou Antropologia] e que a gente deveria ir a campo. Aí um dos argumentos era... [...] e a gente ficou num dilema porque entrou um monte de antropólogo e a gente queria fazer campo, queria fazer pesquisa e falaram: “você não podem porque não tem número suficiente de pessoas”. [...] E isso foi uma decepção para mim. Assim, então, o que a gente fazia era uma intermediação entre pesquisadores e os detentores dos bens que apareciam e pesquisadores e o estado. Assim, eu achava que a gente ficava muito numa intermediação. Assim, claro que o olhar da antropologia era muito importante para isso tudo (Entrevista em 2018)

Giovana: Acho que realmente eu sou uma pessoa importante porque ou eu mando um e-mail para marcar uma reunião ou eu faço uma reunião para ter conteúdo para mandar um e-mail. E eu sentia que era isso que eu tinha que fazer: e-mail e reunião, reunião e e-mail. (Entrevista em 2018)

Outra expectativa frustrada dos Técnicos e Técnicas era a de que iriam realizar atividades de pesquisa e mobilização social.

Luís: Que a gente ia fazer pesquisa, a gente ia fazer mobilização, a gente ia fazer discussão e é muito mais burocrática do que isso. A gente passa muito mais tempo na burocracia do que no contato com as pessoas. [...] A gente tem mil demandas na [unidade] que são coisas da burocracia. E às vezes para executar um projeto, por exemplo, quer uma parceria entre estado, município e união, a gente passa muito mais tempo em reuniões técnicas em gabinete que em contato com a população lá fora, sabe. [...] E a gente circula! A gente circula bastante, mas é mais tempo na burocracia e o nosso trabalho circulando é um trabalho mais de supervisão. A gente não executa pesquisa mesmo. A gente contrata o INRC [Inventário Nacional de Referências Culturais]. E a gente às vezes supervisiona, participa de uma reunião aqui e ali nas localidades. E muitas vezes porque a gente quer, muitas vezes por iniciativa nossa porque se a gente quisesse, a gente ficava só no gabinete, recebendo os produtos, que é a nossa obrigação pelo termo de referência. Então, a gente recebe os produtos, analisa os produtos, mas como a gente quer ter contato com as comunidades, a gente pede momento nas comunidades. Alguns inventários provocam isso, alguns inventários, alguns processos de pesquisa e mobilização para registro provocam a nossa presença. Eu fico exultante, eu acho uma maravilha. Mas, é muito mais tempo na burocracia. O nosso trabalho é muito mais burocrático, A gente passa, por exemplo, para fazer uma ação que vai durar 2 dias, um evento, a gente passa muito mais tempo na burocracia para essa... do que nessa articulação corpo a corpo. (Entrevista em 2018)

No entanto, como outras citações também já vêm sugerindo, apesar das dificuldades enfrentadas, eles conseguem encontrar espaços e momentos que dão sentido à burocracia, aos resultados do trabalho e às suas aspirações pessoais e profissionais.

Giovana: Às vezes eu acho que era feliz e não sabia.

D: Por quê? Como assim?

G: Tinha umas coisas, umas viagens que fiz para alguns projetos que achava massa. Teve um de um edital de salvaguarda que o pessoal lá [cidade/ local/ bairro] ganhou, que fizeram oficinas em várias cidades do estado. Teve [enumera diversas localidades] e tinha o comboio, um monte de gente que se hospedava junto. E repetindo o mesmo bla bla bla: a lei, a constituição, o artigo 216, a lei tal tal tal, de 2000, tem 3 instrumentos, né? Achava meio enfadonho, mas no fim conheci um monte de lugares diferentes.

Giovana: Parece que você tá dando continuidade à missão folclórica do Mário de Andrade [risos]. Todo mundo tem um pouco a herança do Mário ali. (Entrevista em 2018)

Nem só de burocracia se faz uma repartição.

4.2. “Antropologia do vuco-vuco” e o papel do mediador

Um elemento importante na atuação do Técnico e Técnica que atua com a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial – seja antropólogo, cientista social, historiador ou qualquer outra formação – é a atividade de “mediação de conflito” que está em relação direta com a construção de ações estatais mais dialogadas, uma vez que ambos pressupõem a construção de espaços de escuta e compreensão a respeito das diferentes perspectivas, pontos de vista e demandas em tensão. Entretanto, ao ler a descrição das atividades para o cargo de *Técnico* expressa no edital do concurso público para o órgão, não há qualquer menção sobre essa parte do trabalho. Rafaela colocou exatamente isso.

Rafaela: Tem uma outra questão que ninguém fala para gente, né? Ninguém falou, não tá descrito em canto nenhum qual seria o nível do conflito que a gente teria que encarar. [...] Nunca, né? Quando eu cheguei [na unidade de lotação] nem ideia que eu ia [ter que se deslocar para áreas remotas] porque quem faz isso é antropólogo da Funai. Por que, como antropólogo do patrimônio, eu teria que [que me deslocar para áreas remotas]? Nunca foi falado, nunca fui preparada. Ao mesmo tempo que eu nunca fui preparada, ao entrar no Iphan, para abrir um processo administrativo e saber o que que era um processo administrativo. Como abrir, para quem mandar, né? O que que é tramitar, coloca aonde? Da mesma forma. Então, aí são questões dos dois níveis. Como é a recepção e o entendimento para trabalhar com patrimônio e como é a recepção com a política do patrimônio. [...] E aí eu entendo muito bem o técnico [da unidade do Iphan] não sei das quantas que entrou no concurso, ninguém falou nada para ele e recebe um monte de [detentores do bem cultural registrado] demandando e questionando e querendo, que vão fazer isso e aquilo e diz assim: “mas, qual é obrigação que eu tenho de apaziguar os ânimos, né?”. E qual a atuação do Iphan? [...] Então, é assim, é... Um edital do concurso não tá dito, não tá, não tá explícito. Pode até ser que seja isso mesmo. Pode, né? Não tô discordando. Mas, quem falou? Onde é que isso tá posto? Porque, se você leu o primeiro PNPI [Programa Nacional do Patrimônio Imaterial] de todos, aquele lá do folderzinho, assim, horizontal, em nenhum momento tá falando que a gente vai mediar a conflito. E é o que o pessoal mais reclama com toda razão. Quem falou que você tem que mediar conflito? Aliás, onde é que você assinou concordando em mediar ou ir para áreas super remotas. (Entrevista em 2018)

Enquanto Guilherme ressaltou a necessidade dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Antropologia prepararem os futuros profissionais para atividades laborais que extrapolem a pesquisa científica, Rafaela também destaca que em momento algum fora preparada para as atividades administrativas e burocráticas, como tramitar um processo. Além disso, esse processo administrativo poderá levar o *Técnico* a áreas remotas, quando em

momento algum antecipara a possibilidade de longas viagens que o afastem de sua moradia. Além disso, ainda que a formação em Antropologia e Ciências Sociais colabore para construir, no futuro profissional, habilidades e competências para escuta e diálogo com outras formas de entender o mundo social, não significa que estará preparado para a mediação de conflitos.

Essa fala de Rafaela me levou a rememorar minha própria trajetória. Em outubro 2010, um mês depois de meu ingresso no Iphan, uma das minhas primeiras atividades de trabalho foi acompanhar uma servidora mais antiga, antropóloga, em uma reunião, numa Terra Indígena (TI), com diferentes povos indígenas de um mesmo tronco linguístico para discutir a patrimonialização de um bem cultural que compartilham e esclarecer sobre a política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Esse bem cultural também foi apropriado e ressignificado por diversos grupos sociais urbanos e não-indígenas. Todos fazem usos rituais com esse bem cultural, mas cada qual com suas especificidades. O pedido de registro para esse bem cultural partira dos grupos não indígenas. Nossa ida à TI havia sido provocada a partir do convite de um representante de um projeto cultural indígena e no qual expressava a importância que os povos indígenas fossem consultados no possível *registro* desse bem cultural, o que fortalecia uma demanda do próprio Iphan já expressa em *Nota Técnica* sobre esse pedido de registro e na decisão da Câmara Setorial do Conselho Consultivo de sobrestar esse processo a fim de reunir maiores informações sobre os usos rituais indígenas.

Fizemos uma primeira parada na capital onde nos reunimos com a equipe da Superintendência do Iphan no estado e com os proponentes do pedido de *registro*. Essa reunião havia sido solicitada pelos proponentes ao saberem de nossa passagem. Havia uma certa tensão nessa reunião, pois esse grupo gostaria de circunscrever o registro, argumentando que os usos rituais indígenas eram deveras distintos dos que praticavam. Um outro argumento que utilizavam é que a questão indígena era tão importante que justificaria um reconhecimento mundial e não nacional, entre outras. Ouvimos suas colocações, esclarecemos sobre os procedimentos administrativos para reconhecimentos.

De capital partimos para a Terra Indígena numa longa travessia onde nos encontramos com os organizadores do evento e os demais participantes. Foi uma estadia curta. Chegamos num dia, passamos a noite, no dia seguinte participamos da reunião e no terceiro dia voltamos para Brasília. Durante a reunião, por toda a parte da manhã, os indígenas de nove etnias fizeram falas sobre a situação de suas aldeias, problemas de educação, saneamento básico, alcoolismo e, principalmente, relataram sobre suas medicinas tradicionais e a perda de determinadas práticas culturais. Expressaram de forma muito veemente suas insatisfações com os usos que

os *brancos* fazem de suas medicinas e do bem cultural em questão, não diferenciando os diversos grupos não-indígenas implicados nesse processo.

Minha companheira de viagem e eu ouvimos atentamente, anotamos todas as questões expostas e na parte da tarde explicamos o que era a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, relatamos a situação do pedido de registro desse bem cultural e asseguramos a participação dos povos indígenas nesse processo, caso assim eles desejassem. Retornamos à Brasília, elaboramos um relatório de viagem, posteriormente acostado a esse processo e continuamos nossas atividades de trabalho.

Esse processo ainda tramita sem uma conclusão definitiva. Retornei a esse estado em diversas outras ocasiões devido aos trabalhos que foram realizados, atividades de identificação dos usos rituais do bem cultural, reuniões de esclarecimento, mobilização e participação social. Até hoje a incorporação das questões indígenas é alvo de disputas políticas pelos diversos atores envolvidos no processo e o Iphan expressou descontentamento com a pouca densidade da identificação das práticas indígenas na pesquisa desenvolvida.

Recordo-me que essa reunião me causou um certo desconforto na época; ainda estava aprendendo o que era esperado de mim como agente do Estado. Uma das questões de embaraço era: qual Estado? Grande parte dos problemas listados pelos indígenas era ocasionado justamente pela omissão do Estado e lá estavam duas servidoras públicas ouvindo e anotando o que diziam para depois comentarem sobre uma política pública específica que não iria atuar com suas principais demandas. Não parava de pensar na “esquizofrenia” da atuação estatal.

Diversos autores já desafiaram o pressuposto do Estado como um dado e que comentei em outras partes dessa tese e que retomo aqui. Indicaram que não há uma separação entre sociedade e Estado, como Bourdieu (1996), ao traçar gênese do Estado e seus processos de poder, ou Foucault (1979), ao discutir a genealogia da governamentalização das ações estatais, e Philip Abrams (1988), ao debater a função ideológica do Estado e os processos de estado-sistema e estado-ideia. Abrams (1988: 75-77) chega a propor que os pesquisadores devem se afastar de análises sobre o Estado, seja de forma concreta ou abstrata, mas considerem a ‘ideia’ de Estado, ou seja, sua característica de projeto ideológico unido aos processos organizacionais. Para o autor, é esse jogo de reificação do Estado que oculta o “verdadeiro segredo oficial”, a inexistência do Estado enquanto tal, e a ocorrência apenas de práticas políticas dentro de uma estrutura institucionalizada de governo. Esta mistificação permitiria tornar legítimo aquilo que é ilegítimo, isto é, os processos de dominação e subordinação.

Outra perspectiva interessante para abordar o Estado é a de Timothy Mitchell (1999) acerca da produção de uma divisão entre sociedade e Estado. Assim como Abrams, parte da ideia de que o Estado é um objeto de análise que existe tanto material quanto ideologicamente. Com arranjos e práticas institucionais difusos e de pouca definição, a imagem do Estado como um projeto ideológico surge de forma mais coesa e perceptível. Adensando e problematizando essa premissa, Mitchell destaca que as pesquisas sobre Estado o tomam como uma entidade distinta e oposta à sociedade e, todavia, as fronteiras que os separam são incertas e pouco claras. Argumenta que essa distinção está relacionada à construção moderna do Estado e sublinhá-la não significa que o analista deverá ignorá-la ou minimizar a forma mais ideológica do Estado em favor da percepção da sua realidade material ou fragmentada como unicamente processos decisórios de políticas públicas. Mitchell entende que a construção do Estado e desta aparente distinção com a sociedade é um efeito de processos de organização espacial, arranjo temporal, especificação de funções, vigilância e representação. Assim, criaria não apenas essa entidade à parte, como também suas específicas dimensões de estrutura, códigos, expertise, informação, planejamento e intencionalidade. A produção e reprodução da distinção entre sociedade e Estado seria uma característica da política moderna em que o Estado aparece como aquilo que é abstrato em contraposição à realidade e concretude da sociedade.

Retomo brevemente esses autores, pois hoje percebo que os eventos, nos quais os agentes estatais se colocam em diálogo com cidadãos ou lideranças políticas de movimentos sociais, por exemplo, operam por diversos motivos e formas, mas talvez um de seus principais efeitos seja colaborar para a reificação do Estado. Esses agentes de alguma forma encarnam aquilo que é percebido e sentido como abstrato por esses povos, comunidades e grupos sociais e, assim, talvez reforcem a sua aparente separação da sociedade.

Depois dessa reunião, já participei de inúmeras outras semelhantes com diversos *detentores*¹³⁶ de bens culturais imateriais, representantes dos poderes locais e tantos mais. O cotidiano de trabalho no Iphan com a política de salvaguarda de patrimônio imaterial contempla inúmeras outras atividades. Todavia, comumente os técnicos (de diferentes formações acadêmicas, não apenas antropólogos e historiadores, que atuam com patrimônio imaterial) retornam dessas viagens afirmando que são esses momentos que “dão sentido ao trabalho”, que “nos energizam” para o cotidiano da burocracia. Assim, são vistos como eventos que possibilitam o fazer da política pública, especialmente para os servidores que estão nos

¹³⁶ Mais à frente nesse capítulo discuto essa “categoria nativa” das ações estatais para a salvaguarda do patrimônio imaterial.

gabinetes em Brasília e não nas unidades descentralizadas nos estados. Essa questão das viagens tem sido comentada recorrentemente nas entrevistas que já realizei, em especial, valorizadas como o momento em que os interlocutores identificam realizar um trabalho antropológico de fato.

Luís, em nossa conversa, destacou justamente esses momentos de mediação e interlocução como aqueles em que se sente fazendo antropologia no Estado:

L: Tem momento que eu falo: “hoje eu fui mais antropólogo”. Quando eu tô em campo, quando eu fui participar de uma reunião de mobilização, quando eu tô articulando, quando eu vou falar da política, quando eu vou acompanhar alguma ação ou quando eu vou entrevistar, como já me aconteceu, quando eu vou entrevistar pessoas, enfim... Aí eu me considero antropólogo. (Entrevista em 2018)

Por outro lado, acredito que muitas vezes os servidores não se sentem encarnando o Estado nessas situações de viagem, e sim estabelecendo o diálogo e conformando os possíveis caminhos junto às *comunidades detentoras* para a construção de ações – especialmente nesse caso em que a principal diretriz do patrimônio imaterial é a participação social. Possivelmente, é essa diferente perspectiva, esse desentendimento que permita propriamente o diálogo. Na perspectiva da Técnica, seu papel é de estabelecer pontes de contato entre os fluxos, procedimentos e linguagem estatal e os grupos subalternizados e que o resultado dessas pontes sejam ações que transformem aquela realidade social – e é esta visão que justifica moralmente seu lugar ali.

Entretanto, talvez o diálogo de fato só se realize porque há ali o Estado mistificado e a percepção do servidor de não estar encarnando o Estado seja parte do dispositivo de atualização do seu projeto ideológico, nas linhas de Phillip Abrams (1988). Nesse sentido, e como dito anteriormente, se torna imprescindível levar em consideração o que Souza Lima e Castro (2008: 378) sugerem: o antropólogo em trabalhos práticos, além de manter a atitude dialógica, deve ser um “profissional do estranhamento” especialmente atento para as assimetrias e, especialmente, do estranhamento da sua condição de agente estatal na percepção dos efeitos que a sua ação que produz.

Roberto Cardoso de Oliveira (2004) discute, especificamente, questões éticas e morais na “antropologia da ação” ou “antropologia prática” e o caráter da atuação nas práticas sociais, o agir no mundo moral – utiliza esse termo no lugar de “antropologia aplicada”, criticada, na Antropologia, pelo seu praticismo exacerbado e vinculada ao colonialismo. Pensando o antropólogo como o “mediador de culturas em confronto”, relembro que Roberto Cardoso de Oliveira (2004) se atenta para a ética discursiva e esferas éticas ao indicar que o antropólogo

atuaria viabilizando o diálogo entre o particular e o universalizável. Na mediação da esfera *micro* (das particularidades) com a esfera *macro* (do universalizável) estaria o Estado-nacional ocupando a esfera *meso* onde o antropólogo atuaria por meio da realização desse diálogo entre as partes.

Aquela viagem à Terra Indígena me fez antropóloga. Vindo de uma trajetória acadêmica em que realizei uma etnografia de arquivos, ali concretizei em mim, na minha romântica idealização, a antropologia dos estudos clássicos deslocando-me para uma realidade distante – ainda que por um curto período de tempo.

Aquela viagem me fez antropóloga na administração pública. Estava, como agente do Estado, em um lugar de mediação entre diversos sujeitos em disputa política e de cosmovisões em que relatavam fissuras vivenciadas e consequentes de estruturas coloniais. Um lugar particular de se estar.

Em certo sentido, boa parte do trabalho da *Técnica em Antropologia e Ciências Sociais* nas ações para salvaguarda dos bens culturais imateriais pode ser entendido como uma atividade de mediação cultural e, principalmente, de mediação de conflitos. Para Jorge, a formação em antropologia e as experiências de pesquisa etnográfica possibilitam a realização da mediação de mundos em conflito e qualificam esses profissionais de um modo “único” em comparação com os demais profissionais.

Jorge: Esse encontro etnográfico em que se estabeleceram laços que foram fundamentais para que o antropólogo pudesse ter o papel que teve e está tendo, eu acho, nas políticas públicas. E isso é o único, não é? Outra especialidade, vamos dizer assim, não permite essa... não qualifica tanto desse ponto de vista. Então, fica uma coisa pouco inerente. Quer dizer, a gente não tem o *poder de polícia* [risos], mas nós temos o poder de persuasão. [risos] Saber conduzir uma relação conflitiva, saber conduzir um conflito é uma... exige um conhecimento muito grande da realidade, das duas realidades em que a pessoa está envolvida, né, que o agente está envolvido. (Entrevista em 2017)

E ainda brinca com a ideia do *poder de polícia*. Esse termo se refere ao *poder de polícia administrativa* que o Iphan exerce ao restringir os direitos particulares sobre os bens protegidos em prol do interesse público de fruição dos patrimônios materiais.¹³⁷ Essa atuação específica se dá por meio da fiscalização, vigilância e, no limite, resulta em autuação de multas referentes a danos aos bens culturais materiais acautelados com base no Decreto-Lei n. 25 (BRASIL, 1937) e nas legislações para patrimônio arqueológico. No caso dos bens culturais imateriais

¹³⁷ Se a leitora se recordar da discussão, no segundo capítulo, sobre o anteprojeto de Mário de Andrade e a redação final do Decreto-Lei n. 25/1937 construído por Rodrigo Melo Franco de Andrade, esse era justamente um dos pontos centrais para a construção e resolução jurídica do tombamento.

protegidos por meio do Decreto n. 3.551/2000, não ocorrem atividades de *polícia administrativa*, não há fiscalização e controle estatal sobre as práticas. A questão da dinamicidade do patrimônio imaterial foi justamente um dos principais pontos que levaram a construção de um instrumento legal específico para seu reconhecimento e valorização, já que perpassam por processos de mudança cultural e social ao serem produzidos e reproduzidos continuamente por grupos e indivíduos.

Nesse sentido, Jorge brincou com as palavras para lançar a ideia de que no lugar da fiscalização e vigilância – exercida especialmente por arquitetos e arqueólogos no campo do patrimônio –, o papel de profissionais com formação em antropologia e ciências sociais seria o da persuasão, ou seja, de construção de convencimento por meio de diálogo e entendimento. Isto estaria alicerçado na postura reflexiva que visa compreender as representações e visões de mundo do “outro”. É interessante também notar que Jorge aproxima esse trabalho de persuasão ao de polícia administrativa, pois, ainda que envolvam estratégias de interação e relação distintas, termina por aproximar a mediação à esfera do controle e ao exercício de poder praticado pelo Estado.

Grosso modo, pode-se dizer que mediação cultural é parte de um exercício reflexivo que busca estabelecer uma ponte, um espaço de contato e diálogo entre mundos distintos e, por vezes, em conflito. Um outro termo que pode surgir ao se tratar dessas questões é o de “tradução”: tornar inteligível códigos culturais distintos, transportando-os de um contexto para o outro por meio de uma aproximação entre os diferentes pontos de vista dos sujeitos. Em diversas entrevistas, a questão de mediação de conflitos, especificamente, foi trazida pelas interlocutoras e interlocutores. Na conversa com Guilherme, quando isso veio à tona, provoqueei-o perguntando como era fazer mediação sendo parte de uma estrutura estatal. Ele, como resposta, me apresentou sua definição de mediação:

Guilherme: Mediar é criar condições para o diálogo. Crio condições para que certos sujeitos tenham acesso a essa política. Medio conflitos entre grupos, entre instituições com interesses diferentes, quando chegam para a gente nos convocando a arbitrar conflito. (Entrevista em 2018)

Nisso, engatou sobre “essa coisa de ser chamado para arbitrar coisa”, e me relatou uma situação de conflito entre uma prefeitura e os moradores, trabalhadores e usuários de um centro histórico tombado devido à ocupação do espaço para estacionamento de veículos. O Iphan então foi chamado a se posicionar sobre a questão, já que o local era tombado. E concluiu: “Iphan chamado para interditar coisas que já estão na lei de trânsito” (Entrevista com Guilherme em 2018). Esse exemplo é interessante, pois ressalta a expectativa que alguns grupos e instituições

têm em relação à atuação do Iphan como um órgão que exerce o poder de polícia administrativa, como trazido por Jorge.

Existe uma extensa literatura sobre mediação que colaboram para a análise dessa questão, na qual destaco os trabalhos de Gilberto Velho e Karina Kuschnir (1996; 2001). Velho e Kuschnir (1996) trabalham a ideia de mediação como uma competência adquirida por determinados atores a partir da vivência do que denominaram de “metamorfose”, especialmente, no contexto das sociedades moderno-contemporâneas, em que a coexistência e o fluxo entre diferentes campos simbólicos e de relações sociais heterogêneas possibilitariam mudanças nos papéis sociais desempenhados. Assim, “a passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de *mediador*” (VELHO; KUSCHNIR, 1996: 98, grifo no original).

Os autores destacam que existem diversos tipos de mediação, como a mediação desenvolvida por um sacerdote religioso entre os demais seres humanos e as divindades ou por diplomatas entre os diferentes Estados-nação. Recapitulando a discussão sobre mediação na teoria sociais, Velho e Kuschnir indicam que:

Chamou-se a atenção, por exemplo, para a importância dos mediadores, particularmente em situações de negociação entre esferas distintas de poder, como nos casos de dominação colonial. Um dos problemas centrais, nesse contexto, é justamente o da representatividade e complexidade do papel do mediador, dadas as dificuldades de se estabelecer os critérios e valores de sua inserção em um sistema com dois polos hierárquicos (cf. Gluckman, 1968).

Em outras situações, a atuação do *mediador* está diretamente relacionada à coexistência de *múltiplos níveis de cultura*, isto é, à convivência com valores, normas e princípios contraditórios de interpretação da realidade. Sua força como negociador é proporcional à diferença e mesmo às contradições entre as diversas “culturas políticas” mediadas, atuando ora como *intérprete* de diferentes níveis culturais, ora como *mediador*, solucionando conflitos de grupos das mais diferentes naturezas. O mediador atua também como *broker*, empreendendo tarefas, supervisionando atividades de contato e caracterizando-se pela capacidade de “falar” muitas línguas, manipulando com habilidade os múltiplos códigos político-culturais dos grupos que acionam a sua atuação (Friedrich, 1968). (VELHO; KUSCHNIR, 1996: 99-100, grifos no original)

Retomando a análise de Velho e Kuschnir, focam-se especialmente no debate sobre a mediação a partir do papel desempenhado pelo vereador enquanto um político profissional e partem da ideia de que o domínio público seria o principal espaço para a negociação política. Na descrição das atividades de mediação do vereador, estabelecem três momentos de contato entre diferentes visões de mundo que exigem distintas performances, atitudes e discursos do mediador. Primeiro com o “cliente”, o cidadão e eleitor, que busca o político com uma solicitação de intervenção e demanda e com o qual redefinem-se as perspectivas e pontos de

vista de ambos. Depois em interação com seus pares, os demais vereadores, em que existe maior equilíbrio de poder entre as partes e que o processo de negociação é constante e envolve relações de competição, aliança e conflito. Por último, destacam sua interação e mediação com o Poder Executivo na qual se estabelecem também relações de conflito ou aliança nos espaços de negociação.

Um ponto interessante que Velho e Kuschmir (1996) colocam é que o político mediador não apenas “traduz” as linguagens daqueles com quem dialoga, uma vez que vai além e transforma o discurso de quem os procura, assim como o seu. Dessa forma, não só media, traduz e negocia mundos, como cria novas realidades a partir desses fluxos entre diferentes domínios sociais. Nesse sentido, enfatizam que “os mediadores, em princípio, são importantes agentes de mudança da organização social” (VELHO, KUSCHNIR, 1996: 105). Essa discussão sobre mediação indica algumas chaves possíveis para compreender o papel de mediador que uma *Técnica em Antropologia ou Ciências Sociais* pode assumir, ao mesmo tempo que também apresenta limitações.

Os autores debatem o papel do mediador a partir de uma lógica das relações interpessoais entre o ator que atua como um “*go between*” e os mundos mediados. Entretanto, ainda que seja a servidora, a *Técnica*, a agir e dialogar, está ali desempenhando uma função de representação institucional que extrapola seus limites pessoais. No exemplo com o qual abri essa seção, todas as reclamações e demandas que ouvi não eram direcionadas a mim ou mesmo ao Iphan, mas a diferentes instituições estatais do Poder Executivo. Por outro lado, o político legislador empossado a partir de eleições, como um vereador no caso de análise de Velho e Kuschmir (1996), desempenha individualmente uma função representativa. Nas diversas entrevistas, ouvi frases como “falei como Iphan” ou “chega o Estado representado pelo Iphan”. Resta aqui uma importante distinção.

Então, como perguntei a Guilherme, se o papel que se espera de um antropólogo é o de mediação, como realiza-la quando esse agente se encontra ocupando uma posição dentro da estrutura administrativa? Por outro lado, Luís me apresentou outros elementos e matizou essa relação.

Luís: Até hoje no [cita uma reunião de trabalho com diversos *Técnicos* e *Técnicas* do Iphan] mesmo a galera falou: “nós somos os mediadores entre a sociedade e o Estado”. Aí eu: “Mas, a gente é [ênfase na fala] Estado”. A gente é mediador? Um acadêmico que esteja contratado pelo Estado pode se considerar um mediador entre a sociedade e o Estado. E a gente? É mediador entre a sociedade e... o que é Estado? (Entrevista em 2018)

Com isso destacou a definição dos limites entre Estado e sociedade porque, se existe um mediador, existe um trânsito, uma área de contato porosa na qual determinados atores atuam. Além disso, expressava também uma provocação aos seus colegas da reunião ao destacar as diferenças que percebe entre a atuação dos servidores do próprio órgão e a de um pesquisador contratado para desenvolver um projeto junto ao Iphan e voltado para um determinado grupo. Ele continuou elaborando sobre essa relação complexa:

Luís: Então, a gente também não se coloca como Estado. Então, a gente é mediador entre nós mesmos, entre o cargo e o Estado. [risos]... É complexa essa aí! [...] A gente faz então esse exercício porque a gente acredita e se comporta como mediador do Estado. Eu me comporto como um mediador do Estado, do *Iphan* [ênfase na fala], que é uma coisa... Ou seja, as políticas são planejadas, as diretrizes são feitas acima de mim e eu me coloco como mediador entre as comunidades ou, enfim, os interlocutores variados com os quais a gente tem contato e essa regulação institucional, essas diretrizes, esses conceitos. Então a gente tá se colocando numa, a gente se desloca o tempo todo. Então, a gente às vezes é mediador mesmo com relação ao Estado e as comunidades quando a gente tem que explicar, por exemplo, para o nosso chefe, que é um [arquiteto/administrador/engenheiro/historiador/etc.], o que que a gente está fazendo e porque a gente está investindo naquela ação daquele grupo, daquela parcela, daquele aspecto do patrimônio, da cultura, enfim, então, a gente é Estado, mas a gente é mediador de fato também. (Entrevista em 2018)

O cargo de *Técnico em Antropologia ou Ciências Sociais* é, na perspectiva das teorias de política pública, o burocrata no nível da rua (Cf. LIPSKY, 2019), isto é, o agente estatal que atua em contato direto com o cidadão e que colabora para a operacionalização das ações na prestação de serviços, intervenção no mundo social. Nessa perspectiva, a mediação se dá também “entre nós mesmos, entre o cargo e o Estado”. Dessa forma, Luís aponta que, para ele, o Estado – performado pelo Iphan e seus agentes – são as “políticas” com suas “diretrizes”, “conceitos” e “regulação institucional”, apresentando com isso um arcabouço de discursos, ações e regramentos que circundam e delimitam as possibilidades de atuação. São também decisões elaboradas em instâncias acima do cargo que ocupa, o que significa um caráter de negociação e hierarquia para construção desses elementos. Além disso, ainda que ocorra “acima” da sua posição, ele também participa ao negociar e dialogar internamente, o que denota um fluxo transacional. É importante notar que Luís traz também a ideia de uma mediação entre o *Técnico*, os gestores (o “chefe”) e o cidadão (“comunidades”, “interlocutores”), indicando assim um trabalho de mediação que é tanto externo, entre a instituição e outros atores da sociedade, quanto interno na estrutura institucional.

Esse trabalho interno de persuasão e elucidação foi também comumente trazido nas entrevistas como uma parte do trabalho que requisitava muita energia, tempo e desgaste. Um trabalho de convencimento das demais pessoas que compõem a instituição sobre os motivos

para priorizar determinada ação, como Luís trouxe, ou ainda argumentando com a equipe mais administrativa sobre a escolha por determinado tipo de contratação que se considerava mais adequado para o trabalho que desejava contratar. Quanto a isso Giovana comentou:

Giovana: Não ia e você tinha, você era barrado. Barrado o tempo todo. E a gente sempre tinha que estar convencendo o [nomeia uma unidade administrativa que realiza contratações/licitações/convênios/termos de colaboração], convencendo as pessoas. Era a hora que a gente gastava mais energia. Se aquilo não acontecesse, não aconteceu a política. (Entrevista em 2018)

Barrado de diversas maneiras. O orçamento anual era pequeno para a quantidade de ações necessárias. A equipe administrativa não estava acostumada a realizar um convênio ou termo de execução descentralizada com outra instituição pública federal e por isso costumava orientar a realização apenas de licitação na modalidade pregão, por exemplo. Ainda que a modalidade de pregão seja adequada para contratações de serviços comuns, uma atividade de pesquisa e documentação sobre um bem cultural imaterial está longe de ser um serviço comum. Apenas para citar alguns possíveis exemplos de impasses que demandam um contínuo exercício de diálogo e mediação.

Rafaela, na nossa conversa, ponderou que sua formação em antropologia e ciências sociais auxiliava a construção de um diálogo e mesmo de uma tradução sobre os limites legais de contratação, por exemplo, junto às comunidades detentoras, o que outros profissionais não necessariamente conseguiam.

Rafaela: Você consegue conversar com outro entendendo qual é o ponto de o lugar de fala daquele outro ali isso em relação a qualquer detentor, digamos assim, né? Entender de onde veio aquele indivíduo, de onde ele tá falando, com qual ponto de vista, qual o acesso que ele tem a outras políticas, qual é a compreensão dele em relação ao que o Iphan está fazendo. Então, não é automático, assim, o que seria. E aí vou cometer aqui uma impropriedade de falar mal de administradores por simplesmente levar a letra fria da lei e dizer: “não, a gente não vai fazer desse jeito porque, de acordo com a 866 [antiga lei de licitação; BRASIL, 1993], não é assim que se faz e é impossível e a gente não vai atender essa demanda porque a lei não permite”. Muitas vezes é assim, não existe conversa, não existe explicação, não existe diálogo, né? Não existe nada porque a lei não permite, não está autorizado e você simplesmente lê lá a lei e sequer tenta fazer uma traduçãozinha e dizer o que tá dito ali para pessoas que não têm obrigação nenhuma de conhecer aquela legislação até aquele momento pelo menos. E então eu já acho que isso é uma diferença muito grande porque não só administradores como outros, outras formações também não permitem essa sensibilidade, essa habilidade desenvolvida com uma formação antropológica de respeitar o lugar do outro e a visão de mundo do outro. De deixar o outro se colocar e falar, e escutar o outro também é muito importante, que é algo que a antropologia também oferece. Você escutar o outro e aí no sentido não só do seu interlocutor, mas no sentido de alteridade mesmo. É uma outra realidade completamente diversa da sua e que talvez você precise de algum tempo para digerir tudo que você ouviu. Não é uma conversa, né, horizontal. Ela é permeada por diferenças e que são muito profundas, né?

As diferenças profundas em uma relação que não é horizontal, como Rafaela salienta, está de alguma maneira atrelado ao que Velho e Kuschnir (1996) apontaram, na passagem supracitada, sobre o difícil lugar de mediação em um contexto de dominação colonial com polos hierárquicos e esferas de poder demarcadas e distintas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que é um diálogo assimétrico, profissionais com uma sensibilidade antropológica – e aqui sensibilidade é compreendida como uma habilidade e competência adquirida – poderiam construir espaços de abertura para relações um pouco mais horizontais.

Rafaela: Então aí vem a questão da gestão participativa e da importância da antropologia para a gestão participativa. É claro que a gente pode fazer uma defesa da reserva do nosso mercado, mas eu acho que... E aí eu tô elaborando isso agora, né? Por conta de tudo que a gente já conversou sobre a integração do patrimônio [...], seria muito mais produtivo ter essa formação da visão antropológica para [todos] os técnicos em patrimônio do que necessariamente, *obrigatoriamente* [ênfase na fala] antropólogos para exercer o ofício de técnico [...]. Ela valoriza muito mais o ofício do que a exigência de ser um antropólogo. Se não for na presença dele [do antropólogo, técnico do imaterial], não existe o diálogo [junto às comunidades detentoras], por exemplo, que é o que acontece hoje, né? Não tem o técnico em imaterial. “Ah, não posso fazer isso, eu não posso receber detentor porque não tem antropólogo aqui, não tem o técnico do imaterial aqui.” (Entrevista em 2018)

Rafaela, então, aponta que a abertura para a mediação entre visões de mundo distintas e para um espaço de diálogo nas esferas estatais poderia ser uma habilidade adquirida por demais profissionais envolvidos nas ações com preservação e salvaguarda do patrimônio cultural como um todo. Todavia, o que ocorre muitas vezes é que na ausência de profissionais com as formações e experiências necessárias para atuação nessa área, as unidades do instituto apresentam dificuldade para levar a cabo as ações. Ademais, gestão participativa aqui pode ser entendida a partir da definição apresentada na Portaria do Iphan n. 200, de 2016, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), ao estabelecer alguns conceitos, diretrizes princípios e objetivos:

Gestão compartilhada - modelo de gestão que, em contraposição ao modelo de gestão centralizada, é realizada em conjunto por diferentes atores, órgãos e instituições com vistas ao atingimento de metas e objetivos comuns, a partir de estratégias de cooperação e do engajamento dos diversos entes nos processos de tomada de decisão, planejamento de ações, solução de problemas, análise e avaliação de resultados. (IPHAN, 2016, Art. 2º, inciso VII)

Evidente que a construção de ações estatais, projetos, programas ou políticas, a partir de um modelo de gestão participativo ou compartilhado é uma proposta que não está restrita a atuação de antropólogos ou cientistas sociais e é experimentada em diversos setores por diferentes profissionais. Contudo, Rafaela destaca que na sua experiência com as ações para preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, a construção coletiva ainda está mais

vinculada a algumas áreas ou à participação de determinados profissionais. Luís, em nossa conversa, comentou que é chamado a participar de processos para preservação de patrimônio edificado quando os demais servidores buscam construir um entendimento sobre o bem cultural ou o impacto de uma intervenção a partir da perspectiva dos usuários.

Luís: E eu sou chamado direto para várias reuniões de coisas que eu nem imaginava... "Qual a contribuição de um antropólogo aqui?". E às vezes nem tem [risos]. Mas, querem uma visão de alguém que pense essa questão do valor que a comunidade, que a sociedade pode atribuir para além dos valores técnicos já existentes. Já fui chamado para participar de reunião sobre projeto de intervenção de fechamento de rua em área tombada. Tipo assim, ia fechar a rua pra trânsito e eu fui chamado porque era importante um antropólogo... (Entrevista em 2018)

Dessa forma, acrescento aqui que as possibilidades de uma gestão mais compartilhada e dialogada não é trazida apenas pelo patrimônio imaterial com antropólogos e historiadores, mas ocorrem também em outras áreas, como ações de educação patrimonial e as experiências com *canteiros modelo de conservação* para o patrimônio material, por exemplo.

Guilherme, por outro lado, destaca que no caso do patrimônio imaterial a participação social é uma diretriz muito consolidada – como a leitora poderá lembrar a partir da discussão do segundo capítulo.

Guilherme: uma das coisas que não previa nessa estrutura [elitista e burguesa feita para atender os interesses da burguesia – em referência a uma fala anterior dele] era a participação popular, a participação social e a gente tem visto que a nossa política, por exemplo, mesmo que não seja de forma 100% participativa, a gente vê muitas pessoas preocupadas com isso, de executar de forma participativa. Eu me preocupo bastante com isso e sempre reflito em todas as nossas ações até que ponto as nossas ações estão sendo de fato participativas ou se isso está sendo apenas uma retórica. Então, no momento que você consegue que as diretrizes de salvaguarda, das ações de salvaguarda, por exemplo, para o [o bem cultural] sejam definidas a partir da perspectiva dos [detentores do bem cultural] dentro de um leque de possibilidade, você já tá de certa forma subvertendo a lógica de criação ocidental dessa estrutura que se chama estado, sabe? E eu acho que isso, em grande parte, é responsabilidade nossa, desses profissionais com formação em antropologia, em história, essas pessoas que estão indo para dentro dessas estruturas e repensando e o modo de operação dessas estruturas. (Entrevista em 2018)

Nesse sentido, para ele, a busca por maior participação social a partir de uma postura de escuta e incorporação das diferentes perspectivas dos atores afetados pela ação estatal, no limite, transforma a atuação estatal e promove mudanças estruturais.

Ainda na toada da participação e do papel de mediação, Rafaela problematiza as possibilidades de atuação do *Técnica em Antropologia* ou *Ciências Sociais* para a construção dialogada das ações de intervenção estatal a partir da experiência concreta de uma ação para a salvaguarda de um bem cultural imaterial registrado. Ela apresenta os limites estabelecidos

entre o processo de construção participativa em que o Técnico atua e o processo de tomada de decisão nas demais instâncias de gestão, que levam em consideração também outros fatores, como administrativos e políticos.

Rafaela: Também acho que, ao mesmo tempo, tem uma confusão que ela é talvez naturalizada – isso desde o princípio da atuação dos antropólogos na esfera governamental – que é a mistura dos papéis: da atuação antropológica junto com a atuação de administrador público. Que isso é algo que confunde desde sempre e que, possivelmente, por muito tempo ainda vai confundir. Porque também aí, foi algo que eu não aprofundi na [pesquisa para pós-graduação] – até porque o objetivo não era aquele mesmo –, mas de mostrar qual é a importância da especialidade do antropólogo para a política de patrimônio cultural imaterial, mas, ao mesmo tempo, existem funções da execução de uma política pública que a antropologia é incapaz de atender porque são os trâmites burocráticos mesmo. E a dificuldade de comunicação que existe nos órgãos públicos e a sobreposição de papéis, sobreposição de políticas. Vários problemas que estão na esfera da administração pública. Então, isso desde sempre, e isso eu posso responder afirmativamente, muito do papel do antropólogo ele é velado e limitado por conta das necessidades administração pública.

Diana: Como assim velado e limitado? Não entendi em que momento...

R: Na prática, né? De forma pragmática, na prática, né? Por exemplo, posso dar o exemplo... [...] Um exemplo mais drástico. Aquela situação da definição de onde seria o [museu/ casa/ centro/ espaço para um bem cultural imaterial] que, num primeiro momento, depois de várias discussões com vários detentores, com o Ministério da Cultura à época, tinha se definido que ia ser um [museu/ casa/ centro/ espaço] numa [determinada edificação] num município x lá no [estado/ região/ cidade/ localidade]. E eles tinham debatido, os detentores tinham debatido entre si e tinham concordado porque era um local xyz que, para eles, era representativo e que não privilegiaria nenhum grupo, e era exatamente essa a preocupação que eles tinham. E o espaço estava lá e poderia ser adequado para receber o [museu/ casa/ centro/ espaço]. E o que aconteceu? Houve a possibilidade, uma decisão que veio de algum lugar da esfera do alto escalão /

D: Você não sabe?

R: Não sei. Que decidi que seria [outra edificação... em um outro estado/ região/ cidade/ localidade].

D: E qual era a justificativa para isso?

R: Não houve justificativa. E foi lá que o [museu/ casa/ centro/ espaço] foi implantado. Inclusive, o espaço foi restaurado. [...] Que foi restaurada para receber o [museu/ casa/ centro/ espaço do bem cultural]. E foi o lugar que eles menos consideraram. Dentre as opções, essa [outra edificação] aparecia. E eles disseram que [esse estado/ região/ cidade/ localidade] não porque [esse estado/ região/ cidade/ localidade] já tinha muita visibilidade [...]. Eles queriam ter uma visibilidade específica, particular, individualizada para o [bem cultural] e eles não gostariam que fosse lá. E acabou que foi lá. Pode ser... /

D: Como eles receberam isso?

R: Foi péssimo! Eles falam disso até hoje. Não é nenhum segredo, nenhum mistério que eu tive acesso a informações privilegiadas. Eles falam disso até hoje. E falam isso como uma das ações atravessadas do estado. Consideram dessa maneira. Porque é possível que tenha sido com as melhores das intenções. A [edificação originalmente escolhida pelos detentores] ia cair na cabeça das pessoas ou o acesso ia ser impossibilitado ou o outro lugar talvez tivesse problemas por conta disso ou daquilo outro. Talvez tenha sido o melhor lugar mesmo, só que não houve esse retorno. Houve o debate para se definir o local, mas depois a definição definitiva, a conclusão, foi unilateral. Não teve o retorno nem para dizer: “olha, desculpa, mas vai ser impossível atender vocês”. E qual que é o papel do antropólogo nessa situação? É justamente

buscar isso, né? É buscar o entendimento de todas as partes, que se contemple ali naquela arena de disputa ali, se contemple minimamente os diversos interesses, ainda mais de quem é o público beneficiário daquela política. E aí? Como é que fica o técnico antropólogo numa situação dessa que ele é incapaz de atuar?

O artigo de Izabela Tamaso (2006) apresenta críticas e perguntas instigantes a diversos aspectos da atividade que ela denominou de “antropólogo-inventariante”. Cabe observar que seu artigo foi produzido ainda no início da implementação dos projetos do *Inventário Nacional de Referências Culturais*, um instrumento de produção de conhecimento e documentação para bens culturais, desenvolvido entre 1998 e 2000. Um instrumento com um forte caráter culturalista que visava dar conta do patrimônio cultural como um todo, mas que foi especialmente aplicado nos contextos de pesquisa de bens culturais imateriais (Cf. CLEROT, 2019; MORAIS; RAMASSOTE; ARANTES, 2015). Tamaso destaca cinco pontos de preocupação para o profissional: (1) a necessidade de relativizar não só as “categorias nativas” dos bens imateriais, mas também as próprias categorias da política de salvaguarda do patrimônio imaterial; (2) não apenas traduzir o bem imaterial para o Estado, mas também traduzir o patrimônio cultural para a comunidade detentora; (3) a postura ética e responsável que o antropólogo deve manter com o grupo com o qual trabalha; (4) a permanência constante em campo do antropólogo-inventariante para mediar e impedir rupturas que a divulgação de um patrimônio pode gerar; (5) e, por último, a necessidade de representatividade e participação social das comunidades detentoras do saber.

Essas preocupações partem, em grande medida, do olhar de uma pesquisadora eventualmente contratada para desenvolver um inventário ou uma ação identificação voltadas para o patrimônio imaterial, o que não significa que não devam ser observadas também pelos técnicos. Entretanto, acabam por desconsiderar as limitações impostas pela estrutura de negociação e decisão hierárquica dentro de uma instituição estatal e também no seu diálogo com as demais instituições e esferas de poder.

Ana Paula Comim de Carvalho (2010) destaca também a partir de sua experiência com um inventário os desafios que enfrentou para o desenvolvimento do projeto. Apresenta o conjunto de diferentes expectativas em jogo: o dos grupos sociais envolvidos na produção e reprodução de sentidos atribuídos ao espaço que estava inventariando, assim como o evento histórico a ele associado; o dos técnicos do Iphan que supervisionavam o projeto; e o da equipe de pesquisa. Ademais, aponta as estratégias para navegar as diversas relações conflituosas e negociar inserções, indicando ainda as diversas vontades políticas em jogo nas relações entre os distintos atores na construção de alguma ação voltada ao patrimônio cultural imaterial. Dessa

forma, destaca as relações estabelecidas entre a ação técnica e a ação política, que reestruturam os campos de força e as relações de poder. A autora conclui que:

Diante da expectativa de que os antropólogos sejam capazes de adotar um padrão de persuasão discursiva próprio às instâncias do Estado, pautado pelos critérios de verdade e pela linguagem administrativa ou jurídica, é muito pouco provável que seus relatórios abordem também o conjunto de demandas que as coletividades pesquisadas, os apoiadores e os contestadores da demanda, entre outros, fazem a eles ou esperam deles durante a realização dos trabalhos de campo, sob o risco de comprometer a eficácia dessas peças técnicas na produção do convencimento no âmbito administrativo ou jurídico (Arruti 2005). No entanto, sob o ponto de vista antropológico, são muito importantes as descrições e análises das relações de poder e compromissos (existentes ou imaginados) inerentes à realização desse tipo de pesquisa. (CARVALHO, 2010: 42)

É interessante notar que Carvalho (2010) associa a eficácia das peças técnicas para as instâncias administrativas e legais à construção de uma narrativa incontestada e, em certo sentido, harmônica. Na próxima seção deste capítulo, comentarei como a produção de pareceres, por exemplo, se centra em uma narrativa de consolidação de um posicionamento consensuado. Todavia, isso não significa que as diferentes dimensões de conflitos de interesses e uma gama variada de demandas dos diversos atores em campo fujam à percepção dos técnicos e demais gestores. Ao contrário, durante as entrevistas ouvi alguns comentários dos técnicos sobre a inclusão de demandas de ação estatal apresentadas pelos grupos detentores que fugiam ao escopo de atuação e competência do Iphan, o que poderia gerar expectativas que seriam forçosamente frustradas.

Rívia R. B. Alencar, em sua tese de doutorado (2010), diferencia o “antropólogo-inventariante”, um pesquisador contratado para desenvolver um projeto de inventário, i. e., de pesquisa e documentação, do “antropólogo-técnico”, um servidor concursado. Alencar entende que o antropólogo é o profissional mais indicado para atuar na salvaguarda do patrimônio imaterial uma vez que é quem melhor consegue estabelecer a ponte entre o mundo do Estado e o mundo das comunidades-alvo da política, ao mesmo tempo, que busca conciliar os interesses de ambos. Nesse sentido, retomo a discussão de Velho e Kuschner (1996) sobre o mediador que convive com diferentes valores, normas e princípios, por vezes, contraditórios sobre a realidade. Um negociador entre diferentes mundos que tanto as interpreta como media conflitos ou ainda supervisiona ações nesses espaços de contato ao conseguir – ou ao menos tentar – falar várias línguas.

Até o momento, apresentei a perspectiva de mediação interna, dos técnicos com as demais instâncias, profissionais e legislações produzidas por instituições estatais. Mas, como disse Bianca, “Tem a parte dos conflitos que é fogo também. A briga dos mestres do [bem

cultural registrado]” (Entrevista em 2018). Cabe ainda comentar a intensa atividade de mediação de conflito entre os diferentes grupos sociais *detetores* dos saberes e fazeres que compõem o patrimônio cultural imaterial, pois

Rafaela destaca que parte do seu trabalho como técnica é compreender a perspectiva dos diferentes grupos praticantes do bem cultural, suas diferenças internas de formas de organização, de compreensão do mundo e da relação com o Iphan e com o Estado. Então, a partir dessa compreensão, procurar um caminho para a atuação institucional, ainda que talvez não seja possível encontrar um consenso.

Rafaela: O tempo inteiro desde, né, da minha atuação enquanto técnica [...] essencialmente demonstrar qual é a visão do outro, né? Entender, compreender e perceber qual é a visão daquele outro que você está em diálogo. Porque aí o exemplo mais recorrente e que é exemplo em muitos aspectos da política de salvaguarda do patrimônio imaterial são os [praticantes de um bem cultural registrado], por exemplo. Qual é a perspectiva de um [praticante desse bem cultural] em relação à política de salvaguarda? E para várias atitudes tomadas por [praticantes de um bem cultural registrado] a gente tem a possibilidade de interpretar de modos diferentes, né? Então muitas vezes na interpretação que é feita de modo [inaudível], tipo: “Ah, eles encenam com tudo, é impossível ter um diálogo porque eles sempre... porque eles são do contra e eles nunca vão querer dar o braço a torcer e concordar com o Estado”. Eu entendo que minha formação me permite perceber qual é o lado deles, né? De qual perspectiva eles estão interpretando e se colocando e, justamente, por respeitar esse ponto de vista conseguir transformar ali aquela realidade, aquele encaminhamento, por conversar com eles respeitando o posicionamento que eles estão apresentando. Isso não quer dizer que você vai chegar num consenso. Pode ser que continue, né? Que continuamos não aceitando e não encaminhando determinada demanda, mas você consegue conversar, né? (Entrevista em 2018)

Partindo para uma situação mais concreta, Giovana também expressou o trabalho de mediação de conflitos que muitas vezes necessitava desempenhar. Destacou, em particular, o trabalho junto a um determinado bem cultural registrado que para ela “Foi o mais de todos. Acho que faz parte de ser [praticante desse bem cultural] ficar na contenda”. Giovana, então, procurou me esclarecer sobre uma situação específica em que estava organizando algumas oficinas com detetores desse bem cultural registrado com a finalidade de construir um plano de ações para a salvaguarda. Descreveu a dinâmica de preparação e a metodologia que iria utilizar de apresentação e esclarecimento sobre as ações e medidas de apoio e fomento com as quais o Iphan trabalha e, na sequência, era prevista uma discussão entre os detetores em grupos menores. Todavia, ela logo percebeu que essa dinâmica não ocorreria exatamente como imaginara.

G: Apresentação, 40 minutos de lamúria sobre o governo, 40 minutos de briga entre eles: “É, mas o mestre não sei das quantas fica [fazendo determinada prática que muitos deles recriminam]”, blablabá. E aí ficavam xingando uns aos outros... Aí depois no final eles faziam a síntese assim: “Mas, todos unidos [pelo bem cultural

registrado]!” Todas as vezes! Eu ficava assim... Na primeira, ainda fiquei agoniada. “Meu Deus, eles estão brigando. Mas, pera aí, gente, calma”. Aí depois pensei: “Deixa que eles precisam fazer a catarse”. Aí deixava falar, falar, falar. Já mudou a metodologia porque já sabia que no final eles iam: “Todos juntos [pelo bem cultural]”. Muita briga assim.

Ainda que fosse um contexto de grande tensão tanto entre os grupos de *detentores* quanto em relação ao Estado, esse relato de Giovana apresenta também a possibilidade de construção de relações sociais. “Todos juntos [pelo bem cultural]” não significa que encontraram um consenso nem tampouco uma união artificial. Por meio de tensões, conflitos, concorrências e contradições internas nos grupos de *detentores*, constroem relações sociologicamente positivas. Ademais, se reconhecem como grupo também ao construírem relações com outros atores, como o Iphan; ou ainda, rejeitando a participação de outros grupos nesse diálogo, como, por exemplo, nos casos que grupos de *detentores* de bens culturais acusam artistas e praticantes de serem “grupos para-folclóricos” ou “não tradicionais”, “voltados para a indústria cultural de massa”, entre outros.

George Simmel (2011; 1971) aponta que o conflito não deve ser percebido como ruptura, impedimento ou inexistência das relações sociais. Propõe, assim, a percepção de uma característica sociológica positiva do conflito. Com isso, extrapola a visão de um mundo social percebido de forma harmoniosa e unívoca como unidade individual ou unidade entre indivíduos na formação de grupos sociais.

Ao contrário, contradição e o conflito não apenas precedem esta unidade, mas são nela operativos a cada momento de sua existência. Da mesma forma, não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma pura “unificação” (“Vereinigung”), não só se apresenta como empiricamente irreal, como não representa nenhum processo concreto da vida. (SIMMEL, 2011: 570)

A proposta de Simmel permite compreender os conflitos aqui trazidos como um dos principais elementos componentes para construção das próprias relações sociais.

Um outro ponto que foi matizado nas entrevistas é que esse trabalho de mediação, diálogo e construção de gestão pública mais participativa possibilitam uma maior autonomia dos grupos sociais e compreensão dos instrumentos e tecnologias estatais. Giovana rememorou uma situação que a fez elaborar melhor sobre isso.

Giovana: Teve uma vez um seminário na academia que aí foi fogo, cara. Aí eu vim falar como Iphan, que o [nome de um professor universitário] coordenou e a [nome de uma professora universitária] estava. Aí eles queriam que eu falasse da experiência do Iphan e a [nome de outra professora universitária que colaborou com o Iphan em alguns projetos] ela tava para falar [da ação com um bem cultural]. E ela detona o

Iphan, detona... E cheia de recurso do Iphan, né? Muito dinheiro [do Iphan investido nesses projetos] e ela detona: “porque o Iphan tem uma noção de cultura que aí eles jogam para [os detentores do bem cultural]”. Eu fiquei assim... Todos os [grupos/comunidades/povos] que eu vou chegar lá, os caras sabem muito bem dessa noção de cultura e capitalizam para eles. Eu até fiz uma pergunta: “mas você acha aí... [e ela:] ‘eu tenho que ficar’, ela falava assim, ‘eu tenho que ficar falando para eles o que que é cultura para isso, cultura para aquilo’”. Aí eu fiquei assim... Aí eu falei: “[nome da professora], mas o que eu – eu perguntei para ela – o que eu vejo lá é que eles sabem muito bem instrumentalizar essa cultura, [...] eu vejo eles transitando. Todos esses detentores de bens [inaudível] sabem aonde eles querem chegar. Será que a gente que é tão...?”. Assim, tem uma tem uma violência do Estado, né? Porque ela limita, mas eu via que eles iam encontrando as vias de acesso, e aí você tem o poder de subversão, eu acho, né? [...] Aí... Ah...! Ela detonou tanto, cara [tom de cansaço na voz]. Eu ia falar depois dela. Eu falei: “Que droga, cara...”. Aí o [nome do professor organizador do evento] olhou para mim: “Você tá lascada”. Falei: “Tô”. Aí quando eu fui falar, eu tive que defender o Iphan, eu não queria fazer isso. Mas, aí você tá numa situação... E aí eu tive que defender o Iphan e foi fogo, né? Assim, tem que defender porque também a gente vê as potencialidades e os problemas, as limitações, né? Essa violência do Estado sobre as pessoas, as limitações, né? Não acessa todas. E aí tem outros problemas, mas enfim. Aí nisso foi super chato, né? Eu falei, eu fiz umas perguntas para ela, mas aí eu falei. E eu fiquei falando muito disso, da potencialidade dos [grupos/ comunidades/ povos] deles fazerem as traduções, não precisarem de uma antropóloga para fazer essa tradução. Acho que parece que isso ficou muito forte comigo, sabe? Que a gente não fica fazendo tradução para eles. Assim, não fica. A gente fica falando até onde a política pode ir e que é um contar de experiência de casos [de salvaguarda de bens culturais registrados] que já foram acontecendo.

Gostaria de matizar dois pontos a partir dessa fala. O primeiro é que Giovana menciona que uma das críticas da pesquisadora era referente à “noção de cultura” que “o Iphan tem”. Ainda que não tenha ficado claro na entrevista toda a extensão da crítica, acredito ser possível rememorar aqui o trabalho de Susan Wright (1998) sobre a politização do conceito de cultura, anteriormente debatido na introdução da tese, em que a autora discute a operacionalização de dois conceitos de cultura por agentes públicos. Em linhas gerais, o primeiro, que ela denominou de “antigo”, se refere às teorias antropológicas no início do século XX que constroem uma ideia de cultura como entidade homogeneizante, circunscrita, localizada e de pequena escala com sentidos compartilhados por um conjunto indivíduos com características bem definidas e que se estabelece em um equilíbrio balanceado imutável. O segundo, o “novo”, elaborado a partir de teorias do fim do século XX e início do XXI, se refere a um processo de negociação para construção de sentidos e significados sobre relações sociais e para o estabelecimento de uma visão de mundo que se torna hegemônica, aparentemente coerente e consensuado, mas que é alvo de um processo constante de negociação, contestação e transformação.

Um dos possíveis efeitos de ações estatais como as de patrimonialização de bens culturais é a objetificação e reificação de “culturas”, de processos e práticas que são dinâmicos e negociados. Ainda que diversos Técnicos ou pesquisadores contratados compreendam e percebam todas as nuances desse conceito, as atividades de inventariar esses bens, descrevê-los

e categorizá-las e, em certo sentido, reduzi-los a partir dos Livros de Registro podem terminar consolidando determinada narrativa que tenha a aparência de ser como aquela “antiga noção de cultura”. Por outro lado, quando Giovana destaca que esses detentores de bens culturais imateriais conseguem transitar e instrumentalizar esses efeitos e determinadas categorizações a fim de buscarem alcançar determinado objetivo, ela ressalta que não apenas os agentes estatais ou pesquisadores atuam na politização do conceito de cultura, mas que também os indivíduos que produzem e reproduzem essas culturas – nesse caso, os bens culturais – são agentes dessa politização.

Outro ponto que gostaria de comentar se trata dos dilemas e contradições colocados para a pesquisa antropológica de modo geral. Como trouxe a partir de Talal Asad (1973) na introdução dessa tese – e a leitora talvez já não se recorde passadas tantas páginas –, não são de hoje os dilemas e contradições colocados para a pesquisa antropológica, geralmente, exercida a partir do financiamento estatal, mas nas quais os pesquisadores se colocam como externos e distantes das atuações de intervenção, gestão e controle dos grupos sociais pesquisados. Grande parte das ações do Iphan ocorrem posteriormente à finalização de pesquisa e documentação desenvolvidas por grupos de pesquisadores externos. Desses trabalhos, muitas vezes, resultam teses, dissertações, monografias, para além dos relatórios de pesquisa. O que me chama atenção nesse relato da Giovana não é isso. É sua recusa em entender o trabalho realizado nas ações para a salvaguarda do patrimônio cultural como tradução.

Tradução implica a ideia de que o receptor da comunicação não detém as aptidões e habilidades necessárias para compreender o emissor. Na ausência de intercomunicação, faz-se necessário um terceiro agente que detém o conhecimento de ambas as linguagens. Entretanto, Giovana entendia que os grupos com os quais o Iphan dialoga possuem habilidades para realizar suas próprias traduções, perceber espaços para pressão, para diálogo e para alcançar seus objetivos de melhorias das condições de vida e de valorização de suas práticas culturais.

Giovana: Acho que também as coisas foram fazendo sentido para mim. Acho que essa coisa desse evento que aconteceu, a [nome professora crítica à atuação do Iphan] falando. Aí eu nunca acreditei muito que a gente fazia traduções. Acho que a gente tinha que falar dos limites [da atuação do Iphan]. (Entrevista em 2018)

Os limites são aqueles dados pelas atribuições e competências da instituição, pelas legislações em vigor, pelas possibilidades de recursos financeiros e humanos e dos efeitos e consequências da proteção legal do patrimônio – e também daquilo que ela não comporta. Guilherme também entende esse trabalho como construção de estratégias de subversão por meio de uma “educação para cidadania”, ou um “letramento estatal”. Eu diria de mudança das

estruturas, discursos e formas de atuação estatal a partir das redefinições de fronteiras entre estado e sociedade. É nisso que reside a potência que Giovana comentou.

Guilherme: Chega o Estado representado pelo Iphan com seu *pocket* de políticas patrimoniais. Os caras olham e não entendem muito bem o que é aquilo, mas vão de acordo com o processo e vai também um processo de aprendizagem que eles vão também incorporando aquilo à sua realidade, vão aprendendo com aquilo e utilizando a seu favor. Massa, cara! Que massa isso acontecer! E de fato isso aqui é um trabalho tremendo porque muitas vezes eu me sinto fazendo trabalho de base, trabalho de formação política de base com os caras. E em um determinado nível, o pessoal do [bem cultural imaterial registrado], eles fazem, eles têm uns agentes que eles têm ali que eles fazem esse trabalho já. Mas, tem outros grupos que estão menos organizados e que a gente acaba fazendo esse papel de educação para cidadania, vamos dizer assim... E a gente vai ver que na verdade, no final das contas, é um grande trabalho de formação de base mesmo [...], que é meio educar as pessoas para essa estrutura que está aí que é para você entender a lógica dessa estrutura e usá-la a seu favor. (Entrevista em 2018)

Rafaela associa o olhar antropológico exercido junto a um falar sobre as ferramentas de trabalho para execução de políticas públicas. A despeito da responsabilidade que sente ao levar a cabo ações que impactam a vida de muitas pessoas, percebe o potencial de transformação política nessas ações tanto para os grupos com os quais dialoga como também os efeitos dessa troca para as relações entre instituição e sociedade civil ao desmistificar as estruturas estatais.

Rafaela: Que que é o olhar antropológico? É você querer ouvir o outro, é você não querer chegar com uma coisa pronta para o outro, você querer ouvir o outro para saber o que que pode atender melhor a ele, né? São essas ferramentas, entendeu? Básicas. Agora o que vira... [risos] O que vira eu também... é isso. Mas, é isso... A gente não tem controle nunca, né? E aí a gente tem menos ilusão ainda, né, na esfera da política. Assim, sabe... que eu acho que a gente vê bem a fragilidade das coisas mesmo e, inclusive, da responsabilidade também, né, que é sair mexendo na vida das pessoas.

D: Em algum momento fala, cara, que responsabilidade essa intervenção toda aqui?

R: Sim, sim. Mas... é... mas eu não sei. Eu acho que são porque eu acho que a gente trabalha com grupos sociais que precisam, entendeu, de uma... de um... de alguma... de algum agito, assim, alguma ajuda mesmo. E aí a ideia é essa. Nem sempre dá certo. Eu não sei que que vai acontecer depois, né? Mas a aposta é no potencial que eles têm de articulação entre eles e de eles conhecerem outras ferramentas que pode ter para eles, entendeu? Não, não tenho pretensão de achar que eu vou melhorar a vida do cara, que vai super... não acho. Acho que são formas deles acessarem coisas diferentes, conhecimentos diferentes, né? E eu penso muito nisso da formação crítica deles e no que a gente pode oferecer também de visão crítica. E não é de falar: “olha agora é assim, a sua vida tá garantida para sempre. Vai ser assim para sempre, vai ter recurso”. Não. E eu acho bom também a gente ter uma interlocução próxima para eles saberem as dificuldades também que é para quem tá do lado do órgão também. Para eles saberem que governo não é o governo, que são várias forças em disputa internamente. Para ele saberem que: “Olha, a gente quer. A gente vai pedir recurso para isso, mas a gente não sabe se a gente vai ter e, olha, precisa disso”. Então para eles também terem uma noção de que é briga feia mesmo e também para eles tomarem a frente para eles mesmo cobrarem, né?

Guilherme, por sua vez, entende que as relações assimétricas entre instituições estatais e grupos que foram subalternizados comporta esferas resistência e transformação por meio da agência autônoma e protagônica desses atores. Para isso, rememora suas leituras de teoria antropológica.

Guilherme: A gente tem exemplos que eu entendo... o pessoal do [bem cultural imaterial registrado], o pessoal do [outro bem cultural imaterial], meio que aprenderam a usar as armas do Estado em favor de si, sabe assim? “Então tá, então é complicado, é burocrático, então vamos aprender essa burocracia aí e vamos usar para nossa autonomia, usar a favor da gente. Porque o ideal seria que a gente implodisse isso tudo e construísse algo novo ante o domínio popular, mas enquanto a gente não atinge a revolução vamos aqui trabalhando nesse contrapoder, nesses pontos de respiração que tem aqui. Essa parada é falha também, tem essa massa cinzenta aí e tal.” Esses interstícios que você consegue de certa forma atuar. E a partir do momento que os caras se apropriam e começam a entender essa lógica, é... é meio que guardadas as devidas proporções, guardadas muitas essas devidas proporções, eu entendo... Eu me lembro um pouco do Marshall Sahlins quando ele fala, no *Metáforas Históricas*... é... [...] *Historical Metaphors and não sei o quê do capitalismo* [ele se refere a *Historical Metaphors and Mythical Realities*]. E em *Ilhas de História* também. Ele vai falar um pouco... Ele vai dar essa visão... A gente geralmente parte um pouco dessa visão de uma certa vitimização, vamos dizer assim, uma passividade, não uma vitimização, mas uma passividade dos conquistados, das sociedades que foram conquistadas, vamos dizer assim... Os espanhóis, os portugueses conquistadores e nós os conquistados aceitamos passivamente essa conquista e o Sahlins em *Historical Metaphors* e em *Ilhas de História* também ele vai dizer que não, não foi bem assim. E a gente vê uma certa subversão dessa lógica tanto nos movimentos de resistência mesmo, de resistência física dessa conquista, como de uma certa resistência simbólica, de você se apropriar do referencial simbólico, do conhecimento, dos materiais do conquistador e ressignificá-lo integrado a sua cosmologia, sabe? Então você, quando você parte dessa perspectiva, você parte de uma agência maior por parte dos conquistados. Não foram meras vítimas das coisas, eles também conseguiram de certa forma até subverter o sagrado dos outros e trazer... posso estar sendo um pouco *naive* em relação a isso... (Entrevista em 2018)

No início dessa seção, a leitora deve se recordar, trouxe a provocação de que nada nos prepara para esse nível de conflito, nem nossa formação em Ciências Sociais e Antropologia e nem algum curso de capacitação ofertado pelo Iphan. Do mesmo modo que, ao ingressar na carreira, não fomos devidamente preparados para tramitar os processos administrativos. Esse aprendizado ocorre na prática, na rotina, no enfrentamento das situações pontuais que se acumulam e passam a compor um conjunto de estratégias. Rafaela estava comentando sobre as diversas tensões em campo para a execução das ações com o patrimônio e arriscou chamar essa experiência de aplicada para depois apresentar seu próprio termo.

Rafaela: Talvez possa chamar de aplicada... não sei, entendeu? Porque ela é a antropologia do vuco-vuco [risos]. Não, na verdade, quem não tá no vuco-vuco no campo, né? Mas, assim, a gente não tem tanto esse momento da reflexão, né? De sair do campo e voltar e pensar e refletir nesse movimento. Então, fica... Ela é do vuco-vuco *all the way*. [...] Eu sinto falta de ter mais tempo para processar, né? Isso que acontece no campo. (Entrevista em 2017)

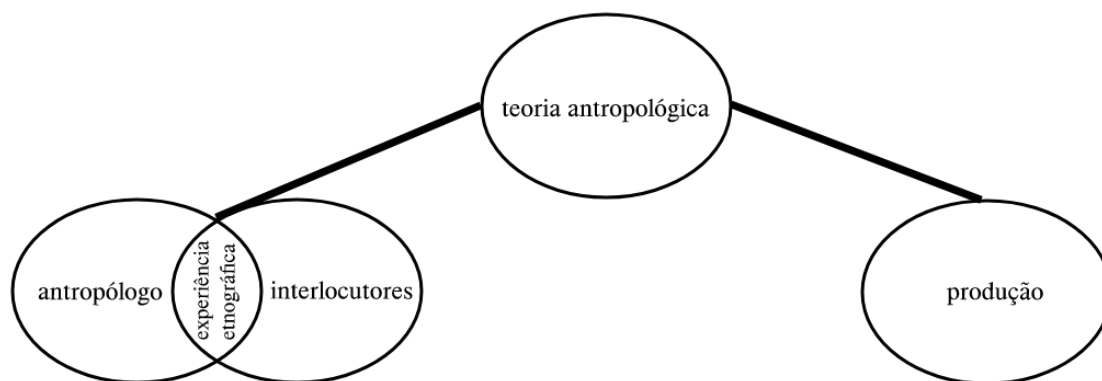
Vuco-vuco, esse espaço de aglomeração de pessoas, de diferentes perspectivas, expectativas e interesses, de tumulto e confusão. Uma experiência de campo imersiva, mas não no sentido clássico do Malinowski. Imersivo porque é de fluxo constante e sem a possibilidade de se retirar, se afastar e elaborar sobre a vivência para depois retornar. Isto não significa que não exista uma produção e linguagem específica e desenvolvida durante as atividades de execução de políticas públicas. Todavia, a elaboração sobre a experiência individual não é o seu objetivo. Além disso, a relação com o tempo é também atravessada por diferentes cronogramas no tempo do serviço público.

4.3. Produções e linguagens

Ainda que a contínua comparação entre o trabalho antropológico em contextos de ensino e pesquisa e aquele em contextos de intervenção social acabe, por vezes, reforçando a normatividade do primeiro, essa comparação se torna especialmente marcante quando se trata das linguagens utilizadas e dos produtos resultantes do trabalho porque evidenciam um novo elemento de mediação.

A produção do conhecimento antropológico se realiza, muitas vezes, na escrita e assim adquire concretude e autonomia para circular. Entretanto, ela se inicia na experiência etnográfica, na relação estabelecida entre o pesquisador – carregado com suas subjetividades, vivências pessoais e profissionais e corporalidade – com os seus interlocutores – eles também com subjetividades, vivências, corporalidades – em um determinado contexto territorial e temporal. Essa experiência se transforma em conhecimento a partir da mediação que o pesquisador estabelece com a teoria antropológica.

Figura 1 - Diagrama das mediações para a produção antropológica

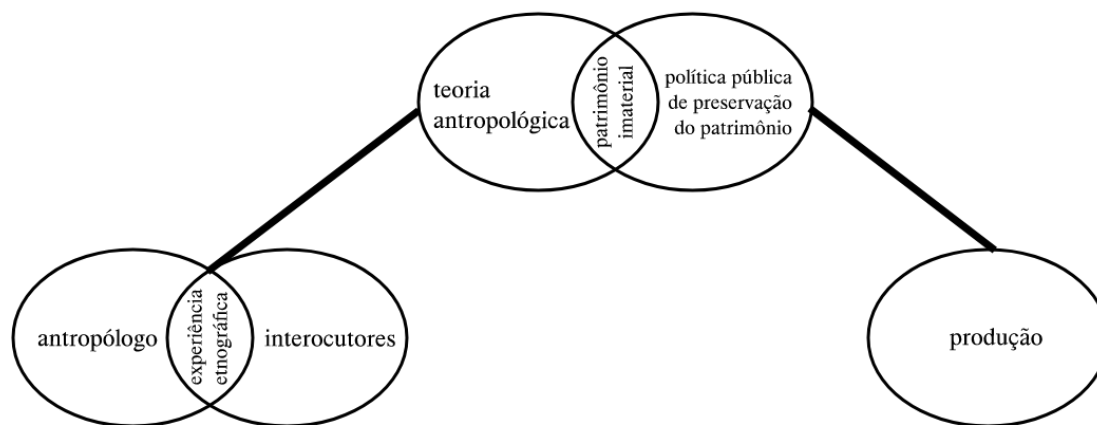


O diagrama acima busca representar de maneira esquemática essa triangulação, que possibilita a construção de novas teorias, ideias, propostas que serão construídas e elaboradas nos resultados do trabalho, que chamei de produção. São elas, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses, palestras, apresentações, aulas, entre outros, que tem como finalidade a produção de conhecimento sobre determinado fenômeno. Para sua construção, se faz uso de estruturas estabelecidas para os textos científicos: iniciam com uma apresentação do objeto, indicação dos objetivos do trabalho e da metodologia adotada, o referencial teórico e elementos etnográficos, argumentação a respeito dos resultados encontrados e considerações finais. Os textos são também contornados por regramentos específicos, como os estabelecidos pelas normas da ABNT. Ademais, o antropólogo aciona uma determinada linguagem informada pelo seu campo específico e pela teoria antropológica. Essa estrutura da produção não é exclusiva, obviamente, à produção de conhecimento antropológico e ocorre em todos os contextos de produção científica.

Da mesma maneira, a produção do trabalho de um antropólogo em um trabalho de intervenção social na administração pública se formaliza por meio de documentos, gerados a partir de outros documentos e das mediações e diálogos estabelecidos entre o profissional – carregado com suas subjetividades, vivências pessoais e profissionais e corporalidade – com os seus interlocutores, os cidadãos que buscam acionar um serviço público – eles também com subjetividades, vivências, expectativas, demandas e corporalidades – em um determinado contexto territorial e temporal. Todavia, aqui, existe um outro elemento que parte da estrutura administrativa burocrática específica em que essa ação se realiza. Assim, a passagem entre a experiência e a produção ocorre por meio da mediação entre a teoria antropológica e a política pública de preservação do patrimônio. Proponho que nessa interconexão se constitui o objeto

de atuação específico do patrimônio cultural imaterial, como debatido no segundo capítulo, como representado no diagrama abaixo.

Figura 2 - Diagrama das mediações para a produção antropológica na burocracia estatal



Como apontado por Dorothy Smith (2005), grande parte das relações estabelecidas entre pessoas e instituições são mediadas por documentos. Por meio de documentos e também de interações face a face são construídas novas ações, perspectivas de atuação, conceitos, propostas. Assim como a rotina de trabalho na execução das ações estatais para a salvaguarda do patrimônio imaterial se assemelha ao cotidiano de grande parte das repartições públicas, suas produções textuais e orais também. Os tipos de documentos, modelos, estrutura textual, linguagem são comuns a boa parte das atividades na administração pública. Elaboram-se documentos que visam comunicação, como ofícios, despachos, *e-mails* e apresentações em *powerpoint*. Outros que tem como finalidade planejar e executar orçamento, como planos de ação, projetos básicos, termos de referências, ou projeções mais amplas para ação estatal, como o planejamento plurianual e os planejamentos estratégicos institucionais. São redigidos documentos que visam estabelecer orientações e posicionamentos, como notas técnicas e pareceres. O objetivo desses documentos é possibilitar a ação estatal sobre determinado fenômeno.

Esses produtos possuem uma estrutura estabelecida em manuais de redação oficial ou são aprendidos a partir da observação. Tanto os documentos como as ações são enquadradas por regramentos específicos, como leis, decretos, portarias. Além disso, o profissional aciona uma determinada linguagem informada pela estrutura ampla da administração pública federal, pela política pública específica em que está atuando – no caso a da preservação do patrimônio

–, pela teoria antropológica e pelo campo de atuação. Nas linhas que se seguem irei discutir essa produção textual e oral.

4.3.1. *Linguagens e desentendimentos produtivos de uma “antropologia patrimonial”*

Lúcio é um antropólogo que construiu toda a sua carreira na área de ensino e pesquisa. Ainda que discutisse e investigasse temas afeitos ao patrimônio, museus e memória e sua produção acadêmica repercutisse entre os servidores das instituições estatais de preservação, até recentemente pouco tinha colaborado mais diretamente com as ações do Iphan. Quando começamos a conversar, uma das primeiras coisas que perguntei foi sobre essa mudança de lugar. Ele, então, me chamou atenção para uma diferença de “linguagem” e os “desentendimentos”, como denominou.

Lúcio: Entre essa antropologia na academia e a antropologia que o [Felipe] chama de antropologia patrimonial, no caso específico de um conjunto de categorias que você usa aqui; eu acho que entre uma e outra tem uma espécie de um *abismo* [ênfase na fala]

Diana: Como assim abismo?

L: Abismo pelo seguinte porque as táticas e estratégias de uma agência de preservação [...] de patrimônio, como o Iphan, é uma; o horizonte é um. As táticas e estratégias, o horizonte de uma pesquisa acadêmica são inteiramente diferentes, né? Embora possa haver intercessão e etc., apropriações recíprocas, né? Eu venho aqui por exemplo [em reuniões de trabalho no Iphan], eu me dou conta, como etnógrafo, da complexidade do trabalho de vocês. E como que a crítica às categorias que vocês usam ou tipo ao modo de entendimento de Antropologia de vocês faz sentido nessa perspectiva, não é? Porque quando vocês estão pensando no registro de uma determinada é... celebração... vocês têm que dar conta disso dentro de um vocabulário jurídico, na linguagem de direitos, né? É uma atuação dentro do Estado, é o reconhecimento do Estado em relação a essas populações. E aí é também uma determinada concepção de Estado, né? Uma concepção democrática e pluralista da sociedade e onde os antropólogos, em princípio, tem alguma coisa a dizer. *So far so good, okay?* Agora, do ponto de vista do horizonte acadêmico, não é.

(Entrevista em 2019)

Comentarei adiante sobre essa “antropologia patrimonial” que Lúcio faz referência. Por ora, esse vocabulário jurídico, a linguagem de direitos, especificamente voltada para a salvaguarda do patrimônio imaterial, é uma das mediações que procurei representar no segundo

diagrama. É uma comunicação que, ao mesmo tempo, abarca tanto a teoria antropológica, já que informa determinadas abordagens referentes ao patrimônio cultural imaterial, quanto precisa dialogar com as demais instâncias institucionais dentro do Iphan e fora dele.

Lúcio também pondera sobre a variação dessas linguagens de acordo com os diferentes objetivos das abordagens de antropólogos que trabalham no Iphan e aqueles que estão desenvolvendo uma pesquisa. Para isso, começou exemplificando sobre disputas e conflitos entre os atores envolvidos em uma situação em que havia grupos favoráveis e outros contrários à preservação de um objeto ou à salvaguarda de uma prática.

Lúcio: Eu comecei a ver que, de um lado, aquela visão generosa que a gente tá esperando encontrar [no campo], “Ah! Não tá todo mundo a fim de preservar, né?”. Do outro lado, a galera “não, de jeito nenhum”. Para o antropólogo uma e outra perspectiva são importantes em termos de relação, né? “Cara, o negócio aí não é... não há unanimidade aí. Esse negócio tá muito fragmentado”. E o trabalho do etnólogo, o do etnógrafo é descrever e analisar isso. Agora, se eu sou um antropólogo trabalhando no Iphan, eu tenho que ter o meu filtro, né? Vai ser muito importante ouvir ou ler uma análise antropológica falando dessas diferenciações todas, mas eu tenho um trabalho definido a partir de outro horizonte: como é que eu defino isso como bem cultural? Quem é que são os detentores? Porque é assim que eu tenho que encaminhar, democraticamente ouvindo eles, mas de qualquer maneira isso tem que ser... Então eu acho que tem aí uma diferença de vocabulários que não é para dizer: “Ah! Isso aqui tá muito ossificado. Isso aqui é muito... muito batido. Isso aqui é muito etnocêntrico. Esse aqui não é”. Não é isso, são horizontes diferentes, entendeu? São mundos diferentes. Um antropólogo atuando dentro do Estado e o outro. O mesmo pode fazer esses dois universos, entendeu? Não vejo nenhum problema nisso. O desafio é você não ficar enfeitado nem por uma nem por outro vocabulário. Você chegar aqui e cobrar dos técnicos algo que você cobra de uma dissertação de mestrado, de uma tese de doutorado, não é? Porque aqui o que você pode fazer é trazer essa complexidade, trazer essa série de... de... de sugestões. “E olha, cara, o negócio ali é meio enrolado. Esse pessoal acredita que aquele vaso lá fala, entendeu? Eles fazem essa festa é para o Divino, pô. E eles têm uma relação com o Divino, o Divino interfere na vida deles”. Isso não vai ser trazido numa... Não, você não pode colocar essa linguagem tal qual para encaminhar juridicamente. E o outro risco maior que eu acho é de você banalizar isso também. “Ah! Sim, tá ok, folclore, folgedos, costumes culturais”. Objetificar desse modo banalizado. “Assim, cara, olha, do ponto de vista antropológico isso aí é um modo de produção da vida para eles. É o modo deles existirem”. Então, não é só uma questão de ter bens culturais e ser tombado. [...] Todas essas complexidades um etnógrafo, em princípio, pretende dar conta. Eu penso que o antropólogo no Iphan ele tem que estar atento a isso para a qualidade dos relatórios, para a qualidade dos pareceres. [...] Minha experiência aqui veio me trazer meio... meio desencadear uma certa atitude... é... cuidadosa, entendeu? Mais humilde no sentido de dizer que essa galera tá enfrentando problemas que eu não enfrento, que não tenho que responder, entendeu? Mas eles têm, então, um vocabulário deles. Faz sentido. Não é... Então tem aí uma cultura dos técnicos. (Entrevista em 2019)

Entendo que essa “cultura dos técnicos” que Lúcio identificou se relaciona aos conhecimentos específicos construídos na atuação do Iphan, as práticas institucionais, um conjunto de crenças compartilhadas a respeito da preservação e da salvaguarda e das possibilidades e potencialidades dessa atuação no mundo. Essa “cultura dos técnicos”, em parte

dialoga com os demais antropólogos e cientistas sociais na academia; em outras partes dialoga com antropólogos e cientistas sociais em outras instituições estatais; em outras partes é compartilhada com os demais profissionais de instituições de preservação do patrimônio; em outras partes dialoga com servidores públicos de diferentes instituições; e assim por diante. Por outro lado, o não reconhecimento dessas aproximações e, principalmente, de suas diferenças podem gerar ruídos e desentendimentos.

Lúcio: Então, eu acho que a virtude dessa colaboração entre antropólogo entre na academia e antropólogos no Estado vem exatamente da diferença; vem exatamente dos mal entendidos; vem exatamente do desentendimento recíproco, né? [...] Assim, então, parte desse mal entendido; essas intervenções onde a crítica sobre o vocabulário de vocês vem sem essa atenção ao contexto que vocês atuam, os objetivos que vocês têm, o vocabulário que vocês têm que usar para se defender, [...] vocês estão falando com outras pessoas. Eu tô falando com meus pares; eu tô falando com os meus entrevistados, os sujeitos do campo. Então, eu acho que reconhecer essa diferença reconhecer esse desentendimento é fundamental. (Entrevista em 2019)

Em 2018, eu estava acompanhando uma reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial já como aluna do doutorado. Essa é uma câmara do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural¹³⁸ criada especificamente para debater os encaminhamentos possíveis dos processos de Registro de bens culturais imateriais ainda em seus estágios iniciais e intermediários. Compõem a Câmara um conjunto de 3 a 5 conselheiros, além da direção do Departamento do Patrimônio Imaterial. Os *técnicos* envolvidos nos processos de registro acompanham a reunião a fim de fornecer subsídios sobre os temas em pauta. Durante a reunião, são lidas as notas técnicas¹³⁹ elaboradas por servidores do Iphan em que analisam os pedidos de Registro a respeito da: (1) adequação documental frente às normativas específicas para pedido; (2) pertinência do pedido em relação aos critérios estabelecidos pelo Decreto 3.551/2000 (BRASIL, 2000), a saber, ter relevância nacional, ser referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira e possuir continuidade histórica; (3) possíveis encaminhamentos, como arquivamento ou continuidade do processo e estratégias para a instrução processual, para a pesquisa e documentação a respeito do bem cultural.

Naquele momento, havia alguns novos conselheiros na Câmara e, após a leitura de uma nota técnica, iniciou-se uma discussão sobre o uso do termo “*comunidade detentora*” pelo técnico. A crítica expressada pelo conselheiro – e apoiada por uma outra técnica do

¹³⁸ Sobre o Conselho Consultivo, comentei mais detidamente no segundo e terceiro capítulos da tese.

¹³⁹ Sobre a definição de *notas técnicas*, ver nota 116. Adiante comentarei novamente esse tipo de documento.

departamento – era que o conceito de “comunidade” havia sido superado nas discussões sociológicas e antropológicas e já não era mais acionado desde os anos de 1970. Dessa forma, seu uso na nota técnica não auxiliaria na compreensão do bem cultural e poderia levar a imprecisões.

Os chamados estudos de comunidade, inspirados na Escola de Sociologia de Chicago, tiveram uma forte presença nas pesquisas das Ciências Sociais brasileiras em fins da década de 1940 e 1950 principalmente com Emílio Willems, Donald Pierson e Charles Wagley, entre outros. Esses estudos se referiam a “uma cultura local, a uma unidade espacialmente delimitada, parte integrante de uma sociedade maior e mais complexa, e [teriam] empregado em sua maioria, métodos etnográficos” (WAGLEY *apud* JACKSON, 2009: 274). Portanto, apresentavam um grande conjunto de elementos empíricos em algumas regiões brasileiras, como na Amazônia por exemplo, e se preocupavam com questões relativas à mudança social e cultural. Em que pese a grande diversidade de questões e problemas distintos, para seus defensores, o conjunto de estudos de comunidade possibilitaria “o conhecimento empírico da cultura nacional brasileira” (WAGLEY *apud* JACKSON, 2009: 274).

A crítica aos estudos de comunidade, segundo Luis Carlos Jackson (2009), partira especialmente de pesquisadores da Universidade de São Paulo, como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Antonio Candido, e se pautavam tanto em divergências teóricas quanto também políticas nas disputas por modelos de ensino e pesquisa entre as emergentes instituições de pesquisa no Brasil. Questionavam o empirismo excessivo e as descrições de eventos observados que, segundo seus detratores, não possibilitavam análises aprofundados e nem levavam a teorizações. Ademais, os críticos apontavam que eram desconsiderados processos históricos e relações societárias mais amplos, pois os estudos de comunidade possuíam uma grande delimitação especial e temporal. Por fim, o conceito de comunidade terminava sendo muito impreciso e era usado indiscriminadamente para se referir a contextos sociais complexos.

Na nota técnica que suscitou discussão na Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, o termo comunidade também era usado de maneira indiscriminada e de forma imprecisa. Entretanto, a técnica que havia escrito o documento, uma historiadora, não conhecia essa discussão e, após a reunião, veio me perguntar qual era o debate nas Ciências Sociais em torno do conceito. Ela utilizou esse termo porque a expressão *comunidade detentora* se consolidou no vocabulário das ações para a salvaguarda do patrimônio imaterial nos últimos 20 anos para se referir aos grupos sociais que produzem e reproduzem os bens culturais imateriais.

Naquele momento da reunião, eu percebi que o debate em torno do uso de *comunidade detentora*, embora pertinente, gerava também um ruído. Enquanto o conselheiro criticava o uso de *comunidade* como uma categoria analítica, a técnica o acionava como uma categoria nativa. *Comunidade detentora*, naquele contexto específico, é uma terminologia consolidada nacional e internacionalmente para se referir aos indivíduos e grupos sociais que produzem determinadas práticas culturais que, por sua vez, são categorizadas pelo Estado e suas instituições como patrimônio cultural imaterial – *celebrações, saberes, lugares ou formas de expressão* – para as ações estatais.

A expressão *detentores* já aparece nas primeiras publicações institucionais sobre o registro de bens culturais imateriais, em um dos livros do que chamei de *kit básico* no segundo capítulo, como “detentores do conhecimento”, “detentores do saber”, “detentores da tradição”, “detentores desse patrimônio” (IPHAN, 2006b). Nesse momento ainda inicial da implementação das ações e da política, *detentores* surge qualificado para indicar o que esses indivíduos e grupos possuem. Uma vez que o patrimônio cultural imaterial busca ressaltar os processos sociais e culturais que permeiam os bens culturais, as ações de valorização deveriam ser voltadas para esses grupos e indivíduos.

Em um dos artigos d’*O Registro do Patrimônio Imaterial*, Maria Cecília Londres, ao debater a noção de referências culturais gestada em fins de 1970 e 1980, afirma que:

Essa perspectiva está bem distante de uma visão – que é a que costuma ser adotada pelos folcloristas – que interpreta as manifestações da cultura popular a partir de uma visão mítica de tempo, enfatizando o seu caráter repetitivo, opondo tradição à mudança. Ao tentarem resgatar ou preservar a autenticidade dessas manifestações, esses estudiosos na verdade estão tentando preservar seus próprios valores, convertendo a cultura popular em símbolo de um tempo perdido e em refúgio para a vida moderna. Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de referência cultural – tal como é entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também do destino de sua própria cultura. Não é preciso chamar a atenção para as implicações políticas dessa perspectiva, nem para seus limites em situações concretas, quando até o termo “comunidade” pode servir para encobrir interesses de grupos locais mais poderosos, de autoridades políticas, etc. Essas experiências de trabalho, iniciadas no CNRC e incorporadas na Fundação Nacional Pro-memória, criada em 1979, contribuíram para a elaboração do documento *Diretrizes para operacionalização da política cultural* do MEC, de 1983, fruto do trabalho coletivo das várias instituições que integravam a Secretaria de Cultura do MEC, criada em 1981 e entregue a Aloísio Magalhães. Nesse documento, é claramente afirmado o princípio da parceria entre Estado e comunidade na produção e preservação dos bens culturais, o que, no entender de alguns, soava falso em um período de ditadura militar. Além disso, criticava-se também uma imagem idealizada da cultura popular, que obscurecia a dimensão da subalternidade, das contradições e dos conflitos com que esses grupos se debatiam. Na verdade, o discurso da participação revelava claramente o seu caráter contraditório: enunciado pelo Estado, só podia, no entanto, ser concretizado por iniciativa da sociedade. (FONSECA, M. C. L., 2006: 93-94)

Nesse texto, originalmente escrito nos anos de 1990, e republicado em algumas publicações do Iphan, a palavra detentores não adjetiva comunidade e apresentam-se juntas no texto de maneira complementar. Comunidade está colocada em dois sentidos. Primeiro, como um termo escorregadio que poderia ser utilizado em agenciamentos políticos paternalistas e, depois, como sinônimo de sociedade civil. Na passagem, tampouco, os grupos sociais que fazem o patrimônio e cultura popular são colocados como um conjunto homogêneo ou harmônico, pelo contrário. Aparecem ainda como sujeitos de direito que deverão protagonizar as ações de preservação de maneira colaborativa com o Estado; e este carrega também suas contradições. Com isso quero destacar que os termos, aqui, não são tomados sem problematizações, ainda que exista claramente uma defesa da perspectiva da participação.

No cenário internacional, a palavra inglesa *bearer* – que pode ser traduzida como portador ou, menos comum, detentor – também aparece no vocabulário das políticas para salvaguarda do patrimônio imaterial. Nas discussões que precederam a construção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a Unesco solicitou a um grupo de especialistas a construção de um glossário. Os 33 verbetes foram apresentados em ordem alfabética, mas na apresentação é informado que poderiam ter sido reunidos também por afinidade (UNESCO, 2002: 3). Nessa forma de organização, abaixo do termo agência (*agency*, no original) é apresentado o seguinte conjunto: portador (*bearer*), criador (*creator*), guardião (*custodian*), praticante (*practitioner*), pesquisador (*researcher*), administrador (*administrator*) e gestor (*manager*). Consta também um conjunto de termos para comunidade (*community*): comunidade cultural (*cultural community*), comunidade indígena (*indigenous community*) e comunidade local (*local community*).

Na definição de portador – ou detentor como se consolidou no Brasil – aparece essa vinculação entre o *detentor* como parte de uma *comunidade* mais ampla.

Portador [ou detentor]: um membro de uma *comunidade* que reconhece, produz, *transmite*, transforma, *cria* e forma uma certa *cultura* na e para a *comunidade*. Um portador [ou detentor] pode ainda desempenhar um ou mais dos seguintes papéis: *praticante*, *criador* e *guardião*. (UNESCO, 2002: 4, grifos no original; tradução livre)¹⁴⁰

¹⁴⁰ Na edição, os grifos em itálico indicam palavras que possuem definições no glossário. No original: **Bearer**: A member of a *community* who recognizes, reproduces, *transmits*, transforms, *creates* and forms a certain *culture* in and for a community. A bearer can, in addition, play one or more of the following roles: practitioner, creator and custodian (grifo no original).

Já para comunidade indicam uma relação com território e práticas compartilhadas, mas é descrito principalmente como uma autopercepção vinculada à identidade.

Comunidade: pessoas que compartilham um senso de conexão autoatribuído. Isso pode ser manifestado, por exemplo, em um sentimento de identidade ou em comportamentos comuns, assim como em atividades e território. Indivíduos podem pertencer a mais de uma comunidade. (UNESCO, 2002: 4, grifos no original; tradução livre)¹⁴¹

Esses são apenas exemplos de como a expressão apareceu logo no início da formulação e implantação da política de salvaguarda. Em 2016, o Iphan publicou uma portaria que estabelece as diretrizes, princípios, objetivos, macroprocessos e instrumentos de trabalho do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Uma portaria que visava comunicar, publicamente, a maneira como o Iphan foi estruturando e implementando a política de salvaguarda do patrimônio imaterial. O segundo artigo dessa portaria traz algumas definições, entre eles, detentores:

Detentores – denominação dada às comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou seus bens culturais associados, e para os quais o bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Os detentores possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo. (IPHAN, 2016: art. 2º, inciso VI)

Dessa forma, *detentor* ou *comunidade detentora* é um exemplo de uma linguagem específica construída a partir do horizonte de atuação com a salvaguarda do patrimônio imaterial. Em certo sentido, é uma terminologia que busca comunicar mais do que um mero “público-alvo da ação estatal”, uma vez que expressa também um sentido de “posse” sobre o patrimônio. Isso, em certo sentido, é o que garante e justifica o protagonismo e a participação desses indivíduos e grupos nas ações de salvaguarda como sujeitos de direito. Ao mesmo tempo, ainda que seja uma expressão deveras específica dessa área, consegue comunicar para outras instâncias estatais – como procuradores, administradores, agentes de controladoria, outras autarquias e ministérios, etc. – o papel social que aqueles indivíduos e grupos sociais desempenham para essa política.

¹⁴¹ No original: **Community**: People who share a self-ascribed sense of connectedness. This may be manifested, for example, in a feeling of identity or in common behaviour, as well as in activities and territory. Individuals can belong to more than one community. (grifo no original)

Nesse sentido, é uma forma de classificação estatal abrangente que inclui diversos indivíduos e grupos sociais que até o seu contato inicial com o Iphan não viam a si mesmos como *detentores*. Em muitos bens culturais imateriais, os praticantes possuem suas próprias formas e regras para nomeação de si e de seus mestres. No Maracatu Nação,¹⁴² se denominam de maracatuzeiros. No Teatro de Bonecos, como bonequeiro, mamulengueiro, brincante, entre outros. No Ofício de Mestre de Capoeira e Roda de Capoeira, são os capoeiristas. Ainda que os técnicos do Iphan respeitem e usem também as formas de nomeação dos grupos específicos, a classificação como *detentor* é comumente acionada.

A utilização do termo *comunidade* para se referir a um público-alvo de uma ação estatal não é exclusiva da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, ainda que a qualificação como *detentora* seja. Luciana Carvalho (2011) analisou os processos de permanência e mudança social a partir de sua experiência como consultora em um projeto voltado para o fomento da produção e comercialização de artesanato das cuias na cidade de Santarém no Pará. O projeto partira da presunção de que haveria uma comunidade: “na lógica dos projetos, frequentemente atada a tipificações e objetificações exigidas por técnicos, avaliadores e financiadores, muitas inferências são feitas antecipadamente por formuladores sem conhecimento das realidades etnográficas extremamente complexas em que se pretende atuar” (CARVALHO, 2011: 28). Em campo, a autora se deparou com a ocorrência de grupos fragmentados e até mesmo com a dificuldade de uma definição territorial precisa e contígua para o projeto. Por fim, entre alguns dos efeitos desse projeto, Carvalho aponta, houve uma mudança nas formas de organização social das artesãs que, incentivadas, acabaram se constituindo como uma comunidade artesã, ainda que com seus dissensos, diferenciações internas e autonomia individual.

Trouxe, aqui, a recordação daquela discussão sobre *comunidade (detentora)* durante a reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, pois é uma das categorias das Ciências Sociais que ganharam novos sentidos e usos nas ações com patrimônio imaterial. Marina Zacchi (2019), interessada em refletir sobre a contribuição dos conhecimentos antropológicos para as políticas voltadas para a valorização da diferença e da diversidade cultural, analisou especificamente os *dossiês* de registro de bens culturais imateriais. Nesse trabalho, Zacchi buscou identificar as principais categorias antropológicas acionadas nos textos e as implicações, potencialidades e tensões que esses usos podem ocasionar. Ela explora quatro categorias que considerou estruturantes da abordagem antropológica no patrimônio cultural: bem cultural,

¹⁴² Para a lista completa dos bens culturais registrados, ver apêndice D.

sistema, interação e reflexividade. Acrescento ainda outras. É recorrente encontrar, no texto dos *dossiês*, a sugestão de que aquele bem cultural é um fato social total, em clara referência ao conceito maussiano, ou que aquelas práticas colaboram para o estabelecimento de laços de solidariedade, em referência ao conceito dukheimiano.

Os “*dossiês de bens registrados*” se referem a uma multiplicidade de documentos. Pode ser o conjunto de documentos reunidos durante o processo de registro – i.e. ao processo administrativo para instituir a proteção legal de um bem cultural pelo Estado brasileiro –, de acordo com a Resolução n. 001/2006 (IPHAN, 2006c). Também se refere a um desses documentos em particular: o texto monográfico que busca descrever e produzir conhecimento a respeito de uma prática cultural patrimonializável e que irá subsidiar a decisão final do Conselho Consultivo e do Iphan a respeito do seu registro. É também o nome de uma coleção de livros do Iphan, impresso em edição de luxo com capa dura e papel de alta qualidade, em que são publicados esses textos monográficos após revisão e editoração. No caso da pesquisa de Zacchi, ela se baseou tanto nos livros da coleção como também nos textos monográficos que ainda não passaram pela editoração para sua publicação nessa coleção.

Observo que esses textos monográficos são produzidos sob a orientação de técnicos do Iphan a respeito de sua estrutura básica, informações obrigatórias e, em geral, passam por diversas revisões para aprovação. Entretanto, são escritos por pesquisadores externos contratados por meio de *licitações*, *convênios*, *termos de colaboração* ou ainda *termos de execução descentralizada* com universidades. Dessa forma, os *dossiês*, juntamente com os *inventários*, talvez sejam os *produtos* de trabalho que, em sua linguagem, mais realizam a transposição do arcabouço teórico da antropologia para uma produção de conhecimento voltada para a salvaguarda do patrimônio. Quanto a isso é importante ressaltar que essa produção de conhecimento não tem um fim em si mesmo e é realizada com a finalidade de reunir informações que possibilitem uma atuação no mundo social. Giovana é antropóloga e foi uma das minhas interlocutoras; ela já não é mais servidora do Iphan, entretanto, quando lá esteve atuou em diferentes unidades do Iphan e em diferentes posições e, em sua fala, ponderou justamente sobre isso.

Giovana: E essa coisa de qual a finalidade daquilo também? Era uma coisa que conversei com [nome de uma técnica do Iphan] quando a gente foi fazer o treinamento [para a pesquisa de instrução de um processo de registro]. Você tem uma pessoa que é especialista e tem pesquisa, mas a pesquisa não dá para a gente usar para fazer a prática, [inaudível] e aí a galera não quer saber disso, né? (Entrevista em 2018)

Isso se relaciona também ao que Lúcio destacou em sua fala no início dessa seção. O horizonte de atuação para a salvaguarda do patrimônio imaterial requer um conjunto de informações e descrições precisas. É necessário descrever qual é o *bem cultural*, objeto de intervenção; mapear quem são os *detentores*, interlocutores e partícipes das ações, e conhecer também suas formas de organização e representação; delimitar com clareza todo o território – contíguo ou não – onde se localiza o bem cultural, pois a ação não pode se restringir a um pequeno grupo ou localidade, uma vez que é inclusiva. Esses requisitos podem gerar a impressão de que as práticas culturais estão sendo objetificadas – e em certo sentido estão – ou que há uma perspectiva totalizante nesse olhar.

Durante as entrevistas, uma das interlocutoras expressou seu interesse no tema de pesquisa dessa tese e lembrou uma ocasião em que buscou travar esse debate apresentando uma comunicação sobre o trabalho no Iphan em um congresso de antropologia. Naquele momento, estava envolvida no acompanhamento de um projeto de *identificação* que se voltava para um bem cultural presente em um amplo espaço geográfico e com um grande número de grupos de *detentores*. Levando em consideração a proposta da política de salvaguarda de inclusão e participação do maior número de agentes e *detentores* – que mencionei acima –, diversos projetos realizam um mapeamento dos grupos sociais envolvidos com o bem. Devido às limitações de recursos humanos e financeiros, muitas pesquisas independentes de suas finalidades – seja para produção de conhecimento ou para instrumentalização de ação – se deparam com a necessidade de estabelecimento de recortes territoriais. No caso específico que a interlocutora havia trabalhado, a opção foi a constituição de um espaço de discussão entre pesquisadores contratados, técnicos do instituto e representantes da *comunidade detentora* para selecionar os locais em que ocorreria esse mapeamento para que os resultados fossem representativos da diversidade do bem cultural. A construção de um consenso em torno das localidades selecionadas mostrava-se, para ela, um desafio teórico, prático e ético. Todavia, a recepção, no congresso, não foi a que esperava. O debate havia girado em torno de uma pretensão totalizante da pesquisa sobre o bem cultural e isso seria, conceitualmente, inapropriado. A interlocutora relatou ter se sentido incompreendida, pois sua expectativa por um mapeamento o mais extenso possível não partia de uma perspectiva teórica totalizante; apenas da necessidade almejada de atingir o conjunto de grupos sociais que realizam o bem cultural.

Essa questão sobre distribuição territorial dos grupos, assim como a definição da classificação do bem cultural em um dos livros de registro – a saber, celebrações, lugares,

saberes e formas de expressão –, seleção (e a não seleção) de bens culturais para reconhecimento nacional e construção de diálogo com representantes das *comunidades detentoras* são alguns dos desafios de operacionalização e instrumentalização do conhecimento antropológico para a execução dessa política pública. Creio que isso se aproxima do que James C. Scott (1998) sugere ser uma visão de Estado (*seeing like state*), que utiliza determinados métodos científicos para tornar inteligível o mundo a partir da produção de dados que possibilitem a intervenção e o controle, o que por sua vez gera simplificações, classificações e tipificações exógenas aos contextos sociais particulares. No caso de algumas políticas atuais de garantia de direitos e de valorização da diversidade cultural, os métodos e conhecimentos utilizados são das Ciências Sociais, em particular, da Antropologia e não apenas da Estatística, Economia, Geografia, entre outras, ainda que não seja uma novidade haja visto a utilização de etnografias no contexto do colonialismo, em particular britânico (ASAD, 1973).

Lúcio fez menção também, em sua entrevista, a uma “antropologia patrimonial”, expressão que ouvira de Felipe. Então, procurei-o para compreender o que poderia significar, já que não era familiarizada com o termo. Felipe era um alto gestor no Iphan e não tinha formação em Ciências Sociais ou Antropologia, tendo se aproximado dessas áreas devido ao seu interesse no patrimônio imaterial. A “antropologia patrimonial”, para ele, é a produção de uma linguagem e de estratégias de atuação voltadas para a preservação a partir de um conhecimento antropológico.

Felipe: Na verdade, durante esse processo que a gente tem aqui de registro, eu ia nos lugares. Eu ainda continuo indo, mas nos primeiros anos eu fui em quase todos os lugares, superintendências e eu via que esses trabalhos que a gente fazia com a universidade eles nos trazem alguns problemas. Como até hoje traz. E por que isso? Porque eles trabalham na perspectiva acadêmica, então parece muitas vezes que aqueles dossiês que são escritos são teses; que eles estudam, né, claro que a comunidade tem participação na construção disso. Mas, eles não compreendem que aquilo ali será uma política de preservação do patrimônio cultural que tem implicações e responsabilidades para um órgão estatal, que aquilo ali só é, na verdade, uma produção de conhecimento que vai embasar a realização de um pacto sociocultural entre comunidade e Estado e que tem consequências. Então, na verdade, quando eu coloquei isso era no sentido de que o Iphan, nesses anos, ele criou uma antropologia do patrimônio, patrimonial mesmo, com princípios, com diretrizes, com regras, que ainda estão desorganizadas porque ainda estão em documentos, em atas, notas técnicas, pareceres, não foi ainda sistematizado, mas que é de fato algo muito peculiar é muito particular mesmo, entendeu? Porque, ao mesmo que trabalha com a questão... das questões realmente de vivência, né? Com a vida. Agora eu tava, em [cidade], o [nome de um conselheiro do Conselho Consultivo] foi participar do primeiro dia da abertura do encontro [do bem cultural em processo de registro]. Aí veio me encontrar alucinado porque ele tava impressionado com aquilo e ele ia cancelar a viagem dele no outro dia para [outra cidade] porque ele queria ir todos os dias. Ele foi todos os dias. (Entrevista em 2019)

Diana: Qual era o encantamento dele?

F: O encantamento dele era a prática, era a construção ali com as comunidades sobre essa ideia de patrimônio. [...] Então é muito nessa ideia, Diana, de que muitas vezes chega alguns trabalhos para gente que são trabalhos maravilhosos do ponto de vista acadêmico porque ali tem um olhar antropológico mesmo sobre aquele patrimônio cultural, mas as diretrizes da política que foram sendo construídas, os princípios que as norteiam, elas ficam muito de fora porque foi algo que é muito do Iphan.

Perguntei a ele também sobre os princípios e diretrizes aos quais ele se referia e que a seu ver ainda estavam desorganizados. Felipe, então, me falou que era, por exemplo, a questão da participação social. Os princípios e diretrizes das ações com a salvaguarda do patrimônio imaterial aparecem desde as primeiras publicações institucionais (IPHAN, 2006a, 2006b, 2010) – como aquelas que analisei no capítulo 2 –, estão também em *folders* de divulgação, nas diversas apresentações de *power point* que foram utilizadas pelos diferentes gestores do órgão. Estão também na Convenção da Unesco de 2003. Passaram por algumas alterações ao longo do tempo, mas no geral se mantêm próximos. Novamente, na portaria de 2016, que mencionei anteriormente, os gestores da época procuraram organizar e explicitar esses princípios e diretrizes em normativas infralegais.

Como princípios tem-se:

I - a participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, reconhecimento e apoio e fomento, como condição *sine qua non*;

II - a descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e de gestão com vistas à autonomia dos atores sociais na preservação do seu patrimônio cultural;

III - a articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações, envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando a natureza transversal do patrimônio imaterial. (IPHAN, 2016: art. 4º)

Nos princípios, portanto, estão colocados o protagonismo e autonomia dos *detentores*, a base da ação a partir da participação social, a proposta de “letramento político” por meio do compartilhamento dos instrumentos e metodologias de trabalho e a percepção de que para a atuação na promoção e valorização do patrimônio é necessária uma ação articulada nas várias esferas da vida e com a ação conjunta de diferentes instituições.

Já as diretrizes são:

I - Promover e difundir a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, para todos os grupos, coletividades e segmentos que compõem a sociedade brasileira;

II - Fortalecer e difundir as bases institucionais, conceituais e técnicas do reconhecimento e valorização da dimensão imaterial do patrimônio cultural;

III - Contemplar, na sua execução, a diversidade e heterogeneidade dos contextos socioculturais existentes, priorizando, sempre que possível, grupos, segmentos e regiões menos atendidas pela ação institucional;

IV - Promover a salvaguarda dos bens culturais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, aos processos de transmissão de saberes e práticas constituintes da sua dinâmica e do fortalecimento dos seus detentores enquanto coletividades;

V - Promover a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial, articulando sociedade civil e instituições governamentais, respeitando as diferentes possibilidades de atuação e responsabilização dos atores envolvidos;

VI - Apoiar, por meio de mediação junto às instâncias competentes, o reconhecimento e a defesa de direitos difusos, coletivos, autorais e conexos e de propriedade intelectual no que se refere ao patrimônio cultural imaterial e seus detentores. (IPHAN, 2016: art. 5º)

As diretrizes, por sua vez, apresentam um conjunto de possibilidades amplas e gerais que visam pôr em ação os princípios. É possível identificar uma aproximação com uma perspectiva antropológica de respeito ao “ponto de vista nativo”, prevalência dos direitos dos grupos sociais e populações pesquisadas, respeito aos códigos culturais, compartilhamento de informações, entre outros.

Para Felipe, a “antropologia patrimonial”, então, é a interseção entre as metodologias de trabalho da antropologia enquadradas dentro desse arcabouço legal voltado para uma ação estatal que, principalmente, gera consequência e obrigações para o Estado, uma vez que registrando um bem cultural deverá realizar ações específicas voltadas para o fortalecimento e a sustentabilidade da prática cultural.

Felipe, então, deu alguns exemplos de situações em que ele identificava essa especificidade de atuação.

Felipe: Então, eu estive em [cidade/estado/localidade]. [Nome de um servidor do médio escalão] já tinha ido lá. Fui recentemente conversar com o pesquisador que tá na frente desse processo do [nome do bem cultural], que é da universidade, né? E você via que a condução dele naquele processo era condução muito própria dele, de um pesquisador que tá estudando aquilo ali dentro da formação dele de professor, de antropólogo. Mas, você vê que, em diversos momentos, eu precisei lembrar, eu vou falando [...]: “Olha, mas assim com a política de patrimônio do patrimônio imaterial do Iphan não é assim que a gente trabalha. Seu papel aqui nesse processo é muito mais de ouvidor sobre esse patrimônio do que de ser uma espécie de intérprete”. [...] Então, por exemplo, ele apontava – agora que tá vindo – determinados elementos que eram importantes para ele porque dentro da sua formação e da sua visão pessoal aquilo era importante, quando, na verdade, você via que, em realidade, a comunidade apontava para um outro caminho que não era aquele que ele queria. Eram, por exemplo, questões de vulnerabilidade do bem ou de determinado risco que só ela [a comunidade detentora] entendia assim e que ele não sabia que aquilo ali que era o elemento central para integrar no processo e colocar, inclusive, como uma ação de salvaguarda, e que depois a gente vai atuar na salvaguarda dessa forma, entende? (Entrevista em 2019)

Nesse exemplo, Felipe rememorou a construção de um *dossiê* de registro e as múltiplas mediações de linguagem que os atores envolvidos realizam. Qualifica o pesquisador contratado – um professor universitário – como um “ouvidor” das interpretações dos próprios grupos sociais envolvidos com o bem cultural do que um analista e intérprete dos processos sociais que presencia. Indica ainda a limitação da pesquisa aos contornos da ação e das demandas específicas apresentadas pelos detentores. Sendo essa uma política voltada para o fortalecimento de bens culturais, situações potenciais de risco a esse bem devem ser informadas e exploradas no texto a fim de orientar intervenções futuras. Por outro lado, a atenção a essas situações não necessariamente precisa estar presente em uma etnografia a depender da orientação, recorte e objetivos da pesquisa.

Como comentei anteriormente Felipe elaborou essas questões a partir do seu encontro com a antropologia por meio do patrimônio imaterial, já que sua formação é outra. Essa transposição da linguagem antropológica para a linguagem estatal leva a simplificações e tipificações que, para Felipe, são necessárias a fim de comunicar com os demais atores e instâncias do aparato estatal.

Felipe: Um outro problema que eu vejo que essa linguagem que foi construída, essa linguagem que é do campo, ela distancia um pouco, dificulta a compreensão por quem... por todos. Eu digo por mim que, quando se falava em cosmologia do povo Wajãpi,¹⁴³ eu não sabia o que era porque não é do meu universo, entendeu? Não é do meu mundo. Toda ciência tem, claro né? Mas, eu digo, quando algo é muito próximo da cultura popular e de comunidades tradicionais aquilo que é grande parte do nosso objeto de trabalho, a gente tem uma necessidade de simplificar um pouco mais. Não é reduzir. É tornar ela acessível, embora preserve o núcleo duro que é uma ciência que tem seus termos, claro. (Entrevista em 2019)

Essa fala de Felipe me remete novamente ao diagrama do início dessa seção. A atuação e a produção realizadas na instituição precisam se fazer comunicar com um conjunto amplo de atores, de instituições e de legislações que as permeiam. Cabe ainda observar que existem outras áreas do saber que informam a atuação estatal no contexto da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Além da Antropologia, existe um grande aporte também da História e potencialmente da Geografia, por exemplo, e destacar essa interrelação com a antropologia não exclui as demais possibilidades.

¹⁴³ Em 2002, foram registrados os dois primeiros bens culturais imateriais: o Ofício de Paneleiras de Goiabeiras e a Arte Kusiwa: pintura corporal e arte gráfica do Povo Wajãpi; para a lista completa dos bens registrados até o momento de redação dessa tese, ver apêndice D.. Optei por não omitir o nome desse bem cultural, uma vez que ele não está relatando uma situação de trabalho, mas utilizando um dos primeiros bens culturais registrados para dar um exemplo da dificuldade que sentia com os conceitos e expressões do Antropologia que se encontram nos materiais e documentos do patrimônio cultural imaterial.

4.3.2. *A percepção dos Técnicos sobre a produção de documentos*

Essas linguagens são utilizadas nas diversas formas de produção da administração pública. A estrutura, formato, finalidade e contexto de produção e acumulação dos documentos aqui apresentados são comuns aos diferentes contextos administrativos-burocráticos, assim como a produção de profissionais em instituições de ensino e pesquisa são comuns em diferentes disciplinas e áreas do saber. Nas universidades, a produção textual, em geral, se concentra em trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, artigos, livros, *papers*, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, relatório de atividades, atas de reunião, declarações, pareceres para revista, cartas de apresentação/ intenção, etc. A produção oral se realiza por meio de aulas, conversas informais entre pares e com alunos, reuniões de orientação, palestras e comunicações em seminários e congressos, entre outras atividades.

Já na estrutura administrativa-burocrática, a produção textual comum é de ofícios (e memorandos e despachos), pareceres, notas técnicas, laudos, planos de ação, planos de trabalho, planilha orçamentária, projetos básicos, termos de referências, editais de chamamento público, relatórios de atividades, atas de reunião, legislações e normativas, etc. A produção oral ocorre por meio de oficinas, seminários, encontros, reuniões, etc. Alguns documentos possuem uma linguagem e informações mais administrativas e outros possuem uma abordagem mais técnica. Por ora, entendo “técnico” como o termo que busca exprimir a interrelação entre conhecimentos científicos com sua aplicação prática e profissional no mundo social. Já como administrativos estou qualificando os documentos produzidos como meio para organização e gestão das atividades de trabalho.

Possivelmente, essa é apenas parte da produção mais visível no cotidiano de uma instituição de ensino e pesquisa e de uma instituição da burocracia estatal voltada para ação direta na sociedade. Giovana, ao sair do Iphan, passou a trabalhar como professora de ensino superior e comentou sobre a burocratização das atividades em uma universidade pública. Ela se coloca como uma funcionária pública que precisa também produzir documentos administrativos.

G: Eu tinha uma ideia que na universidade eu seria menos burocrata e hoje já vejo que era uma ilusão. Hoje na universidade eu fico lembrando dos colegas, que a gente se sente muito intelectual, mas a gente é antes de tudo e acima de tudo funcionário público, viu porque... E assim, todos os processos da universidade são muito burocratizados. Então aquilo que pensava: “ah, eu vou ter mais autonomia de escolher meu projeto de pesquisa, meu tema de pesquisa do que eu tenho autonomia de decidir,

que eu tenho de decidir do que vou estar trabalhando aqui enquanto técnica do Iphan”. Tenho, né? Mas assim... É um processo de procurar um edital, fazer o projeto. Faço um projeto de extensão, tenho que registrar numa outra plataforma; se for de pesquisa, numa plataforma, dependendo da agência de fomento; se for extensão em outra plataforma. Se precisar de consentimento, como que é... passar pelo comitê de ética é outra plataforma. Depois tenho que colocar no *Lattes* isso, depois tenho que preencher um PAAD/ RAAD, que é o planejamento anual de atividade docente, que é o que vou fazer esse ano, e o RAAD, que é o que fiz, o relatório anual de atividade docente. E eu tenho que informar de novo aquilo que eu já informei... Outro dia eu contei. Eu tenho que lidar com uns 9 sistemas, sabe? Então, eu acho assim... É bem burocratizado e te engessa também (entrevista em 2018)

Durão e Lopes (2011), ao discutirem a relação entre pessoas e instituições, apresentam a ideia de ambiente (*environment*, no original) como o contexto no qual se estabelecem as relações e conexões entre pessoas e suas idiossincrasias, os contextos organizações e processos de institucionalização. Essa proposta não é ontológica, mas sim relativa e contextual e busca compreender a relação de poder das instituições em processos de permanência e mudança. Adotando uma perspectiva de instituição de inspiração, principalmente, em Durkheim, Mauss e Weber, os autores entendem as instituições como uma forma de organização e classificação da ação e do pensamento. Dessa forma, a ideia de ambiente borra, em certa medida, as definições rígidas de fronteiras entre elementos não-institucionais e instituições fazendo-as coexistir e se relacionar. Os autores citam, então, como exemplo dessa correlação, que elementos não institucionais são as formas de classificação particulares que os usuários utilizam para organizar seus documentos nas pastas de seus computadores. Já como formas institucionalizadas estão os sistemas operacionais e programas que são usados para acumular e produzir os documentos, como o Windows e o pacote *Office*.

Rememoro essa leitura a partir do relato da Giovana sobre se sentir engessada por atividades burocráticas no contexto de institucionalização da escolaridade e da pesquisa científica. As plataformas e as estruturas de relatórios, que ela menciona, podem ser compreendidos como elementos institucionais que organizam e orientam ações, pensamento e discurso. Entretanto, os textos que são inseridos nos sistemas –o conteúdo dos campos, as frases, expressões, intencionalidade e seleções – partem de pessoas com suas idiossincrasias e referências.

Annelise Riles (2009), ao discutir os documentos como artefatos comuns da vida moderna, propõe que não são apenas objetos de análise, como também uma categoria analítica e uma orientação metodológica. A autora argumenta que diversos pesquisadores procuraram explorar os documentos a partir de uma gama de abordagens: discussões sobre sua autoridade e agência no mundo social e os efeitos decorrentes; a construção discursiva dos documentos;

circulação de documentos e redes; temporalidades; e, inclusive, uma discussão estética sobre os artefatos em si. A respeito da agência dos documentos e da prática de preencher formulários, Riles aponta que:

Um *insight* da nossa etnografia também diz respeito à capacidade dos documentos de colocar sua própria agência em suspenso, de modo que o que se torna visível no documento é a criatividade de outra agência (o ponto do formulário de referência preenchido, por exemplo, é o que é dito sobre o candidato, não a natureza do formulário ou as questões que ele coloca). Isso não é para negar que os documentos permitem apenas certos tipos de resposta e autodescrições. Mas, sugere que criticar os processos burocráticos pela maneira como eles impõem sua agência sobre nós e pelas limitações que impõem à nossa própria criatividade e agência seria perder os próprios meios pelos quais os processos burocráticos obrigam a criatividade dos outros em primeiro lugar. (RILES, 2009: 21, tradução livre)¹⁴⁴

Dessa forma, sugere que os limites estabelecidos por campos de formulários e sistemas, ao passo que orientam e restringem, também acabam por incentivar a criatividade dos agentes para encontrar as possibilidades infinitas das palavras dentro dos limites impostos num fluxo de ação e reação entre duas agências em interação. Assim, meu interesse nos documentos produzidos para a ação estatal das políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial focou-se na percepção dos agentes sobre a construção desses documentos e seus espaços de agência e criatividade. No lugar de discutir as tipologias dos documentos, suas estruturas, limites ou objetivos, buscarei matizar como são percebidas as tensões entre: racionalidade burocrática e conhecimento antropológico; informação/concisão e reflexão/elaboração; agir e pensar; além da incidência de múltiplos tempos; e a intencionalidade dos agentes.

Ainda que existam institucionalizações e documentos administrativos em boa parte das atividades profissionais nas sociedades modernas, o contexto da administração pública direta e indireta é o espaço, creio, de maior ênfase na racionalidade burocrática, o que termina sendo percebido quase como um fim em si mesmo. É nesse sentido que as práticas burocráticas se impõem sobre os agentes. Todavia, Guilherme – o interlocutor que disse perceber os processos administrativos como seu barco, como o meio para alcançar a finalidade de sua ação – qualificou um documento administrativo como parte de seu trabalho antropológico no Iphan, o que eu estranhei:

¹⁴⁴ No original: “One insight of our ethnography likewise concerns the capacity of documents to place their own agency in abeyance, such that what is made visible in the document, rather, is the creativity of another agency (the point of the completed reference form, for example, is what is said about the candidate, not the nature of the form or the questions it poses). This is not to deny that documents allow only for certain kinds of response and self-descriptions. But it does suggest that to critique bureaucratic processes for the way they assert agency over us, and for the limitations they place on our own creativity and agency, would miss the very means by which bureaucratic processes compel others’ creativity in the first place.”

Diana: Então você considera quando você tá tramitando processo e inserindo PA [plano de ação] como seu trabalho como antropólogo também?

Guilherme: Também! Também! Exigiu para que eu pudesse elaborar aquele projeto básico e, enfim, naquele projeto vai um capital simbólico que eu venho adquirindo ao longo dos anos, sabe. Um capital de conhecimentos e de técnicas e de formas de escrever que isso sim eu aprendi nessa formação [antropológica]. Uma linguagem, disso sim. Eu me sinto sim fazendo antropologia quando eu tô tramitando um processo, quando eu tô instruindo um processo de alguma coisa. (entrevista em 2018)

Plano de ação é o termo usado para nomear uma proposta orçamentária. É inserido em um sistema com as informações resumidas sobre o objetivo da ação, seu custo atrelado a natureza da despesa (se é contratação de pessoas jurídica, um convênio com estados ou municípios, um termo de colaboração com organização da sociedade civil, etc.), indicação de como a aquela ação alcança alguma meta do plano plurianual de ações e do Plano Nacional de Cultura, dos objetivos do mapeamento estratégico do órgão e cronograma físico-financeiro. Esse único documento, um formulário em um sistema, possui informações objetivas que se associam a diversas outros dados, indicadores, metas. São sintéticos, em geral, possuem conteúdo reduzido e objetivo. Já os projetos básicos (ou termos de referência), como comentei no terceiro capítulo sobre concurso, são documentos obrigatórios para definir o escopo de uma contratação por meio de licitação. Possuem uma estrutura básica estabelecida a partir de modelos produzidos pela Advocacia-Geral da União. Em verdade, todos os documentos citados anteriormente como “administrativos” são comuns à administração pública federal e, com algumas poucas diferenças, às demais esferas federativas.

Meu estranhamento com a colocação de Guilherme partiu da sua percepção de que esses documentos também compunham seu fazer antropológico. Guilherme destacou que até mesmo nos documentos mais administrativos exprimia e utilizava técnicas de escrita e conhecimentos específicos que havia adquirido em sua formação. Além dele, apenas uma outra interlocutora os entendia assim. Em geral, as interlocutoras separavam esses documentos como sendo meramente burocráticos e alheios a sua formação em oposição a um outro conjunto que possui um conteúdo mais descritivo e argumentativo e, portanto, seria uma parte de suas atividades mais vinculadas à formação em Ciências Sociais e Antropologia.

Muitos dos Técnicos em Antropologia e Ciências Sociais com quem conversei sentem que a maior parte do trabalho que realizam é burocrático e não antropológico. Luís, em sua entrevista, me falava que se sentia fazendo antropologia no Iphan quando ia a campo em diálogo

com os detentores articulando alguma ação ou quando ia para reuniões com eles para esclarecer sobre a política ou entrevista-los.

Diana: Quando tem contato mais face a face...?

L: Mas, quando eu tô conversando, por exemplo, sobre plano de ação para garantir um recurso e tal, eu não sou antropólogo. Eu me considero um burocrata. Aí, eu saio até às vezes me achando improdutivo, apesar de ter conseguido os objetivos, ter avançado numa instrução de um processo, de uma realização de uma ação. Me sinto antropólogo, me senti antropólogo quando eu fiz o parecer [de um processo específico]. Ali, eu me senti um antropólogo, ali eu me senti produtivo, apesar de não ter ido a campo, né? Naquele momento, ali no gabinete, foram quase 60 dias fazendo o parecer. Mas, eu não me sinto antropólogo na maior parte do tempo que eu tô dentro do gabinete porque é fazendo coisa com burocracia. Agora entrando na internet para preencher esse sistema do ponto [eletrônico] para conferir se foi registrado meu ponto, lendo portaria, lendo coisa do diário oficial. (Entrevista em 2018)

Entre as atividades que qualificam como antropológica estão as viagens e reuniões que realizam para diálogo com as comunidades detentoras de bens culturais imateriais. Já entre os documentos, aproximam os pareceres e notas técnicas de uma produção mais antropológica e autoral – estes seriam alguns dos documentos técnicos que enumerei no início dessa seção.

No início do primeiro capítulo, narrei como cheguei ao tema dessa pesquisa de doutoramento: a partir de uma simples pergunta feita por uma das minhas chefes. Quando fui entrevistá-la, ela retomou seu ponto:

Por isso que eu fui perguntar para vocês [risos]: "Escuta! Vocês acham que vocês fazem antropologia?". Porque eu queria um *insight*. Eu já achava que não. Sempre achei que não, que a antropologia, e foi isso que eu falei realmente, que a antropologia era uma fonte de inspiração, de orientação no meu trabalho, mas a produção não era antropológica no sentido da academia, no sentido daquela produção científica densa, do texto denso, do texto que informa, mas que também põe elementos de reflexão mais amplos, mais profundos, né? Nesse sentido, não. É isso. (Entrevista em 2019)

Mais do que sua percepção sobre uma inspiração antropológica, o que me chama atenção nessa fala é a oposição que estabelece entre um "texto que informa, mas que também põe elementos de reflexão mais amplos". Isso revela que, para ela, os documentos produzidos no Iphan possuem um caráter mais informativo. Considerando a finalidade e a linguagem para a produção no contexto da administração pública, os documentos elaborados precisam apresentar dados que irão subsidiar a tomada de decisão sobre uma ação. Ademais, o volume de documentos produzidos diariamente, e que requerem leitura, impõe uma economia do tempo.

Luís, um dos Técnicos em Ciências Sociais/ Antropologia, com quem dialoguei comentou sobre a necessidade de concisão e objetividade na produção de pareceres:

L: Nunca fui censurado em alguma ideia. Era mais assim: “esse parecer de oito páginas você pode diminuir para quatro”. A dica: “parecer muito grande a turma não vai ler”. Tem que ser objetivo. Eu era empolgado e eu achava que estava escrevendo um Graciliano Ramos da vida [risos]. E fui aprendendo a fazer pareceres mais concisos. Tem parecer que necessariamente são longos. Os seus no registro necessariamente são longos. É o tipo de parecer. (Entrevista em 2018)

Parecer e nota técnica são tipologias de documentos muito próximas em que a principal diferença é que o parecer apresenta uma posição conclusiva sobre o assunto em análise; já a nota técnica, explora e apresenta o assunto e pode terminar apenas apontando possibilidades de encaminhamentos. São tipologias que podem ser utilizadas para diferentes finalidades. Pode ser um parecer conclusivo sobre o cumprimento de um objeto de convênio ou termo de colaboração e por isso analisa os produtos entregues nessa contratação a fim de averiguar se atenderam ao plano de trabalho. Pode-se emitir um parecer acerca de uma proposição legislativa que está tramitando no Congresso Nacional sobre uma matéria relacionado ao campo do patrimônio em que o Congresso então solicita opinião especializada do instituto. Existem também os pareceres emitidos no contexto de um licenciamento ambiental em que se analisa a intercorrência entre o empreendimento e a existência ou não de bens culturais acautelados pelo Iphan e possível impacto ao patrimônio cultural brasileiro. As possibilidades são tão diversas quanto as atividades desempenhadas no órgão.

Luís mencionou os “meus” pareceres no registro porque a área em que trabalhei todos os anos na sede do Iphan é a aquela responsável pelos processos de reconhecimento de bens culturais imateriais e onde são produzidos os pareceres conclusivos de valoração dos bens. Vinculada diretamente a uma das principais atividades finalísticas do instituto, os pareceres ali produzidos são os que mais se aproximam da construção narrativa de um trabalho acadêmico justamente porque finalizam a narrativa patrimonial sobre a manifestação cultural, elaboram sobre o seu valor nacional, densidade histórica e expressam a característica referencial para os grupos detentores.

Quando eu ingressei no Iphan, ainda com meses de serviço, produzi um parecer conclusivo sobre o registro de um bem cultural imaterial. Era uma festividade do catolicismo popular para inscrição no Livro de Registro das Celebrações e, em dado momento do parecer, citei a teoria da dádiva, de Marcel Mauss (1974b). Antes de assinar, esse parecer foi lido por quatro outras servidoras que me sugeriram alterações e complementações. Era meu primeiro documento de maior centralidade para os processos do Iphan, depois, com os anos, já não foi mais solicitado que meus pareceres passassem por uma avaliação prévia. Esse primeiro foi o mais lido e comentado. Era um processo de aprendizagem também. Tenho anotado, em meu

caderno de trabalho, que me solicitaram que: incluísse mais elementos descritivos da festa, apontando seus diferentes locais e eventos; reforçasse que a história da festa envolve várias narrativas de constituição da cidade, o que ressalta sua narrativa identitária; destacasse que congrega diversas outras manifestações culturais; e incluísse a continuidade histórica da celebração.

Aquela mesma gestora, que me interpelou com a pergunta sobre o fazer antropológico no Iphan e que comentou que os textos produzidos na administração não possuem a densidade de reflexão dos textos acadêmicos, foi quem me sugeriu que retirasse a menção ao Mauss. Ela, então, me explicou que pareceres não são artigos acadêmicos, pois estabelecem um diálogo interno no processo administrativo com a salvaguarda do patrimônio imaterial e não com referências teóricas. Sugeriu que eu utilizasse apenas o dossiê de registro e os demais documentos apensados. Ainda que eu tenha feito como ela me solicitou, existe uma leitura da festa como dádiva e como fato social ao longo do texto, portanto, ainda que não esteja diretamente citada, essa referência perpassa o olhar sobre o bem cultural.

Uma gestora de outra área, uma arquiteta, solicitou que eu mudasse o pronome pessoal que havia utilizado, passando da primeira pessoa do singular para a terceira pessoa do singular ou para a primeira pessoa do plural, uma vez que, segundo ela, deveria escrever com impessoalidade. Essas características da racionalidade burocrática em que se privilegia formalidade, objetividade e impessoalidade nas organizações administrativas são debatidas como estratégias para construção de autoridade e dominação desde pelo menos as proposições de Max Weber. Por outro lado, refletir sobre as percepções correntes das interlocutoras e minhas sobre as produções e documentos institucionais permitem entrever como são atualizadas e transmitidas na rotina da repartição.

Luís, Técnico em Ciências Sociais/ Antropologia do Iphan, ainda comentando sobre os pareceres que redigiu, mencionou um que qualificou como um estudo e fez menção direta à bibliografia que utilizou:

Luís: A gente deu parecer de uma obra [de um grande empreendimento] que ia destruir uma igreja [...] e o cemitério. A capela, que chamava de igreja de tão importante. Fizemos um parecer em conjunto com os técnicos [de outra instituição estatal] com 8 pessoas e o parecer ficou gigante. Foi um estudo. Usamos [nome de um livro de um autor referência no campo do patrimônio]. (Entrevista em 2018)

Essa economia do tempo para leitura de inúmeros documentos e que exigem objetividade e impessoalidade na apresentação das informações também é uma economia do tempo para elaboração. Envolvidos em um grande número de ações e projetos simultâneos, os

Técnicos e Técnicas do instituto sentem dificuldade em encontrar espaço para trabalhos que exigem maior imersão. Essa impressão sobre o tempo foi matizada em diversas entrevistas. Seja pelo tempo de atividades “de campo”, de reuniões e encontros com as comunidades detentoras do patrimônio, dificilmente se estenderem por mais de cinco dias ou pela pouca disponibilidade de tempo para construção de pesquisas e estudos – que, em geral, são contratados, como mencionei ao comentar os dossiês de registro. Muitos técnicos e técnicas, como Rafaela, Guilherme, Luís e Bernardo, apontaram seus ingressos na pós-graduação como o caminho encontrado para elaborar sobre a experiência de trabalho.

Bernardo: É essa, né... "Ah! o tempo que a gente tem para ter um tempo de reflexão no meio da...". Confesso que até eu na minha conclusão estou nesse momento escrevendo isso.

D: Sobre o tempo?

B: A importância [da pós-graduação] é... Que é isso, que a gente fica fazendo, fazendo sem tempo de passar lá e consolidar coisas que você vai vivendo no meio da vida; e aí [a pós-graduação] proporciona isso. (entrevista em 2019)

Não só os técnicos comentaram sobre essa relação com o tempo, mas também gestores, distinguindo uma elaboração sobre a experiência individual dos processos de trabalho de uma elaboração a partir da experiência, mas que se torna um instrumento normativo, de orientação, um documento prático voltado para o compartilhamento de procedimentos e técnicas.

Vânia: É que eu acho assim que a instituição... quando você tem esse trabalho vinculado a um processo você pode ou registrar a sua experiência contribuindo para a consolidação daquele processo ou senão é uma experiência individual, que são as duas coisas. Uma coisa é a sua experiência enquanto profissional e na sua prática, e você registrar aquilo do seu processo. Uma coisa é quanto isso você registra numa contribuição ao processo no qual você tá vinculado dentro da instituição. São duas coisas, né? Às vezes você tem a oportunidade na instituição de parar e produzir se isso for um documento que vai dar uma orientação, que vai virar um manual técnico, vai virar um manual de orientação, uma cartilha, enfim, um documento que consolida uma prática da instituição. Mas quanto experiência individual, isso dificilmente vai ter e por isso que aí são os momentos de pós-graduação em que é a sua reflexão sobre o seu processo de trabalho. Quando você tem espaço na instituição é geralmente porque você tá agregando a sua experiência a um processo geral, maior do que a sua experiência individual. São duas coisas distintas. (Entrevista em 2019)

Logo no início da pesquisa para a tese, assisti a uma palestra proferida por um antigo gestor de alto escalão do Iphan, antropólogo de formação. Durante o momento de debate, o indaguei sobre diferenças e proximidades entre o fazer antropológico no Iphan e o seu fazer na universidade. Depois de alguns segundos, ele me respondeu que na universidade tinha tempo

para pensar, enquanto no Iphan não, era preciso agir. Comentei sobre isso com Bernardo e ele ponderou:

Bernardo: Não. A gente pensa. Só que a gente não consegue parar para consolidar isso em... nisso, em alguma coisa que... em algum... A gente não consegue transformar aquilo num produto que seja dialogável. Não é produto a palavra que eu quero... Eu tava pensando numa outra palavra... que a gente não consegue tornar isso, colocar isso num formato. Dar uma forma, dar uma para aquilo... (Entrevista em 2019)

Há um pensar no agir, que se constrói ao largo da experiência e não sendo exclusivamente voltado para uma única situação imediata; um pensar acumulado e adquirido também no contato com os demais servidores. Do mesmo modo, existe ação na reflexão, ainda que não seja um agir imediato, o acúmulo de diversas proposições e reflexões, gera ações e efeitos no mundo. Novamente, essa dicotomia talvez seja mais contrastiva das finalidades e objetivos principais do que excludente da sua contraparte.

Ademais, a sensação do tempo ser destinado ao agir e não ao pensar pode estar associado ao grande volume de ações e projetos que se acompanha concomitantemente e que demandam atitude responsiva. Logo, o tempo prolongado para sistematização e reflexão é entrecortado por reuniões, telefonemas, *e-mails*, ofícios.

Rafaela: Eu sinto falta desse tempo que a gente precisava para... para fazer isso, sabe? Processar esse conhecimento que a gente gera porque... é isso, vai exponencial essa coisa da articulação com as outras instituições, para dar conta de outras coisas, vai demandando o acompanhamento também e daí a gente não tem tempo. Mas, enfim, sei lá... (Entrevista em 2017)

Em verdade, são diversos tempos no plural que se sobrepõem e incidem sobre o trabalho de produção de documentos e, dessa forma, imprimem a sensação, concomitante e contraditória, de tempos longos e de tempos curtos e urgentes. Para compreender esses tempos deve-se levar em consideração seis possibilidades distintas para as ações: (1) o calendário de planejamento orçamentário, (2) o calendário de execução financeira; (3) o calendário dos processos administrativos; (4) o calendário de produção e reprodução do bem cultural imaterial; (5) o tempo de pesquisa e documentação; e (6) ainda o tempo político.

O tempo do serviço público possui um calendário bem delimitado pela execução orçamentária. Em torno de novembro do ano anterior ao ano-calendário se inicia o planejamento orçamentário, durante os primeiros meses do ano, enquanto no Congresso Nacional a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estão sendo votadas, a alta gestão do instituto realiza a análise dos planos de ação orçamentária propostos. Assim, finalizado o momento de planejamento, a execução orçamentária-financeira (por exemplo, o

início do processo de licitação), em geral, se inicia por volta de maio/junho do ano-calendário, considerando a aprovação da LOA, em geral em torno de março, e a produção dos documentos obrigatórios para início da contratação. Para todos esses momentos são produzidos documentos administrativos, como planilhas, planos de ação, projetos básicos, pesquisas de mercado, além de comunicações.

Ademais, as diferentes frentes de atuação – inventários, registros e ações de apoio e fomento aos bens culturais imateriais, licenciamentos ambientais, etc. – possuem seus próprios procedimentos, alguns regulados por legislação e normativas, que estabelecem prazos para emissão de documentos, calendário de reuniões e trâmites entre unidades. Já o calendário dos bens culturais muitas vezes é sazonal. Uma celebração que ocorre no ciclo junino, por exemplo, começa seus preparativos por volta de março e se encerra em agosto. Portanto, para conseguir acompanhar, pesquisar e documentar todo seu ciclo é preciso que a contratação da equipe de pesquisa já esteja vigente em janeiro/fevereiro; ou ainda uma manifestação que envolve produção agrícola terá seu calendário ditado pelas estações do ano. Essas e outras possibilidades de sazonalidade são deveras específicas a cada bem e impactam a construção de calendários de reuniões com detentores.

Além disso, é preciso considerar que as pesquisas de inventários e dossiês de registro, que, em geral, são contratadas, também impõem determinados tempos. Em geral, realizadas a partir de metodologias da antropologia e da história exigem uma imersão profunda das pesquisadoras nas realidades sociais investigadas. A questão da pesquisa contratada para instituições estatais foi alvo de considerações pelo Protocolo de Brasília da Associação Brasileira de Antropologia – que estabeleceu diretrizes para produção de laudos antropológicos – no qual se considera que:

Para se produzirem os dados necessários à elaboração dos laudos/relatórios, além das condições materiais, logísticas e financeiras imprescindíveis, há de se considerar os prazos necessários e suficientes para compreender e explicitar toda a dinâmica e complexidade social em estudo. Há expectativas de que as instituições em que atuam os profissionais da antropologia reconheçam e confirmem a importância devida a tais modalidades de trabalho, seja através da formalização dessas atividades, disponibilização de tempo e condições para a sua realização [...]. (ABA, 2015: 21-22)

O destaque dado, no Protocolo da ABA, para a importância da disponibilização de tempo sugere que o tempo da produção prática é menor que o considerado adequado para a pesquisa. Sobre a diferença do tempo em campo, “o tempo da antropologia”, e o tempo da burocracia, Luís me disse que:

L: Para cultura popular é fogo, cara, esse objeto que a gente trabalha, porque o tempo da burocracia não encaixa. O tempo da burocracia não encaixa com o tempo da antropologia. Eu tenho 15 dias para dar um parecer, o Iphan tem 15 dias para fazer um parecer de licenciamento ambiental... [...] E aí? Bem registrado e campo. O tempo da burocracia não se encaixa com o tempo do fazer antropológico. Às vezes você vai para campo e você não consegue nada, e as pessoas vão entender isso? Você não consegue nada num primeiro contato, não é assim que acontece, mas muita gente e a burocracia não entende isso. (Entrevista em 2018)

Ainda que pareça contraditório, esse parecer a ser dado em 15 dias pode ser uma das peças de um processo administrativo que tramita há anos. Como disse, o tempo do serviço público é arrastado e urgente.

Por último, o tempo político também possui incidência sobre as ações e produções. Determinados assuntos e projetos ganham destaque e se tornam prioridades a partir de uma miríade de fatores: pressão social e/ou política; convergência de pautas entre instituições; eventos externos ou internos que propulsionam determinadas questões; entre outros.

Dessa maneira, a produção de documentos e também das ações é realizada a partir tanto da economia do tempo como do seu gerenciamento. A dificuldade na produção de documentos mais densos e extensos não só está atrelada a isso, como também ao trabalho coletivo nessas instituições. Bernardo citou como exemplo um relatório que foi produzido a partir de diversas reuniões com um grupo de servidores.

Bernardo: Eu percebi isso no próprio [nome de um projeto longo que desenvolveu], que a gente saiu da reunião final com um tabelão. No caso, era no word, não era no... mas, era um tabelão de word com quadros, assim, indicando... Aí eu achei que o trabalho de transformar aquilo num texto de relatório [era] simples; era pegar aquilo ali e colocar uns conectores. Eu levei seis meses fazendo... junto com a galera [risos]. Porque você faz e aí passa pelo grupo e aí o grupo faz uns não sei o quê, aí você volta e vai não sei o quê. Aí vai, volta. (Entrevista em 2019)

As idas e vindas do texto e a compatibilização dos diferentes tempos que incidem sobre o trabalho de cada técnico acabam tornando difíceis e longos os trabalhos que exigem maior dedicação e desenvolvimento de ideias e informações. Bianca descreveu assim as inúmeras interrupções:

Bianca: Me arretava com tanta reunião. Não consigo. Começa a ler um negócio, reunião. Começa a escrever, reunião. Aí você não consegue produzir. E a reunião não vai fazer nada. (Entrevista em 2018)

Como já mencionei, a grande maioria dos interlocutores indicaram os pareceres e notas técnicas como os documentos que, em particular, possibilitam uma abordagem mais próxima dos conhecimentos adquiridos em suas formações em Ciências Sociais e Antropologia. Por

outro lado, esses mesmos documentos possuem diferenças e especificidades em relação a produções acadêmicas. Geralmente, são produções mais concisas, objetivas e informativas tanto pelas suas características e finalidades quanto devido a uma economia e gerenciamento dos diversos tempos que atravessam o cotidiano na administração pública.

Existe ainda uma outra distinção na construção narrativa desses documentos, em especial, de pareceres. Silvana Rubino relatou, em uma palestra durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia em 2018, sua experiência como conselheira no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico – agência de patrimônio do estado de São Paulo. Destacou que, em sua experiência, os pareceres que produzira acerca dos tombamentos estaduais possuíam um caráter conclusivo que ia para além da decisão final. Avaliava que pareceres que geravam muito debate após sua leitura nas reuniões do conselho não tinham alcançado seu objetivo. Esses documentos precisam encerrar o debate a respeito da patrimonialização. Diferentemente de um artigo científico que abre debates, gera diversas discussões e pode terminar indicando perguntas a serem investigadas no futuro.

Além de indicar a diferença de função desses documentos, essa fala de Rubino me remete também à intencionalidade do autor que constrói o texto antecipando a recepção e tentando, por vezes, controlar suas leituras. Giovana comentou esse aspecto ao lembrar a redação de algumas notas técnicas e pareceres, especialmente, aquelas que seriam lidas por outras instâncias que avaliam os processos de patrimonialização: “também dependendo de como você escrevia, como você apresenta, você convence os caras, né?” (Entrevista em 2019). Ela, então, descreve esse processo e como era compartilhado entre mais técnicas e gestoras da equipe que participava:

G: A gente sabia que, quando a gente via... a gente conversava entre a gente e achava muito legal, aí vamos arrumar para escrever parecer, para mandar para [conselho/ câmara/ demais instâncias] lá, né? Aí a gente tinha que pensar muito e ia conversando entre nós. [cita o nome de servidoras] lia, todo mundo lia. [...] Lia o meu, eu lia, às vezes quando eu tinha dúvida. Aí a gente tentava ver se a gente produzia um convencimento para passar por [conselho/ câmara/ demais instâncias] quando a gente achava... E tinha uns que a gente achava que não, mas também a gente já dava a resposta para as pessoas. (Entrevista em 2019)

4.3.3. *Autoridade, autoria e circulação*

Uma questão a considerar sobre os documentos produzidos na administração pública de modo geral é a questão da autoria, autoridade, responsabilização e circulação. Tanto essa fala da Giovana quanto minha experiência sobre as sugestões de alteração no meu primeiro parecer – descrita anteriormente – apontam para uma discussão mais coletiva que auxilia e informa a construção desses textos. Cada repartição mesmo dentro de uma única instituição como o Iphan estabelecerá dinâmicas diferentes para discussão dos documentos produzidos. Em minha experiência sempre houve muitos espaços para leitura e sugestões das principais peças documentos dos processos de Registro de bens culturais imateriais. Na experiência de Giovana também:

G: Quando eu tava lá elas mexiam muito no texto também. A [nome de algumas gestoras], elas eram super proativas na construção dos textos. Aí também tem... Depende das pessoas, de quem tá lá, né? [...] Mexiam muito, participavam muito assim. Mas, não era ruim, era bom, assim que a gente aprende. (Entrevista em 2019)

Já na experiência de Luís ocorreu apenas no início de sua carreira:

Luís: No começo da carreira [apresentei os pareceres/notas técnicas] por insegurança, mas depois eu fui tendo mais segurança da técnica e mais conhecimento mesmo do marco legal e aí eu fui passando a não apresentar. (Entrevista em 2018)

Essas falas e experiências apresentam um processo de aprendizagem sobre o discurso a ser acionado para os documentos burocráticos, sejam eles técnicos ou administrativos, como diferenciei. Eventualmente, quando algum assunto requer maior reflexão sobre a decisão a ser tomada, o técnico ou técnica discute o tema com as chefias ou com colegas, como Luís comentou:

Luís: Antes de dar o parecer eu discuto o caso com a chefia. Às vezes acontece sim, mas geralmente meus pareceres hoje em dia... nunca mais peguei algo polêmico. Mas, vez ou outra a gente discute, mas não nesse sentido de submeter o parecer antes de assinar. (Entrevista em 2018)

Matthew S. Hull (2012) destaca que os papéis, na administração pública, possuem uma importante função como mediadores das relações entre pessoas, coisas, lugares e objetivos. Na sua etnografia sobre a burocracia no Paquistão, Hull (2012) explora a administração pública a partir de sua materialidade: os documentos. Argumenta que, mais do que apenas um mero meio

de acesso direto às informações, documentos são artefatos gráficos emaranhados em práticas mundanas que mobilizam e encenam a burocracia. Nesse sentido, são eles mesmos mediadores que moldam o sentido do que está inscrito. Não são apenas produtos do trabalho, mas também produzem relações entre pessoas e coisas e, portanto, são formas de socialidade. Isto estabelece um problema epistemológico e ontológico em relação à autonomia dos documentos.

Assim, introduz a ideia de uma ideologia gráfica, isto é, um conjunto de presunções realizadas pelos usuários a respeito do que são e como funcionam os documentos. Não se referem exclusivamente a ideologias linguísticas porque incorporam também as suas características gráficas. Constroem, assim, convenções sobre a leitura e a forma adequada dos papéis, assim como suas formas de produção e circulação. Ademais, associam os gêneros do discurso e as formas gráficas dos documentos às pessoas que o constroem. A partir dessa ideia, Hull entende que os artefatos gráficos carregam ainda amplas concepções referentes à ontologia e autoridade e dessa maneira representam e produzem verdade.

Com isso, Hull (2012) complexifica a centralidade da escrita na burocracia para além de apenas uma forma de controle do Estado. O autor apresenta uma abordagem mais próxima de uma concepção latouriana ao pensar formas de associação e de circulação de humanos e não humanos, nesse caso, os papéis. “Artefatos gráficos não são apenas instrumentos de organização social já existente. Ao contrário, seus discursos específicos e formas materiais propiciam a formação de redes mutáveis e grupos oficiais e não-oficiais de pessoas e coisas”. (HULL, 2012: 21, tradução livre)¹⁴⁵ Hull, então, constrói sua análise “seguindo os papéis” – em referência a Marcus (1995) – a partir de algumas tipologias de documentos, como petições, mapas, processos, entre outros.

Ainda que a abordagem que eu tenha escolhido para discutir linguagem e documentos não seja essa, já que decidi partir da percepção dos próprios servidores sobre suas práticas e como as reproduzem, um elemento que gostaria de destacar da análise de Hull é a sua discussão sobre autoridade corporativa (2012: 117-134). O autor destaca que a autoridade e agência exarada de um processo ou documento administrativo é consequência de relações socio-materiais por meio das quais são produzidos, de modo que encenam as tomadas de decisões. Assim, a linguagem formal e o uso de verbos passivos correspondem à imagem do discurso burocrático como estritamente institucional e coletivo. Entretanto, o autor destaca que os

¹⁴⁵ No original: Graphic artifacts are not simply the instruments of already existing social organizations. Instead, their specific discourses and material forms precipitate the formation of shifting networks and groups of official and nonofficial people and things.

documentos possuem características discursivas e materiais que indexam os indivíduos que os escreveram.

Por outro lado, o autor considera que, nos documentos burocráticos e, em especial, nos processos, são utilizados diversas marcações e estratégias que geram uma difusão da responsabilização individual. Novamente, distanciando-se da ideia de aumento da capacidade de controle, Hull argumenta que esse uso dos documentos como mediadores dificulta a localização dos indivíduos responsáveis por determinada ação. Entre as estratégias, está a própria tramitação do documento por diferentes unidades administrativas, repetição de informações nos diversos documentos do processo e os despachos.

Hull entende esses despachos, que apenas corroboram a informação anterior, como dispersão de responsabilidade. Entretanto, considero que, num contexto institucional hierarquizado, as ações ganham efeitos a partir de uma cadeia de decisão que se inicia no técnico. Dessa forma, não é apenas a dispersão da responsabilidade individual, como a construção de uma autoridade e responsabilização coletiva e institucional.

Estava conversando com Rafaela sobre os diferentes códigos de ética que incidem sobre a prática na salvaguarda do patrimônio imaterial. Além do código de ética do servidor público do poder executivo federal (BRASIL, 1994), existem também os princípios éticos da Convenção de 2003 (UNESCO, 2015). Enquanto o primeiro apresenta um conjunto de princípios e diretrizes morais voltado, explicitamente, para a ação individual, o segundo indica diversas orientações de boas práticas e conduta e que são difíceis de serem realizadas unicamente no âmbito individual. São, assim, mais orientadas para os Estados-signatário da Convenção, como:

Respeito mútuo assim como o respeito e a apreciação mútua pelo patrimônio cultural imaterial deve prevalecer nas interações entre Estados e entre comunidades, grupos e, quando aplicável, indivíduos.

[...]

O *acesso* de comunidades, grupos e indivíduos aos instrumentos, objetos, artefatos, espaços culturais e naturais e espaços de memória cuja existência é necessária para a expressão do patrimônio cultural imaterial devem ser garantidas, incluindo em situações de conflito armado. Práticas culturais que governem o acesso ao patrimônio cultural imaterial devem ser plenamente respeitadas, até mesmo quando limitem o amplo acesso público. (UNESCO, 2015: itens 3 e 5; tradução livre, grifo no original)¹⁴⁶

¹⁴⁶ No original: 3) *Mutual respect* as well as a respect for and mutual appreciation of intangible cultural heritage, should prevail in interactions between States and between communities, groups and, where applicable, individuals. [...] 5) *Access* of communities, groups and individuals to the instruments, objects, artefacts, cultural and natural spaces and places of memory whose existence is necessary for expressing the intangible cultural heritage should be ensured, including in situations of armed conflict. Customary practices governing access to intangible cultural heritage should be fully respected, even where these may limit broader public access.

Rafaela, então, ponderou sobre os limites da atuação do técnico:

R: Para o antropólogo ele pode colocar o que ele bem entender lá no parecer dele, que o chefe pode discordar ou pode concordar. E se concordar, ótimo, maravilha. Agora se não concordar, ele vai estar infringindo [o código de ética da Convenção da Unesco de 2003]? Ele não tem poder. Se ele for chefe, ele pode até ter um pouco mais de poder em relação a essas decisões, né? Então... (Entrevista em 2018)

Tomando o parecer como o documento em que o técnico expressa sua posição, Rafaela considera justamente a cadeia hierárquica de decisão em que o despacho seguinte da chefia imediata pode se posicionar em concordância ou discordância, e depois da chefia mediata e assim por diante. De todo modo, ainda que a agência do técnico esteja circunscrita a determinadas esferas de atuação, é no conjunto das ações e documentos individualizáveis, mas que são informados e mediados por outras ações, normativas, discursos e orientações gerais ou contextuais, que se constrói uma autoridade coletiva.

Não é incomum também os técnicos prepararem minutas de documentos para suas chefias imediatas. Giovana, em nossa conversa, comentou sobre os limites da sua comunicação – que estariam restritas a sua própria unidade de lotação – e as revisões pelas quais passavam os documentos externos.

Giovana: Além do caso que eu acho que também está relacionado com autoria... Tudo que eu escrevia, todos, faz minuta de memorando, ofício, não é a gente que... A gente manda memorando, mas ofício¹⁴⁷ é sempre a chefia que encaminha, e quando era memorando para enviar para [nome de uma unidade do Iphan], eles não deixavam eu mandar, tinha que ser a chefe a assinar. Então tudo que eu escrevia tinha que ser corrigido, tudo que eu fazia estava errado. Eu lembro de um que eu escrevi e eu fiquei assim, olha: “o que eu tô fazendo aqui?” Eu escrevi um [ofício] encaminhando alguma coisa... era do [bem cultural imaterial]. E chega lá e a [nome de uma gestora] riscou tudinho: “não, assim não”. Aí botava outra palavra que queria dizer a mesma coisa. [...] E no final tirou o “atenciosamente” para dizer assim: “com os votos de estima e feliz natal”. Ela queria desejar feliz natal para [nome da gestora destinatária]. (Entrevista em 2018)

As alterações comentadas por Giovana eram mais estilísticas do que de conteúdo. Ainda que a produção textual burocrática seja objetiva e racional, escolhas idiossincráticas ocorrem na interconexão entre a elaboração de documentos administrativos e as intenções das pessoas na instituição.

¹⁴⁷ Como já explicado anteriormente, memorando eram comunicações internas à instituição e ofício, comunicações externas, mas na última revisão do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*, essa distinção deixou de existir e atualmente todas as comunicações são denominadas de ofício.

Giovana se ressentia de ter seu texto alterado, assinado por outrem e de não poder se comunicar diretamente com determinadas unidades do Iphan. Agência, autoria, autoridade e responsabilidade são ideias distintas que se inter-relacionam nos documentos, discursos e ações. *Grosso modo*, agência é a capacidade de agir e incidir sobre o mundo; autoria é a indicação e nomeação do criador, do responsável intelectual por uma produção; autoridade são as formas de poder e controle sobre determinadas ações e discursos; e responsabilidade é a indicação de quem deverá responder sobre seus efeitos e consequências. Evidente que essas são descrições simplistas que podem ganhar nuances e novos sentidos a depender do arcabouço teórico com as quais são mobilizadas para explicar fenômenos. Apenas para citar alguns exemplos, Bruno Latour (2020) e o próprio Hull (2012) buscam apontar a agência de não-humanos sobre o mundo social. Max Weber (1979), Pierre Bourdieu (1996) e Michel Foucault (1979), com diferenças teóricas, debatem as estratégias de poder, controle e dominação. Também Foucault (1992) investiga a noção de autoria e a construção da função autor na construção de textos e discursos.

Michel Foucault, em *O que é um autor?* (1992), procura determinar o que chama de “função autor”. Sua análise buscou identificar a persona do autor a fim de delimitar quando ou como se começou a desenhar esta categoria e qual relação se estabelece entre o texto e o autor. O filósofo (1992: 37-40) aponta duas noções que teriam como objetivo substituir o privilégio do autor, mas que acabam por obstruí-lo. Uma é a noção de obra que muitos, como os formalistas russos, afirmam que se deve estudá-la “ensimesmada”, ou seja, em suas relações internas sem conectá-la com o autor ou o contexto de sua produção. A outra noção seria a de escrita que também impede o desaparecimento do autor e preserva sua existência.

Não cabe aqui retomar extensivamente a discussão sobre autoria e indivíduo,¹⁴⁸ mas alguns comentários sobre a proposta de Foucault possibilitam compreender a tensão entre sujeito e instituição na discussão sobre autoria nos documentos administrativos. Debatendo o “nome do autor”, o nome próprio impresso na folha, Foucault (1992: 42-46) afirma que esse termo tanto descreve quanto designa algo, é um elemento do discurso que exerce uma função

¹⁴⁸ Diversos povos e comunidades tradicionais reivindicam o respeito e a atribuição de propriedade intelectual coletiva a cantos, grafismos, manejo ambiental, e outras produções artesanais, artísticas e intelectuais. Todavia, até o arcabouço legal de grande parte dos Estados-nação para propriedade intelectual não logram proteger essas expressões de apropriações porque a legislação está centrada, de modo geral, na ideia de autorias individuais por conta dessa associação construída historicamente. Para uma compreensão do processo histórico de construção da atual noção contemporânea e ocidental de autoria com o desenvolvimento de uma concepção de indivíduo e individualismo, ver Roger Chartier (1998), Gilberto Velho (2006b) e Michel Foucault (1992). Para uma discussão sobre a emergência do individualismo nas sociedades europeias modernas, ver Georg Simmel (1971) e Louis Dumont (1985).

classificativa e que o caracteriza. O nome do autor, assim, estabelece um conjunto de discursos por agrupamento e também se refere ao estatuto do discurso no interior de uma determinada sociedade que interfere na sua circulação – ainda que nem todos os discursos possuam a função autor.

A análise da função autor ressaltou quatro características presentes nos discursos que a possuem (FOUCAULT, 1992: 47-57). A primeira seria a de que são objetos de apropriação, isto é, uma forma de propriedade e responsabilização. Outra característica é de que a função autor não ocorre sobre todos os discursos de maneira constante e universal. Cita como exemplo a mudança nos textos literários e científico: os textos que consideramos hoje literários, na Idade Média, não precisavam de autoria e o anonimato não era um impedimento para sua validade e valorização, enquanto os discursos que consideramos científicos requeriam que se conhecesse a autoria para que se aferisse autenticidade. Na passagem para o período Moderno, a situação se inverte. Os textos científicos – a exceção daqueles fundantes de ordens discursivas – passam a ser recebidos, independente da autoria, na medida em que a autoridade é conferida pelo uso de métodos científicos, demonstráveis e reproduzíveis. Já os textos literários passam a ser recebidos se houver a função autor.

O terceiro ponto que Foucault levanta: a função autor não é meramente um nome sobre a capa que envolve o discurso, mas uma operação complexa na qual se constrói o autor como um ser racional. O que faz um indivíduo ser um autor varia ao longo dos anos, mas Foucault percebe algumas recorrências para além do nome como marca pessoal: constância no valor dado à narrativa; se situar em determinado campo de coerência conceitual; possuir unidade estilística; e se localizar em um momento histórico definido. A quarta e última característica diz respeito aos signos, como pronome pessoal, advérbio de tempo e lugar, que remetem ao autor, porém não agem da mesma maneira nos textos com ou sem função autor. Quando o discurso possui função autor, esses elementos remetem a alter egos em uma dispersão do “eu”. Assim a função autor se situa entre o escritor real e o locutor ficcional.

Depois de limitar o autor a um texto, obra ou livro, Foucault amplia a concepção de autoria de forma que abarque também autores como fundadores de discursividades (FOUCAULT, 1992: 57-67). Autores que produziram não somente textos e obras, mas também a possibilidade e a regra da formação de outros discursos onde situam diferentes autores. Sua análise permite rever os privilégios do sujeito. Contudo, não mais no rastro da forma com que ele se insere na ordem do discurso, mas como e em quais condições o sujeito pode aparecer nessa ordem. Com isso, o sujeito não seria mais entendido como o fundamento originário do

discurso, mas uma função variável e complexa, já que a função autor seria uma possível especificação da função sujeito.

Trago essa discussão, pois a autoria em textos administrativos e burocráticos não é exclusivamente uma questão individual. A partir de Matthew S. Hull (2012) é possível destacar especialmente a tensão entre autoria individual e agência coletiva que permeia a produção de documentos, pois, como afirma, a “agência burocrática é, ao mesmo tempo, individualizada por meio de escritos autógrafos e coletiva por meio da construção dialógica e circulatória desses escritos” (HULL, 2012: 130, tradução livre).¹⁴⁹

Todavia, refletindo sobre as proposições de Michel Foucault (1992) a respeito de autoria, associar a mera redação de um documento por um indivíduo a uma autoria individual não explora em toda a nuance de como se constrói autoria. Estendendo a discussão de Foucault – que se centrou especialmente em produções literárias e científicas – para o contexto da burocracia, entendo que a função autor aqui se exerce a partir da instituição mais do que das pessoas ali envolvidas.

Pensando sobre as quatro características recorrentes da função autor, os textos produzidos no Iphan – e nas demais instituições administrativas – são de propriedade e responsabilização institucional. Como no exemplo de Foucault sobre a função autor que não ocorre de maneira constante e universal, o que confere autenticidade, validade e valorização daqueles documentos não é o nome próprio no pé da página. Pode-se argumentar que seria uma situação de texto sem função autor. Porém, no lugar do nome próprio individual, a função classificativa que circunscreve e estabelece a circulação daquele discurso é a denominação do cargo e o timbre no topo da página. Do mesmo modo, é a instituição que é construída como um ser racional a partir de unidade estilística, contextualização histórica, coerência conceitual e o valor atribuído à narrativa. A última característica também remete à instituição, já que os pronomes pessoais utilizados, na escrita burocrática, como já afirmado, são a terceira pessoa do plural e os verbos são, em geral, passivos. Dessa forma, esses elementos de fato remetem a uma dispersão do “eu”, tanto institucional quanto individual. Nesse sentido é que a função autor se situa entre o escritor real (o servidor público, técnico ou gestor) e o locutor ficcional (a instituição).

Essa tensão entre autoria individual e institucional foi trazida também por Giovana:

¹⁴⁹ No original: Bureaucratic agency is at once individualized through autographic writings and collectivized through the dialogic and circulatory construction of those writings.

G: Outra coisa que eu achava muito complicada, que é a maneira do Iphan encarar a burocracia, é a autoria. Porque, para quem é do campo da antropologia, autoria é uma coisa importante. E você lá, no máximo, é uma sigla, [G.], que tá lá no pé da página do documento. Você assina um documento técnico, mas o texto que tu faz para um dossiê... a assinatura que tem é daquele texto oficial do [gestor], que daí tá assinado, mas o resto do documento todinho... Se você fizer um livro, é o Iphan que tá falando. (Entrevista em 2018)

Ela aqui distingue alguns elementos textuais. O “documento técnico” que assina é um *parecer*, uma *nota técnica* ou um *relatório*, mas ainda assim é apenas uma rubrica no pé da página. Um signo de autoria, mas que não possui destaque na apropriação daquele documento. Já outros textos, como os *dossiês*, a menção às pessoas que escreveram aqueles documentos encontra-se na ficha técnica no verso da folha de rosto, juntamente com créditos institucionais e de editoração; e a apresentação da obra é o único texto assinado individualmente pelo gestor máximo da autarquia. Como já mencionei, geralmente, os dossiês são peças documentais contratadas e elaboradas por equipes externas e desenvolvidos sob orientação e supervisão dos servidores da instituição – alguns dossiês foram também escritos por técnicos. Todavia, nesses documentos “é o Iphan que tá falando”.

É interessante notar que Giovana destaca que para as produções antropológicas, autoria é algo importante. Se por um lado, como Foucault (1992) discutiu, os textos científicos começaram a perder a função autor a partir da Idade Moderna ao construir suas validades por meio do método de pesquisa, em alguns campos científicos isso pode ser matizado. Nos anos de 1980 e 1990, uma grande parte da produção antropológica se voltou especificamente à discussão de autoridade e autoria nos textos antropológicos, como as de James Clifford (2002), Clifford Geertz (2009) e a coletânea editada por James Clifford e George Marcus (1985), entre outros.

A questão de autoria, no campo antropológico, se tornou algo tão central que no código de ética da Associação Brasileira de Antropologia, na seção sobre os direitos dos antropólogos e antropólogas *enquanto pesquisadores*, três dos sete itens se referem à autoria. Entre os quais destaco o “direito de autoria do trabalho antropológico, mesmo quando o trabalho constitua encomenda de organismos públicos ou privados” (ABA, 2012). É mais um código de ética que recai sobre a atuação da Técnica em Antropologia do Iphan, além dos já citados Código de Ética do Servidor Público (BRASIL, 1994) e dos Princípios Éticos da Convenção de 2003 (UNESCO, 2015). Ou talvez não recaia, já que aponta a antropóloga *enquanto pesquisadora*, explicitamente localizando a atuação profissional a qual se refere. Até mesmo no item que trata de produções elaboradas para organismos públicos, não considera a produção do profissional

que ali desempenha suas principais funções laborais, mas sim a do pesquisador que é contratado para um projeto específico.

De todo modo, o direito autoral é dividido em direito autoral intelectual e direito autoral patrimonial. O primeiro é inalienável e garante a menção ao autor de uma obra, já o segundo se refere à propriedade da obra, que pode ser vendida (Cf. AFONSO, 2009). Quando um organismo público “encomenda” um trabalho, ele está comprando um produto, seja um dossiê ou um inventário, e passa a ter o direito patrimonial sobre aquele material. Assim, se estabelece uma relação distinta das bolsas e financiamentos oferecidos por instituições de fomento à pesquisa. Então, mesmo nos casos de trabalho executados para instituições públicas por pesquisadores externos, a questão de autoria entre indivíduo e instituição é continuamente tensionada.

Em uma instituição dedicada à preservação da memória, como o Iphan, é sempre presente a consciência da permanência desses documentos e suas funções, sentidos e usos para além do ato político que o originou.

Giovana: Eu acho que um problema também, acho que tem a coisa de onde a gente é lido, né? Eu fiquei sabendo que o povo estuda a gente, né? Os pareceres deles que a gente faz, e a gente virou objeto de estudo aqui. [...] Mas, aí eu não sei o que que tão falando [a respeito dos pareceres] porque vai lá o nome dela, da técnica e tal. Assim, isso eu acho fogo. (Entrevista em 2019)

Hull (2012) comenta sobre o medo de responsabilização individual que os funcionários no Paquistão expressavam. Entretanto, aqui, no diálogo com Giovana, a preocupação se centra mais na recepção do conteúdo dos pareceres em estudos e pesquisas, o que é um pouco distinto. Nesse contexto, se aproxima mais das análises expressas na coletânea *When they read what we write* (BRETTELL, 1993) – e que comentei no primeiro capítulo – em que os papéis se invertem e o pesquisador, nesse caso, o técnico da instituição estatal, se torna objeto de escrutínio e análise.

Algumas instituições públicas mais que outras estabelecem um canal de troca e circulação entre os ambientes acadêmicos e os estatais. Os *pareceres*, *notas técnicas*, *inventários* e *dossiês* produzidos para a salvaguarda de bens culturais imateriais costumam circular e ser analisados em trabalhos universitários e eventos científicos, especialmente aqueles em que houve contratação de pesquisa externa ou que estiveram envolvidos em relações mais conflituosas. Durante a pesquisa de doutorado, em um congresso de antropologia, fui pega de surpresa no GT que participei, quando uma das apresentações comentava extensamente uma

das minhas *notas técnicas* sobre um processo de registro que foi polêmico – para usar o adjetivo de Luís.

Recebi um convite para publicar essa mesma *nota técnica* quando a elaborei, mas nunca aceitei. Assim como eu, muitas Técnicas e Técnicos recebem convites semelhantes, principalmente para determinados pareceres, como os finais em processos de registro ou tombamento. Esses documentos são produzidos no contexto do processo administrativo e dialogam com as peças anteriores e irão influenciar também as posteriores nessa mediação entre ações e discursos por meio dos artefatos gráficos (HULL, 2012). Nesse sentido, poucos documentos da burocracia operam por si só e, ainda que possam ser apreciados isoladamente, restam lacunas na sua leitura e recepção sem o contexto completo de relações, negociações, disputas e construção de consenso que os produziram.

Ademais, mesmo aqueles que estão assinados com um nome próprio ao pé da página, são documentos institucionais por tudo que já debati. Na apresentação durante o congresso, era “a técnica do Iphan”, sem me nomear, que era objeto de análise porque expressava uma posição do instituto entre as diversas contradições, disputas e diferentes posições institucionais que eram possíveis entrever naquele processo. Isto porque o que confere poder e validade àquelas colocações é o fato de terem sido produzidas no contexto específico daquele processo institucional.

Giovana comentou sobre seu desconforto em elaborar individualmente sobre os processos em que trabalhou.

G: Eu lembro que a [nome de uma pesquisadora] me convidou para escrever um livro sobre um processo [específico do Iphan] eu fiquei super travada, Diana. Assim, porque você não pode falar disso, né? Dos problemas lá. Assim, você trabalha no local. Eu lembro que quando eu era convidada para falar em algum lugar eu tinha que pedir permissão a [nome de sua chefia]. Podia falar: você não vai ou então você vai, né, [ou] vai outra pessoa. Tem um cerceamento assim [...] porque tem tanta gente te olhando, né, o que você escreve, aí você vai falar publicamente. (Entrevista em 2019)

A dificuldade que Giovana expressava em comentar os desafios e problemas do cotidiano do trabalho não era só pelo “cerceamento” que sentia dentro de uma estrutura administrativa deveras hierarquizada, mas também porque ela fazia parte da construção daquela política pública e acreditava nas possibilidades de impacto que as ações têm na realidade. Ela continuou: “Eu ia detonar o Iphan, cara, né? Eu trabalhava no Iphan... e porque eu também acreditava naquilo, assim, na potência daquilo” (Entrevista com Giovana em 2019).

Em geral, os Técnicos circulam em eventos institucionais a partir de relações que se estabelecem com outras autarquias e ministérios, governos municipais e estaduais e instâncias

do poder legislativo em reuniões de trabalho, além de irem a eventos universitários ou do movimento social quando convidados por sua posição institucional. Do mesmo modo, ainda que pareceres, notas técnicas, inventários e dossiês possam ganhar certa autonomia e circular para fora de seus contextos de produção, foram elaborados dentro de relações e redes específicas entre instituições, pessoas e coisas.

A maior parte da produção técnica é elaborada como peças específicas dentro de processos administrativos. Esse também é o espaço privilegiado para registro de entendimentos que consolidam práticas institucionais. Já estas, em geral, são construídas e apreendidas na rotina da repartição. Na conversa com Felipe, um alto gestor do Iphan na época, ele comentou sobre as práticas institucionais e as diretrizes que as orientam não possuírem uma sistematização acessível:

Felipe: [...] o Iphan, nesses anos, ele criou uma antropologia do patrimônio, patrimonial mesmo, com princípios, com diretrizes, com regras, que ainda estão desorganizadas porque ainda estão em documentos, em atas, notas técnicas, pareceres, não foi ainda sistematizado, mas que é de fato algo muito peculiar é muito particular mesmo, entendeu? (Entrevista em 2019)

Como já comentei nesse capítulo, existem portarias e resoluções que consolidam diretrizes e procedimentos de trabalho. Diversas publicações institucionais que remontam a trajetória de debate e construção da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, como explorei especialmente no segundo capítulo. Ainda assim, a sensação mesma dos Técnicos e gestores que se encontram nas instituições é que esses materiais se encontram dispersos. E de fato estão. Grande parte da memória e análise do trabalho sobre as práticas institucionais são realizadas contextualmente em um determinado processo ou reunião de trabalho que precipita uma mudança de entendimento. Em relatório final de atividades de algum Grupo de Trabalho que foi constituído para debater um assunto específico. Circulam ainda em eventos institucionais de avaliação das ações após um período longo de implementação.

Bernardo, ao elaborar sobre o tempo para a produção institucional, compartilhou comigo sua própria dificuldade em localizar os resultados e análises de processos que ele estudou em sua pesquisa de pós-graduação:

Bernardo: Na minha pesquisa mesmo falaram, né, na entrevista que eu fiz com a [nome de algumas técnicas e gestoras], é isso. Eu descobri, eu fui tentar descobrir onde é que tava as percepções, as diretrizes, enfim, onde é que estava consolidada a política de [nome de um macroprocesso de trabalho do Iphan] naquela fase que elas tavam a frente. Tá tudo em PowerPoint, que são os PowerPoint que foram apresentados para o pessoal no evento de debate, naquele último evento lá para debater. Aqueles PowerPoint são maravilhosos. Você vê que existiu um exercício, que deve ter dado um trabalhão de sistematizar dados, de botar aquilo tudo ali, entender os [quantitativo total de processos de trabalho] que já tinham e colocar, tabular, olhar

os produtos [de consultoria] contratados e juntar aquilo, fazer uma análise em cima deles. E aquela análise ficou no PowerPoint. Nunca ela migrou para um... nem sequer um relatório final do evento porque nunca teve tempo. (Entrevista em 2019)

As sistematizações de dados e análises do conjunto de mais de dez anos de trabalho estavam consolidadas em apresentações em slides de PowerPoint utilizados em uma reunião de avaliação com Técnicos e gestores de todas as unidades do Iphan. Deborah Bronz (2011), em sua tese sobre práticas empresariais para licenciamentos ambientais, explora as apresentações em PowerPoint utilizadas em *ceias de participação* junto a grupos sociais afetados por grandes empreendimentos. A autora analisa as estratégias utilizadas para domesticar os conflitos da situação de impacto social e ambiental, entre as quais, o uso de apresentações em slides que, literalmente, enquadram, nos limites do retângulo, os discursos e as ações. Entretanto, a situação que Bernardo trouxe apresenta também outras nuances dos documentos em slides.

PowerPoint é uma metonímia em alguns sentidos. Primeiro, toma a marca pelo produto. É o nome de um *software* popularizado no início do século XXI para elaboração de slides. Depois, expressa o conteúdo pelo continente, uma vez que nomeia uma apresentação ou uma palestra sobre um determinado assunto com base no nome do meio material utilizado para apoiá-la. Relembrando a proposta de Durão e Lopes (2011), podem ser entendidos como uma forma institucionalizada de classificar o pensamento e ordenar o mundo na medida que o programa impõe uma maneira de expressar informações e ideias de maneira curta, objetiva, esquematizada em itens e subitens. Por fim, toma a parte pelo todo, já que são documentos produzidos para serem utilizados em apresentações orais de modo que não se bastam em si mesmos e, para sua compreensão completa, necessitam da leitura conduzida por um palestrante. É uma figura de linguagem que indica uma ligação entre duas coisas, estendendo e substituindo o conceito de uma pela outra.

PowerPoint é um documento produzido para mediar uma interação face a face e estão mais próximos de transmissões orais do que escritas. Bernardo precisou do auxílio direto de algumas servidoras para localizar as informações que buscava porque estavam em apresentações em PowerPoint, guardadas em uma pasta nos computadores do Iphan. Possivelmente, se estivessem publicadas em algum relatório, como ele menciona, teria conseguido localizar com mais facilidade. Entretanto, aquelas informações não foram elaboradas para circularem de maneira impressa. Foi o meio utilizado para sistematizarem informações que seriam debatidas em um evento. Por mais “maravilhosas” que fossem, as

apresentações também não expressam todas as demais contribuições e reflexões realizadas ao longo do evento.

Vânia, gestora de médio escalão no Iphan, também comentou sobre a dificuldade de construir documentos que poderão circular como material de orientação:

Vânia: Mas, por exemplo, eu acho que eu, no caso, eu tenho muita dificuldade de ter tempo para registrar os processos que a gente tá... que são processos institucionais, não é a questão da minha experiência, mas de como a gente precisa trabalhar mais registrando esses processos para que eles sejam documentos de consulta, de orientação. Só que tem coisas que ou você faz e... Tem coisa que assim: na hora que você pressupõe uma interlocução maior no trabalho ou você constrói mais o processo ou você documenta mais. A gente dificilmente consegue as duas coisas. (Entrevista em 2019)

A questão da carência de tempo para registrar decisões e orientações – que comentei anteriormente – está aqui colocada como um elemento decisor entre documentar e construir processos mais dialógicos. Sem desconsiderar a importância dada pelos interlocutores à necessidade que sentem em construir documentos textuais de memória e orientação, existe também aqui um outro ponto que se refere à circulação de documentos. No ambiente da burocracia estatal em geral e no Iphan em particular, ainda que documentos sejam o principal meio de mediação e controle, existe uma grande quantidade de ações, discursos e decisões que se realizam na interação face a face. Até mesmo o acesso e a localização de documentos, no enorme volume de papéis em arquivos, ocorrem através da circulação de pessoas. Por um lado, como Dorothy Smith (2005) colocou, textos mediam ações. Por outro lado, pessoas mediam documentos, indicam sua localização ou auxiliam na leitura de apresentações em slide.

O Iphan é um órgão de grande institucionalidade com práticas, procedimentos e rotinas institucionais consolidadas há décadas e que, inclusive, extrapolam os limites da repartição, sendo conhecidos e reproduzidos tanto na mídia quanto nas universidades e no movimento social. *Inventários* são utilizados por organizações não-governamentais e por universidades em projetos de pesquisa, por exemplo. O nome dos instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural, como *tombamento* e *registro*, faz parte do vocabulário da população brasileira e é utilizado por jornalistas nos meios de comunicação com naturalidade. Entretanto, a expectativa por maior racionalidade burocrática e instrumentos de controle e gestão é contínua e crescente.

Igor foi um dos meus interlocutores, mas diferente da maioria é um servidor público de outra carreira que esteve no Iphan por um período e, tendo tido experiências com programas com menor institucionalidade ou prioridade, possuía uma outra impressão dos processos de trabalho no Iphan:

Igor: me parece mais organizado talvez do que pelas pessoas que estão aqui, pela experiência no [ministério/ autarquia]... [...] Porque, assim, aqui as coisas mais ou menos acontecem. Porque no [ministério/ autarquia] as coisas eram mais caóticas e tem essa relação com [outros ministérios/ autarquias]. Enfim, não sei se também porque eu trabalhei em programas [... que] eram também muito na geladeira, fora da prioridade [...]. Acaba que aqui eu tenho a sensação talvez que é mais organizado do que as pessoas que estão aqui [risos]. (Entrevista em 2018).

4.4. Entre antropóloga e servidora pública: a Técnica em Antropologia

Assim que iniciei meus trabalhos de campo me referi aos antropólogos que trabalham na estrutura administrativa do Estado brasileiro como “burocratas” para logo ser recriminada por uma interlocutora. Ela me exigia, em suas palavras, “respeitar o ponto de vista nativo”, pois não se via como burocrata. Indaguei, então, qual termo ela utilizaria e sua resposta foi “técnica”. Este termo, técnica, é polissêmico, pois tanto denomina o cargo que esses profissionais ocupam na estrutura administrativa do Iphan, quanto adjetiva muitas práticas de trabalho. Um parecer é técnico, uma reunião com detentores é técnica, uma viagem para conhecer uma manifestação cultural também é técnica, execução financeira é técnica. As linhas que diferenciam ciência, técnica e política são sutis e por vezes se borram.

Em uma entrevista, um interlocutor me disse que “técnica” eram as atividades vinculadas ao conteúdo específico da política de salvaguarda e que “político” seriam as atitudes de tomada de decisão. Situações em que, portanto, há um posicionamento marcado e um exercício de poder aberto. Contudo, pondo em prática ações governamentais, toda ação não seria uma prática de poder? A instrução de um processo de Registro de bem cultural, por exemplo, é composta por diversas atividades vinculadas a ciência, técnica e política que, todavia, se imbricam, se relacionam e estão em constante disputa.

Trabalhos anteriores sobre burocracia e ciência investigaram a relação entre técnica e política, como a tese de doutoramento de Bruner Titonelli Nunes (2017). Contudo, pesquisando em um contexto institucional bastante específico, o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o foco principal de Nunes está na tensão/relação entre pesquisa acadêmica e aplicada e a assessoria governamental. Acredito que a experiência de um órgão da administração indireta como o Iphan possibilita deslocar a relação, retirando o peso da noção

de pesquisa e assessoria e tensionando a noção de política com a de burocracia e de intervenção pelos mesmos agentes.

Guilherme: Mobilização política! Isso que eu estava falando do trabalho de base [de letramento político] que a gente acaba fazendo tá meio aí, a política tá meio aí. É diferente dessa política representativa institucional, sabe? E, ao mesmo tempo, que a partir do momento que você tá lá como um técnico da área do patrimônio imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e tal, você tá na representação política institucional. Mas, eu acredito que as condições do estabelecimento do diálogo com esse público, que são os detentores, e isso é um tema que eu gostaria de [...] abordar isso [sorriso na voz]: as condições do estabelecimento do diálogo são outras do que as condições do estabelecimento do diálogo com outros representantes institucionais ou os gestores públicos, prefeitos, políticos e tal.

D: E qual seria?

G: Não sei qual seria...

D: Mas, você tem um *feeling* que é...?

G: São condições diferentes, assim. As condições que propiciam esse diálogo e que desenvolve esse diálogo é a partir de outro patamar, sabe assim? Você tá ali com um pessoal, com os detentores e tal, você tá ali pactuando procedimentos, possibilidades, existem outros níveis de expectativa e tal. Enquanto, quando você tá lá no nível político institucional representativo e político dessa política partidária e tudo, prefeitos, vereadores, o jogo é outro, os atores são outros. Os jogadores são outros e o jogo é outro, sabe? [risada] São outras questões que estão em jogo, são outras expectativas, são outras intenções que, enfim, é um pouco essa... (Entrevista em 2018)

Em geral, meus interlocutores entendiam que *faziam antropologia* no Iphan quando acompanhavam algum inventário, escreviam pareceres ou realizavam viagens e reuniões com detentores; associando, portanto, “fazer antropologia” unicamente às atividades mais próximas daquelas da produção científica – com algumas poucas exceções que comentei anteriormente. Por outro lado, consideram que todas as suas atividades são técnicas, incluindo aquelas que não consideram “antropológicas”, mas vinculadas à burocracia, como elaboração de planos de trabalho, execução financeira e tramitação de processos administrativos. De todo modo, como Guilherme me disse: “minha canoa é um processo tramitado”, em referência à famosa passagem de Malinowski. Essas atividades mais vinculadas à estrutura estatal podem ser vistas como o meio pelo qual a atuação profissional específica será viabilizada. Não deixa de ser interessante que, mesmo trabalhando na administração pública, se diferencie tão claramente essas esferas.

Realizei entrevistas com profissionais em diferentes momentos de sua carreira. A maioria era reticente quanto a qualificar seu trabalho como antropológico. Aqueles que assim fizeram partiram, como Guilherme, claramente, de uma reflexão anterior ao momento da

entrevista. Valter, que já tinha uma trajetória consolidada, no momento da entrevista rememorou de indagações de tempos anteriores:

V: Às vezes eu me pegava... Lembrei disso agora... Eu me perguntava: "eu sou antropólogo ou produtor cultural?" Porque tem um limite aí que às vezes aparece. Produtor cultural é aquele que viabiliza questões, que se coloca em campo para a coisa acontecer. Não é muito diferente do papel que eu exerço junto às comunidades tradicionais. (Entrevista em 2018)

Valter foi o único a nomear essas atividades como produção cultural. A maioria distinguiu uma identidade de antropólogo com uma de servidor público.

Uma das interlocutoras que entrevistei estava no início de sua trajetória no Iphan e na vida profissional. Ela me disse, com confiança, que após ter entrado no Iphan se sentia antropóloga, pois antes era apenas uma estudante de antropologia. Eu, que ingressei no instituto no meio do mestrado, pude me identificar com sua resposta. Era a mesma certeza com que respondi a minha chefe naquela tarde qualquer e que me trouxe até aqui, até a essa tese de doutorado. Mais de dois anos se passaram de nossa entrevista, quando essa mesma interlocutora me interpelou um dia no Iphan afirmando com algum arrependimento que, se fosse entrevistada novamente, responderia diferente.

Tendo assumido mais responsabilidades e se envolvido cada vez mais em processos decisórios, os servidores, em geral, começam a manejar mais instrumentos e técnicas da administração pública e, assim, sentem suas identidades profissionais mudarem. Rafaela matizou isso:

R: Eu ia até comentar na resposta sobre onde eu exerço o papel de antropóloga, né, que eu comentei: enquanto técnica ou nas áreas [...]. Essencialmente, o ofício da antropologia me viabiliza a atuação [...], mas que, conforme eu fui deixando o papel de técnico e me tornando [gestora], eu vou me tornando mais administradora. Eu vou deixando de ter uma atuação... menos antropóloga e mais administradora. Isso com certeza absoluta! Tanto que meu papel enquanto [gestora] há muito tempo é ficar fazendo controle de orçamento, mas muito [do] tempo meu é nisso! Eu posso dizer que o que foi mais faço hoje é controle de orçamento, é isso então. (Entrevista em 2018)

Conforme foi ocupando cargos comissionados em posição de maior decisão, Rafaela foi se tornando mais administradora. Não que antes não fosse necessário conhecer e trabalhar com questões orçamentárias e instruir processos de licitação, por exemplo. Todavia, mais tempo das suas atividades é dedicado quase a essas tarefas. Rafaela ainda comentou sobre exigências para o cargo.

R: Qualquer um pode ser [gestor] agora [nessa área], não precisa ser antropólogo para isso. Eu deveria ser antropólogo na instituição quando eu sou técnica [e] não quando

eu estou como [gestora] porque qualquer um pode ser. Não é exigência do cargo, não é verdade? Então eu sei que eu sou administradora, não tô aqui para exercer o papel de antropóloga puramente. E nem poderia se não como você analisa PA, licitação jurídica, etc.? Tem muito antropólogo que não quer isso, não quer esse ônus. E realmente é muito chato. Várias vezes eu já quis me desvencilhar disso. Muitas e muitas e muitas vezes não quero, né? (Entrevista em 2018)

No terceiro capítulo comentei as exigências, requisitos e descrição de atividades para o cargo de Técnico em Antropologia ou Ciências Sociais e a expectativa institucional de selecionar um antropólogo ou cientista social que possuísse tanto uma sensibilidade para a discussão sobre patrimônio e cultural popular, como uma disposição para o trabalho administrativo. Por outro lado, para ocupar grande parte dos cargos de médio e alto escalão, é necessário mais conhecimento em administração pública.

Em 2016, assisti a uma mesa-redonda sobre “A Atuação de Profissionais de Antropologia na Defesa de Direitos Coletivos e em Políticas de Reconhecimento” na Semana Universitária da Universidade de Brasília, quando três antropólogos atuantes no MPF, Incra e no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), comentaram sobre os seus trabalhos na administração pública. Em comum em suas apresentações, havia a definição do trabalho como “paradoxal”, “ambíguo” e “dual” e a constatação insatisfeita de ter que “agir” sem ter o tempo que gostariam. Destacavam com isso uma identidade profissional que se afiliava diferentemente dependendo do contexto, do interlocutor e das relações de força em jogo, indo de antropólogo para agente do Estado e não sendo plenamente nenhum dos dois.¹⁵⁰

Rafaela, em nossa conversa, rememorou as colocações de uma de suas professoras nos seus cursos formativos e o dilema entre ser antropóloga e servidora pública.

Rafaela: Então, a [nome de uma professora universitária], quando eu estudei com ela... Ela afirmava categoricamente que antropólogos [em uma determinada instituição estatal] não é antropólogo. E justamente por isso, porque é aquela visão que é impossível um antropólogo exercer o seu papel se ele tiver seguindo procedimentos e regulações da administração. E aí eu não sei. Não sei se eu concordo absolutamente com isso, mas que no meu dia a dia eu vivencio esse dilema, eu vivencio. Mas agora se teria solução para isso? Eu também não sei. Uma nova concepção do que é a antropologia na administração pública, pela administração pública, aí não sei se é isso. Até gostaria de saber a situação de antropólogos em outras áreas para saber de que modo o exercício do papel se dá, se esse tipo de dilema se coloca. (Entrevista em 2018)

¹⁵⁰ Curioso observar que o maior destino profissional de antropólogos egressos do curso de mestrado e, principalmente, de doutorado é a docência em instituições públicas de ensino (ver TEIXEIRA, 2014 e MACHADO, 2014) e, em certo sentido, também são agentes do Estado. Contudo, não se percebem nesse lugar e não tematizam essa atuação estatal.

A considerar as falas naquela mesa-redonda, esses dilemas também se colocam.

A construção de identidades profissionais no serviço público foi problematizada por Gilberto Hochman (1990) ao analisar as ações dos “inapinários”, os servidores de um instituto de previdência que tiveram um papel importante na unificação do sistema previdenciário. Hochman debate as formas e os processos disciplinares pelos quais foi construída essa identidade moral. Contudo, no caso dos inapiários, a construção de suas identidades não articulava formação acadêmica e atuação profissional. Era uma construção de identidade contrastiva que antagonizava um tipo de servidor público do outro: os inapiários, burocratas racionais, eficientes e competentes de todos os demais burocratas autointeressados. Com essa identidade profissional calcada na racionalidade, os inapiários se colocavam como uma elite burocrática eminentemente técnica.

Já no caso da identidade profissional de antropólogos de uma maneira geral, Trajano Filho e Ribeiro (2004) observam que, na antropologia, a forma de construção de identidade profissional é distinta de outras profissões devido à formação acadêmica da antropologia ocorrer muitas vezes apenas na pós-graduação ou em uma graduação interdisciplinar como Ciências Sociais e por não haver uma regulamentação profissional.

Isso significa que os processos de identificação na antropologia, mais que em outras disciplinas em que a lei estabelece quem é e quem não é parte do grupo, são mais fluidos, eventualmente contraditórios e não exclusivos, permitindo ou facilitando múltiplas identificações, assim como o trânsito entre elas (TRAJANO FILHO, RIBEIRO, 2004: 34).

Portanto, sugerem que se analise a questão da identidade profissional do antropólogo a partir da formação acadêmica e da construção e trânsito em redes de relações. A situação que os autores comentam se refere de modo geral às trajetórias profissionais de pesquisadores e professores.

Luís, em sua entrevista, pondera que a imagem do fazer antropológico está associada aos espaços acadêmicos, e às atividades de pesquisa e, ademais, reivindica um espaço também para os profissionais que, a despeito de não elaborarem etnografias no cotidiano de suas vidas laborais, incidem também sobre essas práticas.

Luís: A gente tem a ideia de que ser antropólogo é aquilo que a academia, que o antropólogo acadêmico faz. Mas, um antropólogo do Iphan, que pode não fazer etnografia, mas ele faz análise antropológica, ele participa da etnografia de alguma forma, contribui para o fazer etnográfico ou para a pesquisa. Enfim, ele pensa a pesquisa quando vai contratar; ele, a gente pensa a pesquisa. A gente aprova, a gente analisa a pesquisa. (Entrevista em 2018)

Ainda que as considerações de Trajano Filho e Ribeiro (2004) sejam pertinentes para um universo amplo, acabam reforçando as trajetórias profissionais de ensino e pesquisa como a norma de avaliação da construção de identidades profissionais de antropólogos. Além disso, como fica essa questão quando as redes de relações desses profissionais são outras: indo desde a graduação e/ou pós-graduação e com bastante contato com pesquisadores universitários, mas alcançando outros trânsitos em espaços institucionais da administração pública.

Luís: Nossa área é Ciências Sociais, minha área. [...] Às vezes eu brinco: "Você é antropólogo do Iphan?", antropólogo é apelido porque o cargo é Ciências Sociais e a formação é Ciências Sociais" [risos]. Porque a gente às vezes tem alguns casos q eu acho que aqui é sociologia e não antropologia. Trabalhando com o imaterial, sim [é antropologia]. Mas, a gente trabalha com processos de tombamento também [...] e eu digo, assim, processo de tombamento tem outra pegada, dependendo do bem cultural. Se você vai analisar, por exemplo, um sítio urbano, um centro histórico que tem essa relação urbana, essa escala urbana, a sociologia pode te dar outras ferramentas também junto com a antropologia. (Entrevista em 2018)

Essa percepção é interessante e pode lançar luz sobre a questão desse duplo lugar do técnico em antropologia, pois as redes de relações que estabelecem em suas atividades profissionais não são com linhagens acadêmicas, mas com agentes de diferentes formações, atuações e posições hierárquicas dentro e fora das instituições estatais, além de uma relação múltipla com diferentes objetos de atuação. Desta forma, ao não construírem necessariamente vínculos nas universidades, ainda que muitos construam, não se sentiriam tão integrantes desse universo. Entretanto, no cotidiano institucional, são plenamente identificados pelos outros atores como antropólogos.

Dessa forma, a profissional que entra no quadro do Iphan como Técnica em Antropologia ou Ciências Sociais – e os diversos outros Técnicos da instituição – incorporam e performam o próprio sentido de conhecimento técnico, situando-se entre a ciência e a política. Acionam e aplicam um conhecimento científico para embasar decisões de intervenção em situações práticas que são realizadas por meio de noções políticas e administrativas.

Um interlocutor me contou que, em uma reunião de trabalho, o intimaram: “Você, que é antropólogo, me responda uma coisa?”, no que ele retrucou, “Bom, como antropólogo, eu tenho perguntas para você”. Outro interlocutor, Luís, me contava de suas atuações em trabalho de outras áreas do Iphan nas quais era chamado a colaborar e que, comumente, colocava perguntas e questionamentos a respeito de práticas e finalidades. Ele, então, ressaltou: “Inclusive às vezes tem até brincadeira: “Ah, mas isso é coisa de antropólogo. Ah... Ah, porque ele é antropólogo”. Então... [risos]. Mas, eu sou chamado para tudo porque eles

acreditam que antropólogo pode contribuir sim”. (Entrevista em 2018). Indaguei-o sobre o que questionava.

L: Quando você questiona as coisas já estabelecidas. Por exemplo, quando se quer tombar uma coisa e você questiona a intenção de tombar aquilo. Aí às vezes esse questionamento é passível de questionamento [risos]. Eu fui chamado para uma reunião que vai rolar futuramente sobre um tombamento em um determinado bem cultural e eu já sei o que vai... [risos]. Já sei que vou questionar e que a galera quer na verdade tombar, então...

D: E o que você questiona nesses tombamentos?

L: Questiono o tombamento de bens que não tenham nenhuma ressonância social. Enfim, nenhuma ressonância na sociedade principalmente, que é uma coisa que o Iphan quer tombar porque quer, por uma coisa institucional, mas que ninguém vai tomar conta e nem o Iphan tem perna para tomar conta, mas não quer admitir. (Entrevista em 2018)

Luís se referia à prática de seleção de bens culturais para tombamento por meio de decisões unilaterais de técnicos e gestores do Iphan que destacam determinados edifícios, monumentos ou sítios por serem exemplares de determinada arquitetura, por exemplo. Essa prática de seleção “de gabinete” por meio de critérios acadêmicos foi comum no período de institucionalização da política de tombamento em suas primeiras décadas. Seu questionamento faz menção ao conceito de ressonância trazido para o campo do patrimônio por José Reginaldo Gonçalves (2005) e que se refere à capacidade de determinados objetos reverberarem e comunicarem a um amplo grupo de pessoas os sentidos a eles atribuídos. A preocupação de Luís com essa escolha *top-down* está também atrelada às ações consequentes de preservação que serão dificultadas, na sua análise, pela ausência de maior pactuação política e social.

O que tenho verificado com a pesquisa é que a reflexividade da atividade antropológica e a perspectiva de compreensão de visões de mundo distintas operam, cotidianamente, tanto para fora do Estado quanto para dentro. De forma geral, antropólogos foram recrutados para as carreiras e cargos da administração pública a fim de atenderem às demandas por políticas públicas mais participativas e voltadas para *povos e comunidades tradicionais* com a expectativa de que pudessem dialogar com esses diferentes atores. Todavia, tenho refletido que a postura reflexiva adquirida na formação antropológica não só atende a essa atuação do Estado, como também transforma o próprio Estado.

Na medida em que buscam compreender as estratégias de ação, performances, discursos e visões de mundo dos diversos atores das políticas – “público-alvo” das políticas patrimoniais, a sociedade civil, academia e demais gestores públicos –, esses profissionais propõem também novas formas de atuação e diferentes práticas para o “fazer Estado”. Até as escolhas das formas de contratação se focam naquelas em que há a real possibilidade de construção conjunta, como

termos de colaboração com OSCIP ou termos de execução descentralizada com universidades e institutos federais. Chamados cada vez mais a participar de distintas atividades, não apenas do patrimônio imaterial, mas também do patrimônio material, pautam a necessidade de construção Estado-sociedade em políticas mais participativas. Assim, alteram inclusive tecnologias de governo e ocupam um lugar de intermediação tanto externa quanto interna.

Dessa forma, é importante problematizar os diferentes atores que compõem os arranjos e estratégias de processos e assim problematizar a própria ideia de Estado, percebendo suas nuances e os seus muitos atores internos e que de forma distinta o constroem. Assim, cabe evidenciar cada vez mais a relação entre prática estatal e conhecimento especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As patas de seus cavalos, suas armas e seus peitos iam empurrando as linhas divisórias do continente. Queremos as ricas campinas do oeste e as grandes planícies do sul. A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira.

Érico Veríssimo

Essa pesquisa começou com um breve questionamento que me fez enveredar por um longo caminho ladeado de papéis, pessoas e prédios para terminar com algumas ideias: “Vocês acham que vocês fazem antropologia no Iphan?”

A inquietação que essa pergunta gerou em mim, hoje, não me parece sequer pertinente. Ou melhor, está mal colocada. O incômodo em torno do questionamento não é exatamente sobre o trabalho no Iphan, mas o que ele gera na disciplina antropológica a partir dos limites que ela própria coloca para a sua atuação profissional. Essa pergunta caberia em qualquer outro campo profissional? Afinal, a prática do antropólogo no Iphan é mais um trabalho de servidor público.

A *introdução* desse trabalho foi um pouco diferente, pois no lugar de apresentar exclusivamente objetivos e principais marcos teóricos, busquei analisar informações e dados sobre o que era a *antropologia aplicada*, em seus diversos nomes e teorias, além de dados quantitativos sobre o campo da antropologia brasileira e a inserção de antropólogos na administração pública nos últimos 20 anos. Para isso, apresentei um levantamento do quantitativo de vagas para concurso público no Brasil voltado para essa especialidade. A proposta da *introdução* visava situar a leitora em um cenário mais amplo do que aquele que efetivamente desenvolvi ao longo da tese, que é específico a apenas uma instituição. Evidente que os diferentes contextos institucionais comportam suas especificidades relativas aos setores de política pública, mas os dados demonstraram que é um fenômeno mais amplo.

Também na *introdução* trouxe, de forma resumida, a experiência de campo no México, não como um trabalho comparativo, mas como um exercício de produção de alteridade. Devido às especificidades e diferenças históricas da constituição desse Estado nacional e de seu campo antropológico, em que havia maior aproximação do exercício do antropólogo com as políticas estatais, imaginava encontrar mais diferenças na relação da antropologia com o Estado. Todavia, havia diversas semelhanças, uma vez que nas últimas décadas, os profissionais da antropologia progressivamente se afastaram de uma atuação mais aplicada.

Na verdade, o campo foi mais elucidativo e relevante para pensar a institucionalização das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural do que da relação entre antropologia e estado. Nessa perspectiva, me proporcionou a percepção de pontos cegos que carregava na minha visão devido à grande proximidade que possuo com o campo no Brasil. Foi a partir da experiência no México que me atentei para a naturalização da relação causal entre o ingresso de antropólogos na operacionalização das políticas públicas estatais com aquelas de inspiração antropológica. Mesmo existindo ações e discursos a respeito do patrimônio imaterial que guardam enormes semelhanças com as do Brasil, quase não há antropólogos trabalhando nessa política pública naquele país. Outro ponto que passei a considerar foi a relação de concorrência no México e de fagocitação no Brasil do campo das culturas populares pelo campo do patrimônio. Além disso, é um contexto de uma baixa institucionalidade da política de patrimônio cultural imaterial no México, sem marcos legais federais, sem clareza de atribuição e competência institucional no qual as ações estão dispersas entre, ao menos, duas instituições. Isso se evidenciou, sobretudo, por observar essas diferenças a partir do meu referencial, inserida dentro de um contexto e de uma instituição com grande regramento e centralização dessa política. Não há atribuição de valor nessa constatação, já que os efeitos e desafios – principalmente os críticos – da política em ambos os contextos levam à questões similares: a baixa participação social, seus usos políticos e a tensão entre a indústria cultural, patrimônio e o turismo, por exemplo.

Já o *primeiro capítulo* trouxe um exercício teórico-metodológico de reflexão sobre a construção do objeto de pesquisa à luz da discussão sobre a etnografia das instituições e das relações e práticas de poder, tratando de uma elite burocrática e intelectual e que, por isso mesmo, detém um poder sobre a construção de significados e as práticas de trabalho. Talvez dada minha própria inserção como servidora do Iphan, as relações em campo focalizaram as pessoas que compõem a instituição na discussão etnográfica, dando espaço para suas (e as minhas) elaborações subjetivas e reflexivas a respeito de uma ação que está para além delas, ainda que seja por elas operacionalizada. É a experiência terapêutica de elaboração sobre si em um contexto que requer a elaboração sobre uma instituição. Experiência esta que reverbera também no quarto capítulo, quando as pessoas declaram que sentem falta de um espaço para refletir sobre a contribuição de suas vivências profissionais e, com isso, sobre como contribuem para a ciência, a política e a administração pública.

Esses caminhos também foram mudando levemente minha compreensão da pergunta inicial e a inquietação que senti. Ao longo do texto, não trago uma resposta definitiva para a

questão, mas sugiro que perturba a imagem do campo antropológico e da identidade do antropólogo, ao recolocar no contexto contemporâneo suas relações com o aparelho estatal e estruturas coloniais.

No *segundo capítulo* demonstrei o quanto a antropologia esteve presente no Iphan desde Mário de Andrade. Foi um exercício de retrospectiva histórica em que procurei ir além da descrição dos fatos de forma cronológica, perseguindo, na história institucional, os pontos de conexão entre o campo da antropologia e do patrimônio. Os marcos utilizados, como o anteprojeto de Mário de Andrade e a herança dos trabalhos do CNRC, que culminaram nas atividades do fim dos anos 1990, me foram indicados tanto pelas falas dos interlocutores, quanto pelos materiais institucionais oficiais. Os atores institucionais selecionam e escolhem uma narrativa do passado para dar sentido à ação presente, reordenando eventos. A análise da história institucional a partir da própria instituição permite entrever que o lugar que a disciplina antropologia quis ocupar nas políticas patrimoniais, sendo delimitada por uma das principais instituições antropológicas do país. Foi possível também perceber os caminhos paralelos que tomaram a institucionalizações do campo da cultura popular e do folclore na relação com o Iphan de acordo com suas perspectivas políticas e de negociações internas. Assim, a entrada dos antropólogos a partir dos anos 2000, por meio dos concursos, não surge de um vácuo, já que existiam ali relações criadas desde os anos 1930; o que mudou foi o lugar: de assessoria para o de protagonismo.

No *terceiro capítulo*, busquei analisar os concursos públicos como um momento de guinada e consolidação dessa passagem. A análise dos concursos públicos para o Iphan se deu a partir da perspectiva da instituição sobre o que almejava dos profissionais que recrutaria. As situações em campo e os elementos etnográficos que reuni colocavam em xeque a relação causal entre ingresso de antropólogos nas carreiras estatais e o simples estabelecimento de diretrizes constitucionais mais participativas e de cidadania universal. Percebi o estabelecimento de afinidades eletivas entre quatro processos de institucionalização: 1) obrigatoriedade de concurso público para ingresso nas carreiras estatais estabelecido na CF/88; 2) ampliação das graduações e pós-graduações, impactando o mercado de trabalho; 3) o estabelecimento de diretrizes constitucionais de fato mais amplas para a cidadania; e 4) a implementação de ações estatais que coloquem em curso essas diretrizes.

Além disso, no *terceiro capítulo*, discuti os efeitos do aumento de vagas para compor uma equipe mais multidisciplinar no Iphan, que gerou disputas e tensões entre o conjunto de conselhos e associações profissionais. A partir daí, nas palavras de sua então presidência, o

Iphan não é mais uma *casa de arquitetos*, como já não era exclusivamente desde seu início. Então, analiso os processos administrativos para os concursos públicos a partir da expectativa da instituição sobre os profissionais que ela quer recrutar.

No *quarto capítulo* pude, finalmente, dar espaço à experiência terapêutica mencionada no primeiro, em que a partir das falas das interlocutoras, procurei entender seu trabalho na gestão das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e na sua relação com os conhecimentos especializados na antropologia. Busquei entender como se relacionam com as demais áreas e servidores do Iphan, em processos de aproximação e tensionamento, como sentem o trabalho cotidiano (de forma emocional, de fato) e como elaboram sobre as experiências e estratégias encontradas para, dentro dos limites dos instrumentos administrativos, realizar as ações de salvaguarda.

Ademais, debati o que é mediação nesse contexto específico, para além de uma proposição teórica, e dando espaço para o aspecto do conflito dessas relações que, como coloquei, não significa ruptura de relações sociais, mas, ao contrário, permite também o estabelecimento de vínculos, laços de aliança ou de concorrência entre os atores.

Depois, na discussão sobre produção e linguagem, no lugar de analisar os documentos, busquei compreender o que eles representam para as pessoas da instituição a partir de suas dificuldades de gerenciamento de tempo e da obrigatoriedade de uma objetividade e uma racionalidade burocrática em suas produções, assim como da tensão entre aspectos como autoria, autoridade e responsabilização na esfera individual e institucional.

Nesse mosaico, a identidade profissional se forma na conjunção entre servidor público e antropólogo.

Aqui cabe ainda procurar olhar para esses exercícios profissionais para além de seus limites e aproximá-los com outros contextos. Uma identidade profissional não exclui outras, podem coexistir e ser acionada em diferentes contextos e relações. Um professor de geografia e um professor de biologia são professores ou geógrafos e biólogos? São ambos. Ao mesmo tempo, seus trabalhos são iguais ou não? São equivalentes no cotidiano das atividades de preparação de aula, correção de provas, controle de chamada, orientações pedagógicas, etc. São também distintos ao refletir sobre o conteúdo e objetivo do que lecionam. Do mesmo modo, a Técnica em Antropologia ou Ciências Sociais no Iphan se assemelha e se distancia dos demais técnicos e analistas; se assemelha e se distancia de outras experiências profissionais de antropólogas e cientistas sociais.

Quando comecei a desenvolver a pesquisa, minha hipótese era que a entrada de antropólogos nas carreiras estatais transformava o Estado, assim como transforma a Antropologia. A postura reflexiva desenvolvida pelas teorias antropológicas leva a questionamentos sobre procedimentos arraigados e fortalece processos de participação social por meio da abertura à escuta sobre outras perspectivas de vida e visões de mundo. É claro que esses questionamentos e também a abertura para novas perspectivas não é uma consequência exclusiva da atuação de antropólogos, e ocorre também com profissionais de outras políticas públicas voltadas para questões sociais. Ao mesmo tempo, isso encontrou terreno fértil em um contexto de governo que valorizava e incentivava instrumentos de participação social. Como Rafaela colocou,

Rafaela: Mas até quando, né? Porque tem uma mudança muito drástica na concepção de governo, né? Porque... Tanto que os antropólogos, ciências sociais e antropologia, passou para a esfera governamental em um determinado período na mudança de gestão e a antropologia se tornou uma das diretrizes do Ministério da Cultura justamente por conta de uma mudança de perspectiva governamental e isso se manteve durante um determinado período e depois foi interrompido. Então, como que você tá pensando esse tratamento? Porque pode não ter mudado o programa de governo, mas na atuação do governo houve uma mudança. Então como ficaria... aí eu não sei nem se é uma compreensão porque antes da modificação, da atuação, não sei dizer hoje se apesar do discurso ser muito, né, emblemático em relação à perspectiva antropológica para o tratamento da cultura e das políticas culturais, etc., na prática eu não sei até que ponto isso está de fato desenvolvido. Aí a partir do momento em que há uma mudança nessa direção governamental não sei nem onde está o discurso também. Hoje eu não consigo dizer onde que está o discurso da antropologia no próprio Iphan, do ofício do antropólogo no próprio Iphan, não sei. (Entrevista em 2018)

Esta tese foi elaborada em um período de seis anos, intervalo impactado por eventos significativos, de ordem global e nacional que incidiram diretamente sobre sua concepção, desenvolvimento e finalização. Entre 2017 e 2023 vivenciamos mudanças de governos e uma crise sanitária que atuou diretamente sobre a gestão pública e sobre a vida íntima das pessoas.

O Brasil de 2017 inaugurava um período de significativas mudanças e rupturas com os modelos de gestão pública, que até 2016 foram marcados pela ampliação da participação social nas políticas públicas com objetivos claramente inclusivos. A partir dali, após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Governo Federal passou a orientar sua gestão para a construção de um estado mais exuto (com, por exemplo, a PEC do Teto de Gastos), de tendência liberal, que viria a culminar num afastamento cada vez mais evidente do Estado em relação à sociedade, que até então tinha sido trazida ao diálogo, afetando políticas de inclusão de minorias e grupos historicamente aliçados dos processos econômicos e políticos nacionais.

Esta mudança de postura culminou no progressivo dismantelamento de inúmeras políticas públicas, dentre elas as políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, afetando, portanto, a atuação prática dos técnicos em antropologia ou ciências sociais do Iphan, como Rafaela, em 2018, já começava a vislumbrar.

As entrevistas, parte nuclear deste trabalho, foram majoritariamente realizadas entre fins de 2017 e início de 2019. Caso tivessem sido desenvolvidas em um período posterior a esse, as respostas possivelmente teriam sido um tanto diferentes, certamente influenciadas pelos contextos de tensionamento do tecido democrático a partir de 2019. Além disso, o drama do isolamento social ocasionado pelo período pandêmico, mais fortemente sentido entre o início do ano de 2020 e o início do ano de 2022, também impactou a atuação dos técnicos e técnicas, pois impôs limites no contato direto com as *comunidades detentoras*.

Nesse período, de 2019 a 2022, quando escrevi a tese, foram sentidos os efeitos do novo contexto. O Ministério da Cultura foi extinto. Sua estrutura rebaixada para Secretaria, primeiro vinculada ao Ministério da Cidadania, depois ao Ministério do Turismo, levando consigo as autarquias.

Os investimentos orçamentários nas áreas culturais foram expressivamente reduzidos. No ano de 2022, o recurso total do Iphan para o patrimônio cultural imaterial foi na casa de R\$ 2 milhões para todo o país. Isso representa menos da metade do que fora destinado para o patrimônio imaterial em 2018, quando o investimento foi pouco mais que R\$ 5.5 milhões, e em 2014, que girou em torno de R\$ 5.7 milhões – apenas para citar dois parâmetros para contextualização. Se for considerar ainda a inflação do período entre 2014, 2018 e 2022, o desinvestimento se torna ainda mais agudo.

Conselhos, Comissões e instâncias de participação social foram dissolvidos, para depois serem pontualmente reestabelecidos. Assim, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que delibera sobre os tombamentos e registros dos bens culturais, foi paralisado por mais de um ano. Nunca foram restituídos os Coletivos Deliberativos de Detentores de Bens Culturais Registrados, espaço em que se definia junto à sociedade civil, as ações de salvaguarda a serem realizadas.

Novos modelos de gestão de processos e pessoas travestiam uma ação de assédio institucional (CARDOSO JUNIOR [et al.]: 2022), que impactou diretamente os técnicos, a qualidade de seus trabalhos e minou a relação entre a instituição e a sociedade.

O motivo principal para a constituição de um corpo técnico especializado em antropologia ou ciências sociais tinha por objetivo maior o encurtamento da distância entre o

Iphan e a sociedade em uma relação mais próxima e dialógica, que valorizasse o ponto de vista das pessoas sobre o que consideram os seus patrimônios. Em um contexto pouco fértil para diálogo e participação social, o questionamento de Rafaela ressoou.

Todavia, mudanças são de governo. Alguns priorizarão a participação social e uma valorização da diversidade cultural brasileira que impulsionem políticas com essa perspectiva, inclusive com investimento e estímulo da atuação desses profissionais. Outros não, diminuindo o espaço de incidência dessa atuação sobre o conjunto de prioridades e investimentos mais amplos da instituição.

Mas esse processo de transformação estatal não deve ser entendido como progressivo e linear, mas ocasional. Ao mesmo tempo, novas frentes de expansão e diálogo, ao serem retomadas, tampouco regridem para uma estaca zero. Nessas idas e vindas de negociações, disputas e alianças no contorno dos discursos, práticas e performances sobre a atuação estatal, é que o Estado se transforma de fato, redefinindo suas fronteiras com a sociedade. Nesse contexto, os profissionais de carreira do Estado, que perpassam governos, levam consigo a fronteira, pois eles são (uma das) fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Philip. 1988. Notes on the difficulty of studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, pp. 58-89.
- ABREU, Luiz Eduardo; SILVA, Frederico A. Barbosa da. 2011. A novidade do antigo ou as muitas formas de representar o papel do Estado na cultura. In: _____ (org.). *As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ipea.
- ABREU, Regina. 2005. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez.
- AFONSO, Otávio. 2009. *Direito autoral: conceitos essenciais*. Baurueri (SP): Manole.
- AGUIÃO, Silvia. 2014. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj.
- ALBRECHT, P. A. T.; KRAWULSKI, E. 2011. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, v. 14, n. 2, 211-226. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i2p211-226>
- ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. 2010. *O Samba de Roda na gira do patrimônio*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2017. Repensando a Ação Antropológica: prefácio à edição de 2016. In: *Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo*. Manaus: UEA Edições.
- ANASTASSAKIS, Zoy. 2007. *Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDRADE, Mário. 2002. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 30, pp. 271-287.
- _____. 1981. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Rio de Janeiro: MEC/Sphan; FNPM.

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. 1987. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MEC/Sphan; FNPM.
- ARIZPE, Lourdes Schlosser. 2019. *Culture, International Transactions and the Anthropoceno*. Berlin: Springer.
- ARQUIVO NACIONAL. 2005. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: AN.
- ASAD, Talal. Introduction. 1973. In: _____. (ed.). *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press; Atlanta Highlands: Humanities Press.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 2015. *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.
- _____. 2012. Código de ética do antropólogo e da antropóloga. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na gestão 2011/2012; s.l. Disponível em: <>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESIGNERS DE INTERIORES (ABD); ASSOCIAÇÃO DOS DESIGNERS DE PRODUTO (ADP); [et al.]. 2018. *PL 6699/2002, que criminaliza o exercício ilegal da profissão de engenheiro, arquiteto e agrônomo*. Brasília, 10 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/files/20180419_5ad8f7bea2b6f.pdf>. Acesso em: maio 2018. [Divulgada no Informativo nº 10/2018, de 25 abril de 2018 da ABA].
- AZEVEDO, Fernando. 1994 [1955]. *Antropologia e Sociologia no Brasil*. In: _____ (org.). *As Ciências no Brasil*. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2011. *O Ofício e a Profissionalização da Antropologia no Brasil Hoje: revisitando e atualizando os desafios*. Comunicação apresentada na Mesa-Redonda nº 30, Expertise antropológica na América Latina: oportunidades e dilemas da profissionalização e da regulamentação em três países (Argentina, Brasil e Peru, da IX Reunião de Antropologia do Mercosul (IX RAM), em Curitiba, em 13 de julho de 2011.
- _____. 2017. Ofício, profissionalização e perspectivas de regulamentação da profissão em Antropologia no Brasil: breve histórico e atualização de dilemas enfrentados e vindouros. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa,, v. 1, n. 4, p. 13-41.
- _____; OLIVEIRA, Kelly E., AMORIM, Lara. 2015. Os dilemas do ofício do antropólogo. Entrevista com Henyo Trindade Barretto Filho. In: FRANCH, Monica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Org.). *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora.
- BARROSO, Maria Macedo. 2014. Moedas de Troca, Sinceridade Metodológica e Produção Etnográfica no Trabalho com Elites. In: CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, Faperj.

- BASTIDE, Roger. 2009 [1971]. *Antropologia Aplicada*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- BATISTA, Adriana Santos. 2011. *Imagens do professor de língua portuguesa em concursos públicos da Grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BECK, Sam; AIDA, Carl A. (ed.). 2015. *Public Anthropology in a Borderless World*. London: Berghahn Books.
- BIERNATH, André. 2019. O poder está nas palavras: como funciona e por que fazer terapia. *Veja Saúde*, versão digital, publicado em 10 mar. 2019 e atualizado em 27 ago. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/como-funciona-e-por-que-fazer-terapia/>. Acesso em: abr. 2021.
- BONFIL, Guillermo Batalla. 2003. *Nuestro Patrimonio Cultural: un labirinto de significados. Patrimonio Cultural y Turismo. Cuadernos 3. Pensamiento acerca del Patrimonio Cultural. Antología de Textos*. Ciudad de Mexico: CONACULTA.
- _____. 1988. La Teoría del Control Cultural en el Estudio de Procesos Étnicos. *Anuario Antropológico*, v. 86. Brasília: EdUnB, Tempo Brasileiro.
- BORGES, Jorge Luís. 1982. Sobre o rigor da ciência. In: *História Universal da Infâmia*. trad. José Bento. Assírio e Alvim, p. 117.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius.
- _____. 2006. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- BRAGA, Emanuel Oliveira. 2019. *Histórias indígenas e mitos restauradores: os Potiguaras entre santos, festas e ruínas*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BRASIL. 1937. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro.
- _____. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- _____. 1993. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília.
- _____. 1994. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília.
- _____. 1997. Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília.
- _____. 1999. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília.

- _____. 2000b. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília.
- _____. 2000a. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília.
- _____. 2001. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, e os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências
- _____. 2002. Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002. Estabelece limites para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências. Brasília. [Revogado em 2009]
- _____. 2005. Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005. Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nº 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências. Brasília.
- _____. 2007. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- _____. 2009A. Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. [Revogado em 2017]
- _____. 2009b. Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências. Brasília. [Revogado em 2019]
- _____. 2010. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.
- _____. 2017. Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -

IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9238.htm>. Acesso em: jan. 2022.

- _____. 2002. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6699, de 07 de maio de 2002. Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=50794>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2018a. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 9818, de 20 de março de 2018. Revoga os parágrafos 1º e 2º do Art. 3º da Lei 12.378 de 31 de dezembro julho de 2010. Revoga prerrogativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de definir a área de atuação privativa dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhada. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169684>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2018b. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo (PDC) nº 901, de 20 de março de 2018. Projeto de Decreto Legislativo 901/18, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), que susta norma do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) sobre atribuições privativas de arquitetos e urbanistas. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169690>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2018c. Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13653.htm>
- _____. 2019a. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília.
- _____. 2019b. Decreto nº 9.963, de 8 de agosto de 2019, dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília.
- _____. 2019c. Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG. Brasília.
- _____. 2022. Decreto nº 11.178, de 18 de agosto de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília.

- BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA, Vera Alves; MEDEIROS, Thiago Batista. 2014. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. *Temas de Administração Pública*, v. 9, n. 1, p. 60-90.
- BRAYNER, Natália. 2009. *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Brasília: Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf>. Acesso em: dez. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. 1998. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, v. 45, p. 49-95.
- BRETTELL, Caroline (org.). 1993. *When they read what we write: the politics of ethnography*. Westport, Connecticut, London: Bergin & Garvey
- BRONZ, Deborah. 2011. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- _____. 2014. Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj.
- _____. 2015. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes projetos industriais!. *Campos* (UFPR), v. 14, p. 1-19.
- CALABRE, Lia. 2005. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: _____. (org.) *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- CAMPOS, Yussef. 2022. *Palanque e Patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (19987-1988)*. Belo Horizonte: Letramento.
- CANDIDO, Antonio. 2000. Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, Publifolha.
- CARDOSO JUNIOR, José Celso [et al.]. 2022. *Assédio institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado*. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea; EDUEPB.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2007. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. *Série Antropologia*, v. 413. Brasília: DAN/UnB.
- _____. 2008. Prefácio: a Antropologia fora da academia. In: SILVA, Gláucia (Org.). *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2004. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (Org.) *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.
- _____. 2006. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CARVALHO, Ana Paula Comim. 2010. O que um inventário de referências culturais poderá dizer? Os desafios da atuação dos antropólogos nos processos de mapeamento, identificação e registro do patrimônio cultural das populações afro-brasileiras. *CAMPOS*, v. 11, p. 1.
- CARVALHO, Luciana Gonçalves de. 2011. Artesanato e mudança social: sobre projetos e comunidades em Santarém. In: _____ (Org.). *O artesanato de cuias em perspectiva – Santarém*. Rio de Janeiro: IPHAN; CNFCP.
- CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. 2014. Introdução: Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas. _____ (Org.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj.
- CASTRO, Celso. 2015. Apresentação. In: MEAD, Margareth; BENEDICT, Ruth; SAPIR, Edward. *Cultura e personalidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco. 2016. *Arquiteturas temporais: a prática historiográfica do patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.
- CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanguero. 2015. *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). 2000. *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UERJ.
- CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (CNRC). 1977. *Relatório Técnico nº 20: Aplicações da Antropologia: o caso de SUAPE em Pernambuco*, de George Zarur. Arquivo Central do IPHAN em Brasília. Serie 100.0029. Caixa 2.
- CHARTIER, Roger. 1998. Figuras do autor. In: *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, pp. 33-65.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. 2017. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- _____. 2011. Introdução: História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 11-24.
- CIEPA/CEAS. 2016. *Propuesta de la Comisión Intergeneracional sobre el Ejercicio Profesional de la Antropología (CIEPA) para la realización de un diagnóstico sobre el*

ejercicio profesional de la antropología en México en el siglo XXI. EntreDiversidades, n. especial.

- _____. 2016. *Encuesta sobre la Práctica Profesional y las Condiciones de Trabajo de los Antropólogos en México. Síntesis de Resultados*. (Redação Carmen Bueno, María Antonieta Gallart, Roberto Melville e Rubén Regalado). Disponível em: <<https://ceasmexico.wordpress.com/2016/10/13/sintesis-de-resultados-encuesta-sobre-la-practica-profesional-y-las-condiciones-de-trabajo-de-los-antropolog-os-en-mexico/>>. Acesso em: dez. 2018
- CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. 2019. *Referências Culturais: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.
- CLIFFORD, James. 2002. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____; MARCUS, George (ed.). 1985. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Los Angeles: University of California Press.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). 2013. Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências.
- _____. 2018a. Manifestação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre o PL 9818/2018 e o PDC 901/2018. Conselho esclarece razões de sua discordância sobre proposições legislativas que tramitam na Câmara. Brasília, 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/cau-br-manifesta-sobre-projetos-que-ameacam-atribuicoes-de-arquitetos-e-urbanistas/>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2018b. Nota do CAU/BR de esclarecimentos sobre a Resolução no. 51. Brasília, 14 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/nota-de-esclarecimentos-sobre-resolucao-51/>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2019a. Resolução nº 180, de 13 de setembro de 2019 – revoga “ad referendum” a Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013
- _____. 2019b. Deliberação Plenária DPOBR nº 0094-01 suspende a vigência de dispositivos e do glossário da Resolução CAU/BR nº 51/2013, por 90 dias.
- _____. 2021a. Resolução No. 51: linha do tempo dos fatos que motivaram a mudança do artigo 2o. Publicado no site do CAU/BR em 27 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/resolucao-no-51-linha-do-tempo-dos-fatos-que-motivaram-a-mudanca-do-artigo-2o/>>. Acesso em: out. 2021.
- _____. 2021b. Deliberação Plenária DPABR nº 0037-01/2021 publicada no sítio eletrônico do CAU/BR no dia 27 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacao-plenaria-dpabr-0037-01/>>. Acesso em: out. 2021.

- _____. 2021c. Nota de Esclarecimento sobre Nova Redação da Resolução 51. CAU valoriza formação profissional e projetos de Arquitetura. Publicado no site do CAU/BR em: 24 de setembro de 2021. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/nota-de-esclarecimento-sobre-nova-redacao-da-resolucao-51/>>. Acesso em: out. 2021.
- _____. 2021d. Resolução 51: Confirma deliberação sobre áreas de atuação de arquitetos e urbanistas. Publicado em 27 de setembro de 2021. Disponível em: < <https://www.caubr.gov.br/resolucao-no-51-confirma-deliberacao-sobre-areas-de-atuacao-de-arquitetos-e-urbanistas/>> . Acesso em: out. 2021.
- _____. 2021e. Resolução nº 210, de 24 de setembro de 2021. Altera a Resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013, que dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências.
- CORRÊA, Mariza. 2013. Traficantes do simbólico. In: *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre história da antropologia*. Campinas (SP): Ed. Unicamp.
- CORREA, Sandra Rafaela Magalhães. [s.d.] Programa de Cidades Históricas (PCH). In: IPHAN, *Dicionário do Patrimônio Cultural*, [s. l.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; ALMEIDA, Márcia Bezerra de (Org.). 2020. Dossiê: A Profissionalização da Arqueologia: Perspectivas Pós-Regulamentação. *Revista Habitus*, v. 18, n. 1.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 2005. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 32, p. 15-27.
- DALLA COSTA, Julia Marques. 2019. *O “agir temerário, fraudulento e tirânico”: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Brasília, Universidade de Brasília.
- DA MATTA, Roberto. 1978. *O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues*. Boletim do Museu Nacional: Antropologia, n. 27.
- DAN/UNB. [s.d.] Programa da disciplina “Antropologia e mercado de trabalho”, ministrada pela profa. Soraya Fleischer no semestre 2020/1. Disponível em: < http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2020/2020.1_AntropologiaMercadodeTrabalho_Soraya_Fleischer.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- DESCARDECI, M. A. A. de S. 1992. *O Concurso Público: um evento de letramento em exame*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- DEZALEY, Yves; GARTH, Bryant. 2002. *The Internalization of Palace Wars: lawyers, economists and the context to transform Latin American states*. Chicago: The university of Chicago Press.

- _____.; SUGARMAN, David (ed.). 1995. *Professional Competition and Professional Power: lawyers, accountants and the social construction of markets*. London: Routledge.
- DIAS, Caio Gonçalves. 2014. *Da “Antropologia Filosófica” ao “Do-In Antropológico”*: um estudo crítico da ideia de políticas culturais no Brasil (1985-2013). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. 2021. Políticas culturais como tecnologia de governo no Brasil (2002-2016). In: DIAS, C. G.; SOUZA LIMA, A. C. (Org.). *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- DIANOVSKY, Diana. 2011. *Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos: deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. 2013. *A formulação da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: aproximações e tensões entre mercado e bens culturais imateriais*. 103 f. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social), Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.
- _____. 2021. O Programa de Promoção ao Artesanato de Tradição Cultural (PROMOART): imbricamentos entre políticas culturais e sociais na relação com o mercado. *Áltera*, João Pessoa, v.2, n.13, p. 292-325.
- DÍAZ, Antonio P. 2013. Marco legal de las profesiones en México. *Alegatos*, n. 85, pp. 1009-1026.
- DOUGLAS, Mary. 1998. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP.
- DUMONT, Louis. 1985. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DURÃO, Susana; LOPES, Daniel S. 2011. Introduction: Institutions are us?. *Social Anthropology*, v. 19, n. 4, pp. 363-377.
- ESCAMILLA, Guadalupe; SALMERÓN, Fernando I.; VALLADRES, Laura R. 2007. El Campo Laboral de la Antropología en México. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 43, pp. 387-418.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 2006 [1951]. *Applied Anthropology*. In: *Social Anthropology*. London: Routledge Library Editions.
- EXPERIMENTAÇÃO. 2020. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/experimentação/>>. Acesso em: 31/08/2022.
- EXPERIMENTO. 2020. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/experimento/>>. Acesso em: 31/08/2022.

- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. Trad. Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, n. 13.
- FERGUSON, James. 2011. Novelty and method: reflections on global fieldwork. In: COLEMAN, Simon; VON HELLERMANN, Pauline (ed.). *Multi-sited ethnography: problems and possibilities in the translocation of research methods*. New York: Routledge.
- FERREIRA NETO, João Leite. 2017. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. *Revista Polis e Psique*, v. 7, n. 3, pp. 7-25
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquista. 2014. O etnógrafo, o burocrata e o “desaparecimento de pessoas” no Brasil: notas sobre pesquisar e participar da formulação de uma causa. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. 2013. *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA.
- FISCHER, Frank. 2000. *Citizens, Experts and the Environment: the politics of local knowledge*. Durham: Duke University Press, 2000.
- FLEISCHER, Soraya (Org.). 2007. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 11, v. 18, n. 1, pp. 37-70.
- _____. 2010. *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília.
- _____. 2018. Onde uma antropóloga pode trabalhar? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho. *Áltera Revista De Antropologia*, v. 1, p. 42-60.
- FLORESCANO, Enrique. 2003. El Patrimonio Nacional: valores, usos, estudios y difusión. *Patrimonio Cultural y Turismo. Cuadernos 3. Pensamiento acerca del Patrimonio Cultural. Antología de Textos*. Ciudad de Mexico: CONACULTA.
- FONSECA, Claudia. 2004. Antropólogos para quê?: o campo da atuação profissional na virada do milênio. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. (org.) *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. 2003. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. 2006. Referências culturais: bases para a nova políticas de patrimônio. In: IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília: Iphan/MinC

- _____. 2017. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Iphan.
- FONTAINHA, Fernando de Castro; et al. 2015. O concurso público e a ideologia concursista. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 16, n. 110, p. 671-702.
- FOSTER, George. 1969. *Applied Anthropology*. Boston: Little, Brown and Company.
- FOUCAULT, Michel. 1979. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 1992. *O que é um autor?*. Lisboa: Vega, 1992.
- FRANCH, Monica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Org.). 2015. *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora.
- GAMA, Fabiene. 2020. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2.
- GAMIO, Manuel. 2010 [1916]. *Forjando Patria: pro-nacionalismo*. Colorado: University Press of Colorado.
- GEERTZ, Clifford. 2009. *Obras e vidas: antropólogo como autor*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____. 2013. “Ethos”, visão do mundo e análise de símbolos sagrados. In: *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). 2006. *Planejamento e Orçamento Governamental: coletânea*. v. 1 e 2. Brasília: ENAP.
- GOMES, Ana Lúcia Abreu; LOPES, Maria Margaret. 2018. Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do Patrimônio: Heloisa Alberto Torres e o Museu Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 50, pp. 85-99.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2002. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC.
- _____. 2003. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizonte Antropológico*, v. 11, n. 23, Porto Alegre.
- _____. 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Iphan.
- GROSSI, Mirian Pillar. 2004. Os egressos dos programas de pós-graduação em antropologia. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. (org.) *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa.

- _____.; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (org.). 2006. *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HEYMANN, Luciana Quillet. 1997. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-67.
- HILL, Carole E.; BABA, Marietta I. (ed.). 2000. The Unity of Theory and Practice in Anthropology: rebuilding a fractured synthesis. *NAPA BULLETIN*, v. 18.
- _____. 2006. The Globalization of Anthropology. *NAPA BULLETIN*, v. 25.
- HOCHMAN, Gilberto. 1990. *De inapinários a cardeais da previdência: a lógica da ação de uma elite burocrática*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ.
- HOPKINS, MaryCarol. 1993. Is anonymity possible? Writing about refugees in the United States. In: BRETTELL, Caroline (org.). *When they read what we write: the politics of ethnography*. Westport, Connecticut, London: Bergin & Garvey.
- HULL, Matthew S. 2012. *Governament of paper. The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. Los Angeles: University of Carolina Press.
- INAH. Rádio INAH. INAH, su historia y su importancia, entrevista com Bolfy Cotton. Disponível em: <http://mediateca.inah.gob.mx/islandora_74/islandora/object/entrevista%3A122>. Acesso em: dez. 2018
- _____. INAH TV. Mesa Redonda Comemorativa dos 78 Anos do Instituto, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-qXECwiKLyM>>. Acesso em: dez. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE FOLCLORE/ FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (INF/FUNARTE). 1983. Encontro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural. Rio de Janeiro. 18p.
- IPHAN. Processo 1054-T-82. Assunto: Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva. Arquivo Rio. Serie: Tombamento.
- _____. Processo 1067-T-82. Assunto: Terreiro da Casa Branca. Arquivo Rio. Serie: Tombamento.
- _____. 2005a. Processo administrativo n. 01450.007108 /2005-19. Concurso Público de Provisão de Cargos Efetivos do Iphan. Brasília: IPHAN.
- _____. 2005b. Edital nº 1, de 22 de junho de 2005. Concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior. Publicado no Diário Oficial da União, n. 119, seção 3, 23 jun. 2005, pp. 9-13. RETIFICAÇÕES
- _____. 2006a. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (1936-2006)* 1. ed. Brasília: Iphan/MinC. (versão bilíngue Português-Espanhol). Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasBumbas_1edicao_m.pdf>. Acesso: dez. 2022.

- _____. 2006b. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. 4. ed. Brasília: Iphan/MinC.
- _____. 2006c. Resolução n. 001, de 03 de agosto de 2006. Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília.
- _____. 2008a. Processo administrativo n. 01450.012030/2008-99. Concurso Público de Provedimento de Cargos Efetivos do Iphan. Brasília: IPHAN.
- _____. 2008b. *Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc. (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 2).
- _____. 2009a. Edital no 1, de 23 de setembro de 2009. *Concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio*. Publicado no Diário Oficial da União, n. 183, seção 3, 24 set. 2009, pp. 11-19.
- _____. ; FUNDAÇÃO UNIVERSA. 2009. *Concurso Público: Caderno de Prova – 106: Antropologia*. [acervo pessoal]
- _____. 2010a. Portaria nº 187, de 11 de junho de 2010. *Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações*.
- _____. 2010b. *Anais da II Oficina de Pesquisa: metodologia de pesquisa e multidisciplinariedade no Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc. (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 4).
- _____. 2010c. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010)*. 2. ed. Brasília: Iphan/MinC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasOsBumbas_2Edicao_m.pdf>. Acesso: dez. 2022.
- _____. 2012. Portaria nº 486, de 29 de novembro de 2012, aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília, 2012.
- _____. [2014]. Relatório de Atividades: 2011-2014. Iphan: Brasília. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RelatorioIPHAN2014_final\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RelatorioIPHAN2014_final(2).pdf)>. Acesso em: mar. 2022.
- _____. 2017. Ata da 86ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de 22 de junho de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/86_reuniao_ordinaria_do_conselho_consultivo.pdf>. Acesso em: set. 2021.

- _____. 2018a. Autorizado concurso do Iphan. Publicado em seu site oficial no dia 03 de maio de 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4629/autorizado-concurso-do-iphan>>. Acesso em: set. 2021.
- _____. 2018b. Processo administrativo n. 01450.002386/2018-96. Concurso Público de Provedimento de Cargos Efetivos do Iphan. Brasília: IPHAN. Disponível em: <<https://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>>. Acesso em: nov. 2021.
- _____. 2018c. Edital nº 1, de 11 de junho de 2018. *Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio*. Publicado o Diário Oficial da União, n. 111, seção 3, 12 jun. 2018, pp. 9. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/concursos/IPHAN_18/>. Acesso: jun. 2022.
- _____. 2018d. Processo administrativo n. 01450.002386/2018-96. *Esclarecimentos sobre requisitos do Edital nº 01/2018 - IPHAN e retificações*. Brasília: IPHAN. Disponível em: <<https://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>>. Acesso em: nov. 2021.
- _____. 2020. *Institucional*. Apresentação. Disponível: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>. Acesso em: nov. 2022.
- ITURRIAGA, José N. 2004. Patrimonio inmaterial: culturas populares y modernidade em México. *Patrimonio Cultural y Turismo. Cuadernos 9. Patrimonio cultural oral e inmaterial. La discusión está abierta. Antología de Textos*. Ciudad de Mexico: CONACULTA.
- JACKSON, Luis Carlos. 2009. Divergências teóricas, divergências políticas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 18, p. 273-280.
- LASSITER, Luke Eric. 2005. Collaborative Ethnography and Public Anthropology. *Current Anthropology*, v. 46, n. 1.
- _____. 2008. Moving Past Public Anthropology and Doing Collaborative Research. *NAPA BULLETIN*, n. 29, pp. 70–86.
- LATOUR, Bruno. 2020. *A Fabricação do Direito: uma etnografia do Conselho de Estado*. São Paulo: Editora Unesp Digital [versão kindle].
- LIPSKY, Michael. 2019. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: ENAP.
- LEGARRETA, Patricia; LITONA, Alejandra; HERNÁNDEZ, Mario. 2016. Ética, Política y Trabajo en la Antropología Mexicana del Siglo XXI. *AVÁ*, v. 28, pp. 19-42.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). 2005. *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER; ABA.
- LLANES, Rodrigo S. 2016. La antropología mexicana ante la Ley General del Ejercicio Profesional sujeto a Colegiación y Certificación Obligatorias. *EntreDiversidades*, núm. especial, pp. 91-120.

- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. 2015. Para além da pedra e cal: o Museu Nacional e as ações de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico (1937-1955). *História Social*, v. 25, 157–184.
- MACÊDO, Dartagnan Ferreira de; [et al.]. 2016. Análise do concurso público como instrumento de seleção de pessoal no setor público: percepção de um grupo de servidores de instituições federais de ensino superior. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 29, n. 01, p. 92 - 110
- MACHADO, Igor José de Renó. 2018. Opulência e Escassez: sobre os egressos dos doutorados em antropologia no Brasil (2002-2014). In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O Campo da Antropologia no Brasil; retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA.
- MACHADO, Lia Zanotta. 2018. A Antropologia Brasileira: um triplo itinerário?. SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *O Campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA.
- _____; MOTTA, Antonio; FACCHINI, Regina. 2018. Quem tem medo do(a)s antropólogo(a)s? Práticas científicas em novos cenários políticos. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1.
- MAGALHÃES, Aloísio. 2017. *Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1929. Practical Anthropology. *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 2, n. 1, pp.22-38.
- MARCUS, George. 1995. Ethnography in/of world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, pp. 95-117.
- MARTINO, Agnaldo Sérgio. 2008. *Coerência e coesão na interpretação de textos em provas de concurso público*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- MATTOS, André Borges de. 2005. Antropologia e Política: Reflexões a partir das trajetórias de Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro. In: *XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belo Horizonte.
- _____. 2007. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MAUSS, Marcel. 1974a. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, pp. 211-233.
- _____. 1974b. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. v. 2. São Paulo: EPU.

- MCBETH, Sally. 1993. Myths of objectivity and the collaborative process in life history research. In: BRETTELL, Caroline B. (ed.). *When they read what we write. The politics of ethnography*. Westport: Bergin & Garvey.
- MEDINA, João. 2000. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 48-61.
- MÉXICO. 2017. *Periodic reporting on the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Report submitted on 15/12/2017 and examined by the Committee in 2018. Disponível em: < <https://ich.unesco.org/en/state/mexico-MX?info=periodic-reporting>>. Acesso em: dez. 2018.
- MICELI, Sérgio. 1981. O processo de construção institucional na área cultural federal (anos 70). _____ (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [s.d.] *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro – e-MEC*. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). 2002. Portaria nº 450, de 6 de novembro de 2002. Estabelece normas gerais para realização de concursos públicos, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. D.O.U., 07/11/2002, DOU I, p. 105 [revogada em 27/08/2019]
- _____. 2004. Portaria n. 357, de 22 de dezembro de 2004. Publicado no DOU, seção 1, n. 153, de 23 dez. 2004. (provimento original do concurso de 2004)
- _____. 2005. Portaria n. 379, de 14 de dezembro de 2005. Publicado no DOU, seção 1, n. 240, de 15 dez. 2005. (provimento extra do concurso de 2005)
- _____. 2008. Processo administrativo n. 045000.004668/2008-10. Proposta de Racionalização dos Cargos dos Órgãos e Entidades Contempladas na Lei n. 11.233, de 22/12/2005 e na Medida Provisória n. 431, de 14/05/2008
- _____. 2009. Portaria MP nº 60, de 26 de março de 2009, publicada no DOU de 27 mar. 2009. (vagas para provimento original concurso 2009)
- MITCHELL, Timothy. 2002. *Rule of Experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkley: University of California Press.
- _____. 1999. Society, Economy, and the State Effect. In: STENMETIZ, George (ed.). *State/Culture: state-formation after the cultural turn*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- _____. 1991. The limits of the state: beyond statist approach and their critics. *American Political Science Review*, v. 85, n. 1, pp. 77-96.
- MORAIS, Sara Santos; RAMASSOTE, Rodrigo Martins; ARANTES, Antonio Augusto. 2015. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Augusto Arantes. *Revista CPC*, São Paulo, n. 20, p.221–260.

- MOSSE, David. 2005. *Cultivating Development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press.
- MOTTA, Lia; RESENDE, Maria Beatriz. [s.d.]. Inventário [verbete/artigo]. In: IPHAN. *Dicionário do Patrimônio Cultural*. [s.l.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/64/inventario>>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- MOURA, Cristina Patriota de. 2007. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- NADER, Laura. 1972. Up with the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Random House.
- NAHMAD, Salomón. 1997. Mexican Applied Anthropology: from founder Manuel Gamio to contemporary movements. In: BABA, Marietta; HILL, Carole E. (ed.). *The Global Practice of Anthropology*. Studies in Third World Societies, VI.
- NEIBURG, Frederico; GOLDMAN, Marcio. 1998. Antropologia e Política nos Estudos de Caráter Nacional. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 22, n. 1
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. 2005. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec; FAPESP.
- NUNES, Bruner Titonelli Nunes. 2017. *Ipea: dos alinhamentos tecnocráticos à produção de conhecimentos para a sociedade*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. 2010. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do saber disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- _____. 2012. *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers.
- OLIVEIRA, Alden Manguiera de. 2015. *Governança no setor público sob o prisma do controle externo: a experiência do Tribunal de Contas da União (TCU) na avaliação das políticas públicas e na indução do seu aperfeiçoamento como alavanca do desenvolvimento nacional*. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa (Org.). 2015. *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA.
- ORTIZ, Renato. 2012. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PAES, Marilena Leite. 2004. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV.
- PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. 2006. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). *Planejamento e Orçamento Governamental: coletânea*. v. 1 e 2. Brasília: ENAP.

- PEIRANO, Mariza. 1981. *The Anthropology of Anthropology: the brazilian case*. Tese (Doutorado em Antropologia), Harvard University, Cambridge, Massachusetts.
- _____. 2014. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42.
- _____. 2016. Etnografia e rituais: relatos de um percurso. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 41, n. 1, pp. 237-248.
- PÉREZ, Marisol L. 2007. Las Perspectivas y Retos de la Antropología Aplicada en el Siglo XXI. *Rev. Mad.*, n. 16, pp. 1-9.
- PINK, Sarah (ed.). 2005. *Applications of Anthropology: Professional Anthropology in the Twenty-first Century*. London: Berghahn Books.
- POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2: 3.
- RABELLO, Fernanda Lima. 2012. De Experts a “Bodes Expiatórios”: a Elite Técnica do Dasp e a Reforma no Funcionalismo Público Federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, pp. 78-91.
- _____. 2011. DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica a formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6.
- REGO, André Gondim. 2007. *O Trabalho do antropólogo no Ministério Público Federal: e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2004. Practicing Anthropology in Brazil: a retrospective look at two time periods. *Practicing Anthropology*, v. 26, n. 3.
- RICOEUR, Paul. 2002 [1986]. Acerca de la interpretación. In: *Del texto a la acción: ensayos de hermenéutica II*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- RILES, Annelise. 2009. Documents. In: _____ (org.). *Documents: artifacts of modern knowledge*. 4. ed. Michigan: The University of Michigan Press.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. 2007. “Política culturais no Brasil: tristes tradições”. In: _____; BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- _____. 2012. “Políticas culturais no Brasil: passado e presente”. In: FRADE, Cascia [et al.] (Org.). *Políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro: 2009*. Rio de Janeiro: UERJ, Decult.
- RUBINO, Silvana. 1991. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas (SP).

- _____. 2002. A Memória de Mário de Andrade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 30, pp. 139-154.
- SANT'ANNA, MARCIA. 2003. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- SANTOS, Livia Freitas dos. 2009. *O concurso público no processo de profissionalização docente: análise dos concursos realizados pela Prefeitura do Município de São Paulo (2004 e 2007) e perfil dos professores de história aprovados*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SARAVIA, Enrique. 2006. Introdução à teoria da política pública. In: _____; FERRARENZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP.
- SARTHI, Cynthia; DUARTE, Luís Fernando Dias. 2013. *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: ABA.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio. 2012. Missão, Visão e Valores como Marcas do Discurso nas Organizações de Trabalho. *Psico*, v. 43, n. 3, pp. 325-333.
- SCOTT, James. 1998. *Cities, People, and Language*. In: *Seeing like State*. New Haven and London: Yale University Press.
- SECRETARIA DE CULTURA (México). [s.d.] *Inventario del patrimonio cultural inmaterial*. Disponível em: <<https://sic.cultura.gob.mx/index.php?table=frpintangible>>. Acesso em jan. 2019.
- SEEGER, Anthony. 1980. *Pesquisa de campo: uma criança no mundo*. In: Os Índios e Nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus,
- SHEEHAN, Elizabeth A. 1993. The student of culture and the ethnography of Irish intellectuals. In: BRETTELL, Caroline (org.). *When they read what we write: the politics of ethnography*. Westport, Connecticut, London: Bergin & Garvey.
- SILVA, Boris Maia e. 2019. *Sujeitos de estado: aprendizado e tradição de conhecimento na preparação para concursos públicos da burocracia fiscal*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- SILVA, Frederico A. B.; ELLERY, Herton; MIDDLEJ, Suylan. 2009. A Constituição e a Democracia Cultural. *Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, n. 17.
- SILVA, Glauca (Org.). 2008. *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15.
- SILVA, Margarida da. 2014. Trabalhar e investigar enquanto antropóloga na administração pública: breves considerações ético-metodológicas. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.) *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa; Faperj.

- SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lidia; HELM, Cecilia Maria Vieira (Org.). 1994. *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- SILVA, Paulo Vieira da. 1988. O servidor público nas constituições federal brasileiras e no projeto da Assembleia Nacional Constituinte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 106-116.
- SILVA, Rodrigo Pereira da. 2013. *Instituto do concurso público na Constituição Federal de 1934*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). 2018. O Campo da Antropologia no Brasil; retrospectiva, alcances e desafios. Rio de Janeiro: ABA.
- SIMMEL, Georg. 1971. *On individuality and social forms*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- _____. 2011. O conflito como sociação. Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, pp. 568-573.
- SIQUEIRA, Belmiro. 1950. Seleção e treinamento – sua articulação. *Revista do Serviço Público*, v. 2, n. 3.
- SMITH, Dorothy. 2005. *Institucional ethnography as practice*. Lanham: Altamira Press.
- SOARES, Barbara Musumeci. 2002. A Antropologia no Executivo: limites e perspectivas. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Gênero & Cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, p. 30-44.
- SOARES, Lélia Gontijo. 1984. Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 19, pp. 138-148.
- SONCINI, Luana. 2012. *Política de Patrimônio Cultural Imaterial na América Latina: análise de processos de identificação e registro no Brasil e no México*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUSA, Alice Ribeiro de. 2011. *O processo administrativo do concurso público*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG).
- SOUZA, Ana Lucia Carvalho de; VENTURA, Mariana Carvalho Feitosa. 2017. Mapas Mentais como uma das Ferramentas para o Aumento da Produtividade. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 111-120.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2015. A Antropologia e o Estado no Brasil: breves notas acerca de uma relação complexa. In: FRANCH, Monica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara (Org.). *Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora.
- _____; CASTRO, João Paulo Macedo e. 2015. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). *ANTHROPOLÓGICAS*, v. 26, n. 2, pp. 17-54.

- _____. “Introdução: Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo”. In: *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002
- _____; CASTRO, João Paulo Macedo e. 2008. “Política(s) Pública(s)”. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA.
- _____; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; et al. (Org.). *A Antropologia e a Esfera Pública: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*.
- SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. 1980a. *Boletim Sphan/Pró-Memória*. Brasília, n. 4.
- _____. 1980b. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória
- _____. 1982. *Boletim Sphan/Pró-Memória*. Brasília, n. 21.
- _____. [s.d.] *Manual de Descrição e Especificação de Cargos de Nível Superior do Plano de Cargos e Salários da Fundação Pró-Memória*. Brasília.
- SPRANDEL, Marcia Anita; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. 2018. Profissionais com formação em antropologia para quê? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em antropologia. In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O Campo da Antropologia no Brasil; retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA.
- SEBRAE. [s.d.]. Estratégia e Gestão. Ferramenta: missão, visão, valores (clássicos). Folder. Disponível em: <
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Missao-Visao-Valores.PDF>. Acesso em: nov. 2022.
- STANCHI, Roberto P. 2017. O patrimônio arqueológico: oitenta anos de delegações. *Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 35, p. 171-201.
- TAMASO, Izabela. 2006. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Série Antropologia*, Brasília, v. 390.
- TAVARES, Fátima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos (Org.). 2010. *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil*. Brasília; Ícone Gráfica e Editora.
- TAX, Sol. 1952. Action Anthropology. *America Indígena*, v. 12, pp. 103-106.
- _____. 1975. Action Anthropology. *Current Anthropology*, v. 16, n 4, pp. 514-517.
- TEIXEIRA, Carla Costa. 2018. Egressos dos mestrados em antropologia no Brasil (2004-2012). In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *O Campo da Antropologia no Brasil; retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA.

- _____; CASTILHO, Sérgio. 2020. Etnografia em organizações e instituições: sobre o que estamos falando? In: _____ (org.). *Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*. 1. ed. Brasília: ABA publicações; AFIPEA.
- _____; CRUVINEL, Lucas; FERNANDES, Renato. 2020. Notes on lies, secrets, and truths in the Brazilian Congress. *Current Anthropology*, v. 61, n. 5.
- _____; LOBO, Andréa de Souza. 2018. Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição *in between*. *Mana*, v. 24, n. 2, pp. 235-277.
- _____; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2010. A Antropologia da Administração e da Governança: área temática ou ponto de dispersão?. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS.
- THOMPSON, Analucia. 2015. Campo cultural e contexto histórico: nomes do IPHAN. In: MOTTA, Lia. (Org.). *Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- _____. (org.). 2010. *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Iphan.
- TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). 2004. *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa.
- TRAVASSOS, Elizabeth. 2002. Mário e o Folclore. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 30, 91-109 pp.
- TREIVANEN, Teivo. 2002. *Enter Economism, Exit politics: experts, economic policy and the damage to democracy*. London: Zed Books.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. 2007. *Acórdão n. 1892/2007*. Brasília.
- TURNER, Victor. 2008. Dramas sociais e metáforas rituais. In: *Dramas, campos e metáforas*. Niterói: EdUFF.
- UNESCO. [s.d.] *Safeguarding our living heritage*. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.
- _____. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris, 2003. Trad. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: < >. Acesso: dez. 2022.
- _____. 2015. *Ethical Principles for Safeguarding Intangible Cultural Heritage*. Valencia (Espanha). Disponível em: < <https://ich.unesco.org/en/ethics-and-ich-00866>>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- _____. *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. (org. Javier Pérez de Cuéllar) São Paulo: Papyrus, Unesco, 1997.
- _____. *Final Report of the World Conference of Cultural Policies*. Mexico City, august 1982.

- VALENTE, Renata Curcio. 2014. Sobre Etnografar em Condições de Poder e Assimetria: uma experiência sobre o campo da cooperação para o desenvolvimento a partir da GTZ. In: CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, Faperj.
- VÁZQUEZ, Irene V. 2006. El Patrimonio Intangible en las Legislaciones de México. In: _____; GARCÍA, Narciso Mario S. (coord.). *El Patrimonio Intangible: investigaciones recientes y propuestas para su conservación* (Jornada Académica). Seminario de Estudios sobre Patrimonio Cultural. México.
- VELHO, Gilberto. 1978. Observando o familiar. In: NUNES, E. (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____; KUSCHNIR, Karina. 1996. Mediação e Metamorfose. *Mana*, v. 2, n.1, pp. 97-107.
- _____. (org.). 2001. *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- _____. 2006. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, pp. 237-248.
- _____. 2006b. Autoria e criação artística. In: SANTOS, Gilda; _____ (org.). *Artifícios e artefatos: entre o literário e o antropológico*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, pp. 135-141.
- VELOSO, Mariza. 2018. *O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Ed. UnB.
- VIANNA, Adriana. 2014. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, Faperj.
- VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). 2004. *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF.
- VILHENA, Luis Rodolfo. 1997. *Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas.
- VILLASEÑOR, Carlos Javier A. 2017. Políticas Culturales para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial: Antecedentes, evolución y perspectivas a futuro. In: PLATA, Lucio Lara (Coord.). *Comunidades en movimiento. Aproximaciones a la expresión inmaterial del patrimonio cultural*. Secretaria de Cultura Federal, Secretaría de Cultura de San Luis Potosí, Colección Intersecciones, n. 38, México, pp. 105-131.
- WEBER, Marx. 2004. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1979. Burocracia. In: *Ensaio de sociologia*. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- WEEDEN, Lisa. 2010. Reflections on ethnographic work in political science. *Annual Review of Political Science*, v. 13, pp. 255-72.

WRIGHT, Susan. 1998. The Politization of 'Culture'. *Anthropology Today*, v. 14, n. 1, pp. 7-15.

_____. 1994. Culture in anthropology and organizational studies. In: _____ (ed.). *Anthropology of organizations*. London: Routledge.

ZACCHI, Marina Sallovitz. 2019. O patrimônio cultural imaterial e a contribuição do antropólogo: esquemas de percepção e algumas práticas. *Rev. CPC*, São Paulo, n.28, p.137-162.

ANEXO A - MAPA MENTAL DA TESE

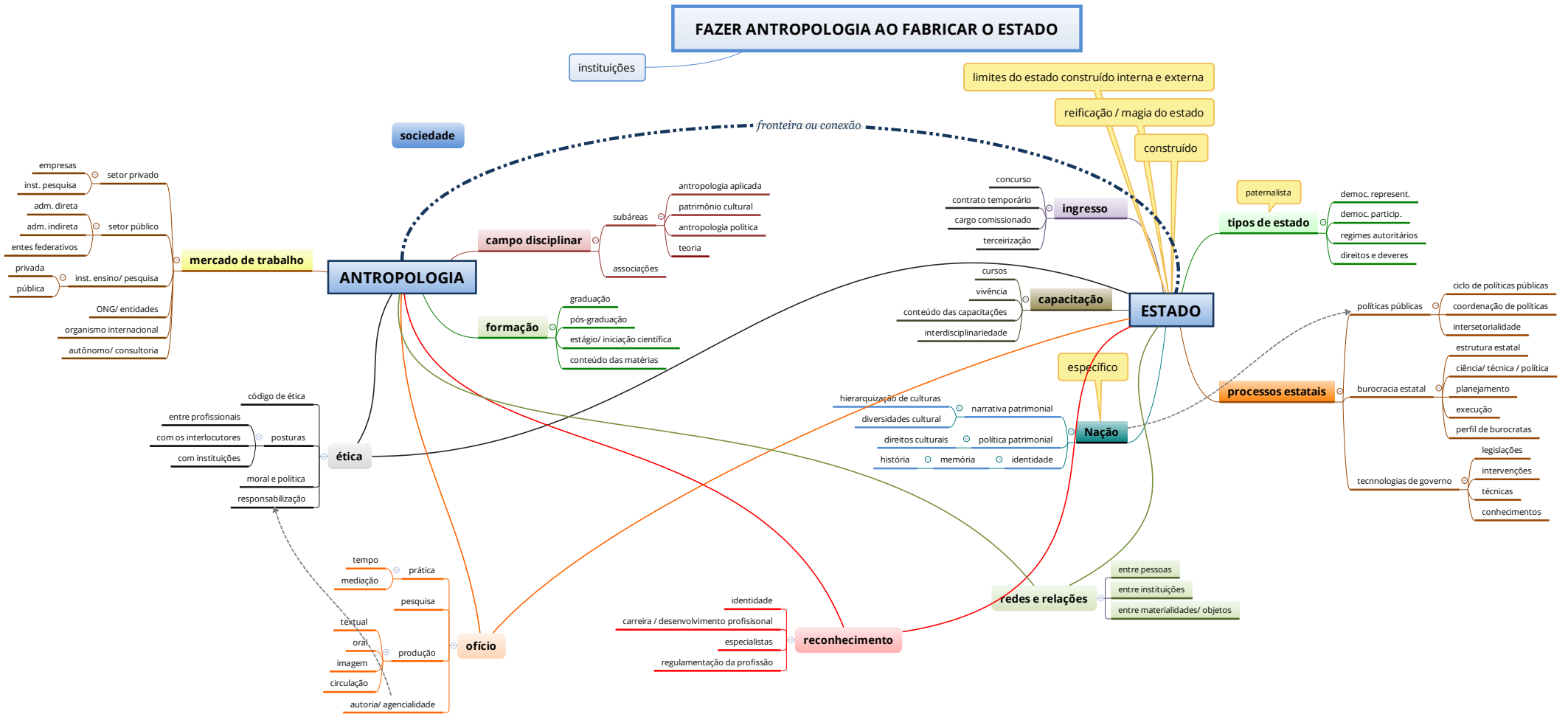


Figura 3 - Mapa mental da tese

ANEXO B – QUADRO COMPARATIVO ENTRE ATIVIDADES PRIVATIVAS E HABILIDADES E COMPETÊNCIAS NAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Antiga redação da Resolução CAU n. 51/2013 para a seção sobre patrimônio do art. 2º	Nova redação estabelecida pela Resolução CAU n. 210/2021 para a seção sobre patrimônio do art. 2º
Art. 2º No âmbito dos campos de atuação relacionados nos incisos deste artigo, em conformidade com o que dispõe o art. 3º da Lei nº 12.378, de 2010, ficam especificadas como privativas dos arquitetos e urbanistas as seguintes áreas de atuação:	Art. 2º No âmbito dos campos de atuação relacionados nos incisos deste artigo, em conformidade com o que dispõe o art. 3º da Lei nº 12.378, de 2010, ficam especificadas como da competência e habilidade do arquiteto e urbanista, adquiridas na formação do profissional, as seguintes áreas de atuação:
IV - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E ARTÍSTICO:	D) DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: (NR)
a) projeto e execução de intervenção no patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;	01. projeto arquitetônico ou urbanístico de intervenção no patrimônio cultural, natural ou edificado; (NR)
b) coordenação da compatibilização de projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico com projetos complementares;	02. coordenação e compatibilização de projeto arquitetônico ou urbanístico de intervenção no patrimônio cultural, natural ou edificado, com projetos complementares; (NR)
c) direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;	[excluído]
d) inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;	[excluído]

e) desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;	03. desempenho de cargo ou função técnica concernente a projeto arquitetônico ou urbanístico de intervenção no patrimônio cultural, natural ou edificado; e (NR)
f) ensino de teoria, técnica e projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;	04. ensino de teoria e projeto arquitetônico ou urbanístico de intervenção no patrimônio cultural, natural ou edificado. (NR)

Tabela 9 - Quadro comparativo das antigas atividades privativas para as novas habilidades e competências nas Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

Fonte: compilado pela autora a partir das resoluções supracitadas

ANEXO C – QUADRO COMPARATIVO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ ANTROPOLOGIA NOS CONCURSOS PARA O IPHAN

CONCURSOS 2005 E 2009	CONCURSO 2018
<p>Cargo Técnico (Área de Atuação Ciências Sociais, código TEC.04)</p> <p>Técnico - Área de atuação: Antropologia (código 106)</p>	<p>Cargo 2: Técnico I - Área 1 (Antropologia)</p>
<p>1. Antropologia brasileira: A formação do campo das ciências sociais no Brasil, com referência especial aos estudos afro-brasileiros, etnológicos, cultura popular e folclore; Aspectos da agenda contemporânea da antropologia no Brasil: dinâmica cultural e globalização; a formação da nação; diferença, desigualdade e direitos culturais.</p> <p>2. Teoria social e da cultura: A natureza simbólica do fato social; A cultura como sistema simbólico: signo, valor, sentido; Estrutura social, território e sistemas de poder; Estrutura, história e práticas sociais; Identidade social e etnicidade; Conhecimentos e cosmologia; Rito, drama e performance.</p> <p>3. Métodos e técnicas de pesquisa antropológica: Observação participante; Noções gerais sobre técnicas e instrumentos de pesquisa de campo em etnologia e em antropologia urbana; Construção e interpretação de registros etnográficos escritos, sonoros e visuais;</p> <p>4. Políticas de cultura: Planejamento e avaliação de Desenvolvimento Social e indicadores sociais relevantes para a área do patrimônio; Legislação brasileira, cartas e</p>	<p>I TEORIA ANTROPOLÓGICA CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA: 1 Funcionalismo e estrutural-funcionalismo. 2 Dom, troca e reciprocidade. 3 Teorias da cultura. 4 Mitos, ritos e crenças. 5 Organização social e parentesco. 6 Antropologia interpretativa. 7 Estruturalismo. 8 Antropologia urbana. 9 Escola de Manchester. 10 Processos migratórios. 11 Classe, raça e gênero. 12 Gerações e ciclo de vida. 13 Espaços públicos e diversidade. 14 Juventude. 15 Movimentos sociais urbanos. 16 Antropologia da política e do direito. 17 Direitos humanos. 18 Parentesco e sistemas políticos. 19 Estado e burocracia. 20 Antropologia e políticas públicas. 21 Movimentos sociais e direitos de minorias. 22 Globalização e transnacionalidade. 23 Multiculturalismo. 24 Laudos e perícias. 25 Antropologia da religião. 26 Rituais e simbolismo. 27 Solidariedade e conflito. 28 Sistemas de crenças. 29 Mercado de bens simbólicos. 30 Política e instituições religiosas. 31 Direitos humanos e pluralismo religioso. 32 Novas religiosidades e globalização. 33 Antropologia pós-moderna. 34 Antropologia da globalização. 35 Antropologia urbana e das sociedades complexas. 36 Multiculturalismo e</p>

<p>convenções internacionais sobre a defesa do patrimônio e dos direitos culturais; Questões jurídicas, políticas e éticas relacionadas à proteção dos direitos culturais de populações indígenas e tradicionais; A responsabilidade social do antropólogo.</p>	<p>interculturalidade. 37 Antropologia simétrica. 38 Pós-estruturalismo. 39 Teoria Ator-Rede. 40 Antropologias do mundo.</p> <p style="text-align: center;">II ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:</p> <p>1 Referência cultural e diversidade. 2 Mudança cultural. 3 Memória e patrimônio. 4 Mito e História. 5 Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). 6 Decreto nº 3.551/2000 e Portaria nº 200/2016. 7 Patrimônio e comunidades tradicionais: Convenção OIT nº 169, Decreto nº 6.040/2007, Lei nº 13.123/2015 e Decreto nº 8.772/2016. 8 Decreto nº 7.387/2010. 9 Políticas de preservação do patrimônio cultural e Desenvolvimento Social: planejamento e avaliação de Desenvolvimento Social e indicadores sociais relevantes para a área do patrimônio.</p> <p style="text-align: center;">III ANTROPOLOGIA NO BRASIL:</p> <p>1 Etnologia indígena. 2 Estudos afro-brasileiros. 3 Etnicidade e indigenismo. 4 Antropologia urbana no Brasil. 5 Migrações e globalização. 6 Religiosidades. 7 Tradições culturais brasileiras. 8 Identidades, diferenças e desigualdades. 9 Raça/etnia, classe e gênero. 10 Natureza e cultura. 11 Novos movimentos sociais. 12 Tradição e modernidade. 13 Direitos humanos e cidadania. 14 Conflito, poder e dominação. 15 Hierarquia e estratificação social. 16 Antropologia, populações tradicionais e direitos sobre territórios. 17 Laudos antropológicos. 18 Estudos de populações quilombolas. 19 Cultura e identidade. 20 Cultura e meio-ambiente.</p>
---	--

Tabela 10 - Quadro comparativo dos conteúdos programáticos de conhecimentos específicos para a área de Ciências Sociais e Antropologia nos concursos para o Iphan

Fonte: compilado pela autora a partir do conteúdo dos Editais (IPHAN, 2005b; 2009; 2018c)

APÊNDICE A - CRONOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL BRASILEIRO

Essa cronologia foi retirada da 2ª edição do livro *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois* (IPHAN, 2010). No livro, não consta um título para a cronologia. Percebemos que a versão bilíngüe português-espanhol da 1ª edição do livro, de 2006, apresenta sutis diferenças na cronologia até 2006 (IPHAN, 2006b).

A cronologia abaixo se refere à da versão de 2010. Foram ~~tachados~~ os eventos citados na versão de 2006 e que foram retirados na de 2010; foram sublinhados os eventos que não constavam em 2006 e foram incluídos em 2010.

- ~~1922 — Semana da Arte Moderna. Primeira manifestação das ideias de Mario de Andrade a respeito do tema Patrimônio Cultural Imaterial, primeiro contato com o assunto até então “desconhecido”.~~
- 1936 Proposta de implementação de política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, elaborada por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública.
- 1937 Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1ª instituição do governo federal voltada para a proteção do patrimônio cultural do país, cuja atuação foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- 1946 Criação do Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura, seguindo recomendação da recém-criada Unesco.
- 1947 Criação da Comissão Nacional de Folclore, ponto de partida do fomento ao estudo e apoio às manifestações culturais populares do país.

- 1958 Instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura
- 1961 Criação da Biblioteca Amadeu Amaral, especializada no campo de estudos das culturas populares no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- 1968 Criação do Museu do Folclore Edison Carneiro de abrangência nacional, na esfera da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- 1975 Convênio entre várias instituições públicas por iniciativa de Aloísio Magalhães
- 1976 Transformação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro no Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Artes - Funarte
- 1979 Criação da Fundação Nacional Pró-Memória, instituição incumbida de implementar a política de preservação da então Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, incorporando o Programa de Cidades Históricas – PCH, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e ao CNRC.
- 1983 Criação da Sala do Artista Popular, dedicada à exposição e comercialização de objetos da produção tradicional, no campo de atuação do Instituto Nacional do Folclore.
- 1988 Promulgação da Constituição Federal que, nos artigos 215 e 216, define patrimônio cultural de modo mais amplo, abarcando seus aspectos materiais e imateriais.
- 1989 Aprovação da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular pela 25ª Conferência Geral da Unesco.

1990 Extinção da Fundação Nacional Pró-Memória e transformação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC

Transformação da Funarte e no seu Instituto Nacional do Folclore em Instituto Brasileiro de Artes e Cultura – IBAC e Coordenação da Cultura Popular

1991 Promulgação da Lei nº 8.313 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC com o objetivo de promover a captação de recursos, entre outros objetivos, para fomentar projetos de preservação do patrimônio cultural.

1992 Transformação do IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, recuperando-se o nome original da instituição.

1997 Realização pelo Iphan do Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, em Fortaleza, quando foram discutidos instrumentos legais e administrativos para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Transformação da Coordenação de Cultura Popular em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, vinculado à Funarte.

1998 Criação pelo Ministério da Cultura de Comissão e Grupo de Trabalho interinstitucional – GTPI para elaborar proposta de instrumento legal de regulamentação do Registro de bens culturais de natureza imaterial.

2000 Instituição do Registro de bens culturais de natureza imaterial e criação do Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial – PNPI, mediante Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto [de 2000].

Elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais com vistas a subsidiar a formulação de políticas de preservação.

- 2001 Início da implementação do PNPI com o projeto “Celebrações e Saberes da Cultura Popular” desenvolvido pelo CNFCP
- 2002 Realização pelo Iphan dos primeiros registros de bens culturais imateriais: Ofício de Paneleiras de Goiabeiras, Vitória/ES e Arte gráfica dos índios Wajãpi, Amapá.
- 2003 Integração do CNFCP à estrutura do Iphan, mediante Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003.
- Aprovação na 32ª sessão da Conferência Nacional das Nações Unidas, em 17 de outubro, da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
- Proclamação, pela Unesco, da Arte gráfica dos índios Wajãpi como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
- 2004 Criação, mediante Decreto nº 5.040, de 04 de abril de 2004, do Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan – DPI ao qual foi agregado o CNFCP.
- Lançamento pelo CNFCP do *Tesaurus* do Folclore e Cultura Popular Brasileira com patrocínio da Unesco.
- 2005 Lançamento pelo DPI/Iphan do 1ª edição dos Editais de concurso de projetos de salvaguarda do PNPI.
- Proclamação, pela Unesco, do Samba de Roda do Recôncavo Baiano como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
- Criação, junto ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, da Câmara do Patrimônio Imaterial.
- Implementação dos principais planos de salvaguarda dos bens registrados.

2006 Celebração de acordo entre a Unesco e o governo da República do Peru para criação do Centro Regional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL.

Ratificação pelo Brasil da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial mediante Decreto nº 5.733.

Eleição do Brasil para integrar o 1º Comitê Intergovernamental do Patrimônio Cultural Imaterial, criado pela Convenção de 2003, da Unesco, com mandato de 2 anos.

Realização, na Câmara de Deputados, em Brasília, do Seminário sobre o Registro das Línguas e Criação do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística – GTDL.

[fim da cronologia da edição de 2006]

2007 Lançamento do Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro – EtnoDOC, em parceria com a Petrobrás e apoio da TV Brasil.

Estabelecimento de parceria com o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura para a instalação dos Pontões e Pontos de Cultura articulados aos planos de salvaguarda dos bens registrados.

Estabelecimento de acordo com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID para realização do Inventário das Referências Culturais Mbyá Guarani em 6 estados brasileiros e posterior articulação, no âmbito do CRESPIAL, com países da América Latina onde a presença dessa cultura é significativa.

2008 Realização, junto às Superintendências do Iphan, do Balaio do Patrimônio Cultural, projeto voltado para a difusão e descentralização da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Lançamento do 1º edital de seleção de documentos para experimentação da metodologia do Inventário Nacional de Diversidade Lingüística

Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Iphan e o Institute de Reserch pour le Développement – IRD no âmbito do Ano da França no Brasil com vistas ao Inventário de Sistemas Agrícolas de biomas brasileiros.

2009 Implementação do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural – PROMOART, sob a coordenação técnica do CNFCP.

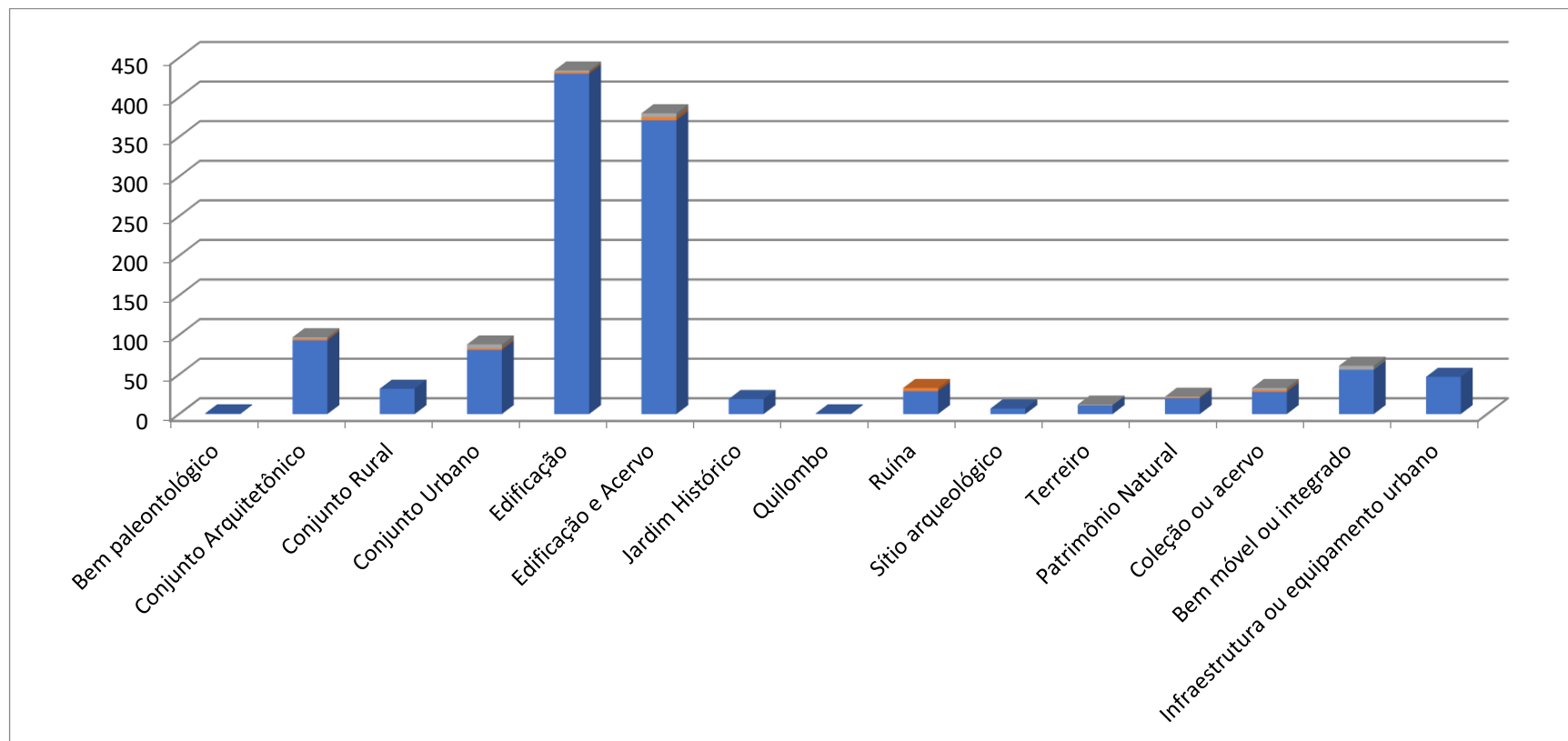
Celebração de Cooperação Técnica entre o Iphan e a Unesco Brasil para desenvolvimento do Projeto, Difusão e Ampliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

2010 Lançamento da base de dados dos Bens Culturais Registrados – BCR.

Lançamento da base de dados do Inventário Nacional de Referências Culturais – S-INRC.

Envio das primeiras candidaturas brasileiras às Listas da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Promulgação do Decreto nº. 7.387/2010, de criação do Inventário Nacional da Diversidade Lingüística.

APÊNDICE B – QUANTITATIVO DOS BENS TOMBADOS POR TIPOLOGIA DE BEM CULTURAL**Gráfico 6 -** Quantitativo de bens tombados por tipologia de bem cultural

Fonte: Portal do Iphan, fev. 2023

APÊNDICE C – DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000.

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1o Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1o Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3o Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2o São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

**APÊNDICE D – BENS CULTURAIS IMATERIAIS REGISTRADOS PELO
IPHAN ATÉ JUNHO DE 2023**

Bem cultural imaterial	Livro de Registro	Ano de registro
Ofício das Panelleiras de Goiabeiras	Saberes	2002
Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de Expressão	2002
Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	2004
Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	2004
Modo de fazer Viola-de-Cocho	Saberes	2005
Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	2005
Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	2005
Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugar	2006
Feira de Caruaru	Lugar	2006
Frevo	Formas de Expressão	2007
Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	2007
Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo	Formas de Expressão	2007
Modos de Fazer Queijo Minas Artesanal	Saberes	2008
Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	2008
Roda de Capoeira	Formas de Expressão	2008

Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	2009
Ofício de Sineiro	Saberes	2009
Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	2009
Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	2010
Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/ AM	Saberes	2010
Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	2010
Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	2010
Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	2011
Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá	Saberes	2012
Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	2012
Fandango Caiçara	Formas de Expressão	2012
Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebração	2013
Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	2013
Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebração - 8	2013
Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí	Saberes	2014
Carimbó	Formas de Expressão	2014
Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	2014

Maracatu Nação	Formas de Expressão	2014
Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	2014
Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	2014
Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	2015
Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	2015
Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE	Celebrações	2015
Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	2016
Caboclinho	Formas de Expressão	2016
Feira de Campina Grande	Lugares	2017
Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre	Saberes	2018
Literatura de Cordel	Formas de Expressão	2018
Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis	Celebrações	2018
Sistema agrícola de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	Saberes	2018
Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Celebrações	2018
Marabaixo	Formas de Expressão	2018
Bembé do Mercado	Celebrações	2019

Ciranda do Nordeste	Formas de Expressão	2021
Banho de São João em Corumbá e Ladário (MS)	Celebrações	2021
Repente	Formas de Expressão	2021
Matrizes Tradicionais do Forró	Formas de Expressão	2021

Tabela 11 - Bens culturais imateriais registrados pelo Iphan até junho de 2023

Fonte: IPHAN. *Repositório Digital dos Bens Culturais Registrados*. Disponível em: <<http://bcr.iphan.gov.br>>. Acesso em: jun. 2023.